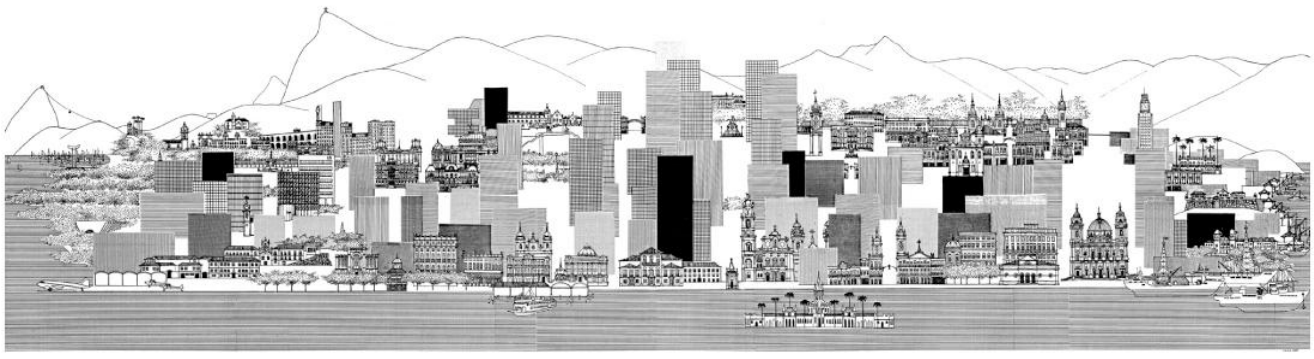
Centro do Rio

Perdas e Ganhos na História Carioca



Centro do Rio. Perdas e ganhos na história carioca

Nina Maria de Carvalho Elias Rabha

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu

Rio de Janeiro
2006

Centro do Rio. Perdas e ganhos na história carioca

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Aprovada por:

_____

Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu

_____

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

_____

Prof. Dr.Marcelo Lopes de Souza

_____

Prof. Dr. Thereza Cristina Carvalho Santos

_____

Prof. Dr. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Rio de Janeiro

2006

Ficha Catalográfica

Rabha, Nina Maria de Carvalho Elias

Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca / Nina Maria de Carvalho Elias Rabha. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006.
443 p.
Anexos

1. Área central - Rio de Janeiro 2. Centralidade 3. Geografia urbana

---

Agradecimentos

Agradecer é sempre de bom tom. Diluído no tempo e em função das inúmeras idas e vindas, motivadas pelos dilemas que envolveram a realização deste trabalho, foram muitas as pessoas que, em diferentes momentos, com ele colaboraram.

Ao professor e orientador Maurício de Almeida Abreu, agradeço a paciência e preciosa colaboração para vencer as inseguranças que acompanham o solitário rumo dos trabalhos de pesquisa. A persistência e o ideal do conhecimento ficam a ele creditados.

A Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, preciso registrar a alimentação de uma constante troca de idéias e opiniões sobre os caminhos passados, atuais e futuros trilhados pelo Rio e seu centro.

A Diretoria de Informações Geográficas do Instituto Pereira Passos, pelo formidável apoio na execução do georreferenciamento dos levantamentos efetuados. Pelo tempo que levei para produzir os mapas finais, os nomes são muitos para identificar apenas uma pessoa.

A Alexandre Mills, Ricardo Lessa e Emmanuel Bellard torna-se necessário registrar a preciosa colaboração e ajuda nas batalhas com os programas da máquina infernal chamada computador.

A Maria Helena Maclaren Maia, credito a alegria de ter visto e sentido a diferença que faz um técnico envolvido e apaixonado com o seu ofício e com o centro, seu local de trabalho.

Aos muitos amigos e outros, nada amigos, que ao longo desta jornada atuaram como instrutores, auxiliando de um modo ou de outro, a conclusão deste trabalho, gostaria de reconhecer a importante colaboração.

Finalmente, devo um tempo e um enorme agradecimento aos meus familiares. Foram muitos os dias, tardes, noites que os deixei para mergulhar num caminho solitário e devo confessar, tremendamente sofrido. A eles, fica uma dívida e a minha gratidão pela compreensão, pelo apoio. Ainda que possa parecer inacreditável, a árdua tarefa foi concluída e a família sobreviveu. A todos, minha imensa gratidão pela generosidade e incondicional parceria.

Resumo

Rabha, Nina Maria de Carvalho Elias. Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca. Orientador: Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006. Tese de Doutorado.

Este trabalho tem como tema a área central do Rio de Janeiro, avaliando suas transformações ao longo do século XX. Neste sentido são verificados os processos de crescimento urbano da cidade na direção sul, partindo de premissas que relacionam a descentralização espacial e a perda de hierarquia da centralidade urbana original. Por pesquisa comparativa entre situações da área central em 1967 e 2006, buscamos estabelecer parâmetros explicativos sobre a permanência de importância do centro, para o caso do Rio de Janeiro, apesar da reestruturação urbana da cidade. Os contextos locais, nacionais e internacionais são considerados em suas determinações econômicas, sociais e políticas como elementos esclarecedores do processo de reorganização espacial. Entretanto a vida, a tradição e a memória urbana são utilizadas como referências explicativas da preservação da centralidade original, ainda que inúmeras forças atuem em sentido contrário. Trata-se de um trabalho investigativo das condições de uso e apropriação do mais importante lugar da cidade e das relações estabelecidas entre a população e seu espaço.

Abstract

Rabha, Nina Maria de Carvalho Elias. Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca. Orientador: Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006. Tese de Doutorado.

Downtown Rio: losses and gains in the history of Rio de Janeiro

This paper focuses on the downtown area of Rio de Janeiro, Brazil, evaluating the transformations it went through along the twentieth century. To this purpose, urban growth southwards comes into light under premises which relate spatial decentralization to the loss of an original center-oriented hierarchy. With comparative investigation between urban conditions identified in 1967 and 2006, we have sought a theoretical framework to account for the relevance of the downtown area in Rio de Janeiro despite the city's urban restructuring. Local, national, and international contexts are brought up under their economic, social, and political determinations to shed light on the process of spatial reorganization. Nevertheless, life, tradition, and urban memory come up as references to explain the preservation of the original center-oriented plan, notwithstanding countless forces running upstream. This research unveils the conditions of use and appropriation of the most relevant area in the city and investigates the relations set up between population and urban space.

Sumário

1-Introdução 15

2-A questão teórica 23

O contexto da discussão 24

Os processos espaciais 27

Alterações de curso 35

Da área central à cidade global e à pulverização de centralidades 47

A retomada da centralidade perdida 52

As mudanças dos anos setenta 58

Impactos na área central I 66

Impactos na área central II 69

Possibilidades e alcances das intervenções nas áreas centrais 73

Barcelona 73

Outras cidades 76

Em busca de um referencial 81

3-O contexto de análise: Rio de Janeiro, século XX, três momentos de cidade 87

3.1. A cidade contida: 1902-1930 90

Antecedentes 90

O porto e as avenidas 95

A Avenida Central 99

As obras da Prefeitura 104

Outras realizações 108

O novo Bairro de Copacabana 110

Um novo surto de reformas na área central 119

A euforia da vida em novos moldes: Cinelândia e Copacabana 129

A necessidade de controle das construções e de um plano para a cidade 132

3.2. A cidade emergente: Rio entre 1930 e 1965, a antiga e a nova centralidade em competição, Centro e Copacabana 137

Os planos de governo de Henrique Dodsworth 142

O crescimento dos subúrbios 154
O crescimento de Copacabana 156
Um golpe para o Rio: após 200 anos, o centro de um novo Estado 160
O primeiro governo do Estado da Guanabara 163
Enquanto isto, na cidade de 400 anos 170
O centro da cidade 173

3.3- Uma cidade mosaico: o Rio entre o Centro e a Barra da Tijuca 179

A fusão da Guanabara ao Estado do Rio 179
Rumo à Miami carioca 188
O centro carioca: um corredor cultural 194
Os anos noventa 197
Na outra direção 200
Fechando uma etapa 206

4-A radiografia do centro da cidade do Rio de Janeiro: uma análise do centro urbano carioca nas décadas de 1960 e 2000 208

4.1-A área central em 1967 e em 2005: delimitações físicas nos dois momentos 210

4.2-A legislação e o controle urbanístico: alterações verificadas 223

4.3-As funções urbanas: comparações entre o centro descrito em 1967 e a situação atual 244

A função político- administrativa 246
A função portuária 251
A função comercial 256
A função industrial 268
A função financeira 273
A função cultural 282
A função recreativa, mais precisamente as diversões noturnas 295
A função de direção 303
Os serviços prestados por profissionais liberais 308
Serviços de alojamento 317
Serviços de alimentação 323

As comunicações na área central 327

Os meios de transporte 330

Concluindo a avaliação 334

4.4 -A paisagem construída e humana 335

A paisagem construída 335

A vida na área central: usuários e moradores 342

5-Os distintos discursos sobre a área central 349

A batalha para preservação e conservação da área central 349

As indicações mais atuais 367

O centro em outros discursos 375

Os sinais emitidos pela imprensa 375

O discurso dos escritores 381

O centro do Rio para o mercado imobiliário 386

O discurso dos comerciantes 402

6-Fechando o estudo. Reflexões e conclusões 409

7-Referências bibliográficas 418

8-Anexos 444

1- Listagem dos órgãos públicos localizados na área central por nível de governo

2- Listagem dos estabelecimentos comerciais

3- Listagem das unidades imobiliárias cadastradas por utilização industrial e tipologia industrial na área central IPTU/2006

4- Listagem das instituições e estabelecimentos bancários

5- Listagem dos museus e centros culturais

6- Listagem das bibliotecas localizadas na área central

7- Listagem das livrarias

8- Listagem das editoras

9- Listagem das instituições de ensino superior

10- Listagem dos teatros e cinemas

11- Listagem dos estabelecimentos de diversão noturna na Lapa e arredores

12- Listagem das empresas localizadas na área central segundo cadastro do Sistema FIRJAN

13-Tabulação das freqüências por endereço de escritórios por categorias profissionais pesquisadas

14- Listagem dos estabelecimentos hoteleiros

15- Listagem de restaurantes e lanchonetes

16-Valores do VO territorial determinado para fins de IPTU na área central, ano 2004

17- Listagem de edificações pesquisadas na área central

18- Listagem de associações de caráter científico

19- Listagem de associações profissionais

20- Listagem de antiquários e leiloeiros

21- Listagem das matérias de jornal pesquisadas

22- Listagem dos jornais localizados na área central

Índice de quadros, tabelas, ilustrações, fotos e mapas

Quadro

Taxa de participação das construções licenciadas na Barra da Tijuca no total das construções licenciadas na cidade do Rio de Janeiro, entre 2001 e 2004 204

Tabelas

1- Instituições financeiras por segmento em julho de 2006, segundo a localização de suas sedes 280
2- Instituições financeiras com sede no Rio de Janeiro, por segmento anos 1999/ 2005 281

Ilustrações

Esquema da Área Central, Corredor Cultural, Capa.
Planta dos terrenos pertencentes à Caixa Especial dos Portos e esquemas para a avenida marginal ao novo porto do Rio de Janeiro 97
Plantas dos terrenos resultantes do desmonte do Morro do Senado 98
A Avenida Central, atual Rio Branco 103
Esquema das obras realizadas no período 1902-1906 107
Copacabana nas décadas de 1910 e 1920 118
Recepção aos Reis da Bélgica 123
Morro do Castelo antes e durante sua derrubada 126
Esquema das intervenções propostas na administração H. Dodsworth 145
Foto aérea da Avenida Presidente Vargas, aerofotogramétrico 1954 153
Esquema do traçado da Avenida Perimetral 165
Cidade Nova e Praça da Bandeira em 1969 169
Copacabana em 1954 171
Desmonte do Morro de Santo Antônio em 1954 177
Palácio Monroe, 1971 185
Barra da Tijuca em 1982 193
Fachada e plantas do imóvel pertencente ao engenheiro Paulo de Frontin na Avenida Central 227 e 228

Fotografias dos mais recentes investimentos imobiliários na área central 390, 392, 395, 396, 398 e 401.

Mapas

1- A área central do Rio de Janeiro em 1967 212
2- Delimitação do centro comercial pelo decreto n.2.087 de 1925 216
3- Delimitação da AC-1 e AC-2 pelo decreto n° 322 e atual legislação 218
4- A configuração da área central em 1967: núcleo e periferia 219
5- A configuração da área central em 1967: bloqueios 221
6- Esquema da área abrangida pelo projeto do Corredor Cultural 235
7-Órgãos públicos localizados na área central 250
8-Setores e atividades comerciais 265
9- Imóveis e atividades industriais segundo cadastro do IPTU 272
10- Estabelecimentos bancários 278
11- Museus e centros culturais 286
12- Bibliotecas 288
13- Livrarias e editoras 290
14- Estabelecimentos de ensino superior 291
15- Teatros e cinemas 298
16- Estabelecimentos de diversão noturna na Lapa e arredores 301
17- Sedes de empresas localizadas na área central 307
18- Escritórios de advocacia por prédio 312
19- Escritórios de engenharia e arquitetura por prédio 313
20- Escritórios de economistas, contabilistas e administradores por prédio 314
21- Consultórios médicos e dentistas por prédio 315
22- Estabelecimentos hoteleiros 321
23- Restaurantes e serviços de alimentação 326
24- Áreas de preservação do ambiente cultural – APACs 339
25- Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU por valor de VO para 2004 340
26- Edificações destacadas 341
27- Distribuição da população por setores censitários 347

O lugar onde cresce uma grande cidade
não é o local dos espichados trapiches,
docas e fábricas,
meros depósitos de produção,
nem o local das intermináveis
mesuras dos que acabam de chegar
ou os desancoradouros de partida,
nem o local dos mais altos e custosos edifícios
ou lojas vendendo artigos de todo o resto do mundo,
nem o local das melhores escolas e bibliotecas,
nem o local onde corre o dinheiro,
nem o local de maior número de moradores.
Onde se vê a cidade
com a mais encorpada geração
de oradores e bardos,
onde se vê a cidade que é por eles amada
e por seu lado os compreende e ama,
onde não há monumentos a heróis
senão no trivial dos atos e palavras,
onde está em seu lugar a parcimônia
e em seu lugar a prudência,
.....
onde às crianças se ensina
a serem leis de si mesmas
e a serem dependentes de si mesmas,
onde da eqüanimidade
é dado o exemplo dos fatos,
.....
é aí que cresce a grande cidade.

Canto do Machado Grande, Fragmentos. Walt Whitman (1819-1892)

Introdução

A intenção para o desenvolvimento deste trabalho volta-se à exploração e ao reconhecimento da situação física e funcional do centro do Rio de Janeiro nos dias atuais. Partimos da premissa de que há um grande interesse sobre o "centro" em questões discutidas no meio acadêmico, em intervenções governamentais que promovem projetos de revitalização ou reabilitação urbana, mas entendemos que as informações existentes sobre as características das ocupações e as atividades predominantes neste trecho da cidade não estão suficientemente claras ou sistematizadas.

Sobre tal afirmação é necessário registrar uma extensa lista de trabalhos, realizados sobre a área central do Rio de Janeiro, preciosos registros e reconstituições de seus distintos séculos de história urbana. Nesta linha foram também bastante estudados, os primeiros cinqüenta anos do século XX, em especial sua primeira década, face aos emblemáticos e impactantes projetos de reforma urbana que visaram transformar e varrer o passado colonial.

Na segunda metade do século XX, distintos fatos acarretaram diminuição do interesse sobre o centro, gradativamente suplantado por emergência de outros temas e outras localizações. Dentre eles, podem ser apontados: a mudança da capital federal, o decorrente esvaziamento das atividades administrativas, até então localizadas na área central, a intensificação da descentralização residencial, a consolidação de áreas de expansão na direção sul da orla oceânica, o crescimento das favelas e a segurança pública.

Desde a mudança da capital federal para Brasília decorreram mais de 45 anos e, durante este período, muita coisa mudou. Neste panorama de mudanças é possível identificar uma inegável correção de curso das políticas públicas aplicadas na área central. A afirmativa é sustentada pela radical alteração na orientação das anteriores práticas de renovação urbana, tipo arrasa-quarteirão, associadas à eliminação de elementos históricos da paisagem natural, para uma política de valorização do que sobrou, alçado como ícone da preservação e da memória urbana. Um efeito desta avaliação pode ser comprovado na ênfase, cada vez maior, tanto na produção

acadêmica, quanto no mercado editorial carioca, de imagens e acontecimentos que tiveram lugar na antiga e memorial capital colonial, imperial e republicana e seu espaço central.

Além das preocupações com a institucionalização da preservação de certos trechos, recentemente incorporou-se o incentivo ao uso residencial, à moradia, antes varrida e até mesmo cerceada por decretos e regulamentos das construções, editados pelo setor público municipal. Numa drástica mudança, ao fim do século XX, morar no centro tornou-se uma política de governo, viabilizada por intermédio de programas de fomento e subsídio para atrair dinamismo, gente para o espaço anterior e obstinadamente modelado como território exclusivo de trabalho.

No relacionamento das novas políticas públicas voltadas ao incentivo de novas funções, identificamos uma dupla questão. Primeiro, como entender a brutal correção de rota que é demonstrada por este recente interesse nas áreas centrais para finalidade residencial? Nossas cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, levaram uns bons cem anos investindo na geração de um modelo urbano que promoveu a expulsão do uso residencial mais qualificado das áreas centrais. Vale dizer que o fizeram de forma tão eficaz, que os centros resultaram desertos de gente, fora dos horários de trabalho. Produto dessa prática, aliado às mais recentes manifestações da estrutura produtiva, a dimensão física do centro de negócios encolheu, face às possibilidades tecnológicas que viabilizam o crescimento vertical, ou desdobrou-se para geração de outros centros, conseqüência da ação de múltiplos fatores que impulsionam o deslocamento de funções antes centralizadas.

Durante anos, a solução encontrada para corrigir o abandono, a ociosidade, a decadência esteve voltada para a promoção de amplos programas de renovação urbana. No Rio de Janeiro, a realização de eventos internacionais, a modernização do sistema viário ou a implantação dos transportes de massa foram justificativas irrefutáveis para replicar sobre o antigo centro da cidade, modelos e malhas urbanas exóticos. Em geral, estavam baseados em desenho e concepção aos conceitos ditados no plano internacional, tendo como pressupostos, os reflexos do processo de descentralização de cunho residencial e a perda da vitalidade das áreas centrais.

Nos anos oitenta, iniciou-se uma revisão sobre tal tratamento até então conduzido para a área central. Na resultante, foram criados instrumentos que garantiram

a permanência de trechos periféricos ao centro de negócios, refletindo a emergência de novos conceitos voltados à preservação da memória edificada. Não sem relação, também no panorama internacional, crescia em importância a indústria do turismo, fazendo com que a originalidade da história acumulada no espaço das cidades e o patrimônio urbano mais antigo fossem incorporados como um fator diferencial na qualidade da oferta dos possíveis destinos para consumo em viagens de lazer.

Uma das justificativas para a reviravolta conceitual pode ser buscada, de novo, nos paradigmas urbanos internacionais, de difícil escape em contextos ocidentais. Como um ciclo a cumprir, as cidades ocidentais estariam vivenciando uma seqüência de situações que se iniciavam por declínio da indústria, passavam por mudanças das funções centrais, por abandono do centro e voltavam a ele, para implementar sua recuperação.

De fato, nesta última indicação são encontradas, nos últimos anos, as ações mais emblemáticas realizadas por muitas cidades. A volta ao centro pode ser compreendida como uma nova urbanização, entendida como readaptação da cidade tradicional, implicando movimentos de centralização de algumas atividades, incluindo a moradia. Na base deste processo, estariam os setores de serviços, beneficiados por oportunidades e descobertas, que vão desde o aproveitamento dos espaços intersticiais vazios ou obsoletos nas áreas centrais, como antigos portos, ferrovias, instalações industriais etc., ao surgimento de atividades inovadoras, como eventos ou programas diferenciados.

Os exemplos da recuperação das antigas áreas portuárias, iniciados por Boston e Baltimore, nos anos cinqüenta, desenvolvidos em seguida por Nova Orleans e Toronto, nos anos sessenta, configuraram uma nova frente para intervenções urbanas e se difundiram na Europa, onde, é preciso destacar, o interesse pelos centros históricos nunca foi totalmente abandonado. Desde então, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a melhoria do ambiente edificado, orientado para a requalificação do espaço físico das áreas centrais, ganhou adesões dos setores privados, animou os setores imobiliários, de negócios e serviços, e dirigiu para estas localizações um novo perfil de demanda.

No entanto, como decorrência, outras questões se apresentaram. Estas seriam representadas por antigas reminiscências do próprio passado urbano, acumulado e cristalizado no espaço: gente e atividades econômicas, historicamente estabelecidos em

edificações e lugares, brutalmente afetados quando apenas a localização é resgatada em seu potencial de qualidade arquitetônica e de caráter histórico. O descompasso social e econômico provocado por não consideração dos elementos gente e lugar como um binômio indissolúvel, por remoção da população ocupante, implica, de modo geral, processos de grande impacto sócio-espacial. Deve ser registrado que a alteração é de segmento de renda ou padrão de atividade, uma vez que não há mais interesse na promoção de áreas vazias de animação urbana. O dinamismo e a pluralidade de situações constituem-se fatores primordiais de atração, considerados âncoras do processo de reurbanização. As antigas áreas centrais oferecem rentabilidade quando se demonstram ricas em funções urbanas, são seguras e bem tratadas do ponto de vista urbanístico, oferecendo alternativas diferenciais para o investimento comercial e imobiliário em diversos ramos de negócios.

Das inúmeras práticas de intervenção empreendidas por várias cidades ao redor do mundo surgiram distintas conduções para intervenções na área central. A profusão de conceitos, rotulados por nuances e sutilezas, apresenta-se segundo denominações como recuperação, requalificação, reabilitação ou revitalização. Além disso, deram origem a programas que induzem novas concepções de projetos urbanos com nomes compostos como "*urbanismo do waterfront*", "*new urbanism*", *planejamento estratégico*, *habitação de interesse social*, "*lifestyle"*, cada um obrigando a necessária exploração para sua completa compreensão.

Em paralelo, resultado do crescimento e da extensão das cidades, surgiram novos bairros, pobres e ricos, combinando processos que, também, reclamam novas conceituações. Estão neste caso, por exemplo, as novas formas urbanas chamadas por Joel Garreau (1991) de "*Edge cities*". Delas, o interesse maior está no que o autor apresenta como sua definição, significando um terceiro estágio de transformação das cidades americanas, após a suburbanização do uso residencial e da descentralização do comércio na forma dos grandes *shoppings.* O processo estaria sendo repetido, agora, por postos de trabalho em distintos setores do terciário, acompanhados da moradia.

Nos autores que dão conta de explicar as novas formas assumidas para o crescimento contemporâneo das cidades percorremos a visão crítica de Jacobs (1961), o questionamento das formas urbanas presentes nos textos de Harvey (1989), Soja (1989), o modelo que consolida cidades globais por Sassen (1994). Buscamos a dimensão do

cotidiano e dialética da formação do urbano em Lefevbre (1970). Avaliamos as destacadas experiências internacionais voltadas à preservação da moradia nos centros históricos realizadas em Paris e Lisboa, ou a requalificação das funções centrais no divulgado planejamento estratégico efetuado para Barcelona como parâmetros para formação de opinião sobre uma possível aplicação no Rio de Janeiro. Consideramos também as experiências de São Paulo, no mergulho em profundidade sobre o(s) seu(s) núcleos centrais ou centro expandido.

Neste trabalho pretendemos estudar o centro do Rio, verificando sua transformação nos últimos 40 anos (1965-2005). A análise foi realizada segundo critérios comparativos sobre dimensão física, funções urbanas, políticas de intervenção sobre o espaço urbano e população, usuária ou residente. O contexto em que será realizada contempla dois eixos principais. Por um lado, se insere no panorama geral das transformações da estrutura econômica e produtiva mundial, implicando alterações e mudanças dos processos sócio-espaciais. Por outro, avalia a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, considerando uma possível inserção tanto naqueles processos gerais de caráter mundial, como também sua particular história política e econômica, sinalizada por perda de *status* como capital federal, além da sua direção preferencial de expansão e descentralização qualificada orientada na direção sul, da sua orla oceânica.

Para estabelecer parâmetros voltados ao conhecimento e compreensão dos impactos das atuais tendências mundiais, quanto às formas e processos espaciais e seu rebatimento no contexto carioca, estamos propondo o reconhecimento da área central segundo levantamento de suas atuais funções. Em aproximações sucessivas, pretendemos construir um referencial para esta abordagem, que se estabelece como resultado dos interesses dos atores que convergem para este trecho da cidade, ganhando assim visibilidade. Daí viriam as conclusões sobre as iniciativas ou ações que resultam em manifestações espaciais, sendo portanto um método realizado em sentido contrário dos planos que revelam intenções, pretensões, via idealização do território, intentados pelo poder público.

Nas questões conclusivas, buscamos avaliar as atuais funções da área central, dentre elas a residencial, que se anuncia como construção priorizada pela política pública para os próximos anos, apoiada em programas nacionais ou internacionais de crédito e subsídios promovidos no plano nacional pelo governo federal, por intermédio

do Ministério das Cidades. Vale registrar que o interesse na adoção do modelo não configura inovação carioca ou brasileira. Mas destaca-se que, no contexto das experiências internacionais, duas questões são usualmente postas: a moradia nos centros históricos ou passa por um processo de enobrecimento, resgatando o valor de mercado da terra pela incorporação de variáveis culturais e modismos, ou se beneficia de instrumentos de fomento, gestão e controle bastante rígidos, quando está voltada à promoção de habitações de interesse social.

Além disso, tais programas demandam uma delimitação física do setor ou área sob intervenção para investimentos que se faz abrangente, na forma de conservação integrada voltada ao atendimento de diferentes demandas urbanas, permitindo planejamento, implantação e acompanhamento, bastante distinto do desenvolvimento de projetos pontuais.

Por outro lado, não há como esquecer o peso e a simbologia do espaço central, o "CBD", centro financeiro e de negócios da cidade. No Rio, os periódicos de ampla circulação alternam manchetes que oscilam entre a denúncia do abandono e a exaltação da revitalização da área central. Deste modo, a história, a memória, mas também as análises da dinâmica urbana devem ser aqui, contemplados.

Neste aspecto, na avaliação das ações tanto do setor público, quanto da iniciativa privada voltadas para a área central, na sua sobrevivência como o centro de negócios da cidade ou em possíveis novos rumos, pretendemos a contribuição deste trabalho. Assim o levantamento de informações, a verificação das ocupações, o conhecimento de distintas situações, ainda presentes, deverá servir ao levantamento e compreensão do que ocorre nos limites do chamado "centro da cidade".

Em seu desenvolvimento, o estudo está organizado em capítulos que tratam do tema, tendo como início uma discussão teórica sobre a compreensão do processo de formação do espaço e de suas transformações. As indicações de seu tratamento e intervenções de controle, desenvolvidas ao longo do século XX, estabelecem desdobramentos seqüenciais. A consideração das análises realizadas para o caso das cidades brasileiras, em especial São Paulo, tecem o panorama sobre o qual se insere o arcabouço conceitual, objeto do segundo capítulo do trabalho.

Para entender a trajetória do Rio de Janeiro e as mudanças verificadas entre as décadas de 1960 e 2000, resgatamos o desenvolvimento da cidade ao longo do século

XX, segundo uma leitura que trabalha com três momentos sócio-espaciais denominados de cidade contida, cidade emergente e cidade mosaico, estabelecidos por períodos determinados pelo início do século, os anos de 1930 e a década de 1960. O terceiro capítulo do trabalho, que resultou bastante longo, reconhecemos, privilegiou registrar a inserção do centro nestas formatações de cidade.

No capítulo quatro, partimos da comparação entre dois momentos utilizados como marcos temporais. Para isto utilizamos a análise da área central, levantada na década de 1960 pelo IBGE, comparada à atual situação, verificada por um conjunto de variáveis semelhantes levantadas nos anos de 2004 e 2005. Os resultados da comparação valem por si próprios, mas devem ser contextualizados por referenciais e significados inseridos na história econômica, política e social da cidade e do país. O valor intrínseco de cada função urbana levantada deverá, assim, ser considerado com peso relativo, ganhando maior expressão por inserção em contexto mais abrangente do que a simples evidência do uso ou da ocupação no território da centralidade.

A consideração dos discursos sobre o centro efetuados pelo poder público, local ou nacional, por exposição na imprensa, com divulgação de seus problemas ou temas emblemáticos, o depoimento de escritores e grupos de interessados sobre a área encerra a tentativa de explorar as distintas visibilidades que alcançamos sobre o assunto. Este será o objeto do capítulo cinco.

Finalmente, estabelecemos no capítulo seis as conclusões obtidas como resultado da análise sobre a área central do Rio de Janeiro.

Gostaríamos de registrar as dificuldades enfrentadas para a realização deste trabalho, para o qual utilizamos os habituais recursos da pesquisa acadêmica, recorrendo aos autores que se dedicam ao estudo do tema, que reconhecemos, não consegue cobrir a ampla nuance de posicionamentos e contribuições teóricas. Nossa indicação reflete o rebatimento de determinadas correntes de pensamento às reflexões pessoais na busca da compreensão sobre o espaço urbano carioca. Para a realização de pesquisas utilizamos o trabalho de campo auxiliado pela poderosa gama de informações obtida em distintos sítios da internet, consultados para obter dados sobre instituições, órgãos e serviços. Em especial, destacaríamos a “Telelistas”, substituto das antigas “Páginas Amarelas”, usada para levantamentos de determinadas atividades na área central, quando por outras fontes não foi possível obter as informações necessárias. Neste caso, estão os dados sobre

atividades comerciais, objeto de levantamento realizado pela Fecomércio para todo o Estado do Rio de Janeiro, apenas parcialmente disponíveis, apesar da base de dados referir-se ao ano de 2003. Em outras situações, as pesquisas estão por iniciar-se, com seleção de indicadores para mensurar vocações, sendo um exemplo, a apontada âncora para desenvolvimento da "indústria do conhecimento", reconhecida pelo Sistema FIRJAN como potencial da cidade, em diagnóstico realizado e sistematizado no relatório intitulado "Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, 2006/2015", apresentado em agosto deste ano.

De todo modo, as fontes usadas tentaram operar o mais próximo possível das bases usadas em 1967, de modo a permitir melhor efeito comparativo, mesmo considerando a forte diferenciação entre os dois momentos, sobretudo em relação às alterações provocadas por transformações e avanços tecnológicos.

Há ainda por registrar uma poderosa fonte de informações produzida por acumulação de notícias de jornais e revistas, recolhida durante o período de realização dos trabalhos, que guarda significado à intensidade de exposição da área central na imprensa.

Cabe ao final um registro. Não há ainda, no caso do Rio de Janeiro, uma base de dados produzida especialmente para tratar da área central. As indicações do Ministério das Cidades em seu programa para Reabilitação de Centros Históricos poderão propiciar a realização deste levantamento, embora voltado ao atendimento de função específica, qual seja, a habitação de interesse social. De todo modo, cumpre apontar a lacuna.

2- A questão teórica

Na trajetória da aldeia à cidade difusa, no longo percurso de história das cidades, estabelecemos o século XX como horizonte temporal para a realização deste trabalho. Tal indicação está relacionada ao impressionante crescimento das cidades e das produções, em incrível velocidade, implicando fortes transformações em vários campos da vida humana.[1] Além disso, trata-se de um período em que o interesse pelas questões urbanas impregnou distintos campos do conhecimento, alterando substancialmente um anterior tratamento recortado segundo olhares de especializações profissionais.

Partimos aqui da reflexão teórica sobre as cidades, dirigida pelo estudo da área central nas primeiras décadas do século XX, segundo a matriz ecológica desenvolvida pela Escola de Sociologia Urbana de Chicago. Os elementos destacados desta abordagem foram recompostos por intermédio dos textos escritos por alguns dos mais ilustres representantes, reunidos por Pierson (1948) na coletânea Estudos de Ecologia Humana. Tratando das situações urbanas mais próximas ao final do século XX, utilizamos trabalhos de autores como Soja (1993), Gottdiener (1993), Davis (2000), Nijman (2000), Castells (1999), Sassen (1998), Zukin (2000).

Para compreensão dos processos de transformação entre aqueles dois momentos do espaço e do tempo, pesquisamos autores como Lefebvre (1999,2001), Harvey (1980,1998) e Santos (1978,1988,2002). Neles, buscamos além dos pressupostos e ritos de passagem, os próprios referenciais das investigações e análises sobre diferentes situações urbanas do século XX que contemplam modelos do processo de crescimento das cidades industriais à constatação de disformes paradigmas pós-industriais, das cidades globalizadas que passam a ser tratadas como *cases* tipo Los Angeles, Miami, Londres, Barcelona, para além de outros inúmeros exemplos que se espalham num mundo completamente impregnado pelo caráter inexorável de uma sociedade urbana.

Neste contexto, descrito para o panorama mundial, pretendemos inserir o estudo do centro da cidade do Rio de Janeiro.

---

[1][1] Dollfus, Oliver. "Geopolítica do Sistema-Mundo" *In*: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; Scarlato, Francisco Capuano e Arroyo, Mônica (orgs.). Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec/ Anpur, 1997, p. 23.

O contexto da discussão

A dicotomia entre processos sociais e formas espaciais, sua condução por distintos campos do conhecimento, embora unidos pela natureza humana no cotidiano de suas vidas, aparece como motivadora do trabalho de Harvey (1973), voltando-se para encontrar métodos de conciliação "do que aparentam ser duas modalidades distintas e irreconciliáveis de análise".[2]

Segundo o autor, qualquer teoria geral da cidade deveria relacionar "processos sociais à forma espacial que ela assume"[3], tornando-se única estrutura conceitual adequada para sua compreensão, uma vez que "...inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações sociológica e geográfica".[4] As justificativas apresentadas para ruptura que teria levado ao distanciamento e desagregação das categorias de análise estariam na história de construção do pensamento científico, na complexidade do objeto cidade ou no caráter interdisciplinar requerido para construção de uma estrutura analítica adequada

A modelagem de uma perspectiva sócio-espacial também é encontrada em Santos (1978), sendo sua "geografia nova" apresentada como necessária para dar ao espaço geográfico princípios de base orientadores de formulação teórica consistente. Para o autor, tal construção teria sido prejudicada pelo esforço da conceituação ter sido desenvolvido "fora do objeto da ciência e não no interior dela própria".[5] Indo ainda mais longe nas suas críticas, Santos destacava um silêncio dos geógrafos sobre o espaço e sobre os trabalhos inovadores, além da reprodução na base de ensino e pesquisa da "história dos historiadores, da natureza natural e da economia neoclássica", acabando por promover a substituição do "espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico". Ao seu modo enfático, contundente e provocativo, os comentários críticos podem ser resumidos em frase de amplo efeito, constando que "destemporalizando o espaço e

---

[2] Harvey, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, p. 2.
[3] *Id*., p.14
[4] *Id*., p.7
[5] Santos, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978, p. 2.

desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo uma viúva do espaço".[6]

Tempos depois, Edward Soja (1989) escreveu uma "coletânea de ensaios sobre as geografias pós-modernas". Segundo suas preocupações, os assuntos tratados em cada parte componente do livro voltavam-se à "... evocação diferente do mesmo tema central: a reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e na análise sociais contemporâneas".[7] Para o autor, o "mundo tático e teórico mais revelador" do século XX estava no espaço, na "construção da geografia", levando à alteração estrutural do tratamento privilegiado do tempo e da história nas teorias sociais críticas do século XIX.

Ao comentar, ainda sem maiores detalhes, as possíveis justificativas da lacuna que buscava preencher, Soja apontava que ao fim do século XX, "...as veneráveis tradições do historicismo que vê o espaço com antolhos vêm sendo questionadas, com um explicitude sem precedentes, pelas demandas convergentes por uma ampla espacialização da imaginação crítica".[8] E que, se ainda não era possível falar da precedência da geografia sobre a história no centro da teoria e crítica contemporânea, iniciava-se um novo pensar com

> "... novas possibilidades... geradas a partir... [do] entrelaçamento criativo... de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico; de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social: e de uma reteorização transformadora das relações entre a história, a geografia e a modernidade". [9]

Este ânimo com o novo era, de certo modo, explicado pelo vigor de um contexto que providenciava a ruptura com formulações da teoria social crítica de que a "... geografia já pronta prepara o cenário, enquanto a construção intencional da história dita a ação e define o roteiro".[10] A visão crítica ao historicismo, o véu que havia nublado o espaço em detrimento do tempo, era contraposta à produção de alguns teóricos que haviam conseguido, mesmo isolados, seguindo outras especializações, apontar

---

[6] *Id.*, p.92.
[7] Soja, Edward W. Geografias pós-modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1989, p. 7.
[8] *Id.*, p. 18.
[9] *Id.*, p. 19.
[10] *Id.*, p. 22.

alternativas para construção de raciocínios inseridos na corrente do materialismo histórico e dialético.

Henri Lefebvre, citado com "insistente e inspirador senso de espacialidade"[11] é ao longo de seu texto, uma presença recorrente, embora Michel Foucault, John Berger, Fredric Jameson e Ernest Mandel tenham suas obras ou particulares momentos de produção de idéias investigadas em busca de suas contribuições para a reafirmação da dimensão espacial.

Esta vertente também foi destacada por Harvey, levando-o a listar disciplinas em que a "consciência espacial ou imaginação geográfica" era explícita, ainda que sujeita à fragilidade de uma metodologia baseada na intuição pura, encontrada com maior concentração, na cultura ocidental, no campo das artes plásticas.[12] A indicação é interessante na medida em que enfatiza a preocupação com os fenômenos contemporâneos por áreas do conhecimento construídas segundo sensibilidade e sutileza de suas percepções descompromissadas do rigor científico.

As idéias presentes nos discursos de três autores, embora partes selecionadas de suas produções, portanto sujeitas aos problemas do recorte num conjunto, seja do contexto de produção em que as idéias foram construídas ou do particular momento de suas reflexões teóricas, apontam questões fundamentais para compreensão do objeto que pesquisamos, qual seja, um recorte espacial. Ainda se tornam mais destacadas quando são aplicadas ao antigo centro da cidade e por ele revelam um gradiente de análise ascendente como materialidade sócio-espacial.

Entre o início e o fim do século XX não só mudaram números, dimensões das cidades, índices da urbanização mundial, técnicas e tecnologias. Foi também profundamente afetada a compreensão do espaço: de produto das transformações sociais a determinação sobre o social, conforme já consideram estudos sobre cidades brasileiras.[13] Uma linha de conduta que era encontrada em Gottdiener (1993), quando destacava a necessidade de reconceituação da ciência urbana, considerando alterações dos padrões de organização espacial. Para o autor,

---

[11] Soja, *op.cit*., p.15.
[12] Harvey, *op.cit*.,p. 15.
[13]Villaça, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil**.** São Paulo: Studio Nobel; Fapesp: Lincoln Institute, 1998, p.46.

> "...a forma de espaço não é só um produto social, mas é também seu valor. Em suma, o espaço é uma construção social em todas as suas dimensões.(...)Assim, a transformação da sociedade deve ser feita através da criação consciente de novas relações sócio-espaciais que vinculem a transformação da obra à transformação da vida da comunidade". [14]

Os Processos Espaciais

> "Entre processos sociais, de um lado, e organização espacial de outro, aparece um elemento mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, relocalizações e permanência das atividades e população sobre o espaço urbano. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole moderna". [15]

Numa didática sistematização sobre a ciência geográfica, Corrêa apresenta cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.[16]

A maneira como estes conceitos foram priorizados, suas presenças ou ausências nas construções teóricas ditaram, segundo o autor, quatro momentos conceituais da ciência geográfica denominados de geografia tradicional, teorético-quantitativa, crítica e cultural.

Assim os conceitos de paisagem e região seriam preferencialmente trabalhados no primeiro momento, o da geografia tradicional. Neste caso, embora possam ser registradas preciosas contribuições individuais, predominava a vinculação a Kant, de início do século XIX, considerando que "...a história se ocupava da descrição dos acontecimentos de acordo com o tempo e a geografia se ocupava do mesmo objeto de acordo com o espaço".[17]

---

[14] Gottdiener, Mark. A produção social do espaço urbano. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 28.
[15] Corrêa, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 122.
[16] *Id*., p. 184.
[17] Kant *apud* Santos, *op.cit*., p.105.

Em função desta concepção não é de espantar que no rastro das alterações do mundo ocidental na passagem do século XIX para o XX, no processo de transformação das cidades e seu crescimento urbano acelerado, a geografia tenha perdido importância, chegando a ser considerada como "... pouco mais do que a descrição da disposição do cenário em que os verdadeiros atores sociais estavam profundamente empenhados em fazer a história".[18]

As conseqüências deste papel secundário teria sido "... responsável por um equívoco extremamente grave no domínio do método: porque a geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual".[19]

A crítica estabelece pressupostos para valorização dos processos, à medida que incorporam noções de movimento, dinâmicas, transformações, rompendo com as considerações de uma paisagem estática ou a região preconcebida. Processo "...pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança".[20]

No contexto do século XIX, as cidades foram profundamente alteradas, passando por crescimento ou transformação de sua organização espacial. Em especial, as novas cidades americanas, das quais Chicago tornou-se a referência, foram vigorosamente afetadas por acontecimentos que instigaram a necessidade de compreensão e requeriam explicações teóricas.

Mas naquele contexto não veio da geografia tal contribuição, uma vez que suas questões, defendidas por nomes expressivos do conhecimento geográfico estavam voltadas para estudar as cidades por seu sítio (localização absoluta) ou de sua posição (localização em relação a outro elemento ou conjunto de elementos).[21] Foi na Sociologia, numa ramificação de estudos oriundos da ecologia, ciência baseada em princípios da "cooperação competidora" e na "teia da vida" (Park, 1936) que o estudo de processos urbanos floresceu.

---

[18] Soja, *op.cit.*, p. 42.
[19] Santos, *op.cit.*, p. 105.
[20] Santos, Milton. Espaço & Método. São Paulo: Nobel, 1985, p.50.
[21] Abreu, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.56, n° 1/4, 1994, p. 21-122.

A Ecologia Humana desenvolveu conceitos e sistematizou processos espaciais, ecológicos, na base de sua formulação. Em 1915, as idéias reunidas num artigo de Robert E. Park intitulado "A Cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no ambiente urbano", motivaram a criação de um núcleo de pesquisas na Universidade de Chicago e promoveram uma corrente da sociologia, bastante influente nas explicações do fenômeno urbano. Seus representantes forneceram importantes contribuições, como o modelo espacial de zonas concêntricas de Ernest W. Burgess, sistematizaram características sociais da vida urbana, como ocorreu com as contribuições de Louis Wirth, avaliaram impactos em cidades menores, como visto por Roderick Mckenzie.

Em 1925, Park, em novo artigo intitulado "A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral", esclareceu princípios e a abordagem da Ecologia Humana, delimitando suas diferenças da geografia, uma vez que "...não é a relação do homem com a terra em que vive o que mais nos preocupa e sim, as suas relações com os outros homens".[22]

Tendo como ponto de partida analogias à ecologia animal e vegetal, os estudos da Ecologia Humana baseavam-se na competição constante entre indivíduos. Nas comunidades humanas, a organização biótica inscreveria, em função da competição, interdependências, especializações e localizações espaciais. Seriam estas últimas que, relacionadas, serviriam como índice de relações sociais, uma vez que:

> "... a sociedade, do ponto de vista ecológico, e na medida em que é uma unidade territorial, é precisamente a área dentro da qual a competição biótica declinou e a luta pela existência assumiu formas mais elevadas e mais sublimadas" (Park,1948,p.27).

Um campo introdutório estaria assim aberto para a ação investigadora das outras ciências sociais como a geografia e a economia, com as quais, entretanto, não se confundiria, por considerações como:

> "Geografia trata de lugar; a Ecologia, de processo. Localização, como conceito geográfico, significa a posição na superfície da terra; localização, como conceito

[22] Park, Robert E. "A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral". *In*: Piersen, Donald. Estudos de Ecologia Humana, Tomo 1. São Paulo: Martins Editora S.A.,1948, p.127.

> ecológico, significa a posição num agrupamento espacial de seres humanos interatuantes ou de instituições humanas inter-relacionadas... O ecólogo estuda os mesmos processos econômicos, mas em relação aos processos de distribuição humana"(Mckenzie,1948, p.39).

Marcadas as diferenças e os campos de investigação, a avaliação das relações de competição entre indivíduos, raças e instituições permitiu, por pesquisas realizadas nas distribuições das unidades ecológicas (segundo caráter unitário que as diferenciava), a verificação de princípios ecológicos como: mobilidade, resultado dos deslocamentos dentro de um mesmo sistema ecológico; fluidez, significando movimento sem mudança de posição ecológica; distância, como medida da fluidez (mais um conceito de preço-tempo do que unidade de espaço); dominância, vale dizer, predomínio de função numa parte das unidades orgânicas.

Os fatores ecológicos, positivos ou negativos, classificados em geográficos, econômicos, culturais e técnicos, além de medidas políticas e administrativas em interação, implicavam relações espaciais de mudança dos seres humanos.

No espaço, em função da subsistência, as formas de agrupamento revelariam tendências. Estas indicariam processos ecológicos: a centralização, como especialização de atividades; a descentralização, como resultado do afastamento das atividades humanas do centro para a periferia em função de fatores como terrenos mais baratos e mais espaço; a segregação, o processo de localização de grupos e atividades humanas em áreas particulares; a invasão, como penetração em uma área por grupo ou atividade diferente dos anteriores, com mudanças daí decorrentes; a sucessão, como substituição e mudança de grupos humanos ou atividades por área; a concentração, entendida como a aglomeração de grupos humanos e instituições em áreas orientadas para a sua persistência; a dispersão, através da migração e fixação em outro habitat, sem mudança de posição ecológica. Nas análises subseqüentes foram incorporados outros fatores, até então pouco valorizados por Burgess e seus seguidores. Distorções importantes na "estrutura ecológica da cidade", chamadas, na falta de melhor termo, de inércia histórica, foram agregadas para explicar a relativa imobilidade demonstrada por certas funções (Quinn,1948, p.377).

Ainda que cada processo fosse bastante detalhado, analisado segundo formas espaciais resultantes, vale destacar o ponto de vista com que eram considerados, no

âmbito de forças ambientais e culturais, sem levar em conta a complexidade e inter-relacionamento de outras instâncias sociais.

Muito em função da aplicabilidade dos modelos espaciais produzidos, a Escola de Chicago ganhou notoriedade, sendo recorrente sua utilização em estudos urbanos por diversos autores. Comentando o fato, Castells (1983) destaca as circunstâncias que induziram resultados semelhantes, apontando o "...crescimento rápido, dominado por uma industrialização capitalista inteiramente comandada pela lógica do lucro e, partindo de um núcleo urbano preexistente com fraca carga simbólica e pouco constituído social e arquiteturalmente".[23]

De fato, seguindo a trilha aberta pela Escola de Chicago podem ser citados inúmeros estudos, como os de Colby (1933) sobre as forças de atração e repulsão de atividades no espaço urbano, centrífugas, na promoção da relocalização de atividades centrais fora da área central, e centrípetas, na atração de funções ou retenção de outras. Resultado de pesquisa realizada em vinte e duas cidades de três países, a organização espacial foi apresentada em três zonas – nuclear ou interna, intermediária e periférica ou externa, além de indicado um elenco de fatores inerentes ao crescimento e desenvolvimento do conjunto urbano, atuando como potencializadores da ação das referidas forças na configuração da dinâmica urbana. Destaca-se ainda o modelo de Hoyt, de 1939, estabelecendo um padrão em setores e não em círculos, para a segregação espacial, setores esses que partiam do centro e eram resultado da valorização diferenciada nas áreas residenciais da cidade em função de combinações de renda, status social e amenidades climáticas.[24]

Face às mudanças que se verificavam nos contextos urbanos, muitos estudos passaram a tratar de padrões e investigar para quais atividades, as centralizações/descentralizações estariam ocorrendo, valendo citar Proudfoot (1933), Kelly (1955), Vance Jr. (1958), Hoyt (1958) e Berry (1959) para a atividade varejista; Murphy e Vance (1954) para a delimitação da área central de negócios, segundo levantamentos dos usos do solo; e Griffin e Preston (1966), para o reconhecimento do potencial de reassimilação das áreas deterioradas, a chamada zona de transição, na periferia do centro de negócios das cidades.

---

[23] Castells, Manuel. A questão urbana; tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.148.
[24] Corrêa, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo, Editora Ática, 1989, p. 69.

Em grande parte, o raciocínio sobre a forma do urbano aliava-se à matriz econômica, orientada por princípios neoclássicos, que reafirmavam a hegemonia da área central por gradiente máximo de valor da terra, em geral. A caracterização da potencialidade de valor do solo urbano e captura do mesmo, na forma de renda por parte dos proprietários, aceita como norma da cidade capitalista, induzia uma natural competição por localizações desejadas, consideradas livres, para os de maior renda ou sujeita ao intrincado jogo de sacrifícios *versus* acesso aos benefícios urbanos para os mais pobres. A aceitação indiscutível dos princípios da livre concorrência conduzia forçosamente a realização de análises que esmiuçavam padrões em que se processava a ocupação, legitimando desse modo formas e processos espaciais que seriam ditados por comportamentos naturais, produto da dominação dos mais "fortes" sobre os mais "fracos".

Em seu trabalho sobre o estudo geográfico da cidade no Brasil, Abreu (1994) apresenta a influência tardia que o conjunto destas análises exerceu nos geógrafos brasileiros, "... invocando o novo objetivo de busca de generalizações, de leis, de abandono do excepcionalismo,(...), largando de vez a monografia(...) e orientando seus esforços para o estudo daquilo que era geral, que era comum a todas as cidades".[25] Nos muitos exemplos listados pelo autor, voltados principalmente à "identificação de padrões urbanos (locacionais, socioeconômicos e de interação)", os resultados são considerados como comprovações ou não, de "parâmetros normativos esperados". Esta tônica pode ser depreendida no estudo realizado para Rio Claro, desenvolvido por Liberato (1976),[26] sobretudo em sua conclusão final.

A importância da Ecologia Humana no tratamento da organização urbana refletiu-se também na recorrente utilização dos modelos espaciais, embora nem sempre destacando os pressupostos em que se basearam. Este vigor foi apontado por Castells (1983), pela "... insistência... em tratar... a organização do espaço a partir da interação entre a espécie humana, os instrumentos criados por ela e o meio natural... na medida em que, efetivamente, estes elementos são os dados de base do problema e às vezes são apreensíveis diretamente, mesmo do ponto de vista estatístico".[27]

---

[25] Abreu, *op. cit.*, p.45.
[26] Liberato, Pérola Emília. Caracterização e delimitação de centros intra-urbanos. *In*: Revista Geografia, 1(1): abril 1976, p. 89-104.
[27] Castells, *op.cit.*, p.153.

Essa parece ter sido a característica principal que motivou a manutenção das referências oriundas da ecologia, quando as possibilidades de levantamentos e cruzamentos foram facilitados com a introdução de tecnologias aplicadas à elaboração de sofisticadas matrizes matemáticas.

Em compêndios de sociologia e de geografia, como os de Hauser e Schnore(1976) e de Clark (1991), as questões da estrutura intra-urbana da cidade são recuperadas por meio destas perspectivas, sendo encontrada no último, uma síntese das principais abordagens desenvolvidas pela geografia, segundo matrizes ecológicas e econômicas, neoclássicas e marxistas. Segundo Clark,

> "Várias abordagens foram usadas pelos geógrafos na tentativa de entender a estrutura espacial urbana. A primeira é essencialmente ecológica e procura levar em consideração os padrões urbanos em termos de luta por localização e espaço na cidade. Ela coloca uma ênfase particular na competição pelo território entre os grupos sociais e as maneiras pelas quais isso conduz à emergência de áreas" naturais "em cada centro. A abordagem do livre – comércio surgiu da economia neoclássica e explica os padrões de uso do solo intra-urbano em termos do resultado de uma concorrência pela terra. A análise das áreas sociais e ecologia fatorial são prolongamentos da abordagem ecológica básica, que interpreta as estruturas intra-urbanas em termos das teorias gerais de mudança social e econômica. A abordagem conflito / administração tem suas raízes na ciência política e na análise do poder e conflito na cidade. Pesquisa a estrutura institucional do uso e desenvolvimento do solo com referência ao papel dos administradores urbanos e a natureza das forças impostas aos indivíduos ou grupos de indivíduos dentro das sociedades. A abordagem final é explicitamente marxista e explica a existência de divisões sociais e espaciais na cidade em termos da organização capitalista da sociedade. Ela salienta a forma como a classe dos donos de terra impõe e manipula as maneiras mais lucrativas para se assegurar de uma ordenação geográfica dos usos do solo na cidade".[28]

Em que pese o reconhecimento da importância das formas espaciais, que viabilizaram a descrição das aglomerações urbanas em grande parte do século XX e que suscitaram o desenvolvimento de vários estudos comparativos, não há como discordar de Soja quando afirma que:

---

[28] Clark, David. Introdução à Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p.181 e 182.

> "... a escola de Chicago e de maior parte da sociologia e da geografia urbanas modernas... escondem a especificidade mais fundamental do urbano, que provém da conjugação da nodalidade, do espaço e do poder. As cidades são aglomerados nodais especializadas, construídas em torno da instrumental "disponibilidade de presença" do poder social. Elas são centros de controle, cidadelas concebidas para proteger e dominar, através do que Foucault denominou de "pequenas táticas do habitat", mediante uma geografia sutil de recintos fechados, confinamento, vigilância, compartimentalização, disciplina social e diferenciação espacial".[29]

Ainda assim é preciso registrar que nem todos compartilham dessa opinião tão desfavorável, e encontram justificativas e méritos naquela maneira de compreensão do fenômeno urbano. Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, por exemplo:

> "Os morfológicos e ecológicos tiveram as vantagens e desgraças do pionerismo. Embebidos da sociologia européia que então se ocupava, com prioridade, das formas positivas que podem tomar as sociedades humanas (Durkheim, Mauss, Halbwachs, Simmel) eram, por outro lado, instados a enfrentar as sociedades urbanas inéditas em que viviam. As grandes cidades americanas, Chicago em particular, estavam sendo transformadas de alto a baixo. Chegavam migrantes o tempo todo, havia conflitos étnicos e culturais se misturando com relações de classe. As fronteiras e ordens antigas estavam sendo revolvidas sob os olhos dos estudiosos. ...A preocupação com a forma que podem tomar os meios urbanos e com sua observação cuidadosa para daí deduzir mecanismos e impulsos de caráter social e econômico é a melhor contribuição dos ecológicos de Chicago. Mais que seus métodos, os seus princípios abrem perspectivas para o uso do espaço das cidades com base informadora de conhecimento. Despertam a atenção para as razões da coincidência ou desencontro entre estruturas físicas e as outras que competem por representatividade em uma seção singular do território que se caracteriza pela concentração tensa de pessoas e de atividades ligadas à produção, à gestão, à circulação e ao consumo".[30]

---

[29] Soja, *op. cit.*, p.187.

[30] Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. Formações Metropolitanas no Brasil, Mecanismos Estruturantes. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas. FAU, USP, São Paulo, 1984, p. 47 e 48.

Alterações de curso

A emergência de profundas crises nas grandes cidades, nos anos sessenta, suscitou o surgimento de novos parâmetros de análise. A consideração do equilíbrio e submissão aos mecanismos de competição por áreas urbanas foi rompida pela eclosão de violentas manifestações populares. Sua ocorrência em caráter mundial e a multiplicidade de suas dimensões impressionou significativamente o pensamento teórico, justificando seu afastamento das bases conhecidas e de certo modo exauridas, implicando olhar mais atento para o que estava acontecendo. A violência, as injustiças sociais são citadas por Gottdiener (1993, p.78) para indicar a divisão que se seguiu entre cientistas sociais, críticos e conservadores, no caso americano. A questão era, entretanto muito mais ampla, situando-se em distintos contextos geográficos, sobretudo na Europa, onde segundo o autor, o Estado apoiou o "... esforço da ciência social para analisar o que veio a ser conhecido pelo termo revolução urbana" e para "...revelar os processos pelos quais o ambiente urbano assumira sua forma presente e, de outro, explicar as características da distribuição espacial desigual e as crises associadas a ela".

A utilização do texto de dois autores que se propuseram a resgatar o pensamento teórico que acompanhou aquele período, Soja e Gottdiener, apresentou três indicações identificadas como de interesse aos objetivos de nosso trabalho: Lefebvre (1968), Castells (1983), Harvey (1980), ainda que não exclusivamente. A atribuição de importância de suas contribuições aos novos rumos de tratamento da questão urbana abriu caminhos para a leitura de determinadas obras destes autores.

Deste modo, Harvey é destacado por sua colaboração para a ruptura com correntes anteriores do pensamento geográfico e pelo novo aporte de interpretações e aplicações da teoria marxista. Sem aceitar sua rotulação como tal, desenvolve respostas para a questão sobre o que é o espaço, indo além para entender "o que é isso que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço".[31] A contribuição de Harvey foi extremamente importante naquele particular momento, implicando mudança de curso da geografia no enfrentamento do "duro teste" representado por evoluções do urbanismo e das transformações sociais e espaciais. Ao apresentar a concepção de método como a "coisa mais importante a ser aprendida do

[31] Harvey, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980, p.5.

trabalho de Marx",[32] encontra no materialismo dialético "um *método* que busca identificar as regras de transformação através das quais a sociedade é estruturada".[33]

Nos dois outros autores, Castells e Lefebvre, a teoria do espaço derivava de uma mesma base de partida, qual seja, o espaço é um produto material de uma dada formação social. No entanto, para o primeiro "... não existe teoria específica do espaço, mas simplesmente desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, para prestar conta das características de uma forma social particular, o espaço, e de sua articulação a outras formas e processos dados historicamente"(Castells,1983,p.158). Face ao posicionamento, a questão social constitui-se o centro de sua atenção, convertida em urbana, vislumbrada pelos movimentos sociais urbanos - "... sistemas de prácticas sociales contradictorias que controvertien el orden establecido a partir de las contradicciones especificas de la problemática urbana" (Castells,1979,p.3). Ou pelo menos essa era a visão que dominava a reflexão sobre o espaço, quando da divulgação do livro, que atribuiu a Castells uma fulminante notoriedade.

O comentário de Gottdiener (1993, p.125) resume a importância atribuída aos processos espaciais até então.

> "Todas as abordagens marxistas... {que considerei}... compartilham a crença de que os processos de desenvolvimento capitalista são materializados no espaço, quase que através de uma correspondência biunívoca com as formas reais do ambiente construído. Isso se assemelha bastante à teoria convencional da reflexão e se aproxima mais da crença dos ecologistas de que padrões sócio-espaciais são manifestações diretas de pressões sociobióticas".

Numa linha independente aparece Lefebvre, explorando verdadeiramente a dimensão espacial. Exigindo muito do leitor para sua compreensão, face à fidelidade ao método dialético, pouco valorizado inicialmente pela ousadia de pleitear um modo de considerar as relações espaciais numa multiplicidade de facetas, Lefebvre é, para os que buscam a dimensão espacial nas teorias sociais, muito mais que uma simples referência.

Nas observações de Gottdiener, para Lefebvre o espaço é uma das forças de produção, sendo essencial ao próprio processo, devendo ladear outras forças

---

[32] *Id*, p. 247.
[33] *Id*, p. 250. Grifo do autor.

reconhecidas pelos marxistas ortodoxos. Vale dizer que o "*design* espacial" deve ser considerado com esta distinção com relação aos outros "fatores sociais ou mercadorias". Além disso, possui uma segunda natureza, sendo em parte por meio dela, realizada a reprodução da sociedade. Sua consideração do "espaço de consumo", face ao consumo coletivo é acompanhada pela indicação do "consumo de espaço", considerando-o também como objeto de consumo.[34]

Nas palavras de Lefebvre, a distinção entre valor de uso e de troca se impõe para entender a cidade e o urbano, da mesma maneira que devem ser estabelecidas considerações entre indutor e induzido para os processos de industrialização e urbanização para tratar do que considera sociedade urbana, "hoje virtual, amanhã real".[35]

Segundo o autor, "a cidade industrial precede e anuncia a promoção de uma zona crítica". Tal consideração, aponta um processo histórico de "implosão-explosão" descrito como "enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc)".[36]

Para Lefebvre, a forma pura do espaço urbano seria o ponto de encontro. E seus signos, os que indicam reunião, como o fascínio das luzes da cidade, a imagem que une o conjunto, observada de pontos elevados. Mas se a centralidade é apresentada como o caráter essencial do urbano, ela também é vista em "movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria e a estilhaça".[37]

Na sua concepção, os modelos convencionais deveriam ser abandonados, explorando a forma e partindo "de uma concepção formal da lógica e de uma dialética de seus conteúdos".

Na análise do espaço Lefebvre indicou duas leituras: a diacrônica, que admite seqüência de situações sociais num eixo espaço-temporal - rural, industrial, urbano, e a sincrônica, onde há três níveis a considerar - o global(G), o misto(M) e o privado(P).

---

[34] O design espacial seria uma das possibilidades de consumo e estaria na base da recente exploração turística das cidades. Ver: Gottdiener, *op. cit.,* p.129.
[35] Lefebvre, Henri. A revolução urbana, tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, reimpressão, p.15.
[36] *Id.,* p.26.
[37] *Id.,*p.110

Seus esclarecimentos sobre os níveis, indo das relações mais abstratas, passando pela cidade para chegar ao domínio do edificado, ao habitar, trabalham lógicas distintas do urbanismo, do espaço político e da moradia, ditando conceituações distintas de espaço. Nos espaços vividos, no nível P, estariam os lugares da vitalidade, onde a sociedade estabelece as práticas urbanas.[38] Vale dizer, as bases de conceituação dos processos espaciais.

Entretanto, os resultados, menos que áreas nominadas, deveriam ser vistos como isotopias - "lugares do mesmo, mesmos lugares" e heterotopias "o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado". Entre eles, "os espaços neutros:... não nulos, mas indiferentes (neutros)".[39] Indo além, a "u-topia absorveria e metamorfosearia as topias". Assim a definição do urbano só se apresenta "... por e nessa unidade que reúne as diferenças... os três termos, as três topias (iso-, hete-, u-topia)".[40]

A explosão dos espaços, a multiplicidade e dialética de sua natureza, de seus níveis, do habitar ao sentido social mais abstrato, suas dimensões, propriedades, distinções e diferenças, as formas, seus conteúdos, a hierarquia do poder representada pela organização espacial, enfim o intenso exercício de leitura e análise das formas acompanhadas pela indicação constante da composição de seus contrários, menos que um possível modelo a comprovar, remete ao instigante processo da descoberta de "uma via (sentido e direção, orientação e horizonte)" para a construção da revolução urbana, tornada possível através da consolidação da sociedade urbana.[41]

O caminho aberto por Lefebvre, apesar do isolamento inicial a que esteve submetido, ofereceu oportunidade para o surgimento de outros "pensadores sobre o espaço".

No Brasil, a figura de Milton Santos será um expoente destacado em função das suas inúmeras obras voltadas à teorização e ao método, constituindo-se referência obrigatória.

Em sua visão "... o ato de produzir é, ao mesmo tempo, ato de produzir espaço ". Portanto "...cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no

---

[38] *Id.,*p.77-98.
[39] *Id.,*p.120.
[40] *Id.,* p.122.
[41] *Id.,*p.160.

espaço. Esta ordem espácio-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção".[42]

Seu livro Espaço & Método (1985) inicia-se com esclarecimentos sobre natureza e conceito de espaço. No pequeno texto introdutório, as idéias são claras. O espaço é concebido como uma instância da sociedade como são a econômica e a cultural-ideológica. Decorre então ser contido e ao mesmo tempo conter, as demais instâncias, portanto "a essência do espaço é social". O espaço seria então um conjunto de objetos geográficos materializados num território, na sua configuração espacial e na paisagem, acrescidos dos processos sociais "...representativos de uma sociedade em dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através de *formas* ".[43]

O fato das formas conterem uma dupla dimensão implica sua consideração como formas-conteúdo, implicando alterações de seu significado por mudanças do todo social.

"Cada *localização* é, pois um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações do espaço que lhe cabem não são mais as mesmas".[44] Aplicado aos processos produtivos, como os circuitos produtivos ocorrem desagregados, a importância de cada processo, para cada momento e cada lugar, auxilia a compreensão da organização espacial.

Milton Santos apresenta uma estrutura analítica que induz a compreensão do espaço urbano "...se separarmos, analiticamente, o que aparece como caracteristicamente formal do seu conteúdo social, *este devendo ser objeto de uma classificação a mais rigorosa possível*, que permita levar em conta a multiplicidade de combinações. Quanto mais acurada essa classificação, mais fecundas serão a análise e a síntese".[45] Completando, recomenda critérios na seleção de variáveis a estudar considerando o "fenômeno e a significação em um dado momento", a fim de que as "instâncias econômica, institucional, cultural e espacial estejam adequadamente consideradas".

---

[42] Santos, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978, p.162-163. Grifo do autor.
[43] Santos, Milton. Espaço & Método. São Paulo: Nobel, 1985, p. 1 e 2. Grifos do autor.
[44] *Id.,* p.2. Grifo do autor.
[45] *Id*., p.4. Grifo do autor.

Ao apresentar as definições de forma, função, estrutura e processo, deseja expressar "tão-somente o âmago do significado, passível de ser ampliado ou adaptado para o exame de um processo específico num dado contexto espacial".[46] Assim formas, significam objetos edificados ou normas, marcos de conduta material e imaterial, por meio das quais se realizam as funções, tarefas ou atividades desempenhadas, esperadas por corresponderem à garantia de vida das formas e ao funcionamento das estruturas, isto é, o modo de organização geral, pelo qual se estabelecem as relações do todo assim composto. Seria simples se tais relações se revelassem em caráter estático ou segundo um único código dominante. "Mas ao longo do tempo, deve-se acrescentar a idéia de processo, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço. A dimensão do tempo histórico, quando vários fatores têm uma maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial".[47]

Em passagens inspiradas como "Face à durabilidade das formas, a construção da paisagem converte-se em um legado aos tempos futuros" ou falando da história primitiva, quando "o espaço assemelhar-se-ia à tela proverbial esperando pela tinta da história humana", indica a necessidade de que, ao se estudar formas espaciais, duas leituras devam ser realizadas; uma horizontal, "como um sistema que representa e serve às atuais estruturas e funções", e outra vertical "... para datar cada forma pela sua origem e delinear na paisagem as diversas acumulações ao longo da história".[48]

Desse modo, quando o objetivo é perceber dinâmicas, acompanhar ações contínuas que evidenciem tempo, escalas, ritmo, mudanças, não há como deixar de utilizar os processos como referencial de análise, entendidos como a formação social em movimento.

Seriam assim compreendidos os processos espaciais. Como dinâmica, história, construção social que se apresenta em formas espaciais apenas compreendidas em essência, quando seu conteúdo é revelado. "Só o uso simultâneo das quatro categorias – estrutura, processo, função e forma - nos permitirá apreender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma dessas categorias existe separadamente".[49]

---

[46] *Id.,* p.50.
[47] *Id.,* p.51.
[48] *Id.,* p.55.
[49] *Id.,* p.58.

Por outra vertente, menos elaborada, seria possível concordar com a afirmação de que “se há uma inter-relação entre o espaço e o social, deve haver efeitos do espaço sobre o social” (Villaça,1998, p.46). Ainda que bastante simples, a colocação admite alteração das anteriores prioridades dos processos espaciais, assumindo um papel de vanguarda nas formulações sobre o urbano, em especial para os urbanistas e arquitetos.

De fato, a forma ou as múltiplas formas que explodem aos olhos do mundo no fim do século XX, ainda que não revelem outro modo de produção, estariam indicando uma necessária revisão de conceitos até então aplicados para sua compreensão.

Estes poderiam ser os de excessiva desconcentração encontrada nas cidades norte-americanas entendidas como processo de “... desenvolvimento sócio-espacial associado à fase atual do capitalismo tardio” tendo como forma espacial a região metropolitana polinucleada, esparramada”, possivelmente comparada ao crescimento urbano implosivo da desconcentração urbana do século XIX (Gottdiener,1993,p.198). Mas, para outros autores, como Soja(1993) seria impossível tecer generalizações categóricas, uma vez que “a espacialidade da cidade capitalista industrial ou o mosaico desenvolvimento regional desigual tornaram-se ... caleidoscópios, ... soltos de suas amarras do século XIX, ... cheios de contradições inquietantes”.[50]

No geral, as explicações acabam por relacionar-se às transformações que se iniciam por volta dos anos setenta, quando uma gradativa mudança do regime de acumulação do capitalismo avançado, substitui o anterior sistema fordista de produção em massa pelo de acumulação flexível (Harvey,1998,p.135-162). As alterações sócio-espaciais resultantes teriam sua base em processos de desindustrialização, crescimento dos setores de serviço, aumento da exclusão social, das crises do capital em escala mundial, deslocalização da produção, alta tecnologia, entre outros, ocasionando uma reconfiguração bastante acelerada dos ambientes urbanos.

Assim estaríamos lidando com situações distintas, “combinação de opostos” que relatariam desindustrialização e reindustrialização afetando as extensas regiões metropolitanas por “descentração e recentração das nodalidades urbanas”, uma “suburbanização / metropolização difusa” operando em conjunto ao renascimento de áreas centrais, mesmo nas regiões declinantes. Para o autor destas afirmações, Edward Soja (1993, p.228), ainda existiriam outras manifestações instigantes representadas pelo

[50] Soja, *op. cit.,* p.227.

surgimento de cidades externas, aglomerações amorfas, formando novas concentrações que recebem expressões inovadoras que "tentam captar sua singularidade: tecnópolis, tecnoburgo, aldeia urbana, metroplex e paisagem de silício".

Em outra escala, outros paradoxos estariam sendo gerados. "A economia macropolítica do mundo está se contextualizando e se reproduzindo na cidade" que se estende para fora, "do urbano para o global", e "para dentro, do global para o local urbano". As metrópoles repletas de novos migrantes vindos do "terceiro mundo" e as tensões inerentes aos conflitos políticos e econômicos mundiais localizados nas cidades seriam algumas manifestações destas novas fisionomias urbanas contemporâneas.

A contribuição de Castells para a questão é, de novo, bastante enfática. Sua análise centrada nos fluxos de uma sociedade em rede serve à constatação de que "... o espaço organiza o tempo".[51] Ao avaliar as cidades ditas globais, as descreve não como lugar ou forma, mas sim como "um processo por meio do qual os centros produtivos e de consumo de serviços avançados e suas sociedades auxiliares locais estão conectados em uma rede global embora, ao mesmo tempo, diminuam a importância das conexões com suas hinterlândias, com base em fluxos da informação".[52]

Dando seqüência ao seu raciocínio, sugere que novas formas e processos espaciais deverão ocorrer por força das transformações estruturais que se processam na sociedade. No prólogo de seu livro A sociedade em Rede, após comentar as mais variadas facetas das transformações sob as quais o vive o mundo atual, resume a estruturação das sociedades em "oposição bipolar entre a Rede e o Ser". E segue afirmando que o modo de desenvolvimento atual do capitalismo, o informacional, estaria na base de múltiplas transformações, implicando formação de espaços de fluxos e busca de identidades, coletivas ou individuais, como base da sociedade humana, um espaço dos lugares.

No que diz respeito aos primeiros, o modelo espacial é apontado como resultado de "dispersão e concentração simultâneas dos serviços avançados", com "camada superior dessas atividades concentrada em alguns centros nodais de alguns países".[53]

---

[51] Castells, Manuel. A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1); tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.403.
[52] *Id.*, p.412.
[53] *Id.*, p. 410.

Estes seriam resultado de um novo papel estratégico assumido por algumas cidades por efeito da dispersão espacial e da integração global que levariam seu funcionamento em

> "... quatro novas formas: primeira, como pontos do comando altamente concentrados na organização da economia mundial; segunda, como localizações – chave para empresas financeiras e de serviços especializados...; terceira, como locais de produção, inclusive a produção de inovação nesses importantes setores; e quarta, como mercados para os produtos e as inovações produzidas".[54]

Estariam no resultado desta conjugação, alterações do *layout* da forma urbana, com razoável grau de variação, "a depender das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais". Para o caso norte-americano, a expressão do urbano poderia ser vista como uma "relação de desenvolvimento rápido das áreas metropolitanas, decadência dos centros das cidades e obsolescência do ambiente construído".[55] Vale aqui destacar outros fatores citados por Gottdiener, presentes de longa data na história americana e que teriam auxiliado à desconcentração espacial, como o "racismo, os gastos militares e a permanente economia de guerra, o setor imobiliário como circuito secundário do capital, a intervenção ativa do estado na transferência global de valor e a prática de fazer das fontes de mão-de-obra critério para as decisões sobre localização", que estariam aliados ao "papel da tecnologia e do conhecimento na transformação das forças de produção".[56]

Na Europa, Castells aponta as metrópoles "ainda marcadas pela presença de sua história", como fator importante no aquecimento das batalhas internas por seus "valores de uso". A tendência é então da localização das novas atividades e grupos sociais representativos de novas demandas em áreas reabilitadas ou bem preservadas da metrópole, nas áreas centrais ou nos subúrbios, refletindo decisões familiares entre a "vida urbana agitada e, freqüentemente, muito cara" e a "atração do conforto pacífico dos subúrbios desinteressantes", ainda que não para todos.

---

[54] Sassen, Saskia a*pud* Castells, *op.cit.*, p.410.
[55] Castells, *op. cit.*, p. 425.
[56] Gottdiener, Mark. A teoria da crise e reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. *In*: Reestruturação urbana: tendências e desafios/ Lícia Valladares, Edmond Preteceille, coordenadores. São Paulo: Nobel, 1990, p.59-78. Para o autor, há um reducionismo no tratamento da questão por Castells, uma vez que a desconcentração vem ocorrendo em vários espaços urbanos, inclusive os que vivenciam os impactos da alta tecnologia.

O espaço dos fluxos seria assim a "organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos".[57] Sua descrição requer a combinação de três camadas que se unem para constituí-lo. Uma primeira, diz respeito ao "suporte material de práticas simultâneas" que atribui sentido aos lugares por pertencerem à rede; uma segunda camada que seria a dos nós, os centros de funções estratégicas e de comunicação; finalmente, a organização espacial das elites gerenciais dominantes, compondo a última camada. Vale destacar seus comentários sobre a unificação das paisagens que resulta das práticas desta última camada, seja sob a forma de segregação residencial ou pela restrição e controle dos acessos aos espaços públicos, ou ainda pela homogeneização dos lugares de interesse aos espaços dos fluxos, como hotéis, aeroportos, nós da ou na rede.

Neste sentido, cabe recuperar a descrição de Trude, cidade contínua denunciada por Italo Calvino, por sua ausência de identidade.

> "Se ao aterrissar em Trude eu não tivesse lido o nome da cidade escrito num grande letreiro, pensaria ter chegado ao mesmo aeroporto de onde havia partido. Os subúrbios que me fizeram atravessar não eram diferentes dos da cidade anterior, com as mesmas casas amarelinhas e verdinhas... As ruas do centro exibiam mercadorias embalagens rótulos que não variavam em nada. Era a primeira vez que eu vinha a Trude, mas já conhecia o hotel em que por acaso me hospedei;...
>
> Por que vir a Trude, perguntava-me. E sentia vontade de partir.
>
> Pode partir quando quiser - disseram-me -, mas você chegará a outra Trude, igual ponto por ponto; o mundo é recoberto por uma única Trude que não tem começo nem fim, só muda o nome no aeroporto".[58]

Neste contraponto é apresentada uma alternativa da dimensão Ser, oriunda da experiência humana de relação com seus lugares de vida. Através do conceito "o espaço dos lugares", Castells recupera o lugar, "... local cuja forma, função e significado são independentes dentro da fronteira da contigüidade física".[59] Como exemplo, retrata a sua Belleville, que o acolheu como exilado político, em chegada a Paris, numa

---

[57] Castells, *op. cit.*, p.436.
[58] Calvino, Ítalo. Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.118.
[59] Castells, *op. cit.*, p 447.

passagem que relembra Berman, quando recupera seus tormentos individuais, quando da destruição do Bronx sob a ação do planejamento urbano de Moses.[60]

No conceito de lugar e com respeito ao espaço vivido, em direção ao fecho possível na discussão dos processos espaciais, torna-se difícil deixar de pensar em Lefebvre e a inversão de hierarquias, quando da efetiva revolução urbana, assumindo o nível P, o privado, das práticas urbanas, do habitar e do habitat outro caráter que não o de final de história, rodapé de página.

Resgatando estes autores e suas idéias, tivemos como objetivo discutir o conceito e significado dos processos espaciais. Nesta construção, eles foram compreendidos como processos sociais, espacializados como resultado da relação entre indivíduos, sem mediações de outras instâncias que não as culturais e biológicas; foram vistos como produto das determinações econômicas, resultado de forças de mercado, assumindo formas espaciais diferenciadas; foram considerados como forças produtivas do modo de produção capitalista. Estariam ainda assumindo novas e intrincadas possibilidades de transformação social, no contexto do urbano quase completado na escala planetária, quando às cidades impõe uma poderosa dissociação dos seus anteriores significados, alterando sentidos numa construção de contrários.

Uma consideração, no entanto, merece destaque. As formas resultantes dos processos espaciais se apresentam, salvo cataclismas, guerras e outras incursões traumáticas, como tempo cristalizado, atrelado na paisagem. Em sintonia ou defasadas dos ritmos dominantes da economia, não importa, elas persistem mesmo que apenas enquanto imagem, sentimento não materializado da memória individual e coletiva. Apesar de receberem novos sentidos, acumulam dupla identidade. Somam passado e presente, realidade e virtualidades. Além disso, os processos espaciais reconhecidos e estudados em suas formas de fim de século ganharam complexidade. Estas estariam relacionadas ao tempo dos signos, após o "tempo dos deuses, o tempo do corpo, o tempo das máquinas" como dizia o Professor Milton Santos sobre o tempo em que "os signos baralham porque tomam o lugar das coisas verdadeiras".[61]

---

[60] Bermann, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 279.

[61] Santos, Milton. O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec-Anpur, 2002, p.15-22.

Surpreendentemente simples na síntese dos impactos da velocidade, da aceleração, da competitividade, da globalização que “falsifica, corrompe, desequilibra, destrói”, que nubla a capacidade de pensar as diferenças, sua indicação está na oferta de mais uma dimensão para a análise do espaço. Ela estaria em sua “espessura, a profundidade do acontecer, graças ao número e diversidade enorme dos objetos, isto é, fixos, de que, hoje, é formado e ao número exponencial de ações, isto é, fluxos, que o atravessam”, mas considera que a possibilidade de verificação desta dimensão encontra-se em pessoas e lugares, meio de construção efetiva da globalização. Na sua consideração, aos esforços de desagregação promovidos pela globalização, impõe-se o lugar como “acontecer homogêneo” ou “solidário”, onde há aglutinação, combinação, configuração, normas, regulação. Onde “o tempo do cotidiano compartilhado é um plural, o tempo dentro do tempo”. Onde o espaço, ganha a conotação de “temporalização prática,... considerando todas as dimensões do acontecer”. E se o “acontecer é balizado pelo lugar, e nesse sentido é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço”.

Na retomada de atenção sobre o lugar e o cotidiano, uma dimensão considerada perdida na grande realização da impessoalidade humana, das cidades do anonimato, da superficialidade, da transitoriedade e da velocidade e da aceleração de acontecimentos estaria contida uma multiplicidade perspectivas para o estudo do tempo e do espaço. Acreditando numa geografia refundada, movida pela busca de instrumentos para dar conta desta análise, Santos indica o espaço do homem, nunca tão significativo para o destino da história, “teatro da ação”, “domínio da liberdade”, “para compreender e mudar”.[62]

Para indicar os caminhos, a citação de Calvino também pode ser inspiradora:

> “O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço”. [63]

---

[62] *Id*, p.21 e 22.
[63] Calvino, *op. cit.*, p. 150.

Da área central à cidade global e à pulverização de centralidades.

> "A centralidade ad-vém desde o primeiro re-colhimento e da primeira re-coleção de objetos dispersos na natureza, desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos. Ela anunciava sua realização virtual".[64]

No panorama urbano do início do século XX, o virtual já era concreto. As cidades mantinham as dimensões do encontro e da reunião, mas muitas delas, já haviam ultrapassado o limiar das trocas comerciais para se estabelecerem como centros da produção industrial. Ainda assim, persistia uma organização espacial que gravitava ao redor de seu centro histórico, simbólico e de negócios.

Na Europa, a visão conturbada da Paris e Londres do século XIX como cidades das multidões, visibilidade negativa sobre os efeitos da concentração das massas humanas, do vício, perigo e crime, descritas e decantadas por escritores, teóricos e artistas havia sido atacada pela prática do urbanismo de varreduras das questões sociais localizadas, consideradas problemas espaciais significativos das áreas centrais. A reforma da capital francesa realizada pelo Barão de Haussmann, as melhorias sanitárias e ambientais aplicadas nas cidades inglesas, as utopias da moradia do trabalhador indicavam caminhos que deviam ser percorridos em nome da ordem urbana, apesar destas ações evidenciarem muito mais a reapropriação de áreas simbólicas ou de valor imobiliário. Nas indicações das formulações críticas, as operações de limpeza do social inadequado seriam uma prática:

> "... generalizada de abrir brechas nos bairros operários, sobretudo nos situados no centro das grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro ou a exigências de circulação, como estações ferroviárias, ruas, etc. Qualquer que seja o motivo, o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e os becos mais escandalosos desapareceram e a burguesia glorifica-se altamente com esses grandes sucessos – mas ruelas e becos reaparecem imediata e freqüentemente muito próximos".[65]

---

[64] Lefebvre, *op. cit.*, p.115.
[65] Engels, Friedrich. A questão da Habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e Editora Ltda, 1979, p.49.

No eixo espaço - temporal descrito por Lefebvre, do zero absoluto, da ausência de urbanização até os cem por cento, a urbanização plena, da aldeia à sociedade urbana, expandia-se a formação da zona crítica, implosão-explosão que, segundo o autor, antecedia e anunciava o urbano, em seu conceito "virtualidade iluminadora". Nas suas palavras:

> "Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. Mais que isso: o espaço urbano se define, já dissemos, pelo vetor nulo; é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas (...), não se pode teoricamente deixar de defender a concentração urbana, com seus riscos de saturação, de desordem, e suas oportunidades de encontros, de informações, de convergências. Atacá-la, destruí-la, é próprio de um empirismo que, de antemão, destrói o pensamento. O centro só pode, pois, dispersar-se em centralidades parciais e móveis (policentralidade), cujas relações concretas determinam-se conjunturalmente".[66]

No caso americano, já ao início do século XX, o processo de reorganização da divisão espacial do trabalho ocorria com "maior centralização empresarial, aumento da segmentação da força de trabalho em setores monopolistas e de livre concorrência, novas tecnologias de produção e separação entre as funções administrativas e de produção".[67] Como resultado, a produção industrial implantava-se desconcentrada, instalando-se tanto em áreas residenciais mais antigas, quanto "em centros industriais satélites". Na modelagem de base industrial ficavam centrais "as sedes de empresas, os serviços, as repartições governamentais, instituições financeiras e atividades de apoio na prestação de serviços e de vigilância", substitutos das "indústrias perdidas". No balanço final permaneciam centrais, as funções que serviam ao conjunto da cidade ou que requeriam um "considerável contato pessoal".[68]

A moradia, em seu padrão residencial mais alto deixava o centro. Nos subúrbios, novas vizinhanças explicavam-se pelo conforto, presença de amenidades, possibilidades de criação em áreas de expansão urbana de formas edificadas moldadas por modernos

---

[66] Lefebvre, *op. cit.,* p. 93.
[67] Soja, *op. cit.,* p.217.
[68] Blumenfeld, Hans. A metrópole moderna. *In:* Cidades. A urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.62.

artefatos produzidos pela sociedade das máquinas. Justificam-se, ainda, pelo abandono de um ambiente adequado ao trabalho, não mais para viver, conforme apontado por Rémy e Voyé:

> "... enquanto numa sociedade dominada pela agricultura era o trabalho que dispersava e fundava a oposição de tempo e de espaço, entre a semana tempo de actividade dispersa pelo trabalho nos campos- e o domingo- tempo de não trabalho e de ajuntamento no centro –, a urbanização, a associada à industrialização, inverteu as associações; é o trabalho que, durante a semana, agrupa a maioria das pessoas em espaços urbanos reduzidos e mais ou menos centrais, enquanto o não trabalho dispersa em lugares atomizados, entre os quais a habitação ocupa um lugar privilegiado".[69]

Nos Estados Unidos, a urbanização mais intensa no final do século XIX acompanhou esta lógica, vista como disseminadora de "cultura urbana" e não cidades, mesmo levando em conta que quatro em dez americanos viviam em cidades em 1892.[70] No início do século XX, 1900, ainda assim já existiam no mundo onze cidades com mais de um milhão de habitantes. Dentre elas, três estavam no novo continente: Chicago, Nova York, Filadélfia.[71]

Chicago revelou significativo interesse para análises. Tratava-se de cidade nova, comparada às outras duas. Sua população de 20 mil pessoas em 1850 havia alcançado 300 mil em 1871, quando ocorreu um incêndio, evento presumível em situações de edificações muito próximas umas às outras e em madeira. A destruição de 18 mil prédios com 90 mil pessoas desalojadas motivou sua reconstrução, incorporando inovações. A expansão horizontal ampliou o crescimento de áreas residenciais externas, tidas como mais seguras e as novas tecnologias aplicadas às edificações possibilitaram verticalização da área central. A valorização do solo urbano central, estabelecida por potencial em altura, a rigidez dos regulamentos contra incêndios criaram uma nova fisionomia de centro, com construções altas, uma "concentração homogênea de

---

[69] Rémy, Jean e Voyé, Liliane. A cidade: rumo a uma nova definição? Porto: Edições Afrontamento, 1994, p.93.

[70] Rybczynski, Witold. Vida nas Cidades: expectativas urbanas. Rio de Janeiro: Record, 1996, p.102. Para o autor, o modelo norte-americano foi culturalmente urbano. Sua afirmação é baseada no conforto e na arquitetura sofisticada das propriedades rurais e das cidades coloniais.

[71] Munford, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas; tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.571.

escritórios, hotéis e lojas de departamentos, com algumas instituições culturais. As pessoas trabalhavam, faziam compras e se divertiam no centro, mas não moravam lá".[72] Começava assim a germinar um ambiente diferente do urbano central ou das moradias plantadas no campo, anunciando a produção dos subúrbios do século XX.[73]

O fato de Chicago apresentar o maior índice de migrantes dos Estados Unidos, nove em cada dez de primeira ou segunda geração a partir de 1880, colaborou para que seu crescimento fosse encarado como um fenômeno não igualado, até a metade do século XX.[74] Para os interessados na matéria, tratava-se de tema instigante. Afinal, o crescimento da cidade ocorria segundo processos estudados e exaustivamente pesquisados, e em enorme velocidade. Obedecia às determinações de um modo de produção que, embora reconhecido ou questionado, replicava-se, oferecendo uma oportunidade para seu acompanhamento ao vivo, *in loco*. Reproduzia situações, mesmo que guardadas especificidades, vivenciadas na maior parte do mundo ocidental, daí garantidas suas características de modelo.

Nesta formulação mais atualizada, com a liberdade e mobilidade vendidas pela indústria automobilística, as tendências de saída de algumas funções que permaneciam centrais foram aceleradas. Os deslocamentos passavam a ser libertados, não dependentes dos sistemas de transportes fixos, podendo ocorrer por todo o território que dispusesse de vias e rodovias, muito mais rápidas de produzir que os anteriores eixos ferroviários. Facilitados pelas inovações tecnológicas, mas não necessariamente seu resultado, os subúrbios e as baixas densidades de população tornaram-se elementos destacados do modo de urbanização americano.

A "suburbanização ampliada" ocorria na direção de cidades periféricas aos maiores núcleos urbanos, mas não as anexava, fragmentando assim um possível controle político dos resultados espaciais. Soja arremata a imagem da paisagem urbana

---

[72] Rybczynski,*op. cit.*, p.108.

[73] Segundo Gottdiener, *op.cit.*,p.239, o fenômeno foi ocultado pela própria prática da cidade em anexar as áreas suburbanas, fato que acabou por delegar à atuação da indústria automobilística, na década de 1920, a criação dos subúrbios.

[74] Para Davis, os mais famosos desastres naturais foram decisivos na competição "darwiniana"entre cidades americanas. Em Los Angeles, sua população de um milhão de habitantes em 1920 encontraria explicação na fuga da população de São Francisco, após o terremoto de 1906. Ver: Davis, Mike. A Ecologia do Medo. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.43.

resultante indicando que ela "não apenas se estendeu por uma área muito mais vasta, como também se rompeu em muitos mais pedaços".[75]

A formação de extensas áreas urbanizadas, metrópoles apresentadas como combinação de crescimento demográfico e anexação funcional de comunidades anteriormente autônomas são discutida por Gottdiener,[76] questionando as teorias derivadas da ecologia humana, em dois paradigmas, pré e pós-segunda guerra, conduzindo à formulação de uma "perspectiva crítica sobre desconcentração", desenvolvida sobretudo para o panorama pós-segunda guerra. Naquele contexto, ao quadro da "mudança centrífuga de pessoas, indústria e comércio da cidade central para regiões suburbanas" são acrescidas alterações nas direções das taxas de crescimento econômico no território americano, reorientadas para a costa oeste, sobretudo pela permanente economia de guerra (Mandel, 1975) conduzida pelo Estado. Na linha de raciocínio de Soja seriam, entretanto, as crises do capitalismo, iniciadas por "períodos de recessão, repressão e sublevação social que marcam o término de longas fases de crescimento" indicativas de "reestruturações" do capital e "recontextualização da espacialidade da vida social que formulariam bases de uma geografia humana diferente". Sua interpretação também enfatiza a intervenção direta do Estado no processo da produção para consolidar um sistema urbano promovido por administração do Estado que tomou forma no período da grande depressão e impulsionou-se no pós-guerra.[77] A experiência de produção e planejamento de massa na época da guerra foi, segundo Harvey, o meio propício para fazer germinar um vasto programa de reconstrução, reformulação e renovação urbana.[78] As conseqüências de políticas de subsídios para a habitação, investimentos em estradas e infra-estrutura teriam promovido um processo combinado de suburbanização acelerada, metropolização expansiva, fragmentação política e decadência da área central, para o caso norte-americano. Para Smith (2000), entretanto, as generalizações e submissões a tais definições espaciais como metáforas, escamoteariam o reconhecimento das escalas

[75] Soja, *op. cit.*, p.217.
[76] Gottdiener, *op. cit.*, p.37-50.
[77] Soja, *op. cit.*, p. 219.
[78] Harvey, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p.71.

geográficas como "critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares".[79]

Em função da imposição dos Estados Unidos como nação hegemônica no mundo ocidental, em meados do século XX, encontra-se sua consideração como alicerce para as características do urbano que emerge como modelo desde então.

A ausência de identidade, a anomia urbana provocada pela vida isolada nos subúrbios infindáveis, o gigantismo das cidades, a explosão demográfica, a incapacidade de resposta aos problemas urbanos assim como o esvaziamento dos antigos centros políticos e econômicos de decisão desdobraram-se em temas freqüentes dos interessados na matéria cidades, configurando uma versão de crise.

Dentre estas possibilidades recortamos o assunto relativo às áreas centrais, seu esvaziamento econômico e a perda de suas características mais simbólicas como núcleo da formação sócio-espacial.

A retomada da centralidade perdida

As intervenções sobre as localizações de origem das cidades ocorreram em freqüência significativa ao longo da história. Estiveram presentes na Roma do Papa Sixto V, modelando a cidade a sua maior utilização por parte dos peregrinos no fim do século XVI, aconteceram quando cataclismas e sinistros destruíram cidades como Lisboa (1755), São Francisco (1906), Londres (1666) ou Chicago (1871). Foram também instrumentos de reforma urbana, atacando contexto social considerado perigoso à saúde pública ou à manutenção das ordens estabelecidas em cidades como Rio de Janeiro (1902) e Paris (1860). Serviram à promoção de transformações do sistema viário, para readaptar o espaço aos novos ritmos e velocidades de circulação das mercadorias e pessoas, como Nova York (aos tempos de Moses), ou à reconstrução da nação devastada por guerras, como Varsóvia. Foram também laboratórios para implantação de modelos urbanos em defesa da modernidade, eliminando traços do passado, como em Paris, felizmente apenas exercício de criação para o Plan Voisin de Le Corbusier. Mais recentemente, criaram caminhos para o surgimento de uma

[79] Smith, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. *In*: O Espaço da Diferença. Arantes, Antonio A. (org.). Campinas: São Paulo, Papirus, 2000, p.142.

exploração econômica da cultura, incorporando ações públicas e privadas, como o caso de Barcelona, conformando uma corrente de intervenção sobre o espaço a ser posteriormente comentada.

Nas distintas realidades em que se aplicaram, tanto no tempo, quanto no recorte espacial localizado, é possível sistematizar algumas das correntes de pensamento que representavam. No geral, tornaram-se conhecidas por expressões iniciadas por um "re" anexado às diversas intenções, nem sempre completamente esclarecidas. Expressões como re-novação, re-vitalização, re-qualificação, re-abilitação, re-urbanização ou re-desenvolvimento rotularam ações públicas, em maior ou menor parceria ao setor privado, ao longo da história urbana do século XX.

Numa primeira leva receberam a condução de programas voltados à **renovação urbana**, desencadeada para prover ruptura do ciclo de decadência de áreas centrais, sobretudo nas cidades americanas que cresciam de costas e para longe dos antigos centros. Originalmente, tais programas destinavam-se ao enfrentamento do que foi considerado o maior inimigo das áreas centrais: a moradia insalubre e densamente ocupada por amontoado de migrantes. Nestes guetos de pobreza, densos, e em suas etnias estariam localizadas as causas da desvalorização vivenciada nas áreas centrais americanas, significando perdas de arrecadação nos impostos sobre as habitações e atividades que se deslocavam para fora das cidades ou na direção de outras menores. Depois de muitos anos de crescimento indiscriminado, que garantiu grandes lucros aos proprietários dos imóveis decadentes, a massa humana moradora dos cortiços havia sido vasculhada por pesquisas, sobretudo pelos sociólogos urbanos. Eram conhecidas sua composição e questões de fundo por levantamentos realizados nas zonas decadentes, periféricas e coladas aos centros urbanos, onde proliferavam os "*slums*[80] e *bad lands*, com suas regiões submersas de pobreza, degradação e doença e seus *bas-fonds* de crime e vício".[81] .

Os programas americanos que começaram a tratar a questão tinham nomes sugestivos como Comissão de Remoção de *Slums* (Nova York) ou Comissão de

[80] Eram definidos como áreas de habitações deterioradas, geralmente escuras e esfumaçadas, que se acham nas grandes cidades industrializadas. Ver: Park, Robert E.. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. *In*: Piersen, Donald. Estudos de Ecologia Humana, Tomo 1. São Paulo: Martins Editora S.A.,1948,p.134, nota de rodapé.

[81] Burgess, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. *In:* Piersen, Donald. Estudos de Ecologia Humana, Tomo 1. São Paulo: Martins Editora S.A.,1948,p.361.

Limpeza da Terra (Chicago),[82] evidenciando sua orientação. A atuação foi ampliada quando a promoção de moradia adequada aos veteranos de guerra, na forma de "um lar decente e um ambiente agradável à volta de cada família americana",[83] tornou-se um compromisso de governo com a aprovação pelo Congresso, em 1949, da lei conhecida como "Housing Act".

Ao receberem recursos de um programa federal mais amplo, o Ato de Ajuda Federal às Rodovias, de 1956, inicialmente destinado à melhoria das estradas, mas que acabou por ser utilizado também para modernização da malha viária das cidades, redirecionado por poderosos interesses locais, as renovações urbanas realizadas nos Estados Unidos resultaram em incursões devastadoras. No país, totalizaram investimentos da ordem de 113 milhões de dólares entre 1949 a 1957. No mesmo período, apenas Nova York investiu 267 milhões em renovações urbanas, combinando acessos, pontes, autopistas e áreas, sob o férreo comando de Robert Moses, o mais conhecido construtor/demolidor de seu tempo.[84]

A renovação urbana como instrumento de intervenção sobre o espaço urbano era entendida como desencadeadora de: "processos através dos quais as cidades são mantidas e reconstruídas: a construção de casas novas no lugar das antigas, a transformação de ruas antigas em ruas novas, o zoneamento das facilidades industriais, a reconstrução de serviços públicos". A intenção destes processos levaria à "reabilitação, à demolição e à reconstrução; às leis e aos mecanismos administrativos e financeiros ligados à reconstrução e à reabilitação".[85]

Para dar conta deste "passar a limpo" reuniam-se as atuações dos governos locais de planejamento, os créditos federais para remoção e construção de moradias consubstanciados num poderoso instrumento legal que permitia a desapropriação não apenas para uso público, mas também para desenvolvimento de projetos privados, aprovados pelos órgãos envolvidos na operação. Para este fim, o governo federal propunha-se a cobrir de 2/3 a 3/4 da diferença entre o custo da terra e o preço que a iniciativa privada se dispunha a pagar.

---

[82] Glazer, Nathan. A renovação das cidades. *In*: Cidades: a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.190.
[83] Rybczynski, *op. cit.*, p.145
[84] Hall, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995, p. 269.
[85] Glazer, *op. cit.*, p.189.

Nos muitos problemas decorrentes de intervenções de tal magnitude podem ser apontados os conflitos de interesses presentes entre: as administrações locais, preocupadas com o esvaziamento econômico das áreas sob sua jurisdição; os construtores privados, voltados à manutenção da lucratividade dos setores comerciais e imobiliários; os urbanistas, envolvidos com seus ideais modernistas e uma comunidade estabelecida; as autoridades federais, centralizando a condução de programas em caráter nacional. Na outra ponta, estava a população, formada por redutos étnicos, migrantes ou população negra que buscava emprego nas cidades industrializadas do norte.[86] Ao fim, a renovação urbana transformou-se em poderoso instrumento para expulsão desta população e reinserção de localizações que haviam perdido seu valor imobiliário no mercado de terras urbanas centrais. As áreas antigas, com suas ruas e construções consideradas inadequadas eram apresentadas como forma a ser destruída, substituídas por grandes eixos de circulação e edificações modernas, inspiradas nos ideais da arquitetura funcionalista, como verdadeiras máquinas de morar e de trabalhar.[87] Seus reais objetivos eram evidenciados quando no balanço das operações, até março de 1961, o que havia sido destruído era quatro vezes maior do que o construído.[88] E ainda assim, quando o que se concretizou como obra, acabou por gerar um outro problema, considerando a escala e as formas arquitetônicas adotadas.

A adoção do conceito baseado no "saneamento do espaço coletivo-o restabelecimento de um princípio de ordem como totalidade racional e cultural, a

---

[86] A migração da população negra dos estados do sul em direção à região norte, teve seu auge em meados dos anos de 1940 e cerca de 1970. Neste período, cinco milhões de pessoas saíram do sul rural para o norte urbano. Em 1940, ¾ dos negros americanos moravam no sul, e pelo menos a metade, no campo. Em 1970, só a metade estava no sul e menos de ¼ no campo. A intensificação das migrações ligou-se ao racismo sulista, à oferta de empregos na indústria e às transformações na produção do algodão pelo uso da colhedeira mecânica. Em 1940, Chicago possuía uma população negra de 278 mil pessoas. Em 1960, eram 800 mil. Ver: Rybczynski,*op. cit.*, p.153 e 154.

[87] A construção do conjunto residencial Cabrini-Green, ao norte de Chicago iniciada em 1955 reunia 10 mil pessoas em 283 mil m² em edificações de 10 a 19 andares. Em Saint Louis, o projeto Pruitt-Igoe construído em 1955-56, com 33 blocos e mais de 2.800 apartamentos, solução para moradia popular de alta densidade, foi destruído por implosão em 15 de julho de 1972, por volta das 15.32 h. Charles Jencks, defensor da corrente pós-moderna na arquitetura e urbanismo, apresenta o momento como o de morte da arquitetura moderna.

[88] Hall, *op. cit.*, p. 273.

tentativa de recuperar, através da iconicidade arquitetônica, a harmonia do espaço urbano",[89] deixou, por onde passou, profundas marcas.[90]

Os argumentos e as ações do planejamento urbano que desconheciam a memória, o uso consolidado, a rua como elemento integrador da vida urbana e os processos de interação social que a cidade tradicional oferecia tornaram-se objeto de vigorosa crítica. Na visão da principal voz que se posicionou contra o movimento moderno nas cidades americanas, atacar a cidade para equacionar seus problemas, sobretudo sua aparente desordem indicava o desconhecimento de "...uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. Sua essência é a complexidade do uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos".[91] Por outro lado, ao ditame da segregação de funções e seu isolamento em zoneamento exclusivo era apontada a evidência que os locais com diversidade de usos, como os centros das cidades, ofereciam como incubação de atividades e riqueza. Vista por outro ângulo, a decadência dos centros das cidades norte-americanas não seria "misteriosa, nem se deve à sua anacronia, nem ao fato de os usuários terem sido afugentados pelos automóveis. Eles estão sendo estupidamente assassinados, em boa parte por políticas deliberadas de separar os usos de lazer dos de trabalho, em conseqüência de que isto seja um planejamento urbano ordenado".[92]

Embora a repercussão do trabalho de Jane Jacobs tenha colaborado na formação de movimentos sociais em prol da preservação de várias partes da cidade de Nova York, em vários sentidos a "mais não americana cidade do país",[93] no geral, o padrão americano de urbanização dispersa não foi afetado, permanecendo em expansão, respeitando uma combinação de esvaziamento das áreas centrais, centros decadentes e formação de subúrbios intermináveis. Com isto, a visibilidade referente às questões urbanas passou a assumir um viés de perda de identidade da cidade e de seus moradores, afundada numa hipertrofia que tendia a construir sua derrocada.

---

[89] Ferrara, Lucrécia D'Aléssio. Ver a cidade. São Paulo: Nobel, 1988, p.63.
[90] Harvey considera que a crítica ao movimento moderno é muitas vezes excessiva, apontando a reconstrução em massa, os recursos disponíveis, a rapidez da execução e os bons exemplos de arquitetura como outros olhares necessários ao enfoque pós-moderno. Ver: Harvey, *op.cit.*, p.72.
[91] Jacobs, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2001, p.52.
[92] *Id.*, p. 188.
[93] Castells, *op. cit.*, p. 426.

O impacto desta constatação afetou vários países. Na Europa, o governo do Reino Unido, desde 1946, reconstruía o país, rompendo a cadeia de crescimento das grandes cidades. A guerra havia demonstrado os riscos da concentração de população em poucos pontos de seu território.[94] A estratégia do governo estava em prover as cidades novas, auto-suficientes, distantes entre 20 e 40 km dos grandes centros, equipadas para suprir as necessidades de suas populações de tamanho controlado. Na França, adotava-se esquema semelhante, voltado para a orientação do controle do crescimento urbano por fortalecimento das periferias urbanas, definidas como ZUPs, "zonas de urbanização prioritária" ao redor dos grandes centros, dotadas de serviços e equipamentos urbanos.

No Brasil, a revista Realidade, em número especial de maio de 1972, dedicou seis meses de pesquisas à exploração do tema "Nossas Cidades". Os motivos do interesse, destacados no editorial da revista, apontavam 56% de brasileiros vivendo em cidades, resultado do Censo de 1970, publicado no segundo semestre de 1971. Nas reportagens, realizadas no Brasil e no mundo, eram enfocados os males da concentração, "os sinais sombrios da poluição e desordem provocados pelo vertiginoso crescimento demográfico". As evidências que descreviam o incremento da urbanização à brasileira estavam na formação de núcleos densos, saturados, e de periferias desassistidas, como perversa maneira de distribuir os intensos fluxos migratórios. No caso de São Paulo, o 1, 3 milhão de migrantes chegados entre 1960 e 1970 motivavam alertas contra o gigantismo da cidade e o discurso de seu próprio prefeito que "São Paulo precisa parar".[95]

Os contrastes e desigualdades sociais, a dimensão territorial, a emergência de *megacities* em países de terceiro mundo conformaram o resultado de vários anos de expansão de um modelo de desenvolvimento industrial, que passou a sofrer transformações significativas posteriores ao fim da segunda guerra mundial. Estas configuraram o que Santos (1988) chamou de período tecnológico ou técnico-científico e, um pouco mais tarde (1997), de período técnico-científico-informacional, cujo teor

---

[94] Londres e Glasgow juntas detinham um percentual de 20% da população do país que poderiam ter sido dizimadas pelos bombardeios alemães.

[95] A afirmação teria sido do prefeito da cidade de São Paulo entre 1971 e 1973, engenheiro José Carlos de Figueiredo Ferraz. Foi motivo para sua demissão do cargo, mas resultou em livro. Ver: Ferraz, J C de Figueiredo. São Paulo e seu futuro. Antes que seja tarde demais. Rio de Janeiro: IBAM, 1976.

revela-se por maior impacto na base tecnológica em função do crescimento de setores de serviços, comunicações e informações.

Este período, em que se aceleram mudanças, recebeu várias interpretações. Kumar (1997, p.15) sintetiza e trabalha alternativas para sua interpretação teórica, apresentando-as como a celebração do surgimento de uma sociedade pós-industrial, defendida inicialmente por Daniel Bell (1973), sociólogo de Harvard, que alcançou popularidade com ampla divulgação dos livros de Peter Drucker (1969) e Alvin Toffler (1970). Aponta a retomada do tema por Bell, ampliando a conceituação anterior para determinar o nascimento de sociedade de informação, numa visão ajustada " à tradição liberal, progressivista do pensamento ocidental". Na linha do pensamento marxista, apresenta o pós- fordismo, forma de apelo " a algum conceito do desenvolvimento capitalista como motor da mudança". E completa a listagem com a mais "abrangente", "eclética" e "escorregadia" das teorias, a pós-moderna.

Ainda que reflitam posicionamentos distintos, em todas as possíveis linhas de pensamento registra-se a evidência do acontecimento urbano para as últimas décadas do século XX: controverso, irrequieto, multifacetado, revelando-se em muitos padrões para o conhecido e estudado processo produtivo. Para ampliar seus efeitos desestruturadores, acontecendo em velocidade vertiginosa e realinhando a produção em todo o mundo.

As mudanças dos anos setenta

Os anos setenta representaram inflexões importantes para o tratamento do espaço urbano nos países mais avançados. Em geral, a orientação do crescimento urbano desconcentrado mantido pelo Estado, com significativa inversão de recursos, rompeu-se. Por outro lado, as demandas das cidades maiores quanto ao equacionamento do esvaziamento de atrativos e perda de vitalidade econômica mantinham-se como questões de fundo. Numa demonstração do panorama complexo que se delineava, Nova York estava falindo em 1975.

Para Harvey,[96] há concordância generalizada sobre as economias capitalistas terem sido bastante afetadas pela recessão iniciada com a crise do petróleo de 1973,

[96] Havey, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *In*: Cidades: Estratégias Gerenciais. Revista Espaço & Debates, n° 39, São Paulo, 1996, p. 48-64.

tendo como conseqüência, a exposição de vários sintomas: desindustrialização, desemprego, austeridade fiscal, neoconservadorismo, maiores apelos à racionalidade do mercado e à privatização.

Sevcenko (2001), ao comentar alternativas frente à crise no mercado internacional, destaca como mudança importante a liberação de controles cambiais, iniciada pelos Estados Unidos ao abandonar o padrão-ouro como base do mecanismo cambial.[97] Com amarras soltas dos controles anteriores, os fluxos de capital ultrapassaram fronteiras nacionais para alcançar qualquer parte do mundo que reunisse condições favoráveis aos investimentos. Para as grandes corporações, conformou-se um ambiente adequado às mudanças de localização em busca do que lhes era favorável.[98] Em benefício do giro dos capitais, sobretudo financeiros, atuou ainda o avanço sem precedentes das comunicações à distância, apoiadas em redes de computadores, fibras ópticas, satélites e plataformas de computação padronizadas, que passaram a permitir sua circulação, mundial e ininterrupta, com transações em tempo real, não importando o lugar ou o horário.

Com esta dupla entrada formou-se uma nova versão do mundo globalizado. Embora para muitos já houvesse uma mundialização das relações econômicas no passado (Hirst e Thompson, 1996, Sevcenko, 2001) não é possível desconsiderar as diferenças deste período para a "era pós-guerra do *welfare state* keynesiano".[99]

No rol das inúmeras distinções estava a cidade como "palavra mágica", locais de riqueza e dinamismo, centros de consumo para privilegiados e enfadados moradores dos infindáveis e monótonos núcleos residenciais dispersos. Segundo Peter Hall, da crise dos anos setenta decorre uma "reviravolta do movimento urbanístico", que teria levado ao descrédito o planejamento convencional com seus planos e regulamentos. Em sua avaliação, este impacto não teria sido tão forte nos Estados Unidos, quanto o foi na Europa, considerando suas características de livre iniciativa e a frágil aderência ao planejamento regulador. Seja como for, na raiz típica do modelo americano, a questão

---

[97] Trata-se do fim do Sistema de Bretton Woods acordado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

[98] Sevcenko, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.23-30.

[99] Giddens, Anthony. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.39.

passou a conectar-se às cidades como "máquinas de produzir riqueza" (Hall, 1995, p.407).

Uma nova linha de intervenção iniciou-se com programas de **revitalização urbana** em algumas cidades americanas. Boston havia dado partida na década de cinqüenta, desencadeando um processo de reaproveitamento de antigas instalações portuárias desativadas, voltando-as para o ócio e lazer, não sem aliar uma melhor ambiência à promoção da recuperação de áreas para o mercado imobiliário no futuro, com investimentos em hotéis, habitações, escritórios e comércio. A fórmula foi seguida por Baltimore, uma cidade profundamente afetada pela onda de suburbanização e pela crise da desindustrialização.[100] Em ambas, destacava-se a figura do James Rouse como líder empreendedor. Apesar de sua experiência ter sido moldada num contexto em que predominavam as operações de renovação urbana e criação de novas cidades, deve-se a ele um salto qualitativo, gerando o que seria uma nova modalidade de intervenção urbana. As operações não mais arrasariam toda a área em que atuavam. Passariam a usar um *mix* de atividades mais diversificado e inaugurariam um novo conceito, o de "reutilização adaptável: recuperação e reciclagem das antigas estruturas físicas para novos usos".[101] Muitas outras iniciativas semelhantes começaram a ocorrer, por seleção de áreas portuárias desativadas ou pequenos portos destinados à atividades pesqueiras. Aliás, no caso americano, com vários projetos conduzidos pela mesma Rouse Company.

Para Arantes (2002, p.23), Baltimore representa um marco, com a introdução da "arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, efemeridade e de *jouissance*, etc".

A nova fórmula delineou um novo modelo. Além de fomentar o uso turístico das áreas, adotava um conceito mais abrangente com relação aos elementos edificados, ditando "uma nova postura que se distancia igualmente tanto dos processos traumáticos de renovação quanto das atitudes exageradamente conservacionistas".[102] Para Hall (1995, p.413) o que passou a ser engendrado iniciava "a criação deliberada da cidade-como-palco". Em suas palavras, "como um teatro, ela copia a vida real, mas não é a

---

[100] Hall inicia sua exposição sobre o caso das duas cidades, "dois grandes exemplos patentes da revitalização urbana em sua primeira fase" sob o título "a rousificação da América". A citação refere-se ao conhecido empreendedor de Baltimore, James Rouse, que havia construído Colúmbia, uma das mais famosas cidades novas americanas, em Maryland.

[101] Hall, *op. cit.*, p.413.

[102] Del Rio, Vicente. Desenho urbano e revitalização na árae portuária do Rio de Janeiro. A contribuição do estudo de percepção ambiental. Tese de doutorado. FAU-USP, 1991, p.51.

vida urbana de verdade". Sua analogia seria, para a América, a Disneylândia, limpa, "saneada", "segura", "imaginária", naquele modelo de parque de diversões, infelizmente real. A exploração da vertente das experiências americanas ligada à recriação do mundo pelo olhar do criativo empresário Walt Disney foi explorada por Zukin(1991), numa avaliação de como a paisagem produzida em seus complexos parques de lazer tornou-se arquetípica do poder, "estruturante da pós-modernidade e estruturada por ela".[103] Naquele momento, o processo estava apenas começando.

Como uma ação sobre as áreas urbanas, voltada à recuperação do dinamismo econômico ou mesmo contenção de reações em cadeia, sob o emblema da "re-vitalização", iniciativas semelhantes espalharam-se pelo mundo. Num primeiro momento dedicaram-se aos locais que reuniam condições explícitas das transformações tecnológicas. Por exemplo, instalações portuárias das cidades industriais, como principais núcleos de circulação das mercadorias pelo mundo no século XIX, tornados obsoletos pelo próprio incremento de tais atividades, num processo que ocorria aliado à maior capacidade de transporte dos navios e da emergência do novo sistema de armazenagem das cargas, os *contêineres*. A necessidade de refuncionalização destas áreas era imprescindível, uma vez que suas localizações eram, quando não centrais, configuradas como tal após muitos anos do crescimento urbano. Além disso, em geral apresentavam-se como áreas de contato, típicas zonas de conflito e cooperação (Hoyle,1988)[104] entre as cidades e seus portos, permitindo um processo de reconversão bastante amplo, que beneficiava as orlas portuárias, mas sobretudo, as cidades.

As mudanças iniciadas nos anos cinqüenta, que haviam afetado alguns portos americanos, se alastraram, alcançando a Europa e deixando ociosos, entre outros, os 2.000 ha do porto de Londres. Aí a modelagem da operação de revitalização urbana, entretanto, não foi tão objetiva como o fora em Baltimore. Sua realização teve que enfrentar uma maior pressão dos interesses das classes trabalhadoras, revisar concepções iniciais, consideradas inconsistentes nos primeiros planos de ocupação, resolver a ausência de suporte financeiro aos projetos que seriam desenvolvidos, mas,

---

[103] Zukin, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: Arantes, Antonio A.(org).O espaço da diferença.Campinas, SP: Papirus, 2000,p.95.

[104] Casariego, Joaquín *et al*. Waterfronts de nuevo, transformaciones em los frentes urbanos de agua. Las Palmas, Espanha: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canárias, 1999, p.92.

ainda assim, Docklands revelou-se a maior operação de "revitalização urbana" realizada na Europa ao longo dos anos oitenta. [105]

A experiência de Docklands, ainda que de difícil maturação inicial, demonstrou seus potenciais efeitos de reconversão do espaço urbano,[106] tendo propiciado a expansão do conceito para incorporar outras áreas desativadas, como pátios ferroviários ou estações inoperantes, no caso europeu, ociosas pela introdução dos trens de alta velocidade. Além disso, o aproveitamento de oportunidades, como a promoção de eventos de porte internacional, ou a introdução de atividades inovadoras, de caráter privado ou público, eram também consideradas como indicações adequadas à formulação deste tipo de intervenção.

Dadas as características das terras sobre as quais se aplicavam, propriedades públicas ou semi-públicas, e em função da escala e objetivos iniciais das operações, foram criados novos agentes institucionais, que passaram a responsabilizar-se pelos planos de desenvolvimento destinados a transformar bairros ou setores urbanos.

Harvey (1996) destaca, neste contexto, a transformação das administrações urbanas locais, profundamente afetadas pelo corte de repasses e recursos dos governos centrais frente aos desafios do esvaziamento econômico local e à volatibilidade das decisões das grandes corporações. Sua análise aponta a reorientação da "abordagem do gerenciamento, tão típica dos anos sessenta (...) a formas de ação de empresariamento nos anos setenta e oitenta".

Para o autor, este novo desenho das administrações, incorporava como característica central, a noção de "parceria público-privada", moldada segundo enfoque empresarial, em que os riscos inerentes aos investimentos iniciais eram assumidos pelo poder local, considerando-a um alvo circunscrito ao "investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos", em detrimento da "melhoria das condições em um âmbito especifico".[107] Neste contexto, passaram a surgir ainda iniciativas destinadas à gestão privada de certos setores do

---

[105] Harvey, *op. cit.,* p.59 afirma que: "A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na produção de eventos efêmeros numa dada localidade representam remédios favoritos para economias urbanas moribundas".

[106] Nos anos oitenta houve uma brutal queda dos negócios em Docklands, levantando à falência várias empresas investidoras. Novos capitais, inclusive governamentais desencadearam um novo ciclo de investimentos. Hoje, a localização tornou-se sede de grandes empresas financeiras, serviços e mídia, além de privilegiar o uso residencial de alto padrão.

[107] Harvey, *op.cit.,* p.53.

espaço urbano, voltadas à garantia de seu funcionamento eficiente, compatível ao modo de operação das empresas e interesses comerciais neles localizados. A delimitação de áreas, denominadas BIDs, *Business Improvement Districts*, numa tradução literal, Melhorias das Áreas de Negócios, já era conhecida no território americano como prática para enfrentar o esvaziamento que os *shoppings centers* acarretavam aos antigos centros comerciais. No novo quadro assumiam o controle da segurança, manutenção, transportes, estacionamentos, melhorias físicas, além de desenvolverem uma eficiente política de *marketing*, que em conjunto voltava-se para a revalorização desta fração do espaço. Numa vertente crítica, a decantada parceria público-privada para áreas urbanas centrais operou a transferência do controle da população em recintos privados para espaços públicos das cidades.

Deve ser apontado um outro aspecto para o fortalecimento de tais operações. Aliado à melhoria das condições urbanas em sua aparência, o desenvolvimento de extensos programas de revitalização do espaço urbano fomentava o aquecimento das atividades imobiliárias, demonstradas por Gottdiener(1993) em sua importância no caso americano, incrementava uma política de emprego, ainda que em patamares de renda inferiores aos que haviam desaparecido, promovia condições de desequilíbrio entre as cidades para atração de capitais na acirrada disputa por localizações das grandes corporações, então itinerantes.

Segundo Sassen (1998), a globalização da economia fez surgir uma cultura global que afetou igualmente Estados-Nação, regiões transnacionais e cidades. As cidades globais, como materialização num território dos processos globais, teriam se transformado em locais estratégicos da combinação de "dispersão global das atividades econômicas e [sua] integração global, mediante concentração contínua do controle econômico e da propriedade".[108]

Deste modo, ao contrário das imagens de decadência, fruto de ilimitadas possibilidades de dispersão oriundas das tecnologias de informação, para as cidades que oferecessem possibilidades de implantação dos processos globais, sediando zonas de produção, centros turísticos ou comerciais e financeiros, estaria concorrendo uma força renovadora.

---

[108] Sassen, Saskia. As cidades na economia global. São Paulo: Studio Nobel, 1998, p.16.

Por meio de estudos de casos, Miami, Toronto e Sidney, além dos principais centros mundiais, Sassen avaliou a grande concentração dos setores financeiros e prestação de serviços, pelo que chamava centro de liderança, em escalas regionais, nacionais e transnacionais. Seus comentários sobre a forma desses centros indicavam três padrões característicos. Numa primeira leva, nos anos oitenta, teriam correspondido ao crescimento de lugares de trabalho nas áreas centrais, embora a formação de um "denso eixo estratégico espalhado em região mais ampla", assumindo diversas formas como "cidades limítrofes", "exopolos", "complexos de escritórios em bairros distantes e de alto nível", consolidasse tendências mais atuais. De qualquer modo, alertava a autora, produto da sua conceituação de centro e periferia, ditada pela presença ou não de articulações, por cibervias ou estradas digitais, estariam sendo ampliadas desigualdades sociais, produto de "intensidade cada vez maior da marginalidade de áreas e setores que operam fora do subsistema orientado para o mercado".[109]

Suas indicações sobre "densos eixos estratégicos", interligados, representariam o "novo correlato geográfico do tipo mais avançado de centro", não sendo possível pressupor uma relação simples e direta entre centralidade e entidades geográficas do tipo centro da cidade e distrito central de negócios, uma vez que "o correlato espacial do centro pode assumir várias formas geográficas". Numa situação limite, a centralidade até poderia prescindir dos "correlatos espaciais". Seus exemplos eram os mercados de câmbio exterior operando no ciberespaço ou a formação de centro transterritorial, constituído por meio digital e intensas transações econômicas, composto por cidades interligadas e participantes de um complexo de indústrias e atividades correlatas.[110] Visto deste modo, alternativas de desenvolvimento urbano local, atreladas ao mercado financeiro, seriam variáveis dependentes de outros critérios daqueles que decorriam da pré-existência de funções financeiras concentradas numa determinada área.

Além das características de centros de serviços financeiros e empresariais, Sassen e Roost (2001) apresentam as cidades globais como "locais estratégicos para a coordenação de conglomerados globais de entretenimento". Como lugares de alta diversidade, nelas estariam contidos elementos indutores para formação de um tipo de exploração da cidade como objeto de consumo exótico tanto para seus habitantes, quanto para os de fora. Numa expressão que sintetizaria uma trajetória, aliás bastante

[109] *Id*,p.122.
[110] *Id*,p.126.

nefasta à compreensão do significado do patrimônio cultural das cidades, estaria a constatação de que "o turismo moderno deixa o monumento histórico, a sala de concertos e o museu e se concentra na cena urbana ou precisamente, em alguma versão da cena urbana adequada ao turismo".[111]

Como análise, a ênfase está voltada ao crescimento das empresas de entretenimento, transformadas em conglomerados com atuação em diversos setores, acompanhada de intensificação das atividades transnacionais, alimentada pela formação do que os autores chamam de mega-multimídia, resultado da interação das diferentes tecnologias com um único sentido, intensificar o consumo. O desdobramento da questão remete à atuação destas empresas como protagonistas em operações voltadas à requalificação do espaço urbano que combinam plataformas de mídia e atividades turísticas, sendo selecionados como exemplos: Times Square, em Nova York, pela Walt Disney Company, e Postdamer Platz, em Berlim, pela Sony.[112]

Embora movidas por processos semelhantes aos que ditam conveniências para relocalização dos mercados financeiros, para o setor do entretenimento outras questões pesariam na decisão em prol da manutenção das instalações produtivas em "localidades tradicionais". A explicação estaria na qualificação do material humano concentrado em certas cidades, caracterizadas como pontos de convergência dos talentos requeridos pelo setor. Ainda considerando a complexidade, especialização e complementaridade de serviços requeridos, os autores constatavam uma tendência que promoveria alimentação contínua da localização em favor das cidades globais, dentre as quais Nova York seria o destaque. Entretanto era destacada a apropriação cada vez mais intensa das cidades, grandes mercados de consumo assim entendidas como locais propícios à venda de

---

111 Sassen, Saskia; Roost, Frank. A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento. Revista Espaço & Debates, São Paulo, V. 41, 2001, p.66.

112 Tal processo de intervenção, conceituado no original dos autores pela expressão *redevelopment,* foi traduzida no texto em português por requalificação urbana, sendo acompanhada de nota explicativa que considera este termo mais adequado para o significado de: "investimento coordenado do poder público sobre áreas urbanisticamente consolidadas, consideradas ociosas e estratégicas do ponto de vista da competitividade da cidade ou da ampliação e diversificação de um setor terciário qualificado; operações que, por definição, são inseparáveis da atração, mobilização e parceria do capital imobiliário e financeiro, da indústria de serviços e da mídia".Sassen, Saskia; Roost, Frank, *op. cit*., p. 73, nota 1.

produtos, tremendamente diversificados, alocados numa cadeia de estabelecimentos incluindo cinemas, restaurantes, locadora de vídeos, lojas de roupas etc. Na resultante, estariam sendo rompidas as "antigas distinções entre locais de produção e locais de consumo, traço em toda parte característico do turismo urbano". Segundo apontam os autores, "as necessidades de produção e *marketing* da indústria de entretenimento resultam em uma reformulação da cidade global como uma Meca turística em escala jamais imaginada". [113]

Impactos nas áreas centrais I

Nova York e Berlin, citados como exemplos por Sassen e Roost, são também analisados por Zukin (2000) e Arantes (2003). As implicações das aparentemente benéficas atividades turísticas e de entretenimento, como indústrias que não poluem, geradoras de empregos e divisas, servindo à manutenção do patrimônio edificado e consolidando uma cultura pública por onde se implanta é, por ambas, cruelmente desmontada. Ainda que por construções distintas, as conclusões apontam para o mesmo e único sentido: a apropriação da cidade, em essência uma construção social por diferenças, como mercadoria, segundo Arantes, eleita por viés da cultura, como a vedete da atual rodada.

Sobre o assunto, Zukin afirma que, entre 1900 e 1960, as cidades ofereciam uma possibilidade de leitura mais clara das ordens dispostas no território, sendo a cidade moderna, uma "tapeçaria inalterada". Os modelos urbanos desenvolvidos para cidades como Chicago, por exemplo, apresentavam uma área central, dominada pelo que chama paisagem política, de poder, com seus prédios altos, enquanto o vernacular (não poder) se espalhava por onde existissem brechas. Uma substancial alteração deste modelo teria sido induzida pelo retorno da moradia de classes sociais mais altas para as áreas centrais nos anos sessenta, ampliada por investimentos oriundos da migração de capitais para distintas cidades nos anos setenta, transformada por novos projetos dirigidos aos *yuppies* dos anos oitenta. As áreas residenciais externas periféricas, centros de moradia e seus serviços de apoio também teriam sido afetados, recebendo usos até então não pensados como escritórios, "indústrias limpas" e equipamentos urbanos. Pelo

[113] *Id.,*p.72.

entendimento da autora, a pós-modernidade diria "respeito à recente inversão das identidades sócioespaciais entre paisagem e vernacular que tais mudanças implicam".[114] Vale dizer, o decantado renascimento das áreas centrais, enobrecidas, acarretaria a valorização do remanescente vernacular, incorporado "à paisagem e projetado de volta como uma imagem investida de poder cultural".

Ao indicar, como ponto central para análise, a investigação das estratégias de apropriação cultural em suas articulações com padrões de produção e consumo, Zukin explora duas possibilidades ou formas características: onde a história urbana ainda se faz presente, em cidades menos dilaceradas ou mais diversificadas socialmente, as transformações caminhariam para o seu enobrecimento, com substituição dos seus anteriores ocupantes e atividades; para outros casos, poderia ser recriada, como um lugar de sonhos, um mundo perfeito, um parque de diversões cujo melhor modelo é a Disney.

A posição de Arantes, mais combativa, desmonta o paradigma da ênfase assumida pela dimensão cultural inserida no contexto do planejamento estratégico, como referência e exigência necessária à condição das cidades que pretendem ou disputam inserção no circuito global. Na construção de seu ponto de vista, a ascensão do enfoque da cultura no pensamento sobre as cidades pode ser considerada em dois tempos. Num primeiro, no rastro das tensões sociais dos anos sessenta, corresponderia à evocação dos valores de uso, contraposto à exarcebação das relações de troca inerentes ao sistema econômico. Seria a contra-cultura que teria levado os contestadores da época a propor:

> "Nada mais antivalor (de troca) do que o lugar redescoberto e contraposto ao espaço dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória, porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o habitat ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora".[115]

---

[114] Zukin, Sharon. "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder". *In*: O Espaço da Diferença. Arantes, Antonio A. (org.). Campinas, São Paulo: Papirus, 2000, p.87.

[115] Arantes, Otilia *et al*. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.44.

Estas indicações estariam presentes no movimento iniciado em prol da reabilitação das condições da moradia em Bolonha, Itália, no fim dos anos sessenta, desencadeado por políticos e técnicos ligados ao Partido Comunista. Sua notoriedade foi alcançada por apresentar a possibilidade de unir a recuperação de antigas e inadequadas edificações no centro da cidade à manutenção de seus moradores originais. Ainda que posterior, mas na mesma linha de defesa da moradia e dos habitantes destaca-se a experiência de Lisboa para reabilitação dos bairros históricos da Alfama e Mouraria, ampliada para outras áreas centrais e periféricas com a instituição da Direção Municipal de Reabilitação Urbana, que se comprometia a exercer a gestão de uma área de 55.000 habitantes e 25.200 alojamentos personalizada, com rosto, integrada e participativa.[116]

Na França, por razões políticas, sobretudo após 1968, econômicas, com o custo do petróleo, as dificuldades para refazer a cidade em função das distâncias, e sociológicas, incorporando as críticas ao movimento modernista, também foi iniciada uma operação voltada à recuperação da moradia social. A definição das áreas objeto de intervenção era ditada por instrumentos que estabeleciam o Perímetro de Reabilitação Imobiliária, PRI e a Recuperação da Habitação Insalubre, RHI. Em 1977 foi criada a OPAH, Operação Programada de Melhoramento da Habitação, destinada a atuar em áreas consideradas debilitadas por período de três anos. Implicando em contrato por convenção formal e obrigações estabelecidas, em geral o governo central, a comunidade local–comuna e a ANAH, agência nacional, com recursos alocados por cada uma, eram estabelecidas bases de operações que podiam contemplar infra-estrutura, comércio e habitação. Segundo informações de 1999, os resultados destas operações teriam reduzido as habitações sem condições de habitabilidade de quatro milhões em 1971, para um milhão, naquela data.[117]

Em todas as experiências, apesar de todo o arcabouço montado para proteger as populações locais, há uma evidência que aponta para a impossibilidade de conter o processo de gentrificação ou enobrecimento que ocorre em bairros ocupados por

---

[116] Lopes, Filipe Mário. Reabilitação urbana em Lisboa. *In*: Jornal dos Arquitetos. Lisboa, setembro de 1995, n°151, p.24.

[117] As informações foram prestadas por Paul Schwach, Diretor Adjunto do Diretor Geral de Urbanismo do Ministério da Habitação, em 6 de abril de 1999, durante uma viagem dos técnicos da Prefeitura do Rio de Janeiro à França, por força de acordo de cooperação internacional firmado para desenvolvimento de trabalho conjunto para o Morro da Conceição, no Rio de Janeiro.

população com menor nível de renda, em geral duplamente afetada, na moradia e no trabalho, quando da valorização decorrente das intervenções reabilitadoras. Ao comentar o caso de Bolonha, Zanchetti (2003) apresenta este processo como tendo sido provocado pela expansão do setor terciário, especialmente por crescimento das demandas e usos decorrentes da ampliação das atividades de uma universidade, atuando em conjunto à maior inserção da cidade como um dos pólos da moderna economia de serviços da Itália. Sobre Lisboa, ainda que as informações obtidas na mesma fonte apontem o êxito na reabilitação urbana de caráter reformista aplicada aos bairros históricos, a consulta ao tema na internet indica sensível redução de investimentos, comprometendo seus resultados. [118] Vale registrar que, desde 2001, a Direção Municipal de Reabilitação Urbana perdeu a ampla autonomia que lhe permitia cumprir acordos e prazos nos pactos firmados com a população local. Na França, a garantia por dez anos da permanência dos inquilinos em imóveis recuperados pelos recursos públicos investidos, passa a funcionar como um instrumento de retardamento de um processo que fatalmente virá a acontecer, sendo apenas seus efeitos mais diluídos por ampliação no tempo.

Impactos na área central II

Ao avaliar o movimento dos anos sessenta, Arantes (2000) relembra o fato de não haver qualquer citação em favor da cultura como elemento motor dos movimentos sociais. Tal opinião encontra respaldo no próprio texto de Jacobs (1961), em que a cidade, com sua mistura de usos, arquiteturas, ruas e espaços públicos é apontada como promotora de processos sociais de interação cultural subjacente, mas não como referência explícita.

---

[118] Depoimento do vereador Feliciano David na Câmara Municipal de Lisboa, em 26 de abril de 2005, apontava críticas ao inexpressivo investimento em Reabilitação Urbana. No ano de 2004, dos 4,5 milhões de euros previstos, apenas 620 mil teriam sido aplicados em projetos para Alfama e Mouraria. Em sua colocação era diagnosticada a pequena participação do programa nas ações de governo destinadas ao tema, sendo comparados os percentuais de Portugal (6%) e Espanha (24%), para a média européia(30%). Era ainda destacada a valorização dos bairros históricos, em relação aos outros redutos residenciais de Lisboa, que estaria acarretando substituição da população original, resultado de um processo de enobrecimento.
Disponível em: http://am-lisboa.pt/docs/ficheiros/reabil_urbana_interv.doc. Acesso em: 12 abril 2006.

Entretanto, e ainda que não evidentes, segundo a autora, naquele contexto já estariam germinando novos arranjos produtivos. Deles, a França fornecerá o melhor exemplo, sendo o governo Mitterrand, "o ponto de inflexão". Durante a campanha eleitoral que o levou a presidência, em 1981, já estava clara sua futura intenção de promover por meio da arquitetura, para ele a primeira das artes, e uma arte *utile*, a inscrição do projeto francês de cultura como base da civilização urbana. Eleito, iniciou a semeadura de grandes equipamentos públicos, destinados à cultura ou à ciência, assinados por arquitetos vencedores de concursos internacionais. A justificativa para os estilos e linguagens conceituais que estes projetos revelavam foi explicada pelo pluralismo da sociedade francesa daquele momento, com "... sensibilidades, aspirações, gostos diferentes e contraditórios. A arquitetura de um poder socialista deve então refletir este pluralismo".[119] No governo Mitterrand foram iniciados 40 projetos, 16 em Paris e 22 no restante do país. Embora nem todos tenham sido concluídos em 1989, data da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, os que foram receberam uma enorme divulgação, que sinalizava a marca do renascimento de uma maneira culta, baseada na autenticidade, na história, na memória das grandes realizações legadas para a humanidade da cultura francesa.

Choay (2001, p.210) aponta o Estado francês como o primeiro a perceber e explorar "os ritos de um culto ao patrimônio histórico que se tornou parte integrante do culto da cultura". A estratégia, se por um lado democratizou o conhecimento, iniciou uma exploração econômica do patrimônio cultural, espoliativa dos próprios bens que se impunha preservar.[120]

Mérito europeu, a iniciativa acabou apropriada para oferecer uma nova faceta às intervenções urbanas, estabelecendo no enfoque cultural, e não na cultura,[121] a lógica de um capitalismo tardio (Jameson, 1992).

---

[119] A frase é do Ministro da Cultura e dos Grandes Projetos, Jack Lang. O texto original encontra-se na publicação France Informations, n° 137, sob o título: La renaissance de l' architecture em France, s/d, p.5. A tradução manteve o significado original.

[120] Segundo informações retiradas do endereço eletrônico do Museu do Louvre, a freqüência de visitantes era de 3 milhões ao ano, por volta de 1997. Em 2004, já era apontada como de 6,89 milhões de pessoas, 17% maior que no ano anterior. Em 2005 foram registrados 7,5 milhões de freqüentadores, dentre os quais 20% eram americanos.
Disponível em: http://louvre.fr/media/repository/ressouces/pdf/scr_r_83_v2_m56577. Acesso em: 12 junho 2006

[121] Uma indicação desta alteração de fundo aplica-se em vários locais, por exemplo, Bruges. A alternativa para o desaparecimento da produção de renda, uma tradição da cidade belga,

Para o autor, os impactos no espaço urbano determinariam a idéia de um "presente sem profundidade", uma vez que:

> "No pós moderno, então, o próprio passado desapareceu (juntamente com o famoso sentido do passado ou historicidade ou memória coletiva). Onde ainda permanecem suas construções, a renovação e a restauração lhes permite sejam transferidas como um todo para o presente, transformadas naqueles objetos completamente diferentes e pós-modernos conhecidos por simulacros".[122]

Este enfoque orientou distintas correntes de pensamento sobre o espaço urbano central das cidades, sobretudo, naquelas que haviam conseguido guardar um maior patrimônio material de sua história. Não que isto seja considerado uma condição necessária, uma vez que é possível criar história e atribuir valor de memória a inúmeras formas edificadas e por edificar. Para esta finalidade vem colaborando o poder criativo dos arquitetos, se considerarmos, como Zukin (2000, p.85), a arquitetura como o "capital do simbolismo". O que, aliás, deve ser dito, tem sido realizado com enorme eficiência, haja vista a listagem de edificações e cidades e que constam da atual rota internacional de destinos turísticos, incorporadas nesta categoria por obras promovidas por famosos expoentes do rol internacional. Ter um Calatrava, um Bofill, Ghery etc, passou a ser tão importante quanto uma catedral gótica ou um palácio renascentista.

Numa virada sem precedentes, cultura e economia passaram a ser anexadas às agendas das cidades, "dando a impressão que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia é cultural"[123] ou, menos enfaticamente, uma identificação de que "a inter-relação do cultural com o econômico não é uma via de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação".[124]

A ironia é que os movimentos que haviam criado bases para esta união estavam nas fortes incursões críticas ao movimento moderno, sobretudo no meio edificado e urbano, que Jacobs (1961) havia anunciado. A aceitação do ecletismo e do pluralismo, com muitas liberdades para permitir uma dupla codificação e ironia das tradições, o tratamento da cidade como lugar de desfrute, do espetáculo e ainda exercício da

---

induziu a venda nos pontos turísticos de produtos semelhantes, só que confeccionados em Hong-Kong. Ver: Choay, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p.226.

[122] Jameson, Fredric. Pós-modernismo. São Paulo: Editora Ática, 1997, p.313-314.

[123] Arantes,*op.cit.*, p.47.

[124] Jameson, *op. cit.*, ,p.18.

imaginação, mas também um sistema utilitarista de produção e consumo que incorporava "culturas do gosto", caía como uma luva ao discurso dos que se posicionavam contra um modo de lidar com lugares e pessoas com desprezo, arrogância e prepotência, construindo o que era melhor para seus destinos.[125] Com toda certeza, jamais imaginando as proporções que tal discurso de defesa da cidade seria incorporado, mas invertidos seus sinais.[126]

A chamada cultura do espetáculo, o jogo cênico transformado na mais emblemática das intervenções sobre o espaço urbano floresceu nos anos noventa, embalado pela ampliação das possibilidades tecnológicas, dos recursos multimídia, dos megaeventos em lugares considerados por muito tempo quase sagrados. Óperas ao ar livre, encenações e audições foram algumas das manifestações culturais que juntaram multidões em locais cuja freqüência de público era anteriormente controlada.

A "cultura fugaz", repleta de imagens, luzes e sons, caracterizada por ruptura de sua formação e conteúdos tornou-se produto adequado para um homem urbano desesenraizado, desterritorializado, despolitizado, individualista, consumista. Sua importância está na compensação, no entorpecimento, na aniquilação. A celebração do espetáculo pode ser então entendida como:

> "...tanto o resultado quanto o objetivo do modelo de produção dominante. Não é algo acrescentado ao mundo real-não é um elemento decorativo, por assim dizer. Ao contrário, constitui o próprio coração da realidade irreal dessa sociedade. Em todas as suas manifestações específicas-notícias ou propagandas, anúncios ou o consumo de quaisquer formas de entretenimento-, o espetáculo concentra o modo dominante da vida social. Ele é a celebração onipresente de uma escolha já feita na esfera da produção e o resultado consumado dessa escolha. Tanto na forma como no conteúdo, o espetáculo serve como justificação total para as condições e as metas do sistema existente. Ele ademais assegura a presença permanente dessa justificação, pois governa praticamente todo o tempo despendido fora do processo de produção".[127]

---

[125] Kunar, *op. cit.*, p.117.
[126] Debord *apud* Arantes *op. cit.*, p. 47.
[127] Debord, Guy *apud* Sevcenko, p. 82.

Possibilidades e alcances das intervenções nas áreas centrais

No conjunto da área urbana, poucas cidades conseguiram realizar o novo espetáculo contemporâneo de modo tão contundente e inquestionável quanto Barcelona. Seu êxito é reconhecido como um novo paradigma, que acabou por lhe oferecer uma nova mercadoria para circulação no mercado global das consultorias internacionais, adicionando um valor agregado às transformações do espaço urbano que foram empreendidas nos anos oitenta.

As características do processo que inseriu Barcelona no rol das cidades senão globais, mas como rota dos deslocamentos turísticos mundiais, guarda certas especificidades dignas de destaque. Em função da influência que exerceu na administração do Rio de Janeiro nos últimos anos, consideramos necessário detalhar um pouco mais o caso, relacionando-o à extração de possíveis parâmetros comparativos ao nosso tema de trabalho. As observações relatadas surgiram como resultado de pesquisa efetuada em setembro de 2003.

Mas não será o único caso. Algumas palavras sobre Los Angeles também foram julgadas necessárias, além de breves comentários sobre cidades brasileiras, para daí inserirmos nossa questão em relação à cidade do Rio de Janeiro.

Barcelona

Parece haver acordo sobre o sucesso da operação urbana empreendida por Barcelona nos anos oitenta em sua área central. A cidade ganhou reconhecimento no panorama internacional, firmando sua posição pioneira nas iniciativas do chamado planejamento estratégico, garantindo a divulgação de sua experiência, por obrigatória participação em eventos acadêmicos ou por exportação de *expertise* por meio da prestação de consultoria, incorporada como *griffe.*

Menos por carteira de projetos urbanos, aliás nem tão inovadores, mas por apropriação e exploração de potenciais, o caso Barcelona é bastante revelador. Impressiona saber que em cerca de 150 anos, Barcelona deixou de ser uma cidade amuralhada para tornar-se um nó da cadeia de cidades globais, numa transformação que se fez aos saltos, tirando partido de grandes eventos, como a Exposição Universal de 1888, a Internacional de 1929 e os Jogos Olímpicos de 1992.

A rapidez como característica significativa da cidade, em permanente corrida para vencer etapas de um processo lento de desenvolvimento, reafirmando uma indicação de Tofler [128] para a nova divisão do mundo, não em norte e sul, mas em rápidos e lentos, talvez seja uma indicação de sua fama.

Barcelona tem cerca de 100km² de área e uma população de 1,5 milhão de habitantes. É capital da região da Catalunha, uma "nação" de forte identidade dentro da Espanha. No século XIX constituiu a vanguarda do progresso de desenvolvimento industrial espanhol. Foi a cidade que recebeu o primeiro serviço regular de diligências da Espanha, em 1818; a primeira experiência de iluminação a gás, em 1826: a primeira máquina a vapor, em 1836; a primeira linha de trem, em 1848; a primeira central elétrica da Espanha, em 1873.[129] Para organizar seu crescimento, promoveu um concurso público e dele obteve um plano urbano que delimitava quadras de 400m, ruas de 20m e espaços públicos internos, inaugurando o urbanismo de Ildefonso Cerdá.

Superada pela emergência de tantas outras cidades e sufocada por questões políticas, reencontrou-se ao final do século XX. Os anos noventa realinharam a marca do pioneirismo, realimentando sua fama, agora no contexto mundial, com expressiva participação no PIB da União Européia e da Espanha, 1,8% e 12%, respectivamente no ano de 2003. No entanto, mesmo assim, com elevados níveis de especialização e cultura globalizada, a cidade é coerente aos seus princípios, ainda que estes sejam e estejam em constante debate: catalão ou espanhol?

Com natureza generosa, mar (não utilizado para banhos até 1992) e montanha, Barcelona investiu no espaço público, tradição de encontro de seus cidadãos, e na preservação ambiental. Sua arquitetura de ponta, extremada, ousada, antes decorrente dos delírios criativos de um gênio como Gaudi, é agora testemunhada por experimentações de renomados arquitetos internacionais.[130]

No campo da economia urbana, as operações na linha da orla portuária, tanto nas antigas instalações quanto criação de novas, possibilitaram fontes de recursos para a autoridade portuária, igualando-a em gestão administrativa e empresarial aos maiores

---

[128] Tofler, Alvin. O choque das civilizações. Revista Window. Porto Alegre, Escala Comunicação & Marketing, setembro de 1991.

[129] Mendoza, Eduardo. La ciudad de los prodigios. Barcelona: Editorial Seix Barral, 2003, p.27.

[130] Os excessos também são características deste caso. A torre recentemente projetada para a Cia das Águas (AGBAR) pelo arquiteto francês Jean Nouvel, transformou-se numa polêmica para a cidade, tanto por concorrer na paisagem com a obra máxima de Gaudi, quanto por seu aspecto formal.

portos do mundo. O porto hoje opera em múltiplas atividades, com empresas voltadas à prestação e operação de serviços determinados e independentes, tanto no setor de transporte marítimo, como em articulada cadeia logística. Por conta da postura agressiva, assumiu maior importância no Mediterrâneo, destacando-se frente à Genova e Marselha.

Em outros setores, a cidade empreendeu de modo muito rápido modificações na estrutura ocupacional, absorvendo necessidades e perfis profissionais requeridos pelo mercado internacional; por dados da União Européia, Barcelona é a sexta colocada no *ranking* europeu para negócios. No turismo, registrou, em 2000, 18 milhões de visitantes. Num fato notável, igualou em interesse, seu mais conhecido símbolo, a Igreja da Sagrada Família, obra inacabada de Antonio Gaudi, ao novo Aquário, ambos com mais de um milhão de visitantes/ano. Hoje, tornou-se um ponto de convergência do turismo aéreo, terrestre e marítimo europeu. Nas ruas, *ramblas* e parques, a movimentação constante de pessoas alimenta o comércio e os serviços, constituindo-se numa fonte fundamental de entrada de recursos na economia urbana. No sentido pós-moderno, como cidade noctívaga, boêmia, alegre, realimenta a constante procura, ampliando sua personalidade no contexto europeu e mundial.

Em síntese, é possível avaliar o caso de Barcelona segundo critérios de excepcionalidade. A cidade, ela própria, é um caso peculiar. O sentido de nacionalidade cultural impregnou sua história, tornando-a responsável pela manutenção deste valor no contexto espanhol. Ser catalã é, antes de mais nada, seu grande compromisso. Estar à frente, como vitrine da Catalunha para o mundo, impulsionou a cidade na defesa e valorização de seus valores culturais. Os eventos internacionais, de ampla repercussão, funcionaram como oportunidades para desencadear seus potenciais. Em cada um, Barcelona soube extrair o máximo para galgar posições no *ranking* de cidades,[131] utilizando o planejamento estratégico territorial e econômico.

A análise de sua história mostra que ela foi capaz de tirar partido do seu sítio urbano ou da própria situação, para identificar recursos, capacidades e potenciais e encontrar sua rota de desenvolvimento. Neste contexto, Barcelona foi e é estratégica. O compromisso com a inovação, a modernidade, a saúde financeira, coloca a cidade,

[131] Numa notável demonstração desta prática, do custo relativo ao empreendimento de preparar a cidade para os Jogos Olímpicos de 1992, apenas 11% foram aplicados em instalações esportivas. A cidade foi a grande beneficiária dos 89% restantes.

considerada por conjunto sócio-espacial, em permanente estado de alerta para acompanhar tendências, frentes possíveis de desenvolvimento, novos padrões de qualidade ambiental.

Talvez venha daí a afirmação de um dos seus cidadãos sobre uma imagem de "cidade histérica". Uma histeria figurada que vem de seu constante compromisso com o que é atual e o que deve ser o futuro. A preocupação mantida com o acompanhamento e a antevisão de alternativas para garantir a posição da cidade no topo de um processo de reconhecimento internacional é facilmente percebida nos contatos profissionais e administrativos. Dela vem a imagem que avança sobre a população e os espaços urbanos, englobando tudo e todos.

Cidade portuária, aberta ao mundo, Barcelona é assim, na atualidade, um enigma. Quando seus mistérios e espírito são decifrados, compreendidos e adotados há grande chance de crescimento e ascensão, na união perfeita de gente e lugar. Algo na linha do livro de Eduardo Mendoza sob o inspirado título de "La Ciudad de los Prodigios" no qual tratando da cidade excêntrica, trata de "novelar sua história".

Na linha do descompasso, a cidade devora seus habitantes ou visitantes. Implica em desconforto, sentido de ausência de aceitação. Seu ritmo assusta e expurga. Num fenômeno interessante acaba por provocar a saída dos desajustados. Daí, quem sabe, explica-se a baixa exposição da pobreza.

Outras cidades

Com relação aos paradigmas das cidades pós-modernas, Los Angeles constitui-se na outra ponta. Ela é tratada por Soja unindo suas geografias contundentes, exploradas em contrastes inquietantes nos dois últimos capítulos de seu livro sobre as geografias pós-modernas. A cidade é descrita numa perspectiva regional como "uma paisagem urbana pós-fordista emergente, repleta de sistemas mais flexíveis de produção, consumo, exploração, espacialização e controle social". Nesta atual conformação, destaca apenas mais uma característica de sua capacidade de sediar "sistematicamente os principais setores industriais do momento". Num contexto de 100 km de diâmetro encontra-se uma região urbana esparramada, composta por cinco

condados, 12 milhões de pessoas e 132 municípios incorporados.[132] Num crescimento de tal ordem, a cidade ou as cidades revelam o padrão americano suburbano/ descentralizado que acabou por engendrar sua definição como uma centena de subúrbios procurando uma cidade. Nela está o maior contingente de representações do setor público, fora da capital do país, sobretudo relacionado aos setores estratégicos da indústria bélica americana, o que produziu uma concentração significativa de população altamente qualificada. Na mesma linha, em função dos interesses comerciais, financeiros e políticos sobre a rota do Pacífico, Los Angeles transformou-se no eixo financeiro da costa oeste americana. Nesta direção, para Soja, a grande LA seria a maior "técnopole" do mundo. Numa outra, estão os números das transformações das bases iniciais de industrialização promovidas pelo fechamento das montadoras de automóveis, que na década de quarenta haviam produzido o "maior complexo industrial de automóveis-vidros-pneus de borracha para o mercado de massa fora do meio-oeste", acarretando a formação de uma economia informal ou subterrânea paradoxal, que conta para seu crescimento e ampliação de lucros com a situação ilegal no território americano de seus trabalhadores. No conjunto ainda são acrescidos outros fatores como o crescimento da violência, tráfico de drogas, crise habitacional e a existência da maior população carcerária do país. Para anexar mais uma característica, vinda de Davis(2001), sua urbanização, orientada pelo mercado, contraria "o bom senso ambiental", servindo tanto como tema preferido para cenários de ficção das tragédias naturais divulgadas pela indústria do "cinema catástrofe", quanto para sinistros e evidências reais de desequilíbrio das condições de ocupação sobre o meio físico.

No elenco de características emblemáticas de LA estão ainda as questões raciais, estigmas originários das fortes segregações americanas. Mas as descrições de Soja demonstram que o processo migratório que ocorreu em LA desde os anos sessenta transformou a maioria branca do condado de LA, por exemplo, numa babel de raças; segundo o autor, "cabeça-de-ponte de uma invasão periférica", que desde que seja estreitamente controlada, oferece inúmeras vantagens na rentabilidade da produção.

Numa outra vertente, Soja destaca o crescimento da urbanização, com mudanças nos padrões anteriores estritamente residenciais para sediar centros inteligentes de

---

[132] O livro foi escrito em 1989. Em 2000, a população de LA era de 3.694.820 habitantes, sendo a da região metropolitana apontada como já atingindo 17 milhões. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Los_Angeles. Acesso em: 10 abril 2006.

prestação de serviços tecnológicos, esvaziando o fraco, mas simbólico núcleo central, enfatizando a periferização da centralidade, combatida por iniciativa governamental. Contra a imagem, o centro de Los Angeles foi objeto de intervenções que visaram marcar sua identidade. Para Soja, o centro de comando, cidadela de poder, consolida seu caráter de cidade-mundo. Assim o setor privado da área central de LA está representado por grandes edifícios, relativamente recentes, de grandes corporações, mais da metade pertencentes a estrangeiros. São bancos, companhias de seguros, empresas de petróleo, atividades imobiliárias, a Bolsa de Valores do Pacífico. Na área de Bunker Hill, um dos maiores projetos americanos do pós-guerra, o resultado espacial é descrito sem pudores por Davis como um enclave que o autor chama de Fortaleza LA, "a maior cidadela empresarial da nação, segregada dos bairros pobres à sua volta por um monumental *gracis* arquitetônico".[133] O renascimento da área central estaria referenciado à sua dissociação de fluxos de usuários não desejados, qual seja, a vida da própria cidade, numa "privatização radical do espaço público". A utilização sem precedentes de elementos da arquitetura e do urbanismo para controle de uso do espaço público foram acrescidas de "critérios de segurança" que incluem ainda *sprinklers* para afugentar quem se aventura a dormir nas ruas, caminhos elevados, as *pedways*, a retirada dos banheiros públicos, a vigilância por vídeo em locais como garagens, calçadas privativas e praças. Numa reapropriação da teoria de Burgess, Davis (2001)[134] remapeia Los Angeles utilizando as variáveis de renda, valor da terra, classe social e raça, e introduz uma nova variável ecológica, o medo.

Em verdade, tais características eram apontadas por Gottdiener (1990, p.70-76), avaliando uma possível reestruturação das metrópoles americanas, em considerações quanto a alterações na natureza da desconcentração. A "desigualdade racial e de classe", existente desde os anos setenta, seria, segundo o autor, acirrada com o enobrecimento de antigos bairros centrais para "domicílios de uma única pessoa", como segmento de maior demanda, intensificando a atividade imobiliária. Novos empreendimentos comerciais e de serviços, "*malls*", corresponderiam ao atendimento de clientelas mais elitizadas. Os setores informais tenderiam a aumentar com camelôs vendendo mercadorias clandestinas, roubadas ou fruto da economia domiciliar. A descrição

---

[133] Davis, Mike. Cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1993, p. 205.
[134] Davis, Mike. Ecologia do Medo. Rio de Janeiro: Record, 2001,p.345.

completa-se com o aumento dos gastos com segurança pública, necessária em função do acirramento dos contrastes sociais. O autor analisa ainda as questões de descompasso entre "jurisdição política e recursos econômicos", além do distanciamento da esfera política dos controles e da participação pública.

Deste modo, a terra prometida, o paraíso de bem viver seria transformado, assim, cada vez mais, num "vulcão em erupção", de certo modo muito mais próximo de nós, brasileiros, cariocas ou paulistas, do que a idealizada imagem da capital catalã.

De fato, as cidades brasileiras vivenciam igualmente os fenômenos da violência, pobreza, miséria, espoliação, revelando-se por formação de paisagem social de complexidade crescente, num processo que, tanto resulta na formação de novos padrões de segregação, baseados na criação de enclaves fortificados (Caldeira, 2000), quanto na criação de novas centralidades destinadas às classes superiores, com o abandono do centro tradicional em função de sua identificação como espaço de atendimento às demandas populares. Uma tendência que já foi estudada por Frúgoli Jr.(1995) para a cidade de São Paulo, revelando como a segregação de usos acaba por ameaçar a "dimensão da vida pública e a idéia de uma cidade comum". [135]

A questão da centralidade urbana, na escala intra-urbana foi também tratada por Sposito(1998), considerando o impacto de distintas dinâmicas na recomposição do espaço urbano. A autora destaca no entanto que, apesar da aparente "homogeneização das territorialidades intra-urbanas", as discussões sobre o tema devem registrar os processos gerais, mas também contemplar "níveis de especificidades" para diferentes portes de cidades e países. Nesta condução, caminhou Villaça (1998), quando explorou a organização intra-urbana de distintas capitais brasileiras.

No que diz respeito ao caráter da especialização funcional, base da centralização, registra-se também a análise de Cordeiro (1980,1993) sobre o centro da cidade de São Paulo, reproduzido espacialmente por desdobramentos, dando origem ao que a autora denomina "centro expandido", como um fenômeno resultante da descentralização de funções centrais, manifestada por meio da formação de "nebulosa de áreas comerciais", em versões cada vez mais novas e excludentes. Nesta conformação paulistana, destaca-se ainda o trabalho de Carlos (2001), voltado ao estudo de um fragmento, um lugar da grande metrópole brasileira, para por ele, "encontrar uma perspectiva de entendimento

[135] Frúgoli Júnior, Heitor. São Paulo, espaço público e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

do espaço geográfico como categoria de análise do desvendamento do processo de reprodução da sociedade".[136] Neste sentido, a autora avalia os propósitos da Operação Urbana Faria Lima(OUFL), realizada na cidade de São Paulo, na década de 1990. A expansão do "centro empresarial-comercial", realizada por transformação de formas e conteúdo dos anteriores bairros de Itaim e Vila Olímpia, torna-se assim objeto de exploração por dois planos relacionados: "a reprodução do espaço e a reprodução da vida na metrópole com base na vida cotidiana".[137] Deve também ser apontado o estudo de Frúgoli Jr.(2000) dissecando os objetivos que estruturam a formação das associações de interesse comum, criadas em São Paulo para cuidar de três fragmentos do território central. Sua contribuição demonstra articulações e interesses que envolvem os grupos empresariais, em suas relações com o setor público local e os problemas sociais e urbanos da cidade.

Na temática da centralidade, a situação de São Paulo tem sido bastante investigada, motivando a realização de muitos eventos e inúmeras produções em função da sua situação de capital do capital no Brasil.

Ainda assim, o fenômeno de fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial manifesta-se nas demais metrópoles do país e indica, segundo Souza (2000),

> " brutal esgarçamento do tecido social e da transformação negativa do que se entende por cidade, o que tem lugar a partir do momento em que a convergência de determinados requisitos define uma espécie de energia sinistra: uma certa importância e uma certa complexidade (e sofisticação) não apenas da elite *strictu sensu*, mas também da classe média local; uma certa magnitude da pobreza e uma certa complexidade da segregação residencial; uma certa importância sócio-espacial da criminalidade violenta e, especialmente, do tráfico de drogas". [138]

É desnecessário afirmar que a sinergia sinistra apontada já está instalada no Rio. Ela permeia a vida do carioca, acuado e cercado de cuidados de proteção. Entretanto há uma inegável condição da própria cidade como conjunto social em promover a

---

136 Carlos, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo, Ed. Contexto, 2001, p.29.
137 *Id*, p.21.
138 Souza, Marcelo Lopes de. O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.333.

apropriação de seus problemas, devolvidos senão como soluções, como alternativas de sobrevivência. O permanente convite que a cidade oferece para uso dos espaços públicos, na generosidade de sua paisagem natural, estabelece indicações. O próprio Souza (2002) destaca que a lição do Rio de Janeiro futuro

> "... bem poderia ser a de que uma colossal criatividade popular, devidamente redirecionada para a solução pragmática de problemas e temperada por uma maior consciência crítica construtiva, pode formar uma plataforma extraordinária para grandes conquistas em matéria de maior autonomia".[139]

Em busca de um referencial

Das tendências apontadas nas leituras realizadas, através de autores que trabalham as situações de fim do século XX e início do XXI, um quadro em aberto indica amplas possibilidades para o panorama urbano mais atual. Da centralização e descentralização como processos ecológicos, que espacializavam formas definidas segundo situações competitivas entre indivíduos no início do século, fechamos o século com inúmeras variações e possibilidades combinadas destes processos espaciais. Expressões como re-centralização descentralizada, descentração/recentração, descentralização concentrada indicam a incrível fluidez dos processos espaciais. Além disso, certamente não podem mais ser explicados por relações de competição entre indivíduos, não estando circunscritos apenas a algumas cidades.

Na linha de frente das transformações iniciadas aproximadamente nos anos setenta, como apontou Harvey (1998), está a gradativa mudança do regime de acumulação, dentro do capitalismo avançado, do sistema fordista para o de acumulação flexível, atingindo e sendo atingido pelo espaço. A expressão anteriormente citada "produzir e produzir espaço como atos indissociáveis" apresenta-se na compreensão de um período complexo, na aparência multifacetado, ocorrendo numa velocidade acelerada, virtual quando ditada pelos fluxos de informação de uma "sociedade em rede", materializada para o atendimento das necessidades humanas na "sociedade do ser".

---

139 *Id*. Mudar a cidade: uma introdução critica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.509.

Essas premissas resultam em novo panorama de leitura do conjunto de formas que, aglutinadas, dão sentido às cidades. Por exemplo, o centro, anteriormente uma paisagem, facilmente percebida até pela maior presença da dimensão temporal.

Sua história acumulada, colada na paisagem, como que cristalizada, "tornou-se uma estratégia de aumento de valor econômico" segundo sua apropriação cultural, implicando alteração dos conteúdos sociais. Na avaliação de Zukin (2000, p.98), "a limpeza da paisagem central", pasteurizada pelo "Disney World" ou pelo enobrecimento garantido pela substituição do antigo contingente residencial, inverte identidades espaciais, rompe com sua trajetória como lugar das diferenças, aniquila o tempo pelo espaço.

Além disso, apesar de até reunir condições espaciais de centralização, por sistemas de transporte, para determinados ramos de negócios, esta área pode não ser mais um lugar central. E pode ser que esse último, não mais esteja relacionado internamente ao território administrativo da cidade, e sim à esfera global, sem relações de aderência ao seu anterior arranjo espacial.

Por outro lado, o que se descentraliza nas cidades pode ou não ter significado de repartição. A aparência da descentralização não significa necessariamente repartição e seus símbolos podem ser hologramas, virtualidades. No espaço, no entanto, as cidades revelam novas centralidades. Sua característica é mutável, volátil, quanto mais se aproxima das atividades de produção e mais permanente, quando da reprodução social. Os bairros fechados dos mais ricos ou dos mais pobres, esses sim, revelam durabilidade como manifestação dos inexoráveis processos de exclusão.

A questão é remetida ao fato de que, por processo de ocupação, as cidades evidenciam processos espaciais de descentralização. Na verdade, trata-se da uma pista mais fácil para recolher dados de pesquisa que, no entanto, por meio de conhecimento mais elaborado, pode revelar que o espaço está, cada vez mais e a maior velocidade, centralizado e desconcentrado não mais por gente e atividades de produção, mas por fluxos de informação, capitais e poder. Considerando o atual alcance da tecnologia e da comunicação, estes fluxos podem excluir necessidades de suas materializações ou ao contrário, pulverizar-se de tal modo, que se assemelhem às infinitas possibilidades dos processos de descentralização espacial. O caso de Bangalore, na Índia, retratado por

Friedman,[140] revela um paradoxo de nosso tempo, em que o trabalho pode ser realizado em qualquer lugar, com seu dia a dia determinado segundo dimensões nunca pensadas.

Não é mais tão fácil analisar as cidades segundo a anterior conceituação dos processos espaciais. No mosaico de paisagens que formam as atuais cidades, "nem tudo pode ser entendido, as aparências, assim como as essências, são perigosamente enganosas, e o real nem sempre captado, mesmo numa linguagem extraordinária".[141] Em função das amplas possibilidades, para entender a cidade, cada vez mais se faz necessária uma aprofundada análise de seus contextos geográficos, buscando conhecer, nos seus mínimos detalhes, como cada um de seus pedaços se oferece como alternativa para alcançar a compreensão da inserção local nos processos globais. Dispensável dizer da leitura em sentido inverso para buscar, segundo Santos (2002), a espessura, as distintas camadas que servem à complexa leitura das formas no lugar e no espaço.

Nos últimos tempos, o urbano tem sido pontuado pelo binômio da centralidade, os espaços centrais, e da desconcentração, tratada por extensão, função e demografia. Para a mais antiga centralidade, o "centro histórico" de muitas cidades, existe interesse tanto das populações, quanto dos governos locais e das instituições de fomento, crédito e ajuda internacional (Monnet,1995).

Nos discursos que revelam intenções, misturam-se objetivos de resgate da paisagem, sustentabilidade econômica e incremento de uso turístico e de moradia.[142]

Em grandes linhas, tudo soa como positivo e até mesmo correto, pela capacidade de reacender a troca, a negociação, o intercâmbio entre diferentes e suas diferenças, valor historicamente determinado para esses lugares nas mais antigas cidades.

Visto de forma mais ampla, apresenta-se como possibilidade de ruptura do "império da urbanização dispersa, restaurando os fluxos da materialidade urbana perdida". Porém, todo o esforço pode ser também uma refuncionalização que se destina a incorporar ao mercado exemplares de um patrimônio que o abandono transformou em imaterial. Para fortalecimento do anterior dinamismo afetado pela desconcentração, reclama-se por gente. No Brasil, como há tempos em outros países, a moradia central já é subsidiada pelos mecanismos de crédito para habitação do governo federal.

---

140 Friedman, Thomas L. O mundo é plano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
141 Soja, *op. cit*., p.299.
142 Borja, Jordi; Forn, Manuel. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. *In:* Revista Espaço & Debates, São Paulo, n° 39, p.32-47, 1996.

Os resultados no Rio de Janeiro ainda estão por serem escritos, mas nos lugares onde já foram construídos, o produto aproxima-se mais do enobrecimento do que de uma política de justiça social, em benefício das populações mais pobres, em geral, os figurantes iniciais deste cenário da história urbana. Conforme demonstra Smith (2006), o que antes pode ter sido entendido como "fruto do acaso é agora sistemático", sendo necessário considerar a existência de um "novo urbanismo(ou forma urbana)", que se espalha com significa rapidez em escala mundial, camuflando sob o manto da regeneração urbana, "a gentrificação no sentido amplo dos centros antigos participando de uma estratégia urbana competitiva no mercado global".[143]

Assim sendo, o culto da forma aparência não pode guardar relações à valorização de seu anterior conteúdo, sendo retiradas desses lugares as possibilidades de revelação explícita de autênticas diferenças culturais e sociais, razão primeira da existência das cidades.

Para a extensão, no crescimento horizontal, as periferias vão ficando cada vez maiores e mais distantes, resultado do processo de concentração da economia que, embora conhecido por componentes, vai se esmaecendo, se despersonalizando quando considerado em suas relações na escala mundial.

No resultado de tal modo imaterial, reacende-se a luta e o conflito no espaço local, acompanhados pela vigilância, em níveis de segurança controlada por olhos virtuais que monitoram os lugares verdadeiramente significativos. Afinal, depois de tanto tempo, essa é a mais antiga história das cidades.

Por entender a necessidade de compreensão mais aprofundada destes processos no Rio de Janeiro, elegemos o centro da cidade como interesse de pesquisa.

Trata-se, afinal, da mais poderosa imagem oficial da cidade, se considerarmos que a paisagem natural, os morros com suas favelas e o carnaval constituem-se nas outras mais usuais. Por outro lado, é na área central que está preservada a maior parte da memória histórica e política do país em função do *status* de capital nacional até 1960.

Ainda que incentivado por descentralizações de caráter residencial e comercial, por implantação de grandes *shoppings*, o processo de surgimento de cidades externas,

---

[143] Smith, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia global. *In*: Bidon- Zachariasen, Catherine (coord.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p.59-87.

verdadeiramente autônomas, ainda não se configurou no Rio, apesar de caminhar a largos passos na área da Barra da Tijuca, local que o planejamento do território nos anos sessenta apontou como futuro núcleo metropolitano.

Por outro lado, trata-se do único trecho do Rio em que há consenso sobre um valor comum para todos os cariocas, em muitos sentidos confundido com a própria cidade, numa segunda possibilidade, além das praias.

Ainda entendemos, referenciados ao trabalho de Santos para Salvador (1958), que o centro da cidade oferece a possibilidade de estudar a luta de tendências que se impõe entre sentido e ritmo da evolução urbana local, seu sítio original e formas de organização da vida urbana, incluindo forças de transformação e de inércia.

No Rio de Janeiro, apesar de inúmeras tentativas em sentido contrário, persiste a força de sua mais antiga centralidade, embora cada vez mais excêntrica com relação ao território ocupado. Nela ainda se situa significativo mercado de trabalho, expressiva concentração de atividades terciárias e administrativas, o maior conjunto do patrimônio construído da história nacional, apesar de ser complexa a aplicação da expressão centro histórico para circunscrever parte de seu território.

Nos discursos oficiais e técnicos sintonizados à agenda do urbano em caráter internacional fala-se repetidamente de revitalização ou requalificação da área central, assumindo como pressuposto no sentido mais direto, sem nuances conceituais, a perda de vitalidade ou qualidade dos padrões de sua atual ocupação. Ao tentar definir a ausência de elementos vitais, as exemplificações dirigem-se para a otimização da infra-estrutura de transportes e serviços, ociosa durante os períodos noturnos, fora das jornadas de trabalho, sendo a solução, em geral, incentivos ao turismo e ao uso residencial. Mas na última indicação é preciso considerar a trajetória de um século inteiramente orientado para a desconstrução das anteriores características habitacionais e do pouco valor atribuído à moradia no centro. Por outro lado, é possível inferir que, no fundo, a qualificação orienta-se para requerer uma melhor conservação dos espaços públicos e privados, um caráter mais seletivo da freqüência, vale dizer, um *up-grade* de usuários e atividades.

Nossa principal questão está voltada para a pesquisa da primeira indicação, qual seja, avaliar a vitalidade da área central carioca, sendo para isto analisadas suas atuais funções. Partiremos da comparação entre as características presentes na década de

sessenta, quando a cidade deixava de ser a capital federal, e o momento atual, como cidade capital de Estado. Seguindo a orientação de Villaça (1998), a pesquisa irá enfatizar o que representa o centro do Rio de Janeiro para a cidade do Rio de Janeiro, evitando tecer comparações com outros casos, inclusive com São Paulo. Na indicação do autor, a força da tradição e da monumentalidade herdada do passado estariam na base da ainda presente força de atração da área central carioca. Nesta consideração estaria a resistência e persistente centralidade da mais antiga área de negócios carioca, algo que representa uma pista a comprovar.

Em função desta característica, partiremos da premissa de que uma leitura aprofundada da história urbana carioca, estabelecida quase como efeito demonstração dos destinos da nação, indicaria bases para conformação das forças que mantêm a centralidade, ainda que modificada, alterada, da área central carioca.

A indicação de revitalizações, requalificações ou outros programas de intervenção será tratada no contexto dos resultados das pesquisas realizadas, contrapondo o discurso oficial e do senso comum às evidencias resultantes da investigação.

3-O contexto da análise: Rio de Janeiro, século XX, três momentos de cidade

Nosso objetivo está voltado para a análise da conformação da área central do Rio de Janeiro no fim do século XX. Porém, para realizar esta tarefa, não seria possível lidar apenas com este espaço determinado, sobretudo quando é considerada a carga simbólica atribuída às áreas históricas e de negócios de uma cidade.

Neste capítulo, conduzido como contexto e pano de fundo ao estudo, procuramos levantar a história urbana carioca, entendendo seus caminhos no século XX. Sem querer estabelecer uma cronologia convencional, buscamos elementos do crescimento e desenvolvimento da cidade que resultaram numa diferenciação estabelecida segundo três momentos espaciais. Estes foram denominados de cidade contida, cidade emergente e cidade mosaico**,** caracterizando tais expressões, distintas situações verificadas entre processos espaciais de centralização e descentralização ao desencadear criação ou transformação de formas urbanas.

Apesar de o trabalho contemplar o Rio de Janeiro, ou seja, o espaço carioca, optamos por priorizar seu vetor sul, a orla oceânica da cidade, direção preferencial da ocupação por estratos de maior renda para a função residencial, da maior incidência de valores ambientais, portanto de maior apelo para os setores turísticos e de lazer. Vale destacar que embora estejamos lidando com o conceito de bairro e de formação de subcentros neste recorte da cidade, o interesse orienta-se para a avaliação das alterações e impactos provocados na área central, objeto principal deste trabalho.

O início do século XX, considerado em seus dez primeiros anos, é pelo que representou na história urbana, o ponto de partida. Dele resulta a idéia de uma “cidade contida”, espaço em expansão territorial, não descentralizado. Os elementos que nos serviram a esta conceituação apóiam-se na emergência da área central do Rio de Janeiro, segundo análise realizada por Motta (2001) para o período compreendido entre os anos de 1870 e 1901, que antecede o marco inicial de nossa pesquisa.

Por “cidade contida” entendemos a incidência das atividades e funções de significado social, político, econômico ou gestão restritas à geografia do centro da cidade, àquela época reconhecida como a própria cidade, reconstruída ou reafirmada por meio de obras e transformações urbanas, marca dos primeiros anos do século XX.

Copacabana apenas iniciava sua formação, e fora do centro, o comércio e os serviços tinham uma expressão muito reduzida ou inexistente. Se deste ponto de vista, a primeira década do século XX é extremamente significativa para a área central, os anos trinta podem ser considerados como limite para o que pretendemos relacionar ao período. Nele estão inseridos o desmonte do Morro do Castelo, as grandes obras realizadas para a Exposição de 1922, mas também a primeira onda da ocupação do bairro de Copacabana, horizontal e residencial. Num contexto mais amplo, as transformações políticas e econômicas que passaram a ocorrer no país após a Revolução de 1930, indicaram pressupostos e premissas que conduziram a consideração de outro momento espaço - temporal.

Um segundo período, que chamamos “cidade emergente”, é considerado como produto de trinta a quarenta anos de construção de um urbano explosivo em território e em descentralizações funcionais. Copacabana, em seu fantástico crescimento, destaca-se por drenagem de interesses e investimentos, em especial nas funções culturais e de lazer, anteriormente centralizadas.

Trata-se de um período bastante rico na história da cidade do Rio de Janeiro, não só para sua consolidação como pólo de extensa área metropolitana, como por intervenções no espaço urbano central. Novas demolições, abertura de avenidas, arrasamento de morros, aterros reeditam os anteriores projetos de renovação urbana capitaneados por implantação de novo sistema viário.

Trata-se de uma época em que a cidade é retomada como tema de interesse dos meios técnicos e acadêmicos. A descrição das características urbanas cariocas é objeto de importantes pesquisas, sobretudo nos anos sessenta, por ocasião das comemorações do quarto centenário da cidade. Além disso, ganha destaque na produção de conhecidos geógrafos como Soares e Bernardes (1985) e pelo próprio IBGE (1967), quando promove o estudo da área central, segundo análise de funções, características de atividades, localizações, ramos e setores da economia urbana. Este material nos serviu de referencial no estabelecimento de comparações às situações anteriormente verificadas na área central para o período que denominamos cidade contida, sobretudo no que diz respeito à oferta de serviços, destacando-se os relativos ao turismo, lazer, cultura e diversão.

Os anos sessenta, limite deste segundo período urbano, oferecem um critério adicional, na medida em que iniciam um movimento de reorientação das políticas públicas que acabarão por indicar o abandono de ambiciosos projetos de renovação urbana. A consideração do centro da cidade como núcleo de uma região metropolitana e a conseqüente promoção de projetos viários de alto impacto na paisagem edificada da área central, à semelhança do que ocorreu em outras cidades (Jacobs,1961), no Rio, apesar de acontecer defasada, acabou por criar o mesmo ambiente propício à criação de movimentos de defesa e preservação do patrimônio construído. Ainda deve ser considerada a perda de hegemonia política no contexto nacional, com a transferência da capital federal para a nova cidade de Brasília, no planalto central.

Os anos setenta iniciam um último período, em que trabalhamos a formação de uma contemporânea "cidade mosaico". Nesta análise, o indicador de possíveis comparações para a área central encontra-se no mais atual vetor de expansão urbana carioca, a Barra da Tijuca, cuja ocupação urbana foi intensificada a partir do final dos anos sessenta. Sua construção, promovida segundo "novos" modelos de arquitetura e urbanismo, privilegiou formas edificadas voltadas ao atendimento de exóticas funções como parques de escritórios, grandes complexos comerciais e condomínios residenciais, que replicaram, no plano local, internacionalizados processos sócio-espaciais. A geração de um "reduto pós-moderno", atrelado aos códigos das economias pós-fordistas, baseadas no setor terciário, voltadas aos serviços, *linkadas* em escala transnacional, resultaram na criação de um território novo que se prolonga na direção sul. Para isto, a importância da Barra da Tijuca é inegável, por formalizar a segregação social e econômica, edificada segundo áreas fechadas aos contatos externos, excluídas do convívio da própria cidade até mesmo por sua distância concreta e que encontra suas justificativas no acirramento e agravamento das condições de segurança pública no Rio de Janeiro.

A análise destes três períodos da história urbana carioca volta-se à investigação do contexto em que podem ser compreendidas as atuais características da área central. Pretendemos aqui explorar o centro da cidade por sua inserção na própria trajetória da cidade do Rio de Janeiro, vista pelo vetor sul de crescimento da ocupação.

A questão óbvia resume-se a descrever o caráter da mudança ao longo do século, não de uma área determinada, mas sim do conjunto urbano que lhe atribuiu

significado. Se esta linha de raciocínio faria sentido para o estudo de outros trechos da cidade, assume maior relevância quando se remete ao espaço mais simbólico, mais antigo, mais impregnado da história e memória do tempo que serviu para sua consolidação como núcleo ou centro do processo de construção da própria cidade.

Os elementos de pesquisa orientam-se para reler o passado urbano, nele buscando sempre a inserção do centro da cidade. Para encontrá-la, priorizamos a atuação das políticas públicas praticadas ao longo do século XX, período no qual, para os seus primeiros sessenta anos, o centro da cidade era, não só, o núcleo da capital, mas o espaço político e administrativo mais simbólico da representação do próprio país.

3.1-A Cidade Contida: Rio de Janeiro 1902 – 1930

Como cenário, o período tem início em 1902 com o grandioso programa de reforma urbanística, capitaneado pelo Governo Federal, estruturado segundo intervenções estratégicas na infra-estrutura portuária, no sistema viário, na paisagem edificada, bem como na higiene e saúde pública. A capital da República e sua área central passaram por completa transformação que visava traduzir, sem dissonâncias, o projeto esperado de país. Muitos trabalharam este período como Abreu (1987), Rocha (1995), Benchimol (1992), Lamarão (1991), Brenna (1985), Sevcenko (2003), Lessa (2000), Silva (2003), Kessel (2001), entre outros. A leitura destes autores, aliada a dos relatórios anuais dos Presidentes da República, de alguns Ministérios e da Administração do Distrito Federal, teve como objetivo reunir subsídios e justificativas para os investimentos efetuados, além de registrar, no recorte espacial considerado, seus resultados por área.

Antecedentes

Os projetos que começaram a ser viabilizados em 1902 corresponderam a intenções, afinal concretizadas, após vários anos de reflexões, polêmicas e intensos debates sobre as necessidades de transformação do espaço urbano da capital.[1] Na área

[1] Estamos aqui considerando idéias e projetos contidos em documentos como o Relatório do Visconde de Beaurepaire-Rohan, datado de 1843, os Relatórios da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, datados de 1875 e 1876 e suas plantas (AN, 4Y MAP 527), além de outras

de mais antiga ocupação, a cidade colonial, os morros estavam condenados, sobretudo os da vertente sul, vistos como bloqueios à ventilação e justificativas das constantes chagas no campo da saúde pública, manifestas por epidemias que assolavam a população residente e ganhavam mundo em função da situação portuária e, ainda, das ruas estreitas, tortas, implicando dificuldade de aeração, locomoção e conexão entre áreas. Os problemas passavam também pelo litoral sinuoso, extremamente recortado, com calado inadequado à atracação dos maiores navios, fonte de dificuldade para operações portuárias e da comunicação do país com o mundo. Embora com uma população expressiva, 691.565 habitantes em 1900,[2] em seis anos ampliada para 811.443 habitantes, distribuída em 25 freguesias para uma área de 1.116,59km², o Rio de Janeiro, capital federal, possuía poucas atrações fora da área central. Era do centro que partiam os caminhos de integração da cidade ao seu interior ou ao mundo. Para ele, convergiam todas as atenções.

Nas freguesias da Candelária (4.454/12.000), São José (42.980/41.000), Santa Rita (45.929/44.000) e Sacramento (24.612/33.000) estavam localizadas 117.975 ou 130.000 pessoas correspondendo a 17,05% ou 18,68% da população em 1900, em função da fonte utilizada para o registro da informação.[3] Além da área central, sede da vida política e social, a cidade estendia-se nas direções norte e sul, nesta última indo até o distante arrabalde da Gávea, numa expansão territorial conduzida segundo as linhas de transporte exploradas pela Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico. O crescimento da área urbana, tímido no início do século XIX, havia sido promovido com a chegada dos portugueses que acompanharam a Família Real em 1808 e por estrangeiros de outras nacionalidades que redescobriram o país nas muitas missões diplomáticas, comerciais e de estudos que se seguiram. Na segunda metade do século, a introdução de novos sistemas de transporte, iniciada com os trens e fomentada pelos bondes, fez a cidade

---

indicações como as que recomendavam ações na área central, contidas em relatórios de engenheiros e sanitaristas.

[2] Eulália M. L. Lobo ao analisar os dados deste censo, afirma ter sido o mesmo considerado falho pelo governo, devendo ser encarado como estimativa. Ver: Lobo, Eulália M. L. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, v.2, p. 469.

[3] Dados sobre a população da cidade no ano de 1900 foram retirados da tabela referente a repartição da população pelos distritos apresentada no Plano Agache - Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação, Extensão e Embellezamento. Paris, Prefeitura do Districto Federal, Foyer Brésilien Editor, 1930, p. 99, e nas informações apresentadas por Agenor Noronha Santos para cada uma divisões administrativas da cidade em seu livro Freguesias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

espichar, avançando para além dos morros centrais, criando novos arrabaldes destinados ao uso residencial. Próximos ao centro e servidos por linhas de bonde estavam Vila Isabel, Tijuca e Botafogo como áreas residenciais mais recentes, de melhor padrão.[4]

O bairro de Botafogo acabava por ser totalmente ocupado, numa fantástica promoção fundiária/imobiliária que viabilizara em menos de cinqüenta anos, a transformação de grandes chácaras em palacetes e chalés urbanos, ainda que se fizesse acompanhar de moradias modestas como estalagens e cortiços.[5]

Copacabana, conectada à cidade por meio de um túnel, inaugurado no dia 6 de julho de 1892, "comunicando a rua Real Grandeza com a do Barroso, varando a grota de junção dos morros do Papagaio e da Saudade",[6] nos fundos do bairro de Botafogo, apenas iniciava o processo de ocupação, sendo considerada mais uma estação de veraneio e convalescença do que uma alternativa residencial permanente.[7]

Por outras justificativas, como a localização de atividades industriais, novos núcleos residenciais surgiam, conjugando trabalho e moradia. Aliás, nesta última questão, repousavam muitos dos problemas cariocas. Enquanto a população crescia, o mesmo não era possível dizer da produção de habitações, ou pelo menos, as que estariam relacionadas ao baixo poder aquisitivo dos futuros moradores/compradores.[8] Com poucas realizações e uma constante ampliação de população pobre afluindo para a cidade, sobretudo depois de 1888, quando foram declarados libertos os escravos, a

---

[4] A análise sobre o crescimento da cidade impulsionado pelos trens e bondes foi baseada em: Abreu, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

[5] Cardoso, Elizabeth Dezouzart *et al*. História dos bairros. Botafogo. Rio de Janeiro: IndexEditora/João Fortes Engenharia, 1983, p.83

[6] Dunlop, C.J. Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Ltda,1953,p. 200.

[7] Cardoso, *op. cit.*, p. 43.

[8] Desde 1882, a Lei n..3.151, de 9 de dezembro oferecia favores às empresas que se organizassem com o fim de construir moradias para operários e classes pobres. Os benefícios incluíam: isenção por 20 anos do imposto predial (excluída taxa de limpeza das casas e esgoto da cidade) e por igual tempo do imposto de transmissão sobre a aquisição de propriedades necessárias à implantação dos projetos; também por 20 anos, concessão gratuita do domínio útil dos terrenos do Estado e posteriormente, preferência no aforamento por preço e condições ordinárias conforme a legislação em vigor; direito de desapropriação (Lei n.816 de 10/06/1855) dos terrenos particulares desde que não houvessem edificações sujeitas ao imposto predial ou dele isentas. Nos relatórios da Intendência Municipal de 1891 são citadas treze concessões obtidas desde 1885. Deste número, duas já haviam caducado, duas tinham aprovado seus planos, três encontravam-se em processo de análise e quatro, obtido concessão em 2 de maio de 1891. Fonte: Relatório Anual do Ministério do Interior, ano 1891, p. 9.

alternativa habitacional que mais crescia era a transformação das antigas moradias centrais ou construção das casas de cômodos, cortiços, estalagens ou avenidas. Desnecessário dizer que as altas densidades de ocupação destes imóveis eram quase sempre acompanhadas por ausência de higiene e serviços públicos adequados.

Para agravar as precárias condições das áreas da cidade comprometidas com o uso urbano, as melhores alternativas para o trabalho estavam concentradas na área central, servindo assim para ampliar sua procura por moradia e realimentação do ciclo vicioso das péssimas condições urbanas.

No centro estavam a vida econômica, os bancos, as sedes das empresas e os prédios públicos, enfim, os negócios. Assim, se o contraste entre os novos bairros e o centro era inevitável, quando as comparações eram promovidas entre o Rio de Janeiro e capitais do mundo civilizado, o resultado era assustador. As questões de higiene, saúde pública, inadequação espacial ao exercício das funções urbanas, costumes e hábitos arcaicos eram considerados elementos impeditivos ao reconhecimento internacional da cidade como capital da importante República latino americana. Isto sem falar nas instalações portuárias, uma vergonha para o país que respondia por significativa parcela da produção de café no mercado mundial e para a cidade, responsável pelos negócios de importação dos bens e das mercadorias para o consumo das classes mais abastadas do país.

A exigência de novos padrões urbanos era ainda fomentada pela rivalidade carioca com a capital portenha, reconhecidamente a mais européia cidade da América Latina. Em editorial, a revista O Malho, de 13 de junho de 1903, destacava os motivos de uma suposta superioridade, apontando:

> "...A supremacia de Buenos Aires é devido à nossa ignomínia. A sua glória alimenta-se com a nossa vergonha. Seu progresso é por nosso atraso. Ainda mais porque no dia em que o Rio não tiver febre amarela e tiver porto, avenidas, higiene, conforto e polícia - nesse dia a estrela de Buenos Aires vai começar a empalidecer..."

Em 1902, iniciou-se o governo Rodrigues Alves (15/11/1902 a 15/11/1906) e com ele o projeto de construção da imagem da República brasileira se fez sobre sua capital. A conjuntura favorável, com economia mais estabilizada, resultado da austera política adotada no governo anterior combinada à retomada da alta de preços do café no

mercado internacional, facilitou a captação de recursos por meio de empréstimos externos. Um novo século também indicava novos horizontes. A capital da República passou a ser o palco principal das modificações necessárias rumo à civilização.

No discurso presidencial de maio de 1903, quando da abertura dos trabalhos legislativos, as intenções foram explicitadas pela afirmação de que:

> "Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos e explorações remuneradoras para todos os capitais.
>
> As condições gerais de salubridade da Capital, além de urgentes melhoramentos materiais reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de águas, de um sistema regular de esgotos, da drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio familiar.
>
> Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramento do porto, que tem de constituir a base do sistema e hão de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente melhorar as condições do trabalho, as do comércio, e o que não deve ser esquecido, as da arrecadação de nossas rendas.
>
> O que convêm e o Governo vai fazê-lo – é iniciar o serviço e não mais abandoná-lo embora nos custe avultados sacrifícios". [9]

Na disposição de implantar mudanças, a formação da equipe de governo reuniu grandes nomes nacionais. Os Ministros, José Maria da Silva Paranhos, Lauro Müller, o almirante Júlio César de Noronha, José Joaquim Seabra trabalhariam em equipe com o prefeito da capital, Francisco Pereira Passos, o engenheiro que havia acompanhado as grandes obras de transformação de Paris aos tempos de Haussmann. Para enfrentar a chaga que representava a questão sanitária que assolava o Brasil e a sua principal cidade, foi escolhido o médico e cientista Osvaldo Cruz. Para responder pela abertura da principal avenida da cidade, o Presidente nomeou o engenheiro que, alguns anos antes, havia promovido a melhoria do abastecimento de água na capital em seis dias e dirigia a Empresa de Melhoramentos do Brasil, responsável por obras de arrasamento

[9] Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 1ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1903, p. 10.

do Morro do Senado, o primeiro a cair entre os morros que deviam ser extirpados da paisagem da área central.[10]

Reunidos nomes tão expressivos em conhecimentos técnicos, era possível esperar por significativas intervenções, planos e projetos. O ambicioso programa de reforma urbanística da capital, iniciado em 1903, foi concluído apenas parcialmente no governo Rodrigues Alves-Pereira Passos, estendendo-se por duas outras gestões, privilegiando o porto e a área central sem, no entanto, desconsiderar a necessidade de urbanização dos novos espaços que iam gradativamente sendo anexados à malha urbana na direção oceânica, significando implantação de transformações sócio-espaciais.

Certo é que, em menos de dez anos, a imagem da área central foi completamente alterada por conjunto de ações que se realizaram articuladas, reunindo recursos organizados no âmbito dos governos federal e municipal. Como pilar da sustentação de todas as obras, justificativa maior para o vultoso empréstimo internacional, destacava-se um emblemático projeto de modernização das antigas e inadequadas instalações do porto da cidade do Rio de Janeiro.[11]

O porto e as avenidas

Nos documentos que precederam sua posse, o Presidente da República explicitou seu empenho na realização das obras do porto como início de um plano do saneamento da capital. Para construir tal determinação presidencial, assumiu posição destacada o engenheiro Lauro Müller, titular da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, Ministério que se incumbiu da promoção da mais importante obra pública realizada.

Nos muitos artigos publicados nas revistas e jornais da época era demonstrada a imensa carga de valores e de ideologia nacionalista que a obra do Porto do Rio despertava. Hoje, seu conteúdo e espaço físico não são capazes de revelar o caráter emblemático que a intervenção obteve no início do século. Afinal, encerrava-se um

[10] Athayde, Raimundo de. Paulo de Frontin Rio de Janeiro: Edição Especial do Clube de Engenharia, 1962, p. 59-79.

[11] O empréstimo de 8.500.000 de libras esterlinas foi contratado a N M. Rothschild & Sons de Londres sendo sua aplicação, em tese, destinada ao melhoramento de vários portos da costa brasileira. Os recursos acabaram sendo utilizados apenas para as obras do porto do Rio de Janeiro, que incluíram as avenidas Central e do Mangue. Lisboa, Alfredo. Portos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

sistema colonial baseado na exportação e importação de produtos e mercadorias apoiado em faluas, chatas, canoas e remadores, intermediários nas idas e vindas do transporte de terra para o largo da baía, onde ficavam os navios de maior calado. Admirável e colossal, a obra do porto da cidade foi matéria obrigatória em periódicos e revistas como Renascença, Kosmos e O Malho, com várias páginas dedicadas à descrição do sistema construtivo empregado e derramados elogios aos homens públicos que a realizavam.[12]

Na periferia da área central, dela separada por uma linha de pequenas elevações de formação rochosa, na lateral voltada para o interior da baia da Guanabara, foi dada a partida para a implantação de obras amadurecidas por estudos realizados por mais de cinqüenta anos.

Logo, toda a área central estava transformada num enorme canteiro de obras, com frentes de trabalho tocadas em separado quanto à execução, mas completamente articuladas e interdependentes, semelhantes às atuais e sofisticadas cadeias logísticas empresariais.

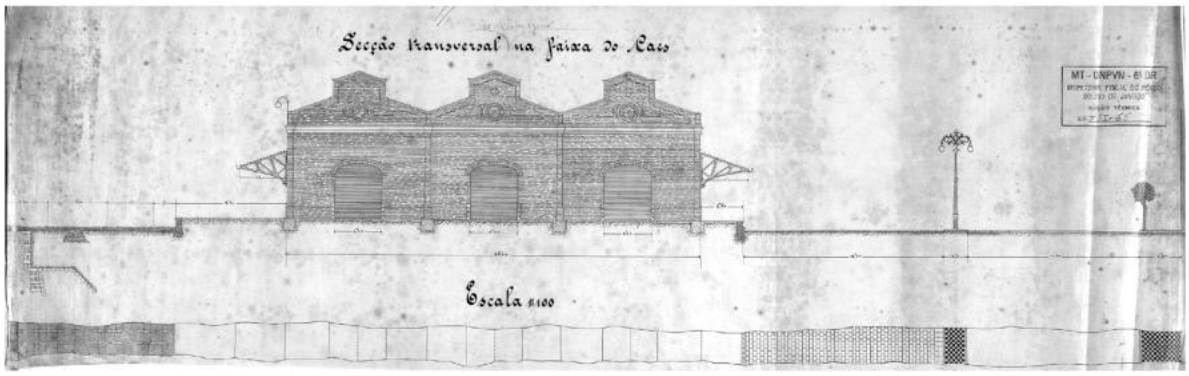
Na baia de Guanabara, as atividades iniciavam-se pela dragagem frente ao trecho do porto que continuava em operação, trabalho realizado pela empresa inglesa contratada para as obras hidráulicas.[13] Enquanto isto, a Comissão Fiscal e Administrativa, instituída pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas completava o desmonte do Morro do Senado. A aceleração desta frente de trabalho era fundamental para viabilizar a linha demarcatória da nova orla portuária e a promoção de extensa área plana, totalmente saneada por prolongamento do canal do Mangue.[14]

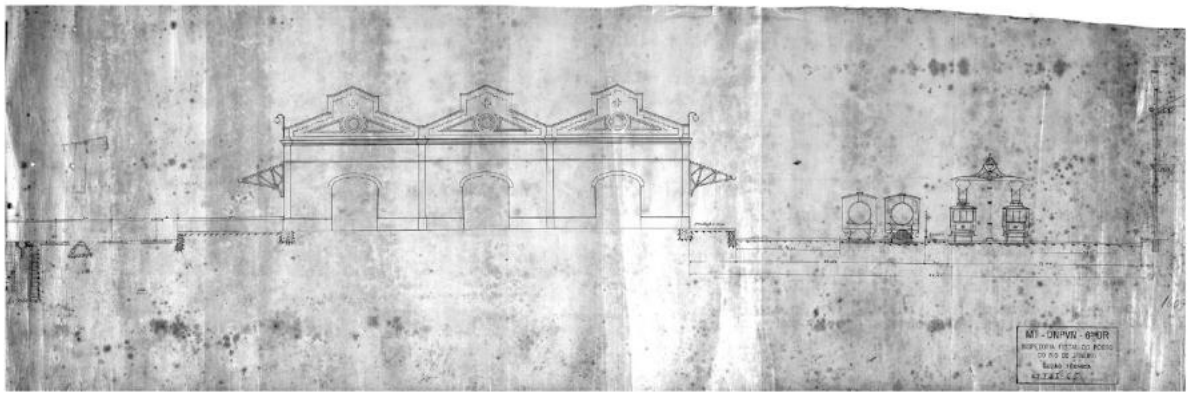
---

[12] Sobre a obra do Porto do Rio podem ser encontrados artigos em muitos periódicos, dos quais listamos os seguintes: Revista Illustração Brasileira (ano 1,1 de julho de 1909; nº 57, 1 de outubro de 1911; ano 8, nº 87, novembro de 1927); Revista Renascença(ano3, nº27, maio de 1906, p. 252);Revista O Commentario (nº 2, junho de 1903,p.162; série 3, nº2, junho de 1905, p. 94); Revista da Semana (ano 5, nº 203, 3 de abril de 1904); Revistas Kosmos (ano 2, nº 5, maio de 1905; ano 1, nº 2, fevereiro de 1904; ano 3, nº 11, novembro de 1906); Revista O Malho (ano 2, nº 39, 13 de junho de 1903); Revista Século XX(ano 1, nº 7, abril de 1903, p. 33); Almanaque Brasileiro Garnier (ano 3, 1905, p. 417); Revista Para Todos (ano 1, nº 2, dezembro de 1905); Revista da Semana(ano 5, nº 203, 3 de abril de 1904);Jornal Ilustrado(nº 13, dezembro 1912).

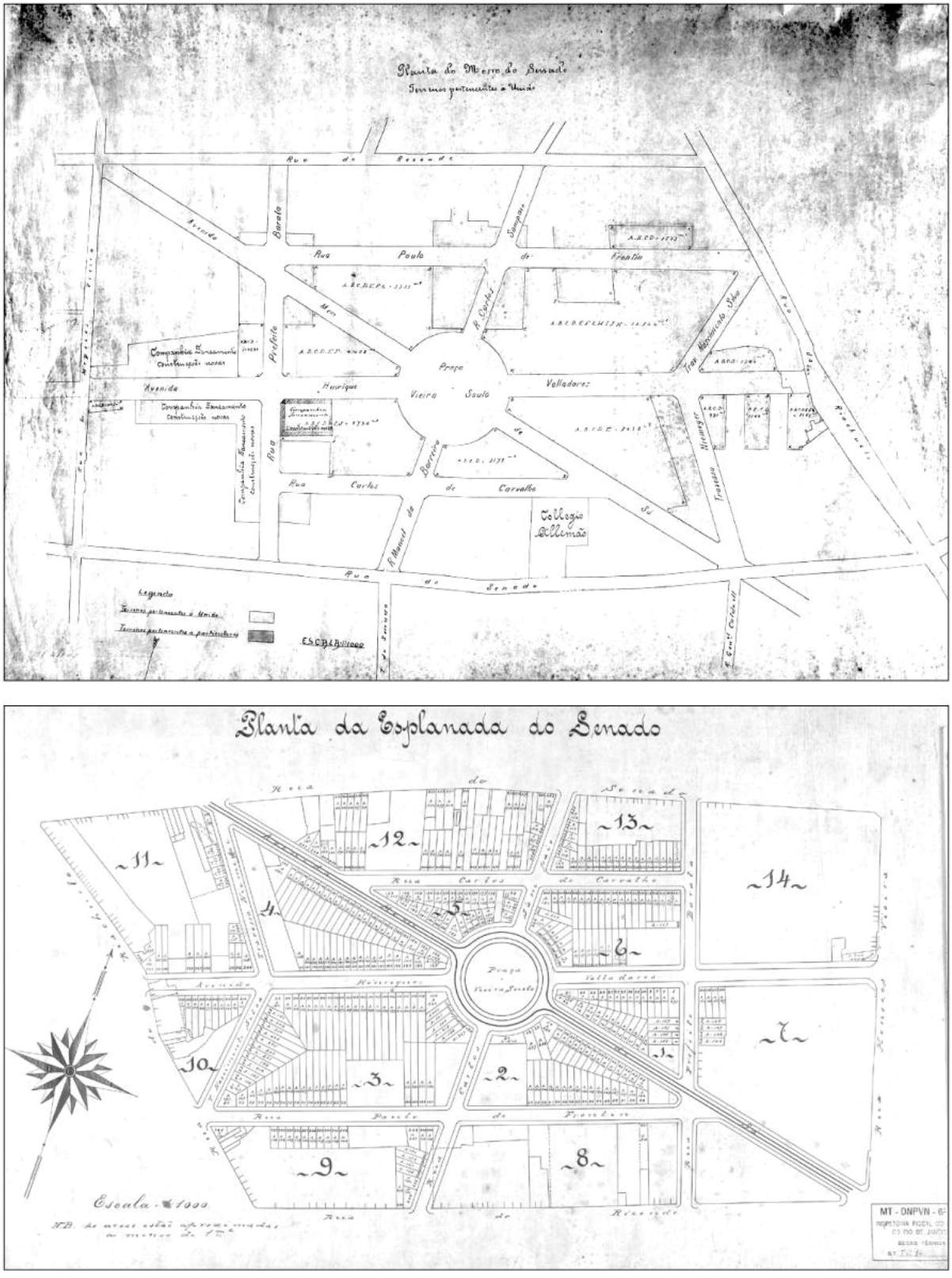
[13] O contrato com a empresa inglesa foi iniciado por dragagem frente às Docas Nacionais, melhorando a condição de atracação na região mais dinâmica do cais.

[14] O antigo canal foi alargado para 12m no trecho da Praça Onze até a ponte dos Marinheiros (1.296m) e para 20m de largura em seu novo trecho de 1.480m até o alinhamento do novo cais.





O aterro realizado para formação da nova orla portuária propiciou a criação de uma ampla área de expansão para as atividades destinadas ao transporte e carga.
Fonte: Acervo do INPH/CDRJ, década de 10.
Para facilitar o armazenamento e o escoamento das cargas portuárias, a Comissão Fiscal e Administrativa do Porto destinou uma faixa de 100m para a implantação de cais, armazéns e uma larga avenida, a atual Rodrigues Alves.
Fonte: Acervo do INPH/CDRJ, 1905.



Urbanização da Esplanada do Senado.
Fonte: Acervo do INPH/CDRJ, 1905.

Como decorrência, eram promovidas desapropriações dos ocupantes da antiga orla e de inúmeros trapiches, ação fundamental para alteração de toda a área. Da extensa esplanada resultante, que passava a fornecer possibilidades para implantação de armazéns e galpões, uma faixa de 100m de largura por 3.300m em toda a orla do novo cais era destinada exclusivamente às operações portuárias. Dela, 40m estavam comprometidos com a construção de uma nova avenida que, para distribuição dos fluxos de carga, deu origem a duas outras, nas direções da Cidade Nova, a atual Francisco Bicalho, e da área central, a tão conhecida Rio Branco. [15]

A avenida Central

Existem algumas versões para a paternidade do projeto da avenida. Ela é atribuída a Pereira Passos, fato compreensível considerando sua anterior participação em distintos cargos e posições ligados aos projetos urbanos para a capital, destacando-se a chefia da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, instituída pelo Ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, em 1874. Nos relatórios apresentados em 1875 e 1876 e nas críticas realizadas pelo Dr. Raphael Luiz Vieira Souto estão presentes muitas indicações para as obras que o Prefeito iniciou em 1902.[16]

Ainda é apontada a figura do Ministro e engenheiro Lauro Müller, que teria decidido ampliar o escopo das obras do porto, dotando-o de melhores conexões à cidade, resultando daí o plano das avenidas. O esquema para a avenida é descrito como tendo sido riscado em mapa pelo Ministro, rasgando o centro de mar a mar, quase coincidente ao seu traçado final.[17]

---

[15] A obra do porto da cidade do Rio de Janeiro foi tratada em: Rabha, Nina Maria de Carvalho Elias e Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas. Porto do Rio, construindo a modernidade. Rio de Janeiro: Andréa Jacobsen Studio, 2004.

[16] A Comissão era formada por Francisco Pereira Passos, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcellino Ramos da Silva. Sobre os trabalhos "... Bem mais tarde, esse primeiro plano de conjunto para a Cidade do Rio de Janeiro, expurgado de algumas obras nele sugeridas, serviu ao Prefeito Pereira Passos ...para a realização de um conjunto de grandes obras que transformaram a cidade, conferindo-lhe feição compatível com sua condição de Capital Federal". Reis, José de Oliveira. Evolução Urbanística do Rio de Janeiro. Revista Municipal de Engenharia, XLII, Janeiro/dezembro 1992, nº 1/4, p. 32.

[17] Athayde, Raymundo de. *op.cit.*, p. 99.

Numa última possibilidade, o projeto é também creditado ao Dr. Francisco Bicalho, diretor técnico das obras do porto, respondendo aos princípios de melhor escoamento das cargas portuárias.[18]

Sem ser lembrado como autor, mas louvado como executor, o engenheiro Paulo de Frontin é considerado o responsável por uma das mais importantes obras já realizadas no Rio de Janeiro, qual seja, a abertura ao tráfego, em 15 de novembro de 1905, em pouco mais de vinte meses, da mais larga avenida do centro da cidade.

A impressionante ação consistiu em rasgar o tecido colonial entre o Largo da Prainha e a praia de Santa Luzia, demolindo 702 prédios[19] e seccionando 21 ruas, muitas travessas e dois morros para abrir uma via com 33m de largura e 1.800m de extensão.[20] O desafio implicava implantação de canteiro de obras com aproximadamente 130.000m² e exigia, pela rapidez com que deveria ser realizado, frentes de trabalho simultâneas, estabelecidas em distritos de obras, característica similar às adotadas para as obras portuárias, em curso.

A obra foi oficialmente iniciada a 8 de março de 1904, mesmo mês em que começaram os trabalhos da empresa inglesa no porto, em ato solene que contou com a presença de grande número de convidados e autoridades, correspondendo ao antigo costume que consistia em inaugurar as obras, não apenas sua conclusão. As demolições já teriam sido iniciadas um mês antes, com a derrubada do prédio da Rua da Prainha nº 27 [21] ou corte de pedra do Morro de São Bento, com assentamento da pedra fundamental do primeiro prédio que corresponderia ao nº 25 da Rua da Prainha, atual

---

[18] A versão foi apresentada em texto do professor Fernando E. Barata, publicado na Revista Municipal de Engenharia, volume XLIII, janeiro/dezembro de 1993, nº 1 /4, pp. 69 a 82. Segundo o professor, suas pesquisas para a realização do texto ofereceram a oportunidade de encontrar recorte do Correio da Manhã, datado de 13 de março de 1954, de Carlos Drumonnd de Andrade sobre o engenheiro Bicalho. O artigo apresentava uma citação informando que Drumonnd teria recebido carta de Manoel Bandeira, na qual afirmava que a autoria dos estudos da avenida seria de Bicalho, baseando-se nas indicações repassadas por seu pai, o engenheiro Manoel Carneiro de Souza Bandeira, que havia trabalhado na Inspetoria de Portos, Vias e Canais.

[19] O número foi alcançado por somatório das informações constantes nos relatórios anuais do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para o período de 1903 a 1908.

[20] A intenção inicial era de abertura do eixo com 25m. Mas para suplantar a dimensão da Avenida de Mayo, que estava sendo concluída em Buenos Aires, a Avenida Central acabou por ser aberta com 33m de largura, seja por suposto erro de marcação ou por intenção do próprio projeto. Fonte: Rocha, Oswaldo Porto. A era das demolições. Rio de Janeiro: SMC, Depart. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 63.

[21] Athayde, *op. cit.* , p. 101.

Acre.[22] Mas antes disto, no fim de 1903, já estavam assegurados 40 acordos amigáveis para desapropriações e 26 escrituras relativas a 29 prédios já estavam assinadas.

Em abril de 1904, os serviços de demolição estavam em curso nas duas extremidades do futuro eixo (Prainha e Rua Chile). Em junho, aconteciam em toda a extensão da avenida. A remoção de entulho, com produção ampliada, era realizada por carroças, batelões e vagonetes Decauville, pelos veículos da Cia Ferro Carril Jardim Botânico, à noite nas ruas mais movimentadas e nos demais locais, sem interrupção, 24 horas por dia, em três turnos.

Para demarcar a avenida, Frontin e sua equipe usaram mirantes nos telhados do Liceu Literário Português (Praça Mauá) e no Convento da Ajuda (Cinelândia) no lado par, traçando uma linha paralela à distância de 33 m para delimitar o outro lado. Com isto, mesmo sem a conclusão dos processos referentes à desapropriação e demolição dos imóveis existentes, o alinhamento da avenida e seus lotes laterais podiam ser definidos e a renovação construtiva iniciada.

Além das transações referentes aos terrenos, houve cessão de lotes para construção de novos e importantes prédios públicos como a Caixa de Amortização (hoje Banco Central); a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, os clubes, Naval e Militar, o Liceu de Artes e Ofícios ou mesmo para a remontagem do Pavilhão Brasileiro da Exposição de Saint Louis.[23] As cessões eram efetuadas com ressalvas, uma vez que as benfeitorias deveriam retornar a União quando da extinção ou da dissolução das associações.[24]

---

[22] Relatório Anual do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ano de 1906, p. 680.

[23] O governo brasileiro recebeu e aceitou convite para participação na Exposição Internacional de St. Louis, Missouri, em maio de 1904. O evento comemoraria o centenário da compra do território da Louisiana. O Ministro Lauro Müller solicitou para construção, propaganda, remuneração pessoal, transportes e outras despesas, 1.100:000$000, liberados em três exercícios orçamentários (de 1903 a 1905). Uma portaria ministerial nomeou comissão formada pelo engenheiro chefe, Coronel Francisco Marcellino Souza Aguiar (havia feito parte da Comissão envolvida na representação da Exposição de Chicago em 1893), como secretário, o major José da Cunha Pires e ajudante, o engenheiro João Baptista da Motta. A construção do pavilhão brasileiro na Exposição deveria ser efetuada visando o reaproveitamento da estrutura de modo a poder ser reconstruído na capital. A exposição foi encerrada em 31 de dezembro de 1904. Menos de um ano depois, em novembro de 1905, o pavilhão foi inaugurado, concluindo a perspectiva da nova Avenida Central. Fonte: Relatório anual do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1903, p. 16.

[24] Neste caso insere-se uma das poucas edificações que restaram daquele período na atual avenida Rio Branco, o prédio da Companhia Docas de Santos. Construído pela empresa dos Irmãos Jannuzzi para a Gaffrée e Guinle em terreno de 650 m², o imóvel e a belíssima construção retornaram ao patrimônio da União após o encerramento da concessão de

A preocupação com os padrões de qualidade dos projetos levou à realização de concurso público que estimulasse requinte nas novas construções, tendo se apresentado 107 concorrentes e 134 projetos. Afinal, a larga avenida de 33m era o luxo da época, com canteiro central de 2m de largura, calçadas de 7m pavimentadas com sistema de mosaicos de basalto e calcáreo vidrado usado em Lisboa, executado por calceteiros portugueses, especialmente importados para este trabalho. As canalizações de água, águas pluviais, abastecimento de gás e iluminação elétrica corriam pelas calçadas, realizadas pelas concessionárias City Improvements, Compagnie du Gaz e Light & Power. A iluminação, um dos pontos de destaque da obra, era efetuada por posteamento central com 55 candelabros dotados de três focos elétricos e outros 104 com cinco focos incandescentes nas calçadas laterais. Numa inovação na cidade, foi introduzida a arborização das vias públicas, sendo utilizado o pau brasil no canteiro central e, nas laterais, a eugenia speciosa ou jambeiro brasileiro.[25]

A avenida foi inaugurada em 15 de novembro de 1905. Uma festa realizada debaixo de copiosa chuva marcou o primeiro grande evento destes novos tempos. O comentário de Lima Barreto é esclarecedor:

> "(...) Ontem inaugurou-se a avenida. Sta bonita; cheia de canteirinhos, candelabros etc.; mas os edifícios são hediondos, não que sejam feios. Ao contrário, são garridos, pintadinhos, catitas; mas lhes falta, para uma rua característica de nossa pátria, a majestade, a grandeza, acordo com o local, com a nossa paisagem solene e mística. Calculas tu que na cidade de granito, na cidade de imensos monólitos do Corcovado, Pão de Açúcar, Pico do Andaraí, não há na tal avenida – montra, um edifício construído com esse material. Choveu a mais não poder, assim mesmo ela esteve cheia, de tropa e de povo".[26]

---

exploração do porto. Nele, funciona a sede da 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, órgão do Ministério da Cultura.

[25] Rosa, Ferreira da. Rio de Janeiro. Notícia Histórica e Descritiva da Capital do Brasil. Rio de Janeiro: PCCJ, 1977, p.42. Segundo o autor eram 53 árvores centrais de Machoerium typa e 333 laterais da espécie Ligustrum japonicum.

[26] Lima Barreto, Afonso Henriques de. Lima Barreto a Mario Galvão, 16 de novembro de 1905. *In:* Correspondência Ativa e Passiva. Tomo 1. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 134 *Apud* Santos, Affonso Carlos Marques. O Rio de Janeiro de Lima Barreto. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1983, p.79.

Vista em perspectiva da avenida Rio Branco, "centro do centro" da cidade.
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha.

Enquanto o governo federal promovia construções ao longo da avenida, estudava alternativas para a sua pavimentação, avaliava investimentos ainda necessários, a Prefeitura do Distrito Federal dava partida na efetivação dos planos de transformação do espaço urbano acalentados por seu Prefeito durante tantos anos.

As obras da Prefeitura

Pereira Passos foi nomeado prefeito da capital em 30 de dezembro de 1902.[27] Logo formou uma equipe e reorganizou a Comissão da Carta Cadastral, tendo como chefe Alfredo Américo de Souza Rangel. Os planos anteriores que contaram com a participação do prefeito, as duras críticas recebidas pelo companheiro de profissão Vieira Souto, naquele momento Diretor Presidente da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto, sua experiência na administração da E.F. Central do Brasil, os estudos de Américo Rangel aliados à vivência no exterior serviram à concepção de um conjunto de realizações apresentadas ao Conselho Municipal em 1 de setembro de 1903.

As obras creditadas à Prefeitura do Distrito Federal aconteceram respeitando os planos realizados pela Comissão da Carta Cadastral, voltando-se aos alinhamentos, à abertura e alargamento de ruas, canalização de rios, instalação de redes de água e esgoto. [28] Estavam ainda coordenadas segundo um princípio de melhoria das conexões entre o centro e cinco direções de crescimento da cidade. [29] No sentido sul estava a mais importante obra promovida pela Prefeitura, a de maior envergadura, qual seja, a abertura de uma avenida a beira mar, entremeada com jardins, um verdadeiro *boulevard.*

A Avenida Beira Mar, com 5.200m de extensão e 33m de largura, prolongava a Avenida Central na direção da Praia de Botafogo, na altura do Pavilhão Mourisco, com duas pistas de 9m, separadas por refúgio de 7m, amplamente arborizado por duas fileiras de árvores. Na beira da baía, havia um passeio com 4m de largura, arrematado

[27] Reis, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Rio de Janeiro: PCRJ, 1977, p.15.
[28] Rocha, op. *cit*.,p. 64.
[29] Azevedo, André Nunes. A reforma Passos: uma tentativa de integração urbana *In*: Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto 2003, p.35-63.

por parapeito de cantaria, convidando a população ao passeio e convívio com a brisa marítima.[30]

Na segunda grande conexão, a cidade melhorava sua ligação com a Tijuca e São Cristóvão, partindo do Largo da Lapa. Era uma via diagonal, passando sob os Arcos, chegando à rua Frei Caneca, na esquina da rua de Santana. Seriam abertas as avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá na área da esplanada resultante do desmonte do Morro do Senado com 17m de largura e 1.550m e 800m de extensão, respectivamente.

Ainda no sentido oeste, na direção dos bairros de Engenho Velho e Estácio, as conexões eram beneficiadas por alargamento para 17 m[31] das ruas da Assembléia, Carioca, Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Estácio de Sá, em função das desapropriações de suas construções do lado par.

Partindo do cais dos Mineiros na direção largo do Matadouro, foi também criado um corredor de 17m, unificando as ruas Larga e Estreita de São Joaquim, derrubando a igreja de mesmo nome, mas alcançando um franco caminho de acesso aos bairros da zona norte da cidade.

Seis meses depois de empossado, o Prefeito inaugurava o alargamento da rua do Sacramento (atual avenida Passos), da praça Tiradentes à rua Senhor dos Passos e daí até a rua Marechal Floriano. Eram privilegiadas, neste caso, as ligações transversais, beneficiando o sentido porto - cidade. Para garantir alternativas da mesma conexão foram também alargadas as ruas da Prainha (Acre) e Camerino.

Outras vias como a rua Treze de Maio (rua da Guarda Velha) e Bittencourt da Silva (rua de Santo Antonio) também passaram a ter 17m, embora ainda não houvesse significativo número de veículos na cidade.[32]

---

[30] As obras, realizadas por aterro, foram entregues à Empresa Construtora da Avenida Beira-Mar, composta pelos engenheiros Mário de Oliveira Roxo, Miran Latif e Jogoanharo da Rocha Miranda, contratada em 24 de dezembro de 1904 com prazo de 23 meses. Dos 1.300 000m³ de aterro, cerca de 500 000m³ de terra vieram do arrasamento parcial do Morro do Castelo. Ver: Reis, José de Oliveira, *op. cit.* , p.18.

[31] A recomendação sobre a largura de 17m nas ruas cariocas é encontrada no Relatório do Visconde de Beaurepaire, Diretor de Obras Públicas da capital em 1843. Sua indicação era para largura das ruas de oito braças (17.60m), quarteirões de 30 braças (60m) e testada dos lotes de seis braças(13.20m).

[32] No levantamento do número de automóveis licenciados no Rio de Janeiro apresentado no Relatório da Prefeitura do Distrito Federal para o ano 1940 são apontados apenas seis veículos de uso particular no ano de 1903, chegando a 12 em 1905, quando a Avenida Central foi inaugurada. Somente em 1906, os dados apresentados indicam a existência da categoria de

Iniciava-se assim a prática de unificação da largura das ruas, aprovando os primeiros Projetos de Alinhamento da cidade. A rua Salvador de Sá recebeu o privilégio dos números 1 e 2. Ao todo, na gestão Pereira Passos foram aprovados 196 PAs. Destes, 83 destinavam-se à área central.[33] Recebiam destaque as vias que chegavam à avenida Central, potencializando as transformações que a própria avenida provocava. Era o caso das ruas da Carioca, Visconde do Rio Branco, Assembléia, Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Uruguaiana, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão, Bittencourt da Silva.

Para implantação de projeto de alinhamento progressivo foram indicadas as ruas Miguel Couto, Conselheiro Saraiva, São Bento, General Pedra, Santa Luzia, Luis de Camões. Como conseqüência dos novos projetos de alinhamento foram reconstruídas ou construídas 160 edificações em 1905. E teriam sido realizadas 180 construções nas ruas alargadas. Ao final do governo Pereira Passos, 111 edificações estavam concluídas e 90 habitadas.[34]

Ainda no centro, a abertura da avenida Gomes Freire atingiu 62 prédios.[35]

Na direção sul, os rios Berquó, Banana Podre e Carioca foram canalizados, favorecendo os bairros de Laranjeiras e Botafogo.[36] A direção da ocupação oceânica foi ainda reforçada pela aprovação do Projeto de Alinhamento da Avenida Atlântica, importante instrumento para fixar os limites das propriedades particulares, estabelecendo uma área pública ao longo de toda a extensa orla,[37] e pela abertura do túnel do Leme ou Novo.

Outras obras foram realizadas tanto na Tijuca, com várias estradas pavimentadas no Alto da Boa Vista, quanto nos distritos suburbanos de Santa Cruz, Campo Grande,

---

aluguel, sendo registrado para o ano, um total de 66 veículos divididos entre 35 particulares e 31 de aluguel (p.32).

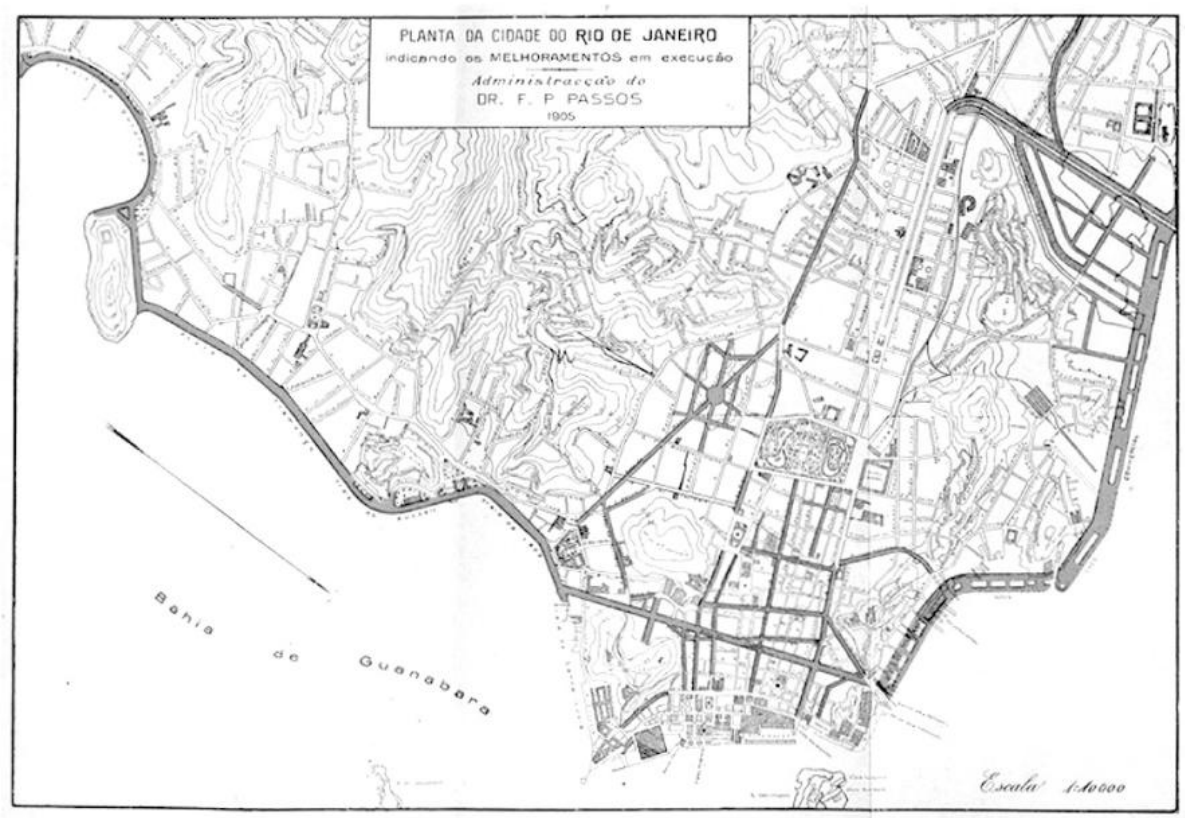
[33] Reis, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos. Projetos de Alinhamento. Rio de Janeiro: PCRJ, 1977, pp. 2 a 6.

[34] Reis, *op. cit.,* p.21.

[35] Na apresentação dos melhoramentos projetados para a cidade assinada pelo Dr. Alfredo Américo de Souza Rangel são registrados como de necessária demolição 1.040 prédios para a implantação dos 13 km de avenidas projetadas. Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Passos, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1903.

[36] Azevedo, *op. cit.,* p.44.

[37] Reis, *op. cit.*, p.25. Em 5 de novembro de 2005 os jornais O Globo e o Jornal do Brasil noticiavam a implantação do marco comemorativo dos 100 anos do Projeto de Alinhamento, o PA da Avenida Atlântica. A homenagem destacava a decantada curva da avenida como projeto dos engenheiros e não resultado da natural paisagem carioca.



Planta da cidade do Rio de Janeiro com as obras realizadas no período 1902-1906.

Irajá, Penha, Vicente de Carvalho, Colégio, Campinho, Ilha do Governador, Guaratiba, Inhaúma, Jacarepaguá e Paquetá. Porém, nada podia ser comparado aos investimentos realizados na área central.

Outras realizações

Não pode deixar de ser citado o trabalho empreendido no campo da saúde pública pelo Dr. Oswaldo Cruz, levando à implantação de medidas necessárias, ainda que polêmicas. A vacinação obrigatória da população, a inspeção e condenação da maior parte das habitações coletivas, onde residia grande massa trabalhadora, se por um lado encontrava justificativa na erradicação das doenças que grassavam na capital da República, por outro violava um direito individual, associando-se ao perigo da exposição à doença por inoculação compulsória. As reações populares eclodiram na cidade na forma de motim, iniciado no largo de São Francisco, no dia 10 de novembro de 1904, data da publicação do regulamento de vacinação obrigatória da população. Sobre a localização, deslocada dos focos das transformações urbanas, existia a justificativa de ser:

> ..."Este sítio ... marcado na história da cidade como centro irradiador de notícias. As badaladas da igreja de São Francisco, (...), ressoavam pelo Rio de Janeiro marcando o tempo do trabalho, de repouso, das obrigações religiosas e alertando a população... Na memória dos cariocas, o Largo estava registrado como epicentro sonoro da propaganda de informações." [38]

O movimento cresceu nos dias subseqüentes propagando-se pelo Centro, Cidade Nova, Botafogo, Tijuca, Engenho Novo, Catumbi, Rio Comprido, Saúde e Gamboa. O balanço resultou em 30 mortos, 110 feridos, 945 presos, 454 homens enviados para o Acre, sete estrangeiros extraditados, sendo processados o senador Lauro Sodré, os deputados Alfredo Varella e Barbosa Lima.[39] Sufocada a revolta, a vacinação continuou, assim como a ação de fiscalização da Diretoria Geral de Saúde Pública.

---

[38]Lopes, Myriam Bahia. O Rio em Movimento. Quadros médicos e(m) história 1890-1920. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 87-88.

[39] Jornal do Brasil, 15 de novembro de 1904.

Apesar do ônus no campo político, a vacinação obrigatória reduziu de 600 casos de varíola, verificados em 1903, para 39 em 1904.

Não é ainda possível esquecer os atos administrativos baixados pela Prefeitura que incluíam um rígido esquema de novas posturas urbanas. Assim, passava a ser proibida a circulação na cidade de pessoas descalças e sem camisa, a permanência de cães[40] ou o passeio de vacas leiteiras. Estavam igualmente proibidas práticas como fazer fogueiras, soltar balões, cuspir nas ruas e a livre venda dos ambulantes. E ainda os batuques, o entrudo e os quiosques.

Entravam no seu lugar os salões de chá, o corso, o Teatro Municipal.[41] Nas ruas da cidade, as muitas árvores plantadas acabaram transformadas em refúgio para os bandos de pardais, importados da França e soltos inicialmente no Largo da Carioca.[42]

Em pouco tempo, a cidade havia mudado e, com a introdução de novos hábitos, inauguravam-se outros comportamentos. Fazer a avenida era um deles. Assim, estar na Central representava estar inserido na vida urbana, freqüentando bancos, cafés e lojas, ao passo que passear pela Beira Mar servia à apreciação da natureza, ao contato dos bons ares vindos do oceano.[43]

Muito freqüentados, os jardins e praças ao longo da avenida Beira Mar acompanhavam a orla da Lapa, Russell, Flamengo e Botafogo chegando até o Pavilhão Mourisco, outra iniciativa do prefeito Passos, como uma atração adicional na orla marítima, misto de restaurante, bar e café, em elegante estilo neo-persa.[44]

O carioca passava a descobrir os benefícios e prazeres da brisa marinha, adotando enfim, ares de balneário europeu civilizado.

> "Passada a era das demolições, o Rio de Janeiro recebe festivamente o titulo de Cidade Maravilhosa. As reformas de Passos modificaram por completo o cenário urbano,

---

[40] Cerca de 6.164 animais foram abatidos pela Prefeitura até julho de 1903. Pereira Passos. Mensagem ao Conselho Municipal de 1 de setembro de 1903, p.59.
[41] Azevedo, *op.cit*., p.35-63.
[42] A afirmação de que o prefeito comprou pardais na Europa é de Adolfo Morales de los Rios Filho em palestra realizada no Salão de Honra da Escola Nacional de Belas Artes em 5 de setembro de 1936, publicada no Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, n° 126, Volume XXIV, 1936, republicada pela Editora A Noite, 1951, p.31.
[43] Araújo, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993, p. 327.
[44] Informações disponíveis em: http: flog.digizap.com.br/rioantigo/2532. Acesso em: 18 maio 2005.

> integrando áreas distantes ao contexto da metrópole. Pelas ruas largas circulam os bondes elétricos e os primeiros automóveis. A Avenida Central torna-se o grande palco por onde desfilam os últimos lançamentos da moda européia. O Theatro Municipal recebe famosas companhias de ópera e grandes concertistas. Renomados artistas expõem seus quadros na Escola de Belas Artes, e o Senado Federal, o antigo prédio da Exposição de Saint Louis – 1904 é palco dos acalorados debates da política nacional". [45]

No porto, o novo cais com seus guindastes e armazéns, aliados às largas avenidas recentemente abertas, conferia à cidade uma característica de metrópole moderna, civilizada e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. A chegada dos navios internacionais de passageiros, os estrangeiros vindos para negócios ou a passeio transformaram-se em espetáculo para a população da capital, a ser admirado da Praça Mauá.

Os efeitos do processo de transformação urbana, iniciado em 1902, não se diluíram após o fim do governo em 1906, apesar das obras não estarem completamente concluídas. O clima de mudanças já havia alterado a vida da cidade de modo inexorável. O centro passava a significar a localização privilegiada para o trabalho, para diversões, para ser e estar inserido na vida política, econômica e social da cidade. Mas era rumo ao sul que estava sendo iniciada a formação da área de moradia compatível aos que comandavam aquela representação. Estava aberta uma nova frente de crescimento urbano, uma verdadeira oportunidade para construção do espírito da época sobre um imenso espaço limpo e descomprometido com o passado.

O novo bairro de Copacabana

Copacabana ganhou um novo acesso em 4 de março de 1906, com a abertura de um segundo túnel, agora perfurado entre os morros da Babilônia e São João. Sendo uma área servida por bondes, logo tendo recebido o sistema eletrificado, começava uma saga que transformaria o Rio no século XX e sobre a qual, na abertura do livro de Paulo

[45] Rocha, *op. cit.* , p. 98.

Berger sobre Copacabana, Eneida começa falando sobre sua origem como o "imenso areal".[46]

Para a conformação de uma região privilegiada da cidade, muito colaborou a decisão do governo federal em selecionar a Praia Vermelha como localização para a Exposição Nacional realizada em 1908. A iniciativa para o evento surgiu durante o Congresso de Expansão Econômica em julho e agosto de 1905.

A idéia foi aceita pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, entendendo-a como oportunidade para demonstrar a nova fisionomia da cidade. Foi formada uma comissão para viabilizar o evento, reunindo nomes e associações mais expressivas da representação nacional.[47] Em suas primeiras reuniões, o principal tema dizia respeito às possíveis localizações. Uma primeira indicação, a área do porto, logo foi descartada por inconsistência dos terrenos, recentemente aterrados, o que encarecia as construções, além de revelar a inconveniência formal ou operacional da vizinhança. Como justificativa da decisão, vale registrar a opinião sobre "a péssima aparência das edificações circunvizinhas, a cavaleiro da Esplanada do Mangue, sobre as colinas da Providência e S. Diogo e pela interposição dos armazéns do porto que tiravam parte do efeito da vista sobre o mar".[48]

Outras possibilidades como o Campo de São Cristóvão, a Quinta da Boa Vista, o Campo de Santana ou a Praia de Santa Luzia não foram consideradas convenientes por inadequação às necessidades da Exposição ou o tempo necessário aos preparativos necessários. A melhor alternativa pareceu ser a área ajardinada da Glória, Russel e Flamengo, "... belos sítios com vista para o mar, para o ancoradouro dos navios de guerra, para ilhas e fortalezas, frente ao panorama da Serra dos Órgãos e da montanha, em cujas faldas se assenta a cidade de Niterói e do lado oposto, Gloria e Santa Teresa".[49] A localização era também próxima ao Passeio, ao Monroe, aos hotéis e pensões, além de ser atravessada pela linha de bondes da Companhia Ferro-Carril do

---

[46] Berger, Paulo. Copacabana, História dos Subúrbios. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal, 1959.

[47] Participavam da comissão o Dr. Antonio Olyntho de Souza Pires, o Dr. Luiz Raphael Vieira Souto, Dr. Antonio de Paula Assis Resende, Francisco Bicalho, Jorge Street etc. Ainda associações como a Academia Nacional de Medicina, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Centro Industrial do Brasil, Clube de Engenharia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Politécnico, Sociedade Derby Clube, Sociedade de Geografia do RJ, Sociedade Jóquei Clube, Sociedade Nacional de Agricultura, entre outros.

[48] Relatório anual do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1909, p.580.

[49] *Id*., p. 581

Jardim Botânico e bastante próxima das linhas da empresa Carris Urbanos com passagem pela Beira Mar, mas foi julgada acanhada pelo Ministro, quando comparada ao espaço ocupado por eventos semelhantes.[50]

Por sua decisão, acabou escolhida a Praia da Saudade, localização que suscitou polêmicas na imprensa, mas confirmou-se adequada em área – 182.000m², ao número final de expositores -11.286.

Sobre as antigas edificações da Escola Militar e da Faculdade de Medicina iniciou-se nova frente de obras voltada à promoção de arruamentos, extensão do cais para atracação, construção de pavilhões e implantação de jardins, privilegiando possíveis e futuras transformações e o melhor aproveitamento da beleza das condições naturais, tão próximas ao local de fundação da cidade.

Inaugurada em 1908, com duração de 97 dias, entre 11 de agosto e 15 de novembro, a exposição alcançou a marca de mais de um milhão de pessoas, com registro de 604.052 ingressos e freqüência média paga de 6.228 pessoas/dia.[51]

O luxo e belíssima decoração destacaram-se nos pavilhões e nos divertimentos, nas representações do teatro brasileiro e de companhias estrangeiras (ópera cômica, variedades e atrações), nos concertos sinfônicos, na queima de fogos de artifício (nacionais e fabricados na Inglaterra e Japão), nas batalhas de flores e confetes, nos eventos como concurso hípico, exercícios militares, nas diversas atrações como cinematógrafos, patinação, além das solenidades de abertura, inauguração e encerramento.

O enorme destaque foi, sem dúvida, a iluminação, que reafirmava a imagem do progresso e benefícios da modernidade. Os resultados do evento fomentavam o orgulho da produção nacional, além de introduzir novas alternativas para expansão do espaço urbano de alta qualidade. No relatório final do evento são apontados seus alcances:

> "Tal foi a Exposição Nacional de 1908 notável e brilhantíssima, e, pelo que nela se exibiu, reveladora do grande adiantamento de nossas indústrias e artes, patenteando,

[50] A faixa de terreno era considerada pequena com 40 ou 50 mil m² quando comparada aos espaços de outras exposições como a de Londres em 1851, com 73.150 m², de Sydney em 1879 com 60.000m² e Melburn de 1890 com 84.000m².

[51] A avaliação dos dias de maior freqüência de visitantes apontou 11 de agosto, data da abertura, com 19.448; 23 de agosto, com 23. 579; 7 de setembro, 34.814; 2 de novembro, 22.805; 8 de novembro, 25.897; 14 de novembro, 22.715; 15 de novembro, encerramento, 44.784. Fonte: Relatório Anual do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1909, p.599.

> como nunca se conseguira, a imensa opulência de nossas riquezas naturais, a grande capacidade de nossa agricultura e, de um modo geral, a importância econômica deste vasto e riquíssimo país, que no decurso de um século, após a abertura de seus portos ao livre comércio das nações, tanto se desenvolveu e progrediu, oferecendo ainda, e cada vez mais, a atividade do capital e do trabalho, sob as garantias de um regime livre e de uma legislação liberal, as vantagens dos maiores benefícios". [52]

Após o encerramento do certame, muitas instalações foram desativadas ou demolidas, mas o estar à beira mar, sentindo a brisa e desfrutando de belas e saudáveis paisagens havia recebido uma importante contribuição como efeito demonstração. Nada mais justificado que a reedição dos mesmos benefícios em Copacabana, com a vantagem de ser sua implantação, uma realização definitiva, destinada ao uso residencial.

Desde o século XIX, o surgimento de novos bairros, fomentado pela aliança dos interesses imobiliários e do setor de transportes, havia iniciado um esvaziamento da função residencial de maior *status* da área central. Entretanto, os imóveis não persistiam vazios. Muito ao contrário, passavam a oferecer excelentes oportunidades de negócios. O crescimento da população, engrossado por migrantes, ex-escravos e seus descendentes fomentava a demanda para ocupação por atividades econômicas ou por um uso residencial de mais baixo padrão, garantindo neste caso, formidável fonte de renda para os proprietários em função dos excessos de utilização, dificilmente controlados.

Na descrição das condições de ocupação do centro da cidade, a visão era de um:

> "... espaço restrito, densamente construído e povoado, recortado por um labirinto de ruas estreitas e sinuosas, congestionadas pelo intenso tráfego, coexistindo, promiscuamente, várias ordens de coisas: habitações coletivas (casas de cômodos, cortiços, estalagens etc...) onde se alojava a multidão de pés descalços que constituía o heterogêneo e flutuante proletariado carioca; casas térreas e sobrados onde moravam comerciantes, pequenos funcionários, militares de baixa patente, enfim, boa parte daquilo que, imprecisamente a historiografia chama de classes médias emergentes. Os sobrados alojavam, com freqüência, unidades constituídas pela moradia do comerciante acoplada ao armazém, tendo ao fundo o cortiço. A seu lado, em prédios igualmente antigos,

[52] *Id.,* p. 602.

> funcionavam pequenas oficinas, manufaturas, casas comerciais, escritórios de companhias, bancos e, no meio disso tudo, grandes prédios públicos em antigos pontos cêntricos como a Praça Quinze e a Praça Tiradentes ".[53]

As chamadas obras de Reforma Urbanística alteraram esta fisionomia, propiciando a transformação de algumas áreas prioritárias. Curiosamente, os trechos selecionados para promoção de maior impacto eram perpendiculares aos antigos e anteriormente citados dois pontos cêntricos. Estavam unidos pela Avenida Central, ela própria uma poderosa fonte de mudança, e situavam-se em suas extremidades, nas praças Mauá e Floriano. Na última, concentravam-se as mais importantes construções do período como o Teatro Municipal, o Pavilhão Monroe, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes. Na área da Praça Mauá era o cais de passageiros que criava a atração.

Na direção sul, continuava o eixo de mesma largura da grande avenida, denominado Beira Mar, orientando as atenções para uma área onde as construções poderiam ocorrer com os ares chiques da Exposição Nacional, só que em caráter definitivo, formando um novo bairro na orla marítima. A oportunidade era inovadora em função da extensão da área, do baixo custo da terra, das características inexpugnadas da natureza. Além disso, Copacabana não era como Botafogo que começava na orla, mas caminhava para o interior. Ao contrário, pelo Túnel Velho, vinha-se do interior e descobria-se uma perspectiva inusitada, descortinando o mar. Pelo novo túnel era oferecida a continuidade da linha litorânea, com mais de quatro quilômetros de orla que se apresentavam como alternativa para uma vida mais saudável, num silencioso e moderno balneário na própria cidade.

Ainda no governo Pereira Passos foram aprovados os Projetos de Alinhamento de números 77, determinando o alinhamento da Rua Barroso (atual Siqueira Campos) com 14m e o conjunto 137 a 141 que delimitava a largura de 6m para a avenida Atlântica nas quadras das ruas Francisco Otaviano, Djalma Ulrich, Figueiredo Magalhães, Rodolfo Dantas, Anchieta e Praça Júlio de Noronha (todos a 21 de setembro de 1905). Em 1906, a 25 de outubro, o PA 189 preparava a rua Honório de Lemos (atual Princesa Isabel), para a implantação do futuro Túnel Novo prevendo seus 17m de

---

[53] Benchimol, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no inicio do século XX. Rio de Janeiro: PCRJ/SMC, 1992, p. 317.

largura. No mesmo ano foi iniciada a urbanização da Avenida Atlântica. As construções realizadas no bairro passavam a ser cuidadosamente acompanhadas, tendo sido revogado o decreto municipal que permitia a "liberdade de construção" em Copacabana, uma medida que era vista como fomentadora das habitações coletivas, alternativa para moradia de segmentos sociais populares.

De fato, Copacabana não era ainda um bairro e já existiam construções populares, embora em pequena escala quando comparadas a outras áreas da cidade. Em registro realizado em 1905 já eram apontadas uma casa de cômodos na rua do Barroso, número 29, com 28 quartos e 111 habitantes, uma avenida com 10 casinhas na rua Barata Ribeiro, número 1, e outras duas, números 15, com cinco quartos e 19 moradores, e 17, com oito quartos e 18 moradores. Três outras avenidas estavam sendo demolidas na Nossa Senhora de Copacabana, número1, com cinco quartos, outra com seis e nas travessas, Margarida e Custódio. Existiam ainda 40 barracões de madeira habitados por pescadores, tolerados, apesar de suas inadequadas condições de habitabilidade, na medida em que se situavam fora das linhas dos bondes, que já haviam demolido 30 outros entre 1903 e 1905. Vale destacar a opinião do inspetor sanitário, responsável pelo primeiro distrito, Dr. Edmundo de Oliveira, em seu relato datado de 31 de julho de 1905:

> "Na zona, a meu cargo, não se nota o menor empenho em fazer construções para a classe necessitada, não obstante oferecer esta, pelas suas condições sanitárias, pela grande parte da zona não edificada ali existente e pela grande modicidade nos preços dos terrenos, condições fáceis e vantajosas para exploração comercial de habitações operárias".[54]

O bairro também despertou interesse em estudiosos sobre o tema da moradia popular e suas alternativas no Brasil, conforme depoimento de Everardo Backheuser:

> "Copacabana é por certo o mais recente bairro da cidade. Plantada entre a cadeia de montanhas e o oceano aberto, ligando-se ao centro por dois túneis, Copacabana tinha diante de si um futuro brilhante se facilmente se povoasse. E como o óbice eram as

[54] Relatório da Comissão instituída pelo Ministro J.J. Seabra para estudar e propor soluções na questão das habitações populares. Relatório anual do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ano 1906, anexo, p. 109 e 110.

> exigências sanitárias da engenharia municipal que entravava esse rápido progredir, exigindo que toda a construção obedecesse a um conjunto salutar de preceitos higiênicos editados pela prática e pela teoria, claro foi que se procurou furtar o proprietário destas exigências. O resultado foi o povoamento, é verdade, mas o povoamento desordenado em que as ruas já são tortas, em que já há até cortiços".[55]

Estes inadequados padrões na ocupação urbana é que teriam alertado a Municipalidade para a necessidade de maior controle das edificações realizadas no bairro. Em 1908, para estimular as construções, garantindo seu conteúdo, permaneceram as isenções de taxas e emolumentos, mas passou a ser exigido o cumprimento das disposições então em vigor para toda a cidade.

Preservada para um nobre e promissor destino, Copacabana não decepcionou. Ao contrário, cresceu rapidamente e com grande qualidade. Além das belas construções, recebia o que havia de mais moderno na infra-estrutura urbana, facilitada sua implantação pelo terreno virgem, pelos interesses das empresas e particulares proprietários de grandes glebas e da companhia de bondes com privilégio de exploração das linhas na direção sul, além da capacidade de articulação política e poder econômico de seus importantes moradores.

As construções aí inauguraram estilos. Se ao início eram as frágeis moradias dos pescadores, logo surgiram as mansões. Já em 1908 eram destacados alguns prédios ou moradores importantes como o de linhas florentinas na esquina da Atlântica com Belfort Roxo, residência dos irmãos Rodolfo e Henrique Bernardelli, o primeiro, diretor da Escola de Belas Artes, ou o do artista Eliseu d'Ângelo Visconti, na Travessa Margarida, ligação da Ladeira dos Tabajaras à rua Siqueira Campos. Outros nomes de destaque na sociedade carioca estavam em Copacabana: Cristina Ten Brinck do Rego Barros (terras onde foi aberta a rua Otaviano Hudson), Heloisa Guinle, Conrado Niemeyer, Paulo de Frontin, Maria Joaquina Botelho de Magalhães, Paulo Felisberto Peixoto (doador da área do bairro Peixoto), Irineu de Paula Machado (que teria recebido um terreno na avenida Atlântica por pagamento de serviços de advocacia).[56]

A residência do Dr. Afrânio de Melo Franco na Avenida Copacabana, n° 806 era um ponto de encontro da intelectualidade desde 1905. No recente bairro moravam ainda

---

[55] *Id.,* p. 200 e 201.
[56] Copacabana- 1892-1992. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1992, p. 56.

os drs. Jayme Luis de Vasconcelos, na Avenida Atlântica, em edificação projetada por Antonio Virzi, e José Maria Leitão da Cunha.[57] Em 1911, o jornal O Copacabana, editado desde 1907, promoveu concurso para escolha da mais bonita residência, tendo sido vencedoras duas Villas, a Barros, na Nossa Senhora de Copacabana, e a Bressame, na Atlântica. Nesta última existiam ainda a Villa Ideal, uma das muitas mansões dos Guinle (Atlântica com Figueiredo de Magalhães) e a residência do Dr. Carlos Sampaio.

Nas praias de Copacabana, o hábito do banho de mar já motivava necessidade de regulamentação. As primeiras iniciativas datavam de 1909, mas a consolidação das posturas foi garantida com a edição de decreto nº 1.143, de 1º de Maio de 1917, pelo Prefeito Amaro Cavalcanti, e visava garantir segurança dos banhistas, manutenção da ordem e dos bons costumes.[58]

Afinal os perigos representados pelo mar de Copacabana já haviam indicado a necessidade de recompor as calçadas em mosaicos com ondas perpendiculares ao mar, executadas por 32 artesãos portugueses em 1906, além da proibição de circulação de veículos na avenida Atlântica em 1912 e o seu alargamento em 1913. O crescimento da circulação e o interesse pela orla culminaram com as obras realizadas para duplicação da avenida litorânea em 1919, efetuadas na breve gestão do prefeito Paulo de Frontin, que teria sido o responsável pela imagem internacional que se formou da "princesinha do mar com colar de pérolas".[59]

No campo das mudanças sociais, o bairro passou a ditar normas e novos hábitos que iam do vestuário ao lazer e aos esportes. No rastro da modernidade que determinava

---

[57] Cd rom Circuitos do Rio Copacabana, Rio de Janeiro: Viamont Produções, 2002.

[58] O banho de mar era permitido entre 6 e 9 da manhã e 16 às 18 durante o período de 1 de abril a 30 de novembro. De 1 de dezembro a 31 de março era antecipado em uma hora pela manhã e ganhava mais uma hora ao fim do dia. Nos domingos e feriados havia uma hora de tolerância para cada período. Multas eram aplicadas caso o vestuário não fosse adequado ou houvesse excessos no comportamento dos banhistas. Berger, Paulo, *op. cit*., p. 10.

[59] O prefeito promoveu proteção adicional à orla da praia do Leme ao Forte de Copacabana construindo, na extensão de 4.200m, uma cortina de concreto. Também foram realizadas substituições das galerias de águas pluviais, de todo o calçamento e da iluminação. Reis, *op.cit.*, p.72.

A Avenida Atlântica e a Nossa Senhora de Copacabana.
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha, fotos realizadas entre 1916 e 1923.

princípios de um modo de vida num verdadeiro balneário, começavam a surgir os cinemas, os ringues de patinação, os clubes, o banho de mar a fantasia e as batalhas de confete no período carnavalesco.

Enquanto isto, o bairro crescia. Em 1917 contava com 45 ruas, uma avenida, quatro praças, duas ladeiras, dois túneis. Em 1920, o censo apontava 2.913 prédios (2.753 ocupados, 64 desocupados, 95 em construção e um em ruínas) e 22.761 residentes, dos quais 12.321 eram do sexo feminino.[60]

Um novo surto de reformas na área central

Na década de 20 vai ocorrer um novo surto de obras na Capital. Segundo lembra Marly Motta "a historiografia recente dos anos 20 compartilha, no entanto, com a geração de 22, a utopia de inserção do país na modernidade". [61] Sobre o tema, a autora trabalha o evento da Exposição Internacional realizada no Rio em 1922, visto como oportunidade para aprofundar a relação entre o conceito de nação e a criação de lugares sacralizados da identidade nacional. Assim o Rio de Janeiro, a cidade capital do país, seria "o ponto de convergência dos olhares daqueles que iriam avaliar o progresso da nação centenária", significando a "apoteose da modernidade brasileira".[62]

Desde 1916, tramitava no legislativo proposta para as comemorações da passagem do I Centenário de Proclamação da Independência do Brasil. A indicação repercutiu na imprensa e acabou por subsidiar, em 11 de novembro de 1920, a aprovação do decreto legislativo n° 4.175, pelo qual o executivo foi autorizado a realizar evento comemorativo, conforme melhor conviesse aos interesses nacionais, "aceitando a cooperação ou o concurso de todas as classes sociais". Uma comissão idônea, diretamente subordinada ao Presidente da República deveria organizar o programa "que resultar do exame e coordenação dos projetos que forem formulados

[60] Copacabana- 1892-1992: subsídios para sua história. Rio de Janeiro, RIOTUR, 1992, p.21.
[61] Motta, Marly Silva da. 1922: em busca da cabeça do Brasil moderno. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994, 8fls.
[62] Motta, Marly Silva da. "Ante-sala do paraíso", "Vale de Luzes", "Bazar de Maravilhas"- a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro- 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, 22 fls, p. 8.

pelos membros e comissões do Congresso, ministérios, prefeitura do Distrito Federal, estados, municipalidades ou particulares".[63]

Uma exposição internacional que teria como objetivo ressaltar a produção nacional em distintos campos como indústria fabril, agrícola, pecuária, comércio, belas artes e ciências foi indicada com participação dos governos estrangeiros que desejassem, por suas expensas, construir pavilhões destinados à exibição de seus produtos.

A exposição deveria ter em conta o aproveitamento futuro de todos os edifícios que, por concurso, forem construídos ou adaptados, devendo acontecer no trecho da cidade correspondente ao antigo "....Arsenal de Guerra, Faculdade de Medicina, laboratório e biblioteca respectivos, estendendo-se pelas áreas adjacentes, onde existiriam propriedades da União e da Municipalidade, bem como pela área que foi conquistada ao mar, junto a Ponta do Calabouço e em conseqüência do arrasamento de uma parte do Morro do Castelo".[64]

Na verdade sobre esta localização estavam centrados os grandes debates. O arrasamento completo do Morro do Castelo, embora desde muito tempo desejado, mexia com profundos sentidos da identidade urbana por acarretar a destruição das origens da ocupação, uma vez que:

> "Situado bem no coração do Rio, berço histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverenciado por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo e do Santo Inácio. Espécie de guarda da cidade, assinalava a entrada de navios. Lá se localizavam ainda o relógio da torre e o observatório astronômico.Lugar de magia e misticismo, com a missa dos Barbadinhos às sexta feiras pela madrugada, e com as "casas de pretos", onde a macumba ressoava, estava envolto num profundo mistério em torno dos tesouros que os jesuítas teriam escondido antes de serem expulsos no século XVIII. Além do mais, o morro abrigava uma população pobre ocupando cerca de 400 casas. Tudo isto colocava o "velho" Castelo num lugar especialmente relevante na memória coletiva dos cariocas. Derrubá-lo não era derrubar um morro qualquer". [65]

---

[63] Relatório anual do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ano 1924, Anexo, p. 322.
[64] *Id*., p. 323.
[65] Motta, Marly Silva da. A nação faz cem anos: o centenário da Independência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, 18f, p. 5.

Carlos Sampaio, então vice-presidente da Comissão responsável pela realização da Exposição, tinha decerto esta percepção, tendo chegado a afirmar que poucos "ousariam atacar aquele histórico e famoso" morro.[66] O prefeito, inserido neste reduzido universo, detinha uma longa tradição de trabalho nas mais importantes obras realizadas na capital ao lado de seu amigo e mestre, Dr. Vieira Souto, e do ex- prefeito Paulo de Frontin, entre outros nomes da engenharia nacional.[67]

Em 1920, a cidade possuía mais de um milhão de habitantes e 4.415 automóveis. Era cortada por 417 km de linhas de bonde. No centro, de cinco pontos terminais - Praça Quinze, Largo da Lapa, Largo de São Francisco, Uruguaiana e Rio Branco 152 - partiam 48 linhas que conectavam distintas áreas da cidade.[68] O Rio "dispunha de 50 cinemas, nove teatros, 20 circos móveis e lia 24 jornais diários - 14 matutinos e 10 vespertinos - além de 20 revistas semanais e 17 mensais. O intenso movimento comercial e financeiro era atendido por 44 bancos e 46 companhias de navegação".[69]

A imagem do centro comercial pode ser reconstruída por meio da descrição:

> " A Praça da República marca o extremo ocidental deste empório de comércio da América do Sul que o Rio de Janeiro é. Numa área de um milhão de metros quadrados, desde o mar à praça da República, entre as avenidas que partem dos cais Pharoux e Mineiros, condensa-se o forte movimento comercial da Cidade. Até ai não se lhe pode chamar um centro de população; é, antes, uma grande feira: nessa área, apinhada de prédios, relativamente escasso é o número de vivendas; predominam igrejas, repartições públicas, escritórios particulares, casas de negócio de todas as categorias, de todas as escalas, de todas as especialidades". [70]

---

[66] Reis, José de Oliveira. Rio de Janeiro e seus prefeitos. Evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: PCRJ, 1977, p. 80.

[67] Seus nomes e ideário estavam ligados na Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, detentora da concessão do arrasamento do Morro do Senado e das obras de melhoria das instalações portuárias ao fim do século XIX. Aliado a Frontin, Carlos Sampaio havia também participado das obras de abastecimento de água na capital em 1889, dividindo com Julio Paranaguá a chefia das equipes de trabalho. Athayde, *op.cit*., p. 72.

[68] Rosa, Ferreira da. Rio de Janeiro em 1920-1922. Edição do Annuario do Brasil, original impresso em 17 de julho de 1924, p. 72 a 74.

[69] Kessel, Carlos. A vitrine e o espelho. Rio de Janeiro de Carlos Sampaio Rio de Janeiro: PCRJ/SMC, 2001, p.19.

[70] Rosa, Ferreira da, *op. cit*.,p. 62.

A citação refere-se ao trecho da cidade composto por quatro distritos municipais, as primeiras freguesias ou paróquias da cidade.[71] A população total dos quatro distritos, computada em 1920, de 97.210 pessoas, das quais 62.458, ou seja, 64,25% era composta por indivíduos solteiros, já revelava uma expressiva redução das famílias residentes, produto das intervenções promovidas no território central por demolição de inúmeras edificações. A decisão de atacar o Morro do Castelo iria auxiliar ainda mais a diminuição do uso residencial pouco qualificado, caracterizando assim o processo de depuração de usos e classes sociais que deveriam estar no centro da cidade.

Em setembro de 1920, a cidade recebeu a visita dos reis da Bélgica e uma vasta comitiva.[72] As preocupações com a recepção aos estrangeiros seriam ampliadas dois anos depois, em função dos inúmeros visitantes esperados para a exposição internacional.[73]

A reedição dos princípios de transformação do espaço urbano que anteriormente haviam mobilizado os interesses nacionais irá ocorrer em 1920. Na área central, a Exposição e a erradicação do Morro do Castelo vão ser entrelaçadas. Afinal, o elemento negativo, considerado pernicioso à salubridade da capital, degradado por ocupação e testemunho do passado colonial, deveria ser arrasado na velocidade necessária à realização do grandioso evento de repercussão internacional.

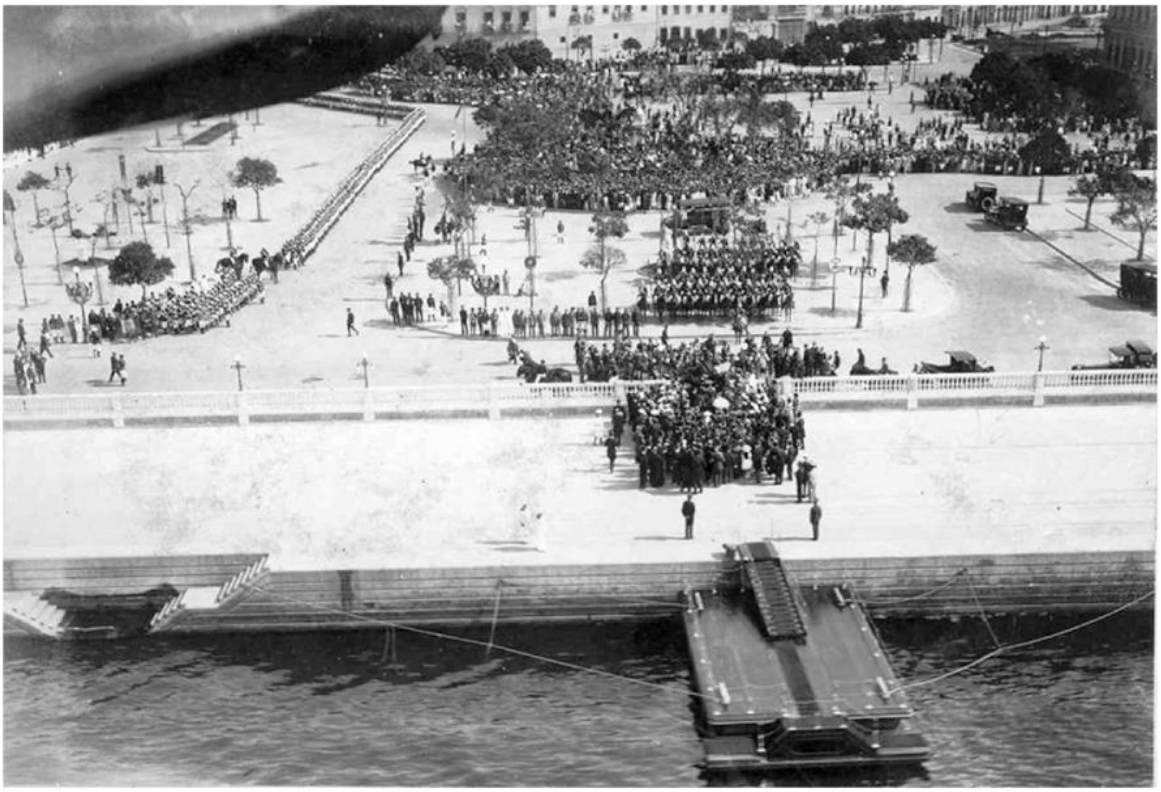
O desmonte foi iniciado em novembro de 1920 por uma das antigas máquinas utilizadas na demolição do Morro do Senado. Visto inicialmente como sinalizador da férrea intenção do Prefeito, o ato justificava as necessárias providências junto ao governo federal e à Cúria, além da resolução da questão do expurgo da terra a ser

---

[71]Candelária (3.962 indivíduos/2.595 solteiros), Santa Rita (38.164 indivíduos/24.361 solteiros), Sacramento (27.370 indivíduos/ 17.740 solteiros) e S. José (27.714 indivíduos / 17.762 solteiros). Rosa, Ferreira da, *op.cit.,*p.62.

[72] O presidente Epitácio Pessoa realizou o convite aos reis da Bélgica durante a Conferência de Paz realizada na Bélgica, em setembro de 1919. Para a viagem foi enviado o encouraçado São Paulo com comitiva brasileira. Os reis embarcaram em Zeebruge a 1 de setembro, chegando ao Brasil em 19 do mesmo mês, voltando no dia 16 de outubro. Ficaram hospedados no Palácio Guanabara e visitaram ainda Petrópolis, Teresópolis, Minas Gerais (Morro Velho) e São Paulo.

[73] As exposições internacionais eram utilizadas para divulgação do progresso econômico das nações e funcionavam como uma forma segura de propaganda científica e publicidade às indústrias. Baseando-se na exposição de Praga em 1791, François de Neufechateau, Ministro do Interior da França iniciou a promoção de exposições anuais dos produtos nacionais para estimular a propaganda das indústrias francesas, num golpe funesto às indústrias inglesas. As informações estão contidas em: A Exposição de 1922, n° 8-9. Órgão da Comissão Organizadora, novembro, MCMXXII.



Visita dos reis da Bélgica ao Rio de Janeiro em setembro de 1920.
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha, fotos realizadas entre 1916 e 1923.

removida, cuja localização de bota-fora era objeto de concessão da Empresa Santa Fé.[74] As desapropriações e demolições das moradias populares foram rapidamente equacionadas, embora importassem em desalojar cerca de 4.200 pessoas.[75] Restava garantir os recursos necessários ao rápido e irreversível processo de arrasamento. Finalmente, em outubro de 1921 foi assinado um contrato entre a prefeitura, banqueiros americanos e a firma de engenharia Kennedy & Co, resultando em empréstimo de 12 milhões de dólares, importância fundamental para a aceleração das obras, que passam a ser ditadas por pressão hidráulica na base do Morro, promovendo seu esfacelamento em lama que escorregava para o litoral entre o Calabouço e Santa Luzia.

Nos documentos que consultamos sobre as decisões tomadas sobre a Exposição não há, como no caso de 1908, alternativas sobre possíveis localizações.[76] Parece que não existiam dúvidas sobre o local onde a mesma deveria ocorrer. Sobre o fato assim falava Ferreira da Rosa:

> "... e, nesta cidade de 1.116 kilômetros quadrados, com tanto terreno desocupado, áreas vastíssimas na zona suburbana – tão necessitadas de melhoramentos, teve surto e realização a lembrança de se criar uma superfície nova para o grande evento comemorativo.
>
> O Prefeito, (...), homem instruído, viajado, imaginoso e prático, dispusera-se a realizar o muito desejado e necessário arrasamento do Castelo, um morro sem higiene, sem estética, sem utilidade, antes rude obstáculo ao arejamento da zona comercial. Não faltaria onde lançar a terra dele proveniente; mas como havia pressa, pareceu cômodo e expedito lançá-la mesmo ali, por assim dizer no sopé do morro, dentro d'água, na baia do Rio de Janeiro".[77]

---

[74] Kessel, *op.cit*. p. 58.

[75] A população removida pulverizou-se em distintas localizações na cidade. Parte foi para a Vila Proletária Marechal Hermes, outros para barracões de madeira na Saúde e morros do Pinto, São Carlos, Providência, Borel, Salgueiro, Macacos, Vila Rica (Túnel Velho) e Urubus (Pilares). Para a rua Paula Mattos, em Santa Teresa, mudaram-se também muitos italianos que trabalhavam no Mercado Municipal. Foram demolidos 408 prédios ao custo de 15.600 contos de réis para a PDF. Kessel, *op.cit*.,p.74.

[76] Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Anexo, ano 1924.

[77] Rosa, Ferreira da, *op. cit*.,p. 179.

Para alguns, na base da decisão tomada pelo gestor da capital, estaria o antigo projeto do empresário para demolição do Castelo, um "sonho acalentado por mais de trinta anos".[78]

No planejamento do espaço da Exposição foram previstos dois setores. O nacional, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, aproveitado para os produtos de pequena lavoura, pesca e fruticultura nacional. Inicialmente o torreão da Ponta do Calabouço, dependência do Arsenal, deveria sofrer grande restauração para sediar o Museu Militar e Histórico do Brasil, conservadas as linhas típicas da arquitetura colonial. Seriam incluídos no conjunto o "...vetusto edifício da Cadeia Velha, que por seu valor histórico na evolução política do país jamais deveria ser destruído" e ainda os Palácios da Escola Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Conselho Municipal e outros que estivessem desocupados como o Monroe, por exemplo, e que deveriam ser utilizados como seções da Exposição.

As determinações apontavam o aproveitamento das futuras construções como era o caso do prédio principal da Exposição, que deveria ser destinado ao Palácio da Justiça ou ao Fórum.[79]

A seção internacional era prevista para ocorrer indo do Arsenal até o Palácio Monroe, ao longo da Avenida das Nações, onde seriam construídas as sedes das representações estrangeiras.[80]

Para viabilização da exposição foi formada uma Comissão Executiva do Centenário da Independência no começo de 1921, tendo como presidente o Ministro da Justiça e Negócios Interiores e vice, o Prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio.

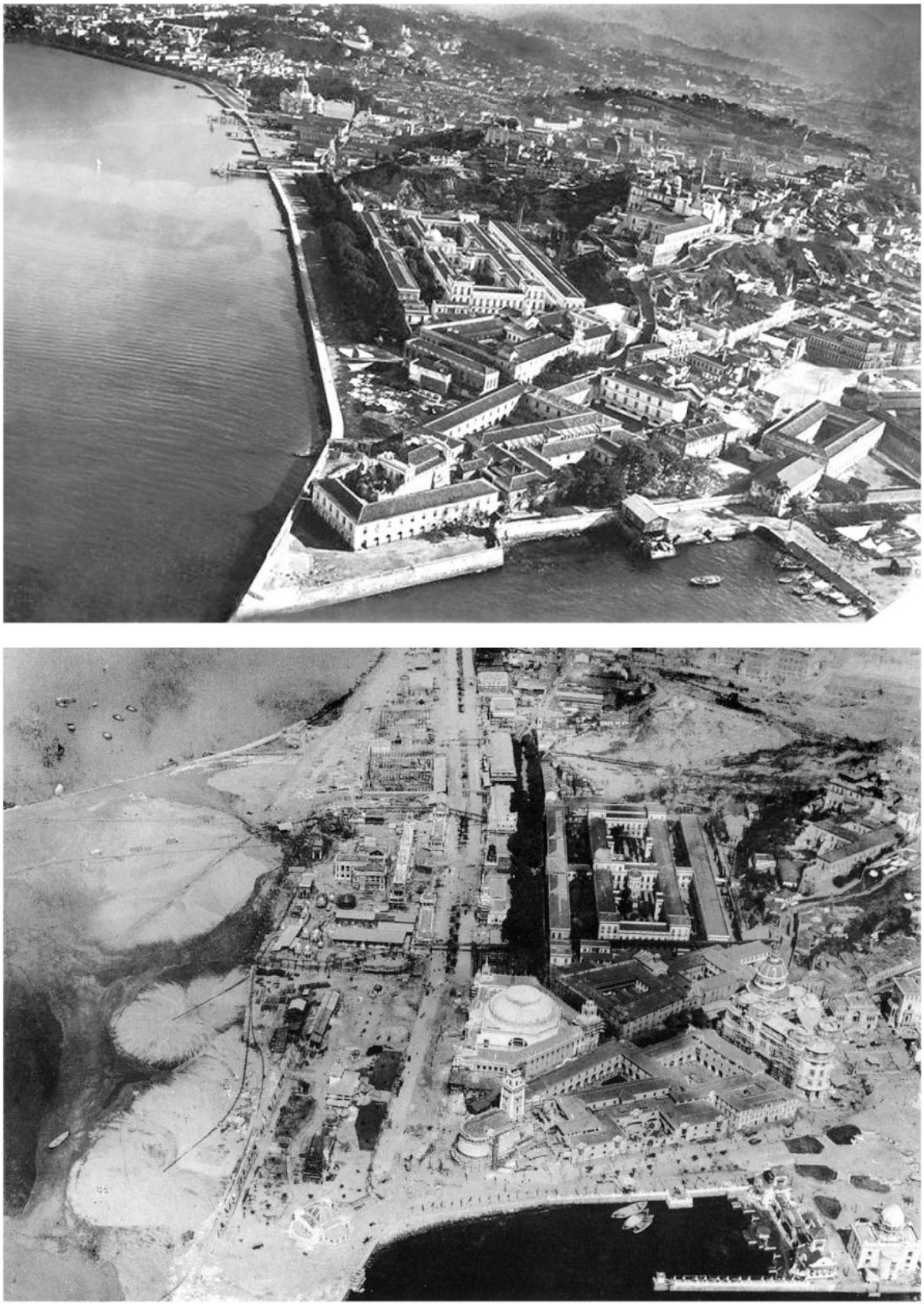
A Prefeitura ficou responsável por questões inerentes aos terrenos e fiscalização das construções. E em julho de 1921, o decreto nº 14. 912 aprovou os planos e plantas da Exposição.

---

[78] Kessel,*op.cit.*, p. 96.

[79] A principal instalação da exposição, o Palácio dos Estados era inicialmente destinada para futuro funcionamento como uma vitrine permanente dos produtos dos estados, segundo uma distribuição de área compatível à participação de cada unidade da federação na sua construção. São Paulo foi o primeiro estado a aderir à idéia, tendo o seu Presidente informado em a disponibilidade imediata da cota parte de 300:000$000. Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ano 1924, p. 332.

[80] Uma expansão desta área se fez necessária sendo utilizados galpões e terrenos nas proximidades da Praça Mauá para exposição dos produtos industriais destes países.



O Morro do Castelo: antes e depois do desmonte.
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha, fotos realizadas entre 1916 e 1923.

As comemorações revelaram-se oportunas para homenagens como a inauguração de estátuas do Barão do Rio Branco e de Oswaldo Cruz, concursos para escolha de hino, moedas, selos, poemas, peças, quadros, eventos como congressos, edição de publicações, mapas e melhoramentos que a Prefeitura do Distrito Federal julgasse necessários.

Em janeiro de 1922 foram iniciadas as obras dos pavilhões dos EUA,[81] Bélgica, Itália, México, Noruega, Portugal e Tchecoslováquia. Em junho de 1922, ocorreu a mudança da Câmara dos Deputados[82] para a Biblioteca Nacional, sendo instalados no Monroe, os serviços de administração do certame.

No dia 7 de setembro, às 16.00, o Presidente da República abriu a Exposição em seção solene no Palácio das Festas, recém concluído. Em seguida, inaugurou o Palácio das Grandes Indústrias com a abertura das seções de gêneros alimentícios, mineralogia, móveis e fumo. Após sua saída, a exposição foi franqueada ao público. Apesar dos vários pavilhões inacabados, o resultado deslumbrou a população.[83] A iluminação, trabalhada de várias formas era a grande atração, além dos serviços voltados ao lazer e diversões, e as inovações das comunicações, demonstradas pelo uso de rádio telefone e do telefone auto falante.[84] Os primeiros resultados de freqüência à Exposição destacaram, para os três primeiros dias, um público visitante de 70.000 pessoas /dia.[85]

Enquanto durou, foi um tempo de festas na cidade. Banquetes, *garden parties*, recepções, bailes e chá dançante. Festa veneziana na Enseada de Botafogo, paradas

---

[81] O pavilhão americano foi construído na Avenida das Nações, esquina de Rua México. O terreno, pertencente à Prefeitura do Distrito Federal, adquirido em hasta pública, foi posteriormente transformado na sede da embaixada americana.

[82] Em 1923, foram iniciadas as obras de adaptação e reforma do Palácio Monroe, visando seu funcionamento como sede do Senado da República.

[83] Não estavam concluídos os pavilhões nacionais dos Estados, o das Pequenas Indústrias e das Estatísticas. Dos internacionais estavam em obras os seguintes: Estados Unidos, Argentina, México, Portugal, Suécia, Noruega, Itália e Tchecoslováquia.

[84] A Rio de Janeiro e a São Paulo Telefone Company articuladas com a Westing House International Company e a Western Eletric Company instalaram uma estação transmissora no alto do Corcovado e outros aparelhos de transmissão e recepção no interior da Exposição, em Petrópolis, Niterói e São Paulo. O serviço propiciou a retransmissão para estas áreas do discurso do Presidente da República e permitiu ouvir à distância, a representação da ópera O Guarany, encenada no Teatro Municipal.

[85]Na avaliação do Ministro da Justiça, durante a seção de encerramento, em 24 de julho de 1923, a Exposição foi apontada como tendo sido visitada, de 7 de setembro de 1922 a 2 de julho de 1923, em dez meses de funcionamento, por 3.626.402 pessoas, com média diária de 12.723 visitantes. Relatório anual do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ano 1924.

infantis, corridas no hipódromo, olimpíadas e queima de fogos de artifício.

As comemorações deram ensejo ainda à ampliação do setor hoteleiro, propiciando a construção de novos e modernos estabelecimentos, dotados de facilidades para o banho de mar. Foram previstos o Sete de Setembro, construído pela Prefeitura na avenida de contorno aberta na orla do Morro da Viúva, o Glória, com 250 quartos com banheiro e telefone, o da Urca e o Copacabana Palace, que por seu luxo e requinte na decoração interna, inspirado nos hotéis Negresco de Nice e Carlton de Cannes, famosos balneários da Cote d'Azur, acabou sendo inaugurado em agosto de 1923.

Em 15 de novembro de 1922, Carlos Sampaio deixou o cargo de prefeito, sendo substituído por Alaor Prata. No balanço das obras realizadas durante sua gestão, além do arrastado processo de demolição do Morro do Castelo, da canalização do Rio Maracanã com implantação da avenida canal, da reconstrução da Avenida Atlântica, outra vez destruída pelas violentas ressacas, a administração Carlos Sampaio legou à cidade uma frente de expansão residencial qualificada pelo saneamento da área da Lagoa Rodrigo de Freitas, viabilizada por aterros e abertura dos canais de comunicação com o mar. De quebra, foi implantada a avenida Epitácio Pessoa, com 30m de largura, pistas de 7m, refúgio de 8m e calçadas de 4m. Em seu governo foi ainda aprovado o aterro da baia de Guanabara para criar o novo bairro da Urca, no qual a Prefeitura construiu e pavimentou a macadame betuminoso 1.915m da avenida Portugal.

Mas na avaliação do seu sucessor as "despesas efetuadas, de vastas proporções, deixaram a Prefeitura do Distrito Federal em sérias dificuldades financeiras".[86] E por estratégia intencionalmente utilizada, as obras inacabadas deveriam ter continuidade, mesmo sob um regime de total austeridade.[87]

Encerrada a Exposição, as demolições foram iniciadas. Os pavilhões particulares, as portas de acesso e as falsas fachadas foram destruídos, assim como as instalações na Praça Mauá. Algumas construções, entretanto, permaneceram e foram reaproveitadas. O Pavilhão da Dinamarca foi adquirido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

No Palácio da Fiação foi instalado o Conselho Superior de Comércio, a Associação Comercial, a Junta Comercial, a Câmara de Comércio Internacional do Brasil. O Pavilhão do Distrito Federal foi reformado para nele ser instalado o Instituto

---

[86] Reis, *op. cit.*, p. 83.
[87] Kessel, *op. cit.* ,p. 57.

Médico Legal (desde 1965, Museu da Imagem e do Som). O Palácio dos Estados passou a alojar a Secretaria de Estados de Agricultura, Indústria e Comércio e outras dependências do Ministério como a diretoria do Serviço de Povoamento e o Serviço Metereológico, liberando o antigo prédio da Praia Vermelha. Duas partes principais do Palácio das Grandes Indústrias foram ocupadas pela revista do Supremo Tribunal Federal e o Museu Histórico. A Polícia Militar se instalou no restaurante oficial da exposição e o Corpo de Bombeiros no pavilhão de Caça e Pesca. No pavilhão de Estatística foi instalado o Serviço de Saúde do Porto. O edifício principal do parque de diversões recebeu repartições do Ministério da Guerra.

Na avenida das Nações (Presidente Wilson) foram doados os palácios da Noruega ao Patronato de Menores, o da Tchecoslováquia à radio Sociedade e Academia de Ciências. O do México passou a sediar o Conselho Nacional do Trabalho e a Diretoria Geral de Propriedade Industrial. O da Grã Bretanha, serviu ao Museu Comercial e Agrícola e o da Argentina, para instituições como a Liga de Higiene Mental, a Associação Brasileira Médica, o Instituto Politécnico e de docentes militares.

A França doou seu pavilhão à Academia Brasileira de Letras e o Japão para a Prefeitura do Distrito Federal.

Estas edificações abandonavam seu caráter efêmero e passavam a assumir funções no espaço urbano central. Entretanto, face às dificuldades financeiras da Prefeitura, a urbanização não se completou e apenas alguns anos depois, o problema considerado de difícil e onerosa solução seria equacionado, transformando a terra arrasada, os antigos vestígios do morro, o espaço vazio, em parte integrada por tratamento e uso, ao território da cidade. [88]

A euforia da vida em novos moldes: Cinelândia e Copacabana

A década de vinte aproximou a cidade da orla oceânica de modo inquestionável. Se por um lado a inauguração do hotel Copacabana Palace, em 1923, deslanchou o processo construtivo em Copacabana, o sonho do espanhol Francisco Serrador serviu para criar no Rio uma Cinelândia, terra do cinema, uma *Broadway* tropical. A verticalização, iniciada na avenida Central por prédios com cinco pavimentos ou 55m

[88] Prata, Alaor. Recordações da Vida pública. Rio de Janeiro: s.ed.,1958.

de altura máxima vai beneficiar-se da estrutura metálica e do concreto armado. Em estrutura metálica era o Edifício Lafont, construído na década de 1910 na avenida Rio Branco, esquina de Santa Luzia por iniciativa de Marcel Lafont, do Crédit Foncier, considerado por muitos como o mais antigo prédio residencial de apartamentos no país.[89]

A introdução do concreto armado irá facilitar a construção de prédios mais altos. No centro, a Cinelândia surge como bairro Serrador, inicialmente um fantástico plano que incluía "três teatros, quatro cinemas com 800 lugares, um hotel, dezessete amplas lojas, ringue de patinação, moderno parque de diversões, nove ruas de acesso, salas para escritórios e um imenso terraço ocupando toda a extensão dos prédios para bares e restaurantes".[90] Com a escala do empreendimento reduzida e contando apenas com o apoio de investidores nacionais, os sonhos foram concretizados por quatro edifícios de oito andares, entre os quais o primeiro foi o Capitólio, inaugurado a 23 de abril de 1925, para alguns "o primeiro arranha-céu de concreto armado no Rio".[91] Em seqüência foram concluídos o Glória, em 3 de outubro de 1925, o Império, a 12 de novembro de 1925 e o Odeon, em 3 de abril de 1926. Aos quatro e ao antigo Palácio foram acrescidos o Pathé em 1928, o Alhambra, o Rex, o Rio, o Plaza. Finalmente, na década de 40, o Metro e o Vitória. Formava-se o novíssimo centro de diversões da cidade, que além dos cinemas, possuía recentes confeitarias onde eram encontrados "... rapazes de polainas, colete, paletó, gravata borboleta e chapéu-chile ou panamá, ou moças com o costume da moda, luvas, bolsas, sapatos e sombrinhas combinando freqüentando a Brasileira, geralmente depois do cinema" ou a "...Americana, grudada no pé do edifício Francisco Serrador,... a mais popular. Gaba-se de seus sorvetes, de ter introduzido no Brasil o *sundae* e o *banana split*".[92]

Na década de grandes mudanças, começando pelo Movimento Modernista e se encerrando com a quebra da Bolsa de Nova York nos EUA e derrubada do governo,

---

[89] Telles, Pedro Carlos da Silva. História da Engenharia no Brasil, século XX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1984-1993, p.152. O Caderno Jornal do Brasil do IV Centenário aponta como autores do projeto Viret & Marmorat, destacando que a edificação com "... suas circulações verticais e horizontais e suas fachadas com grande apuro estilístico, bem tipicamente francesas, contribuíram para a apuração formal do Ecletismo"(p.294). A mesma afirmação é encontrada em: Santos, Paulo F. Quatro séculos de arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981, p.86.

[90] Máximo, João. Cinelândia. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

[91] Carvalho, Gabriela e Rocha, Claudia Lacombe. A Aventura do concreto no Rio de Janeiro: 1900 - 1936. Rio de Janeiro: SNIC, 2003, p. 87.

[92] Máximo, João, *op. cit.* , p.120 e 121.

fechando uma etapa republicana, começou a ser socialmente bem vista a residência em prédios de apartamentos, tendo sido vencido o preconceito da habitação fracionada em mesmo endereço. No centro, prédios de escritórios e comércio atingiam suas maiores alturas na Cinelândia, local misto de trabalho, lazer e moradia, configurando a conexão do centro aos bairros florescentes da orla sul, onde se concentravam as maiores construções realizadas na cidade. Margeando a baía, na Glória, Flamengo, Botafogo e Copacabana iam surgindo elegantes alternativas residenciais. Por levantamento de ofertas nos anúncios de imóveis dos jornais entre 1927 e 1937, Vaz (2002, p.77) destaca o crescimento dos lançamentos imobiliários nestas áreas da cidade.[93] Ao fim dos anos vinte surgem elegantes endereços em Copacabana, hoje considerados requintados exemplares do estilo art déco. O edifício OK, atual Ribeiro Moreira na rua Ronald de Carvalho 21, construído em 1928, o palacete Duvivier, também de 1928, de Eduardo Duvivier. Ainda em 1928, por processo 24.235 foi aprovada a construção do edifício Itaóca, na rua Duvivier 43,de Renaud Lage.[94] Destacavam-se ainda o Itahy, situado na N.S. Copacabana 252, o Caxias, na rua Ministro Viveiros de Castro 116, o Ophir, na rua Ronald de Carvalho 154.[95] E os palacetes Veiga, do Comandante Roberto de Moraes Veiga, a Casa Rosada, de Alfredo Vasconcellos, o Inhangá, de Madame Ida Agier, o São Paulo, de Penteado & Irmãos Hortenblaud, na rua Ronald de Carvalho 91 e o Oceânico, de Argemiro Paiva.[96]

---

[93] Um dos motivos da febre construtiva que passa a acontecer na cidade estava na utilização do concreto armado, que possibilitava vencer maiores desafios em alturas. A primeira empresa especializada na nova técnica, Companhia Construtora de Concreto Armado iniciou suas operações em 1912 por iniciativa do alemão radicado no Brasil, Lambert Riedlinger. Foram vários estrangeiros e brasileiros que disseminaram a técnica, mas um nome acabou por obter maior destaque, Emilio Baumgart que ganhou o título de "pai do concreto armado no Brasil". Ver: Carvalho e Rocha, *op. cit.*,p.51-59.

[94] O projeto de Anton Floderer e Roberto R. Prentice, com habite-se concedido em 28 de outubro de 1929, previa um primeiro piso com quatro apartamentos, sendo dois duplex. Do segundo ao oitavo piso eram seis apartamentos por andar com o nono andar destinado aos empregados, além de terraço e dependências do condomínio.

[95] Cardoso, *op cit.*,p.151 a 164.

[96] Uma nota publicada na Revista Manchete, nº 1.197 de 29 de março de 1975, p. 119, aponta que na década de 20, existia mais oferta de espaços construídos que locatários. Assim o edifício A Noite teve redução de dois andares, os apartamentos de Edifício Lafont ficaram dez anos fechados e o Palace Hotel, na Avenida Rio Branco não encontrou por três anos, pretendente para explorar seus oito andares por 15 contos mensais. A família Guinle, na condição de proprietária passou a operar o hotel com diária de 15 mil réis e três refeições incluídas. O negócio teria sido tão bom que o Copacabana Palace foi construído em seguida.

A necessidade de controle das construções e de um plano para a cidade

Da velocidade com que as transformações passaram a acontecer na cidade decorre uma exigência de maior controle das construções por parte da municipalidade. Das anteriores ações do setor público voltadas ao exercício do poder de polícia urbanística, destacava-se a preocupação com o controle das condições de higiene, salubridade e localização das moradias populares. Neste caso estavam os decretos de nº244, de 20 de abril de 1896, e o nº 842, de 9 de dezembro de 1901.[97] Tal preocupação persistiu quando da aprovação do regulamento geral das construções e consertos de prédios que o governo baixou por decreto n° 391, de 7 de fevereiro de 1903, no contexto da administração Passos. [98]

Anos depois, na gestão do Prefeito Amaro Cavalcanti, foi aprovado o decreto n° 1.185, de 5 de janeiro de 1918, estabelecendo um zoneamento para o Distrito Federal, fixando áreas urbanas, suburbanas e rural. A medida foi considerada um passo para a implantação da primeira lei urbanística objetiva na cidade do Rio de Janeiro.[99] Naquela ocasião, os interesses do Prefeito, jurista e jurisconsulto, voltaram-se ainda para equacionar a nomenclatura dos logradouros da cidade, retificando, consolidando e estabelecendo seu reconhecimento por decreto nº 1.165, de 31 de outubro de 1917. Em 11 de setembro de 1924, foi aprovado um regulamento para as construções no Distrito Federal. O decreto nº 2.021 destinava-se à uniformização das regras construtivas, ao

---

[97] O decreto n° 244, editado na gestão do prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida destinava-se à regulamentação da construção de casas para proletários nos distritos da Gávea, S Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo e seus subúrbios, estabelecendo os critérios edilícios. O de n° 842, de 9 de dezembro de 1901, foi aprovado pelo prefeito Xavier da Silveira para construção de avenidas econômicas, casas proletárias e operárias efetuadas fora da área compreendida pela Praça da República (em suas faces), ruas Marechal Floriano, Camerino, Saúde, Prainha, São Bento, Conselheiro Saraiva (até o mar) e por outro lado pelas ruas Visconde do Rio Branco, Praça Tiradentes com prolongamento da rua Visconde do Rio Branco, Carioca, Largo da Carioca, ruas Treze de Maio, Senador Dantas, Evaristo da Veiga, Visconde de Maranguape, Largo e praia da Lapa até o mar do lado do Passeio Público, atingindo ruas e praças dos morros compreendidos nessa delimitação.

[98] Pelo mesmo eram definidas as categorias de habitações coletivas e grupos de habitações (artigo 27) e estabelecida a permissão da construção de avenidas fora da área central, com perímetro delimitado pelas ruas da Prainha, Camerino, Marechal Floriano, Praça da República nas suas quatro faces, Inválidos, Riachuelo, Visconde de Maranguape, e largo da Lapa até o mar, bem como das ruas da Lapa, Gloria, Catete, Marques de Abrantes, Senador Vergueiro e praias da Lapa, Russell, Flamengo e Botafogo, salvo quando as construções fossem recuadas de mais de 10m do logradouro e dele não pudessem ser vistas. Os cortiços eram proibidos pelo artigo 29, sendo tolerada apenas a pintura ou caiação dos existentes.

[99] Reis, *op.cit.*,p.67

mesmo tempo em que preconizava exigências que a novidade do concreto armado obrigava. De curta duração, menos de um ano depois foi alterado, passando a vigorar o de nº 2.087, de 19 de janeiro de 1925. Versando sobre as construções, reconstruções, acréscimos e modificações das edificações, eram ainda indicadas outras providências. Em verdade, a abrangência da legislação consolidava-se na forma de um completo código de obras. Com quatro títulos, 16 capítulos e 58 seções, a nova legislação iniciava-se por amplo glossário, incluindo definições da habitação, estabelecida como particular e coletiva, além de determinar o zoneamento da cidade, dividindo o Distrito Federal em quatro zonas – central,[100] a parte comercial da cidade, urbana, suburbana e rural. Revelando preocupações com a segurança das construções, eram indicadas exigências para registro e cadastramento dos arquitetos- construtores e construtores responsáveis por projetos e obras na cidade, sendo estipuladas obrigações para concessão de habite-se às novas edificações.

Destaca-se na legislação, em seu Título II, capítulo I, seção 1, as condições gerais dos projetos sendo oferecidos vários parâmetros como pé direito por tipo de compartimento e altura dos edifícios (fixada no máximo em 50m, mas condicionada à largura do logradouro, determinada duas vezes para a área central e uma e meia nas demais zonas). A preocupação com a estética das edificações é apresentada na seção voltada à arquitetura das fachadas, sendo instituídos, dentre outras indicações, nove prêmios anuais em dinheiro, três para cada zona, além de medalhas comemorativas e placa fixada na fachada "com o fim de fomentar a edificação de valor arquitetônico e apurar o gosto das fachadas artísticas" (artigo 81).

As exigências ditadas pelo aparecimento de novas formas de uso e ocupação do solo urbano são retratadas por regulamentações construtivas para usos novos como cinematógrafos e garagens, mas também são reveladas por exigências técnicas na utilização do concreto armado.

As pressões de crescimento e expansão da cidade nos sentido norte e sul, além dos problemas referentes à área central, passaram a requerer instrumentos mais

---

[100] A zona central correspondia a parte comercial da cidade, sendo composta pelos distritos da Candelária, Santa Rita, Sacramento, S. José, Santo Antônio, Santana e Gamboa formando uma área que era delimitada pelo mar, por avenidas Rio Branco, Marechal Floriano, rua Treze de Maio, Largo da Carioca, Rua da Carioca, Praça Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco, Praça da República, Praça Christiano Ottoni, avenida Marechal Floriano, Rua do Acre, Praça Mauá e o mar.

modernos para seu controle. A administração Alaor Prata, não valorizada por seu conjunto de realizações e obras efetuadas, destaca-se por introduzir na administração municipal, as bases do processo de planejamento do seu território. Na sua gestão foram criadas comissões de trabalho, formadas por funcionários públicos ou nomes destacados das instituições de classe, buscando tratar de questões urbanas, dentre os quais figuravam o problema Morro do Castelo, a operação do sistema de transportes e o próprio plano da cidade. Embora em outras questões tenha havido sucesso, apenas em 1926, na gestão do prefeito paulista Antônio Prado Júnior, é concretizada a realização de um plano para a cidade. Sua formulação foi entregue ao urbanista francês Alfred Hubert Donat Agache, numa decisão polêmica junto aos meios técnicos locais. Um profissional estrangeiro e ainda arquiteto será, frente ao desafio da consideração da cidade como um campo de estudos da engenharia, uma alternativa questionada ainda mais quando considerada sua especialização como paisagista.

A execução de um plano pressupunha conhecimento apurado da situação urbana do Distrito Federal. Para isto, o prefeito solicitou ao Conselho Municipal, por mensagem n° 618, datada 31 de agosto de 1927, autorização para o crédito de 2.000 contos de reis destinados à contratação de firma especializada para realizar serviços de levantamento aerofotogramétrico da cidade.[101]

O Plano Agache, como ficou conhecido, estudou e propôs alternativas para o futuro crescimento da cidade. Realizado entre 1926 e 1930 não chegou a ser implantado, considerando sua data da conclusão e a substituição do grupo hegemônico no poder. A desconfiança que permeou a avaliação dos objetivos do plano Agache levou ao seu abandono como proposta adequada aos desejos e aspirações de República Velha. Entretanto, pontual e isoladamente, aos poucos, várias de suas recomendações foram sendo aproveitadas.

Menos do que as obras propostas, o que se extrai como destaque do plano é a sua própria imagem da cidade. O belo, à semelhança das cidades européias, é o modelo a alcançar. A divisão social e funcional, o instrumento de viabilização do modelo. Assim é que, na área central, os usos específicos estariam localizados em áreas distintas,

[101] Os serviços, executados pela firma inglesa Air Craft Corporation, pela primeira vez contemplaram a área urbana, servindo para substituir os anteriores trabalhos da Comissão da Planta Cadastral de 1893, então comandada pelo engenheiro Pereira Reis.

configurando setores característicos. A “entrada do Brasil”, praça na orla marítima seria “uma entrada monumental correspondente à importância e aos destinos da capital”. O “bairro dos Ministérios” entre a Primeiro de Março e o cais Pharoux, concentraria os prédios públicos, e inclusive podendo fazer “reviver magnificamente a Praça Real, hoje XV de Novembro, que no século XVIII, foi vestíbulo de honra da capital”. O plano propunha ainda o bairro das Embaixadas, o “Centro de Negócios”, o bairro do Castelo, o Centro Bancário. Esta seria a zona central com uma parte comercial. O restante da cidade estaria submetido ao zoneamento proposto que assim se repartiria em zona industrial e porto, zona de residências, zona suburbana e zona de espaços livres e reservas arborizadas.

A zona residencial, o conjunto de bairros da cidade respeitaria uma hierarquia compatibilizando áreas por classe social. As praias oceânicas e a Lagoa Rodrigo de Freitas, áreas de recente ocupação como Copacabana, Ipanema, Leblon e todo o percurso da Avenida Niemeyer exerceriam atração na população mais rica, estrangeiros e turistas, destinando-se às classes de mais alta renda.[102] A Zona Sul antiga, envelhecida no tempo, é vista como adequada à burguesia, em seus extratos médios, assim como a Zona Norte, na planície percorrida pelos rios Maracanã, Joana e Trapicheiros, entre as serras do Engenho Novo e Carioca e na encosta desta última, pela estrada da Tijuca. Subúrbios eram para os pobres. E mesmo para os morros, apresentava definição de classe. Expurgadas as favelas, para o urbanista apenas um problema conjuntural, decorrente da inércia do setor público na solução da moradia popular, eles poderiam ser facilmente remodelados para atrair estratos de renda mais elevados.

Na visão do urbanista, a preservação da qualidade ambiental deveria ser perseguida visando eliminar erros, como os costumeiramente cometidos na construção dos bairros em função do desequilíbrio entre as alturas das edificações e as acanhadas vias de acesso. A questão merecia destaque em Copacabana, uma vez que “...Desde a abertura do Copacabana Palace, este bairro tornou-se a praia mais freqüentada do Rio, *rendez-vous* elegante da alta sociedade fluminense durante o período de verão competindo com Petrópolis, e principal centro do turismo carioca”. Entretanto,

> “ É indispensável, se se quer conservar a Copacabana o seu caráter de balneário

[102] Segundo o plano, os estrangeiros haviam ampliado sua participação na composição demográfica destas áreas passando de 25% em 1906 para 53,5% em 1920. Agache, *op. cit.*, p. 192.

> elegante e aristocrático, impedir a repetição de erros recentes que permitiram a edificação, sem ordem, de prédios muito altos em volta de áreas internas ridículamente pequenas, interceptando a vista um dos outros, esmagando graciosas villas, desfigurando e depreciando todo um cantinho desse bairro privilegiado".[103]

Em que pese a preocupação com o embelezamento da cidade e toda uma contribuição de caráter estético, a dificuldade de execução do plano, o volume de inversões necessárias e a alteração de classes no poder produziram seu esquecimento enquanto instrumento de estruturação geral das ações sobre o espaço urbano.

Certo é também que, após a Revolução de 1930, é outro o espaço social e econômico. O grande pacto consolidador dos interesses diversos de várias forças sociais em jogo revelou-se na formação espacial. Seu novo horizonte seriam os centros urbanos e industriais, cujos melhores exemplos eram o Rio e São Paulo. Do grande apelo populista e dos compromissos com a massa trabalhadora decorreram efetivas transformações na cidade.

Com a deposição do Presidente da República Washington Luis encerrava-se não só a Velha República, mas também uma fase do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. No rastro dos ventos de uma nova República, os grandes símbolos do início do século, como o marco comemorativo da abertura da Avenida Rio Branco, serão desmistificados por ousadias nunca pensadas.[104] Desejava-se escrever uma nova página de outra era.

Nada mais ilustrativo dos tempos que se encerravam que o depoimento de Di Cavalcanti:

> "... o caráter demasiadamente literário do movimento modernista de 1922 colocou-nos (aqueles que por ele foram responsáveis) desnorteados diante do inicio da transformação político-social que marcou sua eclosão no ano de nosso primeiro Centenário de Emancipação, e justamente com a primeira revolta militar contra o oligarquismo e a política estreita dos coronéis provincianos. O Brasil iniciava-se num caminho de democratização progressista, não queria mais se submeter às comissões

[103] *Id.*, p.199.
[104] O Jornal O Globo, edição de 31 de outubro de 1930 publicou a foto dos tenentes amarrando seus cavalos no Obelisco da Avenida Rio Branco. Maranhão, Aluísio. O Globo, primeiras páginas: 80 anos de história nas manchetes do Globo. Rio de Janeiro: 2005, p.20.

> diretoras dos velhos partidos republicanos. Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luiz são os homens fortes que encerram o ciclo de um autoritarismo de raízes no feudalismo imperial. Esses homens representam três varões que sucumbiram imbuídos de uma dignidade que não mais se reproduziu nesta terra, onde eles foram os últimos a ceder no comando de um velho exército corroído pela fatalidade da história".[105]

3.2-A Cidade Emergente: Rio entre 1930 e 1965, a antiga e a nova centralidade em competição. Centro x Copacabana

Novembro, 1930. O governo Getúlio Vargas instala-se na capital. No centro das preocupações, a desconstrução das políticas de privilégio aos interesses agroexportadores, da descentralização e da autonomia dos estados, da consideração das questões sociais como problemas de polícia.

De modo distinto ao período anteriormente estudado, no cenário de mudanças não estará imediatamente presente a dimensão espacial. Outros campos irão requerer a primazia das atenções. As questões econômicas, as substituições de importações, o fortalecimento do Estado, a instituição de regras trabalhistas consolidarão dentre outros temas derivados e correlatos, os interesses dos primeiros longos anos da era Vargas.

No país de 37.625.436 habitantes, a capital possuía 1.505.595 habitantes.[106] São Paulo, a segunda cidade brasileira, já alcançava a marca de 887.810 habitantes. A marcha em direção ao Brasil urbano, voltado à ruptura do atraso, do anacronismo, do coronelismo iniciava-se para, segundo alguns, inaugurar o século XX.

Mas a tarefa não seria tão fácil, uma vez que:

> "a Revolução não fora obra de um partido, mas, sim, um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores, nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. O Governo Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação. Em movimento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode

---

105 Di Cavalcanti, E. Reminiscências líricas de um perfeito carioca. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1964, p. 36.
106 Nosso Século. São Paulo, Abril Cultural, 1980, V.3, p. XVI.

> transformar-se em simples executora do programa de um partido; deve ser apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder, nesse terreno, é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam".[107]

Das medidas iniciais destacava-se a reorganização política do país, promovida segundo radical reforma no processo eleitoral, compromisso fundamental do movimento revolucionário, com instituição do voto secreto e da representação proporcional. A urgência passava ainda por uma organização de leis e regulamentos, dos instrumentos necessários à administração pública como Código dos Interventores, leis sobre ações preferenciais, extinção de impostos estaduais, redução progressiva do imposto de exportação, além de reformas no Supremo Tribunal e na justiça local do Distrito Federal.

No campo econômico, era urgente atacar um estado de iminente desastre, como pode ser depreendido do quadro descrito pelo Presidente:

> "O ouro migrara, deixando o ônus dos empréstimos; o café caíra, deixando o *stock*, o subconsumo e a superprodução; as indústrias estavam paralisadas; a lavoura em crise franca; o capital em pânico e o trabalho sem emprego; o mil réis sem valor e a vida por um preço elevadíssimo. Fizera-se inflação, deflação e reinflação, tudo no curto período de três anos".[108]

Para enfrentar esta conjuntura desestabilizadora, os esforços das autoridades fazendárias voltaram-se ao restabelecimento do crédito externo, acordando o pagamento de atrasados bancários, cobrindo prestações em aberto e "coordenando a vida interna, ameaçada em todos os campos de sua atividade".

Num panorama descrito como de tal gravidade, instalou-se na máquina administrativa um clima de desconfiança generalizada, motivando a abertura de comissões de sindicância voltadas à apuração de irregularidades em todos os setores da administração pública. Interventores indicados pelo governo central, nem sempre

---

[107] Mensagem do chefe do governo provisório, lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato de sua instalação em 15 de novembro de 1933, p. 18. Acesso em: 21 de maio de 2005. Disponível em: http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1323/000017.html.
[108] *Id.,* p. 34.

isentos de motivações políticas ou interesses pessoais, passaram a avaliar decisões, atos e práticas desenvolvidos no governo anterior.

Para a capital federal foi indicado como interventor, Adolfo Bergamini, político com base de sustentação no bairro do Méier e jornalista do Correio da Manhã.[109] Dos seus primeiros atos, registra-se a preocupação com homenagens aos revolucionários de primeira hora, imortalizados na nomenclatura de várias ruas da cidade. Com o tempo e após extensas investigações, foram resgatadas algumas realizações da administração Prado Júnior. Dentre elas, destacava-se o Plano Agache, analisado por uma Comissão de notáveis.[110]

Ainda em 1931, o pernambucano Pedro Ernesto (1884-1942) substituí Adolfo Bergamini. De longa data, o conhecido médico com estudos iniciados na Bahia, concluídos no Rio, estava associado às conspirações empreendidas contra o governo federal, com efetiva participação nos movimentos de 1922, 1924 e 1930. O "tenente civil" da Revolução era, desde a instalação do novo governo, Diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal, além de médico particular do presidente.

Como interventor foi, no início de 1933, um dos fundadores do Partido Autonomista do Distrito Federal, defendendo a bandeira da autonomia política da cidade do Rio de Janeiro. Seu partido venceu as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e, em 1934, obteve expressiva maioria nas eleições para a Câmara Municipal, garantindo a maior bancada. Pedro Ernesto, na condição de vereador mais votado foi, ainda que indiretamente, o primeiro prefeito eleito da cidade. Nesta condição tomou posse em 8 de abril de 1935.

Seu governo privilegiou as demandas da população nos setores de saúde e educação. A nomeação do Dr. Gastão Guimarães e do Professor Anísio Teixeira para as respectivas pastas inaugurou uma fase diferenciada no trato destas questões no plano municipal.

Da rede hospitalar existente hoje na cidade, boa parte decorre das intervenções iniciadas àquela época, podendo ser citados os atuais hospitais Miguel Couto, Getúlio Vargas, Carlos Chagas, Rocha Faria, Jesus e Paulino Werneck. Vale destacar a

---

[109] Reis, *op. cit.,*p.99.

[110] A comissão nomeada para analisar o Plano era presidida por Armando Augusto de Godoy e tinha como componentes: José Mariano Filho, Arquimedes Memória, Henrique de Novais, Lúcio Costa, Ângelo Bruhns e Raul Pederneiras.

localização preferencial das instalações em áreas que, na década de trinta, constituíam-se em bairros com expressivo contingente residente de menor poder aquisitivo como a Gávea, Penha, Marechal Hermes, Campo Grande e Ilha do Governador. No setor educacional, foram construídas várias escolas como a Argentina em Vila Isabel, Getúlio Vargas em Bangu, Paraguai em Bento Ribeiro, São Paulo em Brás de Pina. A localização do equipamento escolar era definida respeitando tendências de crescimento da população por bairros da cidade. Apesar do planejamento prévio, pesam críticas quanto à implantação, considerando o uso de terras públicas, em geral praças ou em vias bastante movimentadas, revelando inadequação dos critérios de seleção dos terrenos para o tipo de atividade.

Com todas as ressalvas que podem ser efetuadas sobre a gestão do prefeito Pedro Ernesto não pode deixar de ser registrada que, de sua atuação decorre a formação na cidade do Rio de Janeiro da maior rede de serviços públicos de assistência médica existente no país, bem como a semente de um programa inovador no campo da educação, baseado na universalização do ensino fundamental.[111]

A indicação para a construção destas políticas no âmbito da capital pode ser encontrada nas linhas condutoras do Partido Autonomista, caracterizando-se pelo fortalecimento da cidadania. Vale considerar que o partido possuía uma ampla e descentralizada base política, em parte graças à figura carismática do prefeito e de sua aproximação às causas e coisas populares. Pedro Ernesto revogou o Plano Agache, mas instituiu a subvenção oficial para as escolas de samba e determinou sua inclusão, em 1935, no calendário das atrações turísticas da cidade.[112] Ainda em relação ao universo do samba e da favela, registra-se seu decisivo apoio aos moradores do morro da

---

[111] Em seu período de governo foram construídas 25 escolas totalizando a abertura de 27.900 vagas para o ensino infantil. Os planos do governo visavam alcançar cobertura de toda a população escolar, 820.000 alunos em 1942. Fonte: Lemme, Antonio César. Rompendo o silencio. Educação, saúde e cidadania na administração Pedro Ernesto. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, s/data, 40 fl.

[112] O primeiro desfile das escolas de samba foi realizado em 1932, numa iniciativa do jornal Mundo Sportivo, apoiado por O Globo. Um palanque foi armado na Praça Onze para o desfile que contou com 19 escolas. A Mangueira foi vencedora com o enredo A Floresta. Em 6 de setembro de 1934 foi constituída a União das Escolas de Samba que passou a receber ajuda financeira da Prefeitura na forma de auxílio (2.500 contos de reis) para exibição no carnaval. Os recursos, "concedidos a juízo da Administração, serão entregues à União das Escolas de Samba, que os distribuirá eqüitativamente pelas suas federadas, sujeitas, porém, à fiscalização por parte da Diretoria Geral de Turismo, que para isto, registrará a lei na União". Fonte: Cabral, Sérgio. Mangueira, a nação verde e rosa. São Paulo: Prêmio, 1998.

Mangueira frente à tentativa de despejo empreendida por descendentes do Visconde de Niterói, em 1935, e a inauguração, em 1936, da primeira escola pública para favelados, a Humberto de Campos, também na Mangueira.

Considera-se ainda para a popularidade do Prefeito, o comando da máquina administrativa, naquele momento um formidável agente empregador, em constante ampliação da oferta de trabalho, colaboravam para o aumento de seu cacife político. Carlos Eduardo Sarmento,[113] escrevendo sobre Pedro Ernesto e o Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), demonstra que para seus oposicionistas e críticos sua intencional "política de favorecimento", seu domínio de "verdadeiro cabide de emprego" eram justificativas mais plausíveis que posturas ideológicas das motivações para promoção de serviços públicos à população.

Certo é que o relacionamento com grupos populares, certamente reforçado por exercício da medicina, consolidou a inegável força política de Pedro Ernesto. Este poder, aliado às idéias de autonomia para serviços da capital como, por exemplo, a instituição da Guarda Municipal para controle da segurança pública ou a liberação dos jogos de azar, podem ser apontados como algumas das justificativas para a campanha que culminou com a queda do prefeito.

O político, tão popular, acabou preso em 1936, acusado pela preparação dos movimentos subversivos que haviam abalado o regime em novembro de 1935, na chamada Intentona Comunista. Destituído do cargo, foi substituído interinamente pelo cônego Olympio de Mello, chefe do legislativo municipal, em acordo à Lei Orgânica do Distrito Federal.[114]

Em 3 de julho de 1937, quatro meses antes da decretação do Estado Novo, outro médico seria indicado prefeito. Henrique Dodsworth, sobrinho de Paulo de Frontin, ferrenho adversário da administração Pedro Ernesto será o mais longevo ocupante do cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro, onde permanecerá, num único mandato,

---

[113] Sarmento, Carlos Eduardo. Limites da Utopia: autonomia e intervenção na cidade do Rio de Janeiro na década de 30. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995,39fls.

[114] Posteriormente, o cônego foi confirmado no cargo de prefeito tendo administrado a cidade entre abril de 1936 e julho de 1937. No dia 1 de julho de 1937, seu último dia no cargo, assinou o Código de Obras e Legislação Complementar do Distrito Federal, o famoso decreto 6.000, destinado ao estabelecimento de regras e normas edilícias para a cidade. Sobre a prisão de Pedro Ernesto é ilustrativo seu discurso, realizado em 29/09/1937, após ser inocentado das acusações que o levaram a prisão. Ver: Rio Estudos, nº 202, Diário Oficial da PCRJ, 26 de maio de 2006.

por oito anos e quatro meses. Entretanto, muito de seu trabalho terá a marca de realização comandada pelo governo federal, sob a égide de um regime autoritário, denominado Estado Novo, instaurado no país em novembro de 1937.

Deste contexto derivam inúmeras transformações que se instalam em distintos segmentos da vida do país, nas quais a capital carioca desempenhará um papel determinante como efeito demonstração, seja por modernas construções de caráter monumental realizadas na Esplanada do Castelo, atribuindo forma às intenções de modernização administrativa pretendidas pelo governo Vargas, seja por implantação de políticas públicas voltadas ao atendimento das classes trabalhadoras, para as quais, Getúlio Vargas presidente será como um pai.[115]

Os planos de governo de Henrique Dodsworth

Neste período de governo da capital são valorizadas linhas de ação que configuravam um plano articulado, apoiado num tripé formado pela reforma da máquina administrativa, por transformação do sistema de arrecadação e por realização de obras de grande vulto.

Apesar de instalada em outra modelagem política desde os anos trinta, portanto decorridos sete anos no poder, a administração do Distrito Federal era ainda apresentada como ausente de diretriz, tendo priorizado reformas isoladas, sem coordenação. Deste diagnóstico depreendem-se justificativas para medidas saneadoras voltadas à instituição de maior controle e racionalização do funcionalismo municipal baseadas na centralização das operações de pagamento, no controle de freqüência, na implantação de quadros e planos de salários.

Nas finanças municipais foi realizada uma reforma do aparelho arrecadador, racionalizando e regularizando cobranças de IPTU e de distintas taxas e impostos como de expediente, proteção sanitária animal, cassinos balneários, transmissão de imóveis, licença para localização comercial etc.

Na condução destes dois aspectos, funcionalismo e arrecadação, demonstrava-se a concretização das correções de curso dos “excessos cometidos” no governo Pedro

[115] Revista Chão, junho/julho/agosto, 1978, nº 2.

Ernesto, tão duramente criticado pelo então adversário político Dodsworth.[116]

No que diz respeito às intervenções no espaço urbano, a Comissão do Plano da Cidade, em trabalho realizado em 1939, determinava prioridades para grandes questões da circulação, do saneamento e das construções. Sobre a concepção das obras que seriam promovidas, vale registrar:

> "A administração Henrique Dodsworth, desejando realizar um programa de melhoramentos, adaptando a cidade principalmente às novas exigências do tráfego, e considerando que tais obras são por sua natureza, dispendiosas ou de vulto, e que só se justificam quando enquadradas num plano diretor ou de conjunto, criou, de início, o órgão técnico especializado – a Comissão do Plano da Cidade, que retomou o assunto, elaborando, dentro das diretivas acima referidas, esse plano, cuja estrutura já se encontra fixada. Aplicando o urbanismo, na sua acepção técnica normal, a Comissão do Plano da Cidade procedeu à análise própria da questão, e considerou, dentre as sugestões aproveitáveis, algumas das idéias contidas no esboço do plano diretor apresentado pelo arquiteto Alfred Agache".[117]

A prioridade das intervenções voltava-se para a área central com o estabelecimento de novas vias que, em conjunto com a avenida Rio Branco, formariam um sistema articulado de linhas estruturadoras destinadas ao escoamento do tráfego da cidade. Eram propostas três novas avenidas: o prolongamento da avenida do Mangue até o mar, que faria surgir uma artéria de 80m, a atual avenida Presidente Vargas, "eixo longitudinal de maior importância, coletando as grandes correntes de tráfego da extensa zona norte"; a abertura de uma via diagonal com 50m de largura, da Lapa ao Campo de Santana era prevista, e desafogaria as avenidas Rio Branco e Mem de Sá do tráfego entre as zonas sul e norte; uma avenida de contorno com 40m de largura vinda da zona sul, atravessando a Praça Quinze de Novembro, que passaria ao lado das instalações da Marinha e terminaria na Praça Mauá, "permitindo a comunicação mais direta do Cais do Porto com a estação das Barcas e o Aeroporto, e terá função auxiliar de tráfego, pela sua conjugação com as transversais à Avenida Rio Branco". O sistema ainda se apoiaria no prolongamento da avenida Almirante Barroso, necessária ao escoamento da área da

---

[116] Sarmento, *op. cit*, p. 8.
[117] Prefeitura do Distrito Federal, Programa Geral de Realizações, 1940-1943, p. 95.

Esplanada do Castelo.

O esquema proposto apontava ser fundamental o desmonte do Morro de Santo Antônio, o prolongamento da avenida do Mangue e a conclusão da Esplanada do Castelo, ações destacadas do programa de realizações encaminhado ao Presidente da República em 1 de outubro de 1940. Em 29 de outubro, tal programa, incluindo ainda empreendimentos e melhoramentos urbanos, foi aprovado pelo Presidente considerando a boa saúde financeira da Prefeitura.

Tal avaliação decorria da progressão da receita pública, destacada em ofício apresentado pelo Secretário de Finanças, Dr. Mario Mello, registrando desde 1930, crescimento médio anual de 11%. A justificativa de futuros 6% ao ano para o período 1941-1950 estava fundamentada nesta observação e era até, pouco otimista.

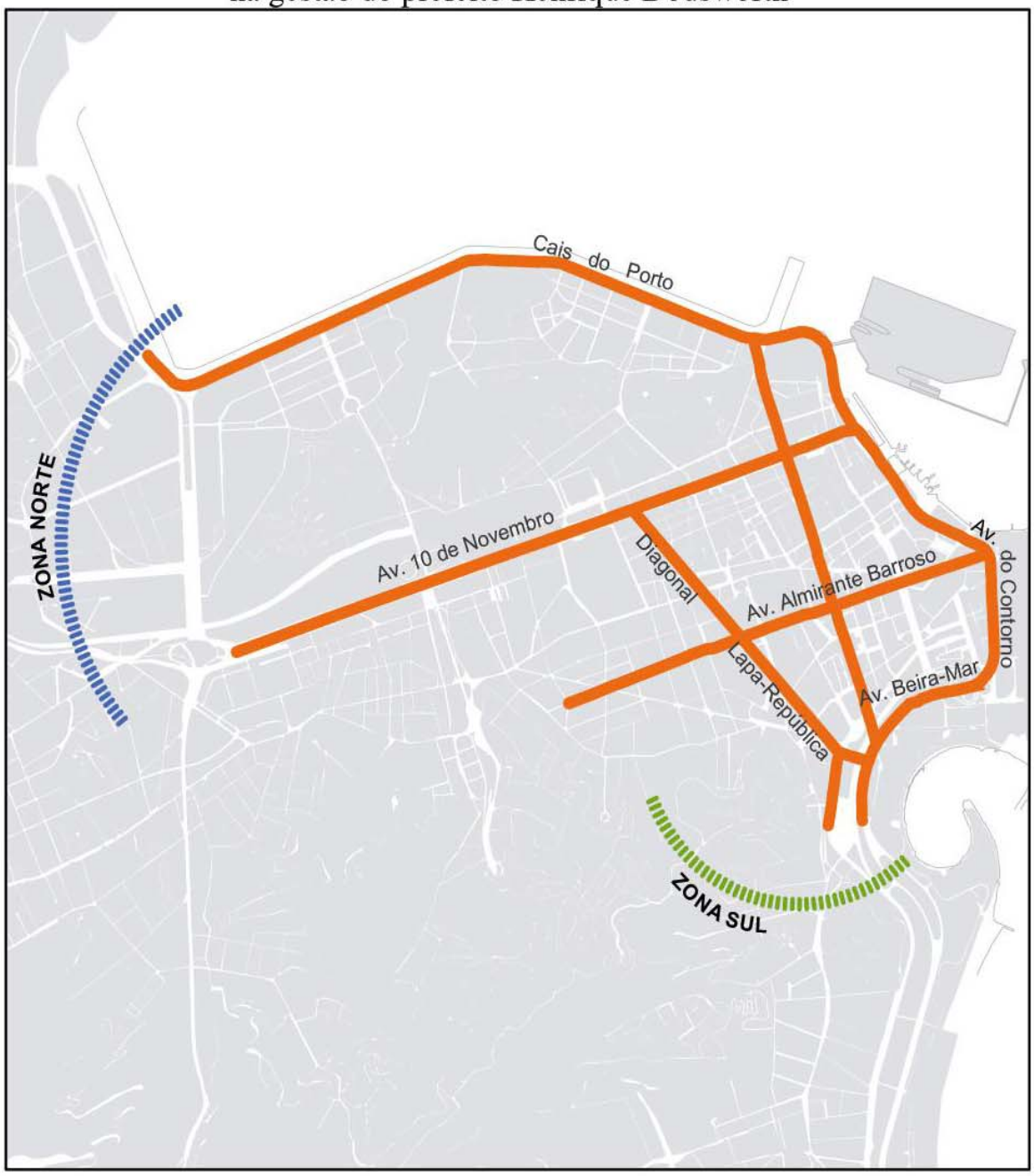
Além dos grandes planos, os projetos em carteira incluíam a construção do Palácio da Prefeitura e mais quinze sedes distritais, uma para cada distrito urbano, criados por decreto nº 6.641 de 14 de março de 1940.[118] Eram ainda consideradas as construções de 20 escolas urbanas e 50 rurais e duas aldeias educacionais, destinadas a substituir 123 unidades que funcionavam em prédios alugados, nova sede para o Liceu de Artes e Ofícios, investimentos em cinco hospitais e significativa intervenção na máquina administrativa. Na listagem de melhoramentos a promover constavam obras da estrada Rio - Petrópolis, o túnel Botafogo-Copacabana, um forno de incineração de lixo a ser construído na rua Assunção, em Botafogo, e várias intervenções em áreas urbanas, suburbanas e rurais.

Uma das mais importantes indicações era ainda a atualização da Carta Cadastral, justificada pela defasagem do cadastro imobiliário do Distrito Federal, base de cobrança dos impostos predial e territorial. A prioridade do serviço era ditada pela irregularidade, naquele momento, do registro de propriedades, datado de 1938, baseado em fichas de inscrição preenchidas pelos proprietários, considerado incompleto, desatualizado e sem

---

[118] Os distritos tiveram seus limites fixados por decreto nº 6.985, de 7 de maio de 1941 e eram os seguintes: Centro, Estácio de Sá, Laranjeiras, Botafogo, Copacabana, São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel, Méier, Madureira, Penha, Jacarepaguá, Realengo, Campo Grande e Santa Cruz. A construção das 15 sedes distritais destinava-se ao atendimento da população por área nos serviços de fiscalização, vigilância, coordenação de educação primária, arrecadação de rendas públicas, saúde e assistência médico-social, reparações, conservação e construção de leitos e canalizações pluviais das vias públicas, limpeza urbana e remoção de lixo, fiscalização de obras particulares, transportes, etc. As instalações existentes eram consideradas inadequadas, dispersas, funcionando em prédios alugados, sem padronização, sistematização ou aparência de repartição pública.

Esquema das intervenções urbanas propostas
na gestão do prefeito Henrique Dodsworth



Legenda

- Plano Diretor
- Zona Norte
- Zona Sul

N

Escala 1:34.000

0 250 500 1.000 Metros

correspondência ao valor venal, apesar de a cidade ter sido objeto de levantamento aerofotogramétrico entregue em 1930. É possível supor a existência de significativo processo de crescimento das construções na cidade, uma vez que "além de oportuno e indispensável, esse empreendimento..., é reprodutivo: porque da sua execução, resultará um aumento na arrecadação dos tributos sobre a propriedade imobiliária, estimável em importância superior a despesa".

Um dado interessante a registrar seria a preocupação com o cadastro do patrimônio imobiliário da própria prefeitura, que até então não estaria adequadamente identificado e documentado. O levantamento do patrimônio municipal seria um requisito para a obtenção de balanço econômico confiável, origem do equilíbrio de contas internas.[119]

No que diz respeito aos chamados planos de urbanização, as proposições de trabalho merecem comentários, considerando escala e área de interesse da intervenção, além de seus impactos. Estariam sendo objeto de ação do governo, as seguintes áreas:

-Morro de Santo Antônio

Para o último exemplar dos morros que balizavam a vertente sul da cidade colonial era anunciada sua erradicação, seu banimento por ser um "quisto perturbador da expansão do centro urbano, dificultando a comunicação entre as zonas sul e norte da cidade". A demolição era apontada como possibilidade construtiva de porte significativo na área central, além de oferecer material para criação de amplo aterro, onde seria lançada uma *park way* com destaque para a deslumbrante vista da Guanabara. Na exposição de motivos em defesa da obra eram indicados que,

> "... dos melhoramentos reclamados pela Cidade do Rio de Janeiro, nenhum é de tanta expressão quanto o desmonte do morro de Santo Antônio; e nenhum é tão urgente quanto ele; desafogará o centro urbano pela melhor localização e distribuição do comércio de luxo; virá modernizar e embelezar a cidade, valorizando-a; dar-lhe-á, dentro de suas necessidades e características, maior espaço livre; permitir-lhe-á a solução racional de seu

[119] A constatação sobre falhas no cadastro municipal já havia sido objeto de comentários do Relatório do Diretor de Obras Públicas da Capital em 1843, o Visconde de Beaurepaire-Rohan, foram destacadas nos relatórios da Comissão de Melhoramentos de 1875 e 1876 e fizeram parte das ações administrativas da gestão de Pereira Passos.

> problema de tráfego, deixando-o na superfície e tornando mais remoto o apelo à circulação rápida no subsolo; dar-lhe-á, em harmonia com a natureza, espaço condigno para manifestações cívicas e diversões publicas ao ar livre".[120]

As providências para viabilizar as obras estavam sendo tomadas e desencadeavam a realização de vários estudos preliminares como as sondagens para determinação dos perfis geológicos; cálculos das escavações; delimitação da área desapropriada; levantamento batimétrico da enseada da Glória e Flamengo; cálculo da área a ser aterrada; projeto da muralha do cais; exame de processos de escavação e transportes; esboço de urbanização de áreas resultantes e estimativa orçamentária.

Embora não houvesse ainda um projeto definitivo, várias diretrizes foram traçadas como norteadoras das ações futuras. Assim eram apontadas como decisões tomadas:

- A não edificação da área que seria aterrada;
- A manutenção das linhas de contorno original da Enseada da Glória;
- As desapropriações atingiriam a área circundante ao Morro de Santo Antônio;
- O Convento de Santo Antônio seria preservado;
- Os Arcos deveriam ser conservados, com ou sem a função de viaduto;
- A avenida Diagonal seria a principal diretriz da estruturação viária do plano de urbanização;
- As áreas destinadas para venda ou ocupação seriam no mínimo de 40 % da área a ser urbanizada.

O custo do empreendimento incluía o valor das obras propriamente ditas (110.000:000$000) e as desapropriações, que eram calculadas segundo indicações de valores mínimos, médios e máximos da ordem de 88.000:000$000, 110.000:000$000 e 130.000:000$000, respectivamente. Dos 350.000 m² de esplanada resultante, seriam postos em mercado 40% da área ao custo de 2:500$000 por m² (valor venal médio). Ao final, na avaliação otimista da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a empreitada renderia aos cofres públicos 110.000:000$000, cifra estimada na pior das hipóteses, caso os valores de custo fossem máximos. Sendo assim, seria autofinanciável e passível

[120] Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas, ofício sem número, datado de 1 de outubro de 1940, assinado por Edison Passos, Secretario Geral da Prefeitura.

de realização entre 30 e 36 meses, considerando cronograma de desapropriações e obras.

Chama atenção que nestes documentos relativos ao projeto, tão pródigos em detalhes referentes às obras, não haja qualquer observação sobre a população residente.[121] A descrição do conjunto, moradores e lugar era explorada desde 1901 por Luis Edmundo, com riqueza de detalhes. Na sua avaliação:

> "Os morros de Santo Antonio e do Castelo, no coração da cidade, são dois arraiaes de afflição e de miséria. No Rio de Janeiro, os que descem na escala da vida, vão morar para o alto, instalando-se na livre assomada das montanhas, pelos chãos elevados e distantes, de difícil acesso".[122]

A história do morro é bastante interessante. Apesar de destinado originalmente à ordem carmelita, foi doado e escriturado aos franciscanos. Por várias ocasiões estes fizeram doações ou vendas parciais, sendo que a mais expressiva foi efetuada em 1852 para José Maria Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avelar. Daí em diante foram diversas transações com negociações e repasses da propriedade. Em 1925, o morro pertencia à Companhia Industrial Santa Fé e várias providências para a demolição foram tomadas, levando à realização de acertos junto às autoridades eclesiásticas para a preservação do convento e igreja. Data desta época a construção das muralhas de contenção e das escadarias de acesso. Tudo indicava que a hora da demolição era chegada. Diversas questões atrasaram a realização dos serviços que chegaram a ser interrompidos com as crises econômica de 1929 e política de 1930. Desta ocasião em diante, a cada temporal, lama e detritos desciam do morro em direção à cidade, determinando ser inadiável a conclusão dos planos de arrasamento.[123]

Porém ainda deveria ser vencido um enfrentamento jurídico complicado

---

[121] A população existente no morro era de 632 habitantes residindo em 150 casebres, segundo cálculos apresentados em jornais em 1901, ampliados para 400 casebres por levantamentos do prefeito Xavier da Silveira. O morro foi a primeira favela da cidade e enfrentou uma seqüência de destruições e reconstruções, encontrando-se em 1919, qual fênix renascida para horror da imprensa burguesa. Ver: Abreu, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Revista Espaço & Debates, n° 37, 1994.

[122] Edmundo, Luiz. O Rio de Janeiro do meu Tempo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

[123] A história do Morro de Santo Antônio está descrita em Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, de Frei Albano Marciniszyn, O F. M. Separata da Revista Vida Franciscana, n° 48, ano LII, 1975, p.29.

prolongado até 1931, quando afinal, a Prefeitura foi autorizada a encampar o morro por valor determinado segundo avaliação pericial, operação concluída por escritura de 26 de agosto de 1931. Não estaria ainda definitivamente equacionada a pendência, uma vez que a decisão foi censurada pelo Ministro José Américo com anulação da transação por decreto. Em 1937, com a situação jurídica ainda não resolvida, a prefeitura propunha projetos para a área.[124] Seriam necessários mais 20 anos para a solução final que levou ao desmonte do Morro e à urbanização da Esplanada resultante.

Segundo o depoimento de Dodsworth em 1955, as justificativas para o retardamento deste projeto estariam contidas na situação enfrentada com o estado de guerra que, até 1945, "...tornou impraticável a importação da maquinária apropriada ,..., sendo conhecidas as dificuldades ...pela escassez de gasolina e de material comum".[125]

-Esplanada do Castelo

A urbanização da área arrastava-se desde a década de vinte. Na administração Dodsworth foram retomadas as desapropriações do trecho compreendido pelas ruas São José, Misericórdia e Santa Luzia. Segundo o relatório da Prefeitura, o setor continha inúmeros prédios habitados, barracões, pequenas elevações e, apesar da edição de leis declaratórias de desapropriação desde 1928 e das definições contidas em novo projeto de urbanização aprovado, não haviam sido completados os estudos necessários à conclusão das obras.

Ainda assim avançava-se na ocupação da área com vistas à formação de um centro cívico, sendo a localização preferencial para a construção dos recentes ministérios. Já estavam construídas as sedes dos Ministérios da Fazenda,[126] Educação e

---

[124] O procurador da Fazenda Municipal que representou a Prefeitura foi Mauricio de Lacerda, sendo sua atuação na defesa dos interesses da cidade fonte de enorme visibilidade ao conhecido e polêmico orador. Fonte: Dulles, John W. F. Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, v.1, p.9. Vale destacar a nebulosidade e indefinições jurídicas sobre os direitos da concessão de arrasamento do Morro de Santo Antonio, objeto de versão da empresa concessionária que chegou a reunir dossiê sobre o caso em documentação intitulada Coletânea de notícias, pareceres e documentos, publicada pela empresa Cia Industrial Santa Fé, em janeiro de 1937, assinada por seu então presidente Alarico Nogueira da Silva Costa.

[125] Dodsworth, Henrique. A Avenida Presidente Vargas. Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização. Rio de Janeiro: s. ed, 1955, p. 5.

[126] Em agosto de 2005, o prédio do Ministério da Fazenda foi tombado pelo IPHAN, atendendo ao pedido do próprio ministério. Jornal O Globo, 13 agosto 2005.

Trabalho e vários edifícios semi-públicos.[127] Eram previstas as construções do Palácio da Justiça e da Prefeitura e ainda a abertura da Avenida do Contorno.

O desafio naquele momento era o de acelerar as desapropriações para retomada da urbanização. Neste sentido impunham-se modificações nos planos anteriormente aprovados, alterando as recomendações do Plano Agache para a construção de quadras fechadas, objeto do Projeto de Alinhamento e Loteamento (PAL) n° 3.085. Acertos nos eixos de avenidas, retificação de quadras, demolições e construções públicas como o prédio do recém criado Instituto de Resseguros do Brasil em área praticamente deserta até então, reacenderam o interesse imobiliário para a Esplanada do Castelo.

Um destaque nos planos da administração pública era a indicação de que as operações de venda de terras na Esplanada deveriam ser diluídas por três anos, promovendo por meio deste prazo, possível maturação do processo construtivo desejado para a área.

-A prevista avenida 10 de Novembro

Um grande destaque nos planos era atribuído à larga avenida planejada para ligar a Candelária à Praça da Bandeira, homenageando o golpe de 1930. Como principal artéria da cidade, ela iniciaria o traçado da futura radial oeste, conectando o centro ao subúrbio, acompanhando o leito da E. F. Pedro II. Dos seus 3.600m de extensão, 1.500m já estavam abertos e correspondiam ao Canal do Mangue. Os restantes 2.100m seriam promovidos por demolição completa das quadras compreendidas entre as ruas Visconde de Itaúna e General Câmara, de um lado, e Senador Eusébio e São Pedro, do outro. Para isto deveriam ser demolidas 525 edificações, quatro igrejas, seis bancos, o edifício do Paço Municipal e um Mercado.[128]

Na exposição de motivos da obra era destacada a melhoria do equilíbrio da massa edificada na cidade, "...levando para a zona que atravessa ... novos conjuntos

[127] Interessante a apropriação do conceito para as edificações não pertencentes ao setor público, mas destinadas ao uso público em geral, àquela época, construídas no local.

[128] Dodsworth,*.op.cit*. Dele retiramos a indicação dos imóveis demolidos pela obra. As quatro igrejas demolidas para a abertura da avenida foram: São Pedro dos Clérigos, São Domingos, Bom Jesus e Nossa Senhora da Conceição. Considerando as demolições anteriores das igrejas de Santana e São Joaquim, foram seis as igrejas demolidas na área central por ação do governo.

arquitetônicos e gabaritos de maior altura. Ela será elemento de valorização e pesará favoravelmente na transformação urbana".[129]

Nas indicações de uso, a nova avenida era prevista para contemplar inovações e oportunidades de caráter residencial no trecho entre a Praça da Bandeira e a Praça da República. Em documento datado de 1953, o ex-prefeito Dodsworth afirmava ter realizado incursões junto aos Institutos de Previdência, visando garantir a participação dos mesmos na construção de moradias para seus associados em terrenos abertos nas laterais da nova avenida, em localização tão próxima ao principal mercado de trabalho. No entanto, cita que apenas Plínio Catanhede havia demonstrado interesse à idéia.[130]

Na seqüência de comentários, o ex-prefeito apresentava cálculos sobre o potencial construtivo da futura avenida, realizados por autor desconhecido para artigo do jornal O Globo de outubro de 1943. Nas bases de cálculo, os terrenos seriam destinados ao uso residencial no primeiro trecho – Praça da Bandeira à Praça da República e daí até a Visconde de Itaboraí, para escritórios. Considerando as alturas das edificações, fixadas em 22 e 12 andares, seriam alcançadas áreas úteis de 1.584.000m² e 1.292.760m², respectivamente. Como resultado, era possível traduzir a população estimada para a nova avenida estabelecendo metragem quadrada por indivíduo para cada uso, na base de 20m² e 7m² para residência e escritório, respectivamente. Os números finais resultantes serviam para avaliar a expressão construtiva da avenida que, se assim fosse edificada em seus terrenos lindeiros, tornaria possível 79.200 pessoas nela residirem e 184.680 ali trabalharem.[131]

Uma larga avenida conectando o centro a zona norte e suburbana, cruzando perpendicularmente a mais larga artéria da cidade tinha origem no início do século XIX. Seu esboço vinha desde a chegada da Família Real e dos estudos desenvolvidos por Grandjean de Montigny, para melhorar as condições de circulação entre a Cidade Velha e a Cidade Nova que se formava, promovida pelo surgimento do novo bairro imperial de São Cristóvão.[132]

---

[129] PCRJ, *op.cit.*,p. 112

[130] Dodsworth, *op.cit.*, p.72. O engenheiro Plínio de Catanhede era presidente do IAPI, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, em 1941.

[131] *Id.*,p.74.

[132] Ver PUC, Departamento de Artes. Uma cidade em questão I : Granjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, FUNARTE, Fundação Roberto Marinho, 1979, p.162.

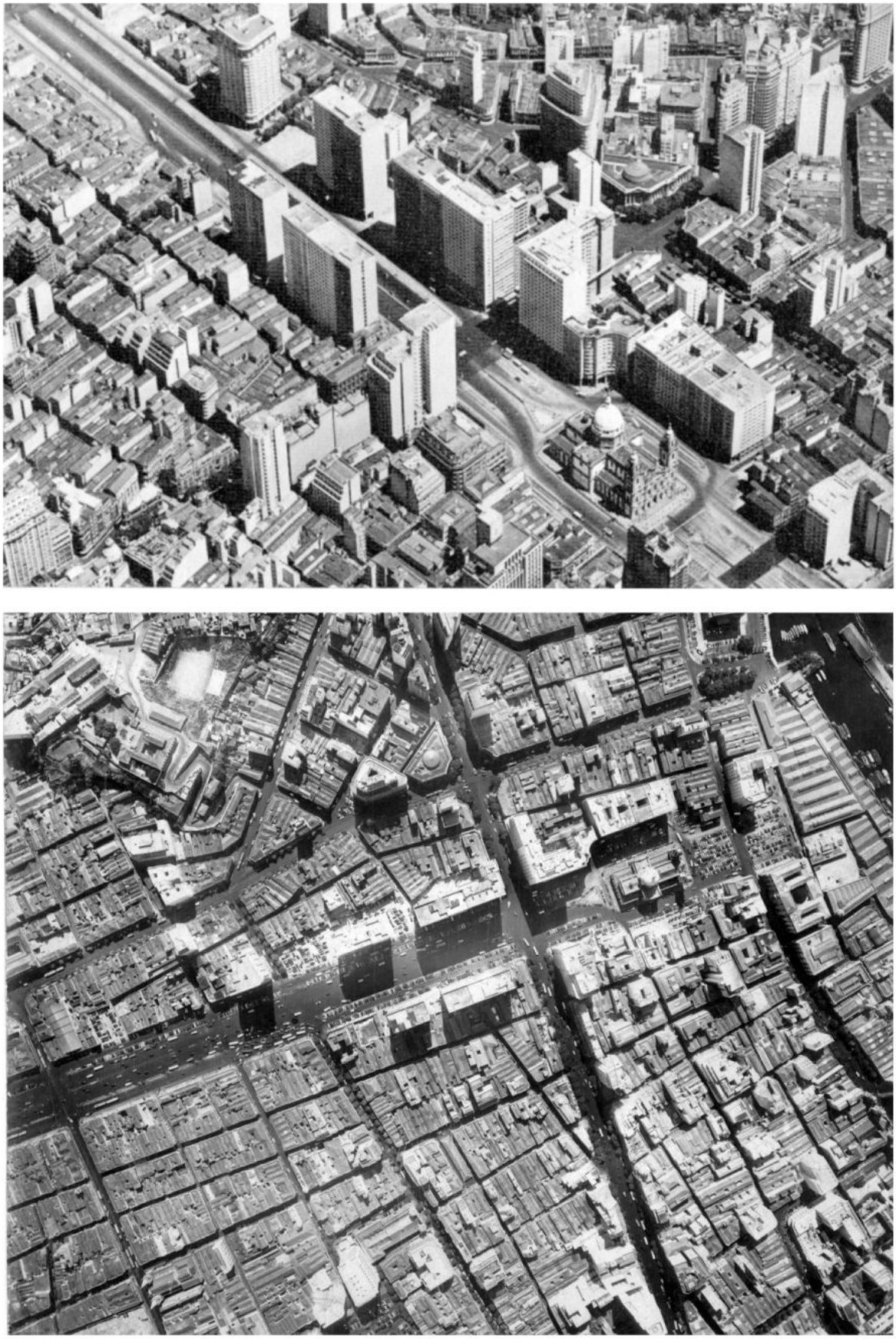
Anos depois, em 1842, a canalização e o prolongamento do canal do Mangue em direção ao mar, para desembocar na altura do Cais dos Mineiros era recomendada nos melhoramentos urbanos indicados pelo Barão de Beaurepaire-Rohan.[133] Em 1857, após a melhoria realizada pelo Barão de Mauá em função da implantação da Fabrica de Gás, ganhou corpo a idéia de prolongar o canal na direção do mar, abrindo caminho na área central em direção do Cais dos Mineiros. O canal do Mangue foi também estudado pela Comissão Melhoramentos de 1875 e 1876. Nas obras realizadas no início do século XX foi prolongado na direção de São Cristóvão, delimitando, em seu contato com o mar, a nova orla portuária da cidade.

Na década de vinte, Alfred Agache planejou uma larga avenida para reforçar a conexão entre áreas da cidade, ligando o centro da cidade ao bairro da estação central, a atual Praça da Bandeira, onde estariam os terminais de transportes de massa. O abandono do plano serviu ao esquecimento da proposta, que, no entanto, foi retomada pelo "Serviço Técnico do Plano da Cidade e apresentada pela primeira vez no *stand* da Secretaria de Viação na Feira de Amostras em 1938".[134] Os jovens e inteligentes arquitetos da época apresentaram o projeto numa bela perspectiva elaborada por Nelson Muniz Nevadas, homenageando o presidente, que não resistiu e autorizou a obra, que aliava vários interesses. A eletrificação da ferrovia e a conseqüente unificação do preço das passagens indicavam ser necessárias amplas obras de reforma no prédio da Central do Brasil. Assim, aos anteriores decretos de desapropriação, editados para a área entre a linha férrea e os morros da Providência, Pinto e São Diogo, somaram-se outros, resultando uma maciça intervenção que se desenvolveu linearmente do centro à Praça

---

133 Remodelação do Rio de Janeiro, Relatório apresentado à ilustríssima Câmara Municipal por Henrique de Beaurepaire Rohan, Visconde de Baurepaire, IHGB, Separata do Volume 275, abril, junho de 1967, Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

134 Reis, José de Oliveira. Rio de Janeiro e seus prefeitos, 1977, p.111. As feiras internacionais de amostras eram exposições com finalidades comerciais e recreativas, aprovadas por decreto legislativo nº 2. 267de 5 de janeiro de 1928 e regulamentadas por decreto executivo nº 2.732. A primeira ocorreu em 1928.



Av. Presidente Vargas
Fontes: Revista Manchete, edição extra, 1955 e aerofotogramétrico de 1954.

da Bandeira, com um impacto muito maior.[135]

Antes da inauguração da avenida, na parada militar de 7 de setembro de 1944, o novo logradouro já estava reconhecido e denominado por decreto municipal nº 7.635 de 10 de novembro de 1943. Perpetuava-se assim na homenagem ao presidente a mais larga avenida da cidade com seus 80m, seus prédios de 22 andares dotados de galerias cobertas que melhoravam as condições de circulação dos pedestres, entre outras importantes inovações.[136]

O crescimento dos subúrbios

Desde janeiro de 1923 haviam sido instituídas as Caixas de Aposentadorias e Pensões, beneficiando algumas categorias profissionais. Após 1930, estas instituições foram incorporadas ao recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, logo levando à formação de institutos previdenciários, segundo lógica de atendimento que priorizava setores e categorias profissionais mais organizadas.

O governo iniciado em 1930 apresentava-se comprometido com a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, buscando fortalecer os direitos dos empregados e racionalizar o tempo gasto na circulação pendular das massas. Por outro lado, era explícito o interesse em ampliar e expandir setores industriais de base urbana. No Rio de Janeiro tais premissas estariam correlacionadas à melhoria dos transportes ferroviários, promoção de moradias populares, abertura das avenidas Brasil e das Bandeiras e na industrialização crescente da zona suburbana, que já apresentava

---

135 Os decretos nº 363, de 4 de outubro de 1935, nº 7.943, de 3 de julho de 1936, nº 1.791, de 9 de julho de 1937, nº 6.666, de 31 de dezembro de 1940 e nº 7.594, de 23 de julho de 1941 trataram das desapropriações necessárias à construção da nova Estação Central. A inauguração em 10 de julho de 1937 do serviço de tração elétrica no trecho Pedro II a Madureira e a conseqüente previsão de desenvolvimento indicaram o projeto de uma nova gare com sete pavimentos, mais um subterrâneo para acesso dos passageiros aos trens. No nível da rua estariam localizados o hall de passageiros e os serviços da estrada. No segundo piso estavam a espera, restaurantes e serviços. Nos demais andares seriam localizados os escritórios da Estrada e na torre, estação de rádio, posto médico, enfermaria, farol para iluminação do pátio e relógio elétrico. Fonte: Relatório Anual da Presidência da República, ano 1937, p. 240.

136 Eram previstas em projeto quatro passagens subterrâneas para veículos nos cruzamentos com a avenida Rio Branco, rua Uruguaiana, avenida Passos e Praça da República. A urgência das obras e o tempo exigido para remoção, desvio ou modificação das canalizações subterrâneas nos logradouros transversais impediram sua construção. As soluções convencionais foram tomadas para os cruzamentos de superfície, bem como para as travessias de pedestres, que inicialmente também seriam subterrâneas.

empresas importantes como a Cisper e a General Eletric, abertas em 1917 e 1921, respectivamente no bairro de Maria da Graça, a Klabin em Bonsucesso, a Cia Nacional de Tecidos Nova América, aberta em 1924 no bairro de Del Castilho. Na década de 30 foram ainda implantadas a Gilete, a Silva Pedrosa (rolhas metálicas), a Companhia Nacional de Papel no Jacarezinho e outros estabelecimentos metalúrgicos em Benfica.[137] Ainda surgiriam novas indústrias químicas e metalúrgicas em Honório Gurgel,além de fábrica de cimento branco em Irajá.

A análise do papel do Estado no período Vargas, sua atuação quanto à formação e reprodução da força de trabalho tem sido estudada sob distintas óticas. Em Bonduki (1998) aprofunda-se a discussão sobre uma política de bem estar social construída por meio da promoção da habitação, seus modelos arquitetônicos, sua localização urbana e suas escalas construtivas.

Durante os anos trinta, diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões foram criados e suas siglas ficaram famosas por designar distintos conjuntos residenciais da cidade. O IAP podia ser dos Marítimos, criado em junho de 1933; dos Comerciários, de maio de 1934; dos Bancários, de julho de 1934, cuja produção imobiliária chegou a dar nome a um bairro da Ilha do Governador; dos Industriários, de dezembro de 1936**;** dos Trabalhadores de Carga; dos Servidores Públicos, de fevereiro de 1938.[138]

Vale registrar que, no movimento dos trabalhadores, a moradia assumiu um papel de destaque e chegou a suplantar a questão salarial, considerando a reduzida expressão da promoção de moradia compatível ao poder de compra dos trabalhadores. O processo de urbanização agravado pelo fluxo migratório, com elevados preços no mercado de aluguel, induzia o crescimento das ocupações irregulares nas cidades e nas suas franjas periféricas. Aliás, a habitação era uma questão estrutural do país, tendo sido objeto de relatório circunstanciado solicitado pelo Ministro J.J. Seabra em 1905.[139]

---

[137] Abreu, Mauricio de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997, 3ª edição, p. 99.

[138]Bonduki, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade. FAPSP, 1998, p.99-131.

[139] Trata-se do Relatório sobre habitações populares realizado por solicitação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A comissão encarregada de estudar o assunto, aqui e no mundo e elaborar um projeto para equacionar o problema tinha como presidente, Athaulfo Nápoles de Paiva, relator, Medeiros e Albuquerque e secretário, Everardo Backheuser. Integravam ainda a comissão Milciades Sá Freire, Índio do Brasil, drs. Azeredo Lima e Felippe Meyer. Os resultados do trabalho, reunidos em relatório com mais de 300 páginas, foi entregue ao Ministro em 25 de outubro de 1905.

Os grandes conjuntos residenciais, como o IAPI de Realengo, com 2.344 unidades residenciais, ou da Penha, com 1.248 unidades, projetados pelo famoso escritório dos Irmãos Roberto, o conjunto dos Marítimos no porto ou o dos bancários na Ilha do Governador não alteraram as condições dos bairros em que foram construídos, exceto no que se refere ao crescimento e aos impactos na estrutura urbana. O gigantismo da maioria dos empreendimentos acabou por consolidar estigmas que se colaram à memória dos moradores e dos bairros, favorecendo a formação de redutos sociais segmentados do conjunto da cidade.

É, entretanto, inegável a contribuição dos Institutos de Previdência na promoção de moradia para seus associados, por intermédio de empréstimos para aquisição ou construção de moradia e até mesmo fiança em casos de aluguel.[140] Algumas categorias profissionais foram contempladas com a construção de alguns prédios em áreas mais nobres da cidade, como indicam os empreendimentos efetuados com recursos do IAPB nas ruas Joaquim Nabuco (32 unidades), Visconde de Pirajá (16 unidades), do IPASE nas ruas Domingos Ferreira (49 unidades), São Francisco Xavier (62 unidades), Farani (81 unidades), Barata Ribeiro (41 unidades), Marechal Mascarenhas de Morais (41 unidades) ou até um conjunto, exceção no caso da zona sul, como o dos jornalistas, promovido pelo IAPC, no Jardim de Alá (420 unidades).[141]

O crescimento de Copacabana

Em 12 de outubro de 1931 foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor, com 30m de altura, protegendo a cidade a 710m, acima do nível do mar. Daí em diante as imagens da orla, do Pão de Açúcar e do Cristo cada vez mais serão fundidas às praias oceânicas e bairros da zona sul da cidade.[142]

---

140 Segundo Marta Farah tal conquista deve-se aos movimentos promovidos pela categoria dos bancários que realizou grande greve nacional para criação de seu Instituto Previdenciário e logrou antecipar uma conquista que apenas alcançou outras categorias nos anos quarenta. Ver: Farah, Marta. Estado, Previdência Social e Habitação. Dissertação de mestrado. 1983. FFLCH/USP, São Paulo: mimeo, p. 44.

141 Farah, *op. cit*., anexo 2, relação de imóveis financiados pelos IAPs.

142 Uma série de cartões postais foi editada pela Prefeitura do Rio de Janeiro resgatando a propaganda realizada por companhias estrangeiras de aviação para destacar a paisagem da orla marítima da cidade, como instrumento de divulgação internacional. A publicação foi realizada na gestão Luiz Paulo Conde com patrocínio do grupo Brascan.

Para afirmar o valor da orla, outro componente foi determinante pelo menos até 1946, quando o jogo foi terminantemente proibido no país. A medida abalou uma atividade de grande sucesso econômico e no meio social, qual seja, o jogo nos cassinos. Com a inauguração dos hotéis balneários nos anos 20 foram introduzidos os cassinos. Copacabana, Urca, Icaraí e, por último, o Quitandinha, em Petrópolis, promoviam como atração ou complemento ao jogo, grandes espetáculos musicais e teatrais, fazendo despontar inúmeros talentos nacionais. A decisão de usar os recursos advindos dos impostos sobre o jogo para subsidiar investimentos na saúde e educação, defendida por Pedro Ernesto, fomentou nos anos trinta um expressivo crescimento do setor de diversões, promovendo o mercado de trabalho para o meio artístico.

Embora a Rádio Nacional, principal local de divulgação do trabalho dos cantores e músicos, fosse na Praça Mauá, na vida noturna nada se igualava a Copacabana. A classe artística, os cantores, músicos e dançarinos adoravam o bairro, que além das amplas possibilidades de lazer e diversão, oferecia inúmeras alternativas residenciais e comerciais.

Por volta de 1940, seu crescimento horizontal já estava completado. A ocupação e a demanda crescente promoveram a necessidade de ampliação dos seus acessos, alcançada por duplicação do Túnel do Leme e a abertura definitiva da ligação de Copacabana à Lagoa Rodrigo de Freitas.[143]

Em 1945 foram inauguradas galerias comerciais, como a Menescal[144] e a Duvivier, assim como uma filial no bairro da famosa Confeitaria Colombo.[145] Em 1946 era a vez da primeira pizzaria, a Tamaraty, aberta na rua Domingos Ferreira. Como um local preferencial para a implantação de inovações, em 1950 foi aberto o Centro Comercial de Copacabana que recebeu a primeira escada rolante carioca. Em 1952, também na Domingos Ferreira foi inaugurada a primeira loja de *fast-food* do país, iniciativa do americano Robert Falkenburg, "Bob", "campeão no torneio de Wimbledon

---

143 A avenida Henrique Dodsworth foi aberta entre 1937 e 1938. Além de facilitar a ligação com a Lagoa, as obras promoveram um aterro de 20.000m² na chamada Praia Funda. Reis, *op. cit.*, p.113 .

144 O projeto para construção da Galeria Menescal com endereço pela avenida Copacabana 664 e Barata Ribeiro 473 foi apresentado em 1943 (n°337.508 e 332.266). Eram previstos dez andares com dez salas por andar e 41 lojas, sendo 39 em galeria e duas externas. O habite-se total foi obtido em 14 de maio de 1948. Fonte: Caderneta de Numeração/SMU/PCRJ.

145 A filial da famosa confeitaria foi aberta em 1945, na esquina da avenida Copacabana com a rua Barão do Ipanema. Após quase cinqüenta anos de funcionamento, em 1994, foi fechada para dar lugar a uma agência do Banco do Brasil.

em 1948 e 1949". Como não podia deixar de ser, o primeiro supermercado de uma rede pertencente ao editor, poeta, político e empresário Augusto Frederico Schmidt, o Disco, foi aberto no bairro em 1955. E em 1957 foi a vez do primeiro *shopping center*, o Cidade de Copacabana localizado na rua Siqueira Campos, 143.[146]

O bairro era ainda uma fonte inesgotável de ofertas residenciais, sobretudo quando a legislação municipal ampliou a verticalização, alterando o zoneamento aprovado pelo decreto n° 6.000, de 1937. Numa rapidez impressionante, novas construções iam brotando substituindo as antigas casas por novos prédios de apartamentos.[147] O mundo dos negócios foi tremendamente aquecido com a formação de empresas para construção de prédios em Copacabana.[148] A grande expansão vertical foi mais forte entre 1940 e 1960, quando a densidade demográfica de Copacabana será comparada às maiores verificadas no mundo. Entre 1940 e 1950 a população passou de 74.133 para 129.249 habitantes, aumentando 74,35%. De 1950 a 1960, o incremento populacional foi de 85,96%, atingindo 240.347 habitantes, com o número de domicílios ampliado de 27.864 para 43.872 unidades, numa expressiva expansão das unidades de menores dimensões.[149] Nos anos sessenta, o fenômeno Copacabana foi objeto de estudos e propostas, resultando levantamentos interessantes sobre o bairro considerando seus ocupantes, fossem gente, carros ou bichos.[150]

Fechando seus anos dourados, Copacabana "... era uma cordilheira de edifícios altos, ruas cortadas por tráfego intenso e um comércio fervilhante que se misturava com

---

146 O *shopping* foi projetado por Henrique Mindlin, nome importante da arquitetura brasileira dos anos sessenta, possuindo 32.000 m², 270 lojas, estacionamento para 300 vagas, quatro pavimentos ligados por rampa futurista em forma elíptica. Hoje é conhecido como shopping dos antiquários. Disponível em: www.shoppingdecopacabana.com.br. Acesso em: 12 setembro 2005.

147 Em 1947 foi aprovada planta de zoneamento permitindo gabaritos entre oito e 14 pavimentos limitados por largura das quadras e formação de área coletiva interna. Ver: Cardeman, David; Cardeman, Rogério Goldfeld. O Rio de Janeiro nas alturas. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 183.

148 São muitos os exemplos que podem ser citados como os edifícios Terminus, na avenida Copacabana, 1.165, na esquina de Sá Ferreira, incorporação de Zumala Bonoso e Gentil Fernandes Castro(processo 333.473/1945); Elmar, na Atlântica 178 e Gustavo Sampaio 195 com projeto, construção e incorporação pela Incorporadora L.M(p.343.601/1941); Tupi, na Atlântica, pela Construtora Brandão S/A, em dezembro de 1942 e o Taubaté, na Santa Clara com financiamento pelo IAPI; San Martin, na rua Figueiredo Magalhães 442, esquina de Silva Castro, incorporação Corcovado e vendas CBI; o Del Mar, na Belford Roxo 296 (processo 07/513743/1950).

149 Bernardes, Lysia M C. Rio de Janeiro: Cidade e Região/ Lysia M C Bernardes e Therezinha de Segadas Soares. Rio de Janeiro: SMC, 1987, p. 130.

150 Revista Realidade, Nossas Cidades, número especial. Abril Cultural, maio 1972.

pequenas indústrias de confecção. Apenas em 1956 estavam sendo construídos ali 225 novos prédios".[151]

Indo além da arquitetura e do urbanismo, Copacabana significou um padrão e um tipo de moradia, a vertical e a quitinete; um modelo de esquadria, as "persianas copacabana". Nas relações sociais, urbanas e humanas, criou uma imagem internacional de ser carioca. No bairro, surgiram profissões e ofícios, de decorador a acompanhante. Na formação do Rio de Janeiro do século XX, Copacabana confunde-se com o prazer do banho de mar, com os hábitos mais livres e despojados que impregnaram o vestuário, os costumes, refletidos em sua animada vida noturna, no nascimento da bossa nova, no bar do calçadão.

Seu maior impacto, no entanto foi o de provocar uma reorientação de funções urbanas, até então exclusivas da área central, por sua transformação de:

> "...pacato bairro à beira mar, com casas em espaçosos terrenos, nesta famosa floresta de cimento armado. De lugar relativamente isolado, passou a ser uma espécie de outro centro da cidade, aonde todas as pessoas vão para fazer compras, divertir-se e, cada vez mais, trabalhar. Muitos profissionais transferiram seus escritórios, consultórios etc do centro da cidade para ali. O grande comércio traz, diariamente, milhares de comerciários não residentes no bairro para o trabalho. Há muitos que já moram no bairro, mas ainda assim há um intenso movimento de pessoas que vêm de outros bairros e subúrbios para trabalhar em Copacabana".[152]

No final da década de sessenta, o crescimento do comércio e dos serviços, a densidade construtiva e populacional, a ausência de espaços para a guarda dos automóveis, cuja facilidade de compra passou a ser garantida pela produção nacional, fez surgir novas direções e caminhos na cidade. Outros modelos urbanos passavam a ser vivenciados. Surgia um conceito de subúrbio americano, interpretado à brasileira. Acessível por automóvel, também à beira mar, mas negando a mistura do comércio e dos serviços e a via pública que unificava todas as classes, iniciou-se um padrão de ocupação em que predominavam prédios de grandes alturas ou casas, numa área mais distante. A Barra da Tijuca correspondia a quatro vezes a zona sul carioca. Era um novo

---

[151] Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas. Praia de Copacabana: Um ícone carioca. Abril de 2000, 25 fl.

[152] Velho, Gilberto. A utopia urbana, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p.28.

ciclo de transformações começando. Antes, porém, a cidade deveria sofrer um grande impacto.

Um golpe para o Rio: após 200 anos, o centro de um novo Estado

O ano de 1960 é bastante significativo para a história do Rio de Janeiro. A inauguração de Brasília, a nova capital brasileira, vai retirar da cidade um privilégio de quase duzentos anos. Por outro lado, numa situação de excepcionalidade no contexto do país, o antigo Distrito Federal recebe o status de cidade - estado. Iniciava-se uma época cuja marca será de competição "disfarçada" entre a antiga capital, a Belacap, e a alternativa usurpadora, a Novacap. A análise do período 1960-1975, realizada por Motta (2000), permite recuperar as questões de identidade que se impuseram na inusitada eleição do primeiro governante do novo estado. Segundo a autora, três pilares ditavam a relação a ser estabelecida entre os candidatos e o novo estado. Seriam eles a estadualização da Guanabara, uma novidade para a antiga cidade capital, compatibilizada à sua histórica posição de vanguarda no território nacional e a emancipação política na gestão administrativa do novo estado.[153]

O período é rico para a história do Rio de Janeiro, denso em realizações e obras, fartamente documentado seja na forma de avaliação de questões políticas nacionais e locais, reflexo dos projetos pessoais do primeiro governador eleito, Carlos Lacerda, ou do resgate da história da cidade, amplamente tratada como parte da comemoração do quarto centenário de sua fundação em 1965. Em muitos desses trabalhos nos apoiamos para resgatar avaliações de suas distintas áreas, sobretudo o centro da cidade.[154]

Em 1960, a cidade do Rio de Janeiro tinha uma população de 3.281.908 habitantes. Na avaliação de seu futuro governador, em julho de 1960, o panorama do novo estado, legado do governo federal era descrito em letras fortes como uma "terra devastada". As questões referentes à defasagem dos serviços frente ao volume de recursos disponíveis impunham-se como decisão política de suma importância, uma vez que para a :

---

153 Motta, Marly Silva da. Saudades da Guanabara. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.43.

154 Duarte (1967); Bernardes, Lysia M. C. e Soares, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: Cidade e Região. Rio de Janeiro: SMC, 1987; AGB, Aspectos da Geografia Carioca, Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

> "... restauração da infra-estrutura de serviços da comunidade - transportes, água, esgotos, energia, telefones, saneamento, escolas etc.- torna-se necessário um governo que restabeleça a confiança pública e assim atue como catalizador de uma reação em cadeia. Será também necessário o recurso a fontes de crédito nacionais e internacionais. E, ainda, à ajuda federal, que, no caso, constitui um dever elementar do Brasil para com o Rio de Janeiro; pois se Brasília vive só do resto do Brasil, nem só para Brasília vive o brasileiro".[155]

O diagnóstico realizado sobre a cidade-estado é destacado por Lacerda como um "retrato em relêvo", revelando carências nos serviços públicos disponíveis da cidade como abastecimento de água, energia elétrica, transportes, telefonia. Entre os dados apresentados na ocasião registravam-se quantitativos de forte apelo, usados para marcar a penúria da situação como no caso do esgotamento sanitário da cidade, disponível para apenas 1.300.000 habitantes, beneficiados pela existência de rede de esgotos. A ausência de investimentos necessários era demonstrada por índices comparativos verificados no fim do século XIX, um metro de canalização por habitante e sua sensível redução para 28 centímetros em 1958, com decorrentes prejuízos ambientais.[156] No que se referia à mortalidade infantil na Guanabara, 105 por mil nascidos vivos, o parâmetro de avaliação era São Paulo, cidade que apresentava o índice de 72.6.

Outras situações passavam pelo crivo analítico do então candidato, como a educação e o ensino, sendo apontados os déficits no ensino primário, médio, profissionalizante e superior.[157]

O orçamento previsto para o ano seguinte da mudança da capital, com receita prevista em 27 bilhões, despesas obrigatórias de 20 bilhões, quatro bilhões destinados para a Superintendência de Urbanização e Saneamento, SURSAN e para o Departamento Estadual de Rodovias, DER, permitia contar com apenas três bilhões de cruzeiros para investimentos, destinados a "salvar a Guanabara". Problemática era ainda

---

155 Lacerda, Carlos. O poder das idéias. Rio de Janeiro: Distribuidora Record Ed., 1963. A afirmação está contida no discurso proferido na convenção da UDN, quando foi lançada sua candidatura ao governo do novo Estado.

156 A poluição da Baia da Guanabara, das praias já era apontada como prejudicial aos esportes, ao lazer e ao turismo.

157 As unidades de ensino fundamental existentes em 1961, 1.438 com 352.000 alunos eram apontadas como insuficientes para atender a demanda da população, sobrando sem atendimento cerca de 100.000 crianças. As escolas operavam em três turnos, com qualidade de ensino insatisfatória e com apenas 9% das crianças matriculadas concluíam o curso.

a ausência de dotações destinadas à recomposição de serviços no novo estado, depois das transferências efetuadas para Brasília.

Os impactos da perda de status como capital eram ainda relacionados à reestruturação da composição de renda na cidade, com redução dos seus valores *per capita*, em função da mudança de expressivo segmento historicamente detentor de alto padrão, o que iria acarretar conseqüências nos padrões de consumo do comércio e serviços existentes na cidade. A questão era agravada em função do Distrito Federal, no período 1947-58, apresentar indicações de crescimento menor que a renda média nacional. Uma das justificativas estava, segundo Carlos Lacerda, na não geração de "condições na Guanabara para o estabelecimento de indústrias de bens de produção, setor no qual o índice de crescimento tem sido, no Brasil, muito mais elevado do que o de bens de consumo".[158] E concluía criticando as decisões do governo federal,

> "...Interessado em demonstrar que o Brasil, governado do Rio, não tinha solução o governo Kubitschek não somente não resolveu como agravou todos os problemas do Rio, que foi praticamente abandonado. Hoje, portanto, os que apoiaram a mudança para Brasília têm o dever moral e patriótico de apoiar a transformação da Guanabara em centro produtor. Não podem ser abandonados à própria sorte 3.200.000 brasileiros, precisamente os que mais contribuem, *per capita*, para a receita da União".[159]

De fato, a situação florescente da indústria automobilística era destacada em depoimento prestado pelo presidente Juscelino Kubitschek à Revista Manchete, registrando seu faturamento de 93 bilhões de cruzeiros (automóveis e autopeças) em 1959, arrecadação de 11 bilhões de cruzeiros em impostos, distribuídos para União com 6,5 bilhões, para o Estado de São Paulo com quatro bilhões e apenas 430 milhões para os outros estados. Segundo JK, a concentração de indústrias em São Paulo devia-se ao fato de ser o maior parque industrial do País, com especiais condições técnicas e econômicas, além de contar com excelente infra-estrutura instalada.[160]

---

158 Lacerda, *op. cit.* ,p. 159.
159 *Id.*,p. 160.
160 Revista Manchete nº 407, 6 de janeiro de 1960.

O primeiro governo do Estado da Guanabara

Após um clima de incertezas, Carlos Lacerda tomou posse como primeiro governador do Estado da Guanabara em 5 de dezembro de 1960.

Seu programa de governo tinha como prioridades iniciais os setores de transportes, educação e abastecimento, acrescidas de questões referentes à polícia e habitação, dada a gravidade da situação encontrada. O fomento às atividades industriais, promovido por incentivos voltados às mais de 4.000 fábricas existentes na cidade e política de atração com promoção de distritos industriais, além da criação do Porto Livre do Rio de Janeiro, estabeleciam metas de desenvolvimento econômico, lançando bases para reconstrução da cidade e formação do novo Estado.

O novo Estado, "... era a área de mais elevada concentração demográfica do país (2.824 hab / km²), já que em seu território de 1.356 km² - cerca de 6% da área de Sergipe-, vivia uma população de 3.306.163 habitantes, localizada, sobretudo, nas áreas urbana e suburbana".[161]

Para a gestão da cidade - estado foram criadas divisões distritais, as regiões administrativas, descentralizações de poder comandadas por prefeitinhos, indicações políticas que replicavam a figura do governador em distintas áreas. A iniciativa de descentralização administrativa promovida em 1961 com a criação das três primeiras regiões administrativas, referendada no plebiscito realizado em 23 de abril de 1963, demonstrou a posição da população do Estado da Guanabara contra a divisão da cidade do Rio de Janeiro em municípios.[162]

Carlos Lacerda promoveu um governo de grandes realizações, passaporte de acesso aos vôos mais altos sonhados pelo governador, que alcançaram viabilidade por sua indicação como candidato pela UDN, em novembro de 1964, para concorrer à Presidência da República. Os resultados do primeiro governo do Estado da Guanabara foram expressivos em distintos setores, como a educação primária, com incrementos significativos nas matrículas (60%), no número de escolas (26%) e de salas de aula (33%) entre 1960 e 1963. No mesmo período foram construídos mais 13

---

[161] Motta, Marly Silva da. Guanabara, o estado-capital. *In*: Ferreira, Marieta de Morais (coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na historia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.82.

[162] O decreto nº 353 de 20 de janeiro de 1961 criou as primeiras Regiões Administrativas: Lagoa, São Cristóvão e Campo Grande. Posteriormente, outras dezoito foram criadas.

estabelecimentos de ensino médio que, somados aos 19 existentes, elevaram as matrículas de 19. 815 em 1960 para 52.674 em 1963.[163]

Os interesses da industrialização a ser promovida no Estado da Guanabara indicaram a criação de distritos industriais na Avenida Brasil e em Santa Cruz, e incentivos aos conjuntos habitacionais destinados aos trabalhadores. Na possibilidade de junção de moradia e trabalho nessas regiões da cidade, estava montado um programa de remoção de favelas em áreas da zona sul, ação empreendida com veemência pelo governo Lacerda. O enfrentamento do tradicional problema da moradia nas favelas garantia ao primeiro governo do Estado da Guanabara uma posição inovadora, apesar de seu caráter polêmico e fortemente questionado. Segundo depoimento de Sandra Cavalcanti, primeira Secretária de Serviços Sociais, responsável pela ação:

> "...não tínhamos teorias nem ideologias sobre favelas. Para nós a questão era simples e objetiva. Se a favela estava em área de risco, tinha de ser reassentada em outro local. Se invadia a Mata Atlântica, tinha de ser retirada dali. Se poluía margens de rios, lagos e lagoas, ou se ficava à mercê de marés, também tinha que ser deslocada. A urbanização não era nem dogma nem regra, como veio a acontecer depois".[164]

Em que pese a posição, a maior parte das favelas removidas estava na zona sul ou nas suas imediações ou sob o impacto de melhorias viárias. Na primeira categoria estavam o Morro do Pasmado e a Rua Macedo Sobrinho, na segunda a Favela do Esqueleto, futura localização da Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ.

No que diz respeito às intervenções no sistema viário, credita-se ao governo Lacerda a abertura da cidade à emergente frota de veículos, sobretudo particulares, ampliada entre 1957 e 1964 em 120%, muito embora fosse da iniciativa do governo federal, como medida compensatória à "Velhacap", grande parte dos recursos empregados em obras das avenidas como Beira Mar, Norte-Sul, Perimetral, Radial-Oeste, Radial-Sul, o aterro da orla do Flamengo e Glória, além dos novos túneis abertos para melhorar o acesso a zona sul.[165] Um levantamento de dados realizado em 1962

---

[163] Motta, *op.cit.*, p.88.
[164] Depoimento de Sandra Cavalcanti ao CPDOC/FGV está contido em: Oliveira, Lucia Lippi; Freire, Américo(org.). Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p. 81.
[165] Revista Manchete, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1960.

O traçado da avenida Perimetral, obra do governo federal na capital.
Fonte: Revista Brasil Moderno, volume VIII, dezembro de 1954.

apresentava um aumento do número total de veículos licenciados em 18,7% (22% para carros de passageiros), seis vezes mais que o incremento da população do Estado, valendo registrar que os veículos particulares,103.311 em 1962, correspondiam a 65% do total de veículos motorizados. Estes números revelavam a pressão existente na cidade por ampliação do sistema viário, em especial na zona sul, sendo as Regiões Administrativas de Copacabana, Botafogo e Lagoa responsáveis por metade da frota de veículos particulares. Em 1964, a maior proporção de carros por habitante era de Copacabana (125 veículos/1000 habitantes), seguida de Botafogo (90), Tijuca (85) e Lagoa (84). Considerando o total do Estado, o índice passava a 37,2 veículos particulares por 1.000 habitantes, puxado para baixo em função dos resultados apresentados em Bangu (5), Santa Cruz (6), Campo Grande (9) e Irajá (9).[166] O claro privilégio para a crescente frota de automóveis implicou ampliação do sistema viário da cidade e condenou a antiga modalidade de transporte coletivo, os bondes, que acabaram substituídos na zona sul por ônibus elétricos, em 1963. Em 1 de maio de 1964, 27 das 57 linhas existentes na zona norte foram também suprimidas, tendo o processo continuado no segundo semestre daquele ano. A manutenção dos bondes foi considerada viável apenas em áreas especiais com condições bastante peculiares, como Santa Teresa, Alto da Boa Vista, Ilha do Governador e Campo Grande.[167]

Dentre as decisões que o governo do Estado acabou por firmar, destacou-se o planejamento da cidade-estado para o ano 2000, realizado via contratação de escritório internacional. A escolha foi resultado da leitura de matéria publicada no New Yorker sobre a que era considerada a maior firma de planejamento urbano do mundo, na época presente em 38 países, com faturamento anual de dez milhões de dólares e 700 empregados, comandada pelo grego Constantinos Apostolos Doxiadis, o Onassis da arquitetura.[168]

---

166 Dados retirados do Relatório do Plano Doxiadis realizado por Doxiadis Associates, consultores para desenvolvimento e equística, em tradução promovida pela CEPE-1, Secretaria de Governo, 1967. Volume 1, itens 494 a 497, quadro 16.

167 Nas justificativas apresentadas para substituição dos bondes era apontado o estado geral da frota, antigo e decadente, implicando altos custos de manutenção em função das peças de reposição que deveriam ser importadas. Além destes elementos técnicos, não podem deixar de ser consideradas as prioridades que os automóveis assumiam nos deslocamentos e os problemas decorrentes com o sistema rígido de trilhos frente ao crescente número de veículos automotores existentes na cidade. Doxiadis, *op.cit.*,volume 1, ítem 520.

168 Revista Realidade, Edição Especial, maio 1972.

O plano Doxiadis, como ficou conhecido, resultou de contrato firmado pelo governo do Estado via CEDUG, Comissão Executiva de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, e os Consultores, Associados Doxiadis. Era prevista a formulação de um Programa e Plano de Desenvolvimento Urbano em longo prazo, que deveria estar concluído em fins de 1965, além de um Programa Especial de Ação (SPA) para execução de obras mais urgentes. Um relatório preliminar foi entregue em 26 de março de 1965 (conclusões e propostas iniciais), sendo apresentado ao governador em 23 de junho de 1965. Considerado "altamente técnico, racionalista", o plano realizou completo levantamento de informações sobre a cidade na forma de diagnóstico e projeções.[169] Sobre a extensa base de dados coletados foram promovidas análises em macro, meso e micro escalas, decorrendo daí as proposições constantes do plano.

O alto grau de centralização das atividades principais do Estado era identificado como um dos problemas a combater por meio do desenvolvimento de outras centralidades ou da valorização das existentes, caso de Copacabana. Afinal estava em jogo a estruturação da cidade para o ano 2000, ocasião em que era prevista uma população de mais 8,4 milhões de habitantes, resultando uma enorme pressão por serviços e equipamentos públicos.

Nos distintos níveis de detalhamento, duas áreas da cidade receberam especial interesse, sendo detalhadas intervenções em microescala. Eram elas, Copacabana e o Mangue.

Para Copacabana, o anterior bairro chique da cidade, a motivação estava no equacionamento dos problemas decorrentes da intensidade do seu uso. Tudo em Copacabana era superdimensionado. A população não parava de crescer e, com ela, subia o número dos automóveis numa área que dispunha de poucas garagens. Dados referentes a 1956 já apontavam a carência de áreas livres no bairro, tanto para o lazer, quanto para a implantação de equipamentos urbanos do tipo escolas primárias. Para enfrentar tais questões, as recomendações estavam na segregação de circulações, destinando-se todo o piso ao nível do solo para os automóveis e transportes, enquanto a vida comercial e dos pedestres subiria um pavimento, para ocorrer com conforto e liberdade numa enorme esplanada que chegaria com uma enorme balaustrada até a orla marítima. Para melhorar a distribuição de áreas livres e equipamentos urbanos em sua

[169] Rezende, Vera. Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.54.

relação com a população residente era recomendado o aproveitamento dos vazios existentes no interior das quadras, fruto de exigências legais para ventilação e iluminação dos grandes prédios desde 1937.

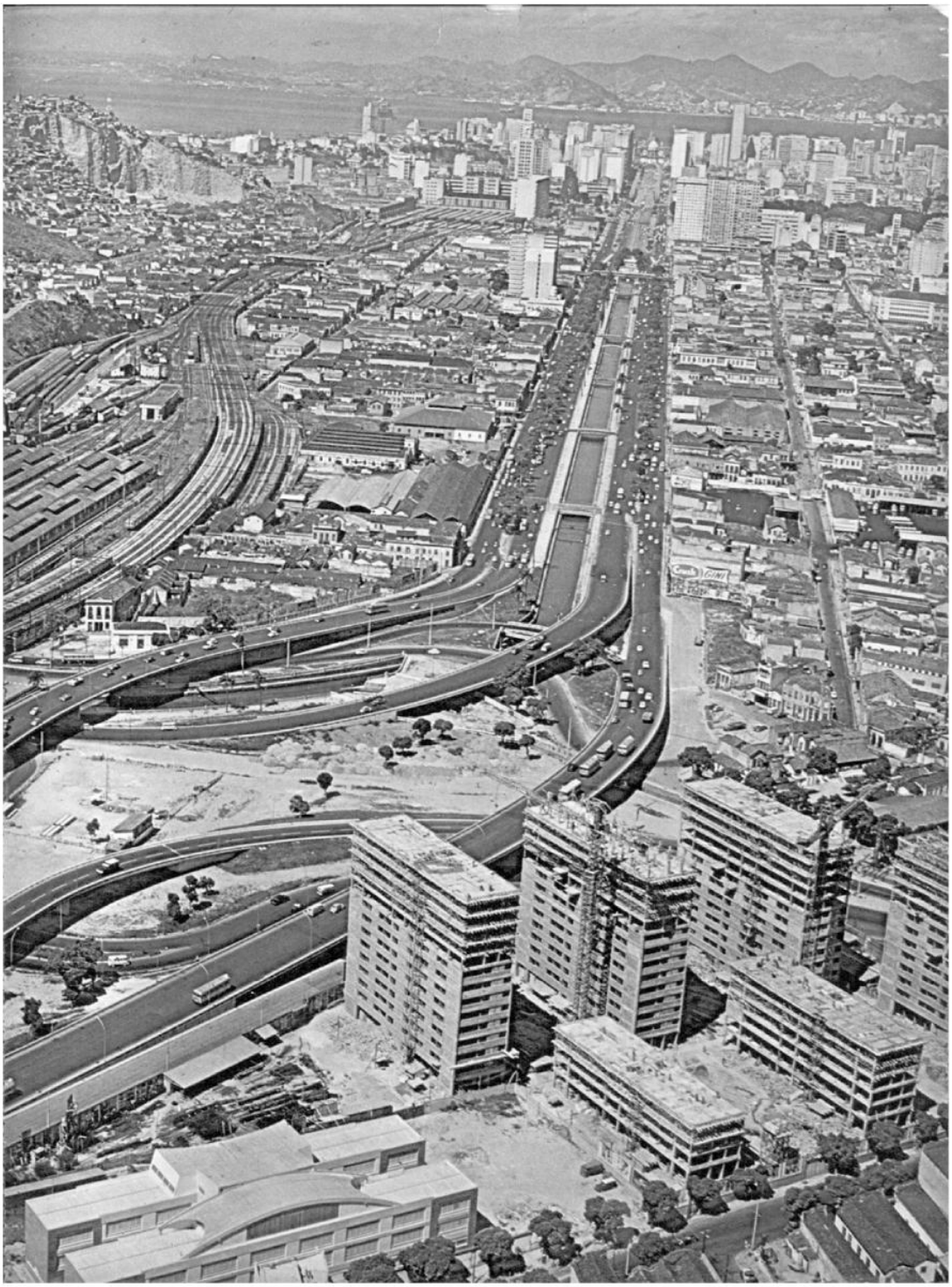
Na região antiga do Mangue era a prática de renovação urbana que se impunha para fazer retomar o valor de "uma área de vital importância para a expansão da Zona Central do Rio", que teria como objetivo

> "...ativar e revitalizar essa região da cidade, injetando os elementos necessários ao seu eficiente funcionamento. O plano deve operar no sentido de modelar a estrutura urbana, de modo que todas as atividades humanas relacionadas com o trabalho e moradia na área central se localizem em ambientes que favoreçam seu bom funcionamento, em harmonia com a escala humana. Por conseguinte, o plano não deve ser meramente uma operação física. Deve constituir uma operação sócio- econômica de vulto, envolvendo a população existente e seu *modus vivendi* e abrangendo as aspirações políticas, sociais e econômicas do bairro e da cidade como um todo". [170]

Neste caso estava sendo considerada a localização estratégica de um trecho que seria profundamente afetado com o impacto de quatro conexões viárias, em especial, as transversais que promoveriam a ligação das zonas norte e sul, via túneis Rebouças e Santa Bárbara. No escopo da proposta de intervenção chama atenção a indicação de que a arquitetura local deveria ser identificada, estudada por qualidades e condições (conservação, reforma e eliminação), devendo ainda ser relacionada aos padrões de vida dos moradores. O plano possuía assim alternativas formais e sociais diferenciadas, compondo o futuro programa habitacional subsidiado a ser implantado na área.

As propostas de renovação urbana do Mangue, bastante modificadas, foram implementadas pela CEPE1, Comissão Executiva de Projetos Específicos, criada em 1966. Numa área de 110 ha entre as praças Onze de Junho e Bandeira, largo do Estácio e bairro do Catumbi foi iniciada uma operação de amplas proporções que priorizou as demolições em detrimento das reformas ou conservações. A evolução da intervenção revelou a oportunidade para implantação do Centro Administrativo do Estado, reunindo

[170] Plano Doxiadis, tradução CEPE 1, 1967. Volume 2, ítem 2.104.



A área da Cidade Nova.
Fonte: Revista Manchete, número especial, 1969

num só local todas as sedes de repartições estaduais.[171] Era o início do projeto, para alguns do pesadelo Cidade Nova que até hoje permanece como terra arrasada e espera sua conclusão.[172]

Para Copacabana ficou a indicação de uma proposição transformadora, nunca seriamente avaliada com vistas à execução. Para isto contribuiu a interrupção do contínuo e avassalador processo crescimento vertical, afetado por novas circunstâncias como a promoção imobiliária de outros bairros da orla oceânica ou a alteração da legislação, visando dificultar a proliferação de unidades residenciais mínimas, as famosas quitinetes de Copacabana. Entre a solução viária proposta por Doxiadis e a realidade foi vencedora a proposta de alargamento das pistas da Avenida Atlântica, afastando o mar e fazendo crescer a faixa de areia, já então bastante sombreada por conta das altas edificações da Avenida Atlântica.

Enquanto isto, na cidade de 400 anos

Em 1965, a cidade comemorou seu quarto centenário. Os eventos programados para marcar a ocasião foram anunciados pelo governador no dia 31 de dezembro de 1964 e constavam de um calendário que iria cobrir todo o ano de 1965.

Este era o último ano de governo de Carlos Lacerda que esperava fazer seu sucessor, mas as eleições apontaram outro rumo. Sua derrota encontra explicações nas intenções do governo federal para alijar a projeção do ex-governador da Guanabara, no enfrentamento de forças sociais divergentes que compunham o bloco político da UDN ou ainda ao alto grau de rejeição de Lacerda junto às classes pobres, explicado por política de remoções ou manchetes sensacionalistas dos jornais com relação ao tratamento dado aos mendigos.[173]

---

171 Secretaria de Governo do Estado da Guanabara. A experiência da Guanabara. Rio do Janeiro: Editora Laudes, 1970.

172 Registro de época descrevia a área com 3.892 prédios, 74% de um só pavimento, de construção antiga e precário estado de conservação, com média de quatro habitantes por edificação. A propriedade era predominantemente particular, 90% , sendo apenas 9% pertencente ao Estado e em utilização. Todo o impacto do projeto para a população local foi descrito com fortes imagens por: Nunes, Guida. Catumbi, rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária. Petrópolis: Vozes, 1978.

173 Motta, Marly da Silva. Saudades da Guanabara. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, p. 95. Ainda sobre o caso dos mendigos deve ser analisado o depoimento de Sandra Cavalcanti ao CPDOC/FGV publicado em Oliveira, Lúcia Lippi e Freire, Américo, *op. cit*., p. 85.

Nos anos cinqüenta, a verticalização de Copacabana produzindo os efeitos de sombreamento da orla da praia, problema equacionado com o alargamento da avenida Atlântica, anos depois.
Fonte: Revista Brasil Moderno, Dezembro de 1954.

Em 1966, o ex-prefeito Negrão de Lima assumiu o governo do Estado. Foram quatro anos de obras e realizações marcados, logo ao início, por desastres provocados por grandes chuvas de janeiro. Duas novas regiões administrativas foram criadas. Anchieta e Santa Teresa, esta por ter sido uma das regiões mais afetadas por desabamentos e chuvas nos anos de 1966 e 1967, implicando tratamento diferencial. Outra área da cidade, objeto de um Plano Piloto, aprovado por decreto-lei n° 42, de 23 de junho de 1969, a Barra da Tijuca, passou a ser uma Região Administrativa. Eram então 24 Regiões Administrativas.

No governo Negrão de Lima foram iniciadas melhorias do acesso à Barra, como parte integrante do projeto de Anel Rodoviário, promovido com várias obras de arte, assim como o alargamento da avenida Atlântica e respectivo engordamento da praia de Copacabana em 80m, alternativa satisfatória para ampliar áreas de circulação, estacionamento e conexão viária do centro à cada vez mais longínqua zona sul. Ainda a considerar a criação de uma oportunidade única para realização das obras, ditadas por equacionamento técnico do lançamento e deságüe dos efluentes de esgoto sanitário da zona sul da Glória a Ipanema, quando da construção do interceptor oceânico.

Enquanto isso, o governo estadual mantinha a política de remoções das favelas, naquela gestão efetuada com maior intensidade, atingindo 33 áreas, 12.782 barracos e 63.910 pessoas, ainda acrescida de 6.685 flagelados transferidos para o conjunto Cidade de Deus, em Jacarepaguá, após as grandes enchentes.[174] As alternativas para relocação da população removida estavam nos grandes conjuntos habitacionais, como foi o caso do incêndio que levou ao rápido desaparecimento da favela da Praia do Pinto, na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas. Numa rapidez impressionante, em menos de 24 horas, 635 famílias foram removidas para o conjunto Cidade Alta em Cordovil e 37 para a Cidade de Deus.[175]

Na orla da lagoa Rodrigo de Freitas, os terrenos liberados não ficaram vazios por muito tempo. Na área de 92.000m² foi realizado um empreendimento imobiliário com 40 prédios de 15 andares, 2.290 unidades residenciais, uma escola, um mercado,

---

174 Valladares, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.39.

175 Um dos maiores conjuntos habitacionais construídos na cidade, o Cidade Alta possuía 64 blocos de cinco pavimentos, 2.597 apartamentos de sala/quarto e sala/dois quartos. Para os futuros 13.000 moradores eram previstas três escolas, um centro comercial, um templo religioso, um clube e quadras para esportes e campos para peladas. A construção realizada pela COHAB-RJ importou em investimentos da ordem de NCr$ 27 milhões, parte pelo Estado, parte pelo BNH. Revista Manchete, Editora Bloch, Número Especial, 1969, p.178.

área de praças e esportes. Os terrenos e seu potencial construtivo foram vendidos pelo governo do Estado para cooperativas de militares, professores, funcionários públicos, etc, ganhando o conjunto edificado, em função de sua densidade, 1.182 habitantes por hectare, o apelido de "Selva de Pedra".[176]

A iniciativa passava a ser uma constante, resultando empreendimentos semelhantes em várias áreas da cidade, alimentados por economias de escala nas operações subsidiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação ou por imposições dos modismos criados por promotores imobiliários para promover as vendas da então novíssima Barra da Tijuca. Na imensa Baixada de Jacarepaguá começava a ser formada uma nova cidade, enquanto no centro era criada uma cidade nova.

As inovações começavam a impactar a cidade, despertando interesse dos seus pesquisadores. A transformação dos padrões de moradia em apartamentos aliada à expansão linear ao longo da orla marítima, cada vez mais distante acarretou impactos nos trechos mais antigos, sobretudo no centro histórico e de negócios. Outros fatos também acrescentavam interesse ao estudo do Rio de Janeiro. A mudança da capital, o desempenho econômico da cidade-estado, a aferição da situação política da "antiga caixa de ressonância nacional" eram temas bastante provocativos.

O centro da cidade

No âmbito das comemorações do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro, o IBGE realizou um estudo sobre a área central pretendendo "definir o papel desempenhado pelo centro no comando da vida metropolitana", ou seja, sua vitalidade frente às constantes transformações.[177]

Trata-se de uma pesquisa profunda, detalhada e minuciosa, voltada para análise de cada função desempenhada pelo centro, relacionando-a ao passado e àquele momento. Sua leitura compõe um retrato da geografia da área central carioca nos anos sessenta e oferece um interessante parâmetro para avaliação das mudanças que aconteceram nos últimos quarenta anos.

---

[176] O conjunto formado por estas edificações foi estudado e comparado às alternativas residenciais e o uso do espaço público presentes no bairro do Catumbi. Ver: Quando a rua vira casa, a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Coordenação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel. Convênio IBAM/FINEP, Rio de Janeiro: 1981.

[177] Duarte, Aluízio C. A Área central da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

Em suas funções predominantes estavam ainda as consideradas "típicas", como as político-administrativas, cultural, comercial, atacadista, além das especializadas de direção como gerência de negócios e da produção. Apesar da existência de serviços voltados ao atendimento da população nos bairros, constatava-se que, à exceção de Copacabana, sua presença quantitativa era ainda maior no centro da cidade. Apenas nestas duas localizações, Centro e Copacabana, expandida para alcançar o bairro do Leblon, estavam 75% da rede bancária da cidade.[178]

Embora não sendo a localização exclusiva das altas edificações, não decorrendo da aplicação do conceito de "*cité*" para caracterização de seus limites, como tantas outras áreas no mundo, no quesito originalidade, o trabalho registrava a presença de atividades portuárias e a convergência de transportes, no Rio ainda mais acentuada por conta das características do sítio.

O zoneamento das funções indicava um setor na Esplanada do Castelo e adjacências (entre o Calabouço e a Praça XV de Novembro) como representativos da função política - administrativa, sendo lá "traçadas, na realidade, as diretrizes políticas da nação";[179] para a cultural, com suas bibliotecas, livrarias, sedes de jornais, a situação era bastante espalhada; a comercial atacadista ainda determinada pela localização portuária, iniciava um processo de retirada da área mais central, resultado da política de redução de importações afetando a Praça Mauá e adjacências, Rio Branco até a Presidente Vargas. Para o comércio varejista, era apresentada uma delimitação correspondente às ruas da Assembléia, Carioca, praça Tiradentes, rua Visconde Rio Branco, Praça da República e avenida Marechal Floriano. Embora o comércio de luxo já fosse caracterizado como não privilégio da área central, portanto sofrendo forte concorrência de outras áreas, em especial de Copacabana, o atendimento aos setores mais populares era avaliado como em franca expansão. O comércio era assim destacado em duas subáreas: o mais tradicional, mais requintado correspondia ao núcleo composto pelas ruas do Ouvidor, Gonçalves Dias, Sete de Setembro e Rosário, entre Rio Branco e Avenida Passos; em outra área, delimitada pela Avenida Passos e Praça da República, era visto como de mais recente transformação, migrando de atacadista para varejista

[178] Azevedo, Oswaldo Benjamim de. O comércio carioca: sua função regional e sua posição no âmbito nacional. A rede bancária. *In*: Aspectos da Geografia Carioca, Rio de Janeiro: AGB, 1962, p.149.
[179] A afirmação é datada de 1967 e está contida em: Duarte, *op. cit.*, p. 20.

após os anos quarenta.[180] Um novo trecho comercial apresentava-se em formação, alimentado pela presença dos hotéis ou dos cinemas na área da Cinelândia.

Na distribuição do setor de serviços já era sentida a concorrência de Copacabana no ramo hoteleiro, demonstrado o esvaziamento da área central para os fluxos turísticos, embora nela ainda fosse expressivo o turismo de negócios. Um dos parâmetros da mudança estaria na predominância de lanchonetes ou locais de refeição rápida e mais barata, substituindo os antigos restaurantes de luxo.

Os setores financeiros (Praça Pio X, entre a avenida Rio Branco e rua Primeiro de Março), e de lazer e recreativo, na Cinelândia e Praça Tiradentes, completavam a listagem de funções descritas para a área central carioca.

Vale comentar que a função residencial já era considerada ausente, sendo a perda de sua expressão identificada desde 1872, quando no centro moravam 1.408 famílias. Daí em diante, o decréscimo foi constante, apontado por contagem de 575 famílias em 1890. Em 1960, mesmo considerando alterações nos parâmetros indicativos das divisões espaciais para a realização das contagens, no centro propriamente dito, nas freguesias da Candelária e São José, moravam apenas 435 e 4.696 pessoas, respectivamente.

Na cidade do Rio de Janeiro de 1967, a área central era considerada espacialmente estagnada, sem qualquer indicação de expansão horizontal significativa. Seu território era visto como inalterado desde 1922, data da anexação da Esplanada do Castelo. Uma única exceção era apresentada na área da Lapa, eixos da Mem de Sá e Riachuelo, que estariam passando por renovação construtiva, recebendo novos usos residenciais e comerciais.

Para a afirmação, dois aspectos devem ser levantados. Um primeiro diz respeito às constantes obras públicas efetuadas na região central, que resultaram em novos espaços intraurbanos, produto de operações de renovação urbana que pretendiam abertura de novas frentes de expansão de usos considerados adequados ao núcleo central, alcançados por eliminação de outras áreas e atividades, por exemplo, residenciais. Neste caso estariam as obras realizadas no perímetro mais central para a

---

[180] Trata-se do trecho conhecido como SAARA, Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, associação fundada em 1962, que reúne comerciantes de 13 ruas e mais de 1.200 estabelecimentos comerciais. Ver: Kessel, Carlos *et al*. Um balcão na capital: memórias do comércio na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SESC RJ: Ed. SENAC RJ, 2003, p.37.

abertura das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas ou as que pretenderam eliminar antigos bloqueios, como os morros do Castelo e de Santo Antônio.

Numa outra direção, a demarcação de áreas para renovação urbana concentrou interesses e investimentos que certamente seriam realizados na área central, porém segundo processos mais pulverizados em recursos ou localização, caso fossem orientados apenas por iniciativa privada. Um último exemplo da prática de atuação do setor público acabava de acontecer e era representado pela demolição do morro de Santo Antônio. Nos anos sessenta, importantes representações do setor público federal foram construídas na recente esplanada de Santo Antônio, numa política de compensação das perdas sofridas pela cidade. Os prédios novos, modernos, objeto de concurso público nacional, e um sistema viário inovador, parcialmente implantado e ainda desconectado do conjunto criaram, por intermédio dos padrões de arquitetura e urbanismo arrojado e modernista, uma réplica de Brasília na antiga capital. Afinal, decorridos 20 anos, na expectativa dos técnicos da Prefeitura existia a esperança de implantação do eixo previsto no plano de realizações de Henrique Dodsworth. A avenida República do Chile, prolongamento da avenida Almirante Barroso na direção oeste, facilitaria as conexões e acessos da esplanada do Castelo à praça da Cruz Vermelha.

O significado da demolição do Morro de Santo Antônio, calculado em 5.500.000m³ de terra, e sua urbanização, prevista para ocorrer em área de 300.000m², [181] assim como a área e o uso que resultaram do aterro realizado na orla dos bairros da Glória, Flamengo e Botafogo, podem ser contextualizados num período de extrema pressão por ampliação de áreas para circulação e acesso à zona sul, em especial Copacabana, que crescia não apenas em população, como também por nível de consumo e renda, significando dizer número de automóveis.

Durante a década de quarenta, os problemas decorrentes do estado de guerra implicaram restrições para importações, estancando temporariamente o crescimento da frota de veículos em circulação na cidade. Porém, as decisões tomadas pelo governo

[181] As obras de desmonte do Morro de Santo Antônio foram realizadas sob a fiscalização da Superintendência de Obras do Santo Antonio, SOSA, subordinada a Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas do DF. O enrocamento de 6.460 metros lineares na orla da baía começou em 12 de dezembro de 1953 e o desmonte do morro em 2 de julho de 1954. Um ano depois, julho de 1955, na grande esplanada conquistada ao mar foi realizado o XXXVI Congresso Eucarístico. Revista Brasil Moderno, Rio de Janeiro, Volume VIII, dezembro 1954.

Desmonte do Morro de Santo Antônio.
Fonte: Revista Manchete n.407, 6 de fevereiro de 1960.

federal na década seguinte resultaram na significativa ampliação da frota nacional, facilitada por implantação de montadoras estrangeiras no território brasileiro. No Rio de Janeiro, ao final da década de sessenta,[182] eram apontados como circulando nas ruas da cidade mais de 300 mil veículos.[183] Para viabilizar as condições de circulação da crescente frota de veículos, foram promovidas muitas alterações no espaço urbano. Dentre elas, destaca-se o aterro de 1.080.000 m² da Baia da Guanabara e a conseqüente implantação do mais famoso parque ao ar livre da cidade.

A conseqüência da transformação urbana para o crescente uso do automóvel se fez sentir na área central num primeiro momento por acentuação da sua distância aos mais modernos padrões de circulação urbana. Ruas estreitas que determinavam redução de velocidades, ausência de estacionamento e garagens nos prédios antigos, além da inexistência de um sistema de transportes coletivo ou de massa eficiente tornaram a área central incompatível aos padrões de uso e atividade mais sofisticados, acelerando a decadência e a desvalorização de determinadas áreas.

As alternativas de localização valorizada passaram a incidir sobre áreas novas, nitidamente influenciados por arquitetura e planejamento territorial modernista semelhante a Brasília. A prática revelava-se importante para reafirmar o sempre presente espírito de inovação existente na cidade portuária, porta de entrada dos padrões internacionais no Brasil, mas atendia ainda aos objetivos do governo federal, militar, pós 64 que buscava romper de vez com os hábitos e relações do poder com o Rio, promovendo a transferência das últimas repartições que restavam. [184] Nada mais triste do que ver a antiga e poderosa capital copiar o padrão Brasília, vingança máxima dos seus defensores .

No curso desse processo, Copacabana era também atingida, passando a ser tratada como um "modelo que deveria ser evitado na estruturação de novos bairros".[185] Segundo Lúcio Costa, urbanista encarregado da execução do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá, coincidentemente o autor do plano de Brasília, era necessário "impedir que

---

[182] O primeiro veículo montado no país teria sido um DKV Wemag na data de 19 de novembro de 1956. Antes, no entanto, a 5 de setembro foi lançada a Romi-Isetta, o primeiro veículo fabricado em série no Brasil com produção até 1961.

[183] Revista Manchete, Número Especial, 1968.

[184] Vale lembrar que foi no Palácio Laranjeiras a assinatura Ato Institucional nº 5 pelo Presidente Costa e Silva.

[185] Leitão, Gerônimo. Barra da Tijuca: do "mundo intocado, primevo" à "Miami Brasileira". Cópia, s/d.

barreiras de cimento armado, construídas de frente para o mar, como aconteceu em Copacabana, bloqueassem a vista e a aeração dos quarteirões". A "princesinha do mar", símbolo mais conhecido do Rio de Janeiro no exterior, iniciava seu declínio.

3.3- Uma cidade mosaico: o Rio entre o Centro e a Barra da Tijuca

Na metade da década de setenta iniciava-se uma nova fase para o Rio de Janeiro. No plano político e administrativo, a Guanabara desapareceu como estado para transformar-se em capital do novo Estado do Rio de Janeiro, contabilizando, na visão de muitos, inúmeras perdas. Em contrapartida, a cidade intensificou sua expansão na direção oeste, uma nova fronteira representada por terras recém desbravadas, contempladas por proposta urbanística completamente distinta de outras áreas urbanas. Sobre uma área de ocupação rarefeita e esparsa, começava a surgir o bairro da Barra da Tijuca que consolidaria um outro conceito de moradia para o carioca.

Para o centro, o próprio impacto das alterações político-administrativas induziu valorização de sua identidade, pautada na permanência de antigas formas construídas, representativas da história urbana local e nacional em seus distintos períodos: colonial, imperial e republicano. Indo além das características formais, persistia no centro o ponto de convergência e encontro da inteligência nacional, verdadeiro fator para a potencialização dos movimentos culturais, ainda que toda uma nova geração de artistas houvesse escolhido Ipanema como o bairro *cult* dos anos setenta.

A fusão da Guanabara ao Estado do Rio

> "Um dia, quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que se faça também uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois estados, pois somos todos fluminenses, e esta cidade passará de capital em si mesma a capital de um grande Estado único. (....). Unidos, seremos alguma coisa mais que separados, e, sem desfazer nas outras, a nossa capital será forte e soberba".[186]

[186] Machado de Assis em crônica datada de 1896, citado em artigo de Josué Montello publicado na Revista Manchete, n° 1.197, 29 de março de 1975, p.89.

Durante os quinze anos de sua existência, entre 1960 e 1975, o Estado da Guanabara teve quatro governadores: o interino Sette Câmara (21 de abril a 5 de dezembro de 1960); o primeiro governador eleito, Carlos Lacerda (5 de dezembro de 1960 a 5 de dezembro de 1965); seu sucessor, Francisco Negrão de Lima (5 de dezembro de 1965 a 15 de março de 1971) e o último, eleito de modo indireto, Antonio de Pádua Chagas Freitas (15 de março de 1971 a 15 de março de 1975). Os três últimos governaram, depois de 1964, segundo controles e regras ditadas pelo regime de exceção, sob comando militar.

Se no país a situação indicava a necessidade de rígido controle, para o caso do Rio de Janeiro implicava lidar com questões mais complexas. Afinal, a cidade fora palco de fortes manifestações políticas que antecederam ao golpe de 64. Embora por direito já não mais fosse capital, o Rio continuava sendo "a caixa de ressonância dos problemas nacionais", o "tambor" do país.[187]

Estas considerações reconheciam a capitalidade ainda exercida pelo Rio, ou seja, "sua função de representar a unidade e a síntese da nação".[188] Esta condição seria, aliás, potencializada nos planos de governo do primeiro governador eleito, servindo de lastro para sua campanha rumo à Presidência da República, nas eleições que acabaram não ocorrendo em 1965. Carlos Lacerda, jornalista, até hoje o político carioca de maior visibilidade no panorama nacional, tinha como meta fazer da Guanabara um estado-capital.[189]

O fracasso de seu projeto político, prejudicado pelo resultado da eleição para a sua sucessão, ganha por político da oposição, o endurecimento do regime revolucionário com a edição do Ato Institucional n° 5, a intensificação dos movimentos contestatórios no Rio de Janeiro são indicados por Ferreira (2000) como estímulos para o retorno das discussões sobre o tema fusão dos dois estados.[190]

O assunto era antigo e surgira com a criação do Município Neutro em 1834, descolado da província do Rio de Janeiro. As transformações introduzidas com a

---

[187] Motta, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo? Rio de Janeiro: CPDOC, 2000, 14f.
[188] *Id.* Que será do Rio? Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. Tempo, Revista do Depto de História da UFF, Niterói (RJ), Janeiro, v.4, p.146-174, 1997.
[189] *Id.* Guanabara, o estado-capital. *In*: Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
[190] Ferreira, Marieta de Moraes e Grynszpan, Mario. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *In*: Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

República não conseguiram destruir as relações entre as áreas, agora Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, "permanecendo no estado uma forte influência carioca, além da uma significativa presença do governo federal e efeitos da política nacional".[191]

Sendo um tema recorrente, por diversas vezes tratado, ainda assim não havia resultado em qualquer alteração no panorama político administrativo. A evidência irrefutável e acelerada da construção de Brasília revelou-se, entretanto, como indicação de posição mais concreta. Em verdade, esta poderia ter sido um retorno à anterior condição, anexando o Distrito Federal ao Estado do Rio, realizando a fusão ou poderia ter indicado a criação de novo território, uma cidade livre, um novo estado. Injunções políticas fizeram esta última hipótese vencedora, configurando uma situação que perdurou por quinze anos.

A polêmica, no entanto, nunca foi encerrada e continuou dividindo opiniões, com alternativas listadas em função das relações entre política e políticos do estado e da cidade, entre o território da cidade e sua baixa expressão das atividades industriais, entre a concentração e divisão dos impostos.

A instituição de planos nacionais, prática dos governos revolucionários iniciou-se com o Marechal Castelo Branco, com a formulação do Plano Decenal, tendo como objetivo promover intervenções no desordenado desenvolvimento urbano do país, contornando os desequilíbrios entre atividades econômicas e o processo de ocupação do solo. O processo de planejamento urbano e regional apoiava-se em reconhecimento da ocupação do país, alcançado por levantamentos que dividiam o Brasil em micro-regiões homogêneas. Na macro escala, eram definidos os pólos de desenvolvimento de interesse nacional, em especial as grandes metrópoles. A descentralização de algumas atividades das regiões metropolitanas do Rio e de São Paulo passava a ser matéria de interesse nacional.[192] Esta seria a senha para criação de oito das nove regiões metropolitanas, efetuada por lei complementar n° 14, de 8 de junho de 1973. A situação da Guanabara, muito mais complexa, ficou em compasso de espera.

---

[191] *Id.*, p. 117.

[192] Ainda eram propostos pólos de interesse de desenvolvimento micro-regional e pólos de equilíbrio, selecionados segundo cidades prioritárias de cada estado. Ver: Lafer, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p.154 a 157.

Em 15 de janeiro de 1974, o colégio eleitoral elegeu o General Ernesto Geisel para Presidente da República. Ao tomar posse em 15 de março, o general anunciou a distensão do regime.

Em paralelo, era posto em marcha o esvaziamento das funções administrativas federais ainda exercidas no Rio em prol da transformação da Guanabara num estado como os outros da nação. Vale registrar a posição do governador do Estado, Antônio de Pádua Chagas Freitas, figura da oposição, detentor de excelente articulação política de caráter local, porém avesso e imune aos grandes vôos na direção do planalto central.

Seu programa de governo é apontado como orientado na direção contrária dos dois primeiros governadores, Lacerda e Negrão de Lima, considerados pelo secretário Francisco de Mello Franco, "dois formidáveis prefeitões", que teriam tratado o governo do estado pela ótica de cidade, priorizando propostas e obras de caráter eminentemente urbano.

Na administração Chagas Freitas, ao contrário, recuperando as recomendações contidas no plano Doxiadis, a escala do estado foi contemplada para induzir a expansão rumo à zona oeste, expandir o uso da indústria pesada em Jacarepaguá e Santa Cruz, tendo como ponto de atração o Porto de Sepetiba. Na mesma direção era promovida a expansão de caráter residencial, ocupando a baixada de Jacarepaguá, sobretudo na orla marítima, formando os bairros novos da Barra da Tijuca e Recreio, com normas de ocupação determinadas pelo Plano Piloto. O governo teria como princípio "a afirmação do destino histórico da cidade: modernização da estrutura administrativa; saneamento financeiro e racionalização orçamentária; participação da população no esforço do governo e ocupação racional do território".[193]

As justificativas do conjunto de realizações que desmontavam as versões sobre o esvaziamento econômico do Estado da Guanabara destacavam a construção de:

> "... muitos quilômetros de estradas; 14 estações do metrô ficaram prontas. (...) Na área da justiça foram construídos 14 fóruns, tribunais de júri, varas de falência e concordata e varas regionais, como as de Bangu e Santa Cruz; penitenciárias, delegacias de policia, centros sociais urbanos dentro de conjuntos habitacionais, centros de

[193] Motta, Marly da Silva e Sarmento, Carlos Eduardo (org.). A construção de um estado: a fusão em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.142. Depoimento de Francisco Mello Franco, secretário de Estado, naquele governo.

> recuperação de mendigos e de menores abandonados e, principalmente, apoio integral às várias atividades reconhecidamente sérias-independentemente de fé religiosa ou política-que, em todo o estado, prestavam serviços assistenciais".[194]

No período Chagas foram realizados estudos, projetos e contratos referentes à futura implantação do sistema de transporte metropolitano, a conclusão da estrada da Gávea em São Conrado, a abertura do segundo túnel em direção à Barra. A situação de marasmo do mercado imobiliário foi incentivada por investimentos do Estado na construção de Riocentro e do Autódromo, fortalecendo a qualificação da Barra da Tijuca.

Ainda assim, apesar dos aspectos positivos da administração estadual, a fusão ou o reimplante, na visão de R. Magalhães Júnior,[195] aconteceu oficialmente a 1 de julho de 1974, por meio da Lei Complementar n° 20. Foram criados um novo estado, a região metropolitana e o município do Rio de Janeiro. Em 10 de setembro, o almirante Faria Lima foi oficialmente apresentado como futuro governador de estado. Sua indicação, realizada por convite ou convocação do presidente Geisel, foi efetuada deixando para trás candidatos como o general Golbery, o deputado Célio Borja, o ministro Armando Falcão, os ministros Nei Braga, Nascimento e Silva e Reis Velloso.[196] Segundo avaliação do escolhido, foi o privilégio do critério técnico sobre o político ou, no jargão militar, o cumprimento de uma missão, determinada por ordem superior.

No ano seguinte, a 4 de março de 1975, a Ponte Rio-Niterói, símbolo da união das capitais dos dois estados foi inaugurada e a 15 de março de 1975 tomaram posse o governador, indicado pelo Presidente, e os dois prefeitos, Marcos Tamoyo e Ronaldo Fabrício, respectivamente nomeados para o Rio de Janeiro e para Niterói.[197]

O novo Estado possuía quase "90% da sua população morando em cidades. A região metropolitana representava 15% do território e abrigava 80% da população, respondendo por 80% do PIB do estado".[198] No contexto da federação, o Estado do Rio de Janeiro passava a ser o segundo mais importante com 9,7% da população, 15% do produto interno bruto, 13% da produção industrial, 19% da produção do setor de

---

194 *Id.*, p.104.
195 Revista Manchete, n° 1.197, 29 de março de 1975, p.83.
196 Motta e Sarmento, *op. cit.*, p.31.
197 Os governadores que tomaram posse naquela ocasião teriam seus mandatos terminando em 15 de março de 1979, juntamente com o Presidente Geisel.
198 Motta e Sarmento, *op. cit.*, p.129.

serviços, 24% dos depósitos bancários e 10% das receitas orçamentárias. A ocasião em que a fusão estaria ocorrendo, segundo avaliação federal, revelava ainda uma conjuntura bastante favorável em função de aumentos verificados em várias atividades como a comercial (13%), a entrada de turistas estrangeiros (27%) e o movimento de cargas no porto do Rio (27%).[199]

A situação parecia promissora sendo previsto um aporte de recursos federais ao projeto Fusão, entre 1975 e 1979, estimado entre 11 a 12 bilhões de cruzeiros, repartidos em três bilhões a fundo perdido, quatro a cinco sob a forma de financiamentos e de quatro a cinco bilhões em avais relativos a empréstimos obtidos em fontes externas.[200] Existiam ainda investimentos diretos em curso ou em vias de concretização como a construção da usina nuclear de Angra dos Reis; a estrada turística que ligaria o litoral do Rio até Santos; a execução do projeto de alumínio da Vale Sul; a expansão da Fábrica Nacional de Motores; o campo petrolífero de garoupa em Campos; a conclusão do aeroporto do Galeão e investimentos rodoviários e ferroviários em todo o estado. O elenco de oportunidades esbarrava, no entanto, na imensa complexidade de ações que se faziam necessárias para compatibilizar dois estados, tão próximos, com realidades distintas. As situações físicas, funcionais, tributárias, econômicas e sociais, bastante diferentes, exigiam do governo o estabelecimento de critérios, metas e programas de trabalho. A acomodação da máquina administrativa, reequacionada entre estado e município, ditou o remanejamento e realojamento das repartições públicas. O caso da sede da prefeitura do município do Rio de Janeiro tornou-se um exemplo interessante, na medida em que poderia ter sido instalada nos inúmeros imóveis desocupados pelos órgãos federais como o Ministério da Fazenda, ou até o Palácio Monroe.[201] O prefeito, no entanto, decidiu comprar o prédio da embaixada inglesa em

---

[199] Revista Manchete, n° 1.197, 29 de março de 1975.

[200] Palestra de Élcio Costa Couto, realizada em 10 de setembro de 1976, publicada em: Anais do PUB/RIO, PCRJ, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, p.18.

[201] A demolição do Palácio Monroe foi autorizada pelo Presidente da República em 11 de outubro de 1975, destruindo um dos mais caros prédios construídos no Brasil. A afirmação baseia-se no desmonte da estrutura e sua remontagem no Brasil,nas várias reformas que sofreu, sendo uma das mais caras a que promoveu sua adaptação para o funcionamento como sede do Senado Federal. Quando da construção do Metrô, para que fosse preservado foi realizada contenção e proteção das estruturas, com ligeiro desvio das linhas. Entretanto, logo após a conclusão das obras, o governo federal optou por sua demolição. Fonte: www.almacarioca.com.br/Monroe.htm. Acesso em: 22 maio 2006.

Palácio Monroe, fecho caprichado da avenida Rio Branco.
Fonte: Revista Manchete, edição especial (nº 1.000), 1971

Botafogo, contraindo empréstimo de cinco milhões de dólares para a transação. Segundo críticos da operação, a importância caracterizou-se como a primeira dívida da prefeitura, onerando-a ao mesmo tempo em que a distanciava das suas responsabilidades uma vez que, supostamente, o prefeito deveria "estar no centro da cidade, exposto às críticas, aos aplausos e às vaias".[202]

As características de um governo que se orgulhava de seu caráter tecnocrático, envolvido com o planejamento territorial, desencadearam um processo de pesquisa do território, promovendo levantamentos e estudos que contemplaram o Estado, a região metropolitana e o município do Rio de Janeiro. As cidades integrantes da Região Metropolitana[203] foram objeto de Planos de Desenvolvimento Local Integrados, os PDLIs, à época uma garantia para recebimento de recursos federais com aplicação vinculada aos investimentos em saúde, educação e saneamento.

O planejamento regional passava, assim, a ser prioritário para reorientar a organização e a estrutura espacial, incentivando, contendo e propondo tendências de crescimento, ou seja, atuando na distribuição de atividades, equipamentos e infra-estruturas visando "ampliar a produtividade do sistema produtivo".[204]

Para a realização deste processo, um enorme esforço técnico foi empreendido visando o diagnóstico das 14 realidades municipais que compunham a Região Metropolitana, dele derivando planos para cada área, englobando levantamento da situação existente e indicação de projetos.

No município do Rio de Janeiro destacou-se o Plano Urbanístico Básico, PUB-Rio, iniciado em setembro de 1976 e desenvolvido por técnicos da municipalidade.

A cidade do Rio de Janeiro contava então com população de 4.251.918 habitantes, representando 60,05% da população metropolitana. Entre os censos de 1960 e 1970, as Regiões Administrativas haviam experimentado grande crescimento demográfico, sendo Bangu a área de maior expressão, passando de 222.669 (1960) para

---

202 A opinião e a crítica foram emitidas por Francisco de Mello Franco em Motta, Marly da Silva e Sarmento, Carlos Eduardo (org.). *op.cit.*,p. 136.

203 A área de 6.464km² possuía uma população de 7.080.661 habitantes e densidade de 10,95hab./ha e era composta pelos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Marica, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São João de Meriti, São Gonçalo e Mangaratiba.

204 Fala de Dr. Fernando Talma Sampaio, presidente da FUNDREM na sessão de 24 de setembro de 1976 e publicada em Anais do PUB/RIO, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, p.236.

372.433 habitantes (1970). Eram apontadas 273 favelas e 762.297 pessoas ocupando 160.309 moradias, segundo dados de 1974 da Fundação Leão XIII. O cadastro de contribuintes do ISS de 1976 destacava no ítem serviços especiais, excetuando transportes, comunicações e financeiros, a expressiva participação do centro, com 42.626 ou 12,37% das 344.618 inscrições existentes, seguindo-se Copacabana, com 9,3%, e Botafogo, com 9,02%. O turismo, atividade destacada da cidade, apoiava-se em 155 hotéis e 13.922 quartos em 1976, com média geral de permanência de 7,1 dias no Rio e 13,9 no Brasil.

A realização do plano urbanístico significou empreender uma rigorosa análise da cidade segundo critérios que relacionavam aspecto físico, concentração demográfica e densidade construtiva. Para isto foi utilizado um novo levantamento aerofotogramétrico, iniciado em setembro de 1975, compondo um perfeito retrato das condições da ocupação urbana. Como conseqüência da aplicação de critérios de integração e de diferenciação entre áreas, contemplando o ambiente construído e o natural, resultaram 31 áreas de compartimentação ambiental. A dinâmica das inter-relações entre estes trechos da cidade, priorizando eixos de circulação, centros funcionais e problemas apontados por consulta popular, forneceram 11 áreas homogêneas. Uma nova rodada de análise por aglutinação e semelhanças resultou na divisão do território municipal em seis áreas de planejamento ou APs, definidas como matrizes do futuro processo de planejamento.

Para cada uma das Áreas de Planejamento foi priorizada uma hipótese de desenvolvimento, buscando a reformulação da estrutura de atividades e de ocupação do território municipal, utilizando como vetores da ordenação futura, a malha viária e os corredores de transporte de massa. Partindo de uma análise crítica da situação urbana, os critérios de intervenção que deveriam ser seguidos pelo PUB priorizaram a preservação ambiental e paisagística, o remanejamento progressivo e imediato, a reestruturação urbana, o adensamento puntiforme e a ocupação progressiva.

No caso do vetor selecionado ao início deste trabalho, teríamos o centro na AP1, Copacabana na AP2 e a Barra da Tijuca na AP4. Segundo as recomendações do PUB-RIO, seriam áreas objeto de diretrizes voltadas ao remanejamento progressivo, reestruturação urbana em áreas de obsolescência e preservação, caso da AP1; remanejamento, preservação paisagística, adensamento puntiforme e reestruturação

urbana em função da implantação do metrô para a AP2; e de ocupação progressiva, segundo o Plano Piloto para a AP4. Cada área era tratada detalhadamente em prioridades numa escala local, circunscrita por seu território, previamente delimitado, para alguns fator de indução aos problemas decorrentes do tratamento desvinculado do conjunto da cidade.[205]

O Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado pelo decreto n° 1.269, de 1977, é considerado um marco no pensamento urbanístico carioca em função de introdução de uma consulta popular, embora tímida, mas primeira iniciativa deste teor e ainda por ter sido o primeiro plano urbano realizado por quadros técnicos da municipalidade, dispensando contratações de técnicos estrangeiros.

Ainda assim, enquanto o plano era formulado, a 3 de março de 1976 foi aprovado um novo regulamento de zoneamento no município do Rio de Janeiro em substituição ao 3.800, o decreto de n° 322. Numa linha que pode ser considerada "um lugar comum" revelava-se mais uma vez a ausência de coordenação entre os processos de planejamento e as normas estabelecidas para o controle da ocupação do território da cidade.[206]

Rumo à Miami Carioca

> "Verifica-se assim que essa planície central, providencialmente preservada, além de possibilitar novamente a união das metades Norte e Sul da cidade, separadas quando a unidade urbana original se rompeu, está igualmente em posição de articular-se, por esses dois eixos paralelos àquela área destinada à industria pesada, no extremo oeste do Estado, com foco natural em Santa Cruz, o que lhe confere então condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano Norte- Sul, ..., mas também Leste-Oeste; ou seja, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara".[207]

A citação que destaca a capacidade de articulação entre o passado e o futuro urbano da cidade, ladeada da natureza deslumbrante, ali ainda preservada e no restante

---

[205] Rezende, *op..cit.*,p.84.
[206] Araújo, Rosane Lopes de. O planejamento urbano e a norma de uso e ocupação do solo: a cidade do Rio de Janeiro na década de 1990. Dissertação de Mestrado, UFRJ/IPPUR, 2005, p. 36.
[207] Costa, Lúcio. Plano - Piloto para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca e o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Estado da Guanabara, 1969.

já perdida, é de Lúcio Costa, autor do conceito norteador da ocupação da imensa área, quatro vezes a zona sul carioca, expresso na forma de um Plano Piloto.

A necessidade de realização do plano para organização de uma área tão vasta ficou evidenciada em 1968, quando o Estado da Guanabara, por intermédio da Secretaria de Obras e do Departamento de Estradas de Rodagem, iniciou os trabalhos de abertura de auto-estrada Lagoa-Barra, parte de um futuro anel rodoviário. Concluído em 23 de junho de 1969, o plano foi apresentado por texto e planta geral esquemática, indicando diretrizes de desenvolvimento, inicialmente bastante genéricas. Ao contrário de Brasília, a diferenciação do desenho urbano se impunha em toda a área, ainda que houvesse a incidência da mesma marca de dois eixos perpendiculares em forma de cruz. Os centros de bairro, a nucleação, a alternância de alturas, a valorização das zonas internas, a limitação de gabarito na orla e incentivo ao uso turístico, a abundância de áreas verdes, de preferência mantida a vegetação nativa, as vias oblíquas, o equilíbrio entre áreas de ocupação e livres, as taxas de ocupação de 10% e 20%, a preservação das formações rochosas e das lagoas eram elementos de destaque do plano.

A concepção adotada para a Barra propunha-se a estabelecer distinções quanto aos padrões usuais de ocupação do solo existentes na cidade, o que implicava revogação dos antigos arruamentos e loteamentos previstos para o local ou projetos já aprovados, como as torres da autoria de Oscar Niemeyer. O partido adotado por Lúcio Costa, que transformou a praia de dunas em praia de torres, apoiou-se nesta precondição, apesar das modificações necessárias para não comprometer a paisagem.

O caráter pouco detalhado do Plano Piloto da Barra da Tijuca, acarretando características genéricas quanto ao futuro da ocupação, ganhou especificidade na medida em que os interessados em construir na área submetiam seus propósitos, na forma de “consulta prévia”, primeiro ao Grupo de Trabalho da Barra da Tijuca e, depois de 25 de junho de 1974, à Sudebar, Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca, criada especialmente para acompanhar a ocupação da grande área. Olhando para trás, técnicos da prefeitura avaliam a experiência como um sonho, uma tarefa impossível, tendo todo o ideário de ocupação concebido pelo poderoso arquiteto sido sufocado pelos inúmeros projetos e interesses imobiliários que passaram a comandar a acelerada construção da área. A situação conformou-se, assim, completamente distinta

do completo controle sobre a propriedade que conduziu o rígido planejamento urbano construtor de Brasília.[208]

O crescimento acelerado verificado em tão extensa área acabou obrigando à explicitação das normas para aprovação dos projetos, substituindo as consultas e audiências realizadas entre interessados e setor público até então vigentes para tratar da Zona Especial (ZE-5). Em 27 de abril de 1981 foi editado o decreto n° 3.046, que estabeleceu condições de zoneamento, parcelamento da terra e edificações para cada uma das 46 sub-zonas em que a Baixada de Jacarepaguá, área do Plano Piloto, estava dividida.

A urbanização da Baixada de Jacarepaguá, em seu explosivo e rápido processo de crescimento urbano, permite estabelecer fases que vão do "Eldorado Urbano", como denominavam a região alguns empresários de setor imobiliário, época do pioneirismo da colonização da nova fronteira, "à estruturação da cidade planejada para o século XXI, ou como preferem alguns, a Miami Brasileira".[209]

Na primeira etapa, a ocupação se fez por condomínios privados. O conceito de moradia associada ao lazer e serviços era trabalhado na época, "criado" para acontecer na Barra e gerar, uma outra vez, um novo bairro. Nesta fase, a imagem dos empreendimentos pioneiros de Nova Ipanema e Novo Leblon, desenvolvidos simultaneamente em meados dos anos setenta, apresenta-se como a mais forte marca.[210] A proposta combinava alta e baixa densidade, apartamentos e casas dispondo de facilidades condominiais, naquela época modestas, se comparadas aos sofisticados aparatos atuais.[211]

Nova Ipanema era descrito como um:

> "... projeto voltado para integração total com a natureza, espírito de vizinhança, escala humana, orientado especialmente para crianças, através dos seus espaços comunitários, áreas de lazer e esportes, caminhos de pedestres. Os acessos...rápidos e

---

[208] Ver entrevista de Pedro Teixeira Soares em: Oliveira e Freire, *op. cit.*, p.157.
[209] Leitão, Gerônimo. Barra da Tijuca: do "mundo intocado, primevo" à "Miami brasileira". Cópia, s/d.
[210] Leitão, Gerônimo. A construção do eldorado urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá-1970/1988. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.
[211] Xavier, Alberto; Brito, Alfredo; Nobre, Ana Luisa. Arquitetura Moderna do Rio de Janeiro. São Paulo, PINI: Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: RIOARTE, 1991.

> seguros, com um mínimo de necessidade de veículos. O acesso principal foi centrado no eixo da área, o que permite controle total das edificações".[212]

Os moradores do empreendimento, oito prédios e 116 lotes reservados para construção de casas, foram verdadeiros desbravadores da Barra, pioneiros que buscavam silêncio e o clima agreste, enfrentando dificuldades de acesso, mosquitos e falta de luz. Em contrapartida, adquiriam unidades residenciais sempre maiores em área que as semelhantes em construção na zona sul carioca e por preços significativamente menores.[213] É de notar que não houve qualquer interesse do mercado imobiliário para a promoção de uma Nova Copacabana, claro sintoma de seu expressivo desgaste.

Iniciava-se assim a transformação do antigo destino apenas para excursões, passeios e piqueniques nas extensas areias, em clubes como o Marapendi, Canaveral, Nevada e Caça e Pesca, [214] *campings*, poucos restaurantes ou motéis que faziam da ida à Barra uma viagem no tempo, rumo ao sertão, com a garantia da aventura por um enorme espaço vazio de gente, mas contemplado pela natureza com lindas praias, lagoas e dunas.[215]

Nos anos oitenta, a vida começou a surgir fora dos condomínios, fomentada e promovida por atividades comerciais, serviços e lazer, bem como pela expansão das frentes de investimento imobiliário em unidades de menor porte. Logo ao início da década, em 1981, foi inaugurado o *BarraShopping*, um empreendimento comercial que nunca mais parou de crescer.[216] Em 1984 foi aberto o *Casashopping*, na avenida Airton

---

[212] Revista Projeto, dezembro de 1982.

[213] Um interessante depoimento de um destes moradores pioneiros que foram residir na Barra da Tijuca, quase repetindo a audácia dos candangos de Brasília. Disponível em: www.pitoresco.com.br/consultoria/variedades/ipanema/003.htm. Acesso em: 3 out. 2005.

[214] A pressão do mercado imobiliário para ocupação destas áreas tem sido significativa considerando a dimensão dos terrenos, além da localização privilegiada. O caso do Nevada Praia Clube é interessante, chegando seu tombamento a ter sido proposto pelo deputado Carlos Dias, em 2000, de forma a garantir sua permanência no endereço da avenida Sernambetiba. É preciso registrar que a proposta foi arquivada.

[215] Minha infância e adolescência foram passadas na Tijuca. Tenho lembranças daquele tempo que se confundem pela ansiosa espera pelos fins de semana de praia com direito aos deliciosos camarões degustados no antigo e desaparecido restaurante Dina Bar.

[216] Em 2006, o "Barra Shopping" comemora 25 anos. Após sofrer seis expansões, foi "revitalizado". Além de remanejamentos de lojas, recebeu projeto para introdução de iluminação natural, garantindo maior economia nos custos de energia e maior despojamento das partes comuns para direcionar o interesse para os locais de vendas. Disponível em: www.barrashopping.com.br. Acesso em: 28 nov. 2005.

Sena, um centro comercial temático destinado ao atendimento da constante procura por materiais e serviços inerentes à construção e à decoração.

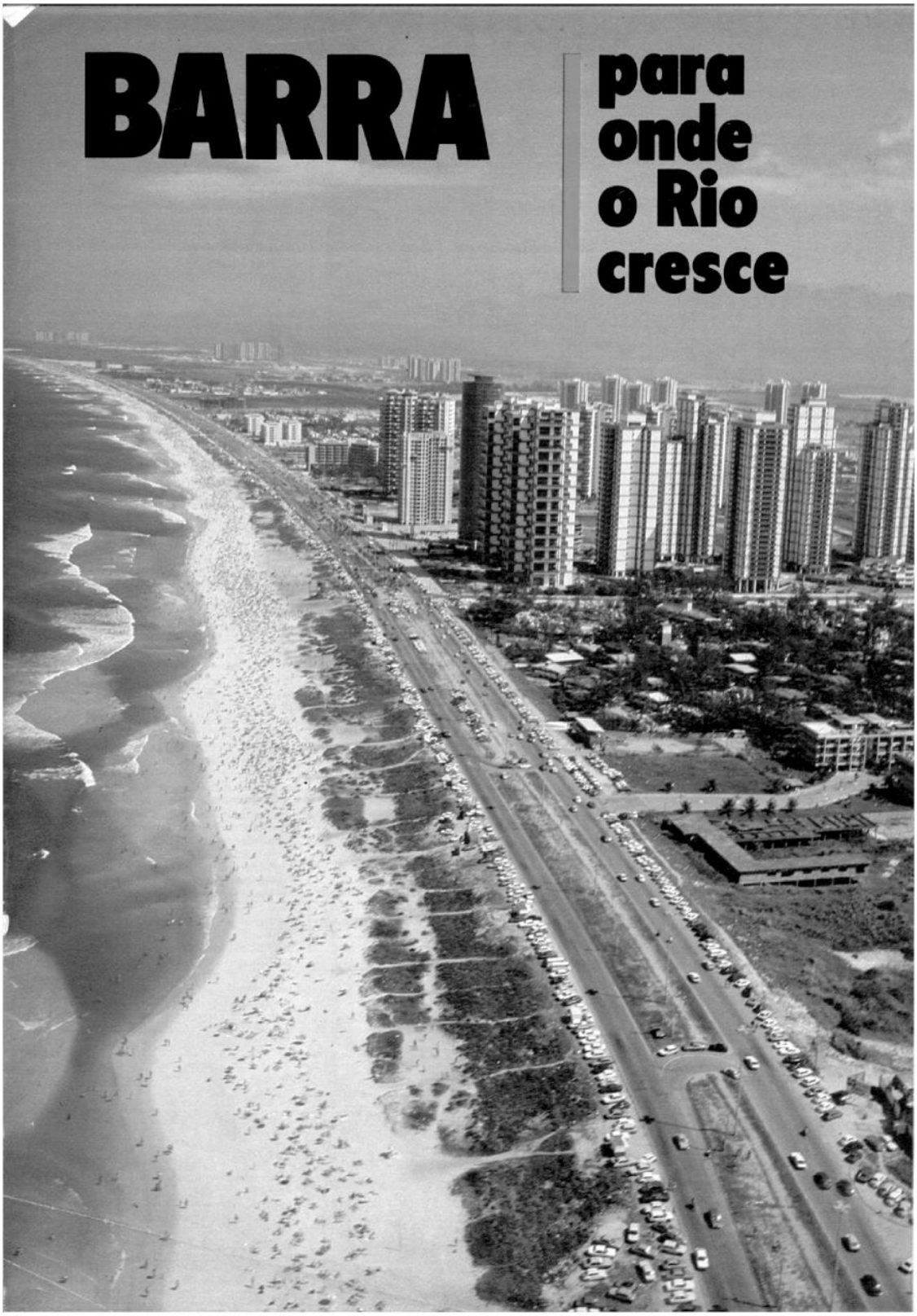
O uso residencial, sobretudo multifamiliar, acelerou a ocupação da orla, resultando em projetos como Barramares, Atlântico Sul e Alphabarra. Os núcleos formados por várias torres, localizados na avenida Sernambetiba, exorcizaram as pretensões de uma imagem agreste defendida por Lúcio Costa. Reeditando as práticas de venda utilizadas por lançamentos imobiliários realizados na antiga zona sul, um modo de vida passou a ser agregado e valorizado na opção por moradia na Barra. Começavam a surgir na imprensa os emergentes, simplificação da expressão "nova sociedade emergente" em contraponto à "antiga sociedade tradicional". Os "novos ricos" morando na Barra, até então ilustres desconhecidos para o colunismo social, eram considerados como:

> "...vitoriosos. Escolheram um pequeno paraíso, com amplo espaço e contato com a natureza para viver com os filhos. Gostam do que é bom e não poupam dinheiro com uma vida bem confortável, de manhãs ensolaradas, à beira da praia mais bonita da cidade, cercada de bens de consumo de luxo. (...) São pessoas de modo de vida quase provinciano. Vieram do subúrbio do Rio, do interior do Nordeste. (...) Estes novos cariocas são demais. Ricos, alegres, festeiros, trabalhadores fanáticos como os tradicionais paulistas, mas com um *deixa rolar* que só existe no Rio de Janeiro. Melhor: na Barra da Tijuca. Os emergentes são agora personagens nacionais. Um novo estilo de vida carioca que alcança todo o Brasil".[217]

Resultado ou não desta imagem, desde então a Barra da Tijuca só fez crescer. Os 5.779 moradores cadastrados em 1970 passaram a 40.726 em 1980. Aproximadamente 8.000 podiam ser computados em apenas dois grandes condomínios. Por toda a década de oitenta, com o maior esclarecimento das normas construtivas e das possibilidades de uso e ocupação das subzonas, novos empreendimentos ampliaram os moradores. A população migrava de todas as áreas da cidade e uma nova geração de

---

[217] A expressão emergente surgiu, segundo relato de Éder Meneghine, numa festa realizada em 1994 em que se misturaram 400 convidadas de todo o Rio. A publicação de fotos de muitos desconhecidos cunhou a expressão que, desde então, passou a dividir os freqüentadores de colunas sociais entre emergentes e tradicionais. Ver: Cezimbra, Márcia e Orsini, Elisabeth. Os emergentes da Barra. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, PCRJ, 1996, p.15.



Fonte: Revista Manchete, edição especial, 1982.

cariocas foi sendo conformada. Jovens, despojados, saudáveis, alegres, cada vez mais parecidos com norte-americanos: morando em condomínio, circulando por *freeways*, freqüentando *shoppings*, comendo *fast-food*, fazendo boas compras em *sale*. O sonho embalado de uma vida na América do Norte começava a ser promovido ao sul. Nos anos noventa, a tendência seria completamente consolidada, conformando uma "Miami" nacional.

O centro carioca: um corredor cultural

Concluídas as grandes obras de engenharia viária dos anos sessenta e o sistema de transporte metropolitano dos anos setenta, não houve maiores impactos na área central. A rotina do trabalho garantia sua importância, mas acelerava-se o esvaziamento das suas atividades fora dos horários comerciais. No fim dos anos setenta, os excessos oriundos de uma modernização que banalizava a paisagem construída e humana da cidade promoveram resistência num pequeno grupo da "elite pensante". A preocupação com a destruição do "ambiente que as pessoas viviam, com as referências nas quais elas se reconheciam, com a forma como elas se guiavam e se relacionavam dentro da e com a cidade" ganhou corpo. O movimento em prol da história da área central, seus pontos de encontro e cultura urbana, cresceu com a ameaça de demolição de prédios que ofereciam possibilidades de apropriação cultural, como foi o caso da Fundição Progresso, que demolida daria lugar a uma praça, um enorme vazio, na gestão do prefeito Júlio Coutinho. Não havia muito tempo, a cidade tinha enfrentado uma demolição traumática. O Palácio Monroe, fecho caprichado na perspectiva da Avenida Rio Branco, antiga sede do Senado Federal fora demolido em 1976, apesar da enorme campanha em prol da sua preservação e da linha do metrô ter sido desviada, no trecho da Cinelândia.[218]

A avassaladora marcha em direção à Barra, a velocidade com que o bairro se implantava aliada ao processo de destruição que a construção do metropolitano promoveu nas áreas mais antigas acabaram por desencadear uma força contrária, qual seja, a descoberta do valor do patrimônio cultural ou histórico, considerado, na avaliação de Pinheiro (2002), como tema "em discussão no Rio de Janeiro, ampliando-

[218] Aguiar, Louis Souza. Palácio Monroe - Da glória ao opróbrio. Rio de Janeiro, 1976.

se para um espectro mais amplo da população, mais pelo viés da qualidade de vida urbana e pelo medo da perda da identidade e das referências, do que pelo valor arquitetônico e artístico de seus espaços".[219]

Na década de oitenta, enquanto os indicadores de crescimento demográfico e construtivo da Barra reinavam absolutos na cidade, uma significativa extensão do território da área central, cerca de um milhão de metros quadrados, aproximadamente 1.600 imóveis, foi objeto de preservação por lei aprovada pela Câmara, após ter sido espontaneamente enviada pelo executivo. O caráter da proposta era inusitado, considerando a trajetória urbana carioca, mas não pode ser esquecida que sua perspectiva de sucesso encontrava-se na manutenção do que não detinha grande significado para o mercado imobiliário. O "filé" da área central, o eixo linear ao longo da Avenida Rio Branco, já bastante descaracterizado de suas construções de início do século, não sofria qualquer ação restritiva com as medidas de proteção.

A opinião encontra respaldo nas palavras do mais antigo técnico envolvido com o projeto, seu secretário executivo e formulador:

> "...não houve uma grande ou mesma expressiva pressão imobiliária sobre essa área. A única pressão forte partiu do próprio governo, que alargou ruas, demoliu quarteirões, quase bairros inteiros, morros e prédios importantes (como o Mercado da Praça XV e o Palácio Monroe).O contexto de destruição parece ter sido mais ideológico, simbólico da modernidade e do progresso contra o passado e o atraso, do que econômico. Imposição de idéias e pensamentos sobre que deveria ser uma cidade e sua representação simbólica, muito mais do que o interesse do capital imobiliário".[220]

Os trechos preservados correspondiam aos principais corredores de circulação da população, em seus deslocamentos cotidianos e incluíam ruas, praças, largos e conjuntos arquitetônicos formados por sobrados de dois ou três pavimentos, construídos entre as duas últimas décadas do século dezenove e a primeira do vinte, num estilo denominado eclético, por reunir com harmonia elementos de vários outros. Como uma hélice de três pontas com centro no Largo da Carioca, o Corredor possuía três subáreas: a região da praça Quinze e imediações, o entorno da praça Tiradentes, incluindo a

---

[219] Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o patrimônio. *In:* Cidade: História e Desafios. Oliveira, Lúcia Lippi (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 143.
[220] Pinheiro, *op. cit*, p.151.

região de comércio popular conhecida como SAARA e uma última, na direção da Lapa e Cinelândia.

Começava assim o projeto de recuperação da área central carioca que ficou nacionalmente conhecido como Corredor Cultural. Vale registrar que a iniciativa alcançou tamanha repercussão que virou logomarca para ações de preservação do patrimônio, acabando por ser exportada, quase como franquia sem pagamento, para projetos de teor semelhante no território nacional.

Nos critérios de valorização das antigas edificações destacava-se a manutenção dos telhados e volumes, liberando à imaginação os espaços internos, desde que a integridade da fachada ficasse mantida. Em trechos arruinados ou com espaços vazios, eram abertas áreas de renovação com alturas submetidas à harmonia do conjunto. Para facilitar o conhecimento das normas construtivas todos os detalhes, importantes elementos numa edificação antiga como marquises, toldos, letreiros, gama de cores para recuperação das alvenarias, esquadrias, ornatos etc, foram reunidos num manual de orientações, publicado pela municipalidade.[221]

Embora trabalhando uma área de proporções significativas, durante algum tempo o foco da atuação orientou-se para conquistar proprietários e inquilinos dos imóveis preservados em detrimento dos espaços públicos, ainda que tenha obtido notável repercussão e conseqüente adesão nos meios técnicos. Como na fábula da cigarra e da formiga, os idealizadores e propagadores do projeto atuaram inicialmente no varejo, junto aos que efetivamente tinham interesse em manter sua localização pontual. Os comerciantes da SAARA, da rua da Carioca, da rua Uruguaiana, da Lapa foram os agentes de propagação dos benefícios da recuperação, sobretudo após a aprovação da lei que isentava imóveis conservados em suas características originais dos pesados encargos representados pelo IPTU.[222] Deve ser registrada que a preservação era ainda a garantia de manutenção do ponto comercial para locatários de muitas instituições religiosas, detentoras de significativa parcela do patrimônio imobiliário na área central.[223]

---

[221] Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. RIOARTE, IplanRio, 1ª edição, 1985.

[222] Lei n° 691 de 24 de dezembro de 1984, Decreto n° 6.403 de 29 de dezembro de 1986 e Resolução SMF 781 de 17 de novembro de 1989.

[223] Fridman, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Garamond, 1999.

Apenas ao fim da década de oitenta, a inteligência administrativa da cidade percebeu os ganhos de escala trazidos pelo projeto e começou a investir na recuperação do espaço público. As obras de reurbanização da Rua Uruguaiana, do Largo da Lapa e da Cinelândia, realizadas na gestão do prefeito Marcelo Alencar, no fim dos anos oitenta, sinalizaram o início de um movimento de revalorização da área central, deixando para trás o tempo das renovações urbanas drásticas e traumáticas.[224]

Já então, no Brasil, várias cidades iniciavam movimentos semelhantes, todos rotulados pelo mesmo título que, de adjetivo para a situação carioca, havia virado um substantivo, sinônimo de preservação e memória no contexto das cidades históricas brasileiras.

Os anos noventa

O Rio de Janeiro chegou aos anos noventa enfrentando algumas contradições urbanas. Selecionadas por nosso interesse de análise, duas são destacadas.

Por um lado a área central, por somatório de ações municipais, estaduais e federais passou a ser de relevante interesse cultural, local e nacional. Num fenômeno interessante, sem que houvesse uma expressa determinação, os importantes e destacados prédios das repartições federais, alguns ociosos desde a mudança da capital, receberam dinâmicas funções culturais. Resgatados e recuperados, passaram a funcionar como referências de qualidade. O processo, iniciado com a restauração do Paço Imperial, o primeiro a ser inaugurado em 1985, acabou por configurar um "arquipélago de irradiadores culturais" quando considerado o conjunto de museus e centros culturais instalados na área central "com seus perfis próprios, uma intensa e regular atividade nos mais diversos ramos artísticos".[225]

De fato foram inaugurados em seqüência: o CCBB, o famoso Centro Cultural do Banco do Brasil, aberto em 12 de outubro de 1989 com 17.000 m² destinados a teatro,

---

[224] Pinheiro estabelece quatro fases de desenvolvimento do projeto do Corredor Cultural. Seriam elas: a de **implantação**, entre 1979 e 1984, priorizando delimitação, criação de quadro legal e institucional; a de **consolidação** entre 1984 e 1989, desenvolvendo ações voltadas à materialização, aprofundamento, recuperação e conservação; **estruturação** entre 1989 e 1996, quando ao projeto foram incorporados os espaços públicos e finalmente uma fase de **integração,** quando da adesão de outros atores, os processos são anexados.

[225] Disponível em: http://www.pacoimperial.com.br/enterhtm/corredor/corredor.html. Acesso em: 5 dez. 2005.

salas de vídeo, exposições, livraria, salão de chá e restaurante etc...; a Casa França Brasil em março de 1990; o Centro Cultural dos Correios em 1992. A 20 de janeiro de 1996 era a vez do Espaço Cultural da Marinha. Ao pólo cultural já configurado na região da praça Quinze, foi acrescida, em 2001, a Escola de Artes Visuais Darcy Ribeiro. Ainda um projeto, o belo prédio do Tribunal Regional Eleitoral, cenário preferencial para várias filmagens, espera recursos para se inserir no conjunto como uma referência na área da história política. Nas suas proximidades foi iniciada a obra de recuperação do imóvel pertencente à Fundação Getúlio Vargas, esquina das ruas da Alfândega e Candelária, futuro centro de estudos políticos.

Outras iniciativas, outros trechos do centro também podem ser apontadas. O Centro Cultural Helio Oiticica, aberto em 30 de setembro de 1996, nas instalações do antigo Conservatório de Música, construído em 1872, plantou a iniciativa de recuperação cultural nas proximidades da praça Tiradentes. Em 2000, o processo chegou à Cinelândia com a inauguração do Centro Cultural da Justiça Federal, aberto nas instalações do antigo prédio do Supremo Tribunal Federal. A região do Campo de Santana foi também contemplada com a total recuperação do prédio da Casa da Moeda para a instalação do Arquivo Nacional, aberto ao público em julho de 2005.

Estes novos centros culturais vieram somar-se aos tradicionais e antigos museus de Belas Artes, Histórico Nacional, Arte Moderna, aos famosos equipamentos de cultura representados pela Biblioteca Nacional, Teatro Municipal, reaquecendo a importância deste padrão de atividade na área central.

Enquanto um movimento de valorização dos imóveis pertencentes ao governo federal acontecia, a municipalidade despertou para uma atuação mais abrangente no espaço público. Das iniciativas de recuperação de ruas, largos e praças, ganhou corpo a idéia de tratamento especial do espaço garantida por decisão do então prefeito e de seu super secretário de Urbanismo em promover descentralização administrativa. No centro, a criação do cargo de subprefeito, contemplou o formulador do projeto Corredor Cultural com poder político e *status* de secretário.

A indicação do técnico bastante conhecido pela população local e profundo conhecedor da vida da área central promoveu uma enorme sinergia. Parcerias foram possíveis concretizando obras projetadas, aprovadas e fiscalizadas pelo Município, mas inteiramente pagas por interessados. Na época, os exemplos foram dados por grandes

empresas públicas ou particulares, como o BNDES e a Petrobrás que patrocinaram a reforma do Largo da Carioca, ou a SulAmérica, em mudança para São Paulo, caso não conseguisse eliminar a obsolescência presente na rua do Carmo. Do mesmo modo pode ser citada a recuperação da rua Teófilo Otonni, processo capitaneado pelo dono de um restaurante na rua, a reforma do rua São José, pilotada pelo MacDonald's, ou da rua da Alfândega, promovida pelo Banco Multiplic.[226]

Sem a mesma capacidade para realizar obras, muitos solicitavam apenas apoio para suas iniciativas. Neste caso se inserem os comerciantes de antiguidades da rua do Lavradio, que pretendiam criar, uma vez por mês, uma feira ao ar livre semelhante à de San Telmo, em Buenos Aires. Com este tímido começo iniciou-se um processo que acabou por reurbanizar toda a rua, implantar novos padrões comerciais e inventar um novo tipo de estabelecimento noturno, misto de bar, *show room* de antiquário, casa de show, restaurante, uma nova moda para a área da Lapa.

Na última década do século XX, o resgate da área central ganhou visibilidade, passando a ser usual no discurso dos governantes sua indicação para desenvolvimento de planos, programas ou projetos. As experiências internacionais voltadas à requalificação e revitalização de áreas ociosas, como a orla portuária, os incentivos ao uso residencial, o reaquecimento das atividades turísticas transformaram-se em paradigmas para contenção do esvaziamento econômico nas antigas localizações centrais. No Rio, desde 1993 e por dois períodos de governo, até 2000, o caso de Barcelona e suas ações para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, conduzidas pelo planejamento estratégico catalão, tornaram-se modelos de referência para recuperação da antiga centralidade urbana.[227]

A inspiração e a consultoria de arquitetos espanhóis forneceram subsídios ao ambicioso projeto de reforma da conflitada praça Quinze, como primeira obra urbana para o novo *waterfront* da cidade. Pela primeira vez depois de muitos anos foram aplicados 30 milhões de dólares no centro da cidade para criar uma grande esplanada de

---

[226] As informações foram obtidas em relatório de atividades realizado pela Subprefeitura do Centro em 1994.

[227] Há um extenso material sobre este trabalho. Utilizamos basicamente apostilas distribuídas em evento promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo realizado em 1993. Além disso, foram consultados documentos referentes à candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos de 1992.

acesso ao terminal de transportes hidroviário. Não houve, no entanto, continuidade das intervenções, ficando as ações restritas ao espaço da própria praça.

Numa nova incursão, um trecho da área portuária e quatro armazéns foram postos disponibilizados para projetos de revitalização, embora pouco resultado prático tenha sido obtido desta iniciativa.

No mesmo período alterações na legislação urbana facilitaram a construção de unidades habitacionais na área central. O uso residencial, tolerado com ressalvas, passou a ser incentivado, liberado da necessidade de fornecimento de vagas de garagem por unidades construídas.[228] Com mais ênfase, em 2002, o decreto n° 21.863 permitiu a transformação de uso dos prédios de escritórios em residências, desde que garantidas as condições de habitabilidade e higiene. As mudanças foram, entretanto, inócuas tendo sido pouco expressiva a repercussão de tais normas para aquecimento do mercado imobiliário local. As perdas de população não foram contidas e o resultado acumulado em 30 anos, entre 1970 e 2000, apontam a redução de 62.595 para 39.135 habitantes, mais de um terço da população do início da contagem.

A situação seria alterada em 2005, quando um empreendimento residencial, promovido por grupo de empresários paulistas, com 688 unidades residenciais e seguindo a proposta popularizada dos condomínios fechados, foi comercializado em poucas horas. Ainda que passível de inúmeras questões, sobretudo decorrentes da sua morfologia, a iniciativa ofertou um outro olhar sobre o centro.

Na outra direção

Nos anos noventa, a expansão da cidade na direção sul caracterizou-se como um modelo urbano que fez os cariocas morderem a língua em função das antigas e vorazes críticas realizadas à cidade construída sem esquinas e botequins. Trinta anos depois a Barra da Tijuca e o Recreio, em seqüência, reproduziam em larga escala tudo que havia sido criticado em Brasília, passando a ditar um modo de viver e morar no Rio. Os imóveis residenciais de maior padrão, a arquitetura inovadora, as mais luxuosas

[228] A lei n° 2.236 de 14 de outubro de 1995 alterou parâmetros urbanísticos para a AC-2, parte da II Região Administrativa. Dentre eles a liberação de apart-hóteis com unidades com área mínima de 30m², ausência de restrição quanto à taxa de ocupação, tipologia e número de edificações no lote, liberação de vagas para unidades residências com área inferior a 60m².

mansões, os modernos condomínios com serviços e facilidades cada vez mais sofisticados fizeram a euforia do mercado imobiliário. Os lançamentos realizados eram rapidamente vendidos para um público, espalhado por toda a cidade e fora dela, ávido por consumir um lugar colorido por sol, pelo verde e dourado do sol, mas também do néon. E associações com alegria de viver. Aliás, uma grande placa no principal acesso ao bairro, desde muito indica: "Sorria, você está na Barra".

A década de noventa trouxe uma expressiva expansão demográfica e ampliou os efeitos do *boom* imobiliário, representados pelo lançamento de complexos de salas comerciais e de escritórios, do qual são exemplos o *Downtown* e o *Cittá América*, além da anexação de centros de serviços e escritórios ao complexo *Barrashopping*, o maior da América Latina.[229] Nos últimos anos, começou a implantação dos hotéis residência e dos hotéis, a mais recente conquista da Barra.[230]

Para completar, vantagens locacionais garantidas pela qualidade ambiental, pela melhoria da infraestrutura, maior acessibilidade, disponibilidade das telecomunicações entre outros fatores, acabaram por orientar um significativo movimento das grandes empresas na direção da Barra, deixando para trás instalações na área central ou em outros bairros da cidade.[231] Um amplo diferencial de inovações contido e valorizado na localização passou a ser utilizado tanto nos condomínios fechados, juntando trabalho e moradia na forma dos *home offices*, quanto nos complexos de escritórios, os *park offices*, a mais atual indicação de uso da área.

A ocupação das terras mais valorizadas, seja por acessibilidade ou localização, abriu caminho para incorporação de bairros anteriormente resguardados para atividades agrícolas no Plano Piloto, dando origem a dois tipos de empreendimentos: os irregulares ou ilegais para segmentos de renda médios e baixos ou os grandes projetos com apelo

---

229 Ver: Super, mega, hiper! O maior shopping da América Latina tem a mania de grandeza da Barra. Revista Veja Rio, ano 27, nº 38, 19-25 de setembro de 1994.

230 Informações da RIOTUR apresentam a Barra da Tijuca como área de ampliação significativa de instalações hoteleiras, importante recurso para eventos como os Jogos Panamericanos que serão realizados em 2007.

231 Em 20 de dezembro de 2003, o jornal O Globo publicava extensa matéria sobre a decisão de empresas como a Unimed- Rio, a Esso, a Amil, a Michelin e a Confederação Brasileira de Futebol em abandonar seus antigos endereços no centro migrando em direção à Barra da Tijuca.

diferencial para altas rendas, tipo Alphaville,[232] na região das Vargens, Pequena e Grande.

Neste período, a velocidade com que os empreendimentos se viabilizaram serviu à alimentação contínua do mercado imobiliário. Rio 2, empreendimento lançado em novembro de 1994 vendeu 1.200 unidades em duas semanas. Em 1995, o inovador *Downtown* teve dois terços de suas quase 1500 unidades vendidas na semana do lançamento, assim como os escritórios do Shopping Via Parque.

A inauguração da Linha Amarela, em 24 de novembro de 1997, tornou possível conectar Barra com a avenida Brasil e aeroporto em teóricos 20 minutos, uma vez que nos dias de sol não é fácil afirmar quanto tempo leva a parte norte da cidade para chegar à praia ou dela voltar.

De qualquer modo, a acessibilidade da Barra foi tremendamente ampliada, acelerando progressivamente o processo de urbanização. Como lema ou jargão da época alia-se o padrão de alta qualidade dos serviços oferecidos nas edificações ao clima ameno e agradável da paisagem local. Neste sentido é ilustrativa afirmação de que:

> "... a Barra da Tijuca tem o potencial de tornar-se o Centro da Inteligência na metrópole do Rio de Janeiro, potencializando sua vocação voltada às atividades econômicas superiores, seja pelos acessos e pela centralidade metropolitana, seja pela tranqüilidade favorecida pela sua esplêndida paisagem, seja pelo espírito aberto às novas experiências de seus habitantes, seja enfim por sua própria organização espacial que permite a localização de extensas áreas edificadas, altamente articuladas entre si.
>
> Assim a Barra da Tijuca estará correspondendo à sua vocação e prosseguindo na sua trajetória para ingressar no terceiro milênio em condições de proporcionar aos seus moradores um adequado quadro de vida".[233]

---

[232] O empreendimento originalmente desenvolvido para a área de Barueri, distante 23 km da cidade de São Paulo é hoje uma marca de sucesso para projetos de condomínios residenciais, acoplados ou não a serviços implantados em Campinas, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Salvador, Fortaleza, Londrina, Maringá, entre outras. Em setembro de 2003 eram 27 empreendimentos em 24 cidades e dois paises, uma vez que a empresa construiu em Portugal, os condomínios da Quinta do Beloura em Sintra e Quinta dos Alcantins. Fonte: Viver a vida Alphaville. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial, 2003. Não há ainda nenhum empreendimento no Rio de Janeiro, apesar da divulgação explícita ter acontecido durante a novela Celebridades, gerando a veiculação nacional do conceito "edge city".

[233] Carvalho Hosken S A. Engenharia e Construções. Barra da Tijuca, ano 2000: Trajetória para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: A entidade, 1996, p.45; *id.*, 2005, p.52

Para a concretização deste caminho respondem os empreendimentos imobiliários em expansão, a praia e o sol, as áreas verdes e o ar puro, os *shoppings*, os centros de lazer e os parques de escritórios em franco crescimento. Considerada como *show-room* da arquitetura carioca, responsável por expressivo movimento do mercado imobiliário e maiores índices de construções licenciadas no Rio, a Barra da Tijuca, seja o bairro ou a localização ampliada, responde pelo crescimento qualificado da cidade na direção sudoeste, agregando moradia, comércio e serviços.[234]

Os dados oficiais apontam a Área de Planejamento 4, composta por Regiões Administrativa da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus, com taxas anuais de crescimento populacional, entre 1991 e 2000, da ordem de 6,58 %, 2,09% e -0,06%, respectivamente.[235] Nos últimos 20 anos, as três Regiões administrativas passaram de 349.119 moradores para 507.698, num crescimento de 45%. Na informalidade, a AP4 também impressiona, tendo dobrado o contingente populacional residente em favelas na última década - de 58.829 em 1991 para 113.228 em 2000, em 77 favelas e 38 loteamentos irregulares.[236]

Em 2005, uma campanha contra o crescimento das favelas da cidade apresentou indicadores mais alarmantes, quando avaliada apenas a região da Barra da Tijuca, embora não comprovados oficialmente.[237] Uma análise do crescimento das ocupações informais, totalizando 29 comunidades, incluindo os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Itanhangá, Vargem Grande e Vargem Pequena apresentava um aumento de 123, 5% contra os 69,8% revelados por crescimento verificado na área formal entre 1991 e 2000. Nas palavras dos jornalistas, a situação na área estaria sendo agravada em função da "falta de fiscalização e a omissão do poder público, que segundo as associações de moradores, já seriam responsáveis hoje por um total de 66 favelas ou

---

234 Nota do Jornal O Globo, em 27 de setembro de 2005, publicada na coluna de Ancelmo Góis destacava dados da Secretaria Municipal de Governo, responsável por licenciamento de atividades econômicas, apontando levantamento para o primeiro semestre de 2005 com 152 pedidos de licença para instalação de consultórios médicos efetuados para a Barra da Tijuca, 65 para consultórios dentários em Jacarepaguá e 87 clínicas de repouso em Copacabana.

235 Em 1991, a população da AP4 era de 98.229, 389.864 e 38.209 pessoas, para as regiões da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus, respectivamente. Em 2000, os resultados obtidos para as três regiões, na mesma ordem foram 174.353, 469.682 e 38.016 moradores, segundo o Censo Demográfico, IBGE.

236 Ver relatório sobre: A dinâmica da produção imobiliária na região de Jacarepaguá (XVI e XXXIV RAs). PCRJ/SMU/IPP, fevereiro de 2003.

237 Trata-se de uma série de reportagens publicadas pelo Jornal O Globo, iniciadas em 2005, com o título: É ilegal, e daí?

área de ocupação irregular, o que representa o dobro dos últimos dados oficiais divulgados".[238]

Esta não seria a única preocupação com a região. A precária situação ambiental, representada por despejo de 82% dos esgotos produzidos por população de mais de 600 mil habitantes da Baixada de Jacarepaguá na Lagoa da Tijuca, algo como 3.500 litros/segundo, responde por sensível degradação do sistema lagunar. Aliás, o depoimento de especialista no tema destacava a velocidade característica de nossa época, avaliando " O que foi destruído no Centro da cidade, em 300 anos, aqui foi completamente degradado em apenas 30. A paciência da natureza tem limite".[239]

Por outro lado, mesmo assim é inegável a importância da XXIV Região, Barra da Tijuca, no total dos empreendimentos imobiliários da cidade, avaliado para os últimos quatro anos. Os dados levantados para o período compreendido entre os anos de 2001 a 2004, registram sua participação variando entre 70 e quase 40% do total das construções formais licenciadas na cidade no período, conforme indica o quadro abaixo.

Taxa de participação das construções licenciadas na Barra da Tijuca no total de construções licenciadas na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004

Ano	Cidade do Rio de Janeiro	RA Barra da Tijuca	%
2001	3.038	1.256	41,34
2002	3.948	2.774	70,26
2003	6.102	3.060	50,14
2004	4.114	1.573	38,23

Fonte: ADEMI, Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário.

A intensidade com que a expansão imobiliária se processa na região é apontada na avaliação da Prefeitura sobre a arrecadação de IPTU, respondendo por 19,57% do total da cidade, superando os 14,40% relativos à soma de cinco bairros nobres da antiga

[238] Favelas emergentes, Jornal O Globo, 11 de outubro de 2005.
[239] Depoimento do biólogo Mario Moscatelli na matéria: Lagoas da Barra por um fio, Jornal do Brasil, 9 de outubro de 2005.

zona sul da cidade (Lagoa, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico e Gávea), ainda que apresente menos 14.535 domicílios.[240]

O crescimento das atividades econômicas é também registrado com destaque, sendo revelado pela arrecadação de ISS (Imposto sobre Serviços) para a avenida das Américas, principal eixo viário da R.A., que ocupa o terceiro lugar quanto ao número de inscrições ativas no cadastro de contribuintes. Quando é considerada a área construída cadastrada pelo IPTU, a posição cai para o quarto lugar e para oitavo com relação ao número de imóveis. Em valores correntes para o ano de 1998, a Avenida das Américas ocupava o décimo sétimo lugar, considerando sua arrecadação de ISS.[241]

Dados mais recentes publicados pela imprensa, com base em informações oficiais da municipalidade, registram que a Barra da Tijuca e também o Recreio dos Bandeirantes já são responsáveis por 8,88% da arrecadação do ISS no território municipal para o ano de 2005, perdendo apenas para a região de Botafogo (13,4%) e Centro (35,7%).[242]

Estes dados revelam a expressiva migração dos serviços na direção da Baixada de Jacarepaguá, que hoje concentra a maior oferta de imóveis não residenciais do padrão AA e A da cidade.[243]

Mesmo decisões de profundo impacto na estrutura urbana carioca, como a dos Jogos Pan-americanos que serão realizados em 2007, com instalações distribuídas por diversas áreas da cidade, revelam a significativa concentração de equipamentos na

---

[240] Dados apresentados na matéria "Tão rica e mal tratada", publicada no Jornal O Globo, 12 julho de 2006, p.17.

[241] Artigo publicado no site do IPP, Instituto Pereira Passos, sobre a expressão assumida pela Praia de Botafogo na arrecadação de ISS apresenta planilha comparativa de distintos logradouros da cidade em função da localização das sedes de importantes empresas no ramo "do setor de serviços, associado a tecnologia, criação e elevado patamar de investimentos". Ver: Praia de Botafogo-Um novo centro de negócios? Luiz Roberto Arueira da Silva. IPP, Diretoria de Informações Geográficas, maio de 2001.

[242] Nota "O PIB da Barra". Coluna de Ancelmo Góes, 11 jul. 2006, Jornal O Globo.

[243] Segundo a empresa Jonas Lang LaSalle, a classe A corresponde aos imóveis de planta regular e flexível, pé direito mínimo de 2.60m, piso elevado, pé direito duplo no hall de entrada, acabamento nobre, gerenciamento de sistemas, elevado sistema de comunicações, relação entre o número de vagas e área útil maior ou igual a 1 / 50m², além de ar condicionado central. Para a classe AA, além das especificações anteriores, são necessárias lajes de 800m², elevadas especificações tecnológicas, completo gerenciamento e controle dos sistemas prediais e relação de vagas de garagem.

Barra, inclusive a Vila Olímpica, residência temporária de 8.000 atletas e, posteriormente, de 1.874 famílias.[244]

Fechando uma etapa

Em síntese, do projeto físico de construção da Paris Tropical, da americanização num clima de isolamento residencial e encontro no *shopping center*, ao plano estratégico de base catalã, a cidade percorreu um longo e árduo (des)caminho. Acumulou mais de 700 favelas, não incorporou um sistema de transportes de massa, mas desmontou o existente, construiu vários viadutos espoliando a paisagem construída, desde sempre seu maior valor. Combinou o aparentemente incombinável, altas densidades na contínua expansão horizontal, apesar de demograficamente estabilizada. Exauriu bairros nobres acrescidos à malha urbana por valor ambiental, destruindo o que inicialmente lhes garantia a própria inserção no conjunto urbano.

O processo de crescimento físico e populacional da cidade ao longo desse tempo deve ser visto como retrato da construção do principal centro político, econômico, cultural e administrativo do país, durante boa parte de seus 500 anos. Vencendo o meio dito inóspito, o trabalho humano acumulado por gerações de brasileiros realizou a produção da cidade.

No relato da vida no Rio, o recorte do vetor sul descreve apenas parte do preço pago para consolidar esta trajetória. Não foi aqui registrada a outra faceta, a zona norte e suburbana, em histórica ausência de serviços e benefícios da urbanidade. Circunscrito à intenção principal deste trabalho, deve ser apontado o custo deste processo para a antiga área central. Para o lugar que foi o “centro da cidade", é preciso conhecer as configurações do que hoje se apresenta como uma “centralidade em xeque”. Vale dizer, buscar conhecer numa cidade mosaico, formada por fragmentos sem identidade ou em permanente construção de identidades, que impactos ocorrem na antiga área central decorrentes do crescimento, da expansão, das mudanças tecnológicas, das forças do mercado imobiliário que promovem uma incessante busca por inovação, por novas

[244] A Vila Pan-americana terá 17 blocos construídos com investimento de 230 milhões de reais, repartidos entre a Prefeitura (23 milhões), CEF (189,4 milhões) e empreiteira (35 milhões). Disponível em: http://pan2007.globo.com/PANO,AA988915-3917,00.html. Acesso em: 22 maio 2006.

formas e novos lugares. Ou compreender como a antiga centralidade possa ser transformada, na contramão de toda sua intencional produção, em lugar de moradia ou como a localização que negou a mistura de usos e a própria urbanidade modifique sua singela proposta de agreste espetáculo da natureza em centro de serviços.

O reconhecimento efetivo das situações que se processam na área central coloca-se como instrumental necessário à compreensão do processo de mudanças que altera os sinais emitidos ao longo da história de construção da cidade, para daí compreender sentidos e resultados.

Para isto realizamos uma comparação. Ela vai se utilizar do registro da área central ou centro em dois tempos. Em 1967 e nos anos de 2005 e 2006. Este é o assunto do capítulo seguinte.

4-A radiografia do centro da cidade do Rio de Janeiro: uma análise do centro urbano carioca nas décadas de 1960 e 2000

As características do centro da cidade do Rio de Janeiro na década de sessenta foram resgatadas utilizando, como fonte principal de informações, pesquisa realizada por equipe de geógrafos do IBGE (Duarte, 1967), denominada "A área central da cidade do Rio de Janeiro".

Na consideração de Abreu (1996, p.37), este estudo está inserido numa fase da "Geografia Tradicional", merecendo destaque especial por "abrangência e riqueza da análise empírica", resultando em referência para o centro do Rio de Janeiro, tanto quanto o estudo de Santos (1958) para Salvador. Na qualidade dos levantamentos efetuados, no registro da fisionomia e estrutura da área central carioca para a década de sessenta revela-se o inestimável valor desta obra que resgata uma temporalidade perdida, decorridos quase quarenta anos de história urbana carioca.

O texto não apresenta preocupações com a conceituação de área central, partindo de seu reconhecimento indiscutível, caracterizado por individualidade como mercado principal de trabalho de elevada percentagem da população terciária, dada a complexidade de suas funções e concentração dos serviços disponíveis. Ainda que com "denominações diferentes, refletindo conceitos e tendências de diversos autores que se têm dedicado ao seu estudo",[1] a área central, centro de atividades, centro de gravidade, distrito central de negócios, o centro ou simplesmente "a cidade" para o carioca, reclamava explicações.

Distintas situações indicavam a oportunidade para a realização de um estudo aprofundado sobre a situação da área central no conjunto da vida metropolitana. Fatores como o "congestionamento da área central, injunções do sítio urbano, grande expansão espacial da cidade, crescimento populacional das áreas residenciais afastadas do centro das atividades, insuficiência de transportes urbanos", entre outras justificativas, eram listadas como explicações para as mudanças verificadas na estrutura funcional das

[1] Entre os autores citados estão Kenneth C. Edwards - Procedings of the IGU Symposium in Urban Geography - Lund., 1960. - J. Beaujeu – Garnier - Annales de Géographie LXXIV.e année; Novèmbre - Décembre 1965. – R. Murphy and E. Vance, Economic Geography vol. XXX, 3 ; 1954. - Pierre Bonnoure - Les Études Rhodaniennes - vol. XIX, 1-2, 1944.- Charles Fourniau- Les Études Rhodaniennes-vol. XIX nº 3-4; 1944 - Willian R. Chambers, Economic Geography- vol. VII, 2, 1931. Ver: Duarte, *op.cit*, p.13.

metrópoles em geral e da carioca, em particular. No Rio, atividades e serviços estavam disponíveis em vários pontos do território municipal, produto do crescimento da população, já então com 3.846.404 habitantes, distribuídos, segundo Soares (1968), por zonas urbana e suburbana consideráveis. A nova configuração do espaço urbano, resultado do processo de descentralização de atividades, implicava transformações de caráter funcional e de organização espacial, acarretando impactos que deveriam ser investigados. Aliás, eram estes elementos que indicavam a oportunidade para a realização do estudo.

Além disso, embora não explicitado no texto do trabalho, a cidade vivenciava um período muito particular, enfrentando a perda da posição de principal centro político e administrativo do país. Em 1967, apenas sete anos eram decorridos da mudança oficial da capital, sendo ainda expressiva a presença do governo federal na área central, face ao caráter gradativo utilizado para a transferência das repartições e do funcionalismo público do Rio para Brasília.[2]

O estudo se inseria ainda no grande movimento que motivou inúmeras publicações, organizadas como comemoração do IV Centenário de fundação da cidade, em 1965.

Publicado em 1967, o texto final do trabalho foi organizado em quatro capítulos e quatorze anexos. Os capítulos funcionaram como sínteses das respostas encontradas para questões inicialmente formuladas, enquanto nos anexos foram incluídos os dados referentes aos levantamentos realizados por funções identificadas. Para cada uma das funções há minucioso retrato da distribuição da ocupação na área central, indicada em detalhes pormenorizados, aprofundada por mapeamentos apresentando localizações e áreas de concentração predominante.

Diante da riqueza das informações contidas na descrição da área central para os anos sessenta, utilizamos este registro como guia de comparação à atual situação. Desta forma resultaram os tópicos a seguir apresentados, sobre os quais construímos as referências e comparações entre duas situações no tempo e do espaço.

[2] Para isto é possível encontrar muitas justificativas, indo desde ao pouco tempo decorrido da mudança da capital ou, até mesmo, pela forte valorização da dimensão simbólica da Belacap, quando confrontada com a recente Novacap.

4.1-A área central em 1967 e em 2005: as delimitações físicas nos dois momentos

A não existência de um método uniforme e a ausência de critérios padronizados para comparações com outros centros levou à adoção, em 1967, de "uma decisão adaptada às peculiaridades locais".[3] Neste sentido, a delimitação da área central resultou da priorização de três indicadores: o aspecto funcional, vale dizer, a maneira como o solo era utilizado; a valorização dos terrenos, considerando não o seu valor real, mas o tributado; e a distribuição da população residente, entendida sua presença como elemento dissonante em sua caracterização. Posterior ao reconhecimento inicial da geografia das funções, essas últimas passaram por análise conduzida segundo critérios adicionais, destinados a mensurar a intensidade e o grau de concentração de cada função investigada, indicação que muitas vezes levou à imprecisão e fluidez dos limites atribuídos à própria área central.

Com relação à delimitação, o recorte "baseado em pesquisa e de acordo com o método empregado", vale dizer, diferenciação de funções centrais das não centrais (p.15), não seguiu nem a delimitação administrativa em vigor, que definia o primeiro distrito ou Centro (decretos n° 6.985, de 7 de maio de 1941 e 8.223, de 11 de setembro de 1945),[4] nem o zoneamento de usos e atividades, que estabelecia os parâmetros da chamada Zona Comercial (decreto n° 6.000, de 01 de julho de 1937, título II, secção I, artigo 4º).[5]

Resultado dos critérios empregados e dos interesses da pesquisa, a área central definida pelos geógrafos em 1967 era significativamente menor, abrangendo "um perímetro limitado, no sentido leste-oeste, do aterro da Glória até a Lapa, contornando a

---

[3] Duarte, *op. cit*., p. 35.

[4] O decreto n° 6.985 definia os limites dos 15 distritos em que a cidade foi dividida como produto de estudos realizados pelo Departamento de Geografia e Estatística. O primeiro distrito ou centro era assim delimitado: Cais da Avenida Beira Mar, prolongamento da Rua Teixeira de Freitas, rua Teixeira de Freitas, Largo da Lapa, rua Visconde de Maranguape, Praça dos Arcos, rua do Riachuelo, rua Frei Caneca até a Marques de Sapucaí, rua Marques de Sapucaí até a Visconde de Itaúna, desta até a Francisco Bicalho, daí por mar até a inicial no prolongamento da rua Teixeira de Freitas. O decreto n° 8.223 ampliou o número de distritos para 16, criando o distrito da Ilha do Governador.

[5] O decreto n° 6.000 estabelecia o zoneamento do Distrito Federal dividindo-o nas seguintes zonas: Comercial (ZC), Portuária (ZP), Industrial (ZI), Residencial (ZR), Rural e Agrícola (ZA). Era ainda indicada uma subzona especial (ZE) correspondendo a Esplanada do Castelo, objeto de plano de ocupação na área central.

vertente norte do maciço da Tijuca até a rua Marquês de Sapucaí. Desse ponto, no sentido norte - sul, o limite foi dado por uma reta até o cais do porto, na altura do Armazém 12" [6] (Mapa p. 212).

Ficaram, assim, fora deste perímetro, trechos periféricos incluídos na delimitação oficial da zona comercial, que correspondiam a expectativas de expansão da área central na direção da praça da Bandeira e ao longo de avenidas como a Presidente Vargas ou a Francisco Bicalho.[7]

Os autores não apresentam questionamentos sobre as intenções do setor público, quando dilatava de modo tão generoso os limites da principal área comercial da cidade. Por outro lado, a aplicação da metodologia de pesquisa, enfatizando a individualidade e a fisionomia própria da área, levou à sua distinção em função de várias características como, por exemplo, a complexidade de funções e a concentração de serviços. A diferenciação da área central em relação aos outros trechos da cidade foi ainda apoiada pela convergência do sistema de transportes urbanos, distinções da densidade de utilização do espaço urbano central por períodos diurnos e noturnos, bem como a sua localização na parte mais antiga da cidade, coincidindo de modo geral "...ao espaço urbanizado no momento do desenvolvimento industrial do século XIX", conforme citação de Max Sorre.

A comparação entre o Rio de Janeiro e outras cidades americanas e européias foi apenas indicada, buscando semelhanças, diferenças e originalidades. Assim, mesmo sem a tradição da "*cité*", semelhanças no desenvolvimento histórico foram encontradas face à existência de elementos representativos das mais antigas sedes do poder religioso e judiciário, do mesmo modo que o esvaziamento demográfico fora dos horários de trabalho seria outro traço "... costumeiro em todas as grandes metrópoles". Um caráter peculiar da cidade do Rio de Janeiro vinha da presença do porto e da resultante localização central da função de comércio atacadista. Além disto, as próprias características do sítio urbano que reforçavam a usual convergência de transportes,

---

[6] Duarte,*op. cit.*, p.15.

[7] A expansão urbana prevista no Plano Doxiadis(1965) propunha a renovação urbana da Cidade Nova, transformada em distrito administrativo do novo Estado. Ver: Plano Doxiadis, V. II, ítem 2.060, p. 106.

Área Central da Cidade do Rio de Janeiro em 1967
Limites da área estudada
Limites do 1º Distrito ou Centro, fixados pelos Decretos: 6.985 de 7/5/1941 e 8.223 de 11/8/1945
Limites do DR1, segundo o Artigo 4. do Decreto 6.000
N
Escala 1:20.000
Metros
0 100 200 400
Fonte: Diretoria de Informação Geográfica
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

influíam para a concentração e acentuavam sua centralidade.

Na avaliação da verticalização das construções, embora no Rio, o fato não configurasse privilégio da área central, os autores apontaram "um núcleo mais homogêneo, mais majestoso" como "vestígio da função de capital federal que a cidade possuiu até 1960".[8]

Certo é que, resultante da superposição de funções levada à sua complexidade máxima, um trecho reduzido foi definido como de maior intensidade funcional, representado pelo perímetro contido pelas Praças Quinze e Tiradentes, Mauá e Cinelândia.

Em 2006, quase quarenta anos depois, não há alteração substancial nesta hierarquia espacial. O "centro do centro" continua limitado entre as Praças Quinze de Novembro e Tiradentes, no sentido leste-oeste, ainda um produto da história colonial da cidade, e pelas Praças Mauá e Cinelândia, no sentido norte-sul, resultado da ação do homem, conquistando ao mar novos espaços de expansão.

Por outro lado, a área que envolve o centro, caracterizada como periferia imediata e zona de expansão, foi bastante alterada. Em 1962, a Zona Comercial definida por texto legal confundia-se com o território da II Região Administrativa, então recentemente criada. Era composta por distintas localidades como Castelo, Centro, Lapa, Estácio, Mangue, Praça da Bandeira e Aeroporto, que teriam, segundo dados do censo de 1960, 76.250 habitantes e 12.808 domicílios para uma área de 5,33 km².[9] Na origem, a área correspondia às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santana e Santa Rita, ou trechos da cidade de mais antiga urbanização, guardando por esta características tanto a memória, quanto os problemas decorrentes da época e padrão da ocupação original.[10]

---

[8] Duarte, *op.cit.*, p.17.

[9] Dados da Secretaria de Governo, levantados em 1964 pelo Departamento de Geografia e Estatística do Estado da Guanabara.

[10] Segundo informações contidas no prefácio do livro - "As freguesias do Rio Antigo" de Noronha Santos, Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro S/A, junho de 1965, p. 7 - a primeira freguesia criada foi a de São Sebastião, pela provisão de 20 de fevereiro de 1569. O aumento da população e a expansão territorial da cidade promoveram a criação de novas freguesias, por desdobramentos sucessivos das existentes e anexação de outras que pertenciam a Província do Estado do Rio. No fim da Monarquia já eram 21 freguesias. Estas 21 freguesias foram criadas em: Candelária (1634); Irajá (1644); Jacarepaguá (1661); Campo Grande (1673); Ilha do Governador (1710); Inhaúma (1749); São José (1751); Santa Rita (1751); Guaratiba (1755); Engenho Velho(1762); Ilha de Paquetá(1769); Lagoa(1809); Santana (1814); Sacramento(1826-em substituição á de São Sebastião); Santa Cruz (1833); Glória(1834); Santo Antônio (1854); São

No que diz respeito ao zoneamento de usos e atividades da cidade, o decreto n° 6.000, responsável pela matéria, dividiu a cidade em diversas zonas segundo uma classificação em ordem decrescente de importância. A ZC, zona comercial, apresentava três subdivisões, Zona Comercial 1, Zona Especial, Zona Comercial 2, ocupando as primeiras colocações. Seus limites iam do litoral, no trecho compreendido entre as praças Mauá e Paris, chegando à praça da Bandeira e à rua São Cristóvão, delimitando uma ampla área, que refletia a expectativa de crescimento da área central, como pode ser demonstrado no mapa 1.[11]

Esta extensa área estava, entretanto, subdividida em dois trechos: uma parte principal, ZC-1, e outra periférica, ZC-2. O recorte da ZC-1 respeitava a linha do litoral contido entre as praças Mauá e Paris, mas não ia para além da praça da República na

---

Cristóvão(1856); Espírito Santo(1865); Engenho Novo(1873); Gávea(1873). Com a transformação do Município Neutro ou da Corte em Distrito Federal, houve diversas modificações na divisão do território carioca, sob vários aspectos: administrativa, judiciária, tributária, policial, fiscal ou eleitoral. Na seqüência, o texto aponta: "Assim é que, para fins administrativos, foi o território do antigo Distrito Federal dividido, inicialmente, em 20 circunscrições, pela lei nº 76 de 16 de agosto de 1892, sendo essa divisão executada pelo Decreto 1. 034 de 1 de setembro do mesmo ano. Pelo decreto municipal de nº 434 de 16 de março de 1903 houve aumento do número de distritos, passando para 25 distritos. O Decreto nº 864 de 29 de abril de 1912 ratificou esta divisão em 25 distritos, mas alterou-lhes os limites. Em 5 de agosto de 1915(Dec. nº 1.698) foi criado o distrito de Copacabana e pelo Dec. nº 1.376 de 22 de julho de 1919, o da Penha, com alteração dos distritos de Irajá, Jacarepaguá e Campo Grande. Uma nova divisão do Distrito Federal ocorre pelo Dec.Leg.Mun. nº 3.165 de 11 de novembro de 1926 resultando em 28 distritos municipais.O Decreto Municipal nº 3.816 de 23 de março de 1932, para fins administrativos e fiscais, divide o DF em 35 circunscrições fiscais, executado pelo Dec. Municipal nº 5.030, de 14 de julho de 1934. Com a magna reestruturação municipal, ocorrida em 1940, em conseqüência do Dec. nº 6.641 de 14 de março de 1940 e Dec. nº 6.985 de 7 de maio de 1941, alterado este último pelo Dec. n° 8.223 de 11 de setembro de 1945, que lhes acresceu um distrito(ilhas), todos os serviços distritais da antiga Prefeitura do DF passaram a ser feitos em 16 distritos. Nova alteração se processou pela Lei nº 296 de 9 de dezembro de 1948, restabelecendo, para fins administrativos e fiscais, as 35 circunscrições fiscais do decreto de março de 1932. Assim se procederam outras pequenas modificações, até que, finalmente, foram criadas as Administrações Regionais, compreendendo hoje XXI administrações, surgindo a primeira, Campo Grande pelo dec.n º 353 de 30 de janeiro de 1961".

[11] Os limites da Zona Comercial apresentados no art. 4º do dec. 6.000 eram assim estabelecidos: "A Zona Comercial, ZC, é limitada pelo litoral no trecho compreendido entre praças Mauá e Paris e por uma linha que, partindo do mesmo litoral, no ponto correspondente ao prolongamento da rua Teixeira de Freitas, segue por esta última rua e se prolonga pelos seguintes logradouros: Largo da Lapa, rua Maranguape até a Av. Mem de Sá, desta até a praça dos Arcos, rua Riachuelo, rua Frei Caneca até a av. Salvador de Sá, rua Estácio de Sá, Largo do Estácio, rua Joaquim Palhares, praça da Bandeira, rua Teixeira Soares até a praça Alagoas, rua Pará até a rua São Cristóvão, dela até encontrar o leito da E.F.C.B., seguindo por seu leito até a praça Cristiano Ottoni e depois pela rua Bento Ribeiro até as ruas Barão de S. Félix e Camerino, desta rua última até a rua Leandro Martins, dela até rua Acre e, finalmente, por este último logradouro e pela praça Mauá, até o litoral".

direção interna. Neste aspecto, a nova legislação reconhecia e reafirmava o efetivo trecho comercial da área central, definido desde 1925 pelo decreto n° 2.087 (Mapa 216). Vale registrar que as alternativas de expansão do trecho comercial eram, naquela ocasião, também caracterizadas por possibilidades de ocupação de vasta área resultante da demolição do morro do Castelo, definida como ZE, zona especial, tratada de forma diferencial na regulamentação edilícia.

Durante trinta anos, o decreto n° 6.000 recebeu várias modificações, permanecendo em vigor, ainda que parcialmente alterado em muitas situações e artigos. Casos como a introdução da obrigatoriedade de áreas de recreação infantil (decreto n° 848, de 20/07/1957), de vagas de garagem (decreto n° 894, de 22/08/1957), do estabelecimento de relação entre o número de unidades residenciais propostas e a área do lote (decreto n° 991, de 27/04/1962) ou cota mínima de terreno por cada unidade residencial ou comercial projetada (decretos n°1.509 e n. 1.585, de 1 de fevereiro e 18 de março de 1963, respectivamente) acabaram por transformá-lo numa colcha de retalhos.[12] Ainda assim, as regras continuaram valendo até que uma situação completamente distinta se apresentou, gerando urgências na promoção de nova legislação urbanística para a cidade.

A mudança da capital e a criação do Estado da Guanabara motivaram a aprovação, durante o governo Negrão de Lima, de lei de desenvolvimento urbano e regional do novo território estadual.[13] Um quadro geral de usos da terra definiu as zonas e tipos de uso para a cidade, segundo distintas categorias, destacando-se a zona central, subdividida em área central 1 e 2, AC-1 e AC-2. Passados três anos, foi aprovado o regulamento de zoneamento, sendo alterada a numeração daquelas subáreas, ainda que mantidas as indicações de principal e periférica. A AC-2 passou a caracterizar o efetivo distrito de negócios da cidade e a AC-1, a área periférica, de menor importância,

[12] Avaliações das relações entre os planos e as leis de regulamentação da ocupação urbana são extremamente ilustrativas no Rio de Janeiro. O decreto n°6.000 foi aprovado em 1 de julho de 1937. Em 8 de novembro de 1937 foi editado o decreto n°6.092 que criou a Comissão de Elaboração do Plano da Cidade, considerando a ausência do instrumento e sua imperiosa necessidade. Mas antes dele já estavam definidas as regras construtivas e a ocupação do território. O futuro plano transformava-se assim num mero instrumento para legitimação de obras públicas e não do processo de planejamento.

[13] Lei n° 1.574, de 11 de dezembro de 1967. Porém, apenas em 20 de abril de 1970, o decreto "E"n° 3.800 aprovou os regulamentos da referida lei.

Delimitação do Centro Comercial
pelo decreto nº 2.087 de 19/01/1925

Obs: A Primeira Zona ou Zona Central compreendia os distritos da Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Sant'Anna e Gamboa. A parte comercial era delimitada pelo mar, Av. Rio Branco, Praça Marechal Floriano, Rua Treze de Maio, Largo da Carioca, Rua da Carioca, Praça Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco, Praça da República, Praça Cristiano Ottoni, Rua Marechal Floriano, Rua do Acre, Praça Mauá e mar.

N

Escala 1:15.000

0 100 200 400 Metros

sintoma revelado inclusive pela permissão do uso residencial.[14] O zoneamento proposto foi explicitado por meio de mapas, registrando visualmente as definições previstas para as distintas áreas da cidade.

Poucos anos depois, houve a edição de novo decreto, outra vez alterando o zoneamento do município, embora com pouca interferência na área central, que permaneceu sem maiores modificações do perímetro anteriormente definido [15](Mapa p. 218).

Os trabalhos referentes ao planejamento e estudo da realidade urbana pós-fusão, promoveram alterações na delimitação das Regiões Administrativas.[16] A II RA, Centro, foi reduzida pela perda das áreas do Mangue ou Cidade Nova e Estácio, incorporadas à III RA, Rio Comprido. O Centro permaneceu com a área basicamente atual, excetuando-se um pequeno trecho, mantido na I RA, Portuária, contendo a Praça e o Píer Mauá, posteriormente reinseridos na área central.

Ao longo do tempo, a área central do Rio de Janeiro não foi dividida em bairros ou distritos. Algumas de suas localidades apresentam reconhecida identidade, seja por valor histórico, permanência do uso residencial ou incidência de certas atividades. Nesta condição estão a Lapa, o Bairro de Fátima, a Central ou a SAARA.[17] E apesar dos constantes projetos direcionados à promoção de sua expansão horizontal, não houve significativo alargamento de seus anteriores limites legais.

Para efeitos comparativos entre os dois momentos analisados, as áreas delimitadas para estudo em 1967 e a atual Região Administrativa do Centro são bastante semelhantes, salvo pequenas variações na região considerada periférica, o que resulta em saldo favorável à clareza e objetividade do levantamento funcional realizado há quatro décadas, onde já eram reveladas como tendências, o que hoje se coloca como mais atual modificação (Mapa p. 219).

---

[14] Eram ainda previstas uma zona portuária, os centros de bairros - CB-1, CB-2 e CB-3, as zonas industriais – ZI-1 e ZI-2, as zonas turísticas - ZT-1 e ZT-2, as zonas residenciais, categorias 1 a 6 e as zonas especiais de 1 a 5 (ZE 1, zona de reserva florestal, ZE-2, a ilha de Paquetá, a ZE 3, o bairro de Santa Teresa, a ZE-4, áreas sob a jurisdição da Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE) e a ZE-5, a Baixada de Jacarepaguá).

[15] Decreto n° 322 de 2 de março de 1976.

[16] Decreto nº 3.157, de 23 de julho de 1981.

[17] Está em curso (2006), estudo que visa determinar limites para a criação de dois bairros na área da II Região Administrativa, Lapa e Fátima ou Cruz Vermelha.

Delimitação da AC-1 e AC-2
pelo decreto nº 322 e legislação atual
Legenda
ÁREA CENTRAL 1
ÁREA CENTRAL 2
ZONA ESPECIAL 8-SUBZONA C1
ZONA ESPECIAL 8-SUBZONA C2
ZONA ESPECIAL 8-SUBZONA RM 1
ZONA ESPECIAL 8-SUBZONA RM 2
ZONA ESPECIAL 8-SUBZONA RM 3
ZONA ESPECIAL 8-SUBZONA USO ESPEC 1
ZONA PORTUÁRIA
ZONA RESIDENCIAL 3
ZONA RESIDENCIAL 5
N
Escala 1:22.000
Meters
0 100 200 400

A configuração da área central em 1967: núcleo e periferia

Legenda

- Núcleo Central
- Área Periférica
- Zona Degradada
- Praças
- Bloqueios

N

Escala 1:20.000

0 200 400 800 Metros

Teríamos, assim, em primeiro lugar, o núcleo central, em que a incidência de múltiplas funções determina o trecho de máxima complexidade situado entre as praças Quinze e Tiradentes, Mauá e Cinelândia. Envolvendo esse núcleo, uma zona periférica, com fluidez de fronteiras resultado de distintas situações. Para além desta zona, considerada de amortecimento, existiria uma outra, degradada ou de obsolescência, cujo mais claro elemento de delimitação inicial estava na Praça da República.

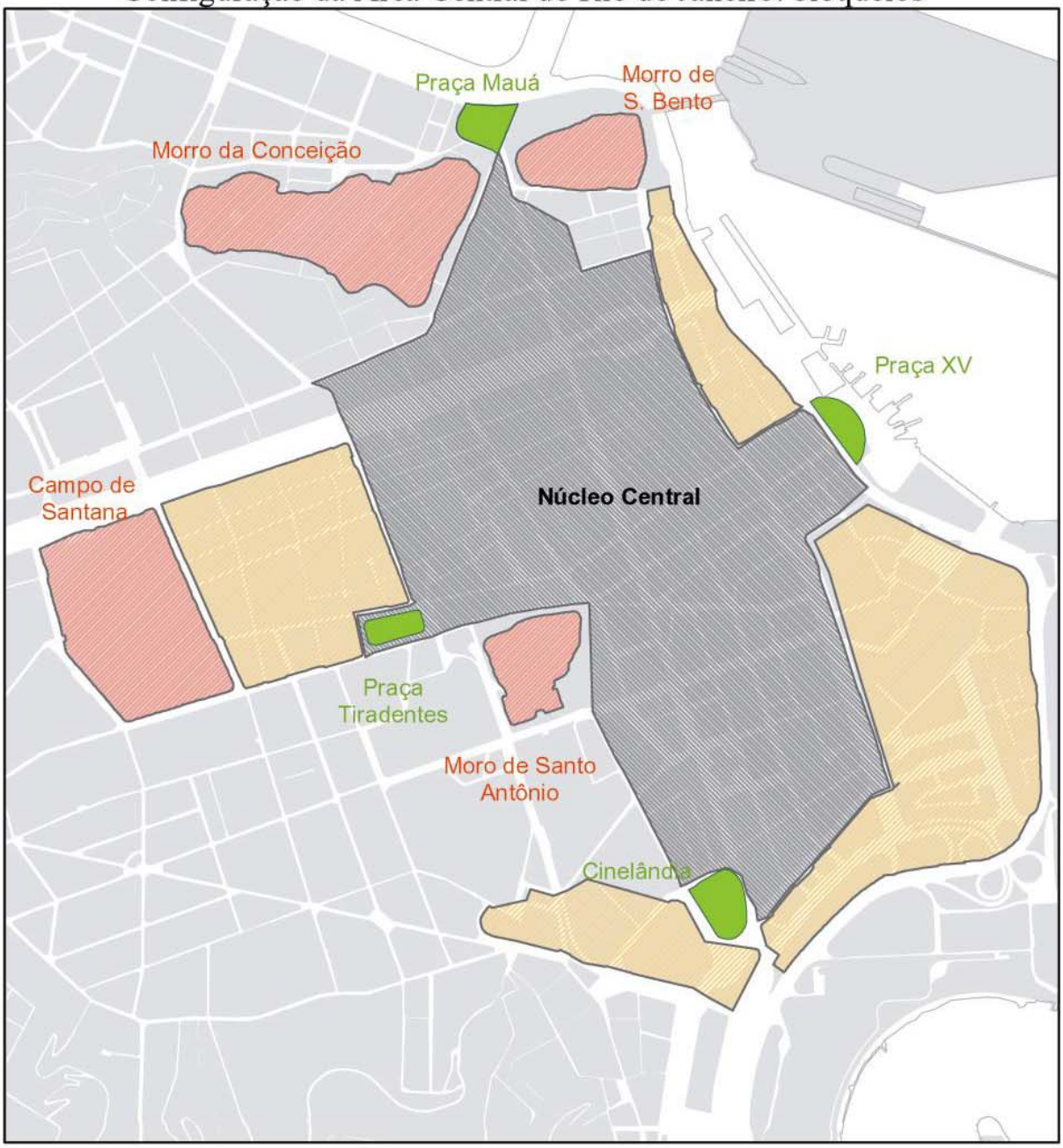
Em 1967, a análise destacava elementos espaciais que funcionavam como fronteiras. Eram bloqueios que se apresentavam ao processo de crescimento nas regiões das ruas Evaristo da Veiga e Lavradio, representado pelo morro de Santo Antônio, e na direção norte, onde a rua do Acre e o morro da Conceição promoviam impedimentos à formação de área de transição, resultando em passagem brusca de um área central para zona degradada. Ainda e apesar da aparente inserção no núcleo central, uma pesquisa mais detalhada revelava a persistência do uso residencial na região da Cinelândia e ruas do Passeio e da Lapa, também encontrado na área da Beira Mar, Franklin Roosevelt, Churchil e Marechal Câmara. Nestas últimas localizações, o caráter periférico atribuído pela presença da moradia era reforçado pela pouca dinâmica verificada na utilização das ruas, em relação aos outros trechos da área central (Mapa p. 221).

Na outra extremidade, na região da praça Mauá, era o uso comercial atacadista, com sua fisionomia e condições de uso dos logradouros, que conformava outro setor periférico. Entretanto, sua transformação em centro de comércio varejista de segunda categoria estava em marcha, sobretudo entre a avenida Passos e a praça da República, incluindo a rua Marechal Floriano. Os fluxos de circulação da população trabalhadora entre o centro propriamente dito e o terminal ferroviário haviam conformado um valor de “ponto” comercial, promovendo a mudança.

Na atual configuração da área central, vale registrar a manutenção destas características. Aliás, data de pouco tempo um incipiente processo de mudança, ainda que o sistema de transportes metropolitano tenha sido implantado há mais de trinta anos.

A região da praça Mauá, por chancela oficial da administração municipal, vista como vetor prioritário de expansão da área central, tem nos usos que se posicionam

Configuração da Área Central do Rio de Janeiro: bloqueios



Legenda

- Núcleo Central
- Zonas de Bloqueio à expansão
- Áreas Especiais
- Praças

N

Escala 1:15.000

0 150 300 600 Metros

como potenciais interessados por aquela localização, indicações irrefutáveis sobre a persistência de seu caráter de área periférica ou degradada.[18] A recente instalação da Justiça Federal em extensa área, anteriormente ocupada por hospital federal, os centros de processamento de dados das empresas privadas, a nova atividade industrial que produz o carnaval são exemplos de uma ocupação intensiva de caráter horizontal, consumidora de áreas, mas pouco dependente de usos complementares. Em toda a região destaca-se apenas e pontualmente a praça Mauá, uma localização importante, renovada do ponto de vista funcional e construtivo, característica constante da sua história urbana.[19]

Na outra direção, a Cinelândia e Lapa, que vivenciaram uma grande decadência por muitos anos, encontram-se em franco processo de renascimento, embora ainda sejam caracterizadas como periferias ou bordas da área central. Nos últimos anos, tem sido cada vez mais expressivo um "*revival*", uma onda de nostalgia que reaquece essas localizações para destinações culturais, comerciais, de serviços ou residenciais. Entretanto, é preciso destacar que estes usos sempre estiveram presentes, não chegando a configurar uma significativa inovação.

Duas localizações, anteriormente ocupadas por morros que bloquearam o crescimento da área central, revelaram nos últimos dez anos, uma concreta dinâmica de inclusão ao núcleo central. As esplanadas de Santo Antônio e do Castelo, afinal estão sendo palco de investimentos imobiliários privados, após vários anos de interesse quase exclusivo do setor público.[20] Gradativamente estão sendo ocupados os terrenos que

---

[18] Desde os anos setenta, a área portuária carioca tornou-se objeto de instigante desafio aos urbanistas cariocas. Após inúmeras iniciativas promovidas por órgãos públicos e privados está em vigor uma última versão, o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária, desenvolvido pela PCRJ, por intermédio do Instituto Pereira Passos, em 2001.

[19] A praça Mauá revela-se como localização estratégica para união da cidade ao seu porto. Nos diversos tempos da história urbana do Rio, ela se fez presente seja por novas formas de uso, como os terminais de transportes marítimo e rodoviário ou de lazer, como a Rádio Nacional ou ainda, novos estilos de arquitetura e urbanismo, como o pioneiro prédio pós-moderno carioca, na avenida Rio Branco, nº1 ou por introdução da discussão dos projetos estratégicos para renovação da orla portuárias, no caso do Museu Guggenheim.

[20] Dois dos maiores projetos realizados na cidade foram ou estão sendo construídos nestas áreas. Na Esplanada de Santo Antônio, avenida República do Chile 500, foi construído o edifício Metropolitan, com habite-se em 1996. Em 2001, foi aprovado pela municipalidade, o projeto da Tishman Speyer para construção de três torres com área total de 170.000 m². O empreendimento chamado "Ventura Corporate Towers" tem previsão de conclusão parcial maio de 2008. Ver: Jornal O Globo, 29 de abril de 2006. Na região da Esplanada do Castelo, após a inauguração, em 2004, da Torre Almirante, está sendo construído na avenida Marechal Câmara um hotel de oito andares, assim como novos prédios para a Academia de Medicina e do Ministério Público.

permaneceram por muito tempo vazios, abandonados ou subutilizados como estacionamentos. Processo semelhante está acontecendo na Avenida Presidente Vargas, sobretudo no trecho para além da praça da República, na direção Cidade Nova.[21]

No quadro de mudanças entre 1967 e hoje, deve ser considerada a implantação do sistema de transportes de massa, o metrô, contando com as estações Glória, Praça Onze e Estácio, nas bordas da área central, e Cinelândia, Carioca, Uruguaiana, Presidente Vargas e Central, no interior de seus limites. Ainda deve ser destacada a implantação do Centro Administrativo Municipal na área da Cidade Nova e os planos de investimento que se destinavam à construção do Teleporto ou do inovador "NAP".[22] Estes planos poderiam e até deveriam ter ocasionado uma significativa alteração dos limites da área central carioca. Entretanto, o que é possível detectar revela a presença de marcas ainda vivas e fortes muito semelhantes às situações descritas nos anos sessenta. As alterações, quando comparadas as geografias da área central entre quase quarenta anos, são muito mais internas, refletindo mudanças em seu conteúdo que decorrem da reconfiguração das funções ou de alterações no arranjo de ocupação espacial da cidade, resultado da ação e presença de novos fatores que se inserem na atualidade.

Com respeito ao ítem, apontaríamos como conclusão a indicação de não ter havido uma significativa alteração dos limites da área central, mantida tanto em seu perímetro externo, quanto em sua área mais central, apesar das iniciativas e projetos desenvolvidos ao longo de tantos anos para a expansão / transformação desta dupla escala.

4.2-A legislação e o controle urbanístico: alterações verificadas

O início do século XX significou uma depuração das formas e dos conteúdos localizados na região central. O grande programa de obras públicas formulado pelo

---

[21] Trata-se de empreendimento do grupo Paskin Engenharia, na Avenida Presidente Vargas 2.555, em execução. São propostos 18 pavimentos com cinco subsolos, 63m de altura, 62.000 m² de área construída, todo um sistema inteligente de gerenciamento e manutenção de instalações prediais e a possibilidade de um concurso público para as fachadas da edificação. O terreno de 3.800 m² pertencia originalmente à Prefeitura e foi comprado em 1988, em leilão pela empresa. Fonte: Jornal O Globo, 11 de dezembro de 2004.

[22] O Plano Estratégico da Cidade pretende fomentar o setor de telecomunicações e serviços de informática na área do Teleporto por implantação do "Network Acess Point", ponto de interconexão de redes de internet.

governo federal, complementado por maciça intervenção da prefeitura no espaço urbano, afinal concretizou os projetos reclamados e acalentados durante vários anos por tantos brasileiros. Para a modernização e saneamento do Rio de Janeiro, capital do maior país da América Latina, deveriam ser derrubados os antigos casarões e abertas ruas em substituição às vias estreitas, "... sobrecarregadas de um tráfego intenso, sem ventilação bastante, sem árvores purificadoras e ladeadas de prédios anti-hygienicos".[23]

Como não podia deixar de ser, a área mais antiga, centro e orla portuária, era o local de concentração dos problemas acima apontados, além de moradia da maior parcela da população pobre, profundamente afetada pelas obras.

Em capítulo anterior, comentamos o número excessivo de demolições realizadas naquela ocasião nos trechos definidos como de interesse para intervenção. Essas áreas correspondem parcialmente à I e à II Regiões Administrativas, coincidindo seu perímetro praticamente com a área delimitada para a pesquisa em 1967.

A intenção de modernização desta região, que foi durante muito tempo a própria cidade, sempre freqüentou idéias e vontades dos homens públicos que governaram o Rio de Janeiro.

Assim, o levantamento das posturas promovidas pelo poder público, ainda no século XVIII, por determinação do Vice Rei, obrigava as construções que se fizessem da rua da Vala, atual Uruguaiana, para o mar serem assobradadas, ao menos na frente, numa clara indicação de seu desenvolvimento.[24]

No século XIX, em 19 de dezembro de 1876, a Câmara Municipal aprovava a proibição de quaisquer construções, ainda que provisórias, nas praças ou logradouros públicos no centro da cidade "sob a denominação de chalets, barracas, ou alguma outra, qualquer que seja seu destino".[25]

Os planos destinados aos melhoramentos da capital, realizados em 1875 e 1876, por iniciativa do Ministério do Império, determinavam a eliminação dos morros do Senado, Santo Antônio e Castelo, além de indicar a necessidade de alargamento de praticamente todas as ruas existentes e a abertura de outras com larguras entre 15 e 40m,

---

[23] Texto do chefe da Comissão da Carta Cadastral, Dr.Alfredo Américo de Souza Rangel, datado de 13 de abril de 1903. Ver: O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II/ Giovanna Rosso Del Brenna, organizadora. Rio de Janeiro: Index, 1995, p.43.

[24] A disposição seria do II Regimento de Posturas, datado de 22 de julho de 1795 e está registrada em: Ferrez, Gilberto. De Vice Reinado a sede do Reino. Cadernos Jornal do Brasil do IV Centenário, Rio de Janeiro, 1965, p. 26.

[25] Relatório do Ministério do Império, 1876, Posturas Municipais.

"mínima capaz de admitir árvores nos passeios laterais".[26] O poder de transformação que tais medidas acarretariam no espaço construído é perfeitamente possível de avaliar, considerando terem servido de base conceitual às obras realizadas na área central ao longo de todo o século XX.

A questão de higiene e saúde pública, chaga que o Rio de Janeiro carregou como mácula no século XIX, condenava grande parte da moradia existente na cidade, ao mesmo tempo em que buscava estabelecer normas que regulamentassem o processo construtivo.[27] A moradia da população mais pobre, localizada na área central, foi assim atacada por meio de decretos que tornavam obrigatório o conserto dos prédios com problemas e levavam à interdição os que se apresentassem em ruínas ou más condições higiênicas. Novas construções destinadas a essas classes foram proibidas, sendo permitidas apenas fora da área mais central.[28]

Em meio ao clima das reformas urbanísticas empreendidas na capital, o prefeito Pereira Passos aprovou um regulamento geral para novas construções e consertos de prédios, não permitindo determinadas formas construídas no território da cidade.[29]

É interessante destacar uma norma não escrita na forma de legislação, expressa pela Comissão Construtora da Avenida Central, no desenvolvimento de parâmetros para o concurso de fachadas que serviriam de padrões para a nova avenida. Chamam atenção as regras que determinavam lotes com testadas de 10, 15, 20 e 25m, altura das edificações nunca menor que três pavimentos e recomendação de que, salvo uso

---

[26] Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1875. *In*: Revista Municipal de Engenharia, janeiro/dezembro 1992, n° 1 / 4, Vol. XLII, p. 37.

[27] Dois decretos datados de 1893 destinavam-se a aprovação de normas voltadas ao combate das moradias insalubres. O de 26 de janeiro combatia os cortiços, as chamadas cabeças de porco e o de 15 de fevereiro, especificava a necessidade de afastamento das construções dos alinhamentos projetados, fosse ele nas ruas novas ou nas que haviam sido alargadas.

[28] Decreto n° 244, de 20 de abril de 1896, regulamentou a construção de casas para proletários nos "distantes" distritos da Gávea, São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo e seus subúrbios, definindo critérios edilícios. Na área central, estas edificações foram aprovadas pelo decreto n° 842, de 9 de dezembro de 1901. Neste caso, era definida a permissão fora da área contida pela Praça da República, ruas Marechal Floriano, Camerino, Saúde, Prainha, São Bento, Conselheiro Saraiva (até o mar) e por outro lado, pelas ruas Visconde do Rio Branco, Praça Tiradentes, Carioca, Largo da Carioca, ruas Treze de Maio, Senador Dantas, Evaristo da Veiga, Visconde de Maranguape, Largo da Lapa e praia da Lapa até o mar.

[29] O decreto n° 391, de 10 de fevereiro de 1903, proibida a construção de *chalet* ou qualquer outra construção rural no território da cidade. A legislação era aplicada, além da área central, às ruas da Lapa, Glória, Catete, Marques de Abrantes, Senador Vergueiro e praias da Lapa, Russell, Flamengo e Botafogo, "salvo quando as construções fossem recuadas de mais de 10m de alinhamento da rua ou não pudessem ser vistas do logradouro público".

especial, o pavimento térreo deveria ser destinado às atividades comerciais, com pé direito de 5.50m. O exemplo deste tipo de edificação, propriedade do engenheiro Frontin no trecho final da avenida, comprova o padrão de arquitetura recomendado na ocasião, que incluía dois pavimentos destinados ao uso residencial.[30]

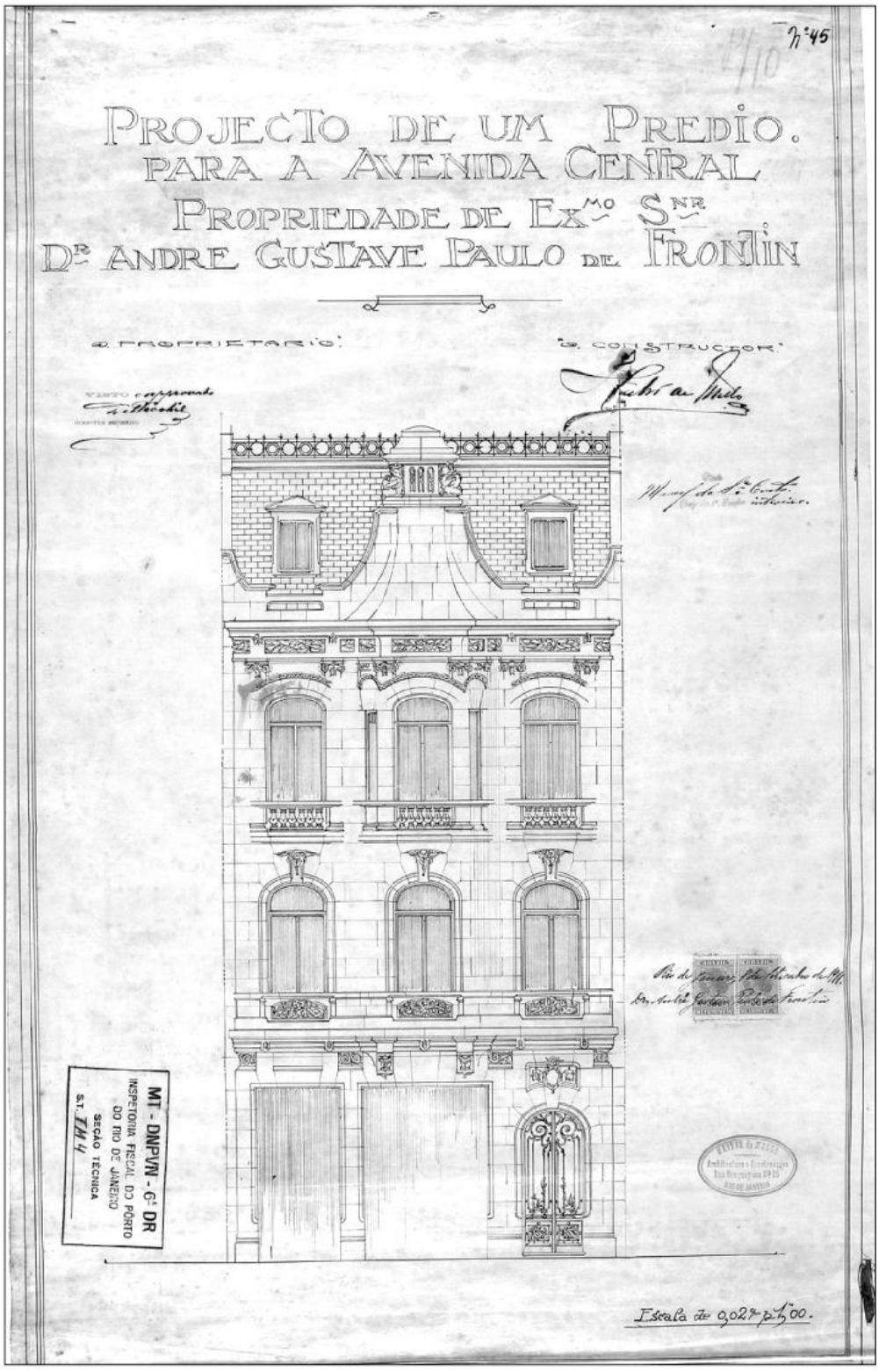
Nos anos seguintes, a euforia construtiva que levou à formação de novos bairros, resultou na edição de várias medidas. As construções foram regulamentadas em 1924 e 1925, explicitando a incidência de um significativo processo construtivo em curso na cidade.[31] Com pequenas alterações, as legislações estabeleciam parâmetros para construções, reconstruções, modificações e acréscimos dos imóveis no Distrito Federal.[32] Na primeira zona, central, as edificações eram as maiores previstas na cidade, com alturas variando de três, quatro, cinco e seis pavimentos para ruas com largura até 10m, entre 10 a 14m, 14 a 20 e mais de 20m, respectivamente. A construção de vilas, forma de moradia popular, continuava proibida no trecho mais central, delimitado por uma linha partindo do mar, frente ao Passeio Público, seguindo pelas ruas Teixeira de Freitas, avenida Mem de Sá, Santana, General Pedra, Praça da República, Cristiano Otonni, João Ricardo, Rivadávia Corrêa até o mar. A proibição atingia ainda ruas importantes como a Senador Eusébio, Visconde de Itaúna e as avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Beira Mar.[33] Ainda assim, considerando tal restrição e a sensível redução da população residente no centro, após as obras do início do século, pelo Censo de 1920, os distritos da Candelária, Santa Rita, Santana, Sacramento e São José registravam uma população de 97.210 pessoas, sendo 62.458 solteiros e 61.406

[30] A planta tipo, repetida em dois pisos, possuía duas salas, três quartos e dependências que incluíam copa, cozinha, banheiro, quarto de serviço e varanda. No nível da rua, um estabelecimento comercial de 7m de frente e 17 de profundidade compunha o uso adequado ao dinamismo econômico requerido e compatível à importante avenida.

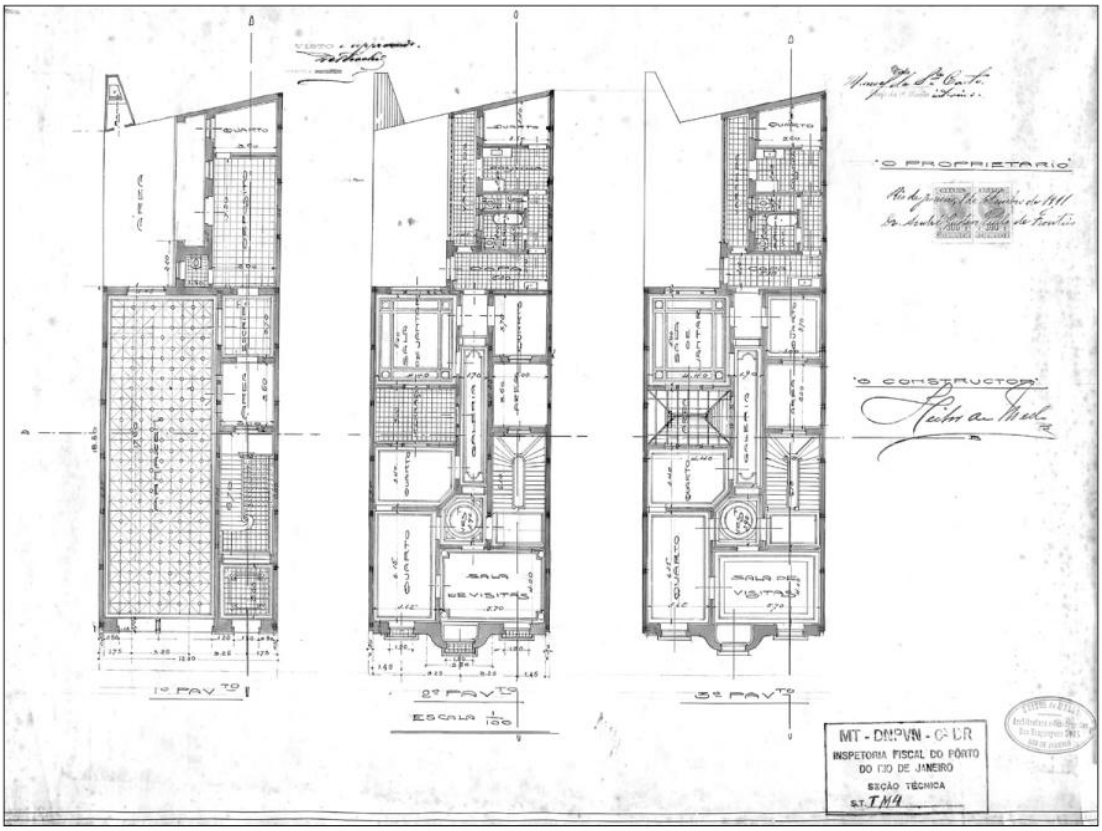
[31] Decretos n° 2.021, de 11 de setembro de 1924 e n° 2.087, de 19 de janeiro de 1925.

[32] Destacava-se o artigo 68 que estabelecia a obrigatoriedade de consulta à Seção de Arquitetura para qualquer construção com respeito às suas fachadas visíveis dos logradouros públicos.

[33] As indicações são do decreto n° 2.087 de 19 de janeiro de 1925, que altera o anterior para permitir maior altura das edificações em relação à largura dos logradouros.



Plantas e fachada do imóvel pertencente ao engenheiro Paulo de Frontin, construído na Avenida Rio Branco, n. 245 em 1911.
Fonte: INPH/CDRJ.



Plantas e fachada do imóvel pertencente ao engenheiro Paulo de Frontin, construído na Avenida Rio Branco, n. 245 em 1911.
Fonte: INPH/CDRJ.

sexo masculino.[34] No total dos 1.147.599 habitantes da cidade, representavam 8,47 % ou 12,29 % da população de 790.823 residente nas freguesias urbanas.[35]

Segundo estudo de Ribeiro (1997, p.186) sobre a questão da moradia no Rio de Janeiro, na ausência de um censo demográfico para os anos trinta, as estatísticas prediais revelam uma diminuição do número de prédios na zona central em conseqüência da sua especialização comercial e da incidência de ações de renovação urbana. Nesta última indicação estavam incluídos o arrasamento dos morros do Senado e Castelo, o aterro do Calabouço, a retificação da Gamboa e o alargamento de inúmeras ruas da cidade velha que, em síntese, atuaram para depuração dos usos existentes na área central, promovendo a formação de imagem como território exclusivo de trabalho.

Deste modo, a construção de prédios destinados ao uso comercial e de serviços passou a representar uma alternativa mais adequada para os investimentos, sendo a construção do edifício A Noite, o mais famoso e comentado empreendimento da época, o marco do início da verticalização no centro da cidade, com 102, 81m de altura.[36]

Numa análise das direções do crescimento predial verificado na cidade entre 1920 e 1933, enquanto a zona central apresentava pequena redução (-0,51%), as zonas residenciais norte, suburbana da Estrada de Ferro Leopoldina e Copacabana ao sul, respondiam por aumentos de 166,57%, 212,04% e 144,80%, respectivamente. [37]

A pressão do acelerado processo de construção que se desenvolvia na cidade, aliada ao uso de novas técnicas construtivas, induziram às mudanças na legislação em vigor. [38] Entrava em aplicação uma hierarquização ao espaço urbano, considerando as atividades nele desenvolvidas, criando zonas especificas de uso: comercial-ZC, dividida

---

[34] Ferreira da Rosa, *op. cit*., p.62.

[35] O crescimento dos bairros na vertente sul e na norte já era bastante significativo. Copacabana, um distrito criado em 1915, contava em 1920 com população de 22.761. Para a população mais pobre, a única alternativa que se colocava era a informalidade do barraco nos morros não ocupados da cidade. Dados obtidos em Abreu, *op. cit*.,p.80.

[36] O Edifício A Noite foi projetado por Joseph Gire e Belizário Pena, com cálculo de Emilio Baumgartem. O proprietário original, Geraldo Rocha, por dificuldades financeiras, transferiu a propriedade para a empresa Cia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, do grupo americano Percival Farquhar. Inaugurado em 1929 foi o primeiro arranha-céu da cidade, com 22 andares e pioneiro na América Latina pelo uso do concreto armado. Seu endereço, Praça Mauá n°7, foi famoso no Rio por sediar empresas de navegação, escritórios, consulados, além da Rádio Nacional, ali instalada depois de 1936.

[37] Estatística Predial do DF, 1933 *apud* in Ribeiro, Luiz César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. IPPUR, UFRJ: FASE, 1997, p. 188.

[38] Decreto n° 5.595, de 18 de julho de 1935.

em duas zonas e uma subzona; portuário-ZP; industrial-ZI; residencial-ZR dividida em três categorias e agrícola-ZA. Dois anos depois, novos ajustes resultaram na edição do decreto n° 6.000, de 1 de julho de 1937, consolidando a legislação anterior, e transformando-se na base edilícia para a maior parte das edificações existentes na área central do Rio de Janeiro.

Não deixa de ser intrigante a decisão do interventor Henrique Dodsworth, alguns meses depois, determinando a instauração de uma Comissão destinada a elaborar um Plano da Cidade, na verdade um conjunto de obras, menos que um processo de planejamento urbano que estudasse seu futuro enquanto espaço urbano.[39]

Em que pese a decisão, as regras ditadas pelo decreto n° 6.000 comandaram a destinação da Zona Central, determinando parâmetros para as construções destinadas aos estabelecimentos comerciais, escritórios, consultórios, bancos, sedes de companhias e empresas, além de pequenos laboratórios, restaurantes, confeitarias, hotéis, habitações, cafés e similares.

Por definição legal, edifícios destinados a casas de diversão, garagens comerciais, postos de abastecimento de automóveis, tipografias, indústrias leves, laboratórios, estabelecimentos de ensino e similares deveriam ser submetidos ao juízo da Diretoria de Engenharia do Distrito Federal para avaliação e decisão final quanto à sua aceitação(artigo 9º). Era ainda proibida, a construção de edificações destinadas a indústrias pesadas, hospitais ou casas de saúde, depósitos de materiais e mercadorias, salvo quando pertencessem ao comércio estabelecido na própria edificação (inciso 2º).

As normas construtivas estabeleciam a altura das edificações correlacionada à largura dos logradouros, seguindo ainda a legislação de 1925. Assim para ruas com menos de 10 m, as construções deveriam ter de quatro a seis pavimentos, com altura máxima de 21m; para ruas com mais de 10 m de largura, seriam seis pavimentos ou mínimo de 21m até máximo de 50m. As maiores alturas só seriam permitidas com atendimento às condições de salubridade e higiene. Estas obrigavam que o acréscimo na altura das edificações fosse contido num ângulo de 60º, formado pelos planos da

[39] O Decreto n° 6.092, de 8 de novembro de 1937 considerava em sua exposição de motivos, a urgência do planejamento da cidade quanto aos equipamentos e melhorias urbanas, mas ressaltava ser necessário "estudar e elaborar a legislação em tudo que se referir à organização urbanística". Vale registrar que o decreto n° 6.000, aprovado em julho daquele ano, na prática permaneceu em vigor até 1970. Ver: Código de Obras e Legislação Complementar. Decreto 6000. Quarta Edição, V.II. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1964, p.375.

fachada principal sobre o logradouro e o da cobertura do prédio nos 50m máximos da altura. A legislação prevista para o centro amarrava as construções acompanhando o alinhamento dos logradouros em toda a testada do lote e obrigava o pavimento térreo a possuir pé direito mínimo de 4 m.[40]

O decreto n° 6.000 vigorou até 1967, quando a nova situação administrativa motivou a aprovação da "lei de desenvolvimento urbano para o Estado da Guanabara".[41] A legislação indicava um novo zoneamento para a cidade, relacionando-o às distintas formas de uso do solo, segundo as categorias-adequado, inadequado e tolerado-por zonas da cidade.[42] Além do zoneamento, eram instituídas normas e regras genéricas para o licenciamento, execução e fiscalização de obras particulares, parcelamento da terra, assentamento de motores, máquinas e equipamentos. Vale comentar a indução para a permanência na zona central dos usos comerciais, profissões e negócios, educacionais, recreacionais, saúde e assistência, considerados adequados.

Como em outras ocasiões anteriores, os regulamentos que garantiam a aplicação do decreto só foram aprovados três anos depois.[43] A cidade continuou dividida em sete

---

[40] Deve ser registrada a legislação para a ZE da Esplanada do Castelo que permitia edificações com outros padrões de altura. Para as quadras que circundam a praça monumental da esplanada, além do gabarito normal, eram permitidos mais dois, o das torres, previsto para altura máxima de 100m e o de transição, com máximo de 60m. Fora desta área, em outras quadras, as construções deveriam ter dez pavimentos no alinhamento do logradouro e mais dois recuados, o primeiro a 1.75 m e o segundo, a 3.50 m do alinhamento da fachada. Este padrão, dito normal, era estabelecido de um RN (referência de nível), tirado no ponto mais alto do meio-fio. Dele, seria retirada a altura para o primeiro pavimento, o térreo, 7.10m e os outros nove pavimentos, com altura definida em 3.15 m de piso a piso. As áreas coletivas existentes no interior das quadras eram estabelecidas em caráter perene, mantidas sem construções, garantindo circulação e acesso dos pedestres. Em casos especiais, nelas poderia ser permitida uma utilização parcial para construção de teatros, cinema ou salão de festas, sem prejuízo das condições de iluminação e ventilação dos compartimentos dos edifícios da quadra.

[41] Lei n° 1.574 de 11 de dezembro de 1967.

[42] O Quadro Geral de Uso da Terra relacionava o zoneamento proposto em sete categorias: residencial, central, centro-bairro, industrial, rural, turística, recreativa/reserva verde e especial, relacionadas às possíveis formas de ocupação do solo, estabelecidas em: residencial; comercial; profissões e negócios; indústria dividida em leve, nociva e perigosa e geral; educacional; recreacional; saúde-assistência; cultivo-lavra da terra; "non altius tolandi"- proteção; "non aedificandi", espaço aberto e finalmente, uma rotulação genérica para outros tipos.

[43] Apenas em 20 de abril de 1970, por meio do Decreto E n° 3800, foram aprovados os regulamentos de zoneamento, de parcelamento da terra, de construções e edificações, assentamento de máquinas e equipamentos, licenciamento e fiscalização no Estado da Guanabara.

zonas, sendo a área central mantida em AC-1 e AC-2, com delimitação apresentada por mapas, com suas delimitações registradas.[44]

Em 2 de março de 1976, pós- fusão, a legislação urbanística foi novamente alterada por meio do decreto, já então municipal, de n° 322. Foram mantidos, no entanto, os conceitos da legislação anterior, sendo consolidados os usos dominantes em cada área, por zona correspondente.

Passado pouco mais de um ano, foi aprovado o Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro, PUB-RIO, o primeiro plano realizado por técnicos da própria municipalidade.[45] Reeditando anteriores práticas, a prioridade para o planejamento da ocupação ocorreu posteriormente à aprovação da legislação que regulamentava as possibilidades construtivas por áreas da cidade. Assim sendo, enquanto a cidade era efetivamente construída em ritmo feroz, as potencialidades de ocupação do espaço urbano eram exaustivamente discutidas e avaliadas.

Na área central, um longo caminho havia sedimentado fortes decisões para sua completa transformação. Durante vários anos tinham sido aprovados projetos destinados à abertura ou alargamento de ruas, implicando grande quantidade de imóveis desapropriados ou condenados a perder parte significativa, caso fossem reconstruídos. Vale registrar que ruas como Alfândega, Rosário, Miguel Couto e General Câmara (decreto n° 5.764, de 17/7/1936), Miguel Couto (decreto n° 5.792, de 20/08/1936), Carmo (decreto n° 5.793, de 20/08/1936), Teófilo Otonni (decreto n°5.823, de 21/10/1936), Candelária e Beco das Cancelas (decreto n° 5.831, de 29/10/1936), Quitanda (decreto n° 5.854, de 3/12/1936), Largo de São Francisco de Paula (decreto n° 7.717, de 4/2/1944), Ouvidor (decreto n° 7.695, de 6/1/1944), Uruguaiana, avenida Passos e Sete de Setembro(decreto n° 8.595 de 17/8/1946) seriam profundamente alteradas com os novos alinhamentos propostos por cada um dos respectivos decretos.[46]

---

[44] Além da ZC eram indicadas a Zona Portuária, ZP, os Centros de Bairro, CB-1, CB-2 e CB-3, a Zona Industrial, ZI-1 e ZI-2, a Zona Turística, ZT-1 e ZT-2, a Zona Residencial, com seis subdivisões indo de ZR-1 a ZR-6 e a Zona Especial, naquela época subdividida em cinco áreas. Eram elas: a ZE-1, zona de reserva florestal; a ZE-2, a Ilha de Paquetá; a ZE-3, o bairro de Santa Teresa; a ZE-4, áreas sob a jurisdição da Superintendência Executiva de Projetos Especiais; e a ZE-5, a recente área da Baixada de Jacarepaguá. Em quadros separados, de n° 2, 6 e 7 eram indicados os usos, as categorias de lotes e os tipos de edificação aprovados para a área central.

[45] Decreto n° 1.269, de 27 de outubro de 1977.

[46] O projeto de alinhamento, PA, obriga as novas construções, quando submetidas ao processo de licenciamento, aos novos alinhamentos ou largura prevista para a rua, no futuro. Na área

Estes trechos recebiam o mesmo tratamento que outros, cuja hierarquia e/ou prioridade havia determinado sua completa destruição por demolição em massa. Este havia sido o caso do morro do Castelo (uma seqüência de decretos desde o n° 1.355, de 17/8/1920 até o n° 6.898, de 28/12/1940), do Morro de Santo Antônio (decreto n° 7.064, de 31/7/1941), Avenida Presidente Vargas (decretos n° 6.747, de 7/8/1940; n° 6.897, de 28/12/1940; n° 7.197, de 26/12/1941).

Tais intenções revelavam a eficiência do instrumento representado pelo sistema viário, servindo como uma luva para consolidar as intervenções de interesse público que levariam ao completo processo de mudança na forma e no conteúdo da área central. A ação do Estado estava baseada na combinação de grandes obras de impacto, abrindo novos eixos de circulação e no estabelecimento de normas para recuos das futuras construções particulares. A abrangência e a grandiosidade deste programa articulado, bem planejado acabou por criar condições propícias para formação de um poderoso movimento, só que em sentido contrário.[47]

Em 1984, após mais de cinco anos de maturação, foi aprovada na Câmara de Vereadores a lei nº 506, reconhecendo uma área da cidade como Zona Especial do centro histórico do Rio de Janeiro. Era estabelecido o Corredor Cultural (Mapa 6). Concluía-se, com essa regulamentação, um ideal que havia começado de mansinho, destinado à preservação paisagística e ambiental de significativo trecho do centro com cerca de 1.300 imóveis. Dele faziam parte praças, largos, ruas e caminhos, verdadeiras rotas de acesso e distribuição da população em seus múltiplos destinos nos deslocamentos de casa para o trabalho.[48] Desde 1978, tinham sido aprovados alguns decretos voltados à preservação ambiental e paisagística de determinados trechos da área central, atendendo às recomendações do PUB para a AP1. Neste caso podiam ser

---

central, com perdas que chegavam a atingir um terço da profundidade dos lotes, os novos PAs acabaram servindo como instrumento de preservação das antigas edificações.

[47] A estratégia adotada reproduzia as ações que haviam servido para a remodelação da área central, no início do século, na gestão Pereira Passos, combinando abertura de novas vias à aplicação do projeto de alinhamento para novas construções.

[48] Em 14 de julho de 1983, o Prefeito Jamil Haddad assinou o decreto n° 4.141 aprovando o projeto do Corredor Cultural, que abrangia uma área de 1.3 milhões de m², dividida em: 250 mil m² de áreas de preservação, 196 mil m² de renovação, 290 mil m² de praças já existentes, 90 mil m² de novas áreas verdes e 404 mil m² de áreas de circulação. Eram 1.238 imóveis preservados e 34 tombados. A notícia foi amplamente divulgada, recebendo destaque no jornal O Globo, em 14 de julho de 1983. Vale lembrar que anos antes, o jornal havia se posicionado bastante favorável à demolição do prédio do Monroe.

citadas as normas estabelecidas para o polígono formado pelas ruas da Carioca, República do Paraguai, Sete de Setembro, Uruguaiana (n°1.707, de 17/08/1978); para a Cinelândia (n° 1.768, de 15/09/1978); para a praça Quinze até a praça Pio X, entre Primeiro de Março e Alfredo Agache (n° 2.216, de 20/07/1979).

Após a edição da Lei do Corredor Cultural foram aprovados os procedimentos para incentivar a manutenção das edificações preservadas, representados por isenções tributárias.[49] Para as atividades comerciais, a isenção de impostos como o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano era bastante tentadora, tanto por seu alto valor na área central, quanto pelo seu fato gerador residir na preservação e bom padrão dos imóveis em que as atividades funcionavam, condição interessante na concorrência comercial.

A análise de Mesentier (1992) sobre o Centro do Rio, no período entre 1967 e 1987, cunhou a expressão "renovação preservadora" para dar conta deste modo de encarar o patrimônio edificado, sendo apontada a "gênese de um novo modo de urbanização" que se instalava na cidade, por força de distintos conflitos gerados tanto por excessos das atuações "rodoviaristas", quanto por necessárias reestruturações econômicas.

Certo é que, nos anos setenta e oitenta atuavam na área central ações com direções contraditórias. De um lado, cresceu um movimento em prol da preservação de extensas áreas, fossem as periféricas ao centro ou as representativas de trechos monumentais já preservados, como a praça Quinze de Novembro, com bens isoladamente tombados pelo IPHAN desde 1938.[50] De outro lado, persistia um acelerado processo de renovação construtiva, em especial ao longo do eixo da Avenida Rio Branco ou outras localizações valorizadas.[51] Nesta direção, Guimarães (2002)

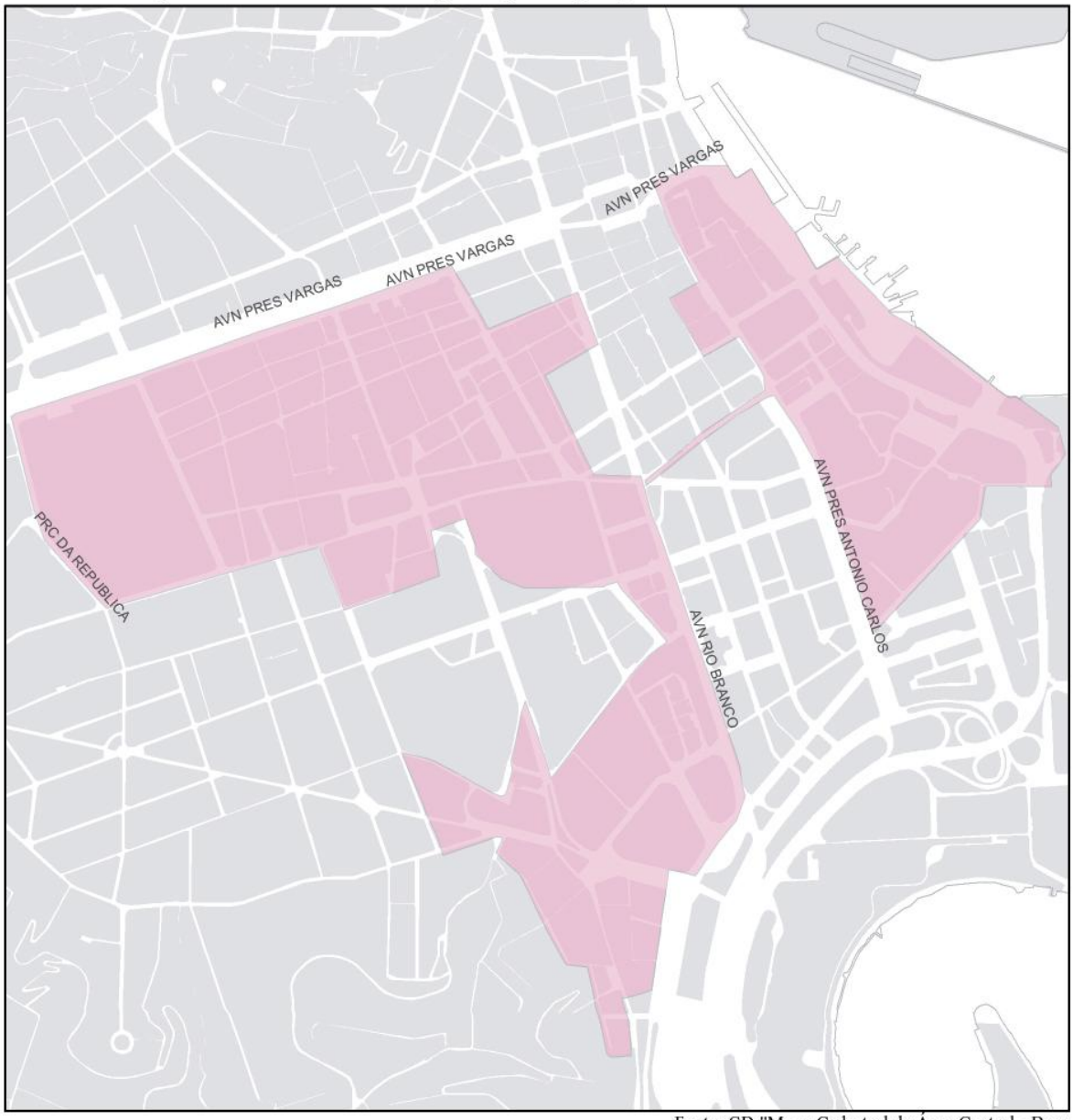
---

[49] Sobre a matéria podem ser listados os seguintes atos: lei n° 691 de 24 /12/1984, lei n° 792 de 12/12/1985, lei n° 1.139 de 16/12/1987, decreto n° 6.403 de 29/12/1986 e Resolução SMF 781 de 17/11/1989 sobre isenção de IPTU, objeto do decreto n° 6.043.

[50] Apenas em 1990, a Praça Quinze foi inscrita no livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico (fls.63/65 em 14/03/1990), no livro de tombo histórico (V.II, fls.15/16 em 14/03/1990) e livro de tombo das Belas Artes (V.II, fls. 19/20 em 14/03/1990) como resultado do processo de tombamento n.1.213-T-86.

[51] Na avenida Rio Branco podem ser citados os edifícios Manhattan Tower, situado no n° 89, de 1980, o Conde Pereira Carneiro, n°110, de 1975, o edifício Lineu de Paula Machado, esquina com Almirante Barroso, datado de 1972. Em outras localizações, existem exemplos na avenida Presidente Wilson com o famoso prédio da Academia Brasileira de Letras, com habite-se em 1978, o prédio do Citybank na rua da Assembléia, projeto de 1979 ou o edifício Cândido Mendes, também na rua da Assembléia, n° 10, concluído em 1978.

Esquema da área abrangida pelo projeto do Corredor Cultural



Limites do Corredor Cultural

Fonte: CD "Mapa Cadastral da Área Central - Base de Dados para Apoio à Gestão". Maio de 2003.

Zona Especial do Corredor Cultural
Área total = 1.294,625 m²

apresenta indicações, bastante esclarecedoras, sobre a tensão que marcou o período, relacionando tais processos de transformação "em paralelo à intenção,...impulsionada por técnicos e especialistas, de proteger para desenvolver".[52]

Na memória do coordenador técnico do Corredor Cultural, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, em apenas uma localização houve confronto de interesses. A discórdia foi provocada pelo projeto do novo prédio da Bolsa de Valores, previsto com 39 pavimentos em local cuja altura máxima permitida era de 4m.[53] Ao final, o imóvel acabou sendo construído com 13 pavimentos, visando atender os interesses do centro financeiro, após um longo processo de avaliação de projeto que envolveu a municipalidade, os órgãos federais de preservação, o legislativo e distintas representações sociais e de classes.[54]

No geral, os investimentos continuaram a ser realizados nas duas vertentes, com clara predominância em números para a preservação dos antigos sobrados, promovida pelos comerciantes ocupantes, proprietários ou não. O exemplo do prédio da Avenida Passos n° 36 e 38, selecionado como construção símbolo do Corredor Cultural, é interessante. Foi recuperado pelos proprietários, os representantes legais da Casa Franklin, sem que houvesse um programa para sua ocupação, tendo permanecido fechado, sem uso, durante muitos anos.[55]

Por outro lado, o Rio de Janeiro, a primeira cidade no Brasil "...a tomar a si a iniciativa de preservar um sítio histórico a partir de seus próprios meios",[56] estabeleceu

---

[52] Guimarães, Cêça. Paradoxos Entrelaçados. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002, p.20. A autora refere-se aos processos construtivos realizados na área central, em trechos protegidos por legislação federal, voltada à proteção de bens tombados pelo IPHAN e as pressões decorrentes para construções de edifícios altos, discutindo em seu trabalho se "*o adensar para preservar* poderia, na verdade, desvelar o que significava, de fato, a detenção do controle institucional do solo a construir". *Id*, p.20. Grifo do próprio autor.

[53] Decreto n° 2.216 de 20 de julho de 1979.

[54] Dois outros casos polêmicos são identificados nos trechos destinados à preservação: o Cine São José e o Teatro Carlos Gomes, o primeiro demolido e o segundo preservado. Ver: Mesentier, Leonardo Marques de. A renovação preservadora: um estudo sobre a gênese de um novo modo de urbanização no centro do Rio de Janeiro entre 1967 e 1987. 1992. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro, p. 58.

[55] No local funcionou a antiga Casa Lucas, fundada por Álvaro Aguiar de Andrade, destinada ao negócio de eletricidade, gás e água. Tratava-se de prédio próprio, especificamente construído para o exercício de suas atividades contando com três pavimentos, escadas, elevador, salas de demonstração dos produtos e serviços. Ver: Impressões do Brasil no século XX. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd.,1913,p.562.

[56] Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas. A Reabilitação urbana em processo. Texto escrito em 2004, original do autor.

outro pioneirismo. As outras esferas de governo, federal e estadual, sintonizadas com a preservação da memória construída da cidade, passaram a promover a recuperação de alguns prédios públicos em localizações destacadas, num movimento iniciado na região da praça Quinze.

O fato promoveu uma sinergia entre atividades culturais. Foram criados novos centros culturais apoiados em leis que se destinavam à defesa dos antigos teatros existentes nas áreas do Corredor, ao resgate dos bares e dos cafés tradicionais pontos de encontro na área central. O resultado começou a frutificar. A região da praça Quinze, ao final dos anos oitenta, foi objeto de vários projetos, voltados à transformação de ruas em caminhos de pedestres, afastando os automóveis. O Arco do Teles, a praça ao ar livre entre Centro Cultural do Banco do Brasil e a Casa França-Brasil passaram a oferecer maior conforto para seus usuários e deram origem a muitos empreendimentos comerciais, como por exemplo, restaurantes.

O governo Marcelo Alencar, que encerrou os anos oitenta, voltou-se para o espaço público da área central. A região da Lapa foi estudada e reurbanizada para melhorar a circulação e destacar sua ambiência histórica. A rua Uruguaiana foi fechada à circulação de veículos e transformada em rua de pedestres.[57]

Em 4 de junho de 1992, a Lei Complementar n° 16 aprovou o Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro. O esforço dos técnicos e profissionais do urbanismo serviu à causa coletiva pela introdução de inovadores instrumentos e controle do uso e ocupação do solo urbano.

Para a AP1,[58] a cidade mais antiga, as diretrizes indicavam o incentivo ao uso residencial permanente e transitório, com adensamento dos bairros periféricos, mantidas suas características ambientais, econômicas e sociais. O incentivo ao uso turístico, a revitalização da orla portuária e marítima, a valorização e a conservação dos conjuntos arquitetônicos e urbanos, a implantação de um sistema cicloviário e a racionalização do sistema de transportes na área central constituíam proposições apresentadas para induzir melhorias gerais de suas condições.

---

[57] Desta obra cabe o registro da batalha travada no dia da abertura da rua ao público. Os camelôs, proibidos de voltar aos seus antigos pontos, promoveram uma verdadeira guerrilha urbana cujas armas eram pedras e o grito de ordem, o enfrentamento.

[58] Compreende as Regiões Administrativas do Centro, Portuária, Rio Comprido, São Cristóvão Santa Teresa e Paquetá, correspondendo ao trecho de mais antiga ocupação urbana da cidade.

Pelo artigo 63 da lei, a ACN, área central de negócios recebia destaque, citada como o principal centro de alcance metropolitano do Município para fins comerciais e culturais. Desta condição decorriam diretrizes específicas destinadas a promover:

"I-melhoria das condições urbanísticas, mediante alteração em seu desenho, na forma da lei e execução de projetos de recuperação física dos espaços públicos;

II-proteção do conjunto arquitetônico da Esplanada do Castelo, para manutenção das características morfológicas das quadras remanescentes do Plano Agache;

III-ocupação prioritária dos lotes vazios da Avenida Presidente Vargas, com revisão, por lei das condições de ocupação;

IV-transferência da comercialização do pescado da Praça Quinze de Novembro para pólo pesqueiro a ser criado em lei;

V-consolidação da legislação da Zona Especial do Corredor Cultural do Centro da Cidade".[59]

Em 1993 iniciou-se um novo governo municipal. Com ele, o espaço público foi alçado a prioridade máxima. E ainda, a ordem e o controle urbano. Nas inovações trazidas pelo prefeito foram recriadas as subprefeituras, a princípio uma para cada área de planejamento instituída pelo Plano Diretor.[60] Na AP 1, um programa de melhorias urbanas foi iniciado, contando com a capacidade de articulação da Subprefeitura do Centro, sob o comando do responsável pelo projeto do Corredor Cultural.[61]

Ainda em 1993 foi criada a Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa, coincidindo com a totalidade de sua delimitação.[62] As definições para condições de uso e ocupação foram ditadas pela lei n.2.236, aprovada em 14 de outubro de 1994. Em relação às transformações de uso, eram definidos parâmetros urbanísticos bastantes atrativos para o investimento imobiliário, sobretudo residencial, em toda a AEIU (Área de Especial Interesse Urbanístico). Na AC-2, o centro do centro, foi

---

[59] Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, 1992, p. 34.

[60] As subprefeituras eram proposições da primeira legislação do Distrito Federal, sendo os subprefeitos responsáveis por desempenhar as funções de polícia e administração municipal ativa por circunscrição ou distrito, subordinados ao prefeito, por ele nomeados e demitidos. Ministério do Interior, Relatório do ano de 1891, p. 6 a 16.
Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2304/contents.html . Acesso em: 3 março 2006

[61] Em 1994, o relatório de atividades da Subprefeitura do Centro registrava várias ações promovidas em parcerias com os proprietários, comerciantes e investidores da área central. Em especial o BNDES, a Petrobrás, a SulAmérica, mas também o Seu Alles da Teófilo Otonni, o Salim do MacDonald's foram cúmplices na implantação de melhorias no espaço urbano central.

[62] O decreto n° 12.409, de 9 de novembro de 1993, criou a AEIU da II RA.

permitida a construção de apart- hotéis com unidades mínimas de 30 m², sem restrições para taxa de ocupação, tipologia e número de edificações no lote. A obrigatoriedade para vagas de garagem nas edificações residenciais foi eliminada para unidades que tivessem áreas inferiores a 60 m². O teor da lei definia, para revitalização do centro da cidade, num prazo máximo de nove meses, a obrigação dos proprietários na adoção de providências para a recuperação dos seus imóveis em relação à estrutura interna, fiação elétrica, marquises e fachadas, além da recomposição de calçadas. Ao executivo caberia desenvolver projetos voltados à melhoria das condições de iluminação pública, da pavimentação, dos serviços de limpeza pública e coleta de lixo, reposição e manutenção de equipamentos urbanos, monumentos, além da conclusão de obras públicas abandonadas. Embora movida pelas melhores intenções, "a lei morreu na praia". Pouco ou nada foi concretizado como resultado da sua edição, demonstrando a pouca relevância em nosso país com respeito às leis aprovadas.

Mas, por outro lado, sob a coordenação da subprefeitura, foram realizadas inúmeras melhorias. Projetos e obras impregnaram a administração municipal com imagem propositiva para a área central, apoiada na aplicação de significativos recursos. No fim da década de noventa, os investimentos efetuados eram computados como da ordem de 100 milhões de reais, uma cifra bastante expressiva, considerando a pressão por inversões em outras áreas da cidade.[63] Ainda deve ser registrada a primeira e efetiva intervenção na linha da orla da baia da Guanabara, transformando a praça Quinze de Novembro, por meio do projeto denominado Frente Marítima, numa imensa e vazia esplanada.[64] Ao custo de 30 milhões de dólares, foi realizado o "mergulhão" que

[63] O depoimento do prefeito César Maia, sobre este período, aponta como prioridade a "requalificação do espaço público tanto da cidade formal, os bairros, quanto da cidade informal, as favelas. Ao longo de quatro anos, a Prefeitura trabalhou incansavelmente e os resultados foram notados. Os corredores comerciais dos principais bairros foram reurbanizados através de obras de infra-estrutura e de superfície. ...O carioca, num processo que havia se iniciado com a Conferência Mundial de Meio-Ambiente – Rio 92, recobrou a auto-estima e voltou a acreditar nas inúmeras possibilidades que a cidade oferece". Ver: artigo do prefeito César Maia sobre O Rio de Janeiro e a segurança participativa. Acesso em: 28 fev. 2006. Disponível em: www.munimadrid.es/principal/ayantamiento/servMuni/internacional/ucci/revista/rio.pdf.

[64] O projeto foi desenvolvido pela prefeitura com auxílio de consultores espanhóis e portugueses, funcionando como importante realização do governo do prefeito Luís Paulo Conde(1996-2000).

permitiu esconder da paisagem, o barulho e a desordem que os inúmeros ônibus que circulavam na rota das barcas sempre produziram.[65]

Ao início do século XXI houve a retomada da proposição do desenvolvimento de ações públicas e instrumentos urbanísticos e fiscais capazes de promover uma nova etapa de revitalização da área central. Por decisão municipal foi criado um grupo de trabalho, denominado equipe foco-local, destinado a promover o diagnóstico e a indicar caminhos para alterar o quadro encontrado.[66]

Ainda em 2002, para incentivar o uso residencial na área da II RA, Centro, passou a ser permitida transformação do uso das salas comerciais para residencial, desde que atendidas condições mínimas de habitabilidade, como a existência de instalações sanitárias e de cozinha ou quitinete.[67] O objetivo era fomentar o uso residencial, revertendo uma tendência que se manifestava na direção de um sensível esvaziamento populacional. Os dados revelavam que, apenas entre 1970 e 1996, a população da II Região Administrativa havia sido reduzida em 32,53%, passando de 62.595 habitantes para 42.239. Entre 1996 e 2002, as contagens apontavam redução da ordem de 14,7%. A estratégia da municipalidade passava a ser simplificar anteriores exigências para aprovação de transformações de uso em antigas edificações mistas,[68] além de promover, segundo projetos pontuais, a recuperação de imóveis destinados ao uso habitacional, por meio de programa denominado Novas Alternativas Habitacionais, uma das linhas de atuação presentes na estrutura da Secretaria Municipal de Habitação, criada em 1994.

Apesar das muitas intenções, das distintas matérias de jornal em prol da revitalização do centro, neste período foram poucas as concretizações, não tendo sido abertas novas frentes de investimento. Apenas foram concluídas as obras da praça Quinze. No período houve, no entanto, a inauguração formal da reurbanização da rua do

---

[65] Em 1986, um convênio realizado entre o IplanRio e a RioArte promoveu a realização de estudos e propostas para a área central. Com relação à passarela de pedestres, uma avaliação do público usuário revelou que ela era usada por apenas 35% da população que circulava no local.
[66] Decreto nº 21.424, de 20 de maio de 2002.
[67] Decreto nº 21 863, de 6 de agosto de 2002.
[68] Os dados levantados pela Secretaria Municipal de Urbanismo indicam uma constante solicitação para a transformação de uso residencial para comercial em antigos prédios mistos como, por exemplo, o Edifício Santos Vahlis, situado na rua Senador Dantas n° 117, o Marquês de Herval, na avenida Rio Branco n°185 ou o Senador Dantas, na Evaristo da Veiga, n°35.

Lavradio, um fenômeno de popularidade no lazer e diversão noturna da cidade, um caso exemplar na revitalização "*cult*" da área central.

O insistente discurso do então Secretário de Urbanismo, Alfredo Sirkis, na linha da priorização da área central, acabou por render alguns frutos. Mas não em todas as direções. A enorme mídia desencadeada para promover o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária durante o ano de 2001 não garantiu resultados. O apelo para a abertura de novas áreas que poderiam receber novas construções não sensibilizou empresários, escaldados nas inúmeras dificuldades para transpor impasses provocados pela polêmica de grandes projetos, como foi exemplo, o famoso Guggenheim e na ausência de uma legislação de uso e ocupação do solo, aprovada pelo legislativo com significado compatível à renovação desejada pelo poder executivo.

Nos últimos anos, podem ser listadas melhorias no importante eixo de circulação da rua do Riachuelo, nas obras que oficializaram o irreverente Circo Voador, e para completar, num empreendimento habitacional de grande impacto, de iniciativa particular.[69]

---

[69] O projeto foi desenvolvido por empresa paulista que encomendou uma pesquisa sobre o mercado carioca. A renda de referência foi definida em R$ 3.900,00 para aquisição de um produto padrão. Considerando a localização, foi estabelecida uma área de influência em 3 níveis - primária (Centro, Catete, Praça da Bandeira, Santa Teresa); secundária (Glória, Flamengo) e terciária (Nova Iguaçu e outros locais mais distantes). Este universo, com dois milhões de habitantes e 230 mil domicílios, foi reduzido para 64 mil, por aplicação da renda de referência. A definição de uma amostra confiável levou à realização de pesquisa com 115 pessoas no Centro, 55 no Catete, 10 na Glória, 54 em Botafogo, 25 na Tijuca, 17 no Grajaú, sete em Vila Isabel, 10 em Nova Iguaçu etc, resultando em 322 entrevistas. Deste contingente, as indicações preferenciais para moradia eram o Flamengo, com 18%, a Tijuca, com 13%. Centro e Lapa, respondiam com 3% e 2%, respectivamente. Quando a questão era apresentada para o endereço especifico, 5% dos interessados se apresentavam dispostos a comprar e 32% extremamente dispostos. Perguntados sobre o que o fazia a localização desagradável (88% dos entrevistados), 68% apontavam a violência e a marginalidade; 25%, a não valorização do local e 6%, o fato de ser um bairro comercial. Para os 12% que afirmaram ser a localização agradável, 53% destacaram sua localização e acessos; 25% indicaram diversão, lazer e cultura, 17% a beleza e história. Os apartamentos, estimados ao custo de R$ 82.000,00 para um quarto(44m²), R$ 109.000,00, para dois quartos e R$ 136.000,00, para três quartos eram estimados com custo de R$ 1.000,00 por m². A pesquisa indicou a necessidade de redução do custo por m², R$ 830,00, para viabilizar o empreendimento, que tem uma vaga/unidade em subsolo e prédios de 13 pavimentos com extensa e sofisticada área de lazer. O condomínio deverá ser administrado por empresa que, desde o início, participou do projeto, visando adequar custos do condomínio aos padrões de manutenção futura. Um fato interessante é que as taxas de conversão (reservas que se concretizam) apresentadas eram de 30% em SP e 40% no Rio, indicando uma expectativa de 60% de vendas no lançamento, ou seja, 409 unidades das 688 previstas. O dado era apresentado como importante porque um alto volume de "encalhe" no lançamento elevaria os investimentos próprios no início das obras, acarretando maior risco para vendas futuras, função do maior desembolso no ato da compra. Os resultados, 100% de vendas efetuadas no lançamento

Numa notável convergência de interesses, o estado também contemplou a região da Lapa criando o Distrito Cultural da Lapa e nele vem investindo para criar sua marca.[70]

Em 2005, foi alterada a abrangência das áreas das Coordenadorias Gerais das Regiões Administrativas, sendo criada a Subprefeitura do Centro Histórico, que passou a incluir o centro, II RA e os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, da I RA.[71]

Ao final do ano, por indicação do legislativo, o prefeito sancionou a lei que autorizou a criação do pólo gastronômico e cultural do centro, formado pela praça Tiradentes, ruas da Constituição, avenida Rio Branco, ruas Santa Luzia, Passeio, Mem de Sá e Gomes Freire. Na regulamentação posterior da medida, o pólo gastronômico e cultural do centro foi ampliado para compreender um quadrilátero que parte da Praça Tiradentes e passa pelas ruas do Teatro, Largo de São Francisco, Ouvidor, Gonçalves Dias, seguindo pela Nilo Peçanha, avenida Rio Branco, até a Praça Mahatma Gandhi, daí pelas ruas Mestre Valentin, Augusto Severo até Joaquim Silva, Riachuelo, Inválidos, até a Praça da República e pela rua da Constituição,volta ao ponto de partida.[72]

Poucos dias depois, outro decreto[73] criava outro pólo, desta vez cultural, histórico e gastronômico, ao redor da praça Quinze.

Ao final, resumindo o que se recupera com a análise dos últimos acontecimentos, é possível depreender a intenção do poder público municipal no sentido de promover as atividades econômicas, sobretudo para o comércio já estabelecido nas áreas definidas como pólos, vale dizer, a Lapa e sua periferia, incluindo a rua do Lavradio e praças, Tiradentes e Quinze de Novembro. A decisão foi também fortalecida tanto pela criação da Subprefeitura do Centro Histórico, como pela recente secretaria

---

demonstram o excelente negócio realizado pelas empresas participantes: Klabin Segall, a Gafisa, a Cyrela e o Banco Pactual.

[70] Ainda assim os jornais trabalham revelando o grande problema da Lapa nas transgressões, drogas e prostituição. Ver matéria: Embalos ilegais, Jornal O Dia, domingo, 9 de outubro de 2005.

[71] Decreto n° 25.053, datado de 3 de fevereiro de 2005. O bairro do Santo Cristo foi excluído da Subprefeitura do Centro Histórico por decreto n° 25.211, de 5 de abril de 2005.

[72] Lei n° 4.217, datada de 19 de outubro de 2005. A regulamentação da medida foi efetuada pelo decreto n° 26.200 de 27 de janeiro de 2006.

[73] Trata-se do decreto n° 26.209 de 6 de fevereiro de 2006.

especialmente destinada à preservação do patrimônio edificado com relevância histórica.[74]

Na área central persistem as condições de construção estabelecidas pelo Plano Diretor com Índice de Aproveitamento de Terreno igual a 15, valendo dizer que a área total edificada, ATE, é calculada multiplicando o terreno por 15, numa análise genérica.[75] O índice, o mais permissivo existente na cidade, não foi suficiente para alimentar o mercado imobiliário na área central, considerando a pouca oferta de terrenos vazios em trechos mais valorizados. É também a área onde a permissão para a construção de apart-hotéis não sofre restrições desde 2002. Entretanto, os resultados obtidos revelam-se ainda bastante tímidos.[76] Segundo dados fornecidos pela ADEMI, Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, entre 1998 e 2005 foram licenciadas 775 unidades comerciais e 688 residenciais na II Região Administrativa, computando os empreendimentos realizados no período. Para o uso residencial, todas as unidades correspondem a um só lançamento realizado em agosto de 2005, o "Cores da Lapa", ação paulista que alterou o mercado carioca nas suas constantes prioridades dirigidas para a zona sul.[77] Mas além do centro, outras áreas, até então pouco exploradas pelo mercado, começam a interessar os investidores considerando o crescimento dos recursos destinados ao financiamento de imóveis com teto de 150 mil reais.

Em relação à transformação de uso, incentivada por legislação específica, editada pela municipalidade, um levantamento realizado entre 2000 e 2005 indicou apenas 47 unidades comerciais com solicitação de mudança para o uso residencial,

---

[74] O decreto n° 26.239 de 6 de março de 2006 criou a SEDREPAHC, Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórica-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Na origem do ato estaria a urgência na coordenação das ações voltadas à preservação do imenso patrimônio histórico carioca e sua relação à vocação turística e de serviços da cidade.

[75] A indicação refere-se a AC-2, área central de negócios. Entretanto, outras normas se aplicam ao local, em função das legislações de proteção aos bens tombados ou preservados, assim como antigos projetos de urbanização nas áreas da esplanada do Castelo, avenida Presidente Vargas, avenida Chile etc.

[76] Dois empreendimentos hoteleiros estão sendo construídos no centro do Rio. Na praça Tiradentes, o grupo Accor está concluindo um estabelecimento com 18.800m² em dez pisos e na avenida Marechal Câmara, o Bank of América promove a construção de prédio com oito andares, com 39 unidades por andar.

[77] Caderno Morar Bem, matéria de capa, Domingo, dia 2 de abril de 2006.

quatro de comerciais para mistas e 42 unidades residenciais com processo para alterar a utilização para comercial.[78]

Avaliando as áreas em que as demandas se processam, é possível identificar um fortalecimento do uso residencial nas periferias do centro, região próxima à Lapa, bairro de Fátima e Praça da Cruz Vermelha, enquanto são alteradas as antigas condições de uso misto para comercial, nas imediações da Cinelândia, sobretudo nas ruas Treze de Maio, Evaristo da Veiga, Senador Dantas ou Passeio. Neste caso, a alteração das condições da aprovação das edificações, realizada segundo uma expectativa da década de 1930, que oferecia possibilidade para compatibilizar usos residenciais e de escritórios num mesmo imóvel, revela-se como alternativa adequada para eliminar entraves ao processo de transformação de uso, promover elevação dos padrões e dos valores dos imóveis.

Trata-se, no entanto, de um movimento ainda muito pulverizado, de pouca expressão numérica para chegar a caracterizar receptividade do mercado e da população em geral na direção de ocupação mais intensa da área central. Os problemas acabam sendo mais fortes, recebendo maior destaque. Por exemplo, o péssimo estado de conservação de muitos imóveis, oferecendo riscos aos ocupantes ou pedestres foi amplamente divulgado, com base ao levantamento realizado pela Defesa Civil municipal que apontou em 430 edificações de apenas duas ruas da periferia da área central, Mem de Sá e Riachuelo, questões de manutenção deficiente em 25% dos casos e 5% com riscos para desabamentos e sinistros.[79]

4.3-As funções urbanas: comparações entre o centro descrito em 1967 e a situação atual

Para atribuir individualidade e identificar uma fisionomia própria na área central, em 1967, foram exploradas suas características, sendo a funcional, a mais importante,

---

[78] Dados obtidos no Anexo 3, p. 15, do Relatório final da Equipe Foco-Local-Centro, PCRJ, agosto de 2002 e por levantamento das licenças solicitado à Secretaria Municipal de Urbanismo, promovido pela assessora Rose Compans, em abril de 2006. Dois elementos se destacam neste levantamento: um hotel situado na rua Gomes Freire n° 558 com área de 9.556 m², transformado em uso residencial permanente, com lançamento previsto pela empresa CHL para o mês de novembro de 2006 e o caso da edificação da rua do Passeio n° 78, transformada de mista para comercial, com área de 6.744m².

[79] Matéria publicada no Jornal O Globo, 26 de abril de 2006.

uma vez que “a área central de uma grande cidade é caracterizada pela complexidade de funções e concentração de serviços”.[80]

Na hierarquia de funções, a localização central era considerada “o lugar ideal de atuação”, uma vez que estar nela sediado significava “...estar apto a atender à cidade toda, por possuir todos os tipos de serviços”. Apesar dos inúmeros congestionamentos existentes, ela seria o lugar de mais fácil acesso para os que viriam dos diferentes pontos da metrópole, em decorrência da convergência dos transportes. Nas outras justificativas para a especial condição carioca estavam “necessidades de contato entre os homens de negócios, entrelaçamento das diferentes atividades, acesso aos negócios complementares, dependência dos órgãos públicos, presença do porto”.[81]

As funções da área central eram então exploradas, sendo de destaque as que eram por ela monopolizadas, obtendo daí sua “maior centralidade”. Neste caso, estavam as de caráter metropolitano, e mesmo nacional, considerando a histórica condição política da cidade do Rio de Janeiro.

Das funções localizadas na área central do Rio de Janeiro, eram citadas a político-administrativa, a portuária, a cultural, a comercial, a atacadista, a de comércio especializado e a de direção, considerando a gerência de negócios e da produção. As duas primeiras detinham especificidade no caso carioca.

Os dados apresentados no documento de 1967 foram utilizados para uma avaliação da área central na atualidade. Na metodologia de pesquisa procuramos, sempre que possível, utilizar as mesmas fontes que os pesquisadores usaram à época. Deste modo, as listas telefônicas, as associações, os órgãos de classe, as instituições públicas e privadas, entrevistas e a internet foram preciosas fontes de pesquisa.

Os dados obtidos por estas fontes foram registrados, tabulados e passaram por distintos programas (Excel e Access) para afinal serem traduzidos em mapas esquemáticos, georeferenciados, para cada uma das funções analisadas.[82]

---

[80] Duarte, *op. cit.*, p.15.
[81] *Id.*, p.19.
[82] A tarefa foi realizada com a fundamental colaboração da Diretoria de Informações Geográficas, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

A função político-administrativa

Sua exploração parte da recuperação da história urbana carioca quanto à localização de órgãos públicos federais no trecho do antigo Morro do Castelo, nas áreas das praças Quinze de Novembro e República. Aparentemente, não havia sido sentida a perda de *status* político do Rio, considerando a afirmação de que: "atualmente, apesar de não ser a sede do governo federal, *ainda aqui está* a maioria dos órgãos federais e do funcionalismo federal. A cidade é o centro político - administrativo do país, aqui são traçadas, na realidade, as diretrizes políticas da nação".[83]

A importância da função é ilustrada por reconhecimento de um padrão de usuário, o pedestre, em especial na área do Castelo, identificado como funcionários em horários de entrada e saída das repartições públicas federais.

Na cidade-estado, a prestação de serviços à população já estaria descentralizada, ocorrendo em função da localização residencial, enquanto o executivo e as diversas secretarias permaneciam na área central, em poucos prédios anteriormente ocupados pela Prefeitura do Distrito Federal. Esta situação seria alterada em função do projeto de expansão do centro em direção à Cidade Nova, com a criação de um centro administrativo estadual.

Diversos órgãos e repartições públicas, autarquias, empresas de economia mista, ministérios são localizados no contexto de 1967, reforçando o peso da história urbana que levou à formação da área central como centro do poder político e administrativo da cidade.

O mapeamento da situação atual indica que, apesar dos quase quarenta anos decorridos e da descentralização administrativa implantada nas esferas estadual e municipal, com sedes em Laranjeiras e na Cidade Nova, ainda são encontrados inúmeros prédios públicos na área central, concentrados em determinadas subáreas, vestígios de uma situação política e administrativa conformada no passado.

Um primeiro registro se faz necessário e decorre da diferenciação entre patrimônio imobiliário e instalações voltadas ao efetivo serviço público. Na distinção encontram-se conseqüências da história política do Rio, da excessiva concentração de propriedades do governo federal na cidade e de sua posterior ociosidade. No

---

[83] Duarte, *op. cit.,* p.20. Grifo nosso.

levantamento de extensas propriedades podem ser listados grandes trechos que ainda estão sob a jurisdição das forças armadas, exemplificados por distintas instalações do Exército nas proximidades da praça da República, da Marinha na praça Mauá e ilhas de Villegaignon e Cobras, da Aeronáutica na Ponta do Calabouço e ao longo da avenida General Justo. Estas concentrações são dominadas pela presença de servidores e serviços, civis e militares, de cada uma das forças armadas. O Exército ocupa a quadra fronteira à avenida Presidente Vargas no antigo prédio do Ministério da Guerra, esparramando-se pelo outro lado da avenida, nas proximidades do Campo de Santana, com a casa do Marechal Deodoro, as instalações da Policlínica Militar e da Odontoclínica,[84] dentre outras. Deve também ser considerada a fisionomia diferenciada, observada nas proximidades da praça Barão de Ladário, transformada em reduto do branco em função da farda do pessoal da Marinha nos horários de entrada, almoço e saída do serviço.

Numa outra consideração, a realização de obras de arrasamento de morros e conquista de terrenos ao mar resultaram em verdadeiros latifúndios de terras públicas, onde ainda persistem grandes propriedades do setor público, tendo como exemplos as esplanadas do Castelo e de Santo Antônio ou a área do porto da cidade.[85] Este também é o caso de históricas localizações centrais, como a praça Quinze.[86] Em especial, a área de mais recente anexação à cidade, a esplanada de Santo Antônio, serviu à construção de prédios públicos, importantes na expressão econômica do Rio de Janeiro, posteriores à perda de *status* como capital federal.[87]

No que diz respeito à efetiva função político administrativa da e na cidade, torna-se necessário destacar a pouca expressão quanto à localização central do poder

---

[84] O serviço funciona na rua Moncorvo Filho n.5.

[85] Muitas vezes foi esta enorme propriedade que viabilizou interessantes negócios. No governo do Presidente Dutra por decreto–lei n° 9.866, de 13 de setembro de 1946, foram permutados os terrenos da União situados na Esplanada do Castelo - lotes n° 10 da quadra 13-A, n° 20 e 21 da quadra 14, n° 18 e 19 da quadra 14-C da planta 1.617, arquivada no SPU- por imóvel, prédio, terreno e benfeitorias do espólio Eduardo Guinle. O palacete Eduardo Guinle transformou-se assim na residência oficial do Presidente da República.

[86] Raquel Sisson escreveu um interessante ensaio sobre os três centros urbanos da cidade do Rio de Janeiro, expressões do Brasil Colônia, Império e República respectivamente as praças Quinze, República e Floriano. Ver: Revista Municipal de Engenharia, out.-dez. 1983, volume XXXIX, Rio de Janeiro, SMO, p. 55-71.

[87] O Banco Nacional de Habitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, projetos dos anos sessenta e setenta foram construídos nesta área.

público local, o municipal. Suas atuais instalações na área central ocupam parcialmente quatro prédios, três ao longo da Presidente Vargas e um na rua da Assembléia. A Procuradoria do Município recentemente instalou-se no miolo da área central, num prédio próprio.[88] Porém, em 2004 foram transferidas da área central a Riofilme, que passou a ocupar o prédio reformado das Casas Casadas em Laranjeiras, assim como a Rioluz e a Cet-Rio, que se mudaram para Botafogo. Neste bairro já estavam a Riourbe, Empresa Municipal de Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras, e a Multirio, da Secretaria Municipal de Educação. Em Laranjeiras está o Iplanrio, agora sede do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.[89] As alternativas centrais não parecem agradar à Municipalidade, tendo o prefeito, inclusive, sugerido recentemente, a mudança da Câmara Municipal para a Barra da Tijuca, localização que permitiria sua desejada expansão.[90]

No que se refere à representação do governo estadual, ela é ainda bastante presente na área central. Diversas secretarias do poder executivo estão instaladas na avenida Nilo Peçanha, no famoso "Banerjão". Além disso, encontram-se em franca expansão as instalações do poder judiciário estadual, cuja concentração já é bastante significativa e de impacto, sobretudo na região da praça Quinze e na avenida Marechal Câmara.[91]

As sedes do legislativo, municipal e estadual, também estão situadas na área central, sendo comum a ocorrência de eventos mobilizadores de público e complicadores do trânsito tanto na avenida Rio Branco, quanto na Presidente Antônio Carlos, onde estão as mesmas localizadas.

---

[88] A Procuradoria Geral do Município está agora sediada na Travessa do Ouvidor, n°4.

[89] A Secretaria de Esportes e Lazer deverá, ainda em 2006, deixar o endereço da Presidente Vargas para localizar-se na Barra da Tijuca.

[90] Noticia publicada em O Globo, em 27 de setembro de 2005, relata projeto apresentado pelo Prefeito com intenção de transformação do Palácio Pedro Ernesto em Museu da Cidade. Caso houvesse a concordância, a Prefeitura cederia um terreno na Praça Quinze ou na Barra e construíria uma nova sede para o legislativo municipal. Há um clima favorável à ampliação das instalações da Câmara que, segundo a matéria, já paga por aluguel de salas próximas à Cinelândia, R$ 111.000,00 ao mês, mas no que diz respeito à localização na Barra, existem várias opiniões contrárias.

[91] O Fórum aprovou projeto de ampliação de suas instalações na Praça Quinze de Novembro, completando uma área especialmente destinada ao poder judiciário. Este também é o caso do Ministério Público Estadual, localizado na avenida Marechal Câmara n° 370, que será ampliado, tendo na sua proximidade, a Defensoria Pública (no n° 314).

Efetuamos o mapeamento das instalações de órgãos públicos no centro da cidade utilizando, para sua realização, dados referentes às três esferas de poder disponíveis na internet.[92] A informação mapeada indica uma concentração ainda forte de órgãos públicos federais no centro do Rio. É bem verdade que não são mais os ministérios, mas persistem instituições de hierarquia superior, das quais as mais importantes são a Petrobrás e o BNDES. Vale ainda considerar a ampliação da área ocupada pelos mesmos, não sendo mais apenas a esplanada do Castelo e a praça Quinze, mas ocorrendo também na esplanada de Santo Antônio e na avenida Almirante Barroso.

Na hierarquia, ao governo estadual corresponde um segundo lugar na ocupação de espaços na localização central, sendo sua maior expressão representada pelo poder judiciário que se expande, acrescendo áreas para garantir conforto aos seus funcionários e usuários.

O comentário sobre o poder público municipal torna-se importante para marcar a dicotomia presente entre o discurso e a prática. Em geral, nas falas dos representantes municipais e nos documentos que são produzidos, é explicitada uma vontade política em promover a revitalização de atividades, de usos, em aumentar a intensidade da utilização da área. Entretanto, quando a questão é efetivar a mudança de repartição localizada no centro, quase que imediatamente outros bairros se apresentam, revelando as incoerências e distâncias entre intenções reveladas e ações efetivamente realizadas. Para cada instalação municipal que deixou o centro, perderam-se usuários qualificados, necessários para alimentar a demanda de consumo dos estabelecimentos comerciais e de serviços, além de revelar para a população um valioso sinal da ausência de crença no valor locacional da área central. Apenas nesta gestão de governo, três órgãos municipais deixaram o centro, e mais um está neste caminho. Neste sentido, o poder municipal atua desequilibrando a importância da área central como espacialização da gestão do território da cidade. Vale dizer, colabora com a formação de centralidades concorrentes,

[92] A informação torna-se possível em função da prática de disponibilizar informações aos cidadãos. Foram utilizados os seguintes endereços eletrônicos: www.brasil.gov.br e www.siorg.redegoverno.gov.br(federal); www.governo.rj.gov.br(estadual) e www.rio.rj.gov.br (municipal).

Órgãos Públicos localizados na área central

Níveis de Governo

- Municipal
- Estadual
- Federal
- Poder Judiciario
- Legislativo Municipal
- Legislativo Estadual

Fonte: www.rio.rj.gov.br, www.governo.rj.gov.br, www.brasil.gov.br, www.siorg.redegoverno.gov.br, www.telelistas.net, www.telemar.com.br (consultados em 18/03/2004, 13/05/2004, 19/01/2005 e 20/01/2005). Atualizada em 21/07/2006.

N

Escala 1:22.000

0 200 400 800 Metros

reproduzindo em sua organização interna, as questões e mecanismos que já oneram a cidade no plano nacional quanto às diferenças econômicas e sociais.[93]

Por outro lado, a expansão das atividades relacionadas à localização de importantes representações do setor público federal, em especial, a Petrobrás, que nos últimos anos vem ampliando suas instalações na área central do Rio de Janeiro, oferece indicações de uma correlação ainda bastante forte da cidade às determinações da política nacional. A expressão do Estado do Rio de Janeiro na exploração de petróleo poderia justificar tal decisão, no entanto, vale lembrar o antigo dilema da cidade, considerando seu caráter nacional ou local, vivenciado desde a perda do *status* de capital como um círculo vicioso, que "não é, do ponto de vista econômico-social, revertido de modo consistente até os dias atuais", na avaliação de Osorio (2005, p.27).[94]

A função portuária

Esta era uma função bastante valorizada em 1967, apontada como elemento de destaque na identidade da área central carioca. O porto, em sua localização imediatamente próxima ao centro potencializava forças de atração da cidade em caráter metropolitano, "atuando num vasto *hinterland*".[95]

Em 1965, eram citadas 830 firmas comerciais atacadistas situadas na área central e em sua periferia, ligadas direta ou indiretamente ao porto. A análise da operação portuária, apontava, àquela época, uma importância das importações, sobretudo carvão para a usina siderúrgica de Volta Redonda (90% do total importado), óleo para a refinaria de Duque de Caxias, além de trigo. No que diz respeito à exportação, o café e o minério de ferro eram os responsáveis pelo consumo de grandes espaços para estocagem, demandando instalações próprias.

A descrição da ocupação detalhava depósitos para armazenagem e instalações industriais na orla portuária, ao longo da avenida Rodrigues Alves até o Caju, o comércio atacadista nas proximidades da rua do Acre, depósitos e armazéns nas ruas

[93] Corrêa, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. Revista Território, 1(1), 1996, p.23-30.
[94] Osorio, Mauro. Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.
[95] Duarte, *op. cit.*, p. 69.

Sacadura Cabral, Livramento, União, Gamboa, Rivadávia Correa e praça da Harmonia. Ainda eram identificadas as instalações da Companhia de Gás, a refinaria de petróleo de Manguinhos, as indústrias gráficas e estaleiros no Caju e órgãos públicos ligados à operação portuária com setores administrativos da Polícia Marítima e da Alfândega, além das sedes de autarquias importantes à época como o IBC, Instituto Brasileiro de Café, e instalações da classe trabalhadora, como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e outras instituições públicas como a Imprensa Nacional ou o Hospital dos Servidores do Estado. O maior dinamismo da área estava localizado nas proximidades da praça Mauá, onde eram encontrados escritórios das empresas de navegação, sedes das firmas de representação comercial e câmbio, turismo, despachantes e lojas destinadas aos turistas que chegavam à cidade por diversos transatlânticos.

A importância atribuída à função portuária começou a sofrer modificações nos anos seguintes. A imagem de um porto operante, vivo, passou a ser gradativamente deslocada, migrando na direção do Caju, onde existiam grandes espaços abertos e melhores condições de atracação em função do calado.

As instalações do Cais da Gamboa, a grande obra portuária do início do século XX, com 3.150m, 20 berços, calado de 7 a 10.30m, com 18 armazéns “internos” com 60.000 m² e 16.000 m² de área descoberta, ficaram defasadas frente aos conceitos mais modernos de operação e logística portuária.

No Rio de Janeiro, certamente até os anos sessenta, o espaço e a atividade portuária detinham sintonia. As categorias profissionais ligadas à atividade possuíam poder político e força em seu movimento sindical, sendo mantido um contínuo programa de obras, tanto na zona primária como na retroárea, ou ainda voltado para a mão de obra especializada.

Mesmo com a inauguração do Aeroporto do Galeão, melhoramento necessário para o pouso das modernas aeronaves como o DC7-C, e as conseqüentes reduções de desembarque de passageiros internacionais no terminal marítimo, a grande movimentação de cargas realizada pelo porto, 41,4% do valor da importação nacional de gasolina (1956-1958), permitia a compensação e o equilíbrio de contas.[96]

[96] A aeronáutica comercial começou no Rio em 1927. Em 1934 foi construído o Aeroporto Santos Dumont inicialmente com uma estação de hidroaviões e depois, uma estação de passageiros. Nos fim dos anos 50, por ele embarcavam 2.000 pessoas/dia. Estava apto a operar com

Porém, nos anos setenta, vai ter início uma alteração substancial nos transportes marítimos. Ela irá ocorrer por navios com maior capacidade de carga, necessitando como conseqüência, maior calado para atracação. Também foi alterado o sistema de estocagem, sendo a carga solta substituída para operação, mais rápida, armazenada em caixas fechadas, os *contêineres*, com capacidade de 40 ou 20 toneladas.

Duplamente penalizados, os espaços portuários precisavam de adaptação às novas formas de operação. Eram necessárias áreas abertas, grandes terrenos vazios para permitir melhores condições de armazenagem, com operação segura dos pesados equipamentos e muitos caminhões para seu transporte. Além disso, na maior parte dos casos, os portos estavam estrangulados, resultado do crescimento das cidades. As vias que levavam ao cais, inicialmente exclusivas da operação portuária, recebiam outras cargas e o fluxo dos transportes e passageiros na direção do centro de negócios. Ainda, o esgotamento das águas pluviais na direção da baía promoveu o assoreamento constante dos canais de navegação.

As conseqüências também passaram a ser duplas. De um lado, surgiram alternativas para a relocalização do porto, mais compatíveis as novas exigências operacionais. No Rio, tais idéias conduziram à proposição de um novo porto para a cidade na baia de Sepetiba, como um *hub-port* , concentrador de cargas.

Para o antigo porto, calcado em inúmeras experiências internacionais, coloca-se o "urbanismo do *waterfront*," um conjunto de sofisticados projetos destinados à refuncionalização de extensas áreas ociosas, explorando o potencial da orla marítima para funções urbanas de lazer, serviços, comércio e residências. Com rótulos de requalificação, revitalização ou reabilitação de regiões portuárias, já são muitos os exemplos que se acumulam pelo mundo, criando escolas e modelos espaciais, conforme já discutido.

No Rio, foram pelo menos vinte anos de negociações e expectativas desencadeadas por inúmeros projetos.[97] Em 2001, pela primeira vez, o processo foi

---

aeronaves do tipo Constellation, L-49, com restrições de peso. O aparecimento de quadrimotores ditou necessidade de pistas maiores, indicando a transformação da base aérea do Galeão em aeroporto internacional. Entre 1950 e 1958, o número de passageiros embarcados nos aeroportos do Rio de Janeiro aumentou em 75%, passando de 438.586 para 767.615. Ver: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Distrito Federal, XXIII Volume, IBGE, Rio de Janeiro, 1960, p.76.

[97] O primeiro projeto de revitalização da zona portuária foi apresentado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro no inicio da década de 1980, Posteriormente, a Companhia Docas

capitaneado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio de um plano de trabalho que consolidava as ações necessárias ao novo Porto do Rio.

Num horizonte de médio e longo prazo, seguindo definição ditada pela própria Companhia Docas do Rio de Janeiro, foi considerada a liberação da orla dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, do Armazém 1 ao 18, para operações de revitalização. A decisão da Cia Docas, durante muitos anos anunciada e claramente sinalizada pelo arrendamento do Píer Mauá e do conjunto dos quatro primeiros armazéns com finalidade de usos destinados ao lazer, cultura e comércio ditou bases para o planejamento territorial por parte do Município.

A transformação proposta refletia a desaceleração da função portuária no Cais da Gamboa, mas não a do porto do Rio. Ele permaneceria na direção de São Cristóvão, com seus terminais *roll on/ roll off* e de *contêineres*, que se prolongam na direção do bairro do Caju. Neste trecho, o porto persiste e revela-se operante, dotado de um terminal ferroviário, Arará, assegurando uma intermodalidade para o transporte de cargas, operado pelo consórcio MRS, vencedor da privatização da RFFSA.

Comparado a Sepetiba, o porto do Rio se diferencia por atração de cargas dispersas, repartidas por vários interessados em exportação/ importação, espalhados na cidade e em sua hinterlândia.

A modernização dos portos que acarretou a privatização dos terminais, iniciada em 1993 por meio da lei n° 8.630, ofereceu oportunidades para o surgimento de diversos operadores concorrentes, disputando cargas e oferecendo benefícios de uma situação central, privilegiada por muitas possibilidades comerciais, garantidas pela cidade que lhe oferece retaguarda. Para a função portuária não caracterizada como a de porto concentrador de grandes cargas, a vantagem competitiva parece estar exatamente na centralidade que a localização intra-urbana pode oferecer.

Com relação a este fato, há um elemento de destaque. Nas mais recentes experiências de revitalização de áreas portuárias, os sintomas de dinamismo econômico na localização urbana ditam a permanência da função portuária, fortalecendo a personalidade inicial da formação urbana, sobretudo como alternativa de geração de

---

apresentou outro projeto em 1992. Desde então, ocorre um sistemático processo de pensar as possibilidades de renovação da zona portuária carioca em distintas instâncias do setor público ou de caráter acadêmico.

recursos. Assim, a antiga localização portuária é complementada por outros usos de apoio como estaleiros, terminais pesqueiros, pontos turísticos para marinas ou cruzeiros e outros, que cada cidade estabelece como de interesse local. Porém, ao mesmo tempo, a área comprometida com a atividade portuária, geradora de recursos para a cidade, é tratada com cuidado, eliminando entraves e problemas. Num novo *mix*, combinam-se usos de expansão urbana da área central e a manutenção de antigas funções.[98]

Ao que parece esta seria a ação de planejamento necessária. Nos dois segmentos do cais, São Cristóvão e Caju, a atividade portuária permaneceria dotada de modernização e competitividade para que, mesmo reduzida em área, pudesse funcionar atraindo movimentação de cargas e conseqüentemente divisas para a cidade. Para isto, a modernização se faz necessária, tanto da infra-estrutura, quanto em aspectos de sua operação. Seria a hora de a cidade admitir que também é portuária e investir nesta sua histórica caracterização.[99]

Na área liberada apresenta-se a oportunidade de negócios, de expansão horizontal das funções centrais com charme e sofisticada infra-estrutura urbana. Ainda assim, apesar dos mais de 20 anos de discursos e intenções, dos planos e dos muitos projetos realizados pela municipalidade, dos muitos exemplos e experiências modelares mundiais, no Rio, a cidade e a sua área central parecem não necessitar da imensa "reserva técnica" representada pelas antigas instalações portuárias tornadas ociosas e obsoletas. A afirmação decorre dos entraves jurídicos e operacionais, rotineiramente apresentados na concretização de medidas que se farão necessárias para a implantação dos inúmeros projetos propostos e que tornam a região portuária uma imensa área de baixa utilização, uma sobra, embora dotada de valores locacionais e potenciais.[100]

---

98 Diversos autores trabalharam com o tema da revitalização da zona portuária carioca. A questão foi discutida entre outros por: Del Rio(1991,1996), Moreira(2004), Vaz(2003), Santos(2005), Rabha(2003), Duarte(2005). Uma visão da função portuária carioca encontra-se em Silva e Cocco (1999), Cocco (2001). As cidades portuárias recebem destaque ainda em diversas publicações como, por exemplo: Baudoin, Thierry; Collin, Michele; Prélorenzo, Claude(coord.) Urbanité des cités portuaires. Paris: L'Harmattan, 1997.

99 Uma abordagem da importância do conjunto dos serviços agrupados no chamado terciário portuário, como os de gestão da atividade, atuando como indicadores da capacidade de desenvolvimento marítimo e urbano das cidades portuárias foi apresentado por: Tobal, Tòfol. El terciario portuario como indicador de innovación. Scrita Nova. Barcelona: Universidade de Barcelona, n.69(66), 1 de agosto de 2000. (Número extraordinário dedicado ao II Colóquio Internacional de Geocrítica, Atas do Colóquio).

100 Em 24 de março de 2006 foi assinado no Rio de Janeiro, pelo Presidente da República, um acordo de cooperação entre a União, a Prefeitura e a Cia Docas destinado ao desenvolvimento de ações destinadas à revitalização da área. Desde então, os resultados práticos são esperados.

A função comercial

A avaliação da importância da área central para o comércio varejista está relacionada ao chamado comércio de massa, resultado da convergência de distintas funções e do sistema de transportes. No Rio de Janeiro, pelo menos até os anos quarenta, era no centro que a população trabalhava e realizava suas compras. Tal característica foi modificada com a criação de subcentros e o aumento das dificuldades de acesso à área central. Posteriormente, passou a ser alterada em função da reestruturação urbana, considerada como um "processo em contínua transformação".[101]

Trabalhando a fisionomia das unidades urbanas cariocas, Soares (1965, p.372) comentava que, na década de sessenta, já teria havido uma perda de clientela do centro para Copacabana, compensada por ampliação de consumidores vindos da zona norte e subúrbios. Neste contexto seria explicada a substituição de um comércio de luxo por outro de padrão popular ou médio, ainda que sem redução em área.

Apesar das alterações de conteúdo, teriam sido mantidas as localizações das atividades comerciais, reflexo da influência das linhas de transportes coletivos ou de massa. Seus limites eram estabelecidos relacionando-os aos pontos terminais de transportes. Seriam eles: norte, representado pela rua Marechal Floriano, em função da circulação dos pedestres na direção da estação Central da ferrovia; ao sul, a praça Tiradentes, ponto final de vários ônibus que se dirigiam à zona norte; a oeste, praça da República, delimitação da periferia da área central; e a leste, a avenida Rio Branco, onde no passado, existia a Galeria Cruzeiro, antigo terminal de transporte para a zona sul. Este seria, segundo a avaliação do estudo realizado em 1967, o "coração comercial" da cidade, caracterizado por intensiva ocupação do nível térreo das edificações por lojas comerciais, presentes em mais de 50% das ruas situadas no interior do polígono delimitado por aqueles quatro pontos.[102]

---

[101] Sposito,Maria Encarnação Beltrão.Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. *In*: Sposito, Maria Encarnação Beltrão. Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p.235.

[102] O texto tem a preocupação de registrar o hiato representado pela avenida Presidente Vargas, no trecho entre as rua Marechal Floriano e Alfândega. O vazio, provocado pela abertura da avenida, teria rompido o caráter de homogeneidade comercial até então existente.

As vias que serviam aos caminhos dos pedestres para acesso e distribuição dos terminais de transporte passavam a deter um significativo valor comercial e eram procuradas por grandes *magasins*, "diretamente dependentes do maior número possível de clientes". Alguns pontos comerciais importantes estavam neste enquadramento, resultado da confluência de muitas vias e pontos finais de ônibus e bondes. Era o caso do largo da Carioca, das ruas Senador Dantas, Passeio ou Marechal Floriano. Uma múltipla especialização também ocorria em função da importância e extensão de ruas como a avenida Rio Branco, com diferentes tipos de atividade comercial.

No detalhamento da área comercial, a especialização das atividades apontava dois núcleos destacados. O primeiro seria o formado pelas ruas do Ouvidor (trecho entre a avenida Rio Branco e Largo de São Francisco), Gonçalves Dias, Uruguaiana, Sete de Setembro (entre Rio Branco e Praça Tiradentes) e Carioca, em que predominava um comércio fino. Neste trecho persistia o apuro das vitrines, o luxo das instalações guardando a memória do passado comercial da cidade no século XIX. O levantamento das atividades destacava a especialização, como eletrodomésticos na Uruguaiana, artigos femininos na Carioca, artigos para decoração, livrarias e óticas na Sete de Setembro, caracterizando "o melhor varejo do centro comercial". Neste caso estaria explicada a valorização do solo que levava ao maior aproveitamento do nível térreo, por criação de galerias comerciais.[103]

Um segundo núcleo seria composto pelas ruas da Alfândega, Senhor dos Passos, Buenos Aires e suas transversais Tomé de Souza, Regente Feijó, Gonçalves Ledo e Avenida Passos. Esta área era caracterizada como popular, migrando das atividades comerciais atacadistas para as varejistas. Sua composição reunia artigos para vestuário, brinquedos, armarinhos e tecidos. A percepção das alterações caminhava ainda por uma melhoria do padrão dos estabelecimentos "por remodelação dos interiores das lojas e na modernização de suas fachadas".

Percorrendo o centro, o levantamento indicava distintos padrões da atividade comercial, identificando o baixo dinamismo na região do Castelo, onde predominavam papelarias, farmácias e bares, com características de comércio complementar e de apoio ao grande número de usuários e funcionários do setor público. Ou a pouca expressão

[103] Como exemplo recente era citada a galeria comercial ligando as ruas do Ouvidor, n° 130 à rua do Rosário, n° 143, com três andares de sobrelojas destinadas ao comércio varejista, ainda existente.

das atividades próximas à Primeiro de Março, onde o nível da rua tendia a ser ocupado por estabelecimentos bancários.

Uma constatação interessante destacava as conseqüências da descentralização comercial, com evolução das atividades para uma especialização que atendesse amplos mercados, disseminada em toda a cidade, de amplo alcance. Neste caso estariam estabelecimentos destinados à venda de aparelhos de precisão, material de escritório, aparelhos ortopédicos, chapelarias etc. Pela mesma razão, venda em grande escala, seriam explicadas as inúmeras filiais de um mesmo estabelecimento na área central, por ampliação do raio de atendimento por maior cobertura, exemplo nos ramos de eletro-domésticos e vestuário.

Uma análise adicional é realizada para avaliar padrões de concentração comercial horizontal e vertical, relativos às estruturas mais complexas. Para o primeiro, seriam extensas redes espalhadas na área central, mas também por toda a cidade ou região metropolitana. Os exemplos seriam lojas em cadeia como a Ducal, Barki, José Silva, Dorex, Decasa, Casa Nemo, Rei da Voz, Sloper, Mesbla S A.[104] Na outra direção estariam "estabelecimentos que atuam em diferentes campos, mas se acham interligados", exemplos da chamada concentração vertical "em que figuram interesses na área das finanças, da manufatura, dos transportes e do comércio". Nestes dois casos, mesmo em extensas cadeias regionais ou atuando em distintos ramos de negócios, as matrizes das empresas permaneciam na área central, dela partindo o comando de toda a complexa estrutura comercial.

Numa avaliação final, os efeitos do crescimento urbano, o surgimento de novos centros comerciais importantes são apontados como causas da profunda mudança sofrida pela área central em sua centralidade hierárquica no conjunto urbano.

Ainda assim nas palavras dos autores seria possível afirmar que:

> "...A modificação da estrutura comercial varejista da área central pode parecer a muitos uma evidência da decadência e desintegração da região núcleo. No entanto, ela deve ser encarada mais como um processo de descentralização sofrido pelo centro urbano do que como, pròpriamente, decadência. Descentralização que reflete um maior desenvolvimento das funções financeiras, bancárias e de negócios para os quais o fator

[104] O elemento mais destacado dos exemplos citados é que não perdurou até os dias atuais, nenhuma destas grandes lojas. Foram diversas as razões para o encerramento das suas atividades, mas o fato é que nenhuma delas sobreviveu para que pudéssemos fazer comparações de suas operações na atualidade.

> centralidade é de grande importância quanto à localização e, sobretudo, o caráter de economia em expansão, fenômeno este próprio das grande metrópoles" (Duarte,1967, p.84).

Decorridos quarenta anos destas afirmações, é preciso considerar as muitas transformações que ocorreram tanto no sistema de transportes, quanto na estrutura comercial e na própria dimensão e complexidade de toda a cidade, resultando no surgimento de inúmeras alternativas e padrões para as atividades comerciais[105] e de serviços. A análise do tema, como indica Pintaudi (2002), permite identificar as "contradições internas das categorias espaço e tempo materializados em objetos sociais".[106] Para a autora, por meio das formas comerciais podem ser avaliadas as "diferenças presentes no conjunto urbano" e compreendidas as "distinções que se delineiam entre espaços sociais". Num contexto de grandes transformações da vida urbana e da emergência de novas formas comerciais, dois conceitos são identificados como de interesse para o desenvolvimento de um pensamento geográfico crítico sobre o assunto, além de outros usualmente citados: centralidade e cotidianidade.

Com relação a ambos, para a atividade comercial anteriormente concentrada no centro da cidade residiria uma dupla importância, verificada em função de ser capaz de atrair

> "...para lá pessoas de todos os estratos sociais que, de alguma maneira, estavam em contato. Quando o centro da cidade se transformou, os antigos laços entre as pessoas e o lugar se romperam e, com isso, as relações tornaram-se mais frágeis, além de o centro
>
> da cidade se constituir em referencial simbólico, o que une as pessoas e o distingue dos novos centros".[107]

As questões referentes ao estudo das relações entre as localizações do comércio e serviços, entendidas em sentido plural, como atualmente se revelam nas cidades, e os

---

[105] Destaca-se o estudo do setor terciário realizado por: Vargas, Heliana Comin. Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
[106] Pintaudi, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2002, p. 143.
[107] *Id,* p. 157.

fluxos que elas geram e sustentam, são determinantes para apreensão do conceito de centralidade segundo Sposito(2001). Considerando distinções entre centro (localização no território) e centralidade (movimento no território), a autora apresenta tendências para reestruturação urbana que indicam o tratamento da questão por inclusão da dinâmica observada na urbanização e na sociedade contemporâneas. Elas seriam verificadas por ocorrência de centralidade: múltipla, considerando o aumento e diversificação de áreas centrais, representadas por novas formas de exercício das atividades; cambiante, incluindo diferentes ritmos e variações para a atividade comercial ao longo do dia na cidade; complexa, em função de distintas escalas de atendimento e "fluxos que se entrecruzam"; polinucleada, determinada por seu aspecto funcional e sócio-espacial.[108]

De fato, nos últimos trinta anos as cidades brasileiras começaram a sofrer o impacto, cada vez mais intenso, resultante do surgimento de novos centros de comércio em novas formas como *shopping centers* e hipermercados estudados por Pintaudi (1989), Pintaudi e Frúgoli Júnior (1992), Sposito (2001), Silva (2003) implantados em distintas áreas das cidades, fossem bairros, zonas de expansão ou mesmo às margens de eixos viários. Como resultado, verifica-se um significativo processo de reestruturação urbana, conforme apontado por Rezende (2001) para a zona norte do Rio de Janeiro, em especial Del Castilho, considerado "centralidade emergente" em função da combinação do binômio *shopping* e Linha Amarela.[109]

Entretanto, nos últimos anos, também houve um renascimento do comércio da área central carioca, após uma temporada de grande ostracismo. Duas inovações devem ser registradas. A primeira diz respeito à alteração verificada na delimitação do que era chamado "núcleo de melhor varejo". Ele migrou, redirecionado da direção Ouvidor/Largo de São Francisco para as ruas Sete de Setembro/Quitanda, ultrapassando o limite representado pela avenida Rio Branco. Esta reorganização reflete a localização de um mercado consumidor de maior poder aquisitivo, contido no trecho entre a avenida Rio Branco e a praça Quinze de Novembro, representado por funcionários e empregados das empresas públicas e particulares sediadas nas proximidades. Deve

---

[108] Sposito, *op. cit.*, p. 251-252.

[109] Carvalho, Maria Alice Rezende. Itinerário Suburbano. Gramsci e o Brasil. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv149.htm. Acesso em: abril de 2006.

ainda ser considerada a implantação do terminal rodoviário e edifício garagem Menezes Cortes, propiciando novas condições de acesso e estacionamento de veículos no Centro. Neste trecho de ocupação comercial qualificada mais recente se instalaram estabelecimentos usualmente voltados ao consumo de uma população residente e usuária da zona sul da cidade, em função do poder aquisitivo e da sofisticação das marcas. Os exemplos pioneiros deste movimento são de lojas de vestuário como a Richard's, [110] instalada desde 27 de julho de 1987 na Sete de Setembro, e a Elle et Lui, inaugurada na mesma época, na rua da Assembléia.

Nos últimos anos este padrão comercial foi ampliado, sendo constante a abertura de filiais ou franquias de marcas encontradas nos mais modernos *shoppings* da cidade. A estratégia não é nova, refletindo uma prática usual da atividade comercial que se volta à maximização das vendas, numa disputa agressiva para cobrir todos os caminhos freqüentados por potencial consumidor que circula pelo centro ao longo do dia.[111]

O processo ganhou corpo com a abertura do que pode ter sido uma invenção da área central. Um prédio de escritórios recebeu a instalação temporária de uma loja enquanto seu endereço original, sinistrado, passava por reformas. O que seria inicialmente um favor a um amigo, funcionou como experiência e abriu uma oportunidade de negócios. O "Shopping Vertical" começou a amadurecer em setembro de 2002, por alteração legal do uso anterior, salas comerciais, para gerar um comércio concentrado em andares com clima mais intimista, seguro e preservado dos problemas encontrados nas ruas muito movimentadas, com respeito à segurança ou excesso de ambulantes.

Na área descrita como o segundo núcleo de varejo, a bastante conhecida SAARA, suas atividades ganharam expressão, sendo possível considerar sua transformação num centro de comércio com 1.250 lojas e circulação diária estimada entre 70 e 100.000 pessoas. Sua maior qualidade foi estabelecer um padrão duplo. De um lado, marcou sua posição com relação aos preços mais baixos, cerca de 30% com relação ao praticado nos *shoppings* e outros centros de comércio da cidade. Por outro, a

---

[110] É interessante registrar que a cadeia de lojas Richard's encontra-se hoje nos mais importantes *shoppings* da cidade. Fora deles, as lojas de rua estão localizadas nos bairros de Ipanema, Leblon e Centro.

[111] Um bom exemplo da reedição da estratégia das filias para cobrir diversos pontos da área central está nas novas marcas Taco (roupas) que tem quatro lojas entre Rio Branco, Quitanda e Gonçalves Dias; ainda em lojas como Mr. Cat e Folic, com três lojas no mesmo trecho. Não por coincidência, a localização do comércio mais requintado repete-se nestas três ruas.

diversificação de mercadorias vendidas adquiriu notoriedade com a intensa divulgação das amplas possibilidades que podem ser encontradas nas suas lojas. [112]

Deste modo o centro de comércio atacadista procurado por prestamistas,[113] na origem explorado por árabes, judeus e ultimamente por asiáticos, cresceu desde os anos cinqüenta para consolidar-se como um *shopping* a céu aberto com segurança própria, serviço de rádio para divulgação e propaganda, soluções próprias de estacionamento e até mesmo abertura de linhas de crédito para subsidiar reformas dos imóveis e da estrutura urbana.[114] As edificações antigas, tombadas ou preservadas, requerem cuidados constantes, não totalmente cobertos pelo incentivo dado pelo Município com a isenção de IPTU. Certo é que os melhoramentos são necessários para uma área que obteve, no dia 23 de dezembro de 2003, a impressionante marca de dois milhões de visitantes, compradores ou não.[115]

Fora destes dois núcleos existem ainda pequenas concentrações de comércio com certa especialização, como é o caso das imediações da praça Quinze com algumas lojas de material naval e de pesca. Trata-se, no entanto, de uma atividade que perde importância, restando como residual de um passado mais glorioso. Da mesma forma, nas proximidades da Cinelândia, não há mais a dinâmica apontada nos anos sessenta, quando os hotéis atraiam um comércio de bom padrão.

Nas periferias ou nos limites da área central, ainda são encontradas concentrações de um comércio especializado, como os materiais de construção na rua Frei Caneca ou móveis e antiguidades nas ruas do Lavradio e Senado. Ou ainda, atividades comerciais destinadas ao consumo cotidiano dos moradores como açougues, supermercados etc. ladeadas de serviços que se instalaram nas bordas da área central.

---

112 Matéria publicada na Revista Veja Rio, em 24 de novembro de 2005, pesquisou para seus leitores 100 endereços da SAARA onde seria possível encontrar roupas, acessórios, jóias, embalagens etc e bons preços.

113 Assim eram chamados os judeus que compravam dos atacadistas tecidos cortados a metro, em média de 3.50m para vestidos femininos e vendiam de porta em porta para pagamento prestações. Sobre o tema ver: Kessel, Carlos; Worcman, Karen(org.). Um balcão na capital: memória do comércio na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, SESC RJ, Editora SENAC RJ, 2003.

114 Matérias publicadas na Revista Época, em 26 de fevereiro de 2001 e Jornal do Brasil, de 13 de agosto de 2003 divulgavam o empréstimo conseguido pela SAARA junto ao BNDES e posteriormente à CEF, para financiamento das obras necessárias à reforma dos antigos prédios.

115 Jornal do Brasil, 13 de agosto de 2004, p. A19. Em setembro de 2006, em entrevista realizada com o presidente da SAARA, Ênio Bittencourt, a indicação de freqüência da área foi público foi confirmada.

Em contrapartida, alguns pontos importantes do passado perderam especialização e a ocupação se faz sem qualquer característica ou destaque de bom padrão. Este é o caso da avenida Marechal Floriano, a rua larga, onde lojas como O Dragão garantiam sua personalidade.

Um único *shopping* foi realizado no centro, o Paço do Ouvidor e ainda que não possua um apelo forte dessa sua característica, é filiado à ABRASCE.[116] As dificuldades para estacionamento e acesso de veículos consagraram-se como maior estrangulamento ao desenvolvimento do exemplo em questão, bem como para a implantação de outros.

No que é possível concluir sobre a função comercial da área central revela-se sua capacidade em articular distintas demandas, formada por público diferenciado, conforme destacou Pintaudi (2002). De um lado, o atendimento às classes populares foi mantido e ampliado, revelado pelo crescimento da SAARA. Por outro, renasceu o padrão mais elitizado representado por lojas, filiais ou franquias de grandes marcas. Um exemplo existente na Sete de Setembro destaca-se dentre todos. Pelos serviços oferecidos é possível uma completa transformação na saída do trabalho, num jargão muito popular "entrar como executiva e sair socialite". Algo que só poderia acontecer na área central.[117]

No entanto, uma das características da área central perdeu-se com o passar dos anos. As grandes lojas de departamentos, que perpetuavam uma tradição iniciada com a Casa Colombo, a Casa das Fazendas Pretas, continuada com a Sloper e a Mesbla, manteve-se apenas parcialmente com as Lojas Americanas ou a C&A, duas grandes marcas que persistem no centro. A mudança acarreta um impacto na área central porque altera um tipo de estabelecimento que surgiu na própria área, mas sua formulação tem um sentido mais amplo, revelando as alterações dos padrões comerciais e de compra dos consumidores.

Não há muito que falar das atividades do comércio atacadista, tão forte no passado, na região da praça Mauá. As características atuais ditadas por não manutenção dos grandes estoques de mercadorias, o preço real e operacional da localização tão próxima ao centro da cidade, e as transformações importantes que afetaram o setor

---

[116] Associação Brasileira de Shopping Centers.

[117] A loja em questão chama-se Novamente e oferece possibilidade de associar serviços de beleza e compras. Está instalada na rua Sete de Setembro 43, 5° andar.

atacadista, de maneira geral, com as melhorias realizadas nas redes de transporte e de comunicação, que alteraram toda a estrutura organizacional do comércio em grosso, afastaram os armazéns e depósitos para as principais vias de acesso à cidade ou para a proximidade dos terminais de chegada ou partida das mercadorias. Em alguns ramos ainda persistem lojas ou representações, porém certa concentração só é sentida na região da SAARA, por tradição ou manutenção das próprias atividades originais.

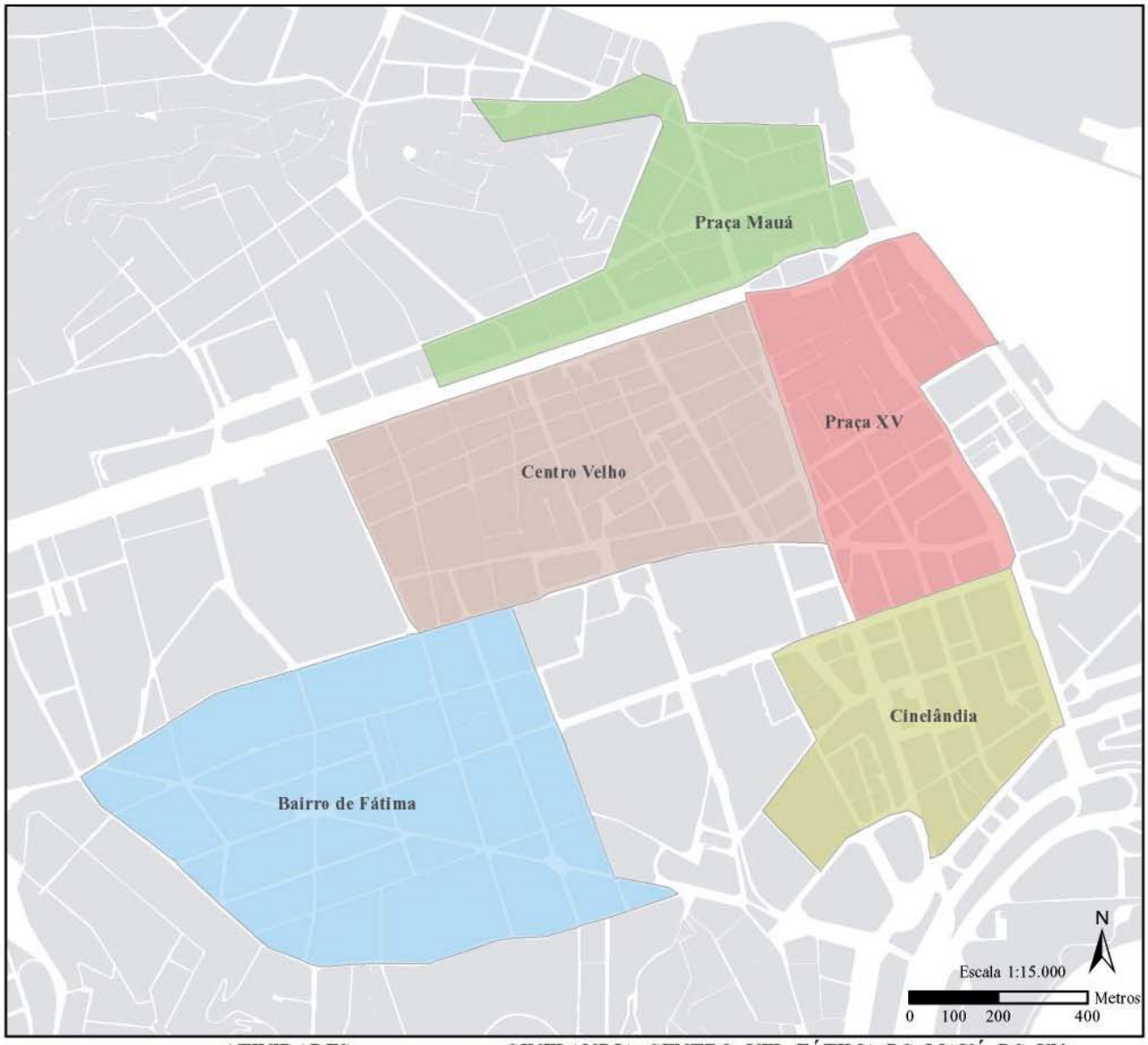
O mapeamento das atividades comerciais, a seguir apresentado, foi elaborado com base aos dados levantados pela Fecomércio em 2003. A divisão por setores foi baseada nos parâmetros daquela pesquisa que dividiu o centro da cidade em cinco trechos, identificando em cada um distintas atividades. Ainda que não georeferenciadas, tais informações foram consideradas como as mais confiáveis para identificar a distribuição do comércio na área central do Rio de Janeiro.

Entretanto, o assunto não poderia ser encerrado sem falar do comércio ambulante, algo sequer comentado em 1967 e tão característico dos dias atuais. No centro, os comerciantes do asfalto não param de crescer. Um maior contato com essa realidade revela-se como interessante filão de pesquisas, como demonstram os trabalhos de Pamplona e Itikawa (2004) para o centro da cidade de São Paulo. Na visão do primeiro, o comércio de rua teria uma função de "absorvedora de choques" no mercado de trabalho.[118]

Em janeiro de 2002, a Prefeitura, movida pelo excesso de denúncias dos contribuintes, realizou um levantamento, ouvindo 300 camelôs em atividade na área central de negócios. Os resultados apontaram o perfil dos que exerciam a atividade

[118] Pamplona, João Batista. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. *In*: Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a cidade de São Paulo. São Paulo, EMURB, 2004, p.332.

Setores comerciais da área central



ATIVIDADES	CINELANDIA	CENTRO_VEL	FÁTIMA	PÇ_MAUÁ	PÇ_XV
Automóveis e motos	1	18	56	5	0
Assist. Técnica, máquinas, peças e ferramentas	37	75	69	21	0
Material de construção	8	135	126	40	2
Eletrodomésticos e eletroeletrônicos	1	23	4	1	8
Móveis, decorações e presentes	14	155	77	23	17
Informáttica e telefonia celular	24	286	8	19	18
Papelarias, livrarias, gráficas, copiadoras	78	154	72	75	73
Fotografia, cds, fitas, jogos em geral	21	67	20	18	25
Brinquedos, artigos de festa e fantasias	1	78	2	2	1
Vestuário e acessórios	33	684	48	37	138
Joalheria e relojoaria	4	123	3	8	4
Farmácias e perfumarias e beleza	62	131	75	37	55
Alimentos*	10	26	34	16	7
Diversos	107	196	59	48	95

Fonte: Base de dados Fecomércio, 2003
* mercados, supermercados, mercearias, açougues, etc

como sendo formado prioritariamente por homens, sem emprego formal há mais de três anos, casados, com mais de um filho. Do universo pesquisado, 59% não procuravam emprego. Quando a esse dado somava-se a faixa etária, 52% estavam entre 20 e 40 anos.[119]

Tais resultados provocaram um visível confronto aos critérios que vinham sendo utilizados para assentamento dos ambulantes, ditados por lei n° 1.876, aprovada em 1992, pela Câmara Municipal. Segundo o texto legal, destinado à organização do exercício do comércio ambulante na cidade, eram priorizados os mais velhos, os egressos do sistema penitenciário, os deficientes, as mulheres que sustentavam suas famílias. Na época, foram definidos para a área central 1.500 pontos comerciais,[120] que deviam ser localizados fora dos eixos comerciais mais importantes, os centros de bairro categoria 3(CB-3), das entradas de estabelecimentos bancários, hospitais, escolas, igrejas e terminais de transporte ou fronteiros aos bens tombados ou preservados. Vale dizer, não seriam permitidos nos usuais pontos multiplicadores de economias externas e de interesse dos ambulantes, em contínuo processo de crescimento.[121]

Mas o comércio informal sofreu ainda uma considerável mudança de rumo. Os antigos vendedores ambulantes, os mascates conhecidos nos bairros e de freguesia certa, transformaram-se em mercadores do asfalto, voltados à venda de mercadorias importadas ou falsas, resultado de sua estreita sintonia aos desejos de consumo dos produtos de ocasião, definidos por efêmeros modismos, mas de preços baixos. Atualmente operam segundo formas associativas, organizadas em núcleos de comércio populares que guardam semelhanças aos mecanismos corporativos de uma estrutura formal, seja na geração de empregos, troca de favores ou cacifes políticos. Numa formidável correção de rota, a anterior ausência de qualquer garantia e o caráter individual que sempre marcou a atividade cederam lugar à reivindicação de um direito, ainda que precário, e ao associativismo.

---

[119] A pesquisa foi realizada pela Secretaria Municipal de Governo que responde pelo controle urbano por meio da CLF, Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização.

[120] O número era o maior de todos os recomendados para as Regiões Administrativas, que alcançavam em geral a indicação para a implantação de 500 pontos comerciais.

[121] Uma análise para a cidade de São Paulo, demonstra as localizações e as justificativas para a maior procura por localizações do comércio informal. Ver: Itikawa, Luciana. Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. *In*: Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a cidade de São Paulo. São Paulo: EMURB, 2004, p.340-362.

Na área central e nos locais de maior circulação de pedestres, as calçadas passaram a ser tomadas por barracas, bancas, tabuleiros, carrinhos, carrocinhas e recentemente, pelos pára-quedas, resultado da criatividade e garantia da mercadoria frente à repressão da atividade.

Em toda a cidade, sobretudo na área central, quem perde é o pedestre, sem espaço de circulação, o lojista, prejudicado nas vitrines e área de venda, e o Rio, que amplia a produção de lixo nos pontos de concentração dos ambulantes.[122]

Desde 1993 foram implantados diversos núcleos de ambulantes na área central. Eles foram localizados nas ruas da Quitanda, Ramalho Ortigão, na Praça Guanabara, avenida Presidente Vargas e em maiores proporções no que se chamou "camelódromo da Uruguaiana", onde 1.500 ambulantes foram assentados em terreno pertencente ao metrô, na esquina da rua Uruguaiana com avenida Presidente Vargas. Os problemas decorrentes do porte desta concentração foram evidenciados, quando após um ano de investigações, em 13 de março de 2006, policiais da Delegacia Antipirataria lacraram os boxes e prenderam o presidente da associação de ambulantes. A ação foi baseada em diversas irregularidades e contravenções que incluíam venda de mercadoria pirata, contrabandeada, além de cobranças abusivas de diversas taxas de manutenção.

No geral, a municipalidade vem combatendo o comércio ilegal da área central com atuação da Guarda Municipal, que em função de seu uniforme de combate, ganhou o apelido de "tartarugas ninja", e da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, a CLF, estourando os depósitos ilegais dos ambulantes e reprimindo a atividade nas ruas. A operação para sufocar a atividade irregular acarreta um clima de insegurança constante nas ruas, sempre repletas de pedestres, e provoca prejuízos consideráveis. Nos trechos das ruas Sete de Setembro e Quitanda é comum a interrupção das atividades por fechamento temporário dos estabelecimentos comerciais ou sinistros provocados pela turba, com pedras portuguesas transformadas em armas, numa evidente tática de guerrilha urbana.

[122] As rotinas da empresa de limpeza urbana da cidade, Comlurb, na área central incluem a varrição da avenida Rio Branco dez vezes ao dia. A rotina começa com uma varrição mecânica entre meia noite e 6h da manhã e é complementada por seis manuais entre 7 e 15.20h e três entre 16 e 22h. Vale dizer que 40% das operações da Comlurb estão destinadas à limpeza do espaço público, serviço que custa três vezes mais que a coleta domiciliar.

Na impossibilidade de recriar o clima de segurança dos *shoppings*, as invenções cariocas começaram a frutificar. Um “shopping vertical” ou o “shopping a céu aberto” revelam-se como respostas à questão de segurança, real ou ilusória para os inúmeros consumidores que procuram os melhores ou menores preços praticados pelo comércio da área central.

A função industrial

O reconhecimento realizado em 1967 apontava a concentração de estabelecimentos industriais na área central, em caráter residual, respeitando uma forma de “L”, com um lado formado pelas ruas da Alfândega, Senhor dos Passos e Buenos Aires. Este trecho era apontado como de predominância da indústria têxtil, com vários estabelecimentos, cada um com mais de 50 empregados. Existiam ainda vários outros dedicados ao setor de alimentos, madeira e mobiliário, e duas metalúrgicas bastante antigas, com instalação anterior a 1914. O outro trecho resultava das ruas do Lavradio, Gomes Freire e Inválidos, com prolongamento para a Mem de Sá, onde estavam muitos estabelecimentos do gênero editorial e gráfico. A estatística indicava 19 estabelecimentos que possuíam mais de 50 empregados. Era um setor considerado mais heterogêneo em função da presença de “têxteis”, mais antigos que do primeiro trecho e de maior incidência de estabelecimentos com menor número de empregados. Existiam isoladamente gêneros expressivos, como o metalúrgico, o de máquinas e motores e o químico, em firmas com mais de 50 empregados.

A permanência de alguns setores industriais na área central era justificada por não precisarem de grandes instalações, por recepção de matéria prima já elaborada e, sobretudo, porque a localização permitia estar próximo do mercado consumidor, tanto no varejo, como no atacado. O melhor exemplo seria o da meia confecção, especialmente de artigos femininos.

Em alguns casos, como as gráficas, os motivos vinham por herança de localizações tradicionais, da dependência da proximidade do porto e de uma carteira de compradores como livrarias e órgãos de governo, localizados nas proximidades. Pelas mesmas razões era explicada a sobrevivência de atividades como os moinhos,

dependentes da matéria prima importada ou instalações industriais como a refinaria do Açúcar Pérola.[123]

Outro aspecto da função industrial dizia respeito às sedes sociais. Suas principais localizações seriam: a esplanada do Castelo, as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, as ruas Erasmo Braga, México, Almirante Barroso, Primeiro de Março. Além da localização emblemática, no coração da área central, eram apresentadas causas como auxílio mútuo, o relacionamento de empresas congêneres ou complementares, dependência do setor público em função de licenças para operação, da exportação e importação de matérias primas, das patentes ou, até mesmo, dos empréstimos e serviços requisitados junto ao Banco do Brasil ou à rede bancária. Alguns endereços recebiam destaque em função da concentração de empresas de mesmo gênero, exemplificados por metalúrgicas sediadas na rua Visconde de Inhaúma n° 134 ou nas sedes de empresas da indústria açucareira, sediadas em um só prédio da rua da Alfândega.

Em 1967 estavam localizadas na área central as sedes das mais importantes empresas nacionais como a CSN, a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a Companhia Nacional de Álcalis. A importância da cidade era revelada por subsidiárias do gênero químico farmacêutico, como a Cia Carioca de Produtos Químicos S/A, a Atlantic Refining Co, as Indústrias Farmacêuticas Fontoura Wyeth S/A, a American Home Products Co (EUA) ou a Produtos Químicos CIBA da CIBA S/A, com sede em Basiléia, na Suíça.

Outros casos citados correspondiam a filiais ou participações societárias, sendo exemplos a Companhia T Janer Comércio e Indústria, filiada à Cia Indústrias de Máquinas, CIGRAF – Motores Marítimos Motomar- Importação e Representações Amazônia S/A ou a Cia União Manufatora de Tecidos, acionista das Indústrias Brasileiras de Fiação e Juta e da Braspérola Indústria Comércio S/A.

A atividade industrial estaria assim representada em dupla vertente. Por um lado, pequenas indústrias que ocupavam casarões na zona periférica, resultado de fatores de inércia ou valores locacionais. De outro, a força simbólica e econômica do núcleo da cidade determinava a atração de sedes das empresas, que se instalavam em prédios mais

[123] Permanece ainda na zona portuária apenas o Moinho Fluminense, hoje Bunge Alimentos. Ocupa uma área de 38.000 m², na rua Sacadura Cabral, com acesso ao porto e berço destinado ao recebimento de trigo que chega aos silos do Moinho por esteira que corre sob a avenida Rodrigues Alves. A refinaria do Açúcar Pérola, na rua Pedro Alves já não mais existe, restando apenas a chaminé como lembrança.

recentes, de excelente padrão arquitetônico.

O estudo da situação atual do centro de negócios do Rio de Janeiro revela outra situação, resultado do sensível esvaziamento econômico verificado nos últimos anos, não do centro, mas da própria cidade, conforme aponta Corrêa (2006).[124] O encerramento das atividades da Bolsa de Valores do Rio, em 2002, e a transferência dos escritórios centrais da Companhia Siderúrgica Nacional para São Paulo, em abril de 2003, representaram um forte golpe na economia carioca. Além disso, várias empresas estão buscando outras alternativas de localização na cidade do Rio de Janeiro. Para a Barra da Tijuca foram nos últimos anos, a Esso e a Shell. Em 2005, este também foi o destino da White Martins.[125]

Nestes exemplos demonstra-se um movimento de esvaziamento que a área central do Rio de Janeiro vem sofrendo e que ocorre em duas escalas. Por perda de atividades por seu deslocamento para outras cidades ou para a Barra da Tijuca, mas também para outros bairros, reflexo da reorganização espacial das atividades. Neste caso, a opção opera pelo confronto das imagens de perigo, estagnação, conflitos frente aos padrões de segurança e sofisticação, além da bela paisagem. Revelam também a tendência de aproximação dos locais de trabalho de setores superiores aos seus locais de residência, conforme afirma Villaça(1998).

Apesar disso, persistem na área central sedes de empresas importantes como a Souza Cruz, a Chevron Overseas Petroleum Brasil Ltda, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, a Petrobrás.[126] Também ainda estão na área central empresas de construção civil, setor que ainda revela-se como o de maior concentração, contando com 102 empresas

---

[124] Corrêa, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.305.

[125] Uma análise sobre mudanças das empresas da área central do Rio de Janeiro na direção da Barra da Tijuca é encontrada em: Ferreira, A.A. A tendência ao esvaziamento da área central da cidade do Rio de Janeiro e sua associação com a implementação do teletrabalho pelas empresas. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194(81). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-81.htm [ISSN:1138-9788]

[126] A Petrobrás foi considerada a maior empresa da América Latina num levantamento realizado pela Revista Forbes entre duas mil empresas do mundo. Pelo levantamento, apresentado pela lista Forbes Global 2000, baseada em volume de vendas, ativos, lucro e valor de mercado, a Petrobrás subiu 31 posições, passando do 88° para o 51° lugar. Caso o critério fosse apenas o lucro, a empresa estaria em 20° lugar. Nota publicada no Jornal O Globo, 1 de abril de 2006.

cadastradas pelo Sistema Firjan.[127] Outro setor que persiste com representatividade é o da editoração e artes gráficas como demonstram as 45 empresas, que se distribuem entre sedes sociais bem localizadas e parques gráficos como o do Jornal O Dia.[128] Ligada ao ramo do petróleo ainda está no centro, a Texaco Brasil S/A, embora tenha planos de mudança.

Os dados disponíveis por levantamento realizado pela Firjan para 2005/2006 foram inicialmente pensados para subsidiar o mapeamento da distribuição de atividades industriais na área central. A listagem, no entanto, revela tanto a presença de sedes ou representações locais de empresas com significativo número de funcionários como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Souza Cruz, com mais de 5.000, mais de 2.000 como a Xerox e a Supergasbrás, ou mais de 1.000, como a Eletrobrás, quanto pequenas instalações industriais, ainda localizadas na área central. Considerando esta característica e uma possível distorção dos dados, optamos por utilizar, para as atividades de caráter industrial, a indicação da inscrição dos imóveis no Cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU, referente ao ano de 2006, buscando a identificação do uso eminentemente industrial, ainda sediado na área central.[129] Para as sedes das empresas, o mapeamento ocorreu considerando os dados da FIRJAN, ano 2005-2006, apresentado no estudo das funções de direção.

As indicações são importantes porque revelam o impacto que as atividades complementares sofrem quando uma grande empresa desloca sua sede da área central. A saída de uma empresa ou de um conjunto de empresas, se por um lado pode desonerar a infra-estrutura urbana, liberando estacionamentos e desafogando ruas, por outro afeta o desempenho do comércio e dos serviços, diminuindo a participação da área na arrecadação dos impostos. No longo prazo, afeta sua imagem e promove um outro arranjo no espaço urbano, quase sempre desfavorável à área central.

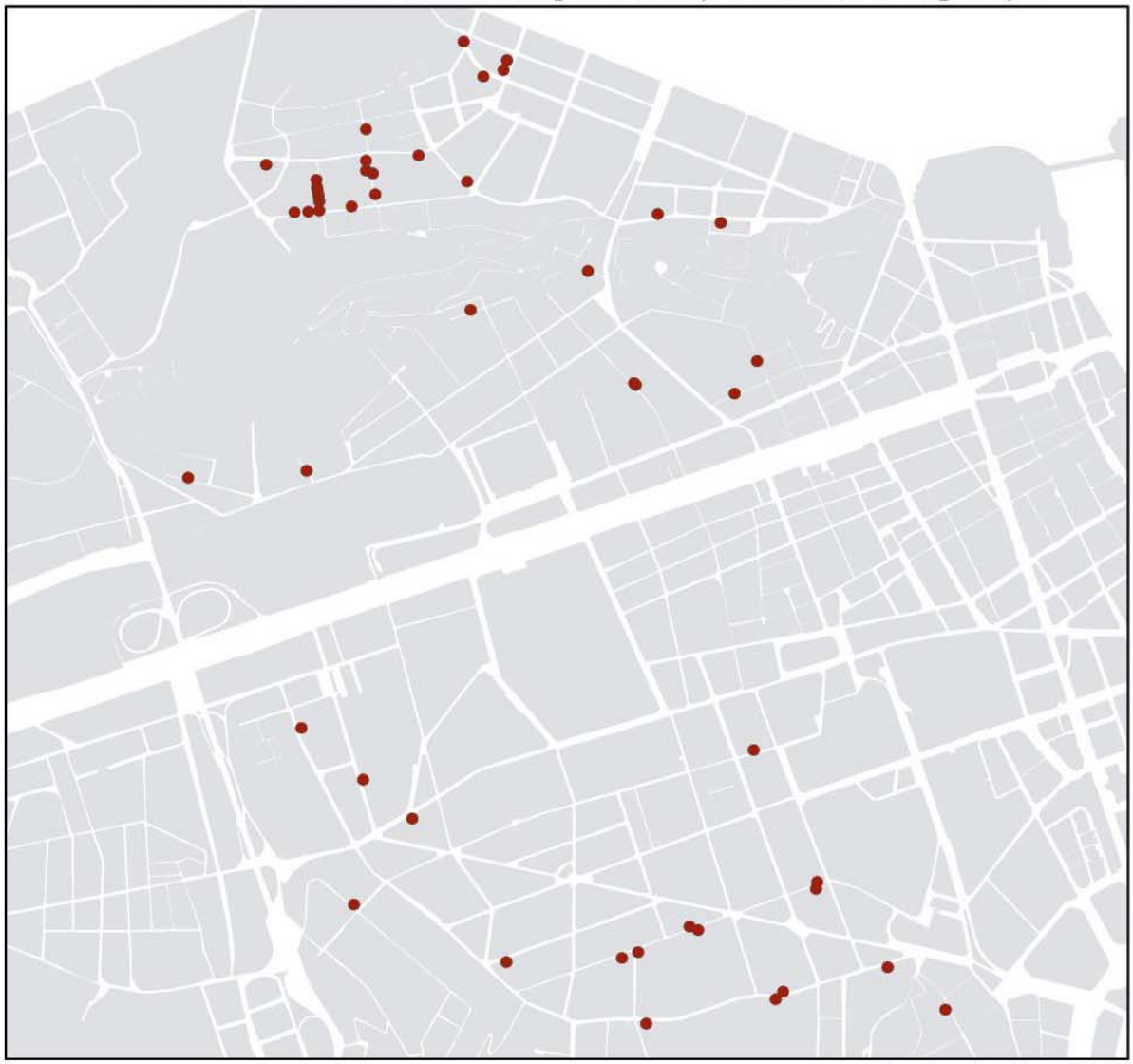
---

127 Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro, FIRJAN, 2005/2006. Para o período anterior, 2004/2005 estavam cadastradas 117 empresas. É importante destacar que os dados do último levantamento já apontam 45 empresas localizadas na Barra da Tijuca, 23 em Jacarepaguá, 17 em São Cristóvão, 14 em Botafogo, 12 em Copacabana e em Ipanema, dez no Leblon e sete no Recreio dos Bandeirantes, revelando a descentralização da atividade.

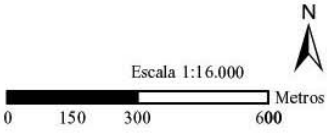
128 O mesmo cadastro do sistema FIRJAN aponta que existem 220 empresas no município. O centro da cidade responde por 20,45% deste total.

129 Fonte: Cadastro do IPTU/SMF/PCRJ/2006. Os dados foram tabulados pela DIG/IPP/SMU por inestimável colaboração de Luiz Roberto Arueira da Silva e Ricardo Lessa.

Unidade imobiliária cadastrada por utilização industrial e tipologia



Fonte: base de dados SMF, 2006
Tabulação DIG - IPP



Em que pese a observação, o caso do grupo Souza Cruz, objeto de pesquisa realizada por Corrêa (2006) oferece importantes indicações para entender a atual operação das grandes corporações. Apesar de ter surgido no Rio, estar sediado na área central, as ramificações do grupo indicam tanto sua integração num conglomerado internacional, com sede em Londres, quanto apontam sua "densa e ramificada organização espacial, envolvendo inúmeras localizações, tanto em área como pontuais, incluindo variados e multidirecionados fluxos que efetivamente articulam não apenas suas atividades, mas também estas com outros grupos".[130]

A função financeira

Na década de sessenta, o setor financeiro estava circunscrito aos quarteirões delimitados pelas ruas Primeiro de Março e Assembléia e avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, com concentração na Praça Pio X. A região, reconhecida como distrito financeiro, refletia a importância da localização da antiga Alfândega e do Banco do Brasil, datadas respectivamente de 1629 e 1808, este último, o primeiro banco de depósito, desconto e emissão de moeda brasileiro.

Fora deste perímetro existiria uma dispersão nucleada no entorno dos eixos da esplanada do Castelo, Graça Aranha, México, Franklin Roosevelt e ruas Buenos Aires e Alfândega, além da Cinelândia e da área portuária.

Desde a criação do primeiro Banco do Brasil, em 1808, o crescimento do setor foi expressivo. Em 1862 começaram a aparecer os bancos estrangeiros, portugueses e ingleses. Em 1903 eram 29 bancos, em 1920, 45. Entre 1930 e 1947 foram fundados 35 bancos, dos quais 12 se instalaram na cidade em 1943. Em 1960 eram 130 bancos, 28 casas bancárias e oito bancos estrangeiros, além de 348 agências.[131] A comparação com a situação em 1965 apontava uma expansão significativa efetuada por ampliação de agências e da transformação das casas bancárias em bancos, restando apenas quatro no Rio. Os dados levantados em fevereiro de 1965 [132] indicavam a presença na cidade de 153 estabelecimentos bancários divididos em 81 matrizes, 66 representações estaduais e seis sedes de bancos estrangeiros, todos localizados na área central. Das 590 agências

[130] Corrêa, *op. cit.*, p. 102.
[131] Duarte, *op. cit.*, p. 100.
[132] Dados eram fornecidos pela SUMOC (atual Banco Central).*Id*,p.98.

existentes na cidade, estavam presentes na área central 117 agências, quase 20 % do total.[133]

Numa avaliação das distintas formas de operação do setor destacavam-se as sociedades de crédito, financiamento e investimento com 41 empresas das quais, apenas duas não estavam localizadas na área central. A importância da localização central era também demonstrada por instalações da Caixa Econômica Federal, datada de 1861, com sede na Treze de Maio e 34 agências na cidade e oito na área central.[134]

Daquela época talvez a maior importância da área central pudesse ser sentida na observação realizada pelos autores do estudo afirmando:

> "Se existe vasta rede de agências espalhadas na cidade, na Área Central se concentram as matrizes. É nela que se fazem as maiores transações de crédito. É dela que emanam as ordens para as principais transações da moeda, fatores esses que confirmam sua forte gerência nos fatores econômicos de uma vasta área de polarização".[135]

Corrêa (2006), ao analisar a concentração dos bancos comerciais que ocorreu no país após a década de 1960, reafirma a importância do setor para verificar a ampliação, redução ou eliminação do papel dos centros urbanos na gestão do território, compreendida esta como, "resumidamente, as ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos, no sentido de apropriar-se de um território e controlar sua organização socioespacial".[136]

Neste sentido, o autor avalia o processo de concentração/dispersão dos bancos no Brasil, após a reforma financeira de 1964-1967, sendo acompanhada pela criação de redes nacionais de bancos comerciais, "núcleos de poderosos conglomerados financeiros". Corrêa indica ainda a emergência de São Paulo, desde 1985 "suplantando de muito a metrópole carioca" como o principal centro financeiro do país. [137] Sobre o

---

[133] O trabalho de Corrêa (2006) indica 101 sedes de bancos no Rio de Janeiro, em 1961, no total de 333 sedes existentes no país. Ver: Corrêa, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 70.

[134] O levantamento atual das agências da Caixa, CEF, indica a existência de 106 no Rio de Janeiro, sendo 44 na área central. Das 41 agências que possuem serviços de penhor, nove delas estão no centro.

[135] Duarte, *op. cit.*,p.101.

[136] Corrêa, *op. cit.*, p.61.

[137] *Id.*, p.65.

tema, Medeiros e Sposito(2005)[138] avaliaram a concentração do capital financeiro na metrópole paulista, analisando as sedes administrativas de instituições bancárias nacionais e estrangeiras, públicas e privadas relacionando-as às centralidades estudadas por Frugóli Jr.(2000).

Deve ser registrado ainda o trabalho de Silva (1999), sobre o caso do Banco Nacional S/A, terceiro maior banco privado do país em 1993, explorando pelo exemplo, a incorporação dos avanços promovidos pela revolução tecnológica no campo da microeletrônica e das comunicações, aliada à reestruturação do capitalismo em escala mundial.[139]

O autor indica o setor financeiro como "um dos maiores demandadores de sofisticados meios de circulação de informações através do computador e transmissão via satélite, a fim de abranger zonas geográficas cada vez mais amplas".[140] De fato, cada vez mais postos bancários 24 horas, cartões de crédito[141] e o uso da internet transformam a operação bancária. Por outro lado, é inegável o esvaziamento e perdas do Rio de Janeiro em detrimento de outras praças.

A afirmação é baseada em dados fornecidos pelo Banco Central sobre o sistema financeiro nacional em que o Rio de Janeiro figura com apenas duas instituições ocupando o 22° (Pactual) e 38° (Clássico) lugares no *ranking* das 50 maiores do país. Desta listagem, produzida com base aos dados de junho de 2006, constam 30 instituições com sede na cidade e no estado de São Paulo, quatro no Distrito Federal, três em Porto Alegre, três em Belo Horizonte, duas no Rio de Janeiro e uma em capitais como Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Aracaju, Belém, Vitória e Florianópolis.[142]

---

138 Medeiros, Daniel de Souza; Sposito, Eliseu Saverio. A territorialização do sistema bancário na metrópole paulistana. GEOUSP- Espaço e Tempo, São Paulo, n° 17, p.121-132, 2005.

139 Silva, Carlos Alberto Franco da. As transformações da rede de gestão territorial do Banco Nacional S/A sob a égide da revolução telemática. Território, ano IV, n° 6, p.55-71, jan./jun. 1999.

140 *Id*, p. 57.

141 O primeiro cartão de crédito moderno surgiu em 1950 por iniciativa do Diners Clube para facilitar os o uso de 27 bons restaurantes no território americano aos homens de negócio. Em 1958, o Bank of America lançou o seu BankAmericard, que ganhou o nome de VISA em 1977. Nos anos 90 o VISA passou a ser o maior cartão em circulação mundial, aceito em 12 milhões de estabelecimentos. Disponível em www.bcb.gov.br/?histcartao. Acesso em: 11 abril 2006.

142 A listagem encontra-se no endereço eletrônico do Banco Central, obtida por acesso em 11 de setembro de 2006. Disponível em: www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502006060P.asp. Os dados apresentados apontam pela ordem o BB, CEF, Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander Banespa, ABN AMRO, Safra, HSBC, Votorantim, Nossa Caixa, Citibank, BankBoston, BBM, Banrisul, BNP Paribas, BNB, JP Morgan Chase, Alfa, Deutsche, Crédit Suisse, Pactual, BIC,

A concentração de 60% das instituições em São Paulo nada mais é que a concreta expressão do significado da transformação da capital paulista no grande centro financeiro nacional e em "nó" importante da rede de fluxos monetários globais, surgidos nos últimos trinta anos. Um processo que se fortaleceu, ainda, nos anos sessenta, com a mudança da capital federal e a promoção de substanciais perdas na economia carioca, enquanto São Paulo prosperava com a implantação da "indústria de bens de consumo duráveis (sobretudo automotiva) e bens de capital".[143] Se os anos sessenta podem figurar como um marco de transformação, passados 40 anos, em 2000 revela-se outro importante momento. Naquela data, "acordos de integração transferiram a negociação de ações no país para a Bolsa de Valores de São Paulo".[144] Ficaram inicialmente no Rio, os negócios no mercado secundário de títulos públicos.[145]

O esvaziamento das atividades financeiras no Rio de Janeiro é atestado também pela presença de sedes de apenas 206 dentre as 2.459 instituições financeiras existentes no país.[146] A destacar o fato de que, dentre elas, está o mais importante representante banco de desenvolvimento do sistema financeiro nacional, o BNDES, instituição pública instalada no Rio desde sua criação, em 1952.[147]

Ainda assim, é no setor privado que a cidade vem revelando substanciais perdas. Entre 1999 existiam 36 bancos com sede no Rio de Janeiro. Em 2005, dados do Banco

---

Fibra, BASA, Banestes, BESC, BMG, Mercantil do Brasil, Rabobank, ABC- Brasil, SS, Bancoob, Ibibank, BRB, ING, Pine, Clássico, BMC, Rural, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Westlb, Sofisa, BGN, Bansicredi, Bco John Deere, Dresdner, Schahin, Banese. Das citadas, 16 instituições são privadas de controle estrangeiro, estando 14 instaladas em São Paulo. Além desta listagem são apresentados os cinco maiores conglomerados bancários de tipo II, em que a primazia é do BNDES, instituição pública federal localizada no Rio de Janeiro, com uma só agência e 1.843 funcionários.

143 Cintra, Marcos Antonio Macedo e Corrêa, Renata Silveira. O complexo financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento no centro? *In:* Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: EMURB, 2004, p. 257.

144 Disponível em: www.bvrj.com.br/pages/historia/historia.asp . Acesso em: 13 abril 2006.

145 Atualmente a Bolsa de Valores da cidade do Rio de Janeiro opera os mercados de energia elétrica e estrutura-se para atuar no mercado de carbono, com vistas à implantação das metas de redução da emissão de gases promotores do efeito estufa, definidas para os países que ratificaram o Protocolo de Kioto.

146Dados oferecidos pelo Banco Central, em julho de 2006.

147 As duas instituições públicas que ocupam os primeiros lugares no *raking* das maiores do Brasil, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tinham sede no Rio de Janeiro até 1960.

Central indicavam a presença de apenas 24 instituições com sede na cidade, embora exista uma expressiva rede contando com 1.034 agências bancárias.[148]

Realizamos um mapeamento destas instalações na área central utilizando como base dados da Febraban, pesquisando em cada estabelecimento sua rede de atendimento. Os resultados apontam as agências bancárias e outras instalações do sistema financeiro distribuídas nos principais eixos de circulação, destacando-se, pela concentração, a avenida Rio Branco. Nela estão situadas as instalações dos maiores bancos do país, sendo possível encontrar mais uma agência do mesmo banco em sua extensão.[149]

Embora persista a imagem forte do setor ao longo das ruas centrais, é inegável a significativa alteração de modelagem. São novas formas que se instalam em repartições públicas, empresas ou pontos maior concentração de público, como os postos avançados de atendimento (PAA), os postos de atendimento bancário (PAB), os postos bancários de atendimento eletrônico (PAE), os postos de atendimento cooperativo (PAC), além de postos bancários de arrecadação e pagamento (PAP).

Além disso, é preciso ressaltar que muitas instituições já não estão situadas na área central. Um exemplo desta afirmação está na sede do Banco Pactual, o 22° colocado na lista das maiores instituições brasileiras em julho de 2006, descrito em seu site como o maior banco de investimento independente do país, com capital nacional, 30 sócios e 483 funcionários, que tem sede na praia de Botafogo, 501.[150]

As alterações não correspondem apenas a uma mudança de locais ou bairros na cidade. O setor financeiro nacional passa por substancial renovação, introduzindo serviços diretamente voltados ao atendimento personalizado em escritórios de negócios que se distanciam das agências bancárias comuns. Seriam destinados aos cidadãos especiais, cerca de 80.000 no país, que juntos detinham US$ 1,75 trilhão em 2003, por estudo efetuado pelo banco de investimentos Merrill Lynch e a consultora Capgemini. Esta fatia de privilegiados, disputada por *private banks* e as *Assets*, gestoras

---

148 Disponível em: www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200412/quadro9.asp?idpai=REVSFN200412 . Acesso em: 31 dez.2005.

149 O Bradesco possuí quatro agencias e dois postos de atendimento na avenida Rio Branco. Na avenida existem ainda três agencias do Itaú e quatro do Unibanco.

150 A outra instituição na lista das maiores do país é o Banco Clássico S/A, com sede na avenida Presidente Vargas 463, 13° andar. Seria pertencente ao sr. João José Abdalla Filho, antigo proprietário da área hoje ocupada pelo parque Villa-Lobos, em São Paulo, indenizado pela desapropriação, por decisão da justiça, em 1,7 bilhão. Fonte: Jornal Valor Econômico, 24 abril 2004.

Estabelecimentos bancários

Fonte: www.febraban.org.br e sites das instituições listadas consultados em Abril de 2006.

Legenda

- Agência
- 24 Horas, PA 24 Horas e Caixa Eletrônico
- Agencia VIP
- Sede
- Agência/Penhor
- Esc. Rio/Plataf. Empresa
- Posto Bancário
- Banco Postal

N

Escala 1:22.000

0 200 400 800 Metros

independentes de recursos, teria no Rio 30% deste mercado de "pouca gente e muitos recursos".[151]

Em seu conjunto o setor estaria sofrendo pressões bastante fortes em distintas formas. Mas a situação do Rio de Janeiro torna-se mais clara quando os dados referentes ao número de instituições do setor financeiro é visto em comparação aos dados de São Paulo e aos totais do País, apresentados na tabela 1.

O desempenho do Rio de Janeiro pode ainda ser acompanhado pela redução verificada nas instituições financeiras com sede na cidade avaliadas nos últimos seis anos, demonstrada na Tabela 2. Num cruzamento de informações sobre as 50 maiores instituições do país, constata-se a redução de participação carioca de sete postos, em 1995, para apenas dois, em 2006.

Das instituições que aparecem na listagem é interessante destacar que muitas passaram por processos de liquidação ou fusões, como foi o caso do Banerj, comprado pelo Banco Itaú, a incorporação do Bozano Simonsen e o Geral do Comércio pelo Santander e do Credibanco pelo Banco Comercial Português.[152] Ainda deve ser registrada a alteração da sede do Santander para São Paulo quando foi efetuada a compra do Banespa, em novembro de 2000, ou a mudança da sede do Banco Rural para Belo Horizonte, ainda que permaneça no Rio uma sede administrativa.[153]

---

[151] Matéria publicada na Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, junho/julho 2004, n.1374, ano 63.

[152] Em 2006 ocorreram duas transações de porte no mercado. Em abril foi divulgada a incorporação do BankBoston ao Itaú. Em maio foi anunciada a compra do Pactual pelo banco suíço USB, numa operação avaliada em 2,5 bilhões de dólares.

[153] Uma interessante fonte de consulta para avaliação das transformações sofridas pelo sistema financeiro nacional pode ser obtida no endereço eletrônico do Banco Central. Consultamos dois trabalhos: Rocha, Fernando Alberto Sampaio. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). Notas técnicas do Banco Central, n° 11, novembro de 2001; Maia, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer. Notas Técnicas do Banco Central, n° 38, julho de 2003.

Tabela 1- Instituições financeiras por segmento em julho de 2006, segundo a localização de suas sedes.

Segmento	Sigla	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasil
Banco Múltiplo	BM	15	84	139
Banco Comercial	BC	3	14	22
Banco de Desenvolvimento	BD	1	-	4
Caixa Econômica	CE	-	-	1
Banco de Investimento	BI	2	14	20
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	SCFI	2	22	51
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Imobiliários	SCTVM	15	62	127
Sociedade Corretora de Câmbio	SCC	8	28	46
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários	SDTVM	32	76	129
Sociedade de Arrendamento Mercantil	SAM	1	31	42
Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo	SCI e APE	2	1	18
Companhia Hipotecária	CH	-	5	6
Agencia de Fomento	AG FOM	1	-	12
Cooperativa de Crédito	COOP	82	318	1.446
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	SCM	8	19	56
Sociedade Administradora de Consórcio	CONS	18	109	340
Totais		206	783	2.459

Fonte: Unicad-Informações sobre entidades de interesse do Banco Central. Tabulação realizada com base aos dados consultados em setembro de 2006, disponíveis em: www.bcb.gov.br/htms/Deorf/d200607/quadro1.asp www.bcb.gov.br/htms/Deorf/d200607/quadro 2.asp.

Tabela 2 - Instituições financeiras com sede no Rio de Janeiro, por segmento, 1999- 2005

Segmento	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Banco Múltiplo	31	29	22	20	19	18	17
Banco Comercial	1	1	3	2	2	2	2
Banco de Desenvolvimento	1	1	1	1	1	1	1
Caixa Econômica	-	-	-	-	-	-	-
Banco de Investimento	3	5	4	5	4	4	4
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	2	2	3	3	2	1	-
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Imobiliários	40	39	35	26	23	19	16
Sociedade Corretora de Câmbio	10	8	9	9	9	9	9
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários	54	46	40	35	35	35	37
Sociedade de Arrendamento Mercantil	12	10	8	6	4	2	2
Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo	2	2	2	2	2	2	2
Companhia Hipotecária	1	1	-	-	-		
Agência de Fomento					1	1	1
Cooperativa de Crédito	98	98	104	107	106	105	102
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor		3	6	11	13	9	9
Sociedade Administradora de Consórcio	27	28	26	26	22	22	19
Totais	282	273	263	253	243	230	222

Fonte: Base de dados do Banco Central, página www.bcb.gov.br. Análise do Sistema Financeiro Nacional por composição e evolução do sistema consultada em 13/04/2006. Os dados constam como atualizados até 31/7/2005.

A função cultural

A análise desta função, na década de sessenta, partiu do princípio que atividades culturais são características inerentes aos centros das cidades, ainda que pudessem existir exceções. A concentração das instituições, garantida por interdependência de suas operações, resultava não só da maior acumulação de história urbana, como da própria acessibilidade das áreas centrais no conjunto urbano.

A situação do Rio indicava a área central como concentradora das atividades culturais em distintas formas, garantidas não só por peso do passado histórico, mas ainda por seu papel de "core area". O estudo das atividades culturais localizadas apontava a diferenciação no caráter da função tanto por poder de atração, quanto por força de irradiação cultural. O levantamento diagnosticava a concentração da maior parte das bibliotecas da cidade (100 ocorrências), dos museus (18), das sedes de editoras (200) e de jornais (33), mas apenas 12 das diversas faculdades superiores existentes na cidade.

Na estrutura de avaliação da função cultural, ela era tratada inicialmente por sua capacidade de atração. Neste sentido, eram consideradas as 100 bibliotecas listadas na área central pelo IBGE em 1963. Dentre elas destacava-se a Biblioteca Nacional, a mais antiga do país, fundada em 1808, que registrava 109.903 leitores para seus 2. 910 343 volumes no ano da pesquisa.[154]

O maior crescimento do número de bibliotecas na área central era identificado como tendo ocorrido entre as décadas de 1930 e 1950, em função da implantação dos diversos Ministérios na Esplanada do Castelo, cada um contando com respectivo centro de consulta e informações. Alguns exemplos derivavam dos serviços culturais das representações estrangeiras, mantidos nas suas embaixadas localizadas na capital federal. Este era o caso da Biblioteca Thomas Jefferson, inaugurada em 1955, na sede da embaixada americana.[155]

---

[154] Até 1900 existiam 19 bibliotecas. Entre 1900 e 1920 foram criadas mais 18; entre 1930 e 1940 mais 22; daí até 1950 mais 20 e depois de 1950 mais 12. Dentre as mais antigas bibliotecas da cidade figuram a Escola Nacional de Belas Artes (1816), o Real Gabinete Português de Leitura (1837), a da Marinha (1846), a do Ministério da Viação e Obras Públicas (1868), o Arquivo Nacional (1873), a Francisco Sá Lessa (1874), a da Associação dos Empregados do Comércio (1882).

[155] Também a embaixada francesa, a Maison de France inaugurou sua biblioteca em 1956. Em 1961, reuniu dois serviços existentes, o Serviço Cultural da Embaixada da França e o da Aliança

Eram citadas ainda mapotecas, filmotecas e até mesmo uma discoteca pública, que estaria localizada na Avenida Almirante Barroso.[156]

Com a mesma justificativa das bibliotecas, era notória a concentração de museus na área central. Eram 18 entre os de grande expressão, como o Histórico Nacional, o de Belas Artes ou o de Arte Moderna, ou outros de menor movimento e mais especializados como o de Caça e Pesca, o da Imprensa, o do Teatro Municipal, o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os dos conventos do Carmo e Santo Antônio ou o então recentemente inaugurado Museu da Imagem e do Som.

Se para os museus existia uma posição de destaque, o mesmo não era possível dizer sobre as galerias de arte. A preferência por Copacabana era notória, com "movimento artístico... bem maior, sendo numerosas as galerias... instaladas, nelas se realizando a maior parte das exposições artísticas"(Duarte, p.106).

Na passagem das distintas formas assumidas pela função cultural era apontada a incidência bastante remota de localização das associações culturais. A afirmação apoiava-se em exemplos como a Academia de Medicina (1829), o IHGB (1838) e a OAB (1843), importantes exemplos para atestar a expressão da área central.

Por outro lado, ainda que fossem registradas 12 faculdades, com 7.267 alunos, a maior concentração destas instituições estava em outras regiões, nas zonas sul (Praia Vermelha e Gávea) e norte (Tijuca, Ilha do Fundão). Embora persistissem na área central cursos importantes como os das Faculdades Nacional de Direito e de Filosofia, contando com mais de 1.500 alunos cada, as atividades de ensino superior eram avaliadas como excêntricas à área central, resultado de distintos fatores como a inexistência de imóveis adequados ou o próprio projeto do campus universitário na Ilha do Fundão.

No setor de ensino eram os cursos avulsos que se destacavam, considerando a convergência dos transportes e a proximidade do local de trabalho para a significativa parcela da população que demandavam estes serviços. Eram citados, aproximadamente, 43 cursos vestibulares, de música ou línguas, levantados pelo Ministério da Educação e Cultura em 1953 (Duarte, p.108). E vale dizer que se isoladamente eram atividades de

---

Francesa. Uma renovação realizada em 1991 implantou uma mediateca, seguindo o modelo que se instalava na França. Desde 1996 funciona também como Centro de Informações sobre a França contemporânea. Fonte: www.maisondefrance.org.br/mediateca/historia.html.

[156] Não foi possível obter informações sobre esta indicação.

pequena escala, no conjunto ganhavam significado. As inúmeras escolas de datilografia chegavam a ter mais de 2.000 alunos, os cursos de aprendizagem técnica do SENAC mais de 1.500 alunos e as escolas para motoristas, com média de 100 alunos, proliferavam nas ruas de maior movimento.

A análise do papel da área central como irradiadora cultural e sua influência na organização do espaço regional voltava-se para os órgãos de divulgação cultural como jornais, revistas, editoras e estações de rádio. De todos, os jornais eram avaliados como os mais poderosos instrumentos de irradiação cultural por serem os que melhor "marcam a tutela cultural de uma cidade".[157]

No Rio, a situação não era diferente e "o jornalismo sempre teve destaque na difusão cultural e uma poderosa influência política". Assim, desde a criação do primeiro jornal, em 1808, vários outros surgiram, sendo exemplos de iniciativas do século XIX, o Jornal do Comércio (1827), o Diário Oficial (1862), a Gazeta de Noticias (1875) e o Jornal do Brasil (1891).

Entretanto, era apontada significativa alteração em curso. Se inicialmente a concentração esteve na Rua do Ouvidor, rua jornalística por excelência, no início do século, com a inauguração da Avenida Central para lá tinham se deslocado sedes de importantes jornais, sendo contabilizadas 18, em 1920.

Apesar disso, as modernizações que ocorriam nos anos sessenta acarretavam separação entre redação e oficinas, embora ainda estivesse circunscrito à área central ou em sua periferia, o movimento jornalístico da cidade.[158]

Naquele momento em que os meios de divulgação eram ainda restritos, registrava-se a enorme importância dos serviços prestados por jornais, revistas e estações de rádio. Havia uma significativa concentração na área central, apesar das

---

[157] Citado Beaujeu, Garnier J. et Chabot, George. Traité de Géographie Urbaine. Librarie Armand Colin. Paris, 1963 *In:* Duarte, *op cit*., p. 109.

[158] Estariam na periferia da área central: O Jornal (saído da rua Rodrigo Silva para a rua Sacadura Cabral); a Gazeta de Noticias(da rua do Ouvidor para a Teófilo Otoni); A Notícia (da rua Ouvidor para a Marechal Floriano) ; o Jornal do Comércio(da avenida Rio Branco para a rua Sacadura Cabral); o Correio da Manhã (do Largo da Carioca para a rua Gomes Freire); O Globo (parque gráfico na Irineu Marinho); o Diário Popular e o Jornal dos Esportes (rua Riachuelo). Ver: Duarte, *op cit.,* p.110.

forças por modernização apontarem uma busca por maiores terrenos tanto na periferia da área central, como em outros bairros.[159]

A conclusão sobre a função cultural era de que ela ocorria,

> " sob uma maneira centrípeta, constituindo uma forma de medida desse aspecto o número de consulentes de bibliotecas, o das matrículas nas escolas superiores e nos cursos avulsos, a procedência desses consulentes e desses estudantes; e de maneira centrífuga, a de irradiação cultural e a sua projeção no espaço, mensurável pela força de irradiação dos jornais e das revistas etc".[160]

A avaliação da função revela-se instigante para mensurar as alterações que ocorreram na vida urbana, ainda que persista a força de atração da área central, mantida por seus museus, bibliotecas especializadas e instalações de ensino superior ou cursos destinados à formação de tecnólogos, uma recente criação do setor. Ou ainda pela forte presença das associações, de caráter cultural ou não, contabilizadas em mais de 400 espalhadas por toda a área central (listagens em anexo n° 18 e 19).

Os mapeamentos realizados, a seguir apresentados, foram construídos segundo dados pesquisados durante os anos de 2004, 2005 e ainda parte de 2006. Para os museus, houve um significativo crescimento, sendo registrados 45, incluindo grandes e pequenas instalações. A ampliação dessa atividade, destinada à preservação da memória de instituições, serviços ou imóveis encontrou respaldo no clima favorável de valorização do patrimônio edificado da área central. Pode ainda ser comprovada pelo aparecimento de uma nova forma, os espaços e centros culturais que, embora não sejam privilégio exclusivo da área central, nela possuem a maior concentração. Foram levantadas, em 2005, 52 instalações deste tipo, de distintos portes e potencial de atuação. De modo geral, estruturam-se segundo organização polivalente, podendo funcionar voltadas às atividades culturais e comercialização da cultura, além de explorar serviços complementares como livrarias, restaurantes e cafés.

O grande destaque é, sem dúvida, o Centro Cultural do Banco do Brasil, CCBB, situado na antiga sede do banco, que registrou em agosto de 1994, antes de completar

---

[159] Um exemplo era a Revista Manchete com parque gráfico na rua Frei Caneca, instalações em Parada de Lucas e que estaria construindo sua sede central na Praia do Flamengo.
[160] Duarte, *op. cit.*,p.113.

Museus e centros culturais

Fonte: www.telelistas.net; www.armazemdedados.rio.rj.gov.br; www.centrodacidade.com.br (consultados em 7/04/2004, 10/05/2004, 28/03/2004 e 29/03/2004 e revisados em 20/06/2006).

Museus e Centros Culturais
Localizados na Área Central

- Museus/Centros Culturais
- Museus
- Centros Culturais

N

Escala 1:24.000

0 200 400 800 Metros

cinco anos de sua inauguração, o público recorde de 183.000 pessoas. Em janeiro de 2004, um balanço das atividades do CCBB, como é conhecido, apresentava a freqüência de 22 milhões de visitantes, desde sua abertura em 1989. Diariamente circulam nas suas instalações cerca de 6.000 pessoas, alcançando 19.000 visitantes em ocasiões especiais. A trajetória de êxito revela-se por seus números grandiosos: 2.242 eventos e 28.285 apresentações de peças e shows computados até 2003, dados amplamente divulgados pela imprensa carioca e nacional.

Deve-se ainda ao CCBB a instauração de um novo mercado na área central. As exposições especiais promovidas pelo Centro Cultural consagraram-se como recordes de público.[161] Este fenômeno acabou por criar uma sinergia favorável tanto para a instalação de outros centros de cultura, quanto para potencializar a atuação de antigos museus na promoção de exposições e grandes eventos culturais.[162]

Vale registrar a sintonia da cidade a um movimento internacional, que fez dos museus os irradiadores da cultura, os ícones de um "grande projeto de democratização do saber". Na avaliação de Choay (2001), em determinado momento também promotores de uma "mudança semântica". Algo que é apontado para a cultura como ocasionando a perda de "seu caráter de realização pessoal", para tornar-se "empresa e logo indústria".[163]

Em igual sentido, as bibliotecas, contabilizadas 52 em 2005, registraram um incrível aumento de acervo e consultas, como é o caso da Biblioteca Nacional com mais de oito milhões de peças e 6.487.076 consultas, presenciais e remotas, entre leitores e pesquisadores nacionais e estrangeiros no ano de 2003.[164] Deve ainda ser registrado o novo modo de consulta via internet que permite acesso sem restrições, tanto para deslocamento do usuário, quanto para horários de funcionamento.

---

[161] A exposição dos trabalhos de Andy Warhol levaram 248.000 pessoas ao CCBB, em 1999. Em 2000, 120.000 foram conhecer a obra do brasileiro Ismael Nery. Uma multidão de 739.719 visitantes conheceu 400 obras surrealistas vindas de distintas coleções internacionais. Em 2002, 448.694 interessados foram ao CCBB conhecer "Paris 1900". O recorde de visitantes foi alcançado em 2003, quando a exposição "Arte na África" foi vista por 747.295 pessoas.

[162] O Museu Nacional de Belas Artes realizou nos anos 90 exposições que foram marcos na vida cultural do Rio. Neste caso podem ser citadas a de Toulouse Lautrec em 1994, a de Rodin que levou 226 mil pessoas ao Museu em 1995 e o grande evento apresentando o impressionista Monet com público de mais de 400 mil pessoas, inaugurada pelos Presidentes da França, Jacques Chirac e do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

[163] Choay, *op. cit*., p.211.

[164] Biblioteca Nacional, Relatório de Gestão, ano 2003, parte V, p.74.

Bibliotecas

Fonte: www.telelistas.net; www.armazemdedados.rio.rj.gov.br; www.centrodacidade.com.br (consultados em 12/05/2004 e 28/05/2004).
Revisão em 19/01/2005.

Legenda

Bibliotecas

N

Escala 1:24.000

0 200 400 800 Metros

A irradiação da cultura considerada por atuação dos jornais e revistas já não mais pode ser atribuída à área central, modificada por notável ampliação das possibilidades de comunicação à distância. Não há mais necessidade de estar no centro para ter acesso às informações. Assim, os grandes jornais, impulsionados pela modernização requerida de suas instalações e maquinário, compraram terrenos mais baratos nas bordas da área central ou criaram seus parques gráficos em outros municípios.[165]

No que se refere às editoras e livrarias, renasceu na área central o antigo hábito de freqüentar as livrarias em busca das novidades. O mercado se aqueceu duplamente tanto nos lançamentos das editoras, quanto nos espaços destinados à venda dos livros, hoje centros de consumo mais variados, incluindo *cds, dvds*, papelaria e alimentação. Prova desta importância resulta na existência, nos centros ou espaços culturais e museus, de uma livraria, acoplada ou não a um restaurante ou *bistrô*. Uma exceção digna de destaque é a cinqüentona Livraria Leonardo da Vinci, localizada no subsolo do n° 185 da Avenida Rio Branco que, para adaptar-se aos novos tempos, expandiu-se em três lojas voltadas ao atendimento diferenciado de seu fiel público. Sem oferecer todas as comodidades das megalivrarias atuais, complementa-se com os serviços do restaurante e do tradicional Sebo Berinjela na mesma galeria. Além disso, trabalhando em prol da disseminação da cultura, promove encontros mensais com exposições de autores conhecidos e rodas de leitura em plena galeria.[166]

As editoras aparecem espalhadas em toda a área central, ganhando pequenas concentrações em alguns endereços. Um bom exemplo encontra-se na Rua Joaquim Silva n° 98, onde pelo menos quatro concorrentes se instalaram e garantem especificidade ao endereço.

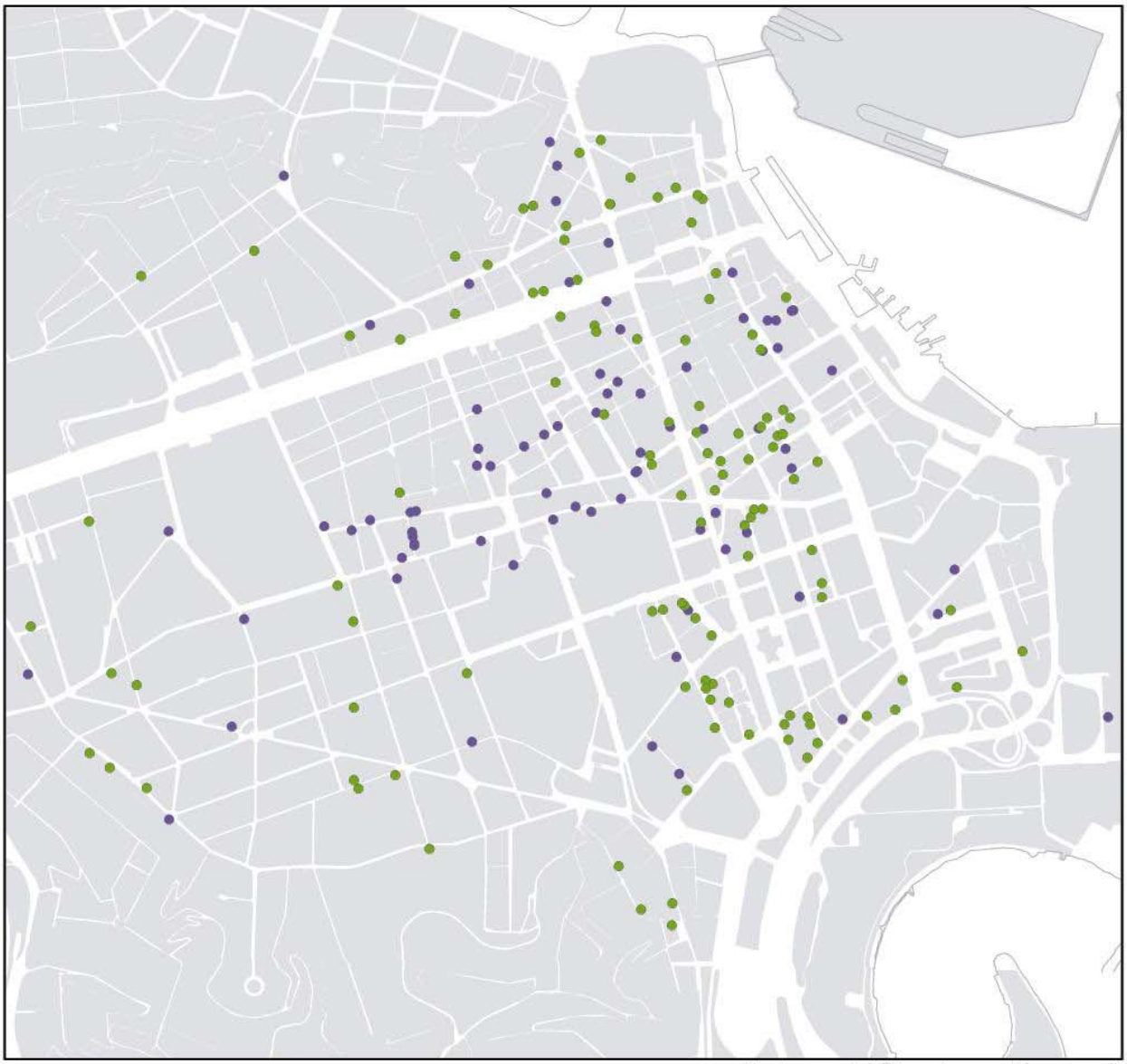
Para concluir a análise da função cultural, deve ser comentada a configuração das instituições de ensino superior. Hoje praticamente todas oferecem cursos ou abriram filiais na área central. Em especial, a Universidade Estácio de Sá e a Univercidade

---

[165] As organizações Globo inauguraram em dezembro de 1998, o maior parque gráfico da América Latina, no município de Duque de Caxias. A modernização se fez necessária por comparações entre os tempos de rotativa alugada que funcionava no Largo da Carioca, produzindo 33 mil exemplares de um só jornal, aos atuais 260 mil exemplares nos dias úteis e 380 mil aos domingos que são rodados do Jornal O Globo.

[166] A livraria foi criada em 1952 e é um dos poucos endereços e usos que permanecem desde então na área central. Seu slogan é esclarecedor: "Livros do mundo desde 1952".

Livrarias e editoras



Fontes: www.telelistas.net e www.telemar.com.br
(consultados em Abril de 2006).

Legenda

- editoras
- livrarias

N

Escala 1:17.000

0 125 250 500 Metros

Estabelecimentos de ensino superior

Fonte: www.telelistas.net e sites dos estabelecimentos de ensino (consultados em 10/05/2004 e 03/08/2004). Revisão em Julho de 2006.

Legenda

Unidades de Ensino Universitário

N

Escala 1:24.000

0 200 400 800 Meters

merecem comentários. A primeira iniciou suas atividades na área central em 1998, na rua Uruguaiana, esquina de Presidente Vargas. Hoje possuí cerca de 19.000 alunos em cinco *campi*[167] e oferece diversos cursos nas áreas de Saúde, Música, Gestão e Tecnologia. Em alguns casos, como o Curso de Direito, aberto no último andar de um edifício garagem, a oferta de estacionamento, segurança e proximidade do Fórum funcionam como vantagens diferenciais para alunos e professores.

A Univercidade instalou-se na área central desde 2002, após efetuar pesquisa de mercado e identificar um nicho de oportunidade.[168] Foram abertos cursos de graduação nas áreas do Direito, Marketing, Administração, Ciências Contábeis e Fisioterapia na Praça Onze e nas imediações do Aeroporto Santos Dumont. Ainda sem o gigantismo da Estácio, a Univercidade, que já é a quinta maior do país, tem cerca de 3.500 de seus 36.000 alunos estudando na área central.[169] Recentemente criou mais um endereço e inovou, com instalações no interior da estação do Metrô Carioca. Passa, assim, a usufruir o que é considerado o grande diferencial da área, qual seja, a facilidade proporcionada pelo sistema de transportes. Esta característica e o fato de ainda ser o principal mercado de trabalho para significativa parcela da população carioca geraram condições favoráveis para a acirrada corrida na direção centro e uma saudável concorrência entre as instituições particulares de ensino superior.

Pelo mesmo motivo existe uma oferta significativa de cursos de pós-graduação. Instituições respeitáveis em áreas de negócios, como o IBMEC, estão expandindo suas instalações visando à atração dos muitos funcionários qualificados das empresas para seus cursos nas áreas de finanças, marketing e negócios. Recentemente incorporou uma nova instalação de excelência e deverá abrir um *campus* no Castelo, no antigo prédio da Esso, desocupado pela mudança da empresa para a Barra da Tijuca. Nada mais compatível ao seu crescimento que se faz dotado de qualidade e conforto para os

---

167 A Universidade Estácio de Sá tem as seguintes unidades centro: Campus I, Presidente Vargas com oito cursos de Graduação, 20 Politécnicos e 21 de Pós-Graduação; Campus II, funcionando na Academia de Policia Civil; Campus III, no último andar do Terminal Menezes Cortes com cursos de graduação e pós-graduação em Direito; Campus IV, na Praça Onze com 12 cursos de graduação, dez politécnicos e dois de pós-graduação e o Campus V, Arcos da Lapa, com graduação e pós-graduação em Medicina.

168 Segundo informações da Instituição, a pesquisa foi realizada pelo DataCidade, instituto de pesquisa da própria universidade.

169 A informação foi prestada pelo Vice-reitor Paulo Afonso por e-mail, datado de 7 de junho de 2004.

esperados 3.000 alunos que poderão realizar cursos "*MBA*", pagos por empresas e instituições de porte, localizadas na própria área central.[170]

Devem ser também registrados os inúmeros cursos que se instalaram na área central, voltados para o recente mercado consumidor dos concursos públicos. A localização, próxima ao trabalho, facilita a vida dos que sonham com a ascensão profissional.

No geral, é preciso destacar que a característica assumida pela área central no desempenho das atividades voltadas ao ensino superior não é ainda muito clara. Faltam dados para mensurar a dimensão e o impacto que este público causa com sua freqüência e permanência ampliada na área central. O caráter recente da inovação ainda não atraiu o interesse da municipalidade, embora esteja presente como justificativa para surgimento de distintas atividades comerciais, sobretudo no ramo do vestuário, conforme informações coletadas em pesquisa realizada.[171] Vale registrar a importância das atividades de ensino nos programas de revitalização de áreas centrais desenvolvidos em várias cidades, sendo objeto de uma agressiva política de atração. No Rio, a localização foi buscada pelo mercado, sem que houvesse instrumento ou incentivo indutor. Ainda assim, apesar de freqüentemente citada como um dos sinais da vitalidade do centro do Rio, a percepção do filão é ainda uma aquisição única do mercado privado, não tendo sido capturada pelo setor público para mensurar seus impactos ou para modelagem de projetos urbanos voltados à potencialização de um novo conjunto de usuários, que já apresentam significativa representatividade numérica.

Na indicação das características do mercado de consumo da cultura devem ainda ser registrados os eventos temporários, como as feiras de antiguidades, objetos usados e do livro. Apesar de estarem disseminadas na cidade, ocorrendo em vários locais, no centro, a mercadoria usada e antiga ganha mais autenticidade. Dentre todas, se destaca a Feira do Troca, funcionando desde 1997, aos sábados, embaixo do viaduto da praça Quinze, fonte de atração para freqüentadores fiéis. Nesta direção vem também

---

[170] O IBMEC, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais lançou o primeiro curso MBA Executivo em Finanças do país em 1985. Trata-se de uma das maiores escolas de negócios do Brasil, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em negócios em três estados, Rio-Centro e Barra, São Paulo e Belo Horizonte. Encontra-se em reformas o antigo prédio da Esso, alugado por 15 anos para abertura das novas instalações, previstas para janeiro de 2007.

[171] Este novo público aparece citado como mercado preferencial e demanda importante para as lojas que se instalaram no Shopping Vertical da rua Sete de Setembro, n°48.

crescendo a instalação das galerias de arte, animadas pela freqüência de usuários mais qualificados do ponto de vista de suas rendas para aquecer o movimento comercial.

A avaliação da atual configuração da função cultural presente na área central do Rio de Janeiro, compreendida por seus equipamentos destinados ao exercício de distintas formas de disseminação da cultura, oferece oportunidade para demonstrar a manutenção do dinamismo da função e da própria área, apesar do significativo processo de transformação do espaço urbano na configuração de uma cidade mosaico.

Para Villaça(1998, p.291), a força da tradição e das monumentalidades herdadas do passado estariam na base da manutenção da vitalidade do centro do Rio. De fato, grande parte dos equipamentos culturais, museus e bibliotecas, representam a herança da cidade capital do Brasil. Nestes casos, o culto à memória nacional e os recursos federais garantem uma política de manutenção e preservação dos equipamentos. Em alguns, incorporam-se formas mais arejadas de gerenciamento patrimonial, como aluguel para eventos ou abertura para entrada de recursos, via leis de incentivo fiscal. Não deixa de ser importante destacar a representatividade do setor cultural, e sua participação em 3,8% do PIB da cidade do Rio de Janeiro.[172]

Torna-se importante diferenciar, no entanto, o tema da cultura como instrumento de revitalização urbana, conforme demonstrado por Vaz e Jacques (2003), inserido num amplo processo de "utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico" da "valorização da cultura local e da participação da população". Ao avaliar o caso do centro do Rio, as autoras apontam a importância das políticas urbanas e culturais e seus agentes estarem "atentos às possibilidades de trocas e negociações entre os demais atores urbanos presentes".[173]

A exploração da função cultural presente no centro do Rio, aponta diversidade e pluralidade de atores, forte concentração de atividades de ensino superior e amplas possibilidades para a efetiva democratização da cultura "clássica" aliada à valorização das suas manifestações populares, como poderá ser depreendido em assunto seqüente.

---

[172] O resultado é quatro vezes superior aos outros estados, conforme dado divulgado no I Encontro de Empreendedorismo na Área Musical, realizado pelo projeto Música no Museu, no Conservatório Brasileiro de Música, em outubro de 2006.

[173] Vaz, Lílian Fessler e Jacques, Paola Berenstein. A cultura na revitalização urbana-espetáculo ou participação? *In*: Revista Espaço & Debates. São Paulo, v.23, nº 43-44, p.129-140, jan./dez. 2003.

A função recreativa, mais precisamente as diversões noturnas

A tradição da área central como local de diversão para os cariocas foi preponderantemente exercida em duas localizações principais, Cinelândia para os cinemas e Praça Tiradentes para os teatros,[174] perdurando até os anos cinqüenta, quando o crescimento dos bairros e desenvolvimento dos subcentros implicou perda de seu monopólio. O surgimento destes equipamentos fora da área central já era significativo nos anos sessenta, quando eram contabilizados sete cinemas na Tijuca, outros sete e 14 teatros em Copacabana.

No período considerado áureo, as instalações eram grandiosas e luxuosas, com avantajado dimensionamento. Dos teatros destacavam-se o Municipal (2.205 lugares), o João Caetano,[175] o Carlos Gomes (1.200 lugares), o República (1.276 lugares)[176] e o Recreio (1.107 lugares), como os maiores. Mais recentes, nas áreas da Cinelândia e da esplanada do Castelo estavam o Ginástico (de 1938, com 386 lugares), o Rival (de 1934, com 500 lugares), o Dulcina (antigo Regina, com 400 lugares), o Serrador e o Mesbla (década de 40), o Maison de France (1956), o Teatro Nacional de Comédia (de 1960, com 256 lugares) e o MAM (1964, com 180 lugares).

Os cinemas estavam concentrados na Cinelândia, embora os primeiros tivessem surgido nos principais eixos de circulação.[177] Com a importância assumida pela atividade como diversão dos cariocas, os edifícios passaram a ser projetados para conter luxuosos espaços para cinemas. Este foi o caso do Capitólio (1924), Império (1925), Glória (1925), Odeon (1926) e Pathé (1928). Em 1930, a continuidade do sonho do espanhol Francisco Serrador de uma Rex (1934), Plaza (1936), Metro (1936), Rivoli (1938), Palácio (1943).[178]

---

174 Para uma análise da importância dos teatros e cinemas na conformação das praças Tiradentes e Cinelândia ver: Lima, Evelyn Furquim Werneck. Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da praça Tiradentes e Cinelândia. Rio de Janeiro, UFRJ/Jorge Zahar, 2000.

175 O estudo realizado não conseguiu estabelecer o número de lugares do teatro João Caetano, citado como estando em reformas. Informações atuais indicam 1.222 lugares.

176 No local, Avenida Gomes Freire, n° 474, hoje funciona a TV Educativa.

177 Antes de 1910 já existiam cinemas na Avenida Central como o Parisiense, o Phono, o Paraíso do Rio, o Palais, o Cine Teatro Central. Na Praça Tiradentes estava o Cine São José, antigo Príncipe Real e na Carioca, o Íris, de 1918.

178 Sobre a importância do cinema para a construção da Cinelândia ver: Máximo, João. Cinelândia, breve história de um sonho. Rio de Janeiro, Editora Salamandra, 1997.

Nos anos sessenta, as modificações já eram sentidas. Os cinemas Ideal, Popular e Centenário tinham sido transformados em loja de comestíveis, agência bancária e fábrica de móveis, caracterizando uma involução das atividades fora da área da Cinelândia. Apenas o cinema Presidente (1.390 lugares) e o Iris (1.200 lugares) ainda se destacavam, sendo os restantes considerados "poeira". Na Avenida Rio Branco, persistiam o Cineac (1936) e o Cine Festival (280 lugares), com um público cativo e boa freqüência.

Em 1967, o famoso Metro Passeio já estava fechado, comprado por empresa de seguros, embora o Odeon e o Capitólio estivessem em reformas para oferecer maior conforto aos freqüentadores de suas animadas sessões das 18 horas, após o trabalho.

Em conjunto, o teatro de revista concentrado nas imediações da Praça Tiradentes, o sempre importante Teatro Municipal, os cinemas da Cinelândia e, em menor escala, os cabarés, *dancings* e boates localizados na Praça Mauá, na Lapa e Avenida Mem de Sá compunham as alternativas de diversão na área central.

Com relação à freqüência, os teatros e cinemas, sobretudo na Cinelândia, graças aos hotéis e restaurantes, eram ainda considerados como detentores de certo *status*. No restante, as atividades de diversão eram avaliadas como voltadas para a parcela da população de menor poder aquisitivo e já se apresentavam sem maior expressão para fortalecer a atração da área central como centro de diversões. Apenas a Lapa era considerada como tal, aliás, de modo bastante negativo, famosa por sua "vida noturna dissoluta e a prostituição". A "ação saneadora" da polícia e das reformas urbanas já se fazia sentir e uma significativa mudança começava a acontecer nas ruas Mem de Sá, Riachuelo e adjacências que passavam a adquirir "faceta mais comercial".[179]

Em função deste caráter e como conseqüência do crescimento da cidade, acompanhado por apropriação de novos padrões de consumo e lazer, a vida noturna cada vez mais passou a se orientar na direção da zona sul.

Como decorrência, as mudanças se iniciaram. Os grandes cinemas, bem localizados, foram gradativamente fechados, transformados em uso ou subdivididos em salas menores num movimento que, a bem da verdade, afetou toda a cidade. A força do processo atordoou os cariocas, chocou a opinião pública mobilizada pelo meio intelectual e levou à edição de legislação de proteção aos imóveis, sobretudo na área do

[179] Sobre a Lapa e suas histórias, sobretudo na visão dos artistas e intelectuais cariocas ver: Lustosa, Isabel. Lapa do desterro e do desvario. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2001.

Corredor Cultural, obrigando à preservação das salas de espetáculos, cinemas ou teatros situados no nível das ruas.[180] Mesmo assim, poucos foram os estabelecimentos que sobreviveram e, dentre eles, chegaram aos dias atuais apenas dois dos grandes cinemas. O Palácio, integrando a cadeia Severiano Ribeiro, passou por uma grande reforma que restaurou sua fachada neo-mourisca, não sem dividí-lo em duas salas (814 e 280 lugares) e hoje sobrevive com programação inserida no grande circuito dos cinemas cariocas. Esta também é a história do antigo Odeon, agora integrante *cult* da cadeia Estação como Odeon BR, local preferencial dos festivais de cinema.[181]

Dos antigos e majestosos cinemas não há mais vestígios. Predominam agora as salas diminutas, atreladas aos equipamentos culturais e com programação restrita.[182]

Para os teatros,[183] as mudanças também foram significativas e hoje quase todos sobrevivem se e quando estão atrelados aos programas de incentivo à cultura de distintas instituições de governo. Para atestar esta linha de raciocínio, registra-se a manutenção do Carlos Gomes e do Dulcina, integrantes da rede municipal de teatros, do Municipal e do João Caetano, pertencentes ao governo do estado, e do Glauce Rocha, sob a jurisdição da Funarte, o primeiro teatro federal do Brasil. No âmbito federal ainda são mantidos pela CEF, o Nélson Rodrigues e um novo teatro foi inaugurado no Centro

---

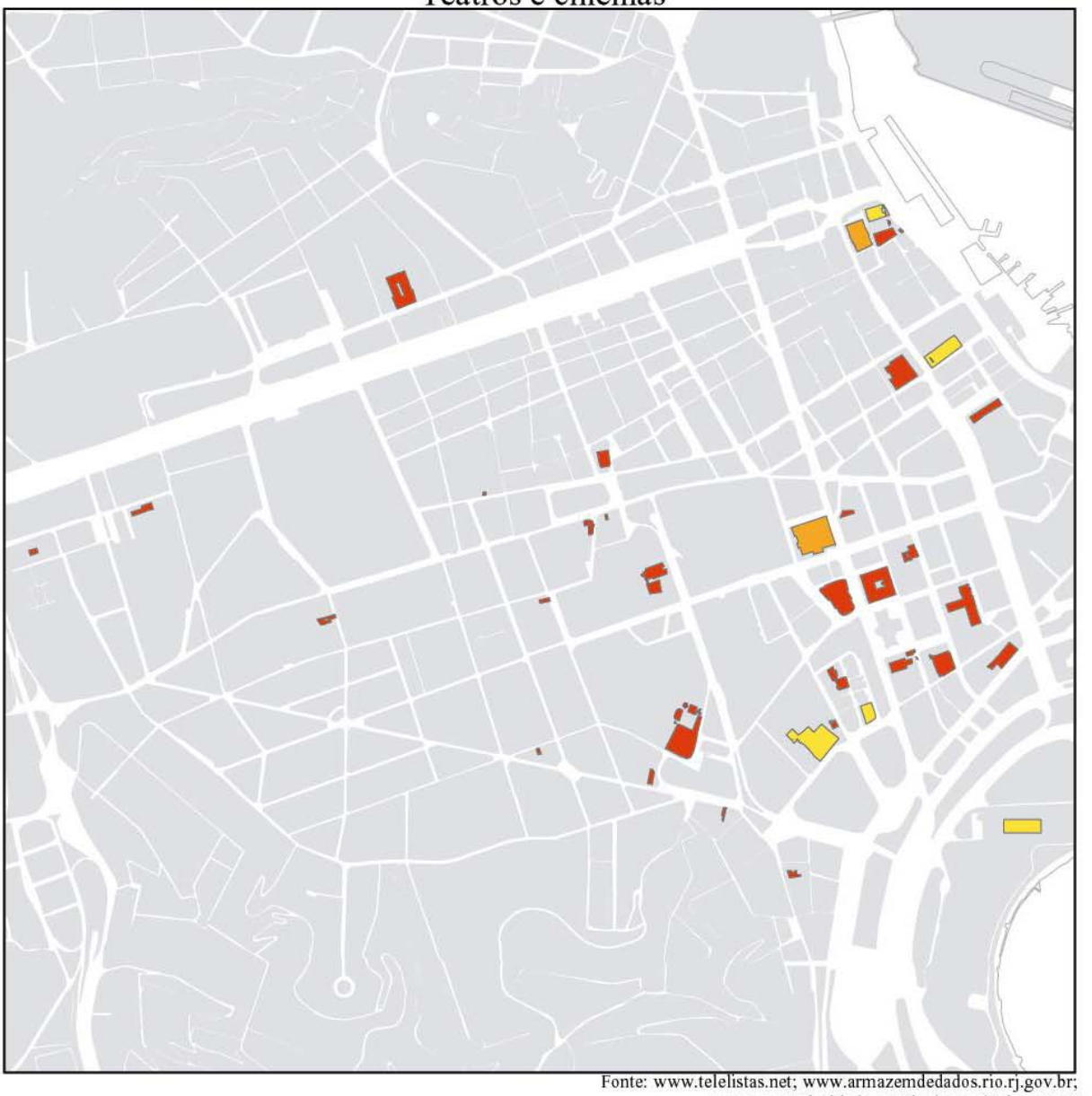
180 Trata-se do inciso I do artigo 7 do decreto n. 4141 de 14 de julho de 1983 que aprovou o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixou o limite da área abrangida pelo Corredor Cultural.

181 Artigo escrito pelo crítico e professor de cinema da UFF, João Luiz Vieira para o catálogo do Festival do Rio que reabriu o Odeon, em setembro de 1999, apresenta a Cinelândia como o maior cemitério de salas de cinema do mundo, em função da perda de 6.633 poltronas, produto da decadência do padrão cinemas de rua, substituídos por cinemas de shoppings. Disponível em: http://cf.uol.com.br/cinemascopio/prodrecife.cfm?CodMateria=146. Acesso em: 18 jan. 2005.

182 Os cinemas do Rio foram objeto de distintos trabalhos. Consultamos os seguintes: Campos, Fernando Ferreira (org.). Na sala de espera do Cinema Odeon. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e esporte, 1991; Ferrez, Gilberto. Pathé: 80 anos da vida do Rio. *In*: Filme Cultura n°47. Rio de Janeiro: Funarte, 1986; Gonzaga , Alice *et al*. Palácios e poeiras: cem anos de cinema no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte/Record,1996.

183 Dois teatros foram demolidos nos anos setenta. Eram eles o TAG, Teatro de Arena da Guanabara, construído em 1964 e demolido 10 anos depois durante a construção do Metro. Ficava ao sopé do Morro de Santo Antônio, Estação Carioca. Também encerrou suas atividades, o teatro Gil Vicente situado em terreno pertencente ao governo português, inicialmente construído pelo mesmo como Pavilhão para integrar as comemorações do IV Centenário da cidade. No imóvel, Avenida República do Chile n° 330, funcionou a Faculdade de Letras da UFRJ. Dados sobre os teatros do "centro histórico do Rio" podem ser obtidos em: http://www.ctac.gov.br/centrohistorico/, página do Centro Técnico de Artes Cênicas, setor do Departamento de Artes Cênicas da FUNARTE.

Teatros e cinemas



Fonte: www.telelistas.net; www.armazemdedados.rio.rj.gov.br; www.centrodacidade.com.br (consultados em 10 e 13/05/2004 e revisados em 28/06/2006).

Teatros e Cinemas
localizados na Área Central

- Teatros/Cinemas
- Teatros
- Cinemas

N

Escala 1:16.000

0 100 200 400 Metros

Cultural da Justiça. Em 2006, a própria sede da Caixa Econômica inaugurou um polivalente espaço cultural, incluindo teatro, cinemas e galerias de arte.

O Centro Cultural do Banco do Brasil e o Espaço Cultural dos Correios também mantêm teatros em suas instalações. Recentemente o SESC arrendou o Teatro Ginástico e o Molière da Maison de France foi reaberto em 2002, reformado ao custo de 2 milhões de dólares com recursos da Light e do governo francês.

Na sede da FIRJAN, um belo teatro de 350 lugares foi construído, integrando a política de promoção cultural descentralizada do SESI por áreas da cidade.

Das iniciativas particulares destaca-se o Rival, agora Rival Petrobrás, funcionando como café concerto, com o apoio da instituição e um público cativo que recupera a riqueza da vida noturna do Rio e da Cinelândia dos anos cinqüenta.

Na atualidade, após sofrer uma brutal decadência que atingiu todas as suas atividades, a função de diversão da área central foi reavivada. O processo caminhou, no entanto, por caminhos muito próprios. Foi pela vida dos bares e locais de apresentação de shows de música popular que a função renasceu. Para isto colaborou o mais popular de todos os trechos da cidade. Foi pela Lapa que tudo recomeçou. A emblemática localidade, conhecida por seus malandros, prostituição e tantas histórias tenebrosas,[184] revelou sua notável resistência. Silenciada e saneada, ela apenas adormeceu para ressurgir com força total nos anos noventa, "descoberta por cariocas que queriam um programa barato, do tipo cerveja-e-calçada".[185] Guardando tradição de lugar maldito, renasceu em dosagem equilibrada de suas inserções como lugar da moda e submundo do crime. Os embalos de todas as tribos da cidade estão divididos entre os novos e antigos bares com música ao vivo, restaurantes e misturam sua boa freqüência, sem fronteiras com prostitutas e gangues do tráfico.[186] Alçada a Distrito Cultural, a Lapa recebeu o apoio da municipalidade como subárea do projeto Corredor Cultural e

---

184 A história da malandragem da Lapa confundiu-se com figuras como Madame Satã, as prostitutas descritas por tantos autores, com o registro de Benjamim Constallat como o bairro da cocaína, nos anos vinte. As ações do poder público, no período de Getúlio Vargas, e as grandes reformas empreendidas no período da revolução de 1964, espantaram e afugentaram seus freqüentadores. Mas a Lapa não ficou parada por muito tempo. Nos anos noventa reacendeu-se sua utilização.

185 Jornal O Globo, 19 abril 2004.

186 Matéria publicada pelo jornal O Globo, em 9 de outubro de 2005, com o título "Lapa, território livre das drogas", apontava a venda de drogas nas noites de maior freqüência, sexta e sábado.

investimentos do governo do Estado voltados à recuperação de seus imóveis.[187] No maior elogio, recebeu a responsabilidade de ser o local de "reencontro de duas cidades que convivem no Rio, a dos pobres e a daqueles que acham que não são pobres." Como avaliação da vida que emerge de suas calçadas a consideração de que "sempre que estas duas cidades se encontram, o Rio floresce. Sempre que elas se separam, a cidade se degrada".[188]

Num fenômeno de difícil explicação, a região da Lapa, ampliada e contendo em seus limites expandidos a Praça Tiradentes, incluindo a rua do Lavradio, inovou-se como local da moda. Popular ou sofisticada, alternativa para todos os gostos, localizam-se nesta área um grande número de bares, locais de dança, pontos de encontros ou shows. Dentre os muitos locais de diversão destacam-se o novo Circo Voador, agora totalmente aterrissado, com amarradas de um projeto sofisticado e problemas de acústica resolvidos. No elenco de lugares de sucesso destaca-se o Rio Scenarium, badalado entre estrelas da mais famosa estação de televisão carioca e personalidades das colunas sociais, misto de museu, antiquário e bar. Ambos se unem à Fundição Progresso, ao Sacrilégio, Carioca da Gema, Asa Branca, Club Six, Democráticos, o Casarão Cultural dos Arcos, a Casa da Mãe Joana, Dama da Noite, Estrela da Lapa, o Teatro Odisséia ou aos novos Encontros Cariocas, Belmonte e Negro Gato. Numa clara indicação da nova importância para os espetáculos de música ao vivo que ocorrem na cidade, dentre os treze espetáculos em cartaz no mês de abril de 2006, oito estavam acontecendo na Lapa e nas suas imediações.[189]

E é deste forte movimento de renascimento da cultura popular na cidade que decorre a avaliação de um artista de expressão como Chico Buarque quando afirma que,

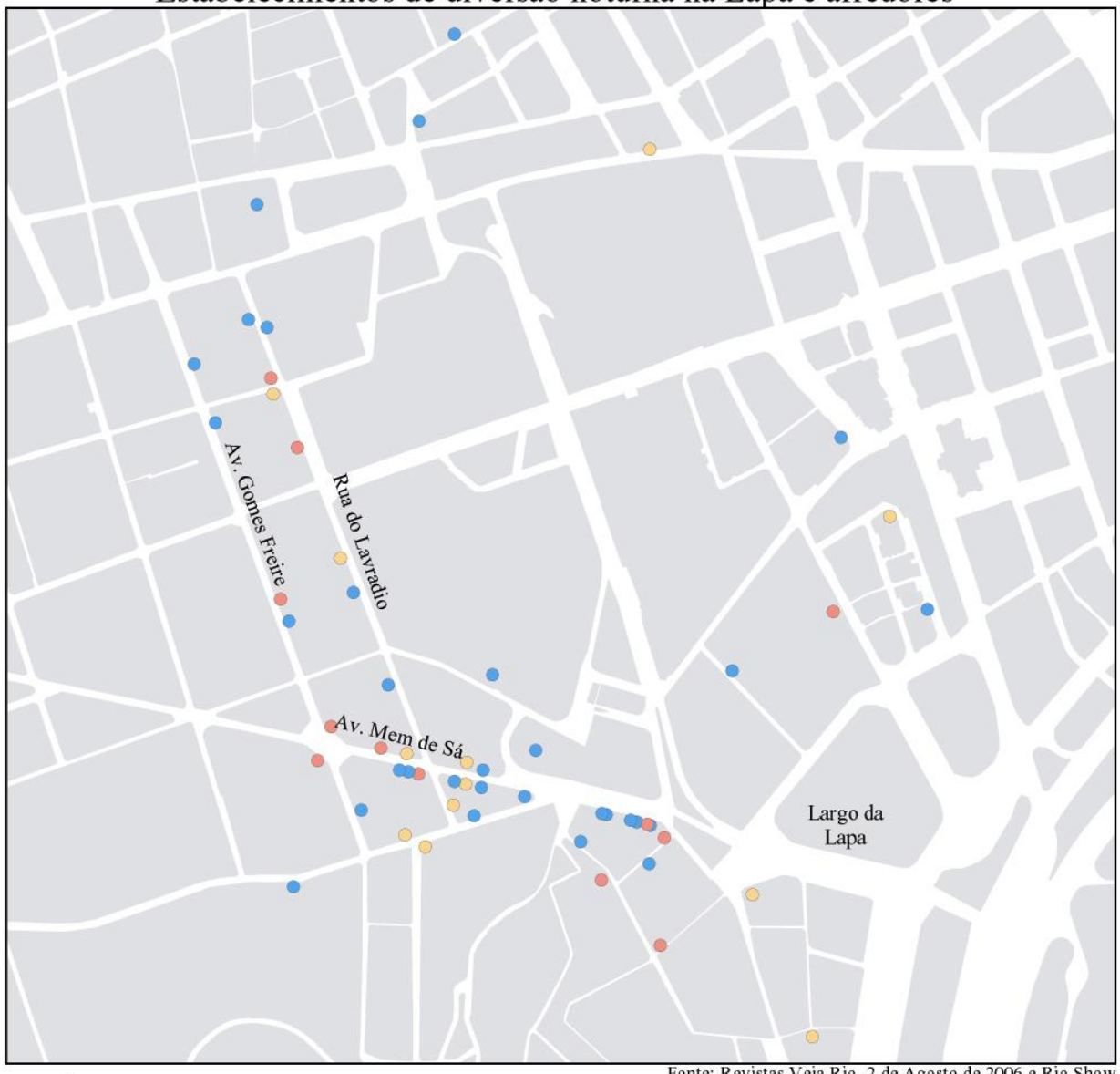
---

[187] "A área do "Distrito Cultural da Lapa", definida pelo Decreto Estadual n° 26.459, de 07 de junho de 2000, estende-se da Igreja de N. Sra. da Lapa do Desterro até o final da rua do Lavradio, englobando as seguintes ruas: avenida Mem de Sá, rua do Riachuelo, avenida Gomes Freire, largo da Lapa, rua do Lavradio, rua dos Arcos, rua Joaquim Silva, travessa do Mosqueira, rua do Resende, rua da Relação e rua Visconde de Maranguape. O decreto de criação do "Distrito Cultural da Lapa" prevê que os imóveis de propriedade estadual, "não afetados ao uso comum do povo ou ao uso especial e alocados ao Poder Público Estadual ou pertencentes a entidades vinculadas", sejam destinados "a atividades culturais e outras correlatas". Isto significa que a Secretaria de Estado de Cultura participa da seleção das pessoas físicas ou jurídicas que deverão ocupar tais imóveis, a maior parte dos mesmos pertencente ao RioPrevidência. Documento de trabalho, INEPAC, junho de 2004.

[188] A linda lição da Lapa. Elio Gaspari. Jornal O Globo, 10 abril 2002.

[189] Plínio Fróes, dono do Rio Scenarim, calcula que a freqüência da área, em noites de movimento, chega a dez mil pessoas.

Estabelecimentos de diversão noturna na Lapa e arredores



Fonte: Revistas Veja Rio, 2 de Agosto de 2006 e Rio Show.
sites: www.lanalapa.com.br e www.centrodorio.com.br acessados em Maio de 2005 e Agosto de 2006.

Legenda

- Bar
- Casa Noturna
- Restaurante

N

Escala 1:8.076

0 50 100 200 Metros

apesar de sua saudade de um outro Rio, que ficou no passado, ele só queira falar do hoje. E segundo afirma, isto significa falar da Lapa, mais propriamente "do renascimento do samba na Lapa".[190]

O movimento iniciado pela Lapa replica-se hoje na região da Praça Quinze com bares, restaurantes e o recente reconhecimento pela UNESCO do movimento iniciado por universitários em 1996, nas imediações da praça Quinze, com o bloco denominado "Cordão do Boitatá". Os recursos garantidos com verba do Programa Monumenta para o projeto Circuito Cultural do Mercado de Peixe apóiam um movimento que pretende a recuperação da orla da cidade, do Aeroporto à rua do Mercado e hoje já reúne dez associações que usam o espaço nas noites de sexta-feira com freqüentados eventos ao ar livre no melhor estilo cerveja, som e calçada. O que em seu início, é preciso dizer, gera um bom problema para a conservação de toda a área, apesar da contrapartida de ser um claro sinal de revitalização. Na mesma direção, uma roda de samba no Largo da Prainha, próximo à praça Mauá, hoje divulga seu evento mensal na internet para, por incrível que pareça, diminuir a freqüência de público.

Numa última versão do novo apelo que o centro da cidade passa a oferecer deve ser comentada a mais recente aquisição. Desde 2005, encontra-se em construção uma casa de espetáculos, no terreno projetado para um teatro, anexo ao Museu de Arte Moderna no Aterro do Flamengo. A destinação será para a filial de empresa paulista especializada no setor de diversões, devendo caracterizar uma alternativa para eventos e shows mais moderna e melhor localizada em relação às opções atualmente existentes na cidade. Além disso, não deverá propiciar problemas de congestionamento, considerando que horários e dias de espetáculos são distintos da dinâmica que predomina para ocupação da área central. Além disso, sem a proximidade do uso residencial não existirão moradores incomodados.[191]

Nestas indicações resume-se a importância da área central do Rio, mantida sua atração nas atividades de diversão e cultura, apesar de outras alternativas que se

---

[190] Entrevista publicada em 23 de abril de 2006, pela Revista O Globo.

[191] Trata-se de filial da casa de espetáculos Tom Brasil, que possui sua matriz em São Paulo. Com inauguração prevista para novembro de 2006, 11.000 m² de área construída, estacionamento para 1.000 veículos, estrutura de atendimento diversificada para distintos eventos, o novo local deverá chamar-se Vivo Rio, em função da participação no empreendimento da "maior operadora de serviços de telecomunicações do hemisfério sul". Sua arquitetura resgata as indicações de Affonso Eduardo Reidy e finaliza o projeto previsto para o MAM nos anos sessenta.

espalham na cidade, sobretudo na zona sul. Para os cinemas, as perdas da área central são evidenciadas pela imposição da atividade como fonte de fixação e permanência dos usuários no interior dos recintos fechados dos *shoppings* existentes em distintos bairros cariocas.[192] Em relação aos teatros, casas noturnas, bares e eventos relacionados ao uso do espaço público, a área central não só manteve, como evidencia um processo de revitalização urbana indicando "uma diversidade de possibilidades, não previsíveis no seu conjunto, porque não seguem um modelo preestabelecido, mas que foram gerados no interior da dinâmica urbana carioca e no qual se identificam, pelo contrário, um caráter participativo dos vários e diferentes grupos sociais envolvidos".[193]

A função de direção

As indicações das construções teóricas da economia urbana que consideravam a hegemonia do centro sobre as outras áreas das cidades e se referenciavam por modelos espaciais oriundos da ecologia humana refletem a consideração do centro do Rio, em 1967, como o lugar da função de comando, como o núcleo das idéias e não apenas das coisas materiais. As alterações que estavam em curso, "descentralização de funções diretamente ligadas à clientela" eram contrapostas à "centralização no que se refere a função de direção, tornando-se a área central um lugar de comando. Esta função é reflexo da importância da área central de seu dinamismo, que é um sinal de uma economia em expansão e, em última análise, um reflexo do processo de desenvolvimento urbano".[194]

Os exemplos citados varriam praticamente todas as funções e demonstravam, em alguns casos, a extensão da área de influência carioca. Eram levantadas sedes e escritórios de inúmeras empresas de distintos setores produtivos, localizados na área central por força de suas relações e interdependências.

Pelos elementos pesquisados resultava uma indicação de que o Rio ainda era uma cidade ou metrópole polarizada por sua área central, apesar de seu expressivo processo de expansão horizontal.

---

[192] O somatório dos cinemas localizados em 23 shoppings da cidade alcança a cifra de 112 salas e 23.524 lugares, computados na programação para a última semana do mês de agôsto de 2006.
[193] Vaz e Jacques, *op. cit.,* p. 137.
[194] Duarte, *op. cit.*,p.124.

A situação não pode ser relatada segundo este pressuposto nos dias atuais. As relações de produção foram brutalmente afetadas no decorrer destes 45 anos. A centralização das decisões disseminou-se em outras escalas que não são mais exclusividade de uma área, podendo acontecer por cidades, regiões ou países, conforme nos indica Corrêa(1996) ao avaliar as metrópoles como centros de gestão do território.[195] Na nova organização do trabalho, os fluxos ou redes de informações ladeados às facilidades de contato à distância, montados numa escala global, romperam as clássicas análises segundo hierarquias espaciais, que atrelavam as sedes e os escritórios das empresas aos antigos centros de decisão de uma cidade por distintos motivos, que contemplam desde o conforto desejado para suas instalações, à infra-estrutura, segurança, logística, interdependências e ambiência requeridas em suas operações.[196]

Nos últimos anos, o Rio vem sofrendo uma substancial redução de postos de comando ou da função de direção. Em muitos casos, a questão refere-se à própria cidade, que perde atividades econômicas por migração para outros estados como foi o caso do encerramento das atividades da Bolsa de Valores, implicando relocalização de distintos segmentos do mercado financeiro. Por decisões administrativas foram transferidas para São Paulo, sedes de empresas importantes como a CSN, Brahma, Lojas Americanas e Ponto Frio. Na recentralização das atividades econômicas em direção a São Paulo pesaram também critérios de gestão empresarial em busca de menores alíquotas na imensa carga tributária do país. A comparação entre impostos

---

[195] Corrêa, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. Revista Território.1(1), 1996.

[196] Sobre os efeitos do processo de globalização e a divisão espacial do trabalho, ver: Friedman, Thomas L..O mundo é plano, uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2005. Foram também utilizados os referenciais contidos em autores já citados como Santos(1994), Guidens(1991), Kumar(1997), Sassen(1998), Castells(1999), Carlos (2001), Gottdiener(1993), Ferreira (2005), Corrêa(2006).

como o ICMS estadual e o ISS[197] ou IPTU municipal pode levar à decisão de mudanças das sedes de empresas, visando apenas a redução dos custos de tributação.[198]

Em outra escala, a migração de empresas que se iniciou para fora da área central, com a construção de prédios isolados de escritórios ou edificações de uso exclusivo na orla da zona sul, sobretudo nos bairros do Flamengo e Botafogo, passou a assumir uma nova versão, agora com os Centros Empresariais ou *Park Offices* se reproduzindo em grande velocidade na Barra da Tijuca. As sedes de empresas de serviços como a UNIMED, a AMIL, indústrias como a Michelin, Shell, Esso ou a CBF e, mais recentemente, a White Martins estão mudando para o novo bairro que oferece uma paisagem mais amena, "amigável" no jargão empresarial, além de segurança, conforto nas instalações e muitas vagas de automóvel.

Nos setores de telefonia ou comércio varejista, várias empresas com inúmeras filiais na cidade decidiram localizar seus escritórios centrais em bairros periféricos ao centro, como São Cristóvão (são exemplos a TIM, Taco, Richard's), onde o menor valor do metro quadrado permite ampliação das instalações.

Embora ainda não contabilizado, o processo parece indicar um gradativo esvaziamento das funções de comando da área central, com antigas instalações sendo vendidas, fechadas ou destinadas a novos usos.[199]

Na direção contrária deste movimento centrífugo, amplia-se a força das representações públicas federais. Em contraste ao setor privado, permanecem e são ampliadas na área central instalações de importantes instituições como o BNDES e, sobretudo, a Petrobrás.[200] Além disto, estão sediados no centro da cidade os dois

---

197 A alíquota de ICMS para os serviços de telefonia no Rio é de 30%, perdendo apenas para o estado de Rondônia, o que nos faz compreender o predomínio do sotaque paulista nos inúmeros contatos telefônicos recebidos para oferta de serviços, sobretudo bancários. A redução de 18% para 4% na alíquota do ICMS sobre querosone na aviação trouxe para a cidade os serviços de abastecimento da TAM. No ISS, a alíquota de 5% pesa na decisão de busca outras cidades para realizar seus serviços.

198 Na avaliação da FIRJAN, estudos comparativos sobre o ICMS de seis estados e o Distrito Federal para distintos setores, indicam o Rio perdendo em quatro de onze segmentos.

199 A UNIMED mudou-se da Rua da Quitanda para a Barra da Tijuca. No rearranjo de suas instalações os seis andares da antiga sede vão receber os arquivos da empresa, antes mantidos em Benfica. Jornal O Globo, 20 dez. 2003.

200 A Petrobrás promoveu a ocupação exclusiva dos 40 mil m² do único lançamento imobiliário de padrão AA realizado na área central em dez anos. A Torre Almirante construída no local do Edifício Andorinha, incendiado em 1986, foi inaugurada em novembro de 2004, já alugada para a empresa por cinco anos, renováveis por igual período, com aluguel de cerca de 2,5 milhões de reais a empresa por cinco anos, renováveis por igual período, com aluguel de cerca de 2,5 milhões de reais.

maiores fundos de pensão do país, Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobrás). Deste poderoso conjunto de instituições, que ainda conta com as recentes agências reguladoras de serviços públicos privatizados resulta a idéia de um Rio como centro de decisões, ainda que nacionais e sob o comando do setor público federal.

Para atestar a afirmação, mesmo alternativas voltadas à dinamização da economia carioca, como é o caso do projeto de Pólo Nacional e Internacional de Seguros e Resseguros, partem da herança histórica de capital do país. Deste papel resultou a localização no Rio de sedes das mais importantes empresas do setor (são 60), além de agência reguladora, federações e da maior empresa da América Latina e única do Brasil destinada a garantir o setor, o IRB, Instituto de Resseguros do Brasil.[201]

Este não é o único setor em que são recriadas versões mais atuais de um centro ainda dinâmico e pulsante como local de grandes decisões. A concentração de empresas públicas, aliada à permanência na localização de grandes empresas em prédios exclusivos como a Vale do Rio Doce, Souza Cruz e Xerox, acaba por conferir significativo valor à localização central. Entretanto, mesmo esta expressão já não mais significa primazia como centro de decisões, comprovada pela consulta ao Cadastro Industrial da FIRJAN para o período 2005/2006. Os dados apresentados indicam a localização na área central de 22,81% das sedes das empresas do setor de construção civil (102 das 447 cadastradas pelo sistema) e de 39,28% das firmas dedicadas à prestação de serviços ao setor empresarial (55 dentre as 140 cadastradas). Entre as empresas exportadoras sediadas na cidade, apenas cinco das 18 listadas possuem suas sedes na área central.

O mapeamento das sedes de empresas localizadas na área central oferece a evidência de uma sensível alteração na anterior indicação de centro de decisões, estabelecida por concentrar sedes administrativas dos mais distintos segmentos das atividades econômicas presentes na cidade. Para esta modificação colaboram índices que apresentam a redução do PIB carioca, reduzido na participação nacional de 5,6%, em 1999, para 4,3%, em 2003. “Entre 1999 e 2002, o Rio não só perdeu renda per capita

[201] A proposta foi apresentada pelo IRB, FIRJAN, Associação Comercial do Rio de Janeiro, FENACOR (Federação Nacional de Corretores Privados, da Capitalização, de Previdência Privada e das Empresas Corretoras de Seguro), da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) em 1997. Revista da Associação Comercial, agosto de 2004, n°1.375, ano 63.

Sedes de empresas localizadas na área central

Fonte: Cadastro Sistema Firjan 2005-2006.

Legenda

- Minerais não-metálicos
- Metalurgia
- Alimentação, fumo e bebidas
- Vestuário, confecções e calçados
- Madeira e mobiliário
- Gráficas e editoras
- Química e farmacêutica
- Máquinas, material elétrico e comunicações
- Construção
- Informática
- Serviços
- Diversos

N

Escala 1:17.000

0 150 300 600 Metros

como perdeu riqueza, com seu PIB recuando a um ritmo assombroso de 3,1 ao ano".[202] As indicações mais alarmistas são rebatidas por avaliação do Instituto Pereira Passos estabelecendo a participação da cidade no PIB do país em 4,7% e 5% no Estado, segundo dados do IBGE, considerando o mesmo período.

O Estado, no entanto, revelou crescimento puxado por desempenho significativo verificado em outras regiões, sobretudo no norte fluminense, como efeito da exploração do petróleo ou em municípios mais recentes, fruto da localização de montadoras de automóveis ou ainda no corredor turístico da região dos Lagos.[203]

Por estas indicações depreende-se um rearranjo espacial das forças produtivas no âmbito do Estado que configuram movimentos centrífugos orientados para a exploração de recursos em outras regiões, sem que permaneçam na capital suas sedes administrativas. As conseqüências do processo produtivo atrelado ao uso de facilidades de comunicação já estão sendo sentidas no Município do Rio de Janeiro e certamente são mais fortes no antigo centro de negócios, anteriormente a localização preferencial.[204]

Os serviços prestados por profissionais liberais

A análise de 1967 partiu da consideração de que o estudo das profissões revelava divisão em duas categorias, em função das relações mantidas com a área central. Numa primeira estariam os serviços prestados em caráter praticamente exclusivo na área, como advogados, engenheiros, contadores, economistas respaldados por relações de proximidade necessária aos bancos, ao comércio, bem como das administrações federal e estadual. Numa segunda situação estariam os médicos, dentistas e serviços correlatos, que cada vez mais teriam nos subcentros e bairros uma localização privilegiada, próximos ao público usuário. A avaliação do crescimento da cidade, o tempo e a dificuldade dos transportes estariam na base da crescente tendência de descentralização

---

[202] Pereira, Marcel. A agonia carioca, Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 21 julho 2005.

[203] Para a análise do desempenho da economia fluminense ver: Santos, Ângela Moulin Simões Penalva. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n° 8, p.31-58, set./dez.2002.

[204] O município do Rio de Janeiro é ainda o segundo PIB municipal industrial do país, respondendo por 3,22% do total. A mesma posição ocupa nos serviços respondendo por 6,78% do PIB nacional.

dos serviços de saúde, embora isto não significasse uma expressiva redução dos consultórios localizados na área central.

Não era apontada uma concentração por profissão no contexto da área central, sendo a localização disseminada, ainda que um olhar mais aguçado sobre os levantamentos pudesse oferecer algumas hipóteses.

Por exemplo, os locais de trabalho dos profissionais liberais não se superpunham aos setores de comércio atacadista e financeiro, revelando preferência por locais de predomínio das atividades administrativas, de comércio varejista e recreativo. Nestas localizações, o poder de atração da clientela ampliava-se em função de maior conforto e representação das edificações mais recentes, além da proximidade dos pontos finais do sistema de transporte. A linha limite da distribuição encontrava-se na rua Sete de Setembro na direção sul, cobrindo áreas que iam da Esplanada do Castelo à Cinelândia.

O levantamento indicava localização por cada profissão. Economistas, à época uma inovação, estavam distribuídos por toda a área central, embora com discreto adensamento nos setores financeiros e recreativos. A concentração máxima verificada era de sete profissionais em prédio da avenida Rio Branco, entre Assembléia e São José. Ainda para contabilistas e contadores, a localização preferencial estava nas áreas mais comerciais com interdependências aos setores atacadistas e financeiros, locais em que seriam mais necessários.

A clientela seria o fator preponderante da localização das demais profissões. Para os advogados, além deste critério pesava a proximidade das instalações da justiça, fosse o Fórum, os tribunais ou cartórios, justificando as concentrações verificadas. Uma tendência para descentralização já se revelava, no entanto, para os serviços profissionais, presentes em vários bairros, como pela própria justiça por meio da abertura de cartórios.

Para profissionais da arquitetura e engenharia existia uma superposição aos locais dos advogados, por necessidade de contatos e uso dos serviços e outra para o centro de gravidade da área central, o setor comercial, local de convergência de interesses. As concentrações seriam nas quadras entre Rio Branco e Erasmo Braga, Nilo Peçanha, Almirante Barroso e na Treze de Maio. Era também verificada uma pequena concentração no Largo da Carioca. De todo modo, a rua da Assembléia era o limite para o maior adensamento, com pulverização para as demais áreas.

Os consultórios médicos e dentários se apresentavam concentrados entre a Cinelândia e a Treze de Maio, Largos da Carioca e de São Francisco, produto da tradição da localização no passado, em função terminais de transporte e da complementaridade de outros serviços profissionais. A preferência pela localização foi, no entanto, bastante afetada pelo crescimento e desenvolvimento da cidade.

Para comparar a situação encontrada nos dias atuais utilizamos como fonte principal de pesquisa dados dos serviços de telefonia, base do levantamento em 1967, realizado pelas "Páginas Amarelas". Buscamos ainda estabelecer as mesmas classes de freqüência na incidência dos serviços prestados por localização predial. Foram pesquisadas as seguintes categorias: advogados, engenheiros e arquitetos, médicos e dentistas, economistas e contadores, acrescidos de atuários e administradores.

Os resultados encontrados revelam a manutenção da localização dos profissionais liberais na área central, apesar do grande crescimento dessas atividades nos bairros, como é hoje o caso de Botafogo, um verdadeiro distrito de serviços médicos e hospitalares.

Tal permanência ainda encontra justificativas nas dificuldades de deslocamento em função dos constantes congestionamentos de tráfego, que acarretam perdas substancias de tempo na busca desses serviços. Por outro lado, a implantação do metrô facilitou e promoveu valorização das localizações próximas às estações, criando assim notáveis condições de acessibilidade para algumas edificações.

Na área central encontram-se 85% do estoque total de escritórios da cidade, o que corresponde a uma área útil de 3,5 milhões de m².[205] Esta cifra significativa é registrada predominantemente em edificações mais antigas, com mais de trinta anos de idade, em salas e escritórios com dimensões médias de 35m² e com inúmeras dificuldades para unificação de seus espaços que resultem em andares corridos. Deste modo, o que é considerado problema para sediar as grandes organizações atreladas às exigências de modernização, acaba por conferir vantagens para a instalação de escritórios dos profissionais liberais isolados ou em pequenas associações.

Uma avaliação dos dez endereços que apresentam maior freqüência dos profissionais pesquisados[206] indica, em seqüência hierárquica, o edifício Avenida

[205] Jones Lang LaSalle, Perfil Imobiliário, Rio de Janeiro, Balanço 2004.
[206] Ver tabela em anexo, n° 13.

Central (Rio Branco 156) com 331 ocorrências; o Marquês do Herval (Rio Branco, 185) com 269; o Santos Vahlis (Senador Dantas, 117) com 227; o De Paoli (Nilo Peçanha, 50) com 146; o Darke (Treze de Maio, 23) com 142; o Cândido Mendes (Assembléia, 10) com 142 ; o Empresarial Largo da Carioca (Uruguaiana, 10) com 138; o Itu (Treze de Maio, 47) com 132; o LeBourget/ Orly (Marechal Câmara, 160) com 131; o Presidente Kennedy (Presidente Vargas, 633) com 131 e o edifício Cidade do Rio de Janeiro (Almirante Barroso, 63) com 120 escritórios identificados. Estes dez prédios foram construídos entre 1952 e 1981 e apenas o Cândido Mendes e o Le Bourget/Orly, mais recentes, possuem qualificações para enquadramento em patamares superiores do mercado imobiliário.

Os mapeamentos por categoria profissional revelam ainda o poder de atração das instalações da justiça para os advogados, com maior concentração nas proximidades do Fórum, bem como na região do Castelo. É importante afirmar que este não é o único critério, uma vez que a tendência de localização de importantes escritórios relaciona-se ainda ao padrão da edificação, significando *status* e representação e não apenas da proximidade das instalações da justiça. Para isto colaboram as inúmeras especializações que resultam numa atuação que pode ocorrer em distintas jurisdições, na atualidade já descentralizadas.

Para engenheiros e arquitetos, isolados ou em associações, o espaço interno e as facilidades de deslocamento adquirem maior importância e com isto a distribuição na área central está mais pulverizada, ultrapassando a avenida Presidente Vargas para atingir a Visconde de Inhaúma.

Do mesmo modo, serviços ligados à administração e finanças, mais concentrados nas avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Almirante Barroso, Assembléia, Nilo Peçanha, Treze de Maio e Senador Dantas, podem atingir locais mais distantes em função do tipo de serviço prestado e do porte de suas operações.

Para médicos, dentistas e serviços correlatos valem os critérios de acessibilidade aos transportes, sobretudo metrô, e incidência de atividades comerciais que oferecem atrações adicionais para atração de clientes. Para ruas como a Rio Branco, Uruguaiana e Senador Dantas, a freqüência observada atesta a afirmação. Para estes profissionais há um grande mercado, caracterizado pela população que trabalha na área central e utiliza seus serviços antes, durante e depois da jornada de trabalho.

Escritórios de advocacia por prédio

Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com.br
(consultados em Maio de 2004).

Número de escritórios
por prédio

5 a 10	36 a 45
11 a 20	46 a 60
21 a 30	60 a 90
31 a 35	91 a 180

N

Escala 1:15.000

0 125 250 500 Metros

Escritórios de engenharia e arquitetura por prédio

Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com.br
(consultados em Julho de 2004).

Número de escritórios
por prédio

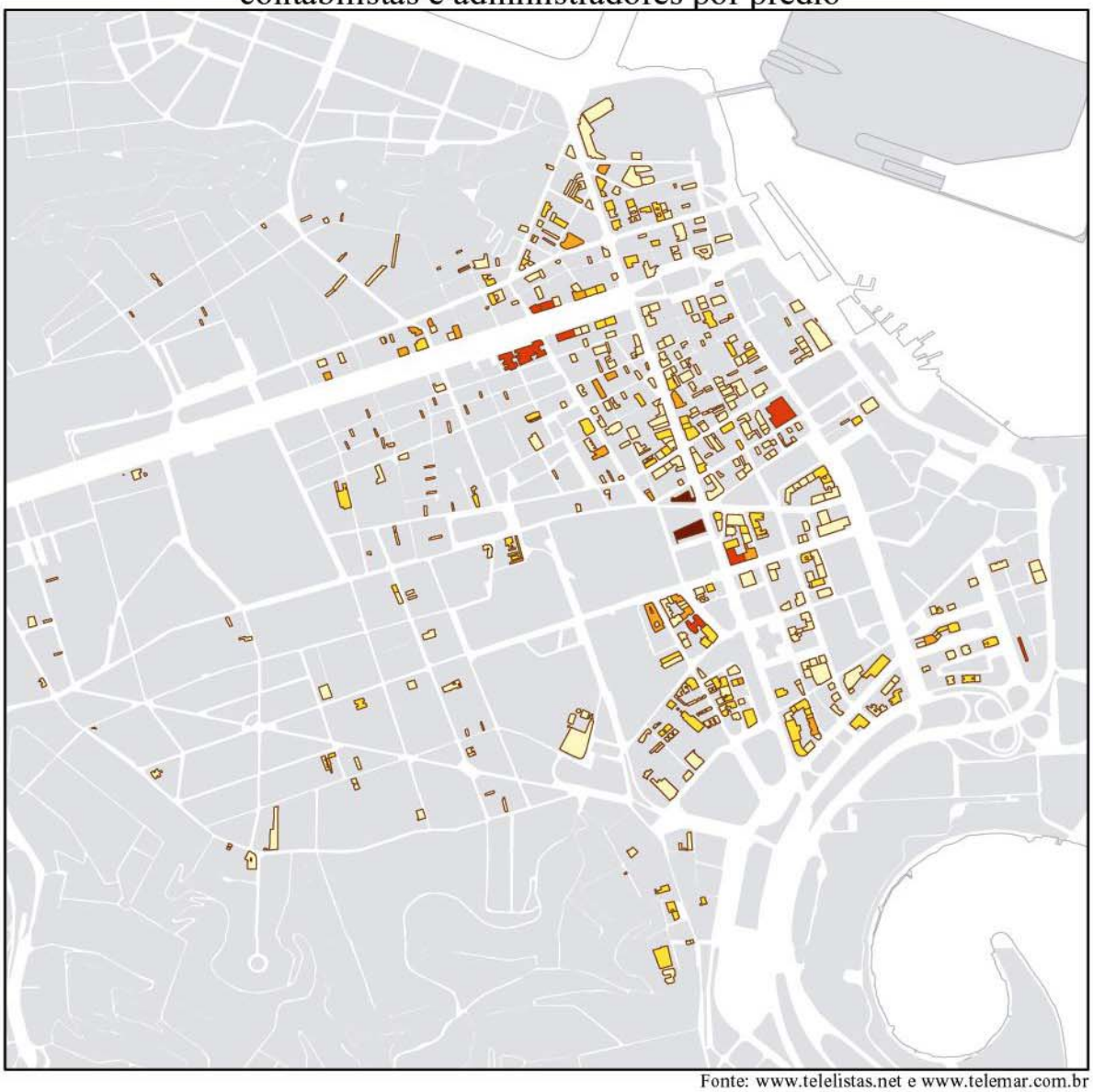
- 1 a 5
- 6 a 10
- 11 a 15
- 16 a 20
- 21 a 30
- + de 30

N

Escala 1:18.000

0 150 300 600 Metros

Escritórios de economistas, atuários,
contabilistas e administradores por prédio



Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com.br
(consultados em Junho de 2004).

Número de escritórios
por prédio

- 1 a 4
- 5 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- 31 a 40

N

Escala 1:18.000

0 150 300 600 Metros

Consultórios médicos e dentistas por prédio

Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com.br
(consultados em Agosto de 2004).

Número de consultórios
por prédio

- 1 a 4
- 5 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30

N

Escala 1:17.000

0 125 250 500 Metros

Uma avaliação do desempenho na arrecadação do ISS na área central, território da II Região Administrativa, permite comparações aos demais bairros da cidade. Um estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos, sobre a Praia de Botafogo, já havia diagnosticado a importante presença de empresas geradoras do imposto, em pequeno número, mas com significativa arrecadação. O mesmo estudo apontava a avenida Rio Branco como ocupando o primeiro lugar tanto na arrecadação do município, quanto no número de inscrições ativas no cadastro de ISS para o ano de 1998.[207] Outras vias da área central figuravam na listagem das cinqüenta mais importantes arrecadadoras de ISS, sendo elas: as avenidas Presidente Vargas, Almirante Barroso, Nilo Peçanha, Marechal Câmara e as ruas da Assembléia, Buenos Aires, Sete de Setembro,Quitanda, Riachuelo e Senador Dantas.

Em 2006, a Secretaria Municipal de Fazenda divulgou dados sobre a distribuição da arrecadação por Regiões Administrativas da cidade em relação ao ISS que apontam a permanência da primazia do centro, II RA, respondendo por 35,7% do total arrecadado em 2005. A região de Botafogo, anteriormente comentada, arrecadou 13,4% sobre o total, enquanto a Barra da Tijuca era apresentada com desempenho surpreendente da ordem de 8,88% para o ano de 2005, com aumento de 1,57 % na arrecadação no período de dois anos.[208] As informações não oferecem ainda as indicações relativas ao número de inscrições ou outros dados que propiciem uma avaliação mais apurada, mas pode ser considerado que o crescimento desta última região, local da mais intensa atuação do mercado imobiliário carioca para a promoção de moradia de classes de renda mais alta, atua em beneficio da ampliação do mercado de serviços profissionais, realimentado por aumento do número de potenciais usuários.

---

[207] Praia de Botafogo- um novo centro de negócios? Assinado por Luiz Roberto Arueira da Silva. DIG/IPP, maio de 2001. Fonte: www.armazemdedados.gov.br.

[208] A arrecadação da II Região Administrativa foi da ordem de R$ 527.428.311,77 no total de R$ 1.481.189.865,57 (2005). O comentário sobre os dados em seus valores percentuais foi publicado pelo Jornal O Globo, 12 de julho de 2006, p.17.

Serviços de alojamento

O centro do Rio de Janeiro foi durante muito tempo localização preferencial para a instalação de hotéis destinados ao atendimento da população que visitava a cidade por diversos interesses. Afinal, na capital do país estavam sedes das representações políticas nacionais e estrangeiras, os mais importantes estabelecimentos comerciais, bancários e diversões e, para a sua área central, convergiam os terminais de acesso de longas e médias distâncias, representados pela Central do Brasil, o Aeroporto Santos Dumont, o Cais do Porto e, até 1966, a Rodoviária Mariano Procópio, na Praça Mauá.

Tal situação havia se iniciado ainda no século XIX, quando o país e a cidade foram inseridos nas rotas do comércio internacional moderno, determinando a ampliação dos usuários dos serviços de hospedagem e levando ao surgimento dos primeiros hotéis como natural evolução das "casas de pasto".[209]

Estes estabelecimentos, enquadrados em categorias como estalagens, hospedarias e hotéis, distribuíam-se na área central e nos arrabaldes da cidade. Nestes últimos locais já eram considerados mais qualificados em função dos banhos de mar, do clima mais ameno com menos poluição e menor nível de ruído. Em 1881 eram listados 82 estabelecimentos dos quais "apenas 29 possuíam melhores condições, com capacidade de acomodação para 1.050 hóspedes". A cidade recebia por ano, 317.760 passageiros de primeira classe, numa média de 870 pessoas/dia que chegavam à cidade por meio de 12 linhas de paquetes, 11 de cabotagem e quatro ferrovias.[210]

Dentre os alojamentos que ofereciam melhores condições destacavam-se: o Pharoux e o de Hotel de France, nas imediações da Praça Quinze de Novembro; o Ravot, o Cintra, o Frères Provençaux e o Europa, na rua do Ouvidor; o Praça do Comércio e o Globo, na Primeiro de Março; o Universo, na Assembléia; o Itália, na Praça da Constituição. Além destes, existiam hotéis bastante procurados por estrangeiros em Botafogo, Catete, Andaraí Pequeno, Santa Teresa e Jardim Botânico.

---

[209] Em fins do século XIII, 1790, 1791 e 1792 seriam oito, quinze e nove estabelecimentos do gênero no Rio de Janeiro. Ver: Belchior, Elysio de Oliveira e Poyares, Ramon. Pioneiros da Hotelaria. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Senac, 1987, p. 41.

[210] James Wells *apud* Belchior, Elysio de Oliveira e Poyares, Ramon, *op. cit.*,p. 59.

Em Copacabana, antes que uma ocupação de caráter mais intenso se estabelecesse, surgiram os hotéis do Leme[211] e da Copacabana.

No início do século XX, as obras de saneamento e reforma urbana da cidade destinadas à implantação de um Rio civilizado não esqueceram da questão e por decreto, foram isentados de todos os "emolumentos municipais por sete anos, os cinco primeiros hotéis que se instalassem no Distrito Federal com planos aprovados pela municipalidade.[212]

Como conseqüência dos incentivos e das transformações urbanas da capital, os primeiros grandes hotéis surgiram na avenida Central. O Avenida, com 250 quartos, elegantemente mobiliados, com luz e campainha elétrica, quartos de banho, *toilette*, lavatórios, elevadores e telefones foi o pioneiro.[213] Em seguida veio o Palace, iniciativa dos Guinle e, para o projeto de um grande hotel, a Light and Power comprou o terreno do Convento da Ajuda, na Cinelândia.

Mas demoraria ainda um pouco para que os hotéis surgissem na Cinelândia. O sonho de um núcleo de diversões na extremidade da grande avenida serviu à construção de vários hotéis, dentre os quais o maior destaque foi o Serrador.

Por outro lado, o crescimento da ocupação da zona sul, os eventos nacionais e internacionais que passaram a ser promovidos na capital fizeram surgir hotéis de gabarito internacional na orla oceânica, como o Glória e o Copacabana Palace. Ainda que muitos estrangeiros continuassem a preferir os hotéis com localização mais aprazível, a centralização da estrutura administrativa na área central e, sobretudo, a implantação do Senado da República no Palácio Monroe forneceram bases para o crescimento das atividades hoteleiras e de diversões na área central.

---

211 O local foi inaugurado em 2 de março de 1879.

212 Decreto n° 1.160 de 23 de dezembro de 1907 foi provavelmente editado para estimular a necessidade de alojamento dos visitantes à Exposição Nacional aprovada por decreto presidencial n° 6.545 de 4 de julho de 1907. Embora o mais ilustre visitante, o rei de Portugal D. Carlos não tenha comparecido, entre 11 de agosto e 15 de novembro de 1908, tempo que durou o evento mais de um milhão de pessoas visitaram a Exposição que obteve a surpreendente marca de 604.052 pagantes, com média de 6.228 visitantes/dia. Fonte: Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1909.

213 O Hotel Avenida empregava 90 funcionários para atendimento aos seus 250 hóspedes/dia em média. Era propriedade de Cia Ferro Carril Jardim Botânico e explorado por Souza Cabral & Cia e foi inaugurado em 1 de julho de 1908. No térreo existia um bar que ficou famoso, o Brahma e a Galeria Cruzeiro. Em 1957, o imóvel foi demolido para a construção do Edifício Avenida Central.

O desenvolvimento do setor era interesse de governo que aprovou medidas de incentivo, criando subsídios à construção de novos hotéis.[214] A iniciativa comprovou-se acertada, mas acabou por estimular novas construções e não a manutenção dos mais antigos hotéis da cidade, ainda mais quando passavam a concorrer com outros usos, mais rentáveis, como foi o caso dos edifícios de escritórios, tão necessários na área central.[215] Ainda assim, foram construídos nove hotéis de categoria no centro até 1954, quando o subsídio do governo foi extinto.

Na década de sessenta, a situação era descrita como não havendo nenhum hotel de luxo na área central,[216] sendo os existentes divididos em quatro categorias. Os critérios estabelecidos para a hierarquia baseavam-se na edificação, altura e exclusiva destinação da construção. Destacavam-se o Serrador, Aeroporto e Ambassador (edifícios de 20 pavimentos, especialmente construídos para hotéis); o Itajubá, o OK e o Presidente (mais simples, em edifícios de dez a 17 andares); o Rex e o Nelba (com dez andares, adaptados em prédios comerciais ou mistos) e finalmente, uma última categoria mais simples, formada por hotéis que funcionavam em prédios de três a seis andares, sem grande conforto.[217]

Numa avaliação geral, a localização dos hotéis na área central ocorria em três concentrações principais: Cinelândia e adjacências, Praça Tiradentes e Praça Mauá. Eram ainda encontrados nas proximidades do terminal ferroviário, da rua do Lavradio e no Largo da Lapa. Na periferia da área central existiriam ainda pensões e hospedarias, bastante numerosas, porém sem conforto e em muitos casos, de "expressão duvidosa".

---

214 Trata-se do decreto-lei nº 6.761 de 31 de julho de 1944 que em seu primeiro artigo isentava por dez anos o pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais para todos os hotéis que se construíssem no território nacional no prazo de cinco anos, contados da data de sua publicação. Os novos hotéis teriam ainda isenção de taxas aduaneiras e impostos sobre material importado para sua construção, quando não houvesse similar nacional, e de imposto sobre transmissão na compra de terrenos destinados à tal atividade.

215 Segundo informa o estudo de 1967, o Hotel Palace estava situado num terreno que valia 60 milhões, enquanto suas instalações eram estimadas em 10 milhões. Sua demolição fez surgir, em 1952, o Edifício Marques de Herval, um marco na arquitetura modernista da cidade, projetado pelo escritório dos MMM Roberto. De uso misto, era dotado de um interessante e inovador sistema de proteção da intensa insolação, o *brise-soleil* e logo ganhou um apelido dos cariocas, passando a ser conhecido como "tem nego bebo aí".

216 Na época, os únicos assim considerados eram o Glória, o Leme, Copacabana Palace e Trocadero, todos na zona sul.

217 Destacava-se nesta categoria o Rio, inaugurado em 1875, na rua Silva Jardim, apelidado de "hotel dos mineiros", muito simples, mas familiar, que ainda hoje sobrevive.

Há muito tempo esta consideração parece afetar os poucos hotéis que sobraram na área central. Das anteriores concentrações sobreviveu apenas parcialmente o núcleo mais próximo à praça Mauá, com o Center e o Guanabara, de três estrelas.[218] Na região Cinelândia, restaram poucos. Apenas o Ambassador e o Itajubá conseguiram permanecer em funcionamento. O mais famoso de toda a área, o Serrador, foi fechado em 1977, tendo funcionado até 1997 como sede da Petros. Em 2002 foi vendido para a rede Windsor, que ampliará a oferta do grupo em 350 apartamentos na área central.[219] Com boa localização, próximo ao aeroporto permanece ainda o hotel Othon Aeroporto, embora isolado, descolado das áreas mais dinâmicas. Na região Tiradentes estão apenas os hotéis modestos que aceitam o convívio com a difícil vizinhança, assim como na rua Riachuelo. Em alguns casos passam por processos de mudança de uso, como ocorreu na avenida Gomes Freire n° 558, transformado para uso residencial [220] ou no recente fechamento do antigo Hotel Marialva, situado nas proximidades da rua do Lavradio, que deverá ser reformado para dar lugar ao uso de escritórios em função da nova demanda por tal tipo de instalação, acarretada pela concentração das atividades da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho.

Nos últimos dois anos, após um enorme tempo de decadência, a atividade está, ainda que timidamente, renascendo na área central. A reforma do Serrador soma-se à construção de novos hotéis. Grupos especializados na oferta de confortáveis hotéis de baixo custo, como a rede Accor, identificaram um potencial de exploração do turismo de negócios e justificam seus novos empreendimentos na praça Tiradentes e nas proximidades do aeroporto por facilidades de acesso às empresas e bancos existentes nas suas periferias. Não deixam de ser consideradas as características de alternativa

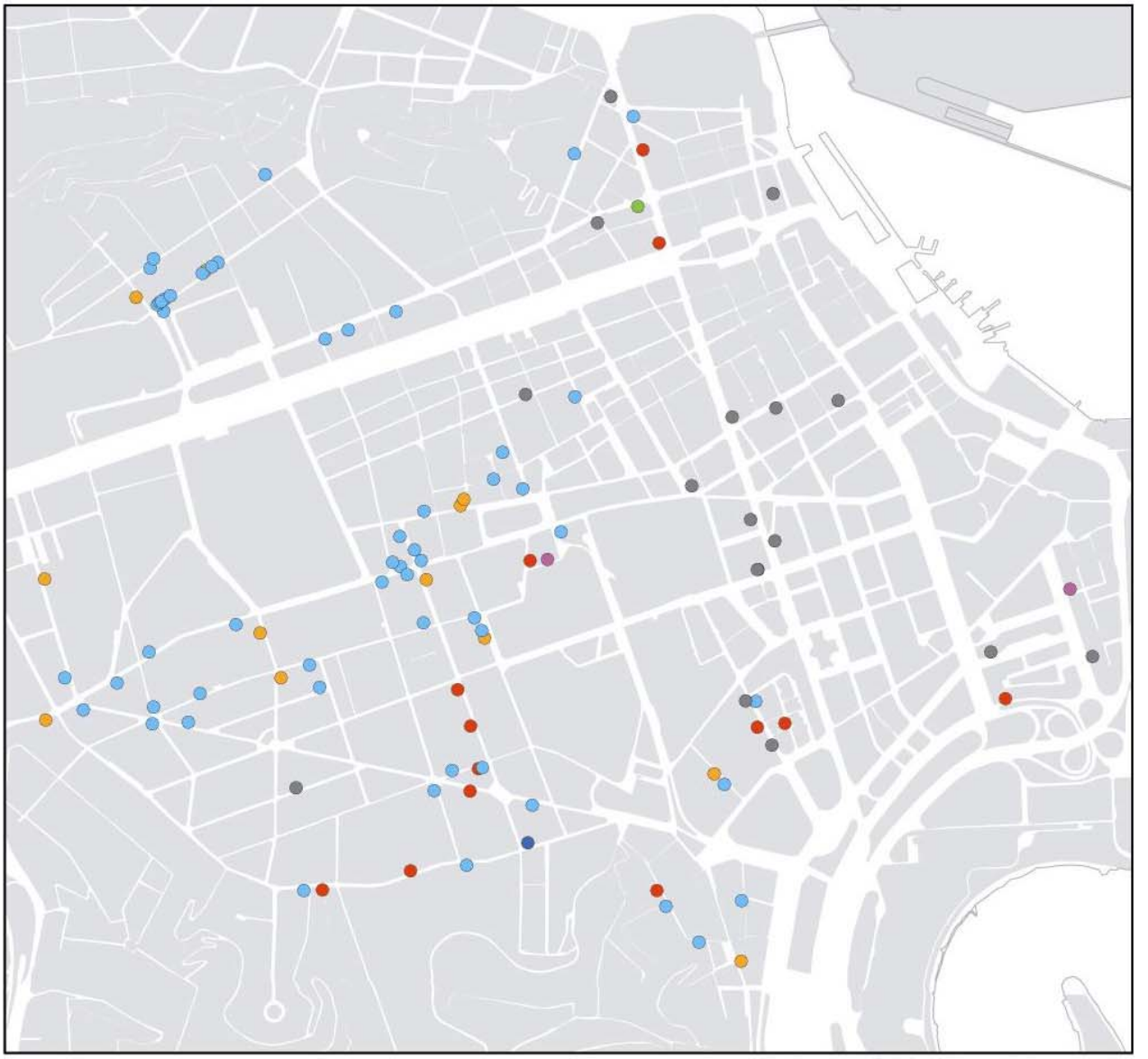
---

[218] O Hotel São Francisco, localizado na rua Visconde de Inhaúma, fechou recentemente.

[219] Após a mudança da sede da Petros para a rua do Ouvidor, o imóvel ficou fechado por cinco anos, onerando a empresa com seu custo. A venda era complicada por dificuldades de estacionamento. A participação de 20% da Petros no empreendimento da garagem subterrânea da Cinelândia garantiu viabilidade à venda do imóvel. O grupo ACLobato conseguiu comprar o Serrador por R$ 19 milhões de reais, derrotando quatro redes hoteleiras, duas universidades particulares e uma administradora de apart- hotéis. Fonte: Jornal da Petros, julho de 2002.

[220] O prédio com 13 andares e média de 13 unidades por andar obteve licença para transformação de uso, sem acréscimo de área edificada. Foi encaminhado à SMU/PCRJ por Ully Empreendimentos e Participações Ltda e concedido com favores da lei Complementar 31/97 (obras concluídas). Fonte: SMU /PCRJ. Sua área construída é de 9.556,46m², oferecendo 41 vagas. Trata-se do empreendimento lançado como Viva Lapa, totalmente vendido.

Estabelecimentos hoteleiros



Legenda

- Hotéis de categoria superior
- Hotel
- Flat
- Hospedagem / hospedaria
- Em projeto
- Representação
- Fechado

Fonte: www.telelistas.net, www.telemar.com.br, www.armazemdedados.rio.rj.gov.br (consulta realizada em Janeiro de 2006)

N

Escala 1:16.000

0 125 250 500 Metros

econômica para alojamento de uma população mais jovem, um fator diferencial para atração de novos turistas ao centro da cidade.[221]

Inicia-se assim um outro ciclo para a atividade, embora os resultados ainda devam demorar para aparecer, pelo menos até a conclusão das obras dos novos empreendimentos. Durante algum tempo ainda serão constantes as imagens de grande decadência do setor hoteleiro na área central, com os poucos sobreviventes garantindo freqüência aos seus estabelecimentos com um público de profissionais que procuram a cidade por motivos de trabalho e não pretendem perder tempo nos deslocamentos. Assim, trocam a bela imagem das praias, animadas à noite, pelo sono tranqüilo, garantido pelo vazio noturno da área central.

As informações referentes aos serviços hoteleiros localizados na área central forneceram as bases para o mapeamento efetuado e não podem, por seu número, promover compreensão equivocada. Apesar de extensa, poucos são os estabelecimentos cadastrados, como conseqüência indicados, pelo serviço turístico da cidade, a Riotur.

Em sua maioria, a listagem oferece alternativas de serviços de alojamento populares, sem conforto e, em grande parte, bastante perigosos,[222] isto sem esquecer que em alguns casos, o nome de hotel serve de camuflagem às verdadeiras operações do estabelecimento, em nada familiares.

Uma avaliação do desempenho do setor nos últimos anos pode ser apropriada pelos problemas enfrentados para a criação de novos hotéis na cidade, assim descritos por profissional do ramo:

> "O mercado hoteleiro da cidade do Rio de Janeiro apresenta fortes barreiras à entrada de novos concorrentes. A principal razão para esse fenômeno é a dificuldade de

[221] O empreendimento Alliance é apresentado como um conceito inédito que une as marcas Íbis(639 instalações em 30 países) e Formule 1 (371 instalações no mundo e média diária de freqüência de 20.000 hóspedes). O destaque de viabilidade do empreendimento, além do conforto das instalações versus custo da estadia é apontado pela presença de distintas empresas,seis universidades públicas, cinqüenta escolas privadas de ensino superior e sessenta e duas instituições de pesquisa e desenvolvimento no Rio de Janeiro. Nestas indicações repousa a usual ocupação dos dois hotéis, calculada em 74% e 72% para o turismo de negócios e 26% e 28% para o lazer, respectivamente para o Formule 1 e o Íbis. Fonte: Folder de divulgação do empreendimento.

[222] Um bom exemplo desta afirmação está contido na exposição de Aguinaldo Silva sobre sua temporada de moradia na Lapa, registrada no livro de Isabel Lustosa, anteriormente citado.

> se encontrar terrenos bem localizados, que estejam disponíveis e a preços viáveis para um empreendimento hoteleiro.
>
> O desenvolvimento do Ibis-Formule 1 no Rio de Janeiro é uma exceção ao fenômeno descrito. Através de um longo trabalho de pesquisa, encontrou-se uma localização de destaque, no coração da cidade. O resultado é um empreendimento único, com marcas fortes e posicionamento consistente. Essa é uma rara oportunidade de investimento em hotelaria no Rio de Janeiro, que certamente garantirá ótimos resultados aos seus investidores". [223]

Vale o registro que embora não existam problemas legais para a construção de apart-hotéis no centro da cidade, o uso não se constitui como demanda nesta localização. A preferência para investimentos segue incidindo por bairros da zona sul, na orla da praia ou em regiões de maior peso na concentração de atividades comerciais mais qualificadas.

Serviços de alimentação

Consideradas como atividades complementares e de apoio, os serviços de alimentação sempre estiveram presentes na área central. Das antigas "casas de pasto" aos cafés, confeitarias, restaurantes, lanchonetes, bares e botequins, ocorreu um processo de transformação em sintonia às modificações dos padrões de vida urbana.

A maior incidência das atividades sempre esteve localizada nos pontos de grande concentração de população, na área comercial ou nos principais eixos de circulação com maior movimentação de pedestres. Assim sendo, revelava-se em padrão de dispersão do centro para a periferia da área central, ganhando maior expressão fora deste contexto em duas localizações, Lapa e Central.

Em 1967, os restaurantes de luxo já eram poucos. Destacavam-se os que funcionavam na Maison de France e no Museu de Arte Moderna, o Vendôme e a Colombo, além dos existentes nos hotéis.

---

[223] Citação de Diogo Antonio Canteras, Sênior Partner da HVS Internacional, empresa líder mundial de serviços de consultoria hoteleira. A fonte da informação foi o catálogo de lançamento do empreendimento Alliance.

As confeitarias, que eram verdadeiros pontos de encontro, perduraram até a Segunda Guerra como a Brasileira (Cinelândia), o bar e restaurante da Brahma (Hotel Avenida), o Café Chave de Ouro (Rio Branco), a Cavé, a Manon, a Colombo, a Lalet, a Sorveteria Americana(Hotel Serrador), Amarelinho (Cinelândia) e o Vermelhinho (rua Araújo Porto Alegre)

Existiam ainda alguns restaurantes especializados em determinado tipo de comida, pescados, por exemplo, nas proximidades do mercado da praça Quinze. Destes eram famosos o Cabaça Grande, com 97 anos, em 1967 e Rio Minho, fundado em 1912. E ainda outros como a Minhota, iniciado em 1912 na praça Tiradentes, transferido posteriormente para a rua São José ou o Rio Branco com 60 anos na Rio Branco.

Entretanto nos anos sessenta, já era notado o estilo de vida americanizado impondo alterações no padrão de serviços da área central. A grande novidade eram as lanchonetes, voltadas ao atendimento rápido, barato e prático, espalhadas nos trechos com predomínio comercial e bancário. Por conta da localização possuíam horário de funcionamento relacionado ao expediente de trabalho de seu público alvo e apenas na Cinelândia, em função dos cinemas, havia movimento noturno.

As entrevistas realizadas na época, destacavam que muitas lanchonetes haviam surgido nos lugar de antigos restaurantes, sendo exemplos o Verde Mar, na rua do Rosário, a Confeitaria dos Anjos, na rua Ramalho Ortigão, ou a Kid's, no lugar da antiga A Americana.

O registro da mudança de importância relativa da área central nos serviços de alimentação foi caracterizado pela indicação do Almanaque Laemmert, para 1939, quando na área central eram encontrados 79,3% dos restaurantes da cidade e apenas 9,7% e 11% , respectivamente, nas zonas norte e sul. Sem indicar novos parâmetros, a descrição dos anos sessenta deixava supor a significativa alteração.

O levantamento para a atualidade indica o fim da hegemonia das lanchonetes, de suas inúmeras filiais com alimentação baseada em sanduíches gordurosos, hoje tratados como problemas à saúde da população, embora continue o apelo da alimentação rápida, prática e de baixo custo, confirmado pela presença das redes mais importantes existentes na cidade para este tipo de serviço, com inúmeras filiais no centro.[224] A oferta de uma alimentação mais equilibrada ao grande público consumidor caracteriza-se

[224] São exemplos as nove lojas do Bob's e as dez do MacDonald's.

agora por opções de comida à quilo, com muitas "alternativas saúde". Em alguns casos já existem redes especializadas para este atendimento apenas na área central, trabalhando com a vantagem do descanso no fim de semana.[225] O mercado consumidor dos serviços de alimentação na área central atraiu recentemente restaurantes da zona sul, de diversos padrões desde alternativas à preços fixos como o Da Silva, aberto no quarto andar do Clube Ginástico Português aos sofisticados como o Eça, no interior da loja de jóias H. Stern.

Ainda revela-se como marca da área central o surgimento do "bistrô", que ganha seu selo de autenticidade se estiver instalado num "prédio com história". Daí a existência de alternativas bastante freqüentadas nos centros culturais ou em livrarias que funcionam em prédios preservados. Entre os casos mais interessantes, o movimento em prol da manutenção do Café Palheta na Tijuca, quando o imóvel em que a tradicional casa funcionava foi vendido para uma rede de farmácias, fez surgir a parceria em linha contrária e hoje, um café funciona nas instalações de uma drogaria na rua da Quitanda.

Os cafés, apesar de revelarem um certo renascimento, não se apresentam como uma marca da área central, ainda que venha de longa data sua tradição na cidade. A pressa durante a jornada de trabalho e a ausência de caminhos de pedestres bem urbanizados, com confortáveis calçadas, não favorecem o crescimento destes antigos e usuais pontos de encontro dos cariocas.[226] Mas é preciso destacar a manutenção dos inúmeros " botequins", mais de 200 espalhados nas mais distintas ruas da cidade.

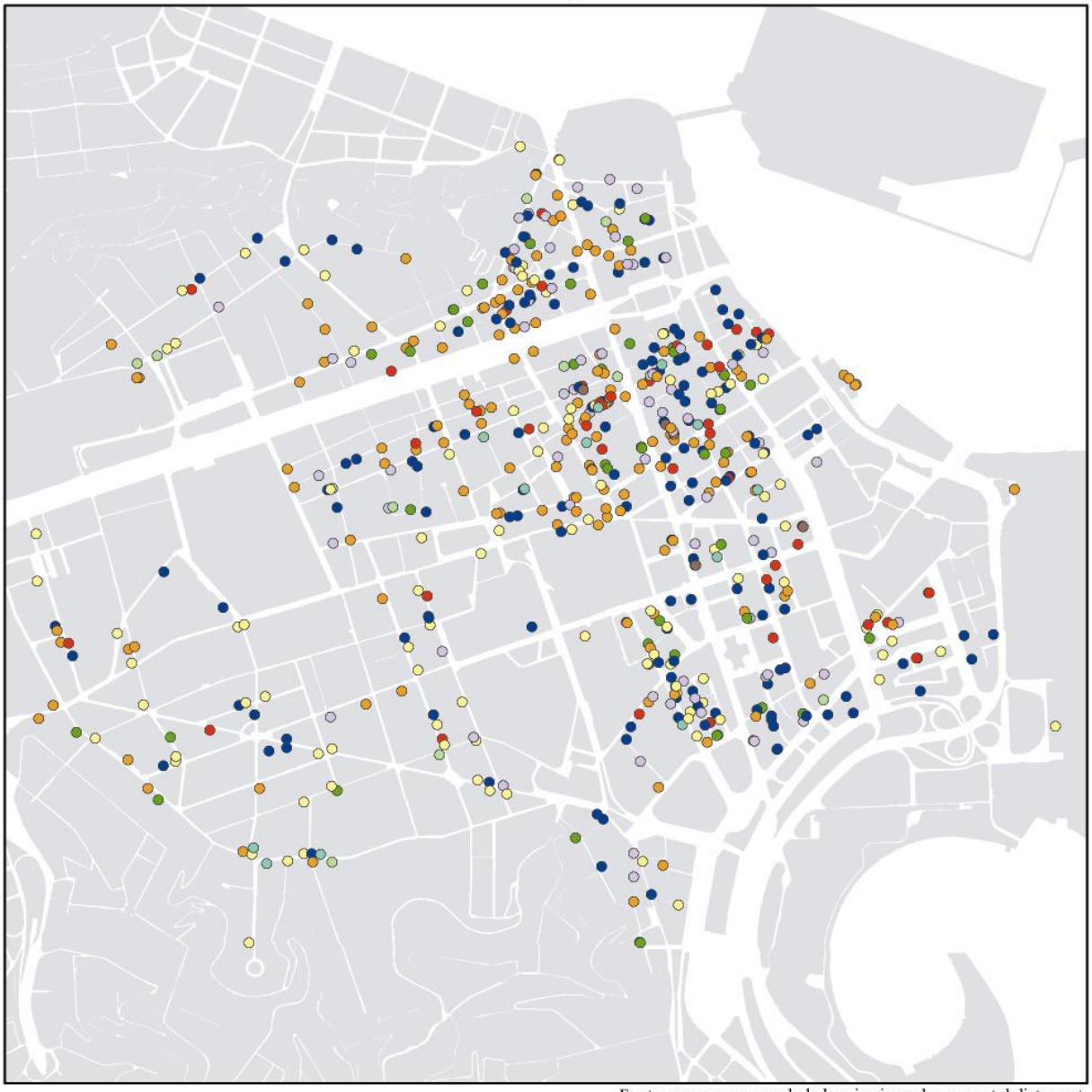
No geral, uma avaliação do setor demonstra a longa sobrevivência dos estabelecimentos que apresentam um diferencial no mercado, como é o caso de tradicionais bares, confeitarias e restaurantes, instalados há mais de cinqüenta anos na

---

[225] O restaurante Mr. Ôpi com duas casas, Alfândega e Quitanda chega a servir mais de 1.500 refeições por dia. Apresenta atrações adicionais, como eventos culturais e *happy-hour* durante a semana (recentemente incorporou a danceteria Nuth), mas sábado é dia de limpeza e não está aberto aos domingos.

[226] Ver: Gomes, Danilo. Antigos cafés do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos,1989. O autor, mineiro radicado em Brasília, publicou o livro com a intenção de resgatar a memória deste importante instrumento da "...vida cultural,literária, política e social do Rio,capital do Império e da República". Onde "...se conspirava, se compunha sonetos, os políticos deliberavam e os namorados tramavam donjuanices"(p.13).

Restaurantes e serviços de alimentação



Legenda

- A Quilo
- Bares, choperias, adegas e bistrôs
- Culinaria regional e internacional
- Creperias, buffets e docerias
- Cafés e cafeterias
- Fast Food e Lanchonetes
- Pizzarias
- Churrascarias, frutos do mar e galeterias
- Saladas e naturais

Fonte: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br, www.telelistas.net, www.centrodacidade.com.br e www.guiadasemana.com.br. Acesso em Abril, Maio e Junho de 2006.

N

Escala 1:18.000

0 150 300 600 Metros

área central como o Villarino, o Monteiro, o Paladino, a Colombo, o Penafiel, o Amarelinho ou o Bar Luiz, entre outros.

Ainda assim, a área central já não mais responde com expressão quase absoluta nos serviços de alimentação da cidade. O crescimento em outras direções, aliado ao lazer e aos hotéis e cinemas, a expansão das praças de alimentação no interior dos *shoppings* acabou por condenar o centro a ser utilizado, ainda que não exclusivamente, pelos distintos segmentos da população que nele estão durante a semana, comprometidos com o trabalho e suas atividades correlatas. A afirmativa está baseada na significativa lista de estabelecimentos fechados nos fins de semana. A exceção é representada por poucos restaurantes e bares situados em instalações que atraem clientela, como os museus e os centros culturais ou os que se localizam nas suas periferias imediatas.[227]

As comunicações na área central

A análise da rede de relações da cidade, considerando as comunicações com o restante do país e do mundo recebe a consideração prévia de sua importância como antiga capital, de onde ainda partiriam na "prática", as decisões de caráter nacional.

Para melhor exploração, o tema foi tratado segundo uma subdivisão. Para as comunicações, há uma separação nas definições de meios coletivos e auxiliares. Dos primeiros, fazem parte os cinemas, a imprensa em geral, o rádio e a televisão, enquanto na segunda categoria estavam indicados os telefones, os telégrafos e uma novidade na época, os aparelhos de telex.

A qualidade e modernização do sistema de comunicação sempre foi uma característica da cidade, desde o século XIX, em função de sua condição de sede do poder político. O Rio de Janeiro era assim o centro de convergência dos sistemas de comunicação e transportes nacionais ou ainda, o "centro de grandeza máxima" no

[227] Destaca-se o restaurante "Cais do Oriente", aberto em 2000, em antigo sobrado da rua Visconde de Itaboraí, após obras que levaram cinco anos. Seu excelente padrão, a sofisticação das instalações e da culinária funcionam como fonte de atração para os que vão ao centro visitar os centros culturais da Praça Quinze ou apenas para almoçar num local de boa comida e quase sempre vazio. Nas suas proximidades foi também inaugurada a Brasserie Rosário, que oferece a opção de sofisticado café da manhã aos sábados.

tráfego postal, telegráfico e telefônico, posição mantida quando da instalação do telex. No Rio e, em sua área central, estavam sedes de empresas como a Radiobrás (Companhia Radiotelegráfica Brasileira), Radional (Companhia Rádio Internacional do Brasil), a Western e a Italcable, ainda que a operação dos serviços dependesse de instalações em outras áreas.

No entanto, a descrição das operações chamava atenção por deficiências dos serviços telefônicos, com congestionamentos nos horários comerciais, [228] sobrecarga de certas linhas e, sobretudo, tempo de espera para obtenção de novas linhas, com 38.247 solicitações para a área central, ou seja, 17% das 214.470 linhas consideradas na condição de espera, numa avaliação em julho de 1965.

O levantamento de dados junto à Companhia Telefônica Brasileira identificava os maiores déficits nas áreas mais verticalizadas, com maior densidade de negócios, sendo as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas responsáveis por 2.805 e 1.342 pedidos de instalação de telefones.[229] Para minorar a deficiência, existiam as mesas telefônicas, um número e diversos ramais, o que parecia justificar as 1.110 levantadas na área central para as 1.696 existentes no Estado da Guanabara.

A alta utilização dos serviços telefônicos no trecho central da cidade respondia por instalação de 664 telefones públicos dos 1.972 existentes em todo o Rio de Janeiro.[230]

Para fazer frente aos problemas operacionais das comunicações, sobretudo no mundo dos negócios, eram utilizados os aparelhos de telex, na época uma novidade. Da maior incidência destes serviços decorria a delimitação da área mais dinâmica do centro, que seria o eixo da avenida Rio Branco, da Praça Mauá ao Monroe e das ruas na direção da Praça Quinze. As repartições públicas, os bancos, o comércio e a indústria, instalações de maior porte eram apontadas como seus principais usuários.[231]

---

[228] Comentário sobre as estações telefônicas da área central apontava um congestionamento e sobrecarga na linha 31 em 1964, resultado de seu maior número de telefones não residenciais. Ver Duarte, *op. cit*., ,p.148.

[229] Embora não citado, o levantamento parece coincidir com a data de julho de 1965.

[230] **Em apenas dois postos telefônicos, no Aeroporto e no edifício Marques do Herval eram registradas em 1964, mais de 1. 200 chamadas telefônicas interurbanas/dia.**

[231] Vale registrar a análise Silva sobre a modernização das telecomunicações nos serviços bancários posteriores à década de 1970. Ver: Silva, *op. cit*., p.57 . Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, em 1988 eram 105.311 os terminais de telex do país. Em 1998 só existiam 10.152.

Lembrando um passado que apesar de recente, oferece uma imagem muito remota, são analisados os serviços dos correios, forma mais acessível para contatos à distância ao dispor da população. Na área central existiam 18 postos dos Correios e Telégrafos, sendo 13 localizados na mesma área em que predominavam os aparelhos de telex.

É uma interessante comparar a descrição ao aparato tecnológico atual, disponível para comunicações à distância. Os novos tempos que trouxeram o fax, a internet, os aparelhos telefônicos móveis, as redes de transmissão de dados que propiciaram uma alteração substancial tanto das relações comerciais, quanto da delimitação geográfica onde estas se processam. No Rio, a área central e grande parte da cidade contam com a infra-estrutura necessária para facilitar as modernas formas de comunicação.[232]

Comentários anteriores indicam que não há mais barreiras ou necessidade de manutenção das atividades econômicas em regiões circunscritas por força das questões referentes às necessidades de comunicação. Os motivos hoje são de outra ordem.

Em função desta característica, a análise dos serviços de comunicação foi inserida na avaliação mais como explicativa da anterior concentração, determinante do processo de formação da área central carioca, do que objeto de avaliação da atual configuração.

Neste caso, a disponibilidade de instrumentos de comunicação à distância ofertados para as atividades e usuários que possuem condições de usufruir tais possibilidades, indica uma maior liberdade de localização no espaço urbano, conforme anteriormente comentamos.[233] Além disso, deve ser considerada a própria ampliação da infra-estrutura de serviços promovida pelas concessionárias responsáveis que resulta em facilitação de um novo arranjo das atividades (Ferreira, 2005).[234]

---

[232]A Embratel, Empresa Brasileira de Telecomunicações foi constituída em 1965. Em 1969, inaugurou a primeira Estação Terrena de Comunicações, via satélite, no Estado do Rio de Janeiro.

[233] Ver função industrial e de direção.

[234] O autor indica a atuação da Embratel em 2001 investindo 15 milhões de dólares para instalar 67 km de fibras ópticas na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá que promovem a transmissão de 2,5 bilhões de *bits* por segundo, velocidade que deixa longe os 64 mil bits por segundo dos canais de comuns de transmissão. Ver: Ferreira, *op. cit*., p. 14

Os meios de transporte

Apesar do crescimento horizontal e da formação de importantes subcentros de serviços deve ser registrada a preocupação em demonstrar a permanência da hierarquia da área central, com respeito aos fluxos de deslocamentos diários da população no contexto da análise realizada em 1967.

As indicações vinham da freqüência de passageiros das estações ferroviárias, levantadas em 1964, em média diária de 145.000 passageiros embarcados na estação D. Pedro II e 31. 448, em Barão de Mauá. A pesquisa feita em um só dia, 31 de julho de 1964, apontava o embarque na Estação Central, entre 6 e 8 horas da manhã, de 3.752 passageiros, enquanto 68.972 faziam este mesmo movimento ao final do dia. No mesmo sentido, na estação da Leopoldina, em 16 de dezembro, eram registrados 2.031 e 13.237 em iguais períodos do dia.[235]

Nos tempos em que não havia uma ponte ligando o Rio a Niterói era notável o movimento das barcas, computado para o mês de novembro de 1964, com desembarque entre 6 e 8 horas da manhã de 1.680.132 passageiros e 1.699.755 voltando para Niterói ao fim da jornada de trabalho.[236]

A questão dos transportes e a ausência de coordenação dos meios disponíveis, recebia comentários críticos, sendo a cidade do Rio de Janeiro comparada a outras que, dispunham há muito tempo de um eficiente sistema para facilitar os deslocamentos diários da população. A opinião emanada revela sua atualidade, destacando que "...as grandes distâncias em relação ao centro seriam compensadas por um sistema de transporte mais eficaz, capaz de atingir com mais rapidez o centro da cidade".

Naquela época, após a eliminação dos bondes em 1963, predominavam ônibus, *trolleys* e automóveis. Os veículos de duas rodas não detinham expressão, embora merecesse registro a sua presença em muitas cidades européias.

---

[235] Na menor importância da estação da Leopoldina quanto ao movimento de passageiros já era sentido o reflexo da concorrência oferecida pelo transporte rodoviário, via avenida Brasil.

[236] Vale registrar que a consulta aos dados da Fundação CIDE, utilizando informações censitárias indica que a população de Niterói era em 1960 e 1970, respectivamente, de 245.467 e 324.246 habitantes. Assim sendo, o movimento das barcas deveria ser acrescido de um contingente significativo carreado de outros municípios vizinhos, sobretudo São Gonçalo que possuía população de 247.754 em 1960 e 430.271 em 1970. Fonte: Fundação CIDE, dados sobre população do Estado do Rio de Janeiro.

Para os ônibus, em 1964, a frota era de 2.862 veículos acrescidos de 400 pertencentes à Companhia de Transportes Coletivos do Estado da Guanabara. No mesmo ano já existiam 138.341 automóveis, particulares e táxis, em circulação.

Apesar das indicações, havia a preocupação em registrar a inexistência de levantamentos confiáveis sobre o fluxo na área central com respeito ao número de viagens e média anual e mensal de usuários por linhas de ônibus, forte dificuldade para promover estudos e séries históricas para acompanhamento das transformações.

Quanto ao sistema viário, a avenida Presidente Vargas era apresentada como a via de maior carregamento de tráfego, resultado da obrigatória direção dos coletivos vindos do subúrbio e da zona norte, locais de onde provinham o maior número de veículos, vindo daí sua maior frota. Para a zona sul, o aterro do Flamengo já reduzia o tempo do deslocamento, sobretudo para os automóveis particulares, considerando que a direção sul era servida por menor a frota de coletivos.

A cidade era apresentada com problemas para os estacionamentos, registrando a incidência de circulação dos coletivos em vias antigas e estreitas, considerando a morfologia carioca, embora soluções fossem esperadas no sentido de desafogar o verdadeiro congestionamento gerado no centro, entendido como foco de atração de uma verdadeira massa humana, reflexo de sua centralidade.

Visto pelos dias atuais verifica-se o avanço representado pela implantação do sistema de transportes de massa, o metrô, inaugurado 12 anos depois da realização daquele estudo. Na região central, a primeira linha do sistema implantou cinco estações. A consulta aos dados fornecidos pelo governo do estado aponta circulação de 50 mil pessoas dia na estação Cinelândia, 80 mil na Carioca, 65 mil na Uruguaiana, 42 mil na Central e 17 mil na Presidente Vargas, além de 13 mil na Praça Onze. Estes números totalizam 257 mil pessoas/dia utilizando as estações do sistema de transportes metroviário na área central, dentre os 460 mil passageiros/dia que utilizam estes serviços de transporte, conforme aponta o levantamento de dados para o Plano Diretor de Transportes da cidade.[237]

[237]Fonte: Plano Diretor de Transportes da cidade do Rio de Janeiro, decreto n° 26.436 de 2 de maio de 2006, publicado no Diário Oficial de 3 de maio de 2006. Os trabalhos de revisão do plano diretor da cidade indicaram a importância do desenvolvimento de um plano efetivo para o setor na cidade do Rio de Janeiro.

A frota dos ônibus que serve ao município, 7.400 veículos, pertencente a 49 empresas, atua na área central com 430 linhas e 501 serviços.[238] Apesar de cobrirem distintas direções, convergem para os pontos terminais do Castelo, Praça Tiradentes, Praça Quinze e Menezes Côrtes.

Os dados atuais do sistema hidroviário indicam 13 barcas e sete aerobarcos/catamarãs com linhas para Niterói, Paquetá e Ribeira e o total de 21.252.850 passageiros transportados em 2003, num fluxo com média de 60 mil passageiros/dia. [239]

Na área central, II RA, segundo o Plano Diretor de Transportes Urbanos desenvolvido pelo município, são gerados 522.343 empregos, a maior concentração do Rio de Janeiro, seguida por Botafogo, com 221.137 e Barra da Tijuca, com 217.260 postos de trabalho.[240] Por outro lado, as análises realizadas no Plano Diretor de Transportes, apontam que de 100 passageiros que chegam ao centro do Rio, apenas 28 apresentam o local como destino. É de supor a importância que assumem neste caso, os terminais ferroviários, rodoviários e hidroviários ao despejar, diariamente, uma massa de trabalhadores na área central, que dependem da baldeação para alcançar outros pontos da cidade. Em função disso, entende-se o número de passageiros que transitaram no ano de 2003, nos terminais intermunicipais Américo Fontenelle, Mariano Procópio e Menezes Cortes, da ordem de 101.850.722, 20.821.428 e 22.530.328, respectivamente.[241] A eles, devem ser acrescentados os 18.335.990 passageiros que circularam nas instalações da estação Central do Brasil no mesmo ano, além dos 21.252.850 usuários das instalações do terminal hidroviário da Praça Quinze.[242]

Segundo o Plano Diretor de Transportes Urbanos do Município do Rio de Janeiro são realizados 11 milhões de viagens diariamente na cidade, com modos motorizados respondendo por 7.45 milhões ou 67,1% do total. Uma parcela significativa já é efetuada por alternativas não motorizadas, da ordem de 3,65 milhões ou 32,9% do total.

---

238 Fonte: Levantamento de dados Rio Ônibus. Serviços são alternativas ao trajeto aprovado para as linhas existentes, que por não terem sido relicitadas, acabam por indicar necessárias alterações.

239 Fundação Cide com base aos dados das Barcas S/A e Aerobarcos do Brasil Transportes Marítimos e Turismo S/A, Transtur.

240 Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE, Pesquisa O/D 2003, p.16, Plano Diretor de Transportes da cidade do Rio de Janeiro.

241 Fonte: Fundação Cide, com base aos dados fornecidos pela Coderte para o ano de 2003.

242 Idem com dados da Opportrans Concessão Metroviária S/A, Barcas S/A e Aerobarcos Brasil Transportes Marítimos e Turismo S/A, Transtur para o ano de 2003.

A informação revela crescimento desta última modalidade, não significando, entretanto, que as pessoas estejam morando melhor ou mais próximo do trabalho e sim que os custos dos transportes, mesmo subsidiados, pesam significativamente no bolso e no orçamento dos trabalhadores.

As indicações de melhoria do sistema de transportes, com passagens integradas e valores unificados parecem esbarrar no peso do custo do serviço frente aos salários recebidos, acarretando assim permanência de distintos entraves.

Vale destacar que, em outras questões, houve equacionamento dos problemas. Muitas ruas foram alargadas, houve a construção de vias elevadas que deveriam funcionar como expressas, desafogando a área central com circulações periféricas, vários edifícios garagem foram construídos e desde dezembro de 2002, entrou em operação a primeira garagem subterrânea da cidade com 1.036 vagas. Em maio de 2005 foi iniciada a construção de outra com capacidade de 250 vagas.[243]

Ainda assim persiste o trânsito caótico e congestionado na área central. Hoje e a cada vez mais, o fato não pode ser apenas associado à centralidade, uma vez que a questão é evidenciada em outras localizações da cidade. Os problemas decorrem de uma inadequada política de transportes e de uma alta taxa de incivilidade e desobediência civil, predominante em grande parte da população motorizada.

O fato atinge relevância quando se considera que a frota de automóveis da cidade suplantou espetacularmente a marca de 138.341 registrados em 1964 para atingir 1. 563.284 em 2005. Quando todas as categorias são consideradas, este número chega a 1.886.614, o que certamente indica os imensos problemas vividos pela cidade, sobretudo em sua área central.[244]

---

[243] A garagem subterrânea da Cinelândia foi construída pelo Consórcio Estacionamento Cinelândia formado pela Petros, Triunfo Participações e Investimentos e TAU, Técnica de Aparcamentos Urbanos que investiram 28 milhões, numa concessão de exploração por 50 anos. O Estacionamento Subterrâneo Santa Luzia terá 250 vagas na avenida Presidente Antonio Carlos no trecho entre as avenidas Beira-Mar e Almirante Barroso. O empreendimento terá concessão por 35 anos e é estimado em 30 milhões de reais.

[244] Fonte: Fundação Cide com base aos dados do Detran-RJ. Disponível em: http://200.156.34.123/cgi/tabcgi.exe?CIDE/Transporte/Frota.def. Acesso em: 17 maio de 2006.

Concluindo a avaliação

O que é possível verificar sobre os dados levantados conforma a vitalidade da área central carioca. Ela ainda guarda significado como localização importante para o exercício de serviços prestados por profissionais liberais, para a administração pública, sobretudo federal e estadual, para as diversas manifestações de caráter cultural, em especial museus, centros culturais e universidades. A maior presença destas últimas, que representam uma significativa alteração em relação à situação que predominava nos anos sessenta, trouxe consigo um novo público ou ampliou a permanência dos nela já estavam. Como reação em cadeia, nos últimos anos, o centro está se firmando como efetiva alternativa de lazer, renascendo em atividades noturnas ligadas à música popular. Se o comércio decresceu em qualidade e representação, ganhou notoriedade por especialização ou preços mais acessíveis às camadas populares. Por outro lado, houve uma migração do padrão mais alto para a rua da Quitanda e Sete de Setembro, locais em que se localizam as filiais de lojas usualmente instaladas nos *shopping-centers* da cidade, sendo possível identificar um renascimento da atividade comercial de melhor padrão, ainda que mais restrito em área.

Não há como negar as perdas significativas que ocorrem nas funções de direção, com as mudanças das grandes empresas para outras áreas, bairros ou cidades, mas outros arranjos são evidenciados. Para alguns setores, a redução de custos fixos e a acessibilidade garantida pela área central, realinha decisões e realimenta a ocupação das edificações anteriormente esvaziadas. [245]

Como se trata de área de significativo dinamismo econômico, seus espaços estão sempre densamente ocupados, com uma movimentação bastante intensa de pessoas de distintos padrões sociais. A diversidade impera no espaço público, sendo ela própria uma das facetas de seu maior valor e ao mesmo tempo, a mais polêmica para parte de seus ainda presentes e, mais qualificados, usuários.

---

[245] Em 2004, a empresa Contax do grupo Telemar mudou-se da rua Visconde de Pirajá, em Ipanema para a rua do Passeio, passando a ocupar o prédio da antiga Mesbla, investindo 25 milhões de reais em reformas e adaptações. Os 19 mil m² das novas instalações trouxeram 3.000 postos de atendimento fixo no chamado "site passeio". Uma das melhores conseqüências da decisão foi a manutenção, agora em perfeito funcionamento, da antiga referência do relógio da Mesbla. Fonte: www.contax.com.br, acesso em 1 maio 2006. Em 2006 será aberto outro endereço no centro, na rua Beneditinos, com 2.000 postos de trabalho e reformas estimadas em R$12.5 milhões de reais.

4.4 – A paisagem construída e humana

Ainda que não conste como um ítem em separado do levantamento de 1967, diversas observações eram realizadas no conjunto daquele trabalho versando sobre as edificações e a vida da área central. Da realização do clássico trabalho de Santos (1958) para Salvador, consta também o tratamento da questão. Por acreditar que não apenas a funcionalidade ou os dados objetivos dariam conta da apropriação do centro do Rio de Janeiro, optamos por incorporar estes temas na condução, em breve consideração.

A paisagem construída

O Rio de Janeiro, inicialmente plantado no cume do morro do Castelo não custou para esparramar-se pela várzea, buscando o sertão, como alternativa de abastecimento e sustentação do crescimento da cidade. Ainda que não tenhamos como objetivo resgatar a história urbana mais remota, não há como deixar de enfatizar as questões referentes ao meio físico, determinantes e complicadores do processo de ocupação.

A cidade ou a atual área central foi por mais de 200 anos, entre 1567 e 1808, condicionada em seu crescimento por elementos naturais e pelo caráter inóspito de seu meio físico, permanecendo espremida entre morros, lagoas, mar e pântanos. As alterações desta situação foram promovidas no século XIX, em função de seu novo *status* de sede temporária da metrópole portuguesa, como abrigo adequado aos tempos de bloqueio napoleônico. As novas classes sociais, os novos hábitos, os padrões de consumo exóticos, os interesses comerciais dos “protetores ingleses” desencadearam um processo de transformação do antigo sítio confinado. Durante todo o século XIX, o embate entre as determinações do passado e as necessárias adequações de futuro estabeleceu o principal sentido das intenções do poder público com relação ao espaço carioca.

Em 1843, segundo parecer do Diretor de Obras Públicas da capital, deveriam ser demolidos e reconstruídos cerca de 40% dos prédios existentes na cidade, 5.657 entre 14.105 edificações, na direção do Campo de Santana para a praça Quinze, seguindo um outro padrão de traçado urbano, que surgiria mais generoso, mais aberto, mais salubre.

Deste modo, as ruas coloniais estreitas estavam condenadas e deveriam ser substituídas por outras mais largas, de oito braças (17.60m), replicadas para todo o território urbano.

O passado colonial, a ausência de critérios de higiene e saúde pública, as construções acanhadas e incompatíveis ao clima aliadas às inadequadas ações de conquista de áreas de ocupação, realizadas por "aterros sem competente nivelamento ou o necessário escrúpulo na qualidade de terras"[246] indicavam ameaças à habitabilidade da importante cidade capital e seu reconhecimento internacional.

Apesar dos planos e projetos, dos melhoramentos insistentemente reclamados foi apenas no início do século XX que a cidade empreendeu uma ampla transformação de seu espaço urbano. As idéias sistematizadas durante todo o século anterior serviram de lastro ao processo de varredura do passado vergonhoso e perigosamente insalubre, rumo afinal, à civilização.

Não é motivo de admiração, portanto, que tenha sido firmado, desde então, um vigoroso compromisso com a destruição, a eliminação, a substituição, ainda que as tais ações tivessem, por motivos financeiros, que ser submetidas a uma obrigatória seleção, segundo localizações mais emblemáticas.

Assim se no plano ideal, toda a cidade colonial fosse, em tese, desejo de eliminação, nas concretas possibilidades, locais mais expressivos e de maior impacto acabaram eleitos para operar o efeito demonstração, numa expectativa de contaminação dos demais. As obras do porto, as avenidas Central e Beira Mar serviram ao propósito, desde então insistentemente perseguido pela inteligência administrativa da cidade.

No Rio, restaram pequenos trechos do centro como vestígios da memória colonial. Depois dos aterros, das reformas urbanas, dos desmontes permaneceram as pequenas elevações da vertente norte, dentre as quais, a mais importante é o morro de São Bento. Das poucas construções que sobraram deste período, destacam-se prédios públicos como o Paço Imperial, antiga Casa dos Governadores ou as igrejas, ainda que pelo menos sete, tenham sido destruídas para dar lugar ao progresso da capital.

A questão mais instigante está, no entanto, no fato de que foi nos mesmos trechos emblemáticos que incidiu a mais intensa e contínua reconstrução ao longo do século XX. Assim descreve-se a intensa renovação construtiva que aconteceu na

---

246 Freitas, A. de Paula. O saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Relatório anual do Ministério do Império, 1883, anexo F.

avenida Rio Branco, a antiga Central, inaugurada em 1906, local das primeiras e mais importantes obras da velha República. Já são duas ou três gerações de prédios construídos na avenida em seus 100 anos de vida. As exceções, três edificações particulares e cinco prédios públicos remanescentes da primeira leva dos famosos exemplares da arquitetura inspirada nos moldes franceses, acabam por dissolver-se no contexto da inovação construtiva que ditou a permanência da imponente avenida Rio Branco como principal eixo da área central carioca.

Fora dela, seguindo intervenções do setor público nas décadas de 1920, 1930, 1940, 1950 e 1960 foram abertas novas frentes de renovação, sempre inspiradas pela realização do novo, do recente, do mais moderno e ainda, do mais alto, quando as tecnologias de construção permitiram. Quando a nova capital se impôs como realidade no planalto central e pelo planejamento da cidade, uma outra centralidade foi proposta para a Barra da Tijuca, o centro foi se descolando das imagens de inovação, migrando gradativamente para sede da memória dos gloriosos tempos do centro da nação, ainda que este processo não tenha ocorrido sem concessões, negociações ou perdas conforme demonstrou Guimarães (2002).

Nos anos setenta, as sobras, resíduos da memória, lugares do passado, ganharam *status,* legitimados como relíquias da cidade, autênticos modos da vida do centro da metrópole.

O despertar para preservação, que havia congelado no tempo inicialmente as edificações coloniais, palácios, igrejas e posteriormente, exemplares do orgulho da moderna arquitetura brasileira, como memória nacional, agregou-se aos trechos singelos, simplórios e populares, desta vez movido para resguardar as identidades eminentemente locais, cariocas. Nos anos oitenta, este movimento foi ampliado, sendo acrescidos ao conjunto inicial determinado pelo pioneiro projeto do Corredor Cultural, outros bairros em zonas elevadas da periferia da área central ou outros setores que reuniam condições semelhantes no caráter vernacular de sua paisagem construída. Na resultante, a paisagem do centro da cidade do Rio revela-se hoje como uma colagem entre áreas renovadas do ponto de vista construtivo, mais modernas e mais verticalizadas e, áreas preservadas, em que predomina o casario assobradado, eclético, datado do fim do século XIX ou de um XX tardio. Entre eles, pontuam elementos dissonantes, representados por bens tombados por todas as instâncias governamentais

ou construções realizadas em períodos em que a modernização imperava como discurso. O fato atribuí uma ausência de coerência no estilo arquitetônico e uma significativa dificuldade para delimitar um núcleo de características históricas no centro da cidade. No Rio, esta possibilidade é muito mais documental ou passível de ser estabelecida por roteiros ou percursos, apoiados no relato histórico, que por trecho determinado ou por conjunto edificado.

O mapeamento das áreas atualmente protegidas em bloco por instrumentos de preservação do ambiente cultural na área central apresenta claramente quatro setores em aberto. Eles estão situados em áreas que acompanham longitudinalmente as avenidas Presidente Vargas e Rio Branco ou se delimitam pelas esplanadas de Santo Antônio e Castelo, alvos selecionados das emblemáticas intervenções do poder federal e da municipalidade, respectivamente, no século XX.

Nestes trechos está circunscrita a paisagem construída mais característica da área central como local de negócios, dos interesses financeiros. Sua morfologia está dividida por corredores edificados, para o caso das avenidas e por prédios soltos em centro de terreno, nas antigas localizações dos morros.

As indicações do valor da terra por sua tributação, recomendada como critério em 1967, aplicada segundo dados obtidos para 2004, reconhece e legitima a avenida Rio Branco e suas perpendiculares como área de maior potencial de arrecadação.[247]

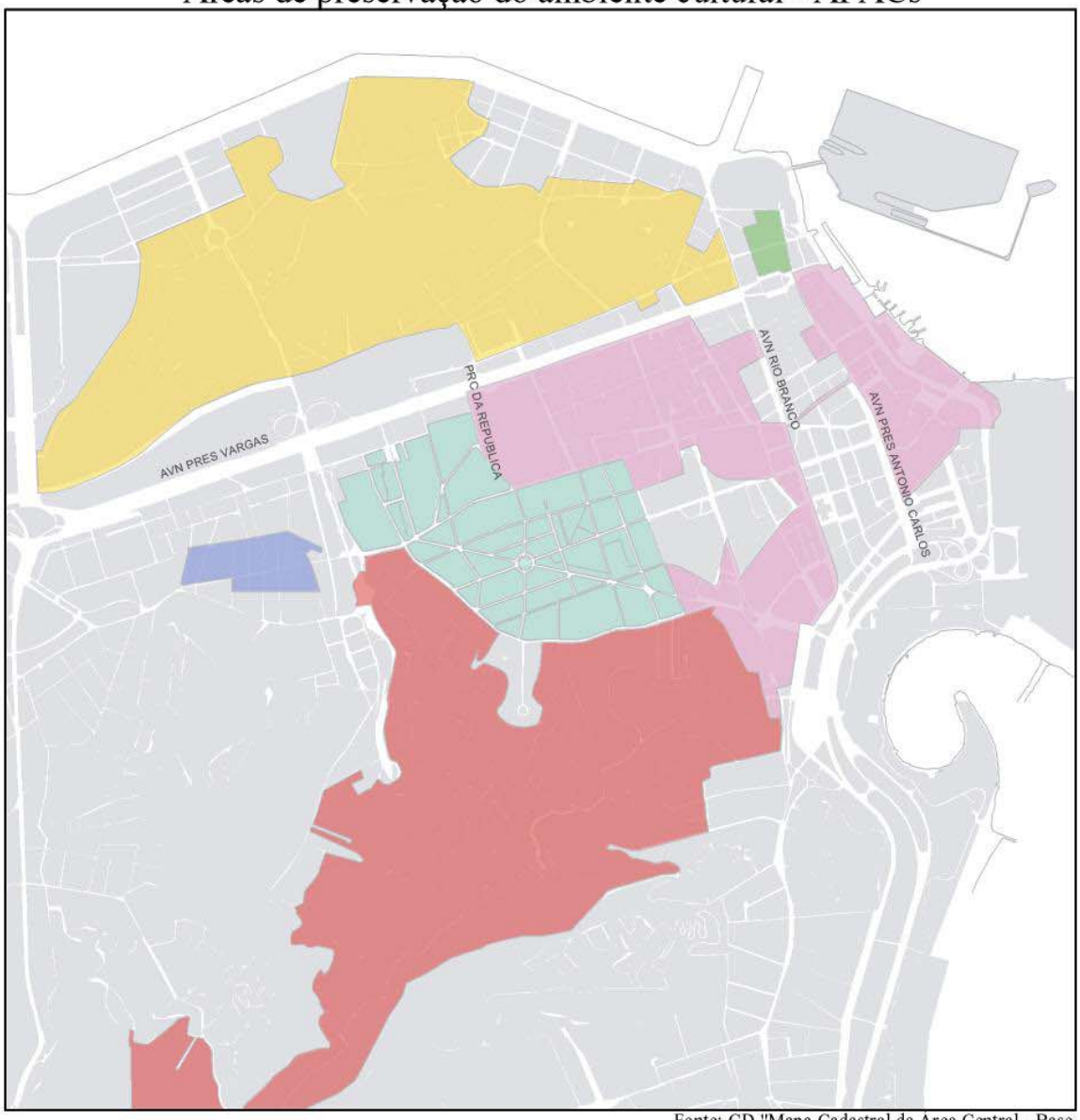
Por comparação dos dados de 1964 e 2004, os resultados apontam as transversais da avenida Rio Branco, na direção da praça Quinze e o eixo proposto por Dodsworth, no prolongamento da rua Almirante Barroso na direção do interior, como os locais de mais intensa valorização.

Após o levantamento das funções, sobretudo serviços prestados por profissionais liberais e da produção de empreendimentos imobiliários chegamos a uma listagem de edificações que, por algum modo, se destacam no centro da cidade. Ou são prédios recentes, tidos como de padrão superior para o mercado imobiliário, ou considerados

---

[247] Em 2006, o site da Procuradoria Geral do Município divulgou listagem de 130 imóveis inscritos na dívida ativa, anunciados para leilão. As maiores dívidas correspondiam a um andar da avenida Rio Branco, 1.238m² com valor venal de R$101.167.700,00 e outro na rua Araújo Porto Alegre com 10.475m² e valor de R$71.773.400,00. Os endereços listados incluíam diversas ruas no centro e diferentes tipos de edificação como residências, galpões, lojas, salas comerciais e vagas em edifícios garagem. Disponível em: www.rio.rj.gov.br/pgm. Acesso em: 23 maio 2006.

Áreas de preservação do ambiente cultural - APACs



Fonte: CD "Mapa Cadastral da Área Central - Base de Dados para Apoio à Gestão". Maio de 2003.

Legenda

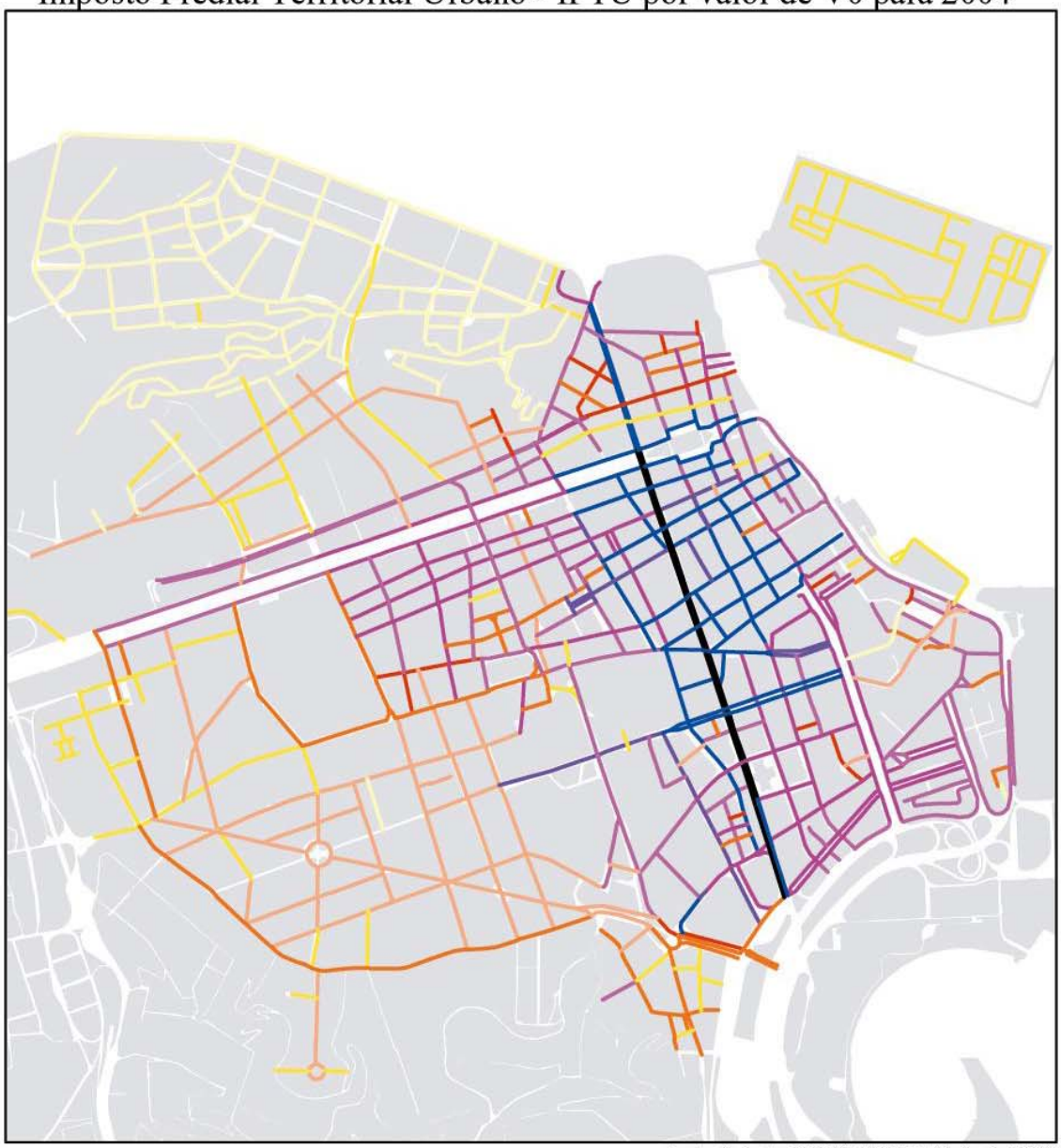
- APAC CIDADE NOVA
- APAC DA CRUZ VERMELHA
- APAC SANTA TERESA
- APAC TEOFILO OTONI
- SAGAS
- ZONA ESPECIAL CORREDOR CULTURAL

N

Escala 1:30.000

0 200 400 800 Metros

Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU por valor de V0 para 2004



Fonte: Cadastro IPTU/SMF/PCRJ (dados de 2004).

Valor dos terrenos atribuído pela SMF em 2004
por unidade V0 (valores expressos em Reais).

- 0,00 / 5.000,00
- 5.000,01 / 15.000,00
- 15.000,01 / 30.000,00
- 30.000,01 / 45.000,00
- 45.000,01 / 60.000,00
- 60.000,01 / 80.000,00
- 80.000,01 / 110.000,00
- 110.000,01 / 140.000,00
- 140.000,01 / 175.000,00
- 175.000,01 / 205.895,89

N

Escala 1:20.000

0 150 300 600 Metros

Edificações destacadas

Legenda

- AP - Alto Padrão
- BP - Bom Padrão
- AU - Alto Uso
- PI - Prédio Importante
- PP - Prédio Público
- PE - Prédio Exclusivo
- E - Projeto Especial
- R - Reutilização
- N - Edificação Nova
- V - Edificação Vazia

N

Escala 1:22.000

0 150 300 600 Metros

pela pesquisa que realizamos, como de intensa concentração no que se refere aos serviços profissionais, que denominados de alta utilização, ou edificações que sofreram reabilitações construtivas, o *retrofit,* ou de *griffe,* como podem ser considerados edifícios construídos por grandes nomes do modernismo brasileiro, ou ainda, as mais recentes construções. A listagem destes prédios reafirma o papel da avenida Rio Branco como principal eixo do centro do Rio, localização do mais alto padrão, apesar desta condição estar mais presente na atualidade em locais em que persistem terrenos vazios como ao longo da Presidente Vargas, Marechal Câmara e República do Chile. Destaca-se ainda, no que se refere à intensidade da utilização, os antigos imóveis construídos na rua Senador Dantas e na Treze de Maio, beneficiados por proximidade das estações Carioca e Cinelândia do Metrô e pelo número de unidades que tais edificações possuem.

As indicações resultantes e mapeadas apontam o caráter de uma centralidade máxima circunscrita ao núcleo da área central, ainda que as recentes inovações tecnológicas permitam ampla liberdade de localização. Do fato, é possível avaliar a persistência da valorização central, que ainda pode ser ampliada em função da existência de poucos, mas ainda presentes espaços vazios, ou porque as novas frentes de crescimento acabam se deslocando na direção dos bairros periféricos, possivelmente induzidas pelo enorme peso que é atribuído à paisagem natural carioca.

A vida na área central: usuários e moradores

No Rio, o centro da cidade é considerado o território do trabalho. Durante o dia nele circulam os mais distintos usuários, um público diferenciado que utiliza os espaços comuns como conexão entre pontos de chegada, por diferentes meios de locomoção e seus destinos para o exercício das atividades de rotina. A pressa comanda os passos rápidos, em ritmo acelerado e a impaciência marca o tempo de espera nas travessias dos intensos corredores de circulação. Calçadas sempre repletas de pessoas refletem o cotidiano do centro da cidade, ainda mais quando à multidão, somam-se inúmeros bloqueios à circulação confortável, mesmo em lugares de generosas dimensões. Eles são representados por inadequada localização de bancas de jornal, imensas, quase sempre coincidentes com esquinas e pontos de travessia dos sinais de trânsito, em vias de grande movimento como a Rio Branco, andaimes ou escoramentos das reformas

necessárias às edificações, deficiências e buracos na pavimentação, vendedores ambulantes ou com ponto estabelecido, oficial ou oficiosamente, distribuidores de panfletos etc.[248] O barulho, o ruído de vozes e businas, o ar poluído por descarga dos muitos veículos completam o cenário que acompanha os deslocamentos da população.

Igual na rotina e no enfrentamento dos desafios impostos aos pedestres, a massa humana que demanda o centro diferencia-se em outros quesitos. Como um lugar preferencial de trabalho, seu próprio exercício separa o público. Esta é a grande colaboração do centro ao tecido social, juntar e separar pessoas, em tudo diferentes, ao longo do dia. Podem estar juntos nos sinais, nos cafés rápidos, em pé, colados aos balcões das muitas lanchonetes e bares, nas ruas e nos elevadores. Assim como se posicionarem distantes nos restaurantes, nos recintos fechados dos escritórios, nos locais de compras, nos caminhos e modalidades de transporte na volta para casa. A essência da vida do centro está em mostrar, a cada dia, como são múltiplas as diferenças existentes na população das grandes metrópoles, forçosamente unidas num determinado período do tempo e pela faceta característica das áreas centrais, um local para uso de tempo parcial, não incorporado como pertencente, individualizado, apropriado.

Ao fim do dia, o centro se esvazia. Alguns chegam para o expediente noturno, outros ficam mais um pouco mais, esperando desafogar o trânsito ou para esticar num dos inúmeros bares noturnos, garantindo um programa arranjado, outros vão para a segunda jornada diária dos estudos, mas com o passar das horas, a cidade vai ficando cada vez menos densa, sem movimento.

Começa a hora do perigo, efetivo e simbólico ditado pelo vazio. Nas calçadas da Rio Branco, começam a chegar seus moradores noturnos. Da Presidente Vargas à São José são estendidos os panos, jornais e colchões, onde protegidos por marquises dormem muitos "sem teto".[249] Da mesma forma e em menor intensidade, o fato ocorre na Presidente Vargas, ao longo da proteção de suas galerias cobertas, ainda que a via seja mais larga, desguarnecida, aberta e, portanto, perigosa.

---

[248] Para uma análise sobre as questões referentes ao uso do espaço público, as calçadas nas cidades ver: Yázigi, Eduardo. O mundo das calçadas. São Paulo, Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

[249] Este trecho da avenida Rio Branco é mais protegido do vento por ser intensamente edificado dos dois lados do logradouro. Além disso, da rua São José em diante, o movimento dos prédios com bares e atividades noturnas é maior, significando um efetivo controle desta possibilidade de apropriação das marquises. Na terceira quinta feira de novembro de 2005, contamos 98 pessoas dormindo ao longo da avenida, por volta das 23.00 horas.

À noite começam os serviços de limpeza, varredura, lavagem e manutenção das ruas. São caminhões da empresa de limpeza pública, a Comlurb, os trabalhos emergenciais dos consertos das concessionárias de serviços públicos, ladeando a saga de exploração do lixo pelos pobres, a coleta de papel pelos catadores e a distribuição de jornais.

Em alguns pontos, no entanto, o movimento contínuo não para. Na Central do Brasil, na Praça Tiradentes estão as prostitutas, os hotéis baratos, os bares de má fama que alimentam uma economia subterrânea, aliada aos meandros da contravenção.[250] Na Lapa, o recente modismo que combinou o chope com música ao vivo, anima os embalos de todas as noites, mais intenso, quanto mais se aproxima o fim da semana.

Uma nova fase vem marcando a área central decorrente do renascimento do caráter chique que o lugar incorpora aos eventos como casamentos ou festas realizados em suas antigas igrejas ou nos seus inúmeros espaços culturais. Igrejas como a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, São Francisco de Paula e Nossa Senhora de Bonsucesso demandam de um a um ano e meio de reserva antecipada e preços "salgados", ainda mais se for apenas um casamento por dia. Do mesmo modo o MAM, a ilha Fiscal, o Museu Histórico Nacional estão inseridos na lista dos mais caros custos na cidade para as mais distintas celebrações.[251]

Numa outra faceta da área central devem ser vistos seus moradores. A população residente e resistente que permanece morando no local. Numa área de 572 ha, território circunscrito da II Região Administrativa, Centro, moram 39.135 pessoas (Censo 2000). Poderíamos dizer que são os sobreviventes de um processo longo, instaurado no início do século XX, destinado à construção do paradigma carioca de desvalorização da moradia na área central. Resultado do efetivo sucesso de sua longa trajetória, em poucas localizações é possível atribuir um valor de bairro nas periferias do centro de negócios carioca.

Uma exceção está no trecho antigo, fronteiro ao bairro de Santa Teresa, delimitado pela rua do Riachuelo, região sul da área central. Neste recorte do centro,

---

[250] A análise da prostituição exercida em diferentes trechos da área central foi vista por: Ribeiro, Miguel Ângelo Campos e Mattos, Rogério Botelho. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. Revista Território, Rio de Janeiro, 1(1),1996, p. 59-76.

[251] A observação do quanto se diferenciam estas situações cariocas das verificadas no centro de São Paulo é apontada por: Villaça, *op. cit.*, p. 290. Mas é preciso dizer que já há na planilha de custos dos eventos, inclusão obrigatória de um ítem referente à segurança e ao uso de serviço de guardadores de automóveis.

técnicos da municipalidade estudam a possibilidade de criar dois novos bairros, reconhecendo a evidência de seu uso residencial, ainda que entremeado por diversas outras atividades. Os dados obtidos por agregação de setores censitários referentes ao censo de 2000 apontam a presença de significativa concentração da população residente na área polarizada pela Lapa e Praça da Cruz Vermelha, entre a rua do Riachuelo e a Frei Caneca, nelas incluída o único setor que reteve o conceito residencial no próprio nome, o bairro de Fátima.

Os dados levantados [252] indicam a concentração de 29.077 pessoas em 73 ha, vale dizer 75% da população residente em 12, 76 % da área total, o que garante uma densidade do uso residencial bastante elevada, cerca 398 hab/ha, somente verificada em regiões de grande densidade na cidade como Copacabana (359 hab/ha) e Rocinha(392 hab/ha).[253]

Uma observação mais apurada do restante da área demonstra uma distribuição bastante rarefeita, com maior concentração apenas no setor censitário que cobre os edifícios construídos nos início dos anos cinqüenta na Presidente Vargas, o conhecido conjunto "balança mais não cai", onde moram 1.004 pessoas em 423 domicílios. Isolado, este conjunto de três blocos de 22 andares foi o único núcleo de edificações residenciais implantado na famosa avenida de 80 m de largura que, se por um lado facilitou a fluidez do tráfego no sentido norte da cidade, por outro criou uma barreira aos anteriores contatos entre bairros da orla portuária e a cidade.[254] Deste processo, resulta a pequena expressão residencial do lado norte da área central, mais afetada por outras utilizações.

---

[252] Trata-se de iniciativa de dois técnicos do IPP, Instituto Pereira Passos, Dennis Gahyva e Alcides Carneiro que estão estudando e fundamentando a idéia. Agradecemos aos dois, pela generosa contribuição dos dados levantados, assim como o convite para participação nos processos de discussão do assunto.

[253] O dado foi aqui considerado em conjunto para os dois bairros que estão sendo propostos. A agregação de setores censitários para as áreas dos futuros bairros de Fátima e Lapa, indicam densidades da ordem de 530 hab/ ha e 230 hab/ha, respectivamente.

[254] O processo de construção do primeiro bloco de apartamentos data de 1944, tendo sido aberto pela empresa Terra Irmãos e Cia. Os apartamentos de dois quartos ficavam situados do 4° ao 22° andar, sendo a sobreloja, 2° e 3° andares destinados ao uso comercial e de escritórios. Um dado interessante do processo está no parecer da Comissão Fiscalizadora da construção da avenida Presidente Vargas, assinado por Raul Penna Firme, apontando que as "plantas tem os defeitos de uma solução torturada". Fonte: Processo n° 07/417.185/51 em nome de Vahlis e Cia Ltda, SMU/PCRJ.

Na área mais central e nas bordas da baía de Guanabara ainda é encontrada alguma ocupação de caráter residencial, desta vez em prédios mistos, produto da anterior permissão para construção de prédios destinados ao uso habitacional[255] e, da confiança dos investidores dos anos quarenta ou cinqüenta na demanda por moradia funcional dos políticos de todo o país em locais próximos aos seus postos de trabalho na capital federal. Trechos bem localizados, dotados de boa vizinhança ou próximos ao antigo Senado ou Câmara dos Deputados correspondem a estes casos, sendo ainda encontrados na avenida Beira Mar, bem como na região do Castelo ou na própria Rio Branco, neste caso mais residual, como nos edifícios Marques de Herval (Rio Branco 185), Brasília (Rio Branco 311) ou o Santos Vahlis (Senador Dantas 117).[256]

Embora persista esta condição, hoje tais localizações não são mais compatíveis ao conforto requerido por um usuário mais qualificado, por deficiências dos serviços e equipamentos disponíveis ao uso residencial. Os poucos moradores que ainda permanecem nestes prédios encontram inúmeras dificuldades no período noturno ou nos fins de semana para o atendimento de necessidades mínimas e básicas.

Ainda assim, para conhecer o perfil do morador da área central, a CEF encomendou um estudo sobre demanda habitacionais à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense, UFF.[257] Os resultados obtidos pelo trabalho que considerou uma região ampliada, maior que o centro, indicam diversidade de situações, variando em função da localização, dos contatos e enraizamento com os lugares de moradia, além das condições de propriedade. A pesquisa da amostra com 4.054 inscritos no programa para moradia na área central, por cadastro na Secretaria Municipal de Habitação ofereceu indicações sobre o perfil dos interessados. Este seria composto por

---

255 Pelo decreto n° 6.000 de 1 de julho de 1937, artigos 9 e 14, eram permitidas construções destinadas ao uso habitacional na AC1 e ZE, respectivamente núcleo da área central e área da Esplanada do Castelo. A legislação permaneceu em vigor até 1970 quando, por alterações legais, o uso habitacional não foi contemplado, certamente por não mais persistir a condição que lhe atribuía sustentabilidade.

256 Uma das características da permissão do uso residencial nas proximidades da Cinelândia gerou o surgimento de famosa casa de encontros no edifício São Borja, apelidada "Senadinho" em função da usual freqüência dos políticos ao local. As memórias do arquiteto Pedro Teixeira sobre o trabalho no centro durante os anos da ditadura militar, resgataram a importância do uso misto nos prédios de escritórios. Em função da moradia, era possível entrar e permanecer nos prédios, trabalhando até mais tarde e nos fins de semana, sem despertar falsa desconfiança dos órgãos de vigilância.

257 Relatório final da pesquisa sobre demanda habitacional para o centro do Rio de Janeiro, junho/novembro de 2002.

Distribuição da população na área central (habitantes e domicílios)

Fonte: Diretoria de Informação Geográfica - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e Censo Demográfico 2000, IBGE - Base de Informações por setor censitário

População e domicílios do Bairro do Centro por setores censitários

1 - 117 hab / 47 domicílios	12 - 96 hab / 54 domicílios	23 - 621 hab / 193 domicílios
2 - 362 hab / 132 domicílios	13 - 12 hab / 4 domicílios	24 - 375 hab / 153 domicílios
3 - 479 hab / 165 domicílios	14 - 15 hab / 4 domicílios	25 - 238 hab / 96 domicílios
4 - 236 hab / 88 domicílios	15 - 85 hab / 33 domicílios	26 - 319 hab / 134 domicílios
5 - 403 hab / 173 domicílios	16 - 157 hab / 73 domicílios	27 - 433 hab / 198 domicílios
6 - 124 hab / 92 domicílios	17 - 132 hab / 54 domicílios	28 - 146 hab / 47 domicílios
7 - 79 hab / 41 domicílios	18 - 432 hab / 37 domicílios	29 - 1003 hab / 424 domicílios
8 - 57 hab / 15 domicílios	19 - 173 hab / 84 domicílios	30 - 338 hab / 129 domicílios
9 - 245 hab / 118 domicílios	20 - 616 hab / 255 domicílios	31 - 409 hab / 163 domicílios
10 - 44 hab / 16 domicílios	21 - 473 hab / 203 domicílios	32 - 543 hab / 143 domicílios
11 - 245 hab / 118 domicílios	22 - 593 hab / 248 domicílios	33 - 685 hab / 292 domicílios

N

Escala 1:26.000

0 250 500 1.000 Metros

famílias menores (29%) ou solteiros (44%), residentes no centro (34%), na faixa etária de 27 a 45 anos (52%), com renda de três a seis salários mínimos (46%).

Os dados levantados são complementados pelos obtidos pela equipe do Instituto Pereira Passos que estuda a criação dos bairros da Lapa e Fátima, indicando 87% da população morando em apartamentos, sendo 44% próprios, com média de 2,3 pessoas por unidade, sendo 31% com mais de 60 anos, com rendimentos de três a seis salários mínimos e nove anos de estudo, em média. [258]

Estas características apresentam o perfil dos moradores da área central, menos de 1% da população da cidade do Rio de Janeiro (0,7%), certamente de mais fácil caracterização que a imensa massa flutuante, possivelmente mais de um milhão de pessoas, um sexto da população total da cidade, que todos os dias procura a área central em função do enorme mercado de trabalho, compras e serviços, as maiores fontes de atração que a localização permanece oferecendo.[259]

[258] Levantamento de informações sobre a área central realizado por equipe chefiada por Alcides Carneiro, Diretoria de Informações Geográficas do Instituto Pereira Passos, junho de 2006.

[259] A população flutuante da área central não corresponde à informação precisa. O cálculo pode ser realizado por algumas possibilidades. Uma, seriam os 522.343 empregos indicados pelo PDTU (SMTr/PCRJ, 2006). Outra, as 940 mil pessoas que se dirigem à região central diariamente (786.253 transportes coletivos e 154.314 transporte individual), acrescidas de outras 216.975 que utilizam transportes não motorizados (bicicleta ou a pé), dados do Plano Diretor de Transportes Metropolitanos desenvolvido pela Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, em 2005.

5- Os distintos discursos sobre a área central

> "Num país como o Brasil, qualquer coisa que se faça para melhorar, é ótimo para a cidade; assim, devemos fazer coisas que potencializem o que existe. Não se deve pensar em grandes esquemas, grandes planos. E mesmo que se tenha idéia do que vai ocorrer, vai sempre acontecer diferente; sempre haverá uma nova e diferente síntese. E a cidade é feita de sínteses. Na hora em que se mexe nela, outras sínteses surgem". [1]

A batalha para preservação e conservação da área central

Um dos mais importantes traços do Rio de Janeiro parece ser servir de palco ao desenvolvimento de grandes marcos na política urbana nacional. Afinal na antiga capital do país, porto de grande importância, centro comercial, político, administrativo e cultural, os problemas e a geração de soluções sempre encontraram terreno fértil para germinar.

Nos anos oitenta, o Rio de Janeiro criou um movimento em prol da valorização de sua área central que ganhou repercussão nacional. A preservação de um conjunto de espaços públicos e exemplares da paisagem construída perpetuou-se por meio de lei, aprovada por unanimidade no legislativo. Embora sem contemplar o uso habitacional, naquele momento não incluído na agenda das preocupações da cidade, deve ser creditado ao projeto Corredor Cultural, o incentivo ao comércio de rua, fortalecido previamente antes de seu futuro confronto à esmagadora tendência de compras em *shoppings center*s. Além disso, dele iniciou-se um processo de manutenção dos conjuntos edificados, não apenas dos bens isolados de valor excepcional, até então política predominante. Naquele momento parecia que a cidade desbravava um caminho promissor, trilhando uma rota senão inovadora, efetivamente construída segundo padrões do cotidiano vivenciados pela população carioca. Os diversos ramos comerciais, da chapelaria à leiteria, foram beneficiados, podendo sobreviver, mantidos em sobrados de estilo eclético, ganhando novo fôlego para enfrentar um ritmo de mudanças que passava a ser mais acelerado e brutal.

---

[1] Carlos Nélson Ferreira dos Santos citado por Maria Laís Pereira da Silva em depoimento sobre a memória do urbanismo carioca. Ver: Freire, Américo e Oliveira, Lucia Lippi (org.).. Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p.115.

Devagar, mas avançando sem retrocessos, o projeto ampliou adesões, reconhecimento, visibilidade. Envolveu imprensa, políticos, empresários, intelectuais, artistas e população. Atravessou administrações de distintos partidos, sempre mantido e valorizado. Curiosamente encontrou seus maiores adversários na própria administração municipal, sobretudo nos setores que priorizavam as circulações viárias e para os quais, a preservação das velhas ruas estreitas configurava um estorvo.[2] Apesar disso, o Corredor Cultural encontrou acolhida na Secretaria de Planejamento, e posteriormente na de Cultura, reflexo da ausência da consideração de sua importância em termos urbanos, à época.

Não deve ser esquecido que, no mesmo contexto temporal, as atuações do órgão federal voltado à salvaguarda do chamado patrimônio cultural, o atual IPHAN, arejava sua antiga responsabilidade em prol da cidade monumental, incorporando conceitos inovadores à sua pauta de discussão, como a defesa do patrimônio imaterial e a busca de maior envolvimento da população em suas relações efetivas com os bens a preservar, abrindo caminho para a manutenção de memórias mais que arquiteturas excepcionais.[3]

A recordação da experiência de trabalho do Corredor Cultural, descrita por seu coordenador técnico até 1993 e principal colaborador entre aquele ano e 2000, é esclarecedora. Conhecedor dos problemas, entraves, metodologia e realizações, sua exposição revela métodos que caracterizam uma intervenção estratégica, assim entendida, bem antes da mais recente apropriação do termo nos mais atuais projetos das cidades.

Por suas palavras, destaca-se:

> "... a originalidade do processo que partiu da aplicação inicial da legislação de uso do solo e fiscal, por parte do governo local, mesclando aspectos de zoneamento,

---

[2] Paradoxalmente foram os projetos ambiciosos de alargamento das ruas da área central, defendidos por técnicos da prefeitura para melhoria das circulações que atuaram como elementos de preservação. Para enfrentar as posições contrárias, o coordenador técnico do projeto à época, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, afirma que a divulgação foi a mais poderosa arma de defesa do Corredor Cultural. Os convites para palestras, conversas ou exposições eram entendidos como oportunidades imperdíveis para a disseminação de informações.

[3] No fim dos anos setenta, enquanto na Prefeitura estava sendo elaborado o Corredor Cultural, o IPHAN, por meio da atuação da arquiteta Jurema K. Arnault, desenvolvia estudos para promover a primeira preservação de um conjunto edificado de interesse nacional, e até agora único no Rio, representado pelo Morro da Conceição. A área foi protegida pela Portaria 002, aprovada em 14 de março de 1986.

> preservação, posturas municipais, isenções fiscais, aos quais se somaram progressivamente uma grande exposição na mídia, uma forte participação das comunidades interessadas ou afetadas, um extenso programa de obras públicas e, finalmente a adesão de novos atores urbanos que aderiram ao projeto em parceria direta ou indireta com a prefeitura. Esta intrincada rede de ações gerou uma forte sinergia, permitindo aprofundar a questão da proteção do patrimônio cultural e colocar em movimento um processo extremamente peculiar de preservação e revitalização do sítio histórico do Rio de Janeiro".[4]

Visto em breve síntese, o projeto aplicava-se a três trechos da área central,[5] cobrindo uma área de mais de um milhão de m², incluindo 74 ruas, 11 becos e travessas, 21 largos ou praças, e cerca de 1.600 imóveis. Para lidar com este patrimônio, levantando informações, prestando atendimento aos proprietários, divulgando o teor das atuações e promovendo as costuras necessárias no âmbito interno e externo da administração municipal, a equipe de trabalho era formada, "no período mais abastado", por seis arquitetos, um fotógrafo e duas secretárias.[6]

Ainda assim bons resultados foram alcançados, sendo estimados, após 22 anos de aprovação da lei do Corredor Cultural, mais de mil imóveis recuperados. Entretanto, nos anos noventa, a liberdade de operação do escritório técnico que conduzia o projeto foi reduzida, deixando seu caráter de excepcionalidade para submeter-se à estrutura da Secretaria de Cultura, como mais uma, dentre outras, áreas preservadas. Houve redução da equipe e os planos desenvolvidos para ampliação da área sob jurisdição do projeto, caminham sem maior suporte da estrutura administrativa, encarados como uma missão quase messiânica de seus resistentes defensores.[7] A linearidade aplicada ao tratamento das APACs, Áreas de Preservação do Ambiente Cultural, nas quais o projeto foi

---

[4] Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas. A reabilitação urbana em processo, s/d., 12 fls., cópia do autor.

[5] Seriam eles setores da cidade polarizados pela Praça Quinze, Largo de São Francisco, Praça Tiradentes, ruas da Alfândega e Uruguaiana, Largo da Carioca até a Lapa.

[6] Pinheiro, *op. cit.*, p.7.

[7] Há algum tempo, o escritório técnico do Corredor Cultural estuda as possibilidades de expansão dos trechos preservados, para englobar as periferias de seus anteriores limites, incorporando novas áreas e corrigindo pequenas distorções. A idéia é defendida por Maria Helena Maclaren Maia, a última representante, ainda atuante, do grupo anteriormente envolvido com o projeto.

inserido como uma 36 existentes[8] no Rio de Janeiro, parece ter sido a causa da aparente perda de autonomia e *status*.

Por outro lado, parte da subárea polarizada pela Praça Tiradentes recebeu destaque quando foi selecionada pelo poder municipal para desenvolvimento do programa Monumenta, financiado pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, alternativa carioca que ladeia outras existentes no Brasil. Este programa, cujo início no Rio data de 1996, ainda oferece poucos resultados práticos, não tendo sido inserido na estrutura de trabalho do Corredor Cultural, apesar de lidar com parte da área contida sob sua jurisdição. Não é difícil supor que ao invés de complementar, com o emblemático suporte de recursos internacionais, acabe por concorrer, dividindo esforços e atuações.[9]

Nos últimos anos, partiu do governo federal uma idéia para encaminhamento à UNESCO de candidatura do Rio como patrimônio mundial no quesito paisagem cultural.[10] Apesar dos esforços para estabelecer limites consensuais e compatibilizar critérios a cargo de cada uma das instâncias do setor público[11] que se incumbem do controle e da preservação, do patrocínio da FIRJAN e da boa vontade dos técnicos envolvidos, não houve maior avanço. O entrave, identificado pela impossibilidade em promover trabalho conjunto, unindo as diferentes instâncias políticas e administrativas que atuam sobre a cidade, não só cerceou as possibilidades da candidatura, como garantiu a permanência das mesmas condições de tratamento do espaço pelo varejo, caso a caso, fonte infindável de desgastes para todos os envolvidos com a questão, técnicos e proprietários.

Mesmo as alternativas de apropriação da paisagem cultural pelo viés da exploração econômica, tão em moda no panorama internacional, para o bem ou o mal,

---

[8] Informação retirada do endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura, consultado em 4 de junho de 2006, apesar da criação em abril do mesmo ano de uma secretaria especial para lidar com as questões do patrimônio.

[9] O Rio é uma das 26 cidades incluídas no programa Monumenta do Ministério da Cultura. Os investimentos previstos para o caso carioca são da ordem de R$ 11.491.602,30 destinados à reabilitação sustentável do sítio histórico.

[10] Uma discussão sobre as relações estabelecidas pela declaração de áreas como patrimônio mundial, em particular patrimônio ambiental e a produção do espaço geográfico é encontrada em: Scifoni, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. Geousp - Espaço e Tempo, São Paulo, n° 14, 2003, p.77-88.

[11] No Rio de Janeiro atuam na proteção do patrimônio cultural as três esferas de governo, sendo a aplicação dos instrumentos de proteção ao patrimônio submetida à hierarquia das tutelas federal, estadual e municipal.

aparentemente não foram capazes de se sobrepor às questões políticas e administrativas da cidade. Estas parecem ser responsáveis por perdas inerentes ao contínuo reiniciar de operações e reinventar de projetos, que acabam por dividir recursos e desperdiçar trabalho humano já consolidado. Divididos em instâncias administrativas e interesses setoriais, torna-se cada vez mais complexa a tarefa de construção de uma política de tratamento do centro da cidade.

Em 1994, atendendo às recomendações inseridas no Plano Diretor em suas disposições sobre política habitacional, o município criou uma secretaria especialmente voltada para lidar com a questão. O desenho dos programas de atuação, mesmo tendo priorizado as soluções para as favelas, histórica questão vivenciada pela cidade, contemplou intervenções em áreas dotadas de infra-estrutura e serviços. Dentre elas, "...o centro da cidade e seus bairros vizinhos mostraram-se uma opção privilegiada, já que apresentam vazios, trechos sub-aproveitados e construções ociosas ou abandonadas" [12] em total defasagem ao seu valor de localização excepcional. Além disso, as justificativas incluíam a necessária correção do "equívoco" da legislação que proíbira a construção de moradias e citavam os suportes que o uso habitacional forneceria aos projetos urbanos, naquele momento em curso. Desde então, registrou-se uma prática constante, com realizações gradativas. De início, duas unidades piloto foram inauguradas na periferia da área central, Saúde e Lapa,[13] recuperadas nas condições de habitabilidade e reocupadas por moradia coletiva. Com a abertura de novos programas de financiamento, inicialmente pela Caixa Econômica Federal, e posteriormente formatados pelo Ministério das Cidades numa linha de desenvolvimento denominada Reabilitação de Centros Históricos, as intervenções puderam ser potencializadas.

A demanda por estas moradias, apesar de pouco divulgada, vem se ampliando, conformando uma significativa "lista de inscritos".[14] Nos últimos dez anos, vários projetos foram desenvolvidos, embora sem uma dimensão geográfica que lhes garanta

---

[12] Cidade Inteira: a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Habitação. Rio de Janeiro: PCRJ, SMH, 1999, p.90.

[13] Estão localizadas na rua Sacadura Cabral n°295 e 297, Saúde e Travessa Mosqueira, n° 20, Lapa.

[14] Segundo informações da gerência do Programa Novas Alternativas, a inscrição para habitação no Município do Rio Janeiro já alcançou 200.000 inscrições em todos os programas destinados à promoção de habitação, para a área central ou outras da cidade.

visibilidade por recuperação de uma área previamente definida. Espalhados nos bairros portuários, na Lapa, na Cruz Vermelha, já são contabilizados 850 unidades na região do centro ampliado, incluindo distintas situações como empreendimentos inaugurados, em licitação, aguardando imissão de posse ou em projeto. Mais de 185 imóveis estão cadastrados no programa, em carteira, para futuros estudos.[15] Embora nada desprezíveis, os números não chegam a configurar alcance mais abrangente, com impacto para reversão da aparência de abandono e esvaziamento da função residencial nestes trechos da cidade. Neste sentido, apenas um projeto, o chamado "Cores da Lapa", com 688 unidades e realizado por iniciativa do mercado, ganhou muito mais repercussão na imprensa do que as inúmeras ações construídas seguindo uma escala intimista, pulverizadas em poucas unidades que constituem a forma de atuação do poder público.[16] Por outro lado, o aquecimento da oferta de habitação implica ampliação de serviços públicos em função de novas demandas, que deverá alterar a situação local, estabilizada por muitos anos, na direção de constante redução da população residente.

Neste particular, é possível pensar na inexistência de diagnóstico efetivo sobre a atual situação dos serviços, equipamentos e condições de urbanização presentes na II Região Administrativa, Centro. Não há uma efetiva pesquisa com relação aos potenciais e recursos da área central que respalde o encaminhamento das políticas públicas sob o viés de um planejamento para seu circunscrito território.

No reconhecimento de suas condições de urbanização, no ítem infra-estrutura não há qualquer dúvida sobre a necessária melhoria requerida para a área. As redes de água e, sobretudo, esgotos demandam por modernização com substituição dos antigos dutos, freqüentemente avariados, transbordando pelas vias públicas. Porém, neste quesito, os investimentos são de responsabilidade do Estado e suas prioridades não estão submetidas aos critérios ditados pelo Município. A construção da Estação de Tratamento da Alegria, no bairro do Caju, solução para esgotamento da região, já se arrasta por vários anos e, enquanto isto, os problemas se acumulam. A solução paliativa tem sido a prática adotada, efetuada por remendos nas redes, como consertos, num trabalho moroso que transforma a Cedae em campeã absoluta das reclamações realizadas pela população e usuários das ruas da área central e de toda a cidade. As

[15] Informações prestadas pela gerência do programa Novas Alternativas, SMH em 2006.
[16] Matérias publicadas na Revista Veja, 29 de março de 2006 e no Jornal O Globo, 27 de novembro de 2005, incluindo destaque em editorial.

questões também se repetem nas redes de águas pluviais, que necessitam completa remodelação, considerando o tempo decorrido da implantação e a alteração dos padrões de ocupação. Neste caso, na intricada distribuição de competências em vigor nos municípios brasileiros, a responsabilidade é municipal, mas de nada adianta ser equacionada isoladamente. O ônus de fechamento de uma via no centro só passa a ser justificado quando ocorre uma atuação em bloco, e no Rio ela só aconteceu nos trechos selecionados pela municipalidade como prioritários, objeto das intervenções emblemáticas, anteriormente denominadas "Rio-Cidade". Neste caso, quase sempre os custos de infra-estrutura foram bancados pela Municipalidade, excetuando-se os realizados por fornecedoras de serviços privatizados.[17]

Vale comentar que já não há mais questões de insatisfação e defasagem dos serviços de telefonia e comunicações, transtorno constante dos anos sessenta. A privatização, acompanhada de enorme concorrência entre empresas que realizam o serviço, resultou em agilidade no equacionamento dos pontos de estrangulamento das operações, eliminando problemas anteriores e as reclamações que persistem não se circunscrevem ao perímetro da área central. Hoje são generalizadas, revelando insatisfação por toda a cidade, menos pela ineficiência do serviço e mais por cobranças abusivas e indevidas. A modernização dos sistemas de comunicação também levou à implantação, em quase todo o Centro, do cabeamento de fibras ópticas, fornecendo suporte aos contatos comerciais.[18]

Nas constantes dificuldades da circulação urbana, produto da ausência de racionalização das linhas de transportes coletivos, do exponencial crescimento da frota considerada clandestina, do estacionamento irregular e da falta de fiscalização das normas de trânsito encontram-se causas e conseqüências da imagem de tumulto que provoca afastamento dos usuários do espaço central.

Não sem razão, uma vez que ao problema soma-se a inadequada conservação do espaço urbano com ineficiente manutenção da arborização, do mobiliário urbano, da pavimentação das ruas e calçadas, da insuficiência da iluminação. Aliás, estes são temas recorrentes nos editoriais e matérias dos jornais, acrescidos da falta de conservação dos

[17] Na área central, apenas a avenida Rio Branco foi objeto da emblemática intervenção.
[18] Na avenida Rio Branco estão 43km de cabos de fibras ópticas e nela existiam 17.394 linhas telefônicas convencionais, a maior concentração do Rio em 2004. Fonte: Dados apresentados no Jornal do Brasil, em 4 de abril de 2004. Segundo a Telemar, em 90% da área central está disponível o sistema digital (dados de 2004).

prédios, da população de rua, dos catadores de papel e camelôs ou dos constantes assaltos.

Em todos os exemplos ressentem-se as dificuldades do setor público para garantir um adequado serviço de conservação das áreas públicas. Seja por falta de recursos para manutenção, ausência de rotinas e inspeções periódicas, falhas nas especificações quando da realização dos projetos, inexistência de controle para o desgaste por intensidade de utilização ou mesmo o vandalismo e depredação praticada ao patrimônio público, não é possível falar de espaço urbano de qualidade na área central. Em verdade, esta não é uma situação especial no Rio de Janeiro.[19] Mas a distinção é obrigatória quando são avaliados os números da área central, considerando a diversidade de situações entre uma população residente, que decaí a taxas significativas por períodos censitários, e a flutuante, que todos os dias circula pela área em movimentos pendulares, ainda difíceis de estimar. Não há, por exemplo, a prática de diferenciar a qualidade necessária do asfalto numa avenida que recebe o carregamento de tráfego como a Rio Branco[20] ou mensurar o desgaste das calçadas dos seus cruzamentos mais movimentados. Cumpre registrar que a afirmação não pode ser estendida para a varredura das ruas, que têm na significativa diferença de rotinas, o reconhecimento da necessidade de tratamento especial.[21]

Por outro lado, não há incentivos ou instrumentos legais que beneficiem a instalação de determinadas atividades ou serviços na área, sobretudo na forma de mecanismos fiscais de desenvolvimento de determinados setores, por exemplo, como foi bastante utilizado para a implantação de distritos industriais.

Das indicações é possível supor que não há ainda uma política pública formatada e formalizada para lidar com o centro do Rio de Janeiro. Embora o tema área central permaneça constante em distintos fóruns de debate, revelando-se uma referência obrigatória nas pautas de discussão sobre a cidade e sobre ele tenham sido produzidos muitos documentos, como relatórios de grupos de trabalho especialmente criados para

---

[19] Ver matéria publicada no jornal O Globo sobre a conservação geral das vias da cidade, em 12 de agosto de 2005.

[20] Segundo o Jornal do Brasil em matéria publicada sobre a avenida Rio Branco, em 4 de abril de 2004, circulam pela via 32.500 veículos por dia.

[21] A Comlurb retira 60t /dia de lixo das ruas do centro em suas constantes e diárias operações de varredura para limpeza pública. Apenas na avenida Rio Branco são realizadas dez varrições, manuais e mecânicas (noturna).

tratar da questão ou realizados seminários, com participação de técnicos de renome internacional, envolvendo exposições de metodologias e receituário no seu tratamento, não houve resultado prático.[22] Fora o antigo projeto do Corredor Cultural, as alterações da legislação para permissão do uso residencial e alguns decretos recentes, anteriormente citados, voltados para a formação dos pólos culturais e gastronômicos da Lapa e praça Quinze de Novembro, não estão suficientemente claras as orientações para um tratamento diferenciado do centro do Rio de Janeiro.

Uma análise dos resultados alcançados após 22 anos da edição do projeto que reconheceu o valor cultural presente na diversidade de espaços, situações e pessoas que conformam o centro do Rio de Janeiro aponta três localizações destacadas. Seriam elas a Lapa, a praça Quinze e a Saara. Em todas há sinais inequívocos de vitalidade e estes derivam de atividades que se desenvolveram no passado e foram apropriadas no presente, contando com intensa participação da população envolvida e receptividade da sociedade carioca. Deste modo podem ser avaliadas: a vida noturna e boêmia que floresce na Lapa, reeditando uma anterior vocação de "berço da malandragem carioca", em sua tênue fronteira entre a cultura popular e zona de perigo; o caráter culto garantido pelo "arquipélago de centros culturais" que recuperou o antigo centro colonial na periferia da praça Quinze e intensa riqueza da atividade comercial desenvolvida nas ruas da Saara, revisada em sua anterior função de mercado atacadista. Dos exemplos, apenas a área da praça Quinze foi resultado de inversão maciça do setor público, ainda que orientada para a recuperação isolada de próprios estaduais ou federais, sedes de antigas repartições públicas desativadas ou ociosas. Não é possível dizer que a construção de cinco centros culturais entre a rua Primeiro de Março e o cais resultou de um plano previamente elaborado, formalizado para promover o desenvolvimento de caráter

[22] Dentre os encontros e trabalhos realizados para discussão do tema destacamos: Wookshop Desenvolvimento do Centro do Rio (PCRJ/SMU/Subprefeitura do Centro, 29 e 30 de julho de 1997); Grupo de Trabalho Foco-local (decreto n. 21.424 de 20 de maio de 2002); Workshop referente à pesquisa sobre demanda habitacional para a área central do Rio de Janeiro (CEF/UFF, 18 de outubro de 2002); Relatório da macrofunção Habitar o Centro (Coleção Rio Estudos n° 105, junho de 2003); Revitalização de centros urbanos, entre renovação e preservação do patrimônio histórico(AFEBA/PCRJ/IPP, outubro de 2003); Fórum Centro Histórico, Subprefeitura do Centro Histórico, 23 a 26 de agosto de 2005); Seminário de Habitação e Reabilitação de áreas urbanas centrais (promoção conjunta do IAB, PCRJ/SMU/IPP, UFF, CREA etc, em julho de 2006).

cultural. Ao contrário, ali ocorreu uma sensível percepção de um sinal emitido pela municipalidade, quando da formulação do projeto de preservação do Corredor Cultural. Como somatório resultante de práticas isoladas, neste trecho da cidade aconteceu uma contaminação positiva, a tal "metástase do bem" que resultou na formação de um verdadeiro distrito cultural. Como um reconhecimento disseminado sobre a importância da localização, da tradição colonial ocorreu investimento de recursos pulverizados em instâncias federais e estaduais. Segundo algumas opiniões, esta seria uma forma de intervenção característica de uma "estratégia implícita",[23] não encontrada na estrutura de exposição de um plano urbano convencional. Ao avaliar os movimentos verificados nas três áreas que identificamos, encontramos respaldo na formulação de Magalhães (2002) sobre este caráter implícito, não verbalizado diretamente, que parece conduzir as ações de cada grupo envolvido nestes trechos citados. Nas áreas da Saara e Lapa, há discreto apoio dos setores públicos, estaduais e municipais, mas a efetiva recuperação é conduzida por um conjunto de agentes privados, de pequena escala, que ganham peso por atuação conjunta, organizada ou não, em associações. Embora configurem situações bastante distintas, os processos que recuperam as duas localizações acabam por deter semelhanças entre si e com o movimento que resgata em importância a área da praça Quinze. A observação sobre estas três localizações oferece a possibilidade para estabelecer algumas considerações.

Destacamos anteriormente o projeto Corredor Cultural como uma ação estratégica, aplicada no centro do Rio, antecipando o sentido corrente do termo. Naquele momento, fim da década de setenta, foram os clamores da destruição do ambiente construído, da perda de referências e costumes, dos exageros da modernidade conduzidos no contexto de saída de um momento político traumático que fomentaram um clima propício à garantia de defesa dos lugares mais freqüentados pelos pedestres,

---

[23] A expressão é utilizada por Roberto Anderson Magalhães em sua dissertação de mestrado sobre a área central carioca. Apóia-se em entrevista realizada com Nuno Portas, em 25 de maio de 2000, transcrita da seguinte forma: "A estratégia pode ser implícita, ou seja, não comunicada pelos métodos habituais de planejamento. Pode ser comunicada através de outros meios como entrevistas, declarações etc. Isto caracteriza um processo difuso de comunicação. Mesmo assim, tal comunicação deve ser feita para que sirva à construção do Consenso".(...) "A estratégia implícita é a inteligência ativa dos operadores principais, que conduzem o processo, os quais tem uma idéia-do que almejar-objetivos na cabeça". Magalhães, Roberto Anderson. Preservação e Requalificação do centro do Rio: a construção de um objeto difuso. Fonte: Instituto Light, publicado em 21 abril 2002, nota de rodapé, p.6. Disponível em: www.lightrio.com.br . Acesso em: 29 março 2003.

em suas rotinas de deslocamento pela área central. Num conjunto de acertos atuou a seleção de locais não disputados pelo mercado imobiliário, imobilizados por ação reativa à intenção de ampla escala do processo de renovação urbana. Ainda devem ser apontados fatores como a inserção de bens protegidos e preservados por legislação federal, o intuitivo pacto firmado com idéias defendidas por intelectuais e artistas, brasileiros ou estrangeiros, a incidência de atividades comerciais de pequeno porte em situações de aluguel e o respeito ao poder de resistência. Ao final foi produzido o êxito das iniciativas voltadas à preservação da paisagem edificada com revitalização das atividades que já eram desenvolvidas, em especial comércio, recreação e cultura.

A persistência deste enfoque, ao longo de tantos anos, coloca-se frente a novas questões. Se a conformação de uma estratégia de intervenção decorre do conjunto de variáveis que o planejamento da cidade se propõe a enfrentar, não há como negar as mudanças que o Rio de Janeiro vivenciou dos anos oitenta aos dias atuais. Do mesmo modo, mudaram os conceitos norteadores das intervenções no espaço urbano. Nos capítulos precedentes procuramos discorrer sobre estas questões. Aqui buscamos compreender como o processo de mudanças no objeto e nos objetivos de intervenção foram apropriados pelo setor público.

No capítulo anterior exploramos as alterações que o centro, enquanto localização preferencial de distintas atividades, sofreu ao longo dos últimos 40 anos. Tais modificações refletem processos complexos, consolidados no espaço urbano do centro da cidade do Rio, mas não só nele. Deles resultaram perdas significativas para algumas das anteriores e exclusivas funções centrais, reorganização do anterior padrão de localização de outras, assim como surgiram novas destinações. No entanto, em 1967 tais processos já eram sinalizados. Estava em curso o esvaziamento das funções administrativas, recreativas e de serviços hoteleiros, a modificação de padrões comerciais, a desvalorização do patrimônio edificado, a substituição de sistemas de transportes coletivos por alternativas individuais. Para o uso residencial, a cidade desconhecia a localização central como opção, aliás, assim considerada desde 1902, quando foi sinalizada a direção preferencial de expansão urbana qualificada, rumo à orla oceânica, por construção de novos paradigmas para a moradia de alto padrão no espaço carioca.

Desde então, apesar da identificação da questão ter sido apontada em trabalhos de importantes geógrafos,[24] não houve intervenção do planejamento urbano visando correção de curso. As recomendações adotadas pelo Plano Doxiadis, contemporâneo daquelas análises, objetivavam a estruturação da cidade como núcleo de extensa área metropolitana, determinando em conseqüência, medidas para incentivar a dispersão mais eqüitativa das funções centrais mais características.[25] A mesma atitude comandou o PUB-RIO, realizado nos anos setenta. A sedução do crescimento em grande escala e os problemas decorrentes da expansão urbana conduziram o centro da cidade ao esquecimento. Ou melhor, sua lembrança apenas como local adequado aos projetos de renovação urbana, incentivando a substituição das antigas construções e a modernização do sistema viário, vale dizer, transformando-o para receber o grande fluxo de veículos motorizados, questão emergente da metrópole. Daí terem sido as maiores obras públicas do período dirigidas para realização de amplas desapropriações, fossem para construção de importantes obras viárias, como o Elevado da Perimetral, ou para implantação do Centro Administrativo da Cidade Nova. A própria obra do sistema de transportes metropolitano na área central foi bastante generosa em suas desapropriações, servindo sobretudo, como instrumento de renovação urbana para trechos considerados degradados.

Chama atenção que, apesar do questionamento deste modelo ter motivado movimentos internacionais e críticas virulentas sobre seus efeitos sociais, econômicos e da devastação que provocava na paisagem edificada, a condução de um enfoque modernista prevaleceu, ditando os caminhos para conformação do futuro do centro da cidade.[26]

O retorno à área central seria marcado pelo surgimento de preocupações com a perda de vitalidade social e simbólica, dando origem ao projeto de preservação, já explorado. Durante os anos oitenta foi nesta linha que seguiu o pensamento e a pauta de discussões sobre o centro do Rio de Janeiro.

---

[24] Ver: Curso de Geografia da Guanabara. Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Regional do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1968.
[25] Plano Doxiadis, *op.cit*., ítem 2.1.5, Espaço para expansão de funções centrais, tópico 1.018, V.I .
[26] Para uma análise ver: Jacobs, Jane. Morte e vida das grandes cidades. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000; Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e altaneira. *In*: Revista Projeto, São Paulo, Editora Pini, julho de 1983, p.36-42.

Ainda assim a sistematização de resultados, o levantamento de informações, o acompanhamento e a avaliação do processo de revitalização não foram realizados, embora houvesse uma enorme aprovação em todos os veículos de formação de opinião, justificativa para publicação de Cadernos de Recortes, com exposição do projeto na imprensa.[27] Mas a questão ficou restrita como tema da cultura, perdendo seu potencial enfoque para reversão das tendências de crescimento descentralizado. Quando o espaço mais favorável se apresentou para ampliação do escopo inicial do projeto, no fim dos anos oitenta, foram obras no espaço público os elementos privilegiados, fruto de uma histórica tradição do urbanismo carioca e da efetiva necessidade de recuperação das condições urbanas em que se encontravam os lugares selecionados. No geral, indicaram a valorização das ruas para o uso dos pedestres, sinalizada por criação de vias com tal destinação na área central. Política acertada à época, verdadeiro problema dos dias atuais, por facilitar a ocupação do comércio informal.

Passados mais de vinte anos, a grande questão ou o maior pecado parece ter sido a ausência de percepção, em sua própria época, dos potenciais que envolviam o singelo projeto do Corredor Cultural. Nas experiências semelhantes que ocorriam no mundo, existiam amplas formulações norteadoras das intervenções. Na aparência, até podiam ser rotuladas de igual modo, quando resultavam locais requalificados, qual seja, "revitalizados". Entretanto no conteúdo, na formulação e na implementação existiam enormes diferenças. A questão centrava-se nos objetivos, implícitos ou explícitos, que ora se voltavam para resgatar os potenciais de geração de renda e emprego de cidades deprimidas por processos de desindustrialização, utilizando "receitas mágicas" de um "novo tipo de parceria criativa" entre governo e setor privado, reunindo programas de apoio e injeção de subsídios,[28] ora se destinavam à construção de políticas de justiça social introduzidas por eficientes "administrações municipais de esquerda".[29]

---

[27]Foram publicados quatro Cadernos de Recortes que sistematizavam as informações veiculadas pela imprensa sobre o projeto do Corredor Cultural.

[28] Hall, *op.cit*., p.412.

[29]Zanchetti, Silvio Mendes. Conservação Integrada e Planejamento urbano na atualidade. *In:* Revista Espaço & Debates. Cidade, Cultura, (In)Civilidade. São Paulo, v. 23, n.43-44, jan/dez 2003, p.94.

Os exemplos de cidades americanas como Boston e Baltimore, este último sobretudo, tiveram bastante divulgação no Rio.[30] Entretanto, nada aconteceu em relação à revitalização da área portuária, possível localização de contato à temática internacional. Nos anos noventa, a influência dos modelos aplicados nas grandes cidades chegou ao Rio por mãos do setor público municipal, em dupla entrada. Por um lado, escorada na experiência do urbanismo catalão, que havia transformado Barcelona na "meca do urbanismo de resultados", foram exploradas as possibilidades de recuperação da cidade inserida no contexto de um plano estratégico, seguido de um plano setorial desenvolvido para as atividades turísticas, rotulado como "Plano Maravilha". Como objetivo central era buscada a marca de cidade como "uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada(...),empreendedora e competitiva, com capacidade para ser centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior". Tal intenção apoiava-se em sete estratégias, "temas-chave da cidade", compostas por 21 objetivos e 159 projetos, medidas ou instrumentos pelos quais seria construído o modelo de futuro. Seu desenho foi proposto por envolvimento de 305 pessoas participantes nos Conselho da Cidade e Diretor do Plano, 109 responsáveis pela elaboração do diagnóstico, 323 que analisaram as propostas e 25 especialistas elaborando estudos.[31] As idéias para transformar a cidade, pulverizadas em 159 ações, eram formuladas acreditando num consenso e participação efetiva de "distintos níveis da administração pública" e "organizações públicas e privadas, empresas e especialistas" e possuíam o significado de "projeto de cidade" exeqüível, meditado e refletido.

Como modelo espacial, não havia um planejamento territorial explícito, embora da listagem constassem ações voltadas à revitalização da área central e bairros periféricos, com incentivos ao uso residencial e desenvolvimento de potencial mercado cultural, assim como atividades esportivas, turísticas, com ênfase em grandes eventos.

Não era esquecido o desenvolvimento de novas centralidades, o fortalecimento dos bairros, assim como a melhoria da qualidade do espaço urbano e a dignificação dos

---

[30]Ver: Del Rio, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

[31] Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio sempre Rio. Janeiro de 1996, p. 21. Para uma ácida crítica sobre o plano ver: Wainer, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria e Os liberais também fazem planejamento urbano? *In*:: A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.

espaços públicos, destacando-se nos projetos urbanos o efetivamente realizado para a praça Quinze, denominado "Frente Marítima", ou o idealizado para a Cidade Nova, reunindo avenidas terminadas pelo sobrenome Sá.[32]

Por outro lado, experiências francesas e portuguesas no campo da habitação social, recuperando trechos decadentes de suas capitais, começaram a servir de paradigmas desejáveis para garantir a reabilitação dos antigos bairros da periferia da área central.

Com este caldo de influências, durante duas gestões de governo (1993-2000), assim foram orientados os projetos urbanos para o centro da cidade. A matriz de conduta para a questão da habitação, embora bloqueada nas suas possibilidades de absorção das práticas internacionais por ausência de recursos, inexistência de marco legal ao menos semelhante aos exemplos utilizados ou disparidades e contrastes sociais, ganhou a formatação de um programa. Inicialmente concebido para moradia social, subsidiada pela municipalidade, a iniciativa foi apoiada pela igreja católica com cessão de propriedade da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Assim nasceram as experiências pioneiras já citadas que construíram duas unidades de moradias coletivas destinadas a 26 famílias com uma relação de um sanitário por cada três unidades residenciais (cômodo).[33] Para ampliar os alcances do programa, indo além da melhoria das condições físicas da habitação, foi criada uma forma de acompanhamento das famílias reassentadas, com ONG contratada para incentivar a autogestão, garantindo a sustentabilidade e a manutenção das boas condições dos imóveis recuperados.

As intenções em promover o uso residencial na região central receberam tratamento territorial mais amplo em duas situações. A região portuária motivou a geração de dois núcleos em que houve maior incidência no desenvolvimento de projetos. No Morro da Conceição, reduto residencial significativo quanto ao patrimônio edificado, objeto de acordo de cooperação com o governo central francês, foi criado um Programa de Recuperação Orientada, denominado Pró-Rio, que seria o marco de um programa de reabilitação urbana aos moldes da conservação integrada, seguindo

---

[32] Trata-se das ruas Salvador de Sá e Mem de Sá, inseridas num projeto de reabilitação do eixo viário e das condições da ocupação lindeira. O projeto foi desenvolvido pela municipalidade com consultoria do arquiteto português Nuno Portas.

[33] Novas Alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Habitação. Rio de Janeiro, A prefeitura: A Secretaria, 2003, p.29 e 45.

"expertise" francesa. Apesar do reconhecimento da importância da operação e do intenso intercâmbio de experiências técnicas, os maiores produtos resultaram no levantamento dos vazios urbanos existentes, adequados à inserção de novas construções. Também uma das ruas da região portuária, identificada como a de maior incidência de imóveis com péssimas condições de conservação, com inúmeras ruínas, constantes desmoronamentos e vítimas fatais, recebeu interesse, com seleção inicial de dez imóveis adequados ao desenvolvimento do programa de habitação social.[34]

A promoção de novos empreendimentos habitacionais conduzidos pelo Município recebeu outro fôlego quando da criação de nova linha de crédito aberta pela CEF, qual seja o PAR, Programa de Arrendamento Residencial, um tipo de *leasing* residencial que permite a aquisição do imóvel após 15 anos de pagamento da unidade.[35]

Ainda que equacionada a questão da linha de financiamento, persistem os problemas referentes ao saneamento das situações jurídicas e legais presentes caso a caso, resultando em enorme esforço para realização de cada empreendimento, embora já exista uma significativa demanda de inscritos no programa. Por outro lado, persistem os entraves, responsáveis pela adoção de uma prática pontual, cujo significado bloqueia a avaliação de resultados nos possíveis impactos nos locais onde se implanta. As famosas e usuais críticas de um processo de enobrecimento ou "gentrificação" ficam assim prejudicadas em função de suas próprias condições de desenvolvimento. Entretanto, é preciso registrar que a avaliação de desempenho, a correção de curso, o monitoramento de resultados, da aplicação das normas ou legislações não se caracteriza como rotina dos setores públicos cariocas ou fluminenses. Quando e se levantados, os impactos negativos são usualmente interpretados mais como desvios imprevisíveis ou impossíveis de controlar do que potencial falha do planejamento ou da concepção de projeto.

Nos últimos cinco anos, a municipalidade incorporou a dimensão mais usual da revitalização nas cidades costeiras e ganhou corpo um plano para a região portuária.

---

[34] O levantamento de imóveis para reabilitação foi realizado pela I e II Região Administrativa no âmbito de uma atividade desenvolvida com respaldo da Subprefeitura do Centro entre 1993 e 2000, denominada Núcleo de Recuperação de Imóveis. Para a área portuária, os imóveis eram predominantemente destinados ao uso habitacional, sendo selecionados em função de critérios como ociosidade, arruinamento, risco, inscrição em dívida ativa, entre outros.

[35] Iniciado com teto de 20 mil reais, o limite atual para o Rio de Janeiro está estabelecido em 40 mil reais para imóveis situados em áreas dos Programas de Requalificação de Centros Urbanos ou Recuperação de Sítios Históricos. O valor inicial para pagamento é de 0,7% do preço da unidade para população com renda de familiar de até seis salários mínimos, com prazo de 180 meses para amortização.

Uma das emblemáticas correntes dos atuais projetos urbanos aplica-se a estas áreas, em geral ociosas e que, por dimensões, servem a um novo *mix* de atividades incluindo habitações para diferentes extratos de renda. A reutilização que reincorpora ao mercado imobiliário e ao uso da população as antigas áreas portuárias, ferroviárias ou industriais, tornadas envelhecidas por alterações dos processos produtivos e de circulação, gerou uma marca de projeto, generalizado no mundo, com soluções bastante semelhantes em sua "engenharia de concepção".

Unindo lazer, turismo, negócios e moradia, são criados ambientes que reutilizam de modo seletivo as antigas formas construídas, renovadas em conteúdo, e ampliam os espaços de novas construções, quase sempre transformadas em *showroom* da arquitetura contemporânea, ela também um *mix* de estilos, mas sempre obra de grandes nomes no mercado internacional.

A iniciativa, embora constasse da agenda do I Plano Estratégico do Rio, começou a ser formatada em 2001, num momento em que o mesmo sofria uma significativa alteração de curso, como "desdobramento inovador", utilizando como foco não mais a cidade, mas seu território recortado em doze regiões. Nestes recortes buscava "envolver em sua concepção não apenas a sociedade civil organizada, mas também seus cidadãos comuns, seus jovens, adolescentes e outros representantes de sua diversidade", provendo planos regionais, mais aproximada do planejamento que resulta na construção de um orçamento participativo.[36]

Na região centro, apontada como "centro de referência histórico-cultural do país, consolidando as vocações de centro de negócios, centro de desenvolvimento de tecnologia e principal centro de telecomunicações da América Latina", era referendada a proposta de "revitalização da zona portuária, objetivando o incremento das atividades culturais".

Ainda que não possa haver dúvidas sobre a promoção de ocupação mais intensiva da antiga área portuária, os debates sobre o plano acabaram restritos ao polêmico projeto do Museu Guggenheim, provocando redução do seu alcance e conexão direta aos modelos internacionais. Perdeu-se a dimensão da âncora representada por um centro de produção do carnaval, criado para dotar de condições adequadas de trabalho as escolas de samba, que ocupavam de modo precário a maior parte dos galpões não

[36] Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, As cidades da cidade, 2004, p.19.

operacionais do antigo porto do Rio. Do mesmo modo, ficaram esquecidas as ações de reabilitação urbana previstas para os morros da região, trechos que mantiveram, na forma e no padrão habitacional, a herança colonial do bairro alto português da origem da cidade, importante peça da preservação do conteúdo social da área.

Passados cinco anos de sua formulação e da partida das negociações entre a municipalidade e setor público federal, principal proprietário local, as únicas realizações aconteceram no imóvel comprado pelo Município para desenvolvimento da Cidade do Samba e para a implantação de equipamento urbano dedicado aos programas esportivos, aliás, outro projeto desenvolvido para atender demanda localizada na própria área. [37]

Deste modo, um ambicioso plano de revitalização e reabilitação urbana acabou por caracterizar-se mais como um projeto urbano, pontual e circunscrito a terreno determinado.

Assim parecem caminhar as iniciativas de intervenção no espaço público carioca. Apesar das formulações conceituais elaborarem o planejamento do território como um processo, sua realização resume-se ao desenvolvimento de projetos urbanos que parecem ter fins em si mesmos. A concretização de uma proposta, nem sempre formatada como foi prevista, não realinha o pensamento prévio que a formulou e não tem seus resultados reavaliados frente aos objetivos inicialmente propostos. Vale dizer, voltando à citação de abertura deste capítulo, que a nova síntese ou processo sócio-espacial delineado como reação, produto da ação empreendida, não é reconhecido ou avaliado em seu caráter de resposta, como produto da própria ação.

Por outro lado, as dificuldades no estabelecimento de panoramas efetivamente compatíveis aos condicionantes da realidade econômica, social, jurídica e política da cidade, circunscrita hoje à sua capacidade de endividamento, promovem alargamento das reais dimensões do planejamento que será exeqüível. Deriva desta característica um pensamento com conotações de exercício intelectual, de síntese que só existe na formulação técnica ou teórica, extremamente distante da cidade real e de seus habitantes.

---

[37] A Vila Olímpica da Gamboa foi localizada na base do Morro da Providência, sendo criada para atender demanda da própria população residente que já desenvolvia atividades esportivas com o apoio de instituição não governamental holandesa.

As indicações mais atuais

"... Sachs lembra que a lógica do capital é convergente – maior taxa de lucro-mas a lógica da tecnologia é divergente, ou seja, vai para onde há concentração anterior de tecnologia. Portanto não há tempo a perder. Os próximos prefeitos de grandes cidades com esse potencial-Rio e São Paulo são exemplos, terão de tratar simultaneamente da enorme dívida social que herdam e da construção das externalidades locais capazes de atrair, promover e manter capital, tecnologia e talentos e, assim a economia orientada pela lógica da inovação. Sem isso, ocuparão lugares, melhores ou piores, no vagão de carga e estarão a reboque da maré externa". César Maia, 2000

"A verdade é que os governos para serem bem sucedidos devem promover, simultaneamente, as intervenções capilares que funcionem como uma espécie de semeadura, e as intervenções emblemáticas, capazes de gerar memórias sobre a sua atuação". César Maia, 2002 [38]

"Apesar dos pessimistas de profissão, dos exotismos políticos, da nostalgia de uns, da cegueira de outros, o Rio se afirma, avança e repõe, progressivamente, sua centralidade de sempre". César Maia, 2005.[39]

As questões referentes ao patrimônio edificado interessam bastante ao atual gestor da cidade. Experiências internacionais são trazidas em cada uma de suas viagens ao exterior. Assim ocorreu nos casos de Havana, Lisboa e Quito. No primeiro caso, a condução da Oficina do Historiador nos trabalhos de recuperação de Havana Velha indicou a alteração da denominação e área da Subprefeitura do Centro, transformada em Subprefeitura do Centro Histórico em 2005. Os trabalhos de Lisboa, combinando reabilitação, revitalização e planejamento estratégico, resultaram na criação de uma secretaria extraordinária voltada à promoção, defesa, desenvolvimento, revitalização do patrimônio e da memória histórica-cultural da cidade no início de 2006. A experiência de Quito para recuperação do seu valorizado patrimônio mundial, assim declarado em 1978, creditaram a vinda de alguns de seus técnicos para um seminário e troca de

[38] O Rio só tomará jeito com administração contínua por 20 anos. Entrevista do Prefeito César Maia, publicada no Jornal do Comércio, em 9 de setembro de 2002.
[39] O protagonismo cultural do Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1 de março de 2005.

experiências com os colegas cariocas. Outra vez, as influências internacionais chegam ao Rio e norteiam a promoção de estruturas administrativas que irão conduzir o tratamento de um tema que já é bastante conhecido da cidade. Entretanto, se é inquestionavelmente aceito para a área central, torna-se profundamente polêmico quando se dirige para preservação das construções realizadas nos bairros.

Mas como o congelamento de potenciais construtivos não se aplica à área central, ao menos nos trechos de maior valor para o mercado imobiliário, como um bordão, o discurso orientado para a preservação pode ocorrer sem provocar maiores discussões. Mas se é verdade que não há discordâncias sobre tal determinação, também é fato que não existe clareza de como, quem e por quais meios será construída a revitalização em trecho da cidade, no qual é preciso registrar, ainda há uma enorme vitalidade.

A ausência de informações atuais e precisas, construídas por índices, contagens, pesquisas aplicadas à economia urbana circunscrita ao centro da cidade do Rio de Janeiro, problema efetivo enfrentado na realização deste trabalho, nos fizeram tecer comparações ao tratamento que vem sendo dado ao caso de São Paulo. Apesar da revitalização desejada ter sido encaminhada inicialmente por grupos privados reunidos em associações destinadas à defesa do centro velho e da região da avenida Paulista, denominadas respectivamente de Viva o Centro e Paulista Viva,[40] o processo ganhou dimensão e envolveu a municipalidade. É bem verdade que não poderia ser diferente quando são resgatados os participantes iniciais dos dois movimentos, reunião de "pesos pesados" da economia paulista e nacional, como instituições financeiras, organismos de classe e antigos gestores públicos. Mas deve ser registrado o interesse na situação da área, induzindo promoção de estudos sobre a distribuição das funções urbanas, sobretudo no chamado "centro velho" da cidade de São Paulo, reunindo diferentes agentes. Em 2004, o Município por meio da EMURB, Empresa Municipal de Urbanização, publicou uma pesquisa, resultado da contratação do CEBRAP, Centro de Análise e Planejamento, e do CEM, Centro de Estudos da Metrópole, para

[40] O caso destas duas associações é relatado em: Frúgoli Júnior, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

"fundamentar um diagnóstico do centro e orientar as bases de contratação de um grande empréstimo internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID".[41]

Podendo ser discutido e questionado, aliás, como toda ação que se explicita, em sua apresentação o trabalho revela os alcances que pretende promover. A cidade e o projeto para seu centro são descritos como oportunidade para "aplicar princípios acumulados durante anos de debates, não só na universidade, como também nas administrações municipais que incorporaram práticas democráticas e inclusivas".[42] A expressão reabilitação passa a ser utilizada incluindo programas habitacionais para população de baixa renda, tarefa que, segundo o documento, compete ao setor público, por meio da implantação de Perímetros de Reabilitação Integrada do Hábitat (PRIH), "formando um conjunto de intervenções concentradas em quadras definidas". A expressão requalificação é aplicada aos espaços públicos, ruas e praças, considerados redistributivos e altamente democráticos se acompanhados de "investimentos em políticas sociais". Para o comércio e os ambulantes, as indicações são de regulamentação, requalificação e reorientação. O retorno das atividades institucionais dispersas na cidade é também contemplado, assim como intervenções para melhoria da acessibilidade do centro quanto às circulações e transportes. O acompanhamento de todo processo é previsto com a criação de um novo modelo de gestão, "materializado na constituição do Fórum de Desenvolvimento Econômico Social, assim como numa política de desenvolvimento econômico local".

As indicações do documento publicado revelam potencialidades e questões por diferentes temas, dos quais se destacam pesquisas realizadas incorporando microdados, levantamentos finos que se apóiam em trabalhos de campo, dados da Fundação SEADE, além de alguns anos investidos na efetiva mensuração da dinâmica econômica da área definida para atuação. [43] Ainda que não resultem em ações concretas para consolidação dos amplos objetivos pretendidos, nem sempre fáceis de alcançar, há que ser registrado o esforço na promoção de uma base de dados próxima da mensuração efetiva da

---

41 EMURB. Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo, 2004.

42 *Id*., p.XIII.

43 A área considerada é a da Subprefeitura da Sé, composta por distritos da Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Cambuci e Bom Retiro. Sua população é de 373.914 habitantes, distribuídos em 26,2 km². A correspondência no Rio de Janeiro seria a II Região Administrativa, jurisdição da Subprefeitura do Centro até 2005, com população de 268.280 habitantes e 5,66 km².

realidade. Numa situação de área central, em função dos números envolvidos, da pluralidade e intensidade das funções e dos atores urbanos, das temporalidades nem sempre sincrônicas contidas pelo espaço, ganham importância informações que revelem sintonia fina com qualquer tipo de ocorrência, valorizando dados que retratem desde a ausência de dinâmica aos seus excessos por cada um dos trechos determinados.

Vale ainda registrar a composição do discurso, reunindo poder público e sociedade civil organizada, ainda que sujeita às interpretações críticas de seu teor. A decisão sobre os caminhos a trilhar, a definição de objetivos e sua construção por programas setoriais facilita o diálogo, apesar de nem sempre se apresentar por concordância entre os envolvidos no aparente pacto coletivo e democrático.

No caso carioca, é elucidativa a leitura de textos escritos pelo Prefeito, explicitando o pensamento do gestor. Ao defender a permanente centralidade do Rio de Janeiro no contexto nacional, mesmo que arranhado após sofrer inúmeras mudanças administrativas e econômicas no decorrer do século XX, é considerado seu protagonismo cultural, "processo que impõe um esforço de pensar estrategicamente, aproveitar oportunidades, concentrar recursos e correr riscos". Na sua avaliação crítica, o Rio manteve os talentos, mas perdeu a visibilidade como espaço de referência. Daí viria a importância em promover espaços adequados, "catedrais ou coliseus, *clusters*" que lhe atribuam "visibilidade" e "façam explodir talentos".[44] Segundo o raciocínio exposto em texto, as oportunidades de recuperação do espaço urbano teriam sido iniciadas quando da realização da ECO-92, continuadas pelo programa de reforma urbana das favelas e bairros, voltadas à "busca de reconciliação da cidade consigo mesma". Num "ciclo novo e ousado de transformações" teriam sido iniciados os "programas de renovação e construção de grandes equipamentos culturais, esportivos e de entretenimento". O caminho trilhado por grandes capitais, os exemplos do passado, citando o Maracanã e o Cristo Redentor, são utilizados para justificar as opções pelos projetos Guggenheim-Rio e Cidade da Música, dois projetos que se fizeram acompanhar por grandes polêmicas e debates públicos. No caso Guggenheim, a hierarquia assumida no programa de recuperação da região portuária acabou por delegar à posição inferior outro equipamento, a Cidade do Samba. Embora construída, com

[44] O protagonismo cultural do Rio de Janeiro, artigo de César Maia, 17 de fevereiro de 2003. Disponível em: www.cesarmaia.com.br/imprensa/artigos.php?codArtigo=64. Acesso em: 25 junho 2006.

gestão compartilhada pela Prefeitura e Liga Independente das Escolas de Samba, a LIESA, desenvolvida para melhorar e potencializar o recurso turístico carnaval, envolvendo agentes e atividades anteriormente presentes na própria área, seu papel potencializador na revitalização local e no protagonismo cultural acabou coadjuvante e menor, como elemento de segunda categoria. O museu, alavanca internacionalmente utilizada nos programas de revitalização ou requalificação segundo modelo consagrado, ofuscou uma alternativa genuinamente carioca, possibilidade efetiva na construção de desenvolvimento endógeno.

Na outra vertente, caminhou uma política de semeadura e projetos emblemáticos. Os esportes, pulsante vocação do país do futebol, foram eleitos como "multiplicadores econômicos", com potencialidades evidentes nos tempos da Copa 2006. Seu poder mobilizador estaria nos equipamentos que ativam investimentos, transportes, bares ou compras de *souvenirs;* na influência exercida nos setores de vestiário, roupas e calçados, que assumem no Rio um valor adicional, influenciando a moda, os hábitos e o culto ao corpo; na mídia e na propaganda. Atuam também no mundo da esperança de ascensão social possível para milhares de pequenos craques que surgem nos campos de futebol e outras modalidades esportivas criadas nas vilas olímpicas, projeto priorizado antes, durante e depois da candidatura não vencedora da cidade aos Jogos Olímpicos de 2004 e 2012. Concretamente se impõe a realização dos Jogos Panamericanos em 2007, "uma oportunidade e um desafio", base de sustentação para outra candidatura em 2016.

No papel estratégico representado pelo setor esportivo estariam as possibilidades de reversão das condições econômicas adversas da cidade uma vez que:

> "...levantamentos feitos sobre o valor econômico do esporte, com todos esses multiplicadores e outros mais não citados, mostram que nenhuma atividade econômica tem expressão maior que o PIB de uma nação. Alguns estudos, incluindo projeções sobre o que é ativado nos dias de competição e o valor dos espaços em mídia, comprovam ser uma atividade que ultrapassa os 10% do PIB em economia madura". [45]

[45] 2007 e o futuro do Rio, artigo de César Maia, 7 de fevereiro de 2004. Disponível em: www.cesarmaia.com.br/imprensa/artigos.php?codArtigo=83. Acesso em: 25 junho 2006.

Sem que pesem dúvidas sobre o potencial das atividades esportivas e de sua adequação aos padrões mais rotineiros da vida carioca, do afunilamento das múltiplas prioridades que conduzem os caminhos do planejamento e da concentração dos investimentos necessários nas grandes cidades em setores eleitos como prioritários, decorrem inúmeras questões.

No Rio de tantas possibilidades, mas indelevelmente marcado pelo turismo praiano, pelos esportes, pelo uso da orla marítima, pela "paisagem natural", ainda que haja uma responsabilidade e um forte interesse no resguardo de seus mais antigos espaços, dos quais o centro histórico assume maior hierarquia, não há um efetivo desenho de seu gerenciamento que ultrapasse o caráter legal da institucionalização. Quando não há pressão do mercado imobiliário, fortes interesses comerciais ou emblemáticos valores para o patrimônio edificado, tornam-se cada vez mais comuns os problemas e não, as soluções, ainda que polêmicas.

Se a destinação do centro do Rio deverá ser a valorização cultural, turística, acompanhada da inserção do uso residencial falta-lhe conhecimento sistematizado sobre seus processos de transformação, sobre sua efetiva dinâmica. Quando os pensamentos que norteiam uma política urbana passam a ser conduzidos por modelos idealizados, ditados por movimentos internacionais, decorrendo projetos urbanos que realizam obras sem incorporar os resultados para realimentar revisão das próprias políticas, muito deve ser repensado. Um bom exercício de análise poderia ser a renovação implementada na praça Quinze de Novembro, transformada em vazio urbano, tornada sem vida em nome do controle de seus excessos. Neste caso, um erro da dosagem do remédio urbano transformou um local cheio de gente em palco perfeito para realização de eventos, mas ausente da alma da cidade, seu povo ou minimizador da dinâmica histórica de conformação do espaço.[46] Também revela-se significativo para estudo e avaliação dos impactos a revitalização da rua do Lavradio, ampliada em potencial gerador de dinamismo econômico, comercial e cultural, mas iniciador de um enobrecimento que promete transformar rapidamente o anterior conteúdo social.[47]

---

[46] Sobre a recuperação da praça Quinze, ver artigo de: Motta, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético – estilístico nacional ao consumo visual global. *In*: Arantes, Antonio A (org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000, p.256-287.

[47] Antigos locatários comerciais já reclamam do aumento exorbitante dos valores cobrados na renovação de aluguéis, agora ditados pelo novo padrão das casas noturnas ou pelo potencial movimento acarretado por localização da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho,

Outro caso está na inclusão na pauta da cidade da questão da moradia na área central, política adequada para cidades européias que sempre mantiveram esta característica. No Rio, é necessário recuperar a veemência com que a habitação na área central foi combatida e atacada pela administração pública por dupla estratégia, qual seja, arrasando antigas construções e controlando seu surgimento por legislação urbanística. Neste caminho também entrou o mercado imobiliário, conformando localizações fortemente valorizadas pelos símbolos que passaram a ser idolatrados, como a praia, sol e conforto ambiental. Daí resulta uma equação complexa quando voltada à reunião de novos moradores e manutenção dos atuais residentes, sobreviventes sem renda para promover obras de recuperação das antigas edificações. E ainda encarar uma ampliação de equipamentos urbanos necessários para uma demanda crescente, mas que deverá ocorrer segundo processo pulverizado em pequenos empreendimentos, cujo controle se faz necessário para não bloquear o movimento de revitalização.

Na apropriação das práticas internacionais, incentivadas por consultorias contratadas, as experiências foram incorporadas em sua forma projetos. Estes podem ser os ícones da nova economia cultural, os museus como o famoso Guggenheim, as recomendações segundo modelo Barcelona ou o incremento da moradia social. Vale afirmar que são experiências bastante distantes de nossa efetiva prática de vida no Rio de Janeiro.

Nas ausências de um discurso explicitado, qual o modelo a seguir? O que incluir na agenda para a área central? Modismos, temas em voga, retomada e realinhamento da vida da cidade por seus usuários e cidadãos, numa gestão democrática e inclusiva?

As respostas apresentadas para as questões incorporadas nas atuais discussões de revisão do Plano Diretor são apontadas sob a ótica de uma região considerada como macrozona de ocupação controlada, que inclui na Área de Planejamento 1, além do Centro, as Regiões Administrativas de Paquetá e Santa Teresa. As indicações do futuro estabelecem intenções voltadas à melhoria das condições de mobilidade por racionalização do número de veículos em circulação, remanejamento de terminais, criação de corredores expressos para sistemas de maior capacidade e completa integração das diversas modalidades de transporte que servem ao lugar. Além destas

---

instalada no n° 132, que centralizou as 74 varas de julgamento de questões trabalhistas da capital.

medidas, é proposta a implantação de sistema de transporte de média capacidade, para atendimento específico à região.[48]

No que se refere aos usos e ocupação do solo coloca-se o incentivo ao caráter residencial, misto de moradia e hospedagem. Uma indicação para os imóveis tombados e preservados está contida na diretriz que aponta a possibilidade de conversões para usos comerciais e de serviços "complementares ao uso residencial, atividades de hospedagem, apoio ao turismo, culturais, artísticas e de lazer", recomendando a priorização da "requalificação urbana em áreas com alto potencial para a reprodução de investimentos".[49]

A questão maior está, no entanto, em assumir que o centro está vivo e parece deter relações com o tamanho da economia da cidade, e mais que isto, nele há a "cara da cidade". Não parece ser possível fazer retornar um determinado padrão internacional das atividades econômicas para a área central. O isolamento requerido por certas empresas, seu caráter simbólico não se coloca afeto à reversão, ou pelo menos segundo o caráter de convívio diferenciado entre classes e atividades que se aplica ao centro do Rio. Os caminhos turísticos futuros conduzem ao patrimônio edificado, mas se a ênfase for na "cultura do espetáculo", dos grandes símbolos ditados pela cultura de massas, pelo uso do mobiliário urbano padrão internacional, pela *disneyficação* dos ambientes urbanos haverá um outro vilão a enfrentar. Outra vez, o centro servirá à construção das indicações externas de uma cidade que o Rio pretender ser, longe das origens de lugar de encontro de diferenças, local de união de suas fraturas, colcha de retalhos de tempos e preços pagos em nome da construção do conceito de nação.

Mas deve ser destacada a ausência de fôlego da municipalidade para tantos investimentos, submetida por inúmeros compromissos. Nas anteriores grandes ondas de obras públicas realizadas na cidade, elas decorreram de intervenções realizadas pelo governo federal ou foram promovidas por recursos agenciados por empréstimos contraídos pela municipalidade, respaldados por ajuda federal. Para o centro, nos

---

[48] A recomendação significa um discreto e não explícito apoio ao VLT, Veiculo Leve sobre Trilhos, proposto na forma de projeto desde 1999, pelo Instituto Pereira Passos. Na concepção de origem seriam seis linhas para conexão de diferentes pontos da área central, incluindo a Rodoviária Novo Rio e o sistema de bondes de Santa Teresa.

[49] Anexo do decreto n° 26.876, substitutivo do Plano Diretor apresentado líder do governo, Vereador Paulo Cerri, na Câmara Municipal. Publicado no Diário Oficial de 14 de agosto de 2006. Rio Estudos n.217, p.26, Anexo III.

últimos anos, excetuando a reurbanização da Rua do Riachuelo e a recuperação do Passeio Público, realizadas entre 2001 e 2004, como obras públicas, e as garagens subterrâneas por concessão ao capital privado, pouco aconteceu. Numa conclusão mais rápida, é possível afirmar que os recursos necessários para a realização dos Jogos Pan-americanos em 2007, evento mobilizador de todas as atenções, acabaram por drenar investimentos destinados à melhoria do espaço urbano da área central, excluída da listagem dos equipamentos esportivos propostos para o evento.[50]

Num aceno de esperança sobrevive o possível surgimento de políticas de acompanhamento do processo de planejamento ditado pela aprovação de uma revisão do Plano Diretor que amarre metas, estabeleça o acompanhamento de resultados e, sobretudo, busque a aplicação dos conceitos explicitados e requeridos pelo conjunto social da cidade. E que afinal seja definida uma política de tratamento e acompanhamento do espaço da área central.

O centro em outros discursos

Os sinais emitidos pela imprensa

As áreas da cidade estão sujeitas a múltiplas interpretações, possibilitando explorar o confronto de opiniões. Para dar conta de outros enfoques, buscamos reconhecer fontes que se prestam à construção de imagens sobre o centro.

Apoiados no trabalho do geógrafo Jerôme Monnet (1995) realizado para a cidade do México, consideramos as informações produzidas pela imprensa como representações urbanas dos atores e funções percebidos como mais importantes, servindo assim para "realçar, fixar e perpetuar imagens dominantes". Segundo aponta o autor, a análise das informações registradas pela imprensa permite: a definição de "imagem exterior" do centro, garantindo sua especificidade no conjunto da cidade; o registro de uma imagem interna, retrato das suas condições e características; a identificação de sua composição interna, estabelecendo identidades e lugares componentes.

[50] Na proximidade da área central, apenas a Marina da Glória está inserida como localização para evento esportivo incluído na programação dos Jogos Pan-americanos, aliás, objeto de questão polêmica sobre possíveis impactos negativos à paisagem da baia da Guanabara.

Além da imprensa, outras representações produzidas por mediadores, como artigos científicos, crônicas históricas ou atuais etc. servem à promoção e criação de imagens de caráter simbólico ou descritivas sobre o centro das cidades.

Optamos por pesquisar a divulgação de notícias sobre a cidade promovida por meio da imprensa escrita. Selecionamos cerca de 350 matérias publicadas em jornais e revistas de ampla circulação que servem à formação de opinião sobre este trecho da cidade.[51] Delas retiramos 416 citações sobre assuntos relacionados aos temas de interesse da pesquisa. Diferente da situação explorada por Monnet para o Centro Histórico da cidade do México, o Rio de Janeiro já não possui sua anterior hierarquia no contexto nacional. O "tambor do país" (Motta, 2000) não mais ressoa com igual força. Isto explica a ênfase estabelecida nas primeiras páginas dos jornais e revistas para outros temas que não o centro da cidade. Considerando o fato, a metodologia utilizada contemplou como palavra chave, o lugar "centro da cidade", usado como entrada principal para seleção de matérias publicadas em jornais e revistas semanais. Considerando as distinções entre interesses ou linha editorial adotada, é preciso afirmar que os assuntos apresentam-se recorrentes nos diversos periódicos. Dentre eles, dois veículos, a Revista Veja Rio e o Jornal Estado de São Paulo oferecem conduções identificadas como diferenciais, por adoção de um perfil mais informativo, no primeiro caso, bastante positivo sobre os temas selecionados. Outra fonte de interesse foi encontrada na publicação de Cadernos Especiais, tanto do Jornal do Brasil, quanto de O Globo, para assuntos específicos, comemorações ou debates temáticos.

Na imagem que resulta das matérias publicadas pelos periódicos de maior circulação no Rio de Janeiro, os problemas que se opõem à rotina da população são privilegiados. São destacadas as questões referentes à segurança pública, representadas por assaltos, conflitos desencadeados na repressão ao comércio ambulante ou inadequada conservação de prédios e ruas, responsáveis por 19,47% do noticiário entre 2002 e 2006, período pesquisado. Como local de intensa utilização, os eventos que acontecem no centro ganham exposição e forte visibilidade, comprovado por sediar, com maior incidência, as manifestações políticas da cidade ou responder por 10% dos conflitos urbanos verificados entre 1993 e 2003, segundo estudo realizado pelo

[51] A listagem das matérias encontra-se em anexo e contemplou o Jornal O Globo, Jornal do Brasil, O Dia e a Revista Veja Rio na maior freqüência. Foram trabalhados os anos entre 2002 a agosto de 2006.

IPPUR/UFRJ.[52] No comportamento da população e na explicitação de seus maus hábitos, o centro é apontado como local em que há maior produção de lixo lançado nas ruas, apesar da eficiência da limpeza urbana e onde qualquer ponto pode ser tratado como banheiro público. Além disso, pichações, depredações e o abandono dos imóveis recebem uma visão crítica, tratada segundo práticas inadequadas e incompatíveis com a importância atribuída à localização central.

Por outro lado, notícias sobre intenções de revitalização ou projetos, recuperação de prédios históricos, de praças e ruas são saudadas com enorme destaque, na proporção de 28,36% das matérias consultadas. Os grandes projetos, temas que despertam polêmicas na opinião pública tornam-se objeto de tratamento especial, publicados em todos os jornais numa versão semelhante, potencializando cisões na opinião pública que se refletem nas inúmeras cartas publicadas nas sessões destinadas aos leitores. Neste particular, nada igualou por intensidade da exposição, à decisão da prefeitura em construir o famoso Museu Guggenheim. As 20 matérias sobre o caso, 4,80% da amostra pesquisada são numericamente pouco representativas da enorme repercussão que o assunto assumiu nos distintos setores públicos e privados da área cultural.

Seguindo uma linha usual de cobertura à atuação do setor público em suas incursões sobre o espaço urbano, projetos, discursos, planos ou futuras intenções sobre a área central constam da pauta de publicações. Em especial, com o título de revitalização da zona portuária encontramos 27 indicações (6,49%) e em 28 matérias, (6,73%) eram apontadas ações com a mesma intenção, destinadas ao centro no período avaliado.

Uma interessante vertente de pesquisa resulta do fato de a imprensa ser bastante pródiga para divulgar projetos apresentados para a cidade. A leitura de algumas matérias publicadas, após alguns anos da sua veiculação, aponta a extrema morosidade dos processos de intervenção ou mesmo seu total esquecimento. Destaca-se o não acompanhamento ou esclarecimentos maiores quanto aos entraves às melhorias urbanas

[52] Trata-se de matéria publicada no Jornal do Comércio, em 17 de novembro de 2005, sobre pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, financiada pela Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal. Os dados foram obtidos em ações movidas pelo Ministério Público Estadual, manifestações de rua e passeatas noticiadas pela imprensa.

anunciadas, que parecem servir mais como manchetes do que ao seu efetivo caráter de atendimento às necessidades da população ou da ambiência urbana.

Na questão referente à conservação das edificações, problema efetivo da área central, ainda que não exclusivo no contexto urbano do Rio de Janeiro, o descaso dos proprietários dos imóveis é registrado como perigo real para a população. Em grandes manchetes, ocorrências como desabamentos, queda de revestimentos ou incêndios acompanham notas sobre a ineficiência dos setores responsáveis pela fiscalização da conservação das edificações (18 citações ou 4.32%). Na outra vertente, são extremamente valorizadas as iniciativas de recuperação dos prédios públicos e privados, objeto de 42 reportagens, 10,09% das matérias pesquisadas. A importância atribuída à memória urbana da área central é, deste modo, relacionada ao patrimônio edificado, segundo o duplo tratamento dado à questão, seja por denúncia da omissão ou por valorização das ações voltadas à recuperação dos imóveis mais simbólicos e representativos da paisagem construída.

O centro como local de tradição cultural reafirma-se por divulgação do trabalho de artistas, pintores e fotógrafos que registraram sua paisagem perdida ou transformada. Neste aspecto, nos últimos anos foi criado um imenso e inesgotável filão para o mercado editorial, com diversos lançamentos sobre lugares, imóveis, eventos registrados por publicações luxuosas, rapidamente esgotadas nas livrarias da cidade. Para os que não as compram, existe hoje uma poderosa alternativa. A internet oferece vários endereços que alimentam diariamente suas páginas com fotos e comentários sobre trechos e edificações que há muito desapareceram. Uma onda de saudosismo acompanha os comentários sobre este Rio irrecuperável, num movimento que agrega cada vez mais interessados.

Este mesmo sentido de valorização do passado vem sendo reforçado por reportagens destinadas a importantes edificações. São igrejas em processo de restauração (as notícias são sobre a Candelária, São Bento, Santa Cruz dos Militares) ou prédios destinados ao exercício de funções públicas, como a nova sede do Arquivo Nacional. Nestes casos, identifica-se um tratamento respeitoso, dignificando as relações mantidas à história da cidade e do país, ainda que as condições de uso ou inserção no espaço urbano tenham sido bastante alteradas. No Rio há um particular interesse sobre a história urbana que parece mover os jornalistas em direção ao resgate das emblemáticas

obras públicas efetuadas ao longo do século XX, ainda que nem sempre sejam reportadas com total fidelidade aos fatos. [53]

Alguns lugares da área central ganham ênfase, identidade e personalidade no conjunto. Duas localizações, Lapa e Morro da Conceição, apresentam-se destacadas, merecendo extensas matérias sobre origem, ocupação, recuperando valores e características particulares. A fama de local boêmio e o recente renascimento das diversões noturnas polarizam as atenções nas descrições da Lapa, privilegiada em sua melhor faceta, ainda que sabidamente sobrevivam transgressões e problemas de segurança pública. Para o Morro da Conceição, o interesse permanece constante em seu inusitado caráter residencial de bom padrão, próximo ao porto. A tranqüilidade, referenciada ao caráter de bairro, aliada à diferença dos ritmos e paisagens em sua inserção tão central, estabelece uma imagem positiva, instigante, que alimenta fluxos e potenciais turísticos. Do mesmo modo, ainda que em menor intensidade, o Campo de Santana, o Passeio Público, a praça Tiradentes, a praça Quinze de Novembro e a Cinelândia ganham tratamento distinto como reconhecimento de suas condições especiais, tanto por fisionomia, quanto por relação com a história da cidade.

Em menor escala, apesar do impacto que acarretam e do próprio significado, foram registradas as notícias referentes à perda de atividades, conquistadas por outras localizações ou bairros da cidade (21 em 416, 5,04%). Em geral, são acompanhadas por entrevistas com grupos ou indivíduos que oferecem possíveis alternativas para estancar o processo de esvaziamento econômico, que para segmentos superiores do mercado imobiliário, é visto como inexorável. Nos últimos anos, a questão tem sido conduzida por movimentos em prol da ampliação do uso residencial ou por divulgação comprovada quanto ao renascimento das atividades culturais e de diversão na área central, ou ainda pelo desenvolvimento de programas de revitalização associados à abertura de novas frentes de expansão ao mercado imobiliário, como foi o caso da zona portuária. Nestas duas possibilidades destaca-se o ocultamento da faceta residencial do centro da cidade, não considerado nas reportagens que pretendem registrar sua imagem.

[53] Por exemplo, os cem anos da Avenida Rio Branco serviram de motivo para destacar a reforma urbana empreendida no início do século pelo então prefeito da capital, sutilmente valorizado na afirmação de que teria inaugurado a obra, em novembro de 1905. O governo federal, efetivo promotor das grandes obras do início do século XX, apresenta-se diluído logo na chamada de abertura do Caderno Especial do jornal O Globo, "Passos que mudaram o Rio", publicado em 5 de novembro de 2005.

A existência de um reduto de moradia bastante expressivo e concentrado, como foi visto em capítulo anterior, não é sequer mencionada. Os trechos periféricos correspondentes à praça da Cruz Vermelha, Bairro de Fátima e rua do Riachuelo não são citados, exceto quando há denúncia de péssimas condições de conservação de alguns imóveis. O fato de resistir um comércio com características de atendimento local, representado por açougues, padarias e supermercados, aliado a prédios multifamiliares, não detém significado nas matérias publicadas quando a ênfase volta-se para o uso residencial a ser incentivado. O discurso seria assim ambíguo, quando reforça um possível renascimento do potencial residencial, sem explicitar sua inserção em um bairro. Muitas avaliações decorrem desta abordagem. Uma delas passa pelo modelo do empreendimento imobiliário já iniciado, o Cores da Lapa, saudado em seus novos ares, que só é inovador na localização, uma vez que reproduz o isolamento do espaço público a que estão submetidos os projetos habitacionais em grande escala, réplicas do modelo inventado para a Barra da Tijuca. Outra possibilidade estaria na baixa qualidade dos espaços públicos que marcam a periferia do centro, deste modo pouco adequados ao processo de valorização requerido pelo mercado imobiliário. Daí entende-se o reforço da conexão realizada pelo novo projeto habitacional à Lapa, considerando seu charme e associação à renovada função de lazer e diversão.

O caso do porto do Rio estabelece outras facetas de igual ocultamento do uso residencial existente. Neste caso, com a agravante de estarem localizadas na esmagadora maioria em morros, uma associação que no Rio é bastante comum às favelas. A constante divulgação em detalhes sobre o Morro da Conceição serve para evidenciar a surpresa que a área provoca em função de sua fisionomia mais semelhante à culta Santa Teresa do que à vizinha Providência, primeira favela carioca.

Na vertente norte da cidade, os bairros portuários, marcados pelo isolamento real e simbólico, revelam melhores possibilidades de inserção no contexto urbano da área central para usos voltados à produção, ao trabalho que lastreia a cultura. Nesta linha, por observação das atividades que se desenvolvem no local como estúdios cinematográficos, cenográficos e dos barracões das escolas de samba, se delineou o projeto para promover as atividades da indústria do carnaval. Entretanto, no imaginário coletivo, fundamentado por notas e reportagens que apontam o sucesso das famosas experiências internacionais, deseja-se a implantação de cópias locais de Barcelona,

Boston, Baltimore ou até mesmo Belém. No tratamento da revitalização da zona portuária também estaria revelado um caso de obscurecimento das atuais condições de uso do local. E aí a questão passaria tanto pelo caráter residencial, quanto por outras atividades que ocorrem no local. A imagem do futuro a ser construído torna-se, assim, mais importante que o presente vivido, e por ampla divulgação dos jornais determina-se como mito. Sua exposição, em veículos de opinião pública, acaba por ganhar foro de credibilidade.

Também como mito, atividades rotineiras presentes no cotidiano dos usuários do centro, não freqüentam o noticiário. As enormes bancas de jornal que atrapalham a circulação não são motivo para reportagens, os panfletos distribuídos e jogados pelas ruas não são denunciados, o nível de ruído provocado por pregões que anunciam a venda de mercadorias pirateadas não fazem parte das matérias dos jornais. Do mesmo modo, não são valorizadas as atividades que permanecem e são características do centro. No Rio, os bancos da Avenida Rio Branco não conseguiram criar uma réplica da imagem da Avenida Paulista, embora nela estejam concentrados.

Como bordão, reafirma-se a questão do patrimônio, do tombamento e da preservação, dos ambulantes e do comércio informal, da insegurança e dos assaltos, dos congestionamentos e das manifestações políticas. Para a imprensa, certamente o centro é só um local de trabalho e memória, de diversão barata e popular num Rio ainda pensado e atrelado ao passado de capital e centro do país. Seu futuro aponta para a Barra, local do novo e dos grandes negócios imobiliários.

O discurso dos escritores

Já vai longe o tempo em que os maiores nomes da literatura descreviam o Rio pelo centro da cidade. Com saudades do tempo de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922), João do Rio (1881-1921), Aluísio de Azevedo (1857-1913) ou mesmo Luiz Edmundo é preciso reconhecer que houve uma enorme mudança do cenário sobre o qual estes escritores trabalharam.

Em Sevcenko (2003) encontra-se o registro da importância do centro no início do século XX, “marco da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro”, símbolo maior da “regeneração da cidade e do país”, na linguagem dos cronistas. Para o autor, o

espaço público central da cidade, composto por grandes avenidas e suntuosas construções, modelado segundo maciças intervenções viabilizadas com recursos da nação e controles severamente impostos na férrea atuação do gestor da capital, serviu ao aburguesamento intensivo da paisagem carioca. E por extensão ao pensamento coletivo, comandado por jornalistas.

> "Suas campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação de novos costumes, a criação de um clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do *smartismo* são talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil".[54]

A imagem da cidade capital passava a ser o centro depurado, com grandes e belas construções afrancesadas, dotado de iluminação, pardais e árvores. Local de passeios e compras, em que todos deviam circular bem vestidos e calçados, com segurança máxima, respeitando padrões de conduta adequados aos princípios e posturas estabelecidas, que proibiam manifestações típicas de um povo atrasado e inculto. A decisão se impunha sobre os elementos da cultura popular, a música e as festas ao gosto da população mais pobre, como quermesses e fogueiras, assim como ao carnaval de rua. A civilização deveria ser imposta de vez à vida da cidade, irradiada por seu centro.

É esta imagem cosmopolita, civilizada, européia que ainda encanta quem folheia os inúmeros livros publicados com maravilhosas fotografias da cidade. Em 2005 foi comemorado o centenário da avenida Central, atual Rio Branco. E é difícil, quase impossível, passar incólume às imagens que registram a avenida no centro do Rio, réplica tropical das grandes capitais européias. As ruas vazias, sem carros e tumultos, os maravilhosos detalhes da pavimentação em mosaicos de pedras portuguesas, as edificações imponentes e solidamente construídas, as grandes casas comerciais com propagandas dos artigos europeus, os terraços, cinemas e cafés deslumbram pelo requinte de uma época que se perdeu no tempo. O olhar mais atento vai, no entanto, requerer explicações sobre uma imagem de lugar esvaziado de população quando o centro era a principal concentração de trabalho e emprego de uma cidade contida espacialmente. A questão parece estar na seleção escolhida para registro fotográfico que

---

[54] Sevcenko, Nicolau. Literatura como Missão. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p.126.

ficou para a história e para a recriação da memória da população. Na sutil censura que, do centro, imortalizou as edificações, a elegância, o espaço público e não, a população.

Ao descrever o centro em 1992, Rubem Fonseca passeia com igual saudosismo por ruas e lugares retratados do passado. Sua exposição, em conto chamado "A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro", relata as andanças de Augusto, ou Epifânio, seu nome verdadeiro, dia e noite pelas ruas do centro. O roteiro estabelece um indivíduo inusitado, morando num sobrado com clarabóia na Sete de Setembro, observador atento de tudo que pode ser visto na paisagem por quem anda a pé. As fachadas, telhados, portas, janelas, cartazes, letreiros, buracos, bueiros, lixo e, principalmente, pessoas. Sua expectativa resume-se a encontrar " uma arte e uma filosofia peripatéticas que o ajudem a estabelecer uma melhor comunhão com a cidade". Algo que o autor, numa linguagem muito própria, define como "solvitur ambulando", versão carioca do flanar francês.[55]

Com esta intenção Augusto relata a história do centro por sentimentos e sensações de quem tem amor aos prédios e ruas que lhe trazem recordações, os monumentos, as velhas árvores do Campo de Santana. Em aguda observação, não deixa sem crítica os construtores de cidades, os urbanistas e o tempo que levaram para perceber que palmeiras – imperiais "que mais parecem uma coluna de cimento", não dão sombra e nem passarinho, não servindo para arborizar a encalorada cidade.

Ao narrar os passeios de Augusto, Fonseca descreve uma variedade de situações e tipos humanos que habitam o centro. São contemplados o esvaziamento noturno, a balbúrdia de sons diurnos, o significado de cada lugar e ainda quem vive no e do centro. Personagens como um pastor, antes camelô, a prostituta sem dente, um velho sobrevivente por suas memórias, que acredita na esperança como libertação, os catadores de papel, em família, que disputam seus pontos de sobrevivência, os mendigos que pretendem por sua condição um enfrentamento de classe, os pichadores, depredadores, vândalos, ladrões acompanham os roteiros de Augusto. Ao longo da narrativa é construído um cenário sinistro, vazio, perigoso e, infelizmente, existente.

Faz pouco tempo, Joaquim Ferreira dos Santos, inspirado em Fonseca, refez parte do trajeto de Augusto.[56] Do percurso entre duas antigas casas de chá, a Cavé e a Manon, o cronista observa a rua Sete de Setembro cercada de ambulantes por todos os

---

[55] Fonseca, Rubem. Romance negro e outras histórias. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p.19.
[56] Santos, Joaquim Ferreira dos. Toucinho do Céu. Jornal O Globo, Rio de Janeiro. 16 maio 2005. Segundo Caderno, p. 8.

lados, os buracos nas ruas, a enxurrada de panfletos que tudo prometem, os homens e mulheres "sanduíches de propagandas", os anúncios nas calçadas, os monumentos servindo de mictórios, o alarido das chamadas comerciais e decreta-se " bêbado com todo este charivari de ruídos e informações". Inspirado nos bons fluidos deixados nas duas confeitarias por seus importantes freqüentadores do passado encerra seu passeio, nada agradável, pelo centro, decretando que tudo acaba, avaliação para o antigo charme do centro do Rio, só permanecendo as sensações.

Numa outra visão estão dois outros relatos. No Rio de Rui Castro, escrito com o título "Carnaval no fogo", encontra-se uma cidade excitante em demasia. No trecho referente ao centro, encontra-se uma versão crítica para a descrição das suas perdas, apreendida por analogia de um anfitrião que preparou com requinte a hospedagem para seus convidados, que, ao partirem, levaram tudo que havia sido disponibilizado para garantir seu próprio conforto. Para o autor, Brasília levou tudo e atingiu o centro de morte. Ainda assim, não conseguiu arrancar do centro os "*pentimentos"* dos seus grandes momentos, do passado luxuoso e culto colado nas paredes vazias das edificações grandiosas ou nos pontos freqüentados pela inteligência intelectual atuante na vida da cidade. Seria esta herança colada à paisagem do centro, por acurado acabamento das edificações, responsável pela permanente esperança do autor que ao "entrar por alguma daquelas ruas caóticas, fosse sair num passado de novo fulgurante".

Isto porque, "o suntuoso passado do Rio - a quantidade de dinheiro que o centro gerou e o requinte com que este dinheiro foi usado - estava impresso naqueles interiores. Requinte que não se transferiu às cidades para onde o dinheiro migrou".[57]

Assim, mesmo agredido e perdedor, o autor registra a capacidade de sobrevivência que fez ressurgir o centro. Seria pelo Corredor Cultural que o Rio estaria se refazendo, agora contando consigo mesmo. Na Lapa estaria o exemplo mais atual da vida do centro, iniciando um outro ciclo. Passada a limpo, sem as marcas atemorizantes do passado, com movimento noturno que transborda por outras áreas da cidade, como as praças Tiradentes, Quinze e Cinelândia e ruas, Carioca e Miguel Couto. Algo novo a comemorar com outros sons, público ou bebida. Mas como e desde sempre, inovações cariocas.

---

[57] Castro, Rui. Carnaval no fogo. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 199.

Na mesma linha positiva encontra-se o discurso intenso de Carlos Lessa, contido no livro "O Rio de todos os Brasis". Segundo o autor, o centro seria um espaço crucial para a unidade carioca, "pois solda a Zona Norte à Sul". Ao levantar os problemas decorrentes das perdas e do abandono do centro, os utiliza como bases de sustentação de suas potencialidades, que incluiriam a moradia, possibilidade concreta para romper o círculo vicioso de decadência. Em seu modo de ver, "o Rio para se sentir vivo precisa de seu Centro, quer como palco febril iluminado, quer como lugar manso de papo de esquina".[58]

Ao apontar os caminhos para a construção da soldagem entre áreas e caminhos de reversão, aparece outra vez o valor da preservação em caráter contíguo, aglutinando conjuntos arquitetônicos nem tão excepcionais, mas em conjunto, importantes testemunhos do patrimônio histórico, cultural e artístico. A campanha em prol da manutenção desta memória é descrita por Lessa com exemplos que resgatam várias das iniciativas de recuperação e requalificação, anteriormente comentadas. Seu interesse elege como foco principal a Cinelândia – "com imenso potencial de palco dos palcos da cidade. É o perfeito exemplo da "antropofagia" urbana brasileira, absorvendo e digerindo todas as "comidas culturais".[59]

O teor da exposição reclama por pressa e ação, potencializando as iniciativas em curso, não sem algumas alfinetadas como, por exemplo, ao neo-exibicionismo do centro em seus monumentos artisticamente iluminados, e indica a necessária domesticação da indústria da construção civil para atuação no centro em prol da volta das famílias, da vida contínua ao longo de todo o dia, considerando ser tão importante a medida, "quanto estimular a festa".[60]

Após escrever com fôlego impressionante seu livro com tanto amor ao Rio e aos cariocas, Carlos Lessa transformou-se ele próprio num fiel restaurador do centro. Ainda que não destinados à moradia, seus quatro sobrados recuperados na rua do Rosário começam a impor uma marca na praça Quinze, próximo ao centro Cultural do Banco do Brasil. Neles funcionam duas livrarias, uma elegante *brasserie*, misto de padaria e

---

[58] Lessa, Carlos. O Rio de todos os Brasis. Rio de Janeiro: Record, 2000,p.381.
[59] Lessa, *op. cit.*, p. 382.
[60] A afirmação parece voltar-se para a indicação de vários movimentos de caráter cultural que tornaram o centro um ponto de encontro de todas as tribos da cidade seja na Lapa, na rua do Lavradio, na praça XV ou no largo de São Francisco da Prainha.

restaurante, e um botequim, invenção e tradição portuguesa nas terras cariocas que o autor conhece bem.[61]

Na literatura e no discurso apaixonado ainda poderia ser apontado Aguinaldo Silva e a Lapa, o coquetel popular e erudito de Chico Buarque e outros tantos que escreveram sobre a cidade e seu centro. Entretanto, mais que uma extensa listagem, importa registrar o discurso literário realizado sobre a área, unindo com sensibilidade e percepção todos os tempos da cidade, todas as lembranças, para transformá-las numa história vivida, apropriada e sentida. Ainda que marcado por distinções, diferenças, contrastes, perdas, o Rio para estes autores referencia-se pelo centro, o lugar de todos, onde a união dos cariocas se faz possível, e por onde a construção das diferenças ainda pode ser contada e, sobretudo, colada, na famosa configuração de cidade partida definida por Zuenir Ventura.

O centro do Rio para o mercado imobiliário

Sendo um mercado até há pouco tempo bastante restrito para operações voltadas ao uso habitacional, entendidas como proibidas, não é de espantar que o grosso das transações imobiliárias no centro da cidade tenha sido voltado para os prédios de escritórios ou de uso exclusivo para grandes empresas ou setor público.

Vale esclarecer que a destinação residencial nunca foi proibida na AC 1, sendo permitida por zoneamento para a região periférica ao centro de negócios da cidade. Era possível edificar prédios na Lapa, no bairro de Fátima, na rua do Riachuelo, na Cruz Vermelha e, de fato, muitos foram construídos. Entretanto, sedimentou-se de tal modo a imagem de que no núcleo da cidade não existiria um espaço de moradia adequado às classes com poder de compra, que as edificações realizadas nesses locais passaram desapercebidas da população não compradora.

No “centro do centro” até 1970, segundo parâmetros vigentes pelo decreto de n° 6.000 de 1 de julho de 1937, era possível construir prédios mistos, incluindo neste caso a famosa ZE, área resultante do desmonte da esplanada do Castelo. Como vimos anteriormente, a própria avenida Presidente Vargas era considerada pelo Prefeito

[61] Ver: Lessa, Carlos(org.). Os Lusíadas na aventura do Rio moderno. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Dodsworth, no trecho do Campo de Santana/Praça da Bandeira, uma oportunidade de construção de moradia para os Institutos de Aposentadoria e Pensão, os IAPs.

Entre 1970 e 1976, datas de edição dos decretos E 3.800 e 322, respectivamente, foi efetivamente considerada inadequada uma utilização do núcleo da cidade para moradia, ainda que continuasse adequada a aprovação em zona periférica. As normas adotadas posteriormente não proibiram, mas é preciso dizer que dificultaram as construções destinadas ao uso misto na AC-2. Passava a ser necessário soltar a edificação das divisas do lote, garantir acesso independente e ainda prover de áreas comuns o uso residencial. Não chega assim a provocar espanto uma total ausência de investidores privados nesta direção. É preciso dizer que, no Rio, o mercado imobiliário "nunca remou contra a maré". Ao contrário, seu ritmo sempre foi o de antecipar a formação das "ondas", nelas "navegando em grande velocidade". Com possibilidades para ampliar o crescimento horizontal da cidade, espichada cada vez mais, o mercado imobiliário especializou-se em pensar o centro para o mundo dos negócios.

Como apontado por Villaça (1998), também para negócios foram destinadas certas regiões da cidade quando a moradia qualificada de setores de maior renda promoveu a aproximação dos locais de trabalho aos de suas residências. Mais recentemente, a iniciativa de unir trabalho e moradia em redutos isolados e estanques, ofereceu a oportunidade para novas versões do antigo processo, sendo todas as frentes possíveis para a construção do modelo adequadas na imensa e setorizada área da Barra da Tijuca.

Visto deste modo, na análise das empresas especializadas no mercado de escritórios como a Jones Lang LaSalle, são consideradas três localizações para o mundo dos negócios no Rio de Janeiro. Elas são o Centro, a região denominada Orla e a Barra da Tijuca, indo assim da mais antiga à mais recente destinação para as atividades não residenciais.

Considerando o objetivo deste trabalho, importa comentar o Centro. Para os analistas do mercado, ele está dividido em subáreas. Estas seriam definidas pelos principais eixos de circulação, Rio Branco e Presidente Vargas, e áreas que ganham identidade em função de uma localização geográfica ou histórica como a Praça Mauá, Cinelândia, Castelo, Cidade Nova e o restante, denominado microcentro.

Embora concentrando 85% do estoque total de edificações destinadas aos escritórios no Rio, ou seja, 3,5 milhões de m² segundo dados do ano de 2004,[62] as construções na região Centro são apontadas como de padrão inadequado às novas exigências do mercado corporativo, não dispondo de facilidades e conforto requerido para as modernas organizações. Para esta avaliação colaboram fatos como a ausência de ar condicionado central, o fracionamento dos andares em muitas unidades com dificuldades para união de salas para produzir amplos espaços, seja por lançamento original da estrutura de sustentação da edificação ou posicionamento das partes comuns, ou ainda, a inexistência de garagens. A afirmação ganha suporte pela avaliação de que apenas 34% do total existente reúnem condições para inserção num patamar considerado superior.

A análise do desempenho do mercado carioca em 2004 apontava apenas o centro como tendo aumentado sua taxa de vacância, medida utilizada para relacionar a porcentagem de imóveis vazios ao estoque total. No geral, matérias publicadas em jornais indicam a existência de cerca de 4.000 imóveis vagos dentre os 73.850 existentes na área, com distintas destinações, registrados por dados da municipalidade para o ano de 2000.[63] Entretanto, para as localizações Orla e Barra da Tijuca os resultados eram positivos, podendo sinalizar ampliação da procura por escritórios de alto padrão ou rearranjo espacial das atividades, motivado por saída do centro em busca de localizações secundárias. Ao que parece, nesta última avaliação configura-se o que vem ocorrendo no Rio, com mudanças em cadeia das empresas na direção Barra, localização com disponibilidade de grandes áreas e maior facilidade na oferta de prédios de padrão superior, com menores custos de locação ou construção. Na análise dos setores que revelavam maior procura por ocupação de áreas na cidade, a vocação para os ramos de serviços aparecia destacada com 30% do total, seguida da indústria com 29%, nos dados gerais. Por localização, no centro predominava o industrial (35%), na Orla os referentes aos prestadores de serviço (44%), sendo a ocupação diversificada a característica da Barra.[64]

---

[62] Perfil Imobiliário, Balanço 2004 para o mercado do Rio de Janeiro. Jones Lang LaSalle Fevereiro 2005. Disponível em: www.joneslanglasalle.com.br. Acesso em: 6 junho 2005.

[63] Tabela referente aos imóveis e área construída por utilização, imóveis territoriais e área de terreno segundo as Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros. PCRJ/IPP. Fonte: site do Instituto Pereira Passos, Armazém de Dados, acesso em 12 abril 2005.

[64] Balanço 2004, segundo semestre, Boletim Jones Lang LaSalle.

Apesar disto, o centro persistia em seu potencial de atração, tendo nele ocorrido o mais importante lançamento do setor em 2004. Trata-se do prédio reconstruído no terreno ocupado pelo edifício Andorinha, incendiado em 1986 e reinaugurado como Torre Almirante, completamente locado à Petrobrás por um pouco mais de 2,5 milhões de reais, responsável pelo aumento de 37% do padrão AA na região.[65]

Em 2005, as tendências para redução dos estoques de áreas na cidade revelaram um aquecimento das atividades econômicas. Por outro lado, os vazios existentes na região centro, encontrados nas subáreas da Presidente Vargas, Castelo e na avenida Chile começaram a ser ocupados, demonstrando fatores de atração ainda presentes na localização.

No momento, dois grandes empreendimentos imobiliários estão em curso. O primeiro é o conjunto Ventura Corporate Towers, em construção na avenida República do Chile, previsto com entrega parcial de sua primeira torre em 2008, incorporação da famosa empresa americana Tishman Speyer, vencedora da licitação promovida em 2001 pela UFRJ, proprietária do terreno de 8.550 m².[66] O segundo é um imóvel com 18 pavimentos e cinco subsolos, também em construção na avenida Presidente Vargas 2.555, em terreno de 3.800 m² comprado por José Paskin em leilão realizado pela Prefeitura em 1988.[67] Neste último, o apelo diferencial no mercado, com direito a propaganda na própria placa que anuncia a obra, está na utilização de padrões mais econômicos e ambientalmente adequados para as instalações prediais. Estão previstos vidros de laminado reflexivo nas fachadas, atendendo proteção térmica e acústica, uso de gás natural como principal fonte de geração de energia e refrigeração, sendo a eletricidade alternativa. A novidade estará também no reaproveitamento da água do sistema de refrigeração. Os andares corridos de 2.500m² de laje têm preço estimado em

---

[65] O prédio foi reconstruído num empreendimento capitaneado pela multinacional Hines, que atua em São Paulo com expressão no mercado corporativo. Destinado a locação corresponderia a "investimentos em operações de *sale* & *leaseback* (aquisição de ativo imobiliário com renda garantida, total ou parcial). Fonte: Perfil Imobiliário, Rio de Janeiro, 2° semestre 2005. Jones Lang LaSalle, fevereiro de 2006. O valor do aluguel pago pela Petrobrás aparece em notas publicadas pela Revista Veja, em 25 maio 2005 e Jornal O Globo, em 16 nov. 2004.

[66] Berta, Ruben. Centro deve ganhar a primeira das torres gêmeas em 2008. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29 abril 2006. Rio, p.25.

[67] A diferença entre datas de compra do terreno e o início do empreendimento, defasadas em quase 20 anos, apresenta-se como clara indicação do tempo de espera por maturação do valor da área.

Os novos empreendimentos na Av. Pres. Vargas 2.555 e na Av. República do Chile 300 (nov 2006).
Fonte: fotos da autora.

em 8,5 milhões num imóvel de alto padrão que ainda inclui um centro de convenções.[68]

O alto padrão das edificações requerido pelo mercado corporativo estaria também nas condições de controle de acesso, implicando total segurança, andares corridos para um *lay-out* organizacional requerido por empresas que operam no mercado internacional e se assemelham em todos os lugares do mundo em que estão localizadas. Para algumas delas, o centro apresenta muitas vantagens, tanto por sediar importantes representações do governo federal, como o BNDES e a Petrobrás, quanto pela localização estratégica do Aeroporto Santos Dumont, uma das vantagens diferenciais do Rio de Janeiro. Neste caso, a ampliação das instalações do terminal aéreo, em execução, estaria sinalizando enormes oportunidades para aquecimento do mercado de locação e incorporação de empreendimentos imobiliários na subárea do Castelo.[69]

Em trechos mais densos, restritos na oferta de terrenos, vem se impondo uma nova tendência, já registrada pelos especialistas no assunto, como o surgimento de operações de *retrofit*, ou seja, a completa modernização das instalações prediais. As mudanças visam revalidar edificações antigas às mais atuais exigências do mercado, sobretudo quanto à economia de custos de manutenção. Este processo, bastante usual em países europeus em função das políticas de preservação do patrimônio edificado, que pode assumir múltiplas facetas, começa a despertar interesse dos investidores cariocas. Algumas iniciativas têm sido realizadas nesta direção, devendo ser destacadas aquela efetuada no prédio próprio da empresa Souza Cruz, construído em 1962 pelo escritório dos Irmãos Roberto, completamente renovado em 1996 para permanência da empresa no local. Outro caso ocorreu no edifício Amadeus Mozart, popularmente conhecido na cidade como o prédio do bar Amarelinho, na Cinelândia, objeto de ampla reforma interna e, neste caso, beneficiado e comercializado com a garantia de isenção de IPTU por ser preservado e estar completamente restaurado.[70] Recentemente, o prédio

---

[68] Schmidt, Selma. Um novo impulso na revitalização do Centro. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 11 dez. 2004. Rio, p.29.

[69] Doca, Geraldo. Falta de verba ameaça agora Santos Dumont. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 12 agosto 2005. Rio, p.23.

[70] O prédio de dez pavimentos, projeto de Eduardo V. Pederneiras, era misto com lojas e escritórios até o terceiro andar e residencial nos pavimentos superiores. Em 1998 passou por completa reestruturação ganhando ar central, câmeras de vigilância e monitoramento, som ambiente, amplo auditório para convenções e cafeteria.

Edifício Amadeus Mozart ('Amarelinho'), na Cinelândia; Hotel Guanabara e Edifício Visc. de Itaboraí, esquina das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco (nov 2006).
Fonte: fotos da autora.

do Hotel Guanabara ladeou-se ao Visconde de Itaboraí, ambos na esquina de Presidente Vargas com Rio Branco, nas reformas e modernização das suas instalações, sendo o último posteriormente alugado à Agência Nacional de Petróleo, ANP.[71]

A iniciativa está fazendo surgir um novo tipo de empreendedor, o farejador de bons negócios no centro, voltado para encontrar edificações bem situadas, com padrão de arquitetura imponente e condições técnicas capazes de suportar as modernizações necessárias.

Um bom exemplo desta nova prática para o mercado carioca está no premiado empreendimento realizado na avenida Rio Branco 53,[72] efetuado pela empresa ACLobato em parceria com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, a Fapes. A edificação, projetada segundo princípios modernistas pelos Irmãos Roberto, autores de inúmeros prédios no centro, sediou o BNDES entre 1967 e 1979. Alugada para a Light, permaneceu vazia por 12 anos com a saída da empresa. A modernização respeitosa realizada para o imóvel, com 25 pavimentos e 7.800 m², extremamente bem localizado, na principal avenida do centro, criou condições para sua recuperação com padrão de qualidade superior num excelente negócio, com menores custos e maior rapidez de execução.

Entrevista realizada com figura destacada, mas que prefere manter-se incógnita, no mercado exclusivo do Centro, apontou a persistência de fortes fatores de atração no coração da cidade. Sua preferência de investimento foi revelada por atenção à expressão usada para pautar o faro por negócios de um nome bastante conhecido do mercado financeiro nacional, Amador Aguiar. “Ponto bom tem soleira gasta”. Daí a importância do centro e dos endereços escolhidos para receber seus investimentos. Edifícios bem localizados, reformados, com estilo chique e recuperados para introduzir todas as facilidades mais modernas. Bancos, escritórios de advocacia, empresas de seguros estão entre os seus locatários.

---

[71] Existem casos ainda a registrar como o do imóvel da Empresa SulAmérica de Seguros, esquina das ruas Ouvidor e Quitanda, que solicitou ao Conselho de Patrimônio do município, o tombamento da edificação. A completa recuperação do imóvel pode assim isentá-lo do pagamento de IPTU. São 12 andares com 550m² de pavimento tipo, numa área total de aproximadamente 6.500m².

[72] A operação recebeu o prêmio da ADEMI em 2003 por sua iniciativa em recuperar o imóvel. Vale dizer que o custo de locação subiu de R$ 13,00 para R$ 55,00 por m², após a implantação de sistemas prediais modernos e da repaginação arquitetônica.

Os impactos do *retrofit* começam a acarretar alterações no mercado imobiliário do centro do Rio, reunindo exemplos destinados a múltiplas utilizações. Este seria o caso do antigo Hotel Serrador, que será renovado para a retomada da função hoteleira combinada ao uso de escritórios,[73] e do edifício Glória, construído em 1926 pela família Rocha Miranda, tendo funcionado como hotel e teatro, depois cinema, com obras de recuperação concluídas. Os dois casos, situados na área da Cinelândia, poderão receber a companhia do edifício do antigo cinema Plaza, em fase de aprovação para reformas completas, comprado pelo mesmo investidor que adquiriu o imóvel do antigo cinema Vitória, na rua Senador Dantas. Tais operações, aliadas à ocupação do imóvel do cinema Metro Boavista e do prédio desativado pela loja de departamentos Mesbla, hoje recuperado pela empresa Contax, com mais de 3.000 funcionários em seus serviços de *call-center*, determinam a região da Cinelândia como um novo pólo de revitalização no Centro. A municipalidade recuperou o Passeio Público e tem intenção de implantar a biblioteca central do município na antiga sede do Automóvel Clube, recentemente desapropriada. Por concessão ao capital privado, foi construída a primeira garagem subterrânea da cidade. A inserção da área no projeto do Corredor Cultural garante aos imóveis restaurados o recebimento de isenção de impostos como o IPTU e ISS, quando da realização das obras que devem preservar, se anteriormente presente, a função cultural ao nível do térreo. Uma atuação do governo estadual promove o Distrito Cultural da Lapa e, ainda que morosamente, os imóveis pertencentes ao IPERJ estão sendo recuperados para sediar atividades de lazer e cultura. Um incentivo adicional está sendo ofertado pelo fervilhar noturno nos bares e casas de espetáculo que se instalaram nas proximidades das ruas Mem de Sá, Riachuelo e Lavradio. Em tais condições há uma sinergia bastante positiva para a recuperação local e aquecimento das transações futuras, num local bastante deprimido da cidade.

Recentemente foi iniciada a recuperação do imóvel desocupado pela Esso, em função da mudança para a Barra. O "Standard Building", na avenida Beira Mar n.118, que chegou a ser cogitado por inúmeras empresas e pela própria municipalidade para ser transformado em residencial, foi locado para o IBMEC como sede da instituição no centro.

---

[73] O grupo hoteleiro proprietário do imóvel, caminha na recuperação deste imóvel com cautela e lentidão. Mas acaba de concluir a reforma do hotel Astúrias, na própria Cinelândia, situado na rua Álvaro Alvim.

Edifício Francisco Serrador, na Cinelândia e Av. Rio Branco, nº 53 (nov 2006).
Fonte: fotos da autora.

Antiga sede da Esso, na Av. Pres. Wilson, 118 e o antigo Cinema Plaza, na Rua do Passeio, 78 (nov 2006).
Fonte: fotos da autora.

As iniciativas de recuperação parecem acompanhar o eixo Rio Branco, sendo no momento mais evidentes na Cinelândia, por caráter emblemático dos imóveis que estão sendo objeto de intervenção. Há, sem dúvida, uma percepção que se coloca como inovadora no contexto das rotinas do mercado imobiliário da cidade quanto às oportunidades de negócios que o Centro oferece, que não se estrutura apenas por anseios ou sentido de papel social.[74] A dinâmica de ocupação seria ainda bastante presente, oferecendo oportunidades para segmentos do mercado imobiliário que buscam alternativas diferenciais e nichos de investimentos distintos da Barra da Tijuca. Nesta direção, cabe a percepção da influência que persiste das sedes de serviços e atividades públicas da instância federal, uma excelente fonte para bons negócios, como locador ou parceiro para revalidação de patrimônio imobiliário.

Depois de vários anos sem investimentos no setor hoteleiro, dois novos hotéis estão sendo construídos no centro, dois foram reformados e outro está em curso. Cinco casos seriam aparentemente pouco expressivos, mas dadas as localizações preferenciais do setor no Rio, a existência de um movimento na direção centro não pode deixar de ser apontada.

Vale comentar que o setor estima investimentos da ordem de R$ 680 milhões aplicados em dezessete empreendimentos previstos entre 2002 e 2007, constituindo sua melhor fase em 20 anos. Ao contrário dos anos setenta, os investimentos não estão sendo estimulados por incentivos fiscais, mas movidos por visão e risco dos empresários.[75] Desde a construção de grandes hotéis nos anos setenta, como o Sheraton (1974), Rio Othon (1977), Méridien (1975), Intercontinental (1972), Caesar Park (1978) e o Sofitel (1979), o Rio não vinha apresentando um dinamismo desta ordem. Entre 2000 a 2004 foram inaugurados nove novos hotéis como o JW Marriott (2001, com 245 quartos em Copacabana), o Meliá Confort Barra (432 quartos) e o Sheraton Barra Hotel e Suites (292 quartos), estando previstos mais oito novos hotéis até 2007, o que ampliará a oferta em 1.711 quartos.

---

[74] Existem casos ainda a registrar como o do imóvel da Empresa Sul América de Seguros, esquina das ruas Ouvidor e Quitanda, que solicitou ao Conselho de Patrimônio do município, o tombamento da edificação. A completa recuperação do imóvel pode assim isentá-lo do pagamento de IPTU. São 12 andares com 550m² de pavimento tipo, numa área total de aproximadamente 6.500m².

[75] A afirmação é de Angelo Vivacqua, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ) em entrevista ao Jornal O Globo. Fonte: Globo.com, s/data.

Novos hotéis em construção no Centro: Pça. Tiradentes e Av. Gal. Câmara (nov 2006).
Fonte: fotos da autora.

O crescimento do setor está ancorado na expansão da indústria petrolífera, cuja abertura para o capital estrangeiro, desde 1998, promoveu fator de aquecimento da demanda. Deve ainda ser apontada a importância do turismo de negócios e eventos, que alimenta o crescimento da ocupação hoteleira, ainda que responda por cifra pouco expressiva, cerca de 14% da ocupação. Considerando o potencial turístico da cidade, profissionais do assunto reclamam por atuação mais agressiva na atração de eventos e ampliação da oferta de equipamentos de apoio como centros de convenções, para induzir crescimento desta demanda, tão importante em várias cidades do mundo. Uma indicação de interesse está no fato de o Rio de Janeiro ser a cidade que mais recebe eventos internacionais, segundo dados da International Congress and Convention Association (ICCA). A pesquisa realizada pela organização aponta a cidade por sete anos como a campeã das Américas, posicionando-se à frente de Montreal e Nova York.[76]

Em 2004, o Brasil sediou 106 eventos internacionais. Apenas no Rio, aconteceram 34, tendo a cidade recebido cerca de 25.000 visitantes participantes. Dos locais utilizados com esta finalidade, o Hotel Guanabara, no centro, aparece com destaque, o que certamente anima futuros empreendedores do ramo.

Na linha das esperanças, ainda que marcada por inúmeras reivindicações, registra-se um esperado renascimento da função residencial, defendida por todos os empresários do mercado imobiliário, com ampliação de recursos para o setor.

A idéia de melhor aproveitamento dos terrenos ociosos, imóveis vazios e ruínas abandonadas encontrados em centros das cidades brasileiras é hoje um dos temas mais caros ao Ministério das Cidades, respaldado na aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade.

A recente venda integral do empreendimento lançado em 2005 na Lapa encheu de expectativas investidores e compradores. Já comentada anteriormente, a questão habitacional indica um campo fértil para discussões. Há enormes entraves que devem ser vencidos antes que uma efetiva política de desenvolvimento da moradia se implante. Problemas legais de toda ordem se colocam para os imóveis antigos. Como apontado por Fridman (1999), as ordens religiosas são detentoras de inúmeras propriedades,

---

[76] Dados da ABEOC, Associação Brasileira de Empresas de Eventos. Disponível em: http://www.abeoc.org.br/rj/20051129103640.php. Acesso em: 14 set. 2006.

assim como diferentes representações governamentais, criando uma série de embaraços para desatar os nós da titularidade ou atribuir agilidade para a comercialização dos imóveis. Situações jurídicas complexas, como heranças, falências ou mesmo dação em pagamento de dívidas, completam o quadro. Por outro lado, a dificuldade de produção da moradia em valores compatíveis ou a inexistência de amplos subsídios frente à capacidade de pagamento por baixa renda dos futuros beneficiados por moradias centrais compromete a implantação de um programa de alcance mais amplo.

Permanece assim, como discurso, a questão do incentivo à moradia, unindo amplas possibilidades e enormes dificuldades para viabilização. Apesar da remoção do cerceamento da legislação urbanística em âmbito municipal, outras medidas devem ser tomadas e estas escapam ao controle local.

Ainda assim inicia-se a procura por localizações que apresentam fatores de valorização, como uma bela vista da baia da Guanabara como a avenida Beira Mar,[77] ou investimentos com recursos próprios em empreendimentos habitacionais, como o realizado pelo empresário Jackson da Costa Pereira. Neste caso, o empresário comprou e vagarosamente reforma dois imóveis na rua Carlos de Carvalho que permitirão o surgimento de dezesseis novas unidades habitacionais nas proximidades da praça da Cruz Vermelha. Segundo seu depoimento, o potencial do Centro é significativo e "a restauração e reciclagem dos imóveis promoveriam uma geração de 185 mil m² de construção, a criação de três mil empregos diretos e nove mil indiretos, melhorias nos setores de segurança e turismo e aquecimento do comércio".[78] Entretanto, para o seu negócio não foi possível garantir, em condições favoráveis, linhas de financiamento.[79]

Seria assim possível afirmar que, para determinados segmentos do mercado imobiliário, o centro ainda revela-se com enormes vantagens. A questão está em assumir os riscos de investimento sem garantias. Para os detentores de imóveis não residenciais há um caráter mais favorável. Apesar da concorrência de outras localizações, persiste a procura por prédios e salas menores adequadas à instalação de

---

[77] Casemiro, Luciana. Todas as fichas na revitalização. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 15 jan.2006. Caderno Morar Bem, capa e p. 2.

[78] Moreira, Ana Claúdia. A revitalização do Centro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 julho 2002. Classificados, matéria de capa.

[79] Em depoimento dado por conversa telefônica, em agosto de 2006, apesar dos problemas enfrentados, o investidor já possui outro imóvel em vista, pensando iniciar outra operação imobiliária na praça da Cruz Vermelha. Desta vez, espera poder contar com recursos oriundos de financiamento.

Empreendimentos habitacionais: Rua Carlos de Carvalho, 45/47 e Av. Gomes Freire, 558 (nov 2006).
Fonte: fotos da autora.

escritórios e profissionais liberais. Para os proprietários, indivíduos ou empresas de imóveis que detêm localizações valorizadas ou que oferecem algum destaque em função da própria arquitetura, sempre é possível revalidar o patrimônio para buscar novas utilizações. Existiria uma clara percepção da necessidade de investimentos em suas propriedades visando estancar a saída dos bons e melhores locatários. A substituição dos imóveis antigos por outros novos seria mais cara e demorada, além de não garantir maior área construída, em função da atual legislação edilícia.

Entretanto é preciso destacar nuances não reveladas no discurso do mercado. Para o uso residencial está implícita uma mudança de conteúdo social, ampliada para alcançar segmentos de média renda. As possibilidades de inserção da moradia social caminham pelo setor público municipal, restrito na promoção de projetos por múltiplas condições de sua operação. Por outro lado, ainda não se implantou um discurso de mistura de padrões sociais obrigatórios, como apontado por Arantes (2003) para realidades européias. Deste modo, no intrincado processo de futuro caberá ao tempo de maturação das políticas sociais nacionais, e, sobretudo, na ação do Ministério das Cidades, em seu programa de Reabilitação de Centros Históricos, a definição de rumos.

Ainda assim, o *retrofit* ou a reabilitação parecem configurar uma interessante estratégia se considerarmos que, pela primeira vez, estaremos vivenciando o nascimento da consciência de que findaram as inesgotáveis frentes urbanas de crescimento e expansão. Refazer a cidade, sobre ela própria, poderá oferecer a abertura de uma nova trilha, instigadora de novas e futuras questões.

O discurso dos comerciantes

Nas pesquisas que realizamos, procuramos ouvir representantes das atividades comerciais. O isolamento, percepção de estar sozinho numa batalha em prol da sobrevivência contra tudo e todos, destacou-se como conclusão. É verdade que tal afirmação coloca-se como mais usual quando, por características do ramo ou da localização, quem fala não pertence a uma associação local. Comerciantes da SAARA, por exemplo, atuando em bloco, garantem segurança, estacionamento facilitado aos

sábados, divulgação em rádio comunitária e poder de pressão junto aos distintos setores públicos por adesão e força de representação da própria associação.[80]

A SARCA, Sociedade de Amigos da Rua da Carioca e Adjacências, ainda que mantenha sua importância, já não detém tanta expressão ou visibilidade que lhe permita benefícios equivalentes. Ainda assim, a organização e a pressão, respaldada na força do poder dos negócios, como no caso da rua Frei Caneca, resultou em medidas de fortalecimento das atividades e melhorias de pequeno porte na qualidade do padrão urbano do importante reduto de comércio especializado.

Uma associação mais recente, ACCRA, Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo desponta como uma enorme novidade. Resultando de um núcleo inicial formado por comerciantes de antiguidades da rua do Lavradio e da vontade em promover uma feira mensal aos moldes do conhecido evento em San Telmo, Buenos Aires, a organização e o sucesso da empreitada frutificaram. A rua, em péssimo estado de conservação, ganhou obra de reurbanização aos moldes do Rio Cidade, sendo totalmente transformada. A restauração trouxe consigo a ampliação das atividades culturais e vários antiquários acabaram por inaugurar um novo padrão de atividades que incluem o comércio anterior, mas ladeado de animados e sofisticados eventos noturnos. Para além da obras, que garantiram a inserção da feira da rua do Lavradio no calendário de eventos populares da cidade, realizado no primeiro sábado de cada mês, ocorreu a formação da associação que, em parceria com o Sebrae e a UFF, levantou seus potenciais. Hoje, a concentração de atividades de caráter cultural e lazer nas imediações da rua do Lavradio, incluindo Lapa e Praça Tiradentes, já é apontada como sendo freqüentada por 80 mil pessoas num fim de semana, um público qualificado descrito como formado por 64% de solteiros, 60% de residentes na zona sul, 69% com menos de 35 anos e 87% com segundo grau ou curso superior.[81] Em 116 estabelecimentos

[80] Entrevista realizada com Ênio Bittencourt, presidente da SAARA em setembro de 2006, revelou uma interessante contradição. Apesar de ser reconhecida a importância da área, atestada pela visita obrigatória de todos os candidatos aos cargos majoritários nas eleições deste ano, a área não registra grandes ganhos posteriores. Neste ano, os comerciantes pleiteiaram a reforma da iluminação pública, que permitiria ampliar o funcionamento noturno do núcleo de comércio. Embora seja um serviço de competência municipal, vale acompanhar se as promessas de campanha serão concretizadas ou apoiadas pelo futuro do governador eleito.

[81] Soler, Alessandro. Pólo boêmio do Centro cobra mais atenção. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30 out. 2005. Rio, p.28.

pesquisados, o levantamento indicou a circulação de 110.000 pessoas por semana e um faturamento da ordem de 3,6 milhões de reais.[82]

Deste potencial resultou um projeto denominado Novo Rio Antigo que reúne 49 estabelecimentos comerciais, 54 empresários e 1.274 postos de trabalho, com receitas variando entre R$ 1,73 e 1, 92 milhão. Em associação, os participantes do pólo cultural, histórico e gastronômico pretendem atuação por estratégia conjunta que visa redução de custos e ampliação da rentabilidade de seus negócios em 15% até 2008.

Daí o pleito para novos projetos como o Corredor Iluminado, defendido pela atriz Ângela Leal,[83] do Teatro Rival, como representante da ACCRA nas reuniões e na pauta do Plano Estratégico. Segundo seu depoimento, o empresariado do centro ou, como ela chama, "do seu pedaço", revela mudança de mentalidade, caracterizada como "responsabilidade social *linkada* no negócio cultural". A região é encarada como "shopping horizontal cultural, reunindo gente dinâmica e inovadora, cem por cento". No entanto, ainda em sua opinião, não existe uma análise por parte do setor público destes novos atores em ação no centro. "Não teria sido desvendado este mistério cultural que liga cultura e identidade, responsável pela verdadeira revolução que aconteceu na Lapa". Algo muito expressivo, que abriu espaço para músicos, novos talentos, samba de raiz ou o público misto como é possível perceber em seu teatro, freqüentado por público sério e educado, bom pagador que não passa "cheque sem fundo", um real problema do comércio, em geral.

Para Ângela Leal não há, por parte do setor público, a consideração de que existem dois centros, o do dia e da noite. A afirmativa estaria voltada à melhoria da segurança de locais como a sua rua, a Álvaro Alvim, cheia de gente à noite, mas com inúmeros problemas. Ou destinada ao apoio e divulgação de eventos como o Cine Cachaça, que ocorre uma vez por mês e deixa o Odeon repleto. Nas suas indicações, se incluem a morosidade no desenvolvimento do projeto do Corredor Iluminado,[84] em análise no IPHAN, numa trajetória lenta, peregrinando entre órgãos públicos visando

---

[82] Almeida, Lívia de *et al*. Lapa quente. Revista Veja Rio, Rio de Janeiro, 2 agosto 2006, p.15-20.

[83] Ângela Leal é ela própria um exemplo de resistência. O teatro Rival era de seu pai, sendo mantido como um "bem de família", a ser transmitido, como herança para a filha, a também atriz Leandra Leal.

[84] A idéia do "Corredor Iluminado" seria, por tratamento do espaço público, criar um circuito homogêneo e seguro que permitisse a circulação dos usuários e freqüentadores das casas noturnas da região, ainda separadas por trechos perigosos, "escuros".

aprovação final. Considerando a falta de apoio, em lados opostos estão os equipamentos culturais, do outro o setor público. A conexão se faz por atuação promovida por abnegados, na maior parte do tempo isolados, mas que ainda assim perseguem a recuperação da área. Em sua opinião, a noite está viva, apenas alguns não perceberam isto e, como conseqüência, muitas oportunidades locais são perdidas.[85]

Numa mesma linha, ressentindo-se da falta de apoio, ouvimos empresários do setor de alimentação, em restaurantes na rua da Quitanda. Numa das entrevistas, foi possível vivenciar uma das reclamações mais constantes. Ficamos no meio de um tumulto na esquina das ruas da Quitanda e Assembléia, motivado pela constante peleja entre Guardas Municipais e ambulantes. Gritos, xingamentos e troca de desaforos embora comuns, naquela ocasião incorporaram um novo argumento, reflexo de outras ocorrências da cidade: os guardas deveriam estar na Rocinha, lá seriam adequados.[86]

Num visível estado de alerta, foi possível perceber lojas abertas com dispositivos preparados para fechamento imediato. Corridas de um lado para outro, gritos, multidão de espectadores e um grande medo, evidenciavam o sentimento mais constante para o carioca naquele fatídico mês de abril.

Conversamos longamente com um dos donos do restaurante Mr. Ôpi, um arquiteto com grande experiência no planejamento e projeto de restaurantes para instalações da RFFSA, implicando muito estudo, pesquisas, acúmulo de conhecimento especifico. A insatisfação com certos rumos da atividade profissional, a anterior prática em empresa de engenharia familiar, levaram à decisão de montar um restaurante. A primeira loja, na rua da Alfândega, aberta em 1996, foi decidida em função da proximidade de empresas, bancos etc. A proposta era baseada na economia de tempo, na boa alimentação e buscava provar a alternativa de comida a quilo como refeição de qualidade.

A filial da rua da Quitanda foi instalada em prédio de 1876, totalmente reformado, recuperado com êsmero e cuidado. Os investimentos visaram garantir autonomia dos serviços públicos insatisfatórios, na medida do possível. Obras como

---

[85] Entrevista realizada com Ângela Leal no Teatro Rival, em 22 de julho de 2006.

[86] A entrevista foi realizada em 22 de abril de 2004, com Alberto Corte Real numa semana bastante conturbada no Centro da cidade com combates entre camelôs e guardas municipais. Além disso, os jornais e a televisão noticiavam confronto na Rocinha, mortes em Santa Teresa, minas terrestres encontradas em Bangu, ocupação no Alemão e etc...

uma grande cisterna, resguardam a atividade de possível falta d'água. Numa drástica atitude, para eliminar problemas com a caixa de gordura, foi selada sua saída para a rua, sendo promovida limpeza semanal por empresa especializada. A preocupação com a qualidade da água ditou o uso de água filtrada para todas as instalações hidráulicas. Não houve qualquer reclamação dos setores de fiscalização, sobretudo por total dedicação dos sócios ao controle do negócio. O restaurante serve mais de 1.000 refeições/dia nesta filial e 600 na da rua da Alfândega, durante o período de 11 às 16 horas. O rígido controle apontou a ausência de sobras de alimento,[87] embora haja sistema especial de retirada de lixo, inibindo o triste espetáculo dos catadores de sobras.

O restaurante ainda promove exposições de artistas plásticos, concertos, representações teatrais e *coffee-breaks* externos com aluguel de espaço, disponível em duas opções – para 250 e 70 lugares. No fim do ano há sempre um grande evento em agradecimento aos clientes. Em 2003, foi o coral da Escola Alemã, com regência de Júlio Moretti, acompanhado de serviços aos assistentes.

O arquiteto está muito feliz com a atividade e adora o centro. Segundo sua descrição do cotidiano, ao vir da Barra pelo Alto da Boa Vista, pensa todos os dias nas belezas da cidade. Desde 1968, quando começou a trabalhar no local, acompanha a história urbana e contabiliza suas perdas.

Em sua opinião, a localização é ótima, mas apresenta como problemas o constante confronto camelôs *versus* Guardas Municipais, a Cedae, a sujeira das ruas, a pequena presença do poder público. A iniciativa privada é que, segundo ele, movimenta o centro. A moradia poderia ser uma solução, mas deve ser estudada com cuidado.

No mesmo trecho conversamos com responsáveis pelo shopping vertical da rua Sete de Setembro.[88] A percepção é de retorno do comércio para o centro em função da revitalização[89] percebida pelas *griffes*. Conforto, praticidade, destinação do fim de semana para atividades de lazer estariam na pauta das exigências dos usuários. A

[87] São noventa funcionários que trabalham e fazem suas refeições no local.

[88] A entrevista ocorreu em 27 de maio de 2004 com o assessor de imprensa Thiago Monteiro e Ângela Pagnocelli Salles (psicóloga e ex- compradora da Mesbla).

[89] A revitalização da cidade é percebida pela recuperação de uso da Lapa, que começou por uma garotada alternativa. Outro ítem percebido é o da história do Circo Voador e o aspecto marginal da Lapa que atraiu um segmento da população da zona sul, do tipo designer. Foi também citado o Rio Scenarium como situado na Lapa, associando um lugar ao estabelecimento mais conhecido da rua do Lavradio.

tendência teria sido observada nos anos oitenta quando, seguindo o modelo americano, grandes lojas, como a Mesbla, encomendaram pesquisas sobre o perfil do cliente. Na conclusão, seria a loja que deveria ir até ele, estando disponível para evitar o carro, o trânsito, facilitando a sua vida.

Na opinião dos entrevistados o "*status* cultural do centro é seu grande valor, com localizações adequadas para comemorações depois do horário de trabalho ou dar um tempo de espera para liberar o trânsito, auxiliando o faturamento de bares e restaurantes". A avaliação é bastante positiva, apontando um processo em cadeia que levou à criação de serviços como academias, "massagens anti-stress", salões de cabeleireiros etc. Daí a afirmação de que "o centro não acabou, apesar da Barra". "Ninguém saiu apesar dos problemas. As vantagens dos transportes, do aeroporto etc...foram mais fortes".

A decisão de implantação teria acontecido em setembro de 2002, por alteração do perfil anterior de salas comerciais para criar um *shopping* intimista, sem ser para grande público, em lugar nobre. Tem havido grande procura por espaços no empreendimento, e em 2004, restava apenas um andar para comercialização. E mesmo num período avaliado como ruim, dos treze andares, dois estavam em obras, três ainda deveriam permanecer por um tempo com outros usos, em função dos contratos de locação. O 12° sediava a administração, sendo, no futuro, local da praça de alimentação. No último, estava previsto um centro cultural, com ações de divulgação contemplando eventos, previstos para junho, com tarde literária com poesias.

No *shopping*, o *mix* proposto destina-se ao melhor público, sendo os estudantes universitários alvo de todas as *griffes.*

Segundo os entrevistados, não há uma imagem negativa do Centro, própria ou peculiar, uma vez que seus problemas são os existentes na cidade. A diferença está naquilo que é engendrado pelo carioca como alternativa de sobrevivência, levando ao enfrentamento das situações adversas e encontro de soluções. Na criatividade do *shopping* vertical para lidar com as dificuldades do comércio ambulante e a insegurança das ruas estaria um exemplo da afirmação.

Sobre o poder público, pesam inúmeras críticas. Falta sensibilidade, há um desdém, é visto como existindo para punir. O homem de negócios não consegue ter respaldo, as dificuldades são enormes para conseguir qualquer coisa.

Infelizmente, este parece ser um sentimento generalizado, oriundo das dificuldades de encontrar canais de respaldo para ações mais cotidianas e atendimento mais imediato das reclamações.

Mesmo organizações bem cariocas, como a Confraria do Garoto, apontam problemas de forma jocosa,[90] mas não encontram soluções. A dimensão do Centro, a ausência de olhos de vigilância constante, a defesa apresentam-se como marcas no discurso junto à insatisfação com o cuidado que deveria ser dirigido à área. Embora cientes de seu papel, da importância das atividades, dos necessários insumos para ampliar o conforto aos usuários, não é explicita uma possibilidade de reunião de interesses na construção de organizações locais, aos moldes de tantas outras já existentes no Rio ou em outras cidades. Para casos como estes, a permanência e o sucesso das iniciativas comerciais parecem estar no fortalecimento das diferenças, entre um local e o restante da cidade.

[90] Seu presidente, Nelson Couto é um inconformado com a banalização do edifício Avenida Central. O shopping de informática que ali se instalou é motivo de tristeza por alterar a imagem de qualidade e padrão do prédio. Os estacionamentos irregulares no Largo da Carioca e a ocupação da rua Bittencourt da Silva, estão entre os maiores problemas da área.

6- Fechando o estudo: reflexões e conclusões

Iniciamos este trabalho partindo da premissa que as transformações que aconteceram na história política e administrativa do Rio de Janeiro, aliadas às alterações na economia e às relações da produção mundial teriam afetado profundamente a estrutura funcional do centro da cidade. Afinal, ele sofreu os impactos de um brutal crescimento na direção Barra da Tijuca, iniciado nos anos sessenta, que ditaram reestruturações na organização espacial das atividades consideradas de melhor padrão da cidade. Também começou a sentir, na mesma época, os efeitos da mudança da capital federal para Brasília, contabilizando perdas substanciais no *status* e representação do poder nacional, aqui localizado por quase 200 anos. Na conjuntura desfavorável aliaram-se, posteriormente, aceleradas mudanças no panorama internacional, tanto na estrutura produtiva, quanto na competitividade entre cidades para melhor oferta de condições de infra-estrutura urbana.

Vale dizer que tudo conspirou contra o Centro do Rio. Antigo, decadente, envelhecido, esvaziado, abandonado numa cidade e num país que construía o novo como imagem espelhada de sua modernidade. Brasília e a Barra da Tijuca se ergueram como antíteses de tudo que o centro e o velho Rio representavam. Confirmadas no espaço por símbolos arquitetônicos arrojados e modernistas, foram estas imagens que impregnaram o ideário dos brasileiros sobre as possibilidades de inserção num mundo desenvolvido de riquezas e igualdade de oportunidades. Infelizmente, ilusórias, como são as imagens.

Nos anos setenta, os “tempos de chumbo” promoveram uma comoção carioca. Para firmar a capital no planalto central e exorcizar de vez qualquer possibilidade de vestígio do poder na cidade que teimava em oferecer resistência à ditadura militar, o governo federal, emanado na autoridade presidencial, ordenou a demolição do palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal. A decisão, tomada com a firmeza que o momento político ditava, contra qualquer argumento oferecido pelos envolvidos com o patrimônio histórico carioca e nacional, gerou um sentimento coletivo de defesa contra outros golpes que poderiam vir, e que estariam destinados à inconcebível destruição do passado glorioso da cidade. Num momento de grandes obras, como da impactante construção do sistema de transportes metropolitano, aflorou no inconsciente coletivo a

ameaça de que a varredura das formas arquitetônicas atuaria como uma força esmagadora que contribuiria para derrocada da cultura da cidade, durante tantos anos símbolo da nacionalidade.

Afinal, olhar o país pelo Rio havia se firmado como paradigma urbano desde o início do século XX. Para isto convergiram os esforços incansáveis e exaustivos do presidente Rodrigues Alves, dos ministros de estado, do sanitarista Oswaldo Cruz, dos engenheiros que construíram o porto, do prefeito Pereira Passos, obstinado perseguidor da civilização da capital. Todo o trabalho e perdas impostas aos cariocas, caldo formado de brasileiros nascidos em todo o país e fora dele, serviu para consolidar uma imagem que se marcou para a posteridade pelo centro da cidade e pela orla marítima que unia o centro a ainda pouca habitada Copacabana. A força do símbolo foi imposta por algumas imagens constantemente registradas e incansavelmente reproduzidas. Dentre elas, com maior ênfase esteve a avenida Central e o caprichado fecho de sua perspectiva, o Monroe. Orgulho da arquitetura nacional na exposição internacional de 1904, em Saint Louis, talvez o prédio mais caro construído na cidade considerando sua saga, sua derrubada assemelhou-se em força à estratégia romana de dominação dos povos conquistados que ofereciam constante resistência.

Manso, como convinha ao momento, iniciou-se um processo de pensamento que pregava preservação e voltava-se para lugares, pontos de encontro, paisagens construídas da vida local, ainda que incluísse, neste contexto, bens excepcionais, considerados expressões de caráter nacional. Ao avaliar a dinâmica que se instalou no Centro, desde o fim dos anos setenta, é excepcional perceber toda a dialética de seus contornos. O quanto foi estratégico, naquele momento e para o futuro.

Das três áreas que se destacam no movimento conduzido pela própria cidade, sem grandes e vultuosas inversões públicas orientadas à revitalização urbana, estão a Lapa, a praça Quinze de Novembro e a Saara. Seria uma simples coincidência estarem contidas e serem pontos nodais, encontros de interesses na formulação original do perímetro do projeto do Corredor Cultural? Talvez até não tenha sido percebido desta maneira quando o projeto foi formulado, mas a verdade é que foi assim que funcionou. Em resposta, a cidade, entendida por conjunto, captou a mensagem não verbal e acolheu a intenção de se preservar com o que lhe era próprio, peculiar, local.

A boêmia, o poder colonial e o comércio popular que haviam sido reunidos em projeto, uniram suas memórias pelo Centro, onde sempre haviam estado, e criaram uma possibilidade de manutenção de seu glorioso e perdido passado, ainda que transformado. Aliás, a esta faceta os cariocas já estavam acostumados. Para servir à nação, durante muitos anos, a cidade havia recebido e aculturado mudanças de toda ordem.

Num aspecto, entretanto, manteve-se fiel. As obras realizadas pelo governo federal, durante tantos anos, congelaram localizações, aplicando-lhes fortes marcas. Como explicar a persistência da centralidade das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas? Ou como entender a localização preferencial das atividades governamentais nos locais anteriormente ocupados pelos morros do Castelo e Santo Antônio, bloqueios ao desenvolvimento na direção sul? Apesar da pesquisa que realizamos, não há respostas comprovadas, além da evidência da direção das construções de caráter público para as áreas dos arrasados morros e de caráter privados para as avenidas, numa consideração genérica, ainda que sujeitas aos grandes hiatos no tempo.

Uma pista para a avaliação da persistência do valor destas localizações se reporta ao processo pelo qual elas foram criadas: todas, obras traumáticas que afetaram profundamente as relações de vida estabelecidas na cidade, significando enormes preços sociais pagos pela população, a cada onda de renovação urbana que ocorreu na primeira década do século XX, posteriormente na segunda, na terceira, na quarta, na quinta. Além disso, cumpre registrar o fato de não resultarem da abertura de novos espaços urbanos requeridos por economia urbana em expansão, mas sim servirem como poderosos efeitos demonstração do que abolir e do que criar em seu lugar, ainda que, muitas vezes, apenas ou durante algum tempo, isto significasse promover um enorme vazio urbano. Numa última versão, nos anos sessenta, o próprio Rio foi esvaziado e a capital, imagem do país, foi recriada num imenso planalto central.

De todo modo, na cidade que restou como memória da construção do país, a eficiência e antecipação do futuro impressionam se considerarmos que a principal via de seu centro mantém sua hierarquia exatamente como foi projetada há um século. O dimensionamento generoso das principais avenidas, promovidas por significativos investimentos públicos caracteriza um pensamento que considerava o centro em seu papel de privilegiado palco nacional. Aliás, um pensamento que se originou ainda no

século XIX e que, por inércia, perdurou ao longo de grande parte do século XX, sempre mantido pela atuação do setor público na figura de maior fomentador. No Rio, o centro serviu ao exercício de práticas espaciais, como apontadas por Corrêa (2003, p.35-44), que o definiram como reserva de valor, espaço seletivo, garantido para o futuro projetado, considerando as indicações dos que detinham o controle social do espaço.

Assim compreendido, o caráter da atual permanência na hierarquia urbana ainda vivenciada por estes locais passa pela enorme antecipação, queima de etapas, salto para o futuro que buscaram. Mas o processo que havia sido insistentemente perseguido foi bruscamente interrompido e o centro da nação deslocou-se para o interior do país. Desde então, o Centro começou a contabilizar perdas, reflexo da súbita verdade de uma dimensão reduzida. Entretanto, a força do símbolo demonstrou-se capaz de indicar alternativas e possibilidades.

Estas ocorreram em dupla entrada. A vida menor, local da cidade funcionando nas brechas preservadas, e o caráter nacional, a paisagem de poder, como dizia Zukin (2000), mantida nos eixos e áreas monumentais. Com vitalidade, as duas se mantiveram, apesar de todos os problemas enfrentados, seja pelo Centro ou pela cidade.

As perdas econômicas desencadeadas por acelerados deslocamentos de atividades para São Paulo ou interior do Estado, as mudanças nos endereços de importantes empresas do Centro para a orla marítima ou para a Barra da Tijuca, foram contrabalançadas por crescimento da exploração de petróleo no Estado[1] e da localização no centro da cidade da maior empresa brasileira do setor. O esvaziamento de imóveis bem situados na cidade abriu oportunidades para a redução de preços nos aluguéis e um rearranjo espacial se impôs, ocasionando a implantação de novas atividades, como universidades particulares ou empresas de uso intensivo de capital humano, como as recentes novidades chamadas *call-centers.* Os prédios antigos, antes fadados à demolição, começaram a ser avaliados por seus proprietários como interessantes alternativas de investimento para reciclagem e recuperação, iniciando um movimento que se apropria da tradição e atribuí aos seus ocupantes, um significado de bom gosto e refinamento.

---

[1] Segundo indicações, o setor representa 18% do PIB do Estado quando referente à extração e 50% nas operações de refino. Informações de Luciana Sá, Assessoria de Pesquisas Econômicas, FIRJAN.

Na direção da cultura, o popular virou *cult* e a chamada cultura erudita popularizou-se. Grupos sofisticados, freqüentadores de espaços zona sul tornaram-se *habitués* da Lapa, da rua do Lavradio, enquanto os Centros Culturais da praça Quinze se orgulham do sucesso de público atraído em toda a cidade.

Por outro lado, a cidade continuou a crescer em todas as direções, espichando-se para oeste e sul com padrões bem diferenciados no caráter formal, mas extremamente semelhantes no crescimento informal, oriundo da pobreza e das dificuldades de controle, agravadas por insegurança. Mas ainda assim e talvez por isso, o trabalho não se descentralizou na mesma proporção. A economia se voltou para os serviços em atividades que persistem, em grande parte, centralizadas. Sem um sistema de transportes eficiente para dar conta da extensão linear e resultado da concentração das oportunidades de trabalho, formal e informal, nos trechos de maior concentração e dinamismo econômico, a vida urbana manteve-se no centro.

Apesar dessas indicações e do referencial internacional apontar um renascimento da função residencial nas áreas mais centrais, caso ela não se volte para o efetivo atendimento da capacidade de pagamento das populações, aliando-se a programas em prol da valorização e educação patrimonial da cultura urbana local, poucas chances existem para desenvolvimento do centro como um lugar de valor residencial. Na primeira grande iniciativa para atendimento de setores de renda média, o êxito das vendas funcionou para alimentar expectativas ilusórias de imediato crescimento da função residencial.[2] Entretanto, poucos serão os outros empreendimentos imobiliários que poderão ser construídos, incorporando os mesmos princípios de projetos fechados para o exterior, com generosas áreas de lazer. Certamente não serão muitos, considerando a ausência de grandes terrenos vazios e da significativa incidência de áreas protegidas por instrumentos de preservação. Para firmar a tendência residencial, os caminhos mais francos indicam a habitação conduzida segundo interesse social ou por incorporação do modismo que ocupa o velho casario, reinventado como alternativas para alternativos, pobres ou ricos. Para a primeira indicação, o papel de uma política

[2] Vale registrar que o segundo empreendimento lançado na Lapa, denominado Viva Lapa, realizado em conjunto pela CHL e a Patrimóvel, previsto para novembro de 2006, teve venda relâmpago de R$ 20 milhões de reais. Todas as 178 unidades, ao custo de R$ 80 mil reais foram vendidas no pré-lançamento, que limitou a venda de uma unidade por comprador por excesso de demanda. O imóvel fica situado na rua Gomes Freire, 558. Fonte: Coluna Economia, Jornal O Globo, 27 out. 2006.

pública, eficientemente formatada para cumprir este desígnio, ainda está por ser construído. Para a consolidação da segunda, existem poucas chances, considerando as fortes determinações de valor que a natureza e o caráter humano construíram ao longo da história urbana da cidade.

Por outro lado, no centro ainda fervilha a oferta de empregos, públicos ou privados. Nos públicos, cresce a importância da Petrobrás, assumindo uma projeção espacial na área central compatível ao significado de sua representação na economia do estado. A expansão de áreas ocupadas relacionadas ao setor petrolífero amplia seu território no centro e avança pelas periferias, aquecendo o mercado imobiliário, viabilizando terrenos e imóveis que ficaram vazios e arruinados por mais de 20 anos.[3] Entretanto, é preciso considerar esta evidência com ressalvas, na medida em que ela reproduz a dependência da economia local às decisões de caráter público, ditadas por órgãos diretamente ligados ao governo federal.

No setor privado, é inegável uma tendência de saída das grandes corporações, assumindo novas formas de repartição no espaço urbano, subdivididas por unidades descentralizadas em suas novas localizações.[4] Mas também é certo que, para diversos ramos de prestação de serviços, os prédios antigos e seus custos menores viabilizam a instalação de escritórios, consultórios etc.., beneficiados pelo reduzido mas único sistema de transportes de massa existente, agora ampliado em função das conexões e integrações com outras modalidades.

Na apropriação deste potencial pelo comércio, as lojas de marcas e *griffes* já se implantaram e a tendência parece ser o fortalecimento de suas próprias localizações. No atendimento popular, o complexo de lojas da SAARA cresce em expressão, tanto por preços reduzidos, quanto por diversificação de produtos oferecidos, numa situação de orçamentos apertados para seus potenciais consumidores.

---

[3] Estamos nos referindo à provável negociação de imóvel situado na avenida Henrique Valadares, local da demolida Vila Rui Barbosa e ainda da garagem Poula, na avenida Gomes Freire, para empreendimento realizado por investidores paulistas destinado à expansão das instalações da Petrobrás no centro da cidade. Há também rumores e expectativas no mercado desencadeados por possível incorporação do imóvel situado na esquina das avenidas Nilo Peçanha e Graça Aranha, ao complexo de três prédios já anexados à Torre Almirante.

[4] Um bom exemplo é o da empresa White Martins, que na mudança de seu endereço da rua Mayrink Veiga n° 9, subdividiu-se. Os setores de administração e gestão foram para a Barra da Tijuca e os operacionais para Del Castilho, instalando-se no Shopping Nova América.

No renascimento da vida noturna carioca, a Lapa é a grande novidade. Popular e sem a interveniência controladora do setor público, efetuou o renascimento de suas raízes cariocas.

Na área portuária permanece uma incógnita. Ela poderia ser o ponto de desequilíbrio da atual configuração, fomentando novos arranjos e práticas espaciais ditadas no centro da cidade. Entretanto, as possibilidades de construção de parcerias entre os proprietários de terrenos e imóveis, distribuídos por distintas representações do setor público federal, e o poder local engasgam nas decisões que poderiam viabilizar as operações de revitalização tanto da função portuária, quanto do patrimônio imobiliário congelado. Por outro lado, os possíveis instrumentos de pressão, em geral ditados por interesses ou pactos estabelecidos entre agentes promotores de tais operações, não se interessam por terras ociosas do porto do Rio. Os investimentos, a vida da cidade, o lazer, a moradia caminham no sentido oposto, ocupando frentes em outras direções do espaço urbano.

Ao iniciar este trabalho, pensávamos na investigação das transformações que teriam ocorrido na área central da cidade, posteriores aos processos de mudança instaurados em economias internacionais a partir dos anos setenta e na sua maior proporção, no caso da metrópole carioca, em função de ações administrativas, ditadas por decisões de caráter nacional, como a mudança da capital. Aos fatos, seriam acrescidas a supremacia financeira paulista ou a força turística do nordeste, além da emergência da inovadora centralidade geográfica criada na Barra da Tijuca. Entretanto, ainda assim, todos estes processos reunidos não foram capazes de romper a centralidade mais antiga da cidade.

O centro da cidade resiste e persiste como núcleo dinâmico, mesmo que à noite, circunscrito a apenas um de seus trechos; ainda revela-se como centro de trabalho, mesmo com hierarquia modificado e como campeão da maior concentração de informalidade no espaço público; apresenta-se como registro da história urbana, mesmo que sua descoberta deva ser mais documental, que diretamente apropriada pela paisagem; é um importante centro de comércio, ainda que mais fortemente orientado para o atendimento às classes populares.

Em sua maior questão está a ausência de uma reflexão sobre seu futuro, além da pouca lição que se tira do presente. Para enfrentá-la, seria preciso romper o falso

discurso que reafirma perdas de vitalidade da área central. Ao contrário, seria imperioso reconhecer que o centro está vivo, mantido em sua tradição de ponto de encontro e união das partes da cidade, sobretudo tão evidentemente fragmentadas, como na atualidade se revelam. Seria necessário enxergar, ouvir e sentir um lugar, sem a condução dos conceitos prévios, que se orientam por olhos e bulas que pregam os impactos de inexoráveis processos globalizados internacionais, recomendando como alternativa a aplicação de programas e modelos de intervenção também globalizados. Na maior lição que se aprende sobre o centro do Rio, sobre os projetos urbanos que desejam alterações de seu conteúdo, seria fundamental concluir que agora nele "o mais é quase sempre menos", se considerarmos o enorme salto no tempo que sempre foi ditado por projetos de renovação urbana implementados neste trecho da cidade. Como o futuro insistentemente modelado como expectativa para o centro não se concretizou, permaneceu uma situação de incompletude, clima favorável ao surgimento de novas e curiosas forças de vitalidade urbana, oriundas da vida urbana, seguindo seus ritmos e determinações, bem mais rica que o anseio dos planejadores urbanos, a serviço da política.

Como canteiro de experimentações, a área central serviu ao desenho de diversas cidades. Entretanto, num único contexto a modelagem se completou. A imperiosa conjugação de forças que gerou um novo centro e rompeu a cidade contida do início do século XX, além de ter construído a versão mais acabada de um modelo urbano praticado sobre o espaço da cidade, se fez acompanhar por novas direções de crescimento e consolidou resistências locais. Daí a abertura de outras frentes de expansão, por criação de áreas sem comprometimento com passado que seduziram os investidores cariocas resultando em centros de moradia, lazer ou comércio. Uma condução voltada para consolidação de espaços novos que também impregnou a administração pública para promoção contínua de setores exclusivos para localização de suas operações. O processo de implosão-explosão, descrito por Lefebvre (2002) como um centro disperso em centralidades parciais e móveis, cujas relações concretas seriam determinadas conjunturalmente, aplica-se então. Mas o que vem depois? O que seria a urbanização plena, "virtualidade iluminadora"?

Certamente não significa olhar o futuro, na direção de um modelo, esquecendo distâncias que separam a teoria e a prática, o desejo e a realidade, o plano e a cidade, os

números e o povo para consolidar um pensamento distorcido, ausente de conteúdo, que almeja formas e não processos. Para os formuladores do centro do Rio ao início do século, as formas que foram construídas e estabelecidas para o controle social de seu uso bastariam para implementar as imposições de seu valor como núcleo ou centro da cidade, capital de um imenso e diferenciado país. E durante algum tempo foi até possível manter tal situação. Quando ela se desfez, o lugar ficou sem conteúdo, mas manteve a paisagem construída em sua incrível durabilidade, que atravessou o tempo e se revelou como herança, "legado aos tempos futuros" (Santos, 1985).

Este legado é hoje o centro do Rio, um trecho da cidade que une gente, lugar e história entendida como tempo acumulado, consolidado numa paisagem que oferece sincronias, inserções aos mais atuais movimentos de um capitalismo irrequieto, "cheio de contradições inquietantes" (Soja, 1989) e diacronias, significando ausências, resistências, inconsistências, perdas, distâncias, mas sobretudo os espaços da vida da população.

Por ele, e para concluir, é preciso registrar que a compreensão dos processos que constroem a cidade ainda se dá pelo seu centro, pelo lugar que une diferenças, contradições e os tempos. Nele são relatadas as perdas e ganhos ditando a essência e a existência de uma cidade. E que dele pode ser reaquecida a esperança, a história e, se possível for, as alternativas para a cidade. Aliás, como sempre foi.

7- Referências bibliográficas:

ABREU, Maurício de A. **Estudo geográfico da cidade no Brasil**: Evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.56, nº1/4, 1994, p. 21-122.

----------. Reconstruindo uma historia esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro: **Revista Espaço & Debates**, nº 37, 1994.

----------. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997, 3ª edição.

AGUIAR, Louis Souza. **Palácio Monroe.** Da glória ao opróbrio. Rio de Janeiro: s.ed., 1976.

ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: São Paulo: Papiros, 2000.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Berlim reconquistada. Falsa mistura e outras miragens. In: **Espaço & Debates** 43-44. São Paulo, 2003, p. 28-50.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

ARAÚJO, Rosane Lopes. **O planejamento urbano e a norma de uso e ocupação do solo:** a cidade do Rio de Janeiro na década de 1990. Dissertação de Mestrado, UFRJ/IPPUR, 2005.

ATHAYDE, Raimundo de. **Paulo de Frontin**. Rio de Janeiro: Edição Especial do Clube de Engenharia, 1962.

AZEVEDO, André Nunes. A reforma Passos: uma tentativa de integração urbana *In*: **Revista Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: nº10, maio-agosto 2003.

AZEVEDO, Oswaldo Benjamin de. O comércio carioca: sua função regional e sua posição no âmbito nacional. A rede bancária. In: **Aspectos da Geografia Carioca**, Rio de Janeiro: AGB, 1962.

BAUDOIN, Thierry; COLLIN, Michele; PRÉLORENZO, Claude (coord.) **Urbanité des cités portuaires**. Paris: L'Harmattan, 1997.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira; POYARES, Ramon. **Pioneiros da Hotelaria**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Senac, 1987.

BENCHIMOL, Jayme Larry. "A modernização do Rio de Janeiro". In: **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II/** GIOVANNA ROSSO DEL BRENNA, organizadora. Rio de Janeiro: Index,1985.

----------. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no inicio do século XX. Rio de Janeiro: PCRJ/SMC, 1992.

BERGER, Paulo. **Copacabana,** História dos Subúrbios. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal, 1959.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Lysia M C.; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região.** Rio de Janeiro: SMC, 1987.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade. FAPSP, 1998.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. *In:* **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n.39, p.32-47, 1996.

CABRAL, Sérgio. **Mangueira, a nação verde e rosa**. São Paulo: Prêmio, 1998.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora Senac de São Paulo, 2002.

CAMPOS, Fernando Ferreira (org.). **Na sala de espera do Cinema Odeon**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e esporte, 1991.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogério Goldfeld. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARDOSO, Elizabeth Dezouzart *et al*. **História dos bairros**. Botafogo. Rio de Janeiro: IndexEditora/João Fortes Engenharia, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contextos, 2001.

CARVALHO, Gabriela; ROCHA, Claudia Lacombe. **A aventura do concreto no Rio de Janeiro**: 1900- 1936. Rio de Janeiro: SNIC, 2003.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CASARIEGO, Joaquim; JIMÉNEZ, Elsa Guerra; BOSCH, Pablo Ley y CASADO, Juan Palop. **Waterfronts de nuevo, transformaciones em los frentes urbanos de agua.** Las Palmas: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canárias,1999.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1979.

----------. **A questão urbana**; tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

----------. **A sociedade em rede**-(A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1); tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Rui. **Carnaval no fogo**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

Cd rom Circuitos do Rio. **Copacabana**, Rio de Janeiro: Viamont Produções, 2002.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; CORRÊA, Renata Silveira. O complexo financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento no centro? In: **Caminhos para o Centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo, EMURB, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

COCCO, Giuseppe (org). **A cidade estratégica**: novas e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro: a impostura do Porto de Sepetiba. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

COLBY, C. C. . “Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography”. In: Kohn, C. & Mayer, R. (eds): **Readings in Urban Geography**. Chicago. The Chicago University Press, p. 287-298, (publicado originalmente em Annals of the AAG. XXIII, March 1933, (p.1-20),1958.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano:** entre o discurso e a prática. São Paulo, Editora UNESP, 2005.

Copacabana- 1892-1992. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1992.

COSTA, Lúcio. **Plano - Piloto** para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca e o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1969.

CORDEIRO, Helena Kohn. **O Centro da Metrópole Paulistana**: Expansão Recente. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1980.

----------. “A ‘cidade mundial ‘ de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano”. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano E ARROYO, Mônica (orgs.); **Fim de Século e Globalização.** São Paulo: Hucitec/ Anpur, p. 318-331, 1997.

Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: RIOARTE, IplanRio, 1ªedição, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

----------. ”Espaço, um conceito-chave da geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

----------. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

----------. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COUTINHO, Luciano. **Telecomunicações: Globalização e Competitividade**. Campinas: São Paulo: Papirus,1995.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo.** Escavando o futuro em Los Angeles. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993**.**

----------. **Ecologia do Medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DAVIS, Kingsley. **Cidades. A urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

----------. **Desenho urbano e revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro.** A contribuição do estudo da percepção. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU/ USP, 1991.

----------. Cidade da mente, cidade real. Percepção e revitalização da área portuária do RJ. In: Del Rio, Vicente; Oliveira, Lívia (org.). **Percepção ambiental:** a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

DI CAVALCANTI, E. **Reminiscências líricas de um perfeito carioc**a. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1964.

DODSWORTH, Henrique. **A Avenida Presidente Vargas**. Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização. Rio de Janeiro: s/e, 1955.

DOLLFUS, Olivier. “Geopolítica do Sistema-Mundo” In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano e ARROYO, Mônica (orgs.); **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/ Anpur, 1997, p. 23-45.

DUARTE, Aluízio C. **A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

DUARTE, Fábio. **Crise das Matrizes Espaciais**. São Paulo: Perspectivas: FAPESP, 2002.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000**; na pista de nossos medos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 2 vol.

DUNLOP, C.J. **Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Ltda,1953.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu Tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, **Distrito Federal**, XXIII Volume, IBGE, Rio de Janeiro, 1960.

ENGELS, Friedrich. **A questão da Habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e Editora Ltda,1979.

EMURB, Empresa Municipal de Urbanização. **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP/CEBRAP/CEM, 2004.

FARAH, Marta. **Estado, Previdência Social e Habitação**. Dissertação de mestrado. 1983. FFLCH/USP, São Paulo.

FERRAZ, J C de Figueiredo. **São Paulo e seu futuro**. Antes que seja tarde demais. Rio de Janeiro, IBAM, 1976.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Rio de Janeiro: Uma Cidade na História**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERREZ, Gilberto. Pathé: 80 anos da vida do Rio. In: **Filme Cultura** n°47. Rio de Janeiro: Funarte, 1986.

FOGELSON, Robert M. **Downtown:** its rise and fall, 1880-1950. USA: Yale University Press,2001.

FONSECA, Rubem. **Romance negro** e outras histórias. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano:** breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei:** uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Garamond, 1999.

FRÚGOLI JR. Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Editora Cortez: Edusp, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

----------. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record,1999.

----------. **Mundo em Descontrole**: o que a globalização está fazendo em nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GOMES, Danilo. **Antigos cafés do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos,1989.

GONZAGA, Alice *et al*. **Palácios e poeiras**: cem anos de cinema no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte / Record,1996.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: **Reestruturação urbana: tendências e desafios**/ Licia Valladares, Edmond Preteceille, coordenadores. São Paulo: Nobel, 1990, [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro].

----------. **A Produção social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GUIMARÃES, Cêça. **Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec,1980.

----------. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

----------. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo, 2001, n° 39, p.48-64.

----------. **Espaços da Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOSKEN, Carvalho S/A. **Barra da Tijuca, Ano 2000** - trajetória para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Holística, 1996.

----------. **Barra da Tijuca, 2000-2020**, Consolidação do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Holística, 2005.

HOYT, Homer. "**Centralização e Descentralização Urbanas**". In: PIERSEN, Donald. Estudos de Ecologia Humana, Tomo 1. São Paulo: Martins Editora S.A,1941.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Impressões do Brasil no século XX. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd.,1913.

ITIKAWA, Luciana. Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. In: **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a cidade de São Paulo. São Paulo, EMURB, 2004, p.340-362.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1997.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho.** O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KESSEL, Carlos; WORCMAN, Karen (org.). **Um balcão na capital**: memória do comércio na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, SESC RJ, Editora SENAC RJ, 2003.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

LACERDA, Carlos. **O poder das idéias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record Ed., 1963.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1996.

----------. **A Revolução Urbana**; tradução de Sérgio Marins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

----------. **O direito à cidade**; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva S A, 1975.

LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida. **A Construção do eldorado urbano**. O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá-1970/1988. Niterói: EDUFF, 1999.

----------.**Barra da Tijuca:** do ”mundo intocado, primevo” à “Miami Brasileira”. Texto, s/data.

LEMME, Antonio César. **Rompendo o silêncio**. Educação, saúde e cidadania na administração Pedro Ernesto. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, s/data.

LESSA, Carlos. **O Rio de Todos os Brasis** [Uma reflexão em busca da auto-estima] Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

----------.(org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIBERATO, Pérola Emília. Caracterização e delimitação de centros intra-urbanos. *In*: **Revista Geografia,** 1(1): abril 1976, p.89-104.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do espetáculo**: teatros e cinemas na formação da praça Tiradentes e Cinelândia. Rio de Janeiro, UFRJ/Jorge Zahar, 2000.

LIPIETZ, Alan. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

LISBOA, Alfredo. **Portos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOPES, Myriam Bahia. **O Rio em Movimento**. Quadros médicos e(m) história 1890-1920. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **Lapa do desterro e do desvario**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MARANHÃO, Aluísio. **O Globo** primeiras páginas: 80 anos de história nas manchetes do Globo. Rio de Janeiro: 2005.

MÁXIMO, João. **Cinelândia,** breve história de um sonho. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1997.

MEDEIROS, Daniel de Souza; SPOSITO, Eliseu Savério. A territorialização do sistema bancário na metrópole paulistana. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 17, p.121-132, 2005.

MENDOZA, Eduardo. **La ciudad de los prodigios**. Barcelona: Editorial Seix Barral, 2003.

MESENTIER, Leonardo Marques de. **A renovação preservadora:** um estudo sobre a gênese de um novo modo de urbanização no centro do Rio de Janeiro entre 1967 e 1987. 1992. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MORSE, Richard M..**O espelho de Próspero, cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Marcelo Paiva da. **O centro da cidade do Rio de Janeiro no século XIX:** reflexões sobre a noção de Área Central na cidade do passado. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2001. UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro.

MOTTA, Marly da Silva. **Saudades da Guanabara**: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

----------. Que será do Rio? Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo,** Revista do Depto de História da UFF, Niterói (RJ), Janeiro, v.4, p.146-174, 1997.

MOTTA, Marly da Silva; SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). **A construção de um estado:** a fusão em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MONNET, Jérôme. **Usos e Imágenes del Centro Histórico de la Ciudad de México**. México: Ediciones del Equilibrista, S. A de C.V., 1995.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas; tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIJMAN, Jan. The Paradigmatic City. In: **Annals of the Association of American Geographers**, 90(1), 2000, pp.135-145.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980, V.3, p. XVI.

NOVAS ALTERNATIVAS: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Habitação. Rio de Janeiro: A prefeitura: A Secretaria, 2003.

NUNES, Guida. **Catumbi, rebelião de um povo traído**: um caso de especulação imobiliária. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Aprendendo com o patrimônio. In*:* **Cidade: História e Desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; FREIRE, Américo (org.) **Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

ORSINI, Elizabeth; CEZIMBRA, Márcia. **Os Emergentes da Barra.** Rio de Janeiro: Ed Relume Dumará: RioArte,1996.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional Rio local:** mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro. Editora Senac Rio, 2005.

PAMPLONA, João Batista. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a cidade de São Paulo. São Paulo, EMURB, 2004.

PARK, Robert E. "A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral". In: PIERSEN, Donald (1948). **Estudos de Ecologia Humana,** Tomo 1. São Paulo: Martins Editora S.A.,1948.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. "Aprendendo com o patrimônio". In: **Cidade: História e desafios,** Lúcia Lippi Oliveira (org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas; CANEDO, Eliane. **Barra da Tijuca: a construção do lugar.** Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

----------.**Encantos do Rio**. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1995.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A.F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PRATA, ALAOR. **Recordações da Vida pública**. Rio de Janeiro: s.ed.,1958.

RABHA, Nina M. de Carvalho Elias. Bairros portuários: aspectos sociais e culturais. In: **Revitalização de centros urbanos em áreas portuárias**. Peter José Schweizer, Sebastiana Cesário, org. Rio de Janeiro: 7 letras: AFEBA, 2004.

RABHA, Nina M. de Carvalho Elias; PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **Porto do Rio**, construindo a modernidade. Rio de Janeiro: Andréa Jacobsen Studio, 2004.

REIS, José de Oliveira. Evolução Urbanística do Rio de Janeiro. **Revista Municipal de Engenharia**, XLII, Janeiro/dezembro 1992, nº 1/ 4.

----------. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos**. Rio de Janeiro: PCRJ, 1977.

----------. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos. **Projetos de Alinhamento**. Rio de Janeiro: PCRJ, 1977.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A cidade: rumo a uma nova definição?** Porto: Edições Afrontamento, 1994.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia:** quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIOS FILHO, Adolfo M. de Los. **Dois engenheiros notáveis**. Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, n. 126, Volume XXIV, 1936, republicada pela Editora A Noite, 1951.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

----------. **O Futuro das Metrópoles**: Desigualdades e Governabilidade. Rio de Janeiro: Revan,2000.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território,** Rio de Janeiro, 1(1), 1996, p. 59-76.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**. Rio de Janeiro, SMC, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

ROSA, Ferreira da. **Rio de Janeiro**. Notícia Histórica e Descritiva da Capital do Brasil. Rio de Janeiro: PCCJ, 1977.

----------. **Rio de Janeiro em 1920-1922**. Edição do Annuario do Brasil, original impresso em 17 de julho de 1924.

RYBCZYNSKI, Witold. **Vida nas Cidades**: expectativas urbanas. Rio de Janeiro: Record,1996.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Lisboa, periferia e centralidade**. Lisboa: Celta Editora, 2001.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.8, pp.31-58, set./dez 2002.

SANTOS, Agenor Noronha. **Freguesias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Formações Metropolitanas no Brasil, Mecanismos Estruturantes**. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas. FAU, USP, São Paulo, 1984.

----------. Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e altaneira. In: **Revista Projeto**, São Paulo: Editora Pini, julho de 1983.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos; VOGEL, Arno (coord.) **Quando a rua vira casa**, a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

----------. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

----------. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

----------. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: **Reestruturação urbana: tendências e desafios/** Licia Valladares, Edmond Preteceille, coordenadores. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro],1990.

----------. **Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec,1994.

----------. Salvador/ Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea. In: **Pelo Pelô** História, Cultura e Cidade. GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras (org.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia Faculdade de Arquitetura Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.

----------. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec,1997.

----------. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record,2000.

---------- *et al* (org.). **O Novo Mapa do Mundo:** Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec-Anpur, 2002, p.15-22.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia global**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia; ROOST, Frank. A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento. **Revista Espaços & Debates**, São Paulo, 2001, nº 41, p.66-74.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **Geousp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n°14, 2003, p.77-88.

SCOTT, Alan; AGNEW, John A,; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Cidades-regiões globais. **Revista Espaços & Debates**, São Paulo, 2001, nº 41, p.11-25.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

----------. **Literatura como Missão**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. As transformações da rede de gestão territorial do Banco Nacional S/A sob a égide da revolução telemática. **Revista Território**, ano IV, n.6, jan./jun. 1999.

SILVA, FERNANDO NASCIMENTO. O Rio de Janeiro à época do IV Centenário. In: **Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos**. Governo do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro – São Paulo. Editora Record ,1965, p. 162 – 172.

SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe (org). **Cidade e portos**: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **História do Urbanismo no Rio de Janeiro**- Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: **O Espaço da Diferença**. ARANTES, Antonio A. (org.). Campinas: São Paulo, Papirus,2000.

----------. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia global. In: **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. A fisionomia das unidades urbanas. In: **Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos**. Governo do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 1965, p.365-390.

----------. A organização interna das cidades segundo seu estágio de desenvolvimento. **Boletim Geográfico do IBGE**, Rio de Janeiro, 1968, v.27, n.203, p. 86-93.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de **O Desafio Metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

----------. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, ano III, nº 4, jan/jun.1998.

----------. Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

TABB, William K. As cidades mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio. In: **Reestruturação urbana: tendências e desafios**/ Lícia Valladares, Edmond Preteceille, coordenadores. São Paulo: Nobel, 1990.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil**, século XX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1984-1993.

TOFLER, Alvin. O choque das civilizações. **Revista Window**. Porto Alegre, Escala Comunicação & Marketing, setembro de 1991.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário:** o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora Senac, 2001.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e Moradia-**habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmem Beatriz. A Área Central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções - uma visão sintética no decorrer século XX. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Ano VIII, nº 2/3. Rio de Janeiro, 1994, p.95-105.

----------. A Área Central do Rio de Janeiro: processo histórico e configuração espacial. In: PADILHA, Nilo (org.). **Cidade e urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUBA, 1998.

VELHO Gilberto. **A Utopia Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel; Fapesp: Lincoln Institute,1998.

WHITMAN, Walt. **Folhas das folhas de relva**. Seleção e tradução de Geir Campos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: **O Fenômeno Urbano**. Velho Otávio Guilherme (organizador). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas /FFLCH6/ USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

XAVIER, Alberto; BRITO, Alfredo; NOBRE, Ana Luisa. **Arquitetura Moderna do Rio de Janeiro**. São Paulo, PINI: Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: RIOARTE, 1991.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade. In: **Espaço & Debates** 43-44. São Paulo: Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, 2003, p. 92-104.

ZUKIN, SHARON. ”Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: O **Espaço da Diferença**. ARANTES, Antonio A. (org.). Campinas: São Paulo, Papirus,2000.

----------. “Aprendendo com Disney Word”. In: **Espaço & Debates** 43-44. São Paulo: Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, 2003, p. 11-27.

Artigos em meio eletrônico:

A dinâmica da produção imobiliária na região de Jacarepaguá (XVI e XXXIV RAs). PCRJ/SMU/IPP, fevereiro de 2003.

DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografia y

ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona,1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194(44). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm [ISSN:1138-9788]

FERREIRA, A.A. A tendência ao esvaziamento da área central da cidade do Rio de Janeiro e sua associação com a implementação teletrabalho pelas empresas. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona,1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194(81). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-81.htm [ISSN:1138-9788]

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancaria no Brasil: o caso do Proer. **Notas Técnicas do Banco Central,** n.38, julho de 2003.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. Preservação e Requalificação do centro do Rio: a construção de um objeto difuso. Fonte: **Instituto Light**, publicado em 21 abril 2002, www.light.com.br, acesso em 29 março 2003.

MOTTA, Marly Silva da. 1922: em busca da cabeça do Brasil moderno. Rio de Janeiro: **CPDOC**, 1994, 8fl.

----------. “Ante-sala do paraíso”, “Vale de Luzes”, “Bazar de Maravilhas”- a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro- 1922). Rio de Janeiro: **CPDOC**, 1992, 22 fl.

----------. A nação faz cem anos: o centenário da Independência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **CPDOC**, 1992, 18f.

----------. O Rio de Janeiro continua sendo? Rio de Janeiro: **CPDOC,** 2000, 14f.

SILVA, Luiz Roberto Arueira da. Praia de Botafogo - Um novo centro de negócios? **IPP**, Diretoria de Informações Geográficas, maio de 2001.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). **Notas técnicas do Banco Central**, nº11, novembro de 2001.

SANTOS, Julio César Ferreira. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n.194(43). Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-43.htm. Acesso em:9 maio 2005.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Limites da Utopia: autonomia e intervenção na cidade do Rio de Janeiro na década de 30. Rio de Janeiro: **CPDOC**, 1995.

TOBAL, Tòfol. El terciario portuario como indicador de innovación. **Scripta Nova.** Barcelona: Universidade de Barcelona, n.69(66), 1 de agosto de 2000. (Número extraordinário dedicado ao II Colóquio Internacional de Geocrítica, Atas do Colóquio).

Planos e documentos oficiais:

A Exposição de 1922, nº 8-9.Órgão da Comissão Organizadora, novembro, MCMXXII.

Anais do PUB/RIO. PCRJ, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

Código de Obras e Legislação Complementar. Decreto 6000. Quarta Edição, V.II. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1964.

Coletânea de notícias, pareceres e documentos, publicada pela empresa Companhia Industrial Santa Fé, em janeiro de 1937, assinada por seu então presidente Alarico Nogueira da Silva Costa.

Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, de Frei Albano Marciniszyn, O F. M. Separata da Revista Vida Franciscana, nº 48, ano LII, 1975.

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 1ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1903.

Mensagem do chefe do governo provisório, lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato de sua instalação em 15 de novembro de 1933.

Mensagem do Prefeito Pereira Passos ao Conselho Municipal, 1 de setembro de 1903.

Plano Agache - Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação, Extensão e Embellezamento. Paris, Prefeitura do Districto Federal, Foyer Brésilien Editor, 1930.

Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro, 1992.

Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio sempre Rio. Janeiro de 1996.

Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, As cidades da cidade, 2004.

Plano Urbanístico Básico da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

Relatório anual do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Anos de 1891, 1906, 1924.

Relatório anual do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Anos de 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909.

Relatório anual da Presidência da República, anos 1903 e 1937.

Relatório de atividades. Subprefeitura do Centro. 1994.

Relatórios da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. In: Reis, José de Oliveira. Evolução urbanística do Rio de Janeiro. Revista Municipal de Engenharia, XLII, jan./dez.1992, nº 1/4.

Prefeitura do Distrito Federal, Programa Geral de Realizações, 1940-1943.

Remodelação do Rio de Janeiro. Relatório apresentado à ilustríssima Câmara Municipal por Henrique de Beaurepaire Rohan, Visconde de Baurepaire. IHGB, Separata do Volume 275, abril, junho de 1967, Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

Relatório do Plano Doxiadis. Doxiadis Associates. Estado da Guanabara, Secretaria de Governo, tradução promovida pela CEPE-1, 1967.

Rio Estudos, n° 202, DO de 26/05/2006, PCRJ. O desabafo de um político traído.

Rio Estudos n°148, março 2005. Um plano de obras exemplar.

Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas, ofício s/n, datado de 1 de outubro de 1940, assinado por Edison Passos, Secretario Geral da Prefeitura.

Secretaria de Governo do Estado da Guanabara. A experiência da Guanabara. Rio do Janeiro: Editora Laudes, 1970.

Revistas :

Revista Brasil Moderno, Rio de Janeiro, Volume VIII, dezembro 1954.
Revista Chão, junho/julho/agosto, 1978, nº 2.
Revista Manchete nº 407, 6 de janeiro de 1960.
Revista Manchete, Número Especial, 1968.
Revista Manchete, Editora Bloch, Número Especial, 1969.
Revista Manchete, n° 1197 de 29 de março de 1975.
Revista Manchete, Número Especial, 1982.
Revista Projeto, dezembro de 1982.
Revista Realidade, Nossas Cidades, Número Especial. Abril Cultural, maio 1972.
Viver a vida Alphaville, São Paulo, Mauro Ivan Marketing Editorial, 2003.

8-Anexos

1 - Listagem dos órgãos públicos localizados na área central por nível de governo 445

2 - Listagem dos estabelecimentos comerciais 449

3 - Listagem das unidades imobiliárias cadastradas por utilização industrial e tipologia industrial na área central IPTU/2006 483

4 - Listagem das instituições e estabelecimentos bancários 484

5 - Listagem dos museus e centros culturais 493

6 - Listagem das bibliotecas localizadas na área central 496

7 - Listagem das livrarias 498

8 - Listagem das editoras 502

9 - Listagem das instituições de ensino superior 506

10 - Listagem dos teatros e cinemas 508

11 - Listagem dos estabelecimentos de diversão noturna na Lapa e arredores 509

12 - Listagem das empresas localizadas na área central segundo cadastro do Sistema FIRJAN 511

13 -Tabulação das freqüências por endereço de escritórios por categorias profissionais pesquisadas 519

14 - Listagem dos estabelecimentos hoteleiros 542

15 - Listagem de restaurantes e lanchonetes 545

16 -Valores do VO territorial determinado para fins de IPTU na área central, ano 2004 566

17- Listagem de edificações pesquisadas na área central 574

18- Listagem de associações de caráter científico 578

19- Listagem de associações profissionais 579

20- Listagem de antiquários e leiloeiros 591

21- Listagem das matérias de jornal pesquisadas 593

22- Listagem dos jornais localizados na área central 603

Anexo nº 1: Listagem de órgãos públicos localizados na área central por nível de governo

Nível de Governo	Status	Órgão	Endereço
Municipal	Direta	Procuradoria Geral do Município	Travessa do Ouvidor, 4
		Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Av. Presidente Vargas, 914/7º andar
		Secretaria Municipal de Trabalho	Pç. Pio X, 5/6º andares
		Secretaria Municipal de Transportes	Av. Presidente Vargas, 817/23º
		SEAE	Pç. Pio X, 119/7º andar
		SETUR	Rua da Assembléia, 10/9ºandar
		SEDECT	Pç. Pio X, 119/8º andar
		Plano Estratégico	Pç. Pio X, 119
		SEPDQ	Pç. Pio X, 119/4º andar
	Fundações	FUNLAR/CIAD	Av. Presidente Vargas, 1997
		Fundação Parques e Jardins	Pç. da República, s/n (dentro)
		Rio Esportes	Av. Presidente Vargas 914 8/9º
	Empresas Públicas	CET	Av. Presidente Vargas, 817/21º
		RioLuz	Rua Marques do Pombal, 125/ 10º andar
		RioFilme	Pç. Floriano, 19/14º andar
		Riotur	Rua da Assembléia, 10/9ºandar
	Autarquias	FundoRio	Pç. Pio X, 119/6º andar
Estadual	Chefia do Executivo	Vice-Governador	Rua da Ajuda, 5/8º andar
	Secretarias de Estado	Integração Governamental	Rua da Ajuda, 5/9º andar
		Desenvolvimento Econômico	Rua da Ajuda, 5/7º andar
		Administração e Reestruturação do Estado	Av. Erasmo Braga, 118/13º andar
		Planejamento e Coordenação Institucional	Rua da Ajuda, 5/12º andar
		PGE	Rua Dom Manuel, 25/3º andar
		Defensoria Pública	Av. Marechal Câmara, 314/2º
	Secretarias Setoriais de governo	Finanças	Rua Alfândega, 42/1º andar
		Receita	Rua da Ajuda, 5/12º andar
		Justiça e Direitos do Cidadão	Pç. Cristiano Otonni, s/n
		Administração Penitenciária	Av. Presidente Vargas, 670/6º
		Direitos Humanos	Av. Presidente Vargas 817/26º
		Segurança Pública	Av. Presidente Vargas 817/15º
		Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	Rua da Ajuda, 5/8º andar
		Transportes	Rua da Ajuda, 5/15º andar
		Educação	Rua da Ajuda, 5/5º andar
		Cultura	Rua da Ajuda, 5/13º andar
		Saúde	Rua México, 128/5º
		Trabalho e Renda	Av. Gal. Justo, 275/6º andar
		Ciência e Tecnologia	Rua da Ajuda, 10

Nível de Governo	Status	Órgão	Endereço
Estadual	Secretarias Setoriais de governo	Defesa Civil	Pç. República, 45
		Energia, Ind. Naval e Petróleo	Rua da Ajuda, 5/16º andar
		Habitação	Rua da Ajuda, 5/17º andar
		Turismo	Rua da Ajuda, 5/6º andar
		Tribunal de Contas	Pç. da República, 70/7º andar
		Ministério Público/ PGJ	Av. Marechal Câmara, 370/8º
		Tribunal de Justiça	Av. Erasmo Braga, 115
		Tribunal Regional Eleitoral	Av. Presidente Wilson, 194
		Cedae	Rua Sacadura Cabral
Federal	MF	Superintendência de Seguros Privados- SUSEP	Rua Buenos Aires, 256/4º
		Brasil Resseguros S/A	Av. Marechal Câmara, 171
		CVN	Rua Sete de Setembro, 111
		Gerencia Regional Administrativa	Av. Presidente Antônio Carlos, 375/11º andar
		Superintendência Regional da Receita Federal 7° Região Fiscal	Av. Presidente Antônio Carlos, 375 sl. 314
		Inspetoria Regional da RF	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 911
		Alfândega da Receita do Porto do RJ	Av. Rodrigues Alves, 81/4º
		Escritório de Pesquisa e Investigação no RJ	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 314
		Procuradoria da Fazenda Nacional	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 614
		Procuradoria Regional da Fazenda Nacional- PRFN-RJ	Av.Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 1011
		ESAF- Centro Regional de Treinamento	Av.Presidente Antônio Carlos, 375, 12º andar
		Delegacia Especial de Instituições Financeiras do RJ	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 214
		Delegacia da Receita Federal da Fiscalização do RJ	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 214
		Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sl. 421
		Centro de Atendimento do Contribuinte no Centro	Av. Presidente Antônio Carlos, 375/térreo
		Dataprev	Av. Almirante Barroso, 51, 4º
	PR	Controladoria Geral da União	Av. Presidente Antônio Carlos, 375, 7º andar
		Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, Escritório RJ	Av. Rodrigues Alves, 129
	MS	FUNASA / CORE	Rua Coelho e Castro, 6/10º
		Coordenadoria Vigilância Sanitária do RJ	Rua México, 128, 1 sobreloja, sala 16
		Superintendência Estadual INSS- Rio	Av. Treze de Maio, 13/26º

Nível de Governo	Status	Órgão	Endereço
Federal	MS	Núcleo Estadual	Rua México, 128/9º andar
	MTE	Delegacia Regional do Trabalho no RJ	Av Presidente Antônio Carlos, 251/ térreo
		FUNDACENTRO – Escritório Estadual do RJ	Av. Presidente Vargas, 418/7º
	MT	Cia Docas RJ	Rua Acre, 21
		RFFSA	Pç. Procópio Ferreira, 86
		Valec- Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	Rua Marechal Floriano, 45/3º
	MME	Petrobrás Petróleo Brasileiro S/A	Av. República do Chile, 65
		DNPM, 9º Distrito.	Av. Nilo Peçanha, 50, sl. 709 e 710.
		Comercializadora Brasil de Energia Emergencial- CBEE	Rua do Ouvidor, 60
		Agência Nacional de Petróleo	Av. Rio Branco, 65
		Eletrobrás	Av. Rio Branco, s/n.
		Termonuclear SA	Rua da Candelária, 65/10º
	MDIC	BNDES	Av. República do Chile, 100
		INPI	Pç. Mauá, 7/18º andar
		FND- Fundo Nacional de Desenvolvimento	Av. República do Chile, 100/ 11º andar
	MD	Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Comando da Marinha- CCCPCM	Av Rio Branco, 39/13º andar
		Comando da Aeronáutica, Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica- CF/AE	Rua Marechal Câmara, 233/11º
		Empresa Gerencial de Projetos Navais - ENGEPRON	Ilha das Cobras Edifício, 8/3º
		Infraero, Superintendência Regional Norte, Santos Dumont	Pç. Senador Salgado Filho, s/n
	MDE	Escola de Representação do RJ - ERERIO	Av. Marechal Floriano, 196
	MAPA	Delegacia Federal de Agricultura no Estado do RJ	Av. Rodrigues Alves, 129/8º
	MJ	Departamento de PF, Superintendência Regional do RJ	Av. Rodrigues Alves, 1
	MinC	Fundação Biblioteca Nacional	Av. Rio Branco, 219
		Fundação Nacional de Artes - FUNARTE	Rua da Imprensa, 16/5º andar
		Representação Regional do RJ	Rua da Imprensa, 16, 2º andar
		IPHAN- Departamento de Museus e Centros Culturais - BN	Av. Rio Branco, 199
		Paço Imperial /CC IPHAN	Pç. XV de Novembro, 48
		Agência Nacional de Cinema	Pç. Pio X, 54/10º andar.
		6° Superintendência Regional	Av. Rio Branco 46/5º andar

Nível de Governo	Status	Órgão	Endereço
Federal	MinC	MHN	Pç. Marechal Âncora, s/n
		MNBA	Av. Rio Branco, 199
	MP	SPU, Gerência Regional do Patrimônio da União	Av. Presidente Antônio Carlos, 375
		IBGE-Unidade Estadual	Av. Beira Mar, 436/13º andar
	MMA	Gerencia Executiva do IBAMA	Pç. Pio X, 42/8º andar
	MPS	Procuradoria Federal Especializada, Procuradoria dos Tribunais	Rua Pedro Lessa, 36
		Auditoria Geral RJ	Av. Almirante Barroso 54, 13 º
		Gerência Executiva Norte INSS RJ.	Rua Pedro Lessa 36, 12º andar
		Agência da Previdência Social, RJ	Av. Presidente Vargas, 418
		INSS, Agência da Previdência Social	Av. Marechal Floriano, 199
		Seção de Execução Orçamento e Financeira SEOF	Av. Nilo Peçanha, 50, sl. 709 e 710
	MTC	ANATEL, Escritório Regional Rio, ER2	Pç. Pio X, 9/10º andar
	MEC	Representação do RJ	Rua da Imprensa, 16/2º andar
	Justiça Federal	Varas Cíveis 1º Instância	Av. Rio Branco, 241
		Varas Criminais	Av. Venezuela, 134
		Varas de Execuções Fiscais	Av. Venezuela, 134
		Varas Previdenciárias	Av. Venezuela, 134
		Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Av. Venezuela, 134
		Tribunal Regional Federal	Rua do Acre, 80
		Tribunal Regional do Trabalho	Rua do Lavradio, 132
		Procuradoria Regional da República	Rua Uruguaiana, 174
	Justiça Estadual	Tribunal de Justiça	Rua Erasmo Braga, 115
Poder Judiciário		Procuradoria da República	Av Nilo Peçanha, 23/31
Legislativo	Municipal	Câmara dos Vereadores	Pç. Floriano, s/n
Legislativo	Estadual	Assembléia Legislativa	Pç. XV de Novembro, s/n/ e Rua Dom Manoel, s/n

Fonte: www.rio.rj.gov.br; www.governo.rj.gov.br; www.brasil.gov.br; www.siorg.redegoverno.gov.br; www.telelistas.net e www.telemar.com.br. Consultados em 18/03/2004, 13/05/2004, 19/01/2005 e 20/01/2005. Atualizados em 21/07/2006.

Anexo nº 2: Estabelecimentos comerciais localizados na área central

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Açougue Coimbrasil	Rua Tadeu Kosciusko, 79	Açougue
Açougue e Mercearia Lamas	Av. NS Fátima, 86 A	Açougue
Açougue Fafe Ltda	Rua da Conceição, 132 lj	Açougue
Açougue Flor de Frei Caneca	Rua Frei Caneca, 148	Açougue
Açougue Mar e Terra	Av. Mal Floriano, 10	Açougue
Açougue Nova Lapa	Rua do Resende, 111	Açougue
Açougue Pousada Minho	Rua dos Inválidos, 49 A	Açougue
Açougue Xingu	Rua Carlos Sampaio, 319 lj C	Açougue
Distribuidora Carnes Frigokar	Rua do Riachuelo, 207 lj	Açougue
Distribuidora Mari Terra	Av. Mal Floriano, 10 lj	Açougue
Fátima de Carnes	Rua Tadeu Kosciusko, 50	Açougue
Armarinho 234 Ltda	Rua Sr dos Passos, 234	Armarinhos
Armarinho Delmar Ltda	Rua Sr Passos, 279 e 283	Armarinhos
Armarinho Dois Irmãos Ltda	Rua Sr dos Passos, 264	Armarinhos
Armarinho e Confecções Santex Ltda	Rua da Alfândega, 328 lj	Armarinhos
Armarinho Paulista Ltda	Rua Sr dos Passos, 275	Armarinhos
Caçula Armarinho Aviamentos	Rua Sr dos Passos, 275	Armarinhos
Caçula Aviamentos Ltda	Rua Buenos Aires, 261 lj	Armarinhos
Caçula Comércio Ltda	Rua Buenos Aires, 292	Armarinhos
Casa Alcion Armarinho Ltda	Rua Vinte de Abril, 37 lj 2	Armarinhos
Casa João Gandelman Armarinho Ltda	Rua da Alfândega, 365	Armarinhos
Casa Turuna Magazine Ltda	Rua Sr dos Passos, 122	Armarinhos
Depósito de Fechos Eclair Ltda	Rua Sr dos Passos, 130	Armarinhos
Doze Distribuidora de Papelaria Ltda	Rua Buenos Aires, 312 lj	Armarinhos
Edumar Comércio e Imp Aviamentos	Rua Buenos Aires, 292	Armarinhos
Ernst Mattheis Armarinho S/A	Rua Camerino, 64	Armarinhos
Fagulhas Peças e Agulhas Ltda	Rua Visc de Rio Branco, 59	Armarinhos
J Boueri e Cia Ltda	Rua Sr dosPassos, 285 lj	Armarinhos
Mr Castro Armarinho Ltda	Rua Buenos Aires, 261 lj	Armarinhos
Paulinia Importação Comércio Ltda	Rua da Conceição, 57 lj A	Armarinhos
Quickban Armarinho Ltda	Rua Sr dos Passos, 125 lj	Armarinhos
Sebastião Prudente Gonçalves	Rua da Alfândega, 325	Armarinhos
Soares Ribeiro Com de Aviamentos	Rua Buenos Aires, 255	Armarinhos
Vila Niza Armarinhos Ltda	Rua Buenos Aires, 319 lj	Armarinhos
27 Couros Comércio e Representação	Rua Gonçalves Lêdo, 27	Artigos de couro
Arinaldo Alves Ferraz	Rua Bento Ribeiro, 27 lj	Artigos de couro
Bagaggio	Rua da Quitanda 23, lj	Artigos de couro
Brascouro	Rua da Conceição, 30 lj	Artigos de couro
Casa Adelino Couros Ltda	Rua Camerino, 130	Artigos de couro
Conceição Couros Ltda	Rua da Conceição 24	Artigos de couro
Croc Central de Couros Ltda	Rua Alcântara Machado, 40 A	Artigos de couro
Invicta Comércio de Couros Ltda	Rua da Constituição 16/18	Artigos de couro

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Irmãos Reis Couro Ltda	Rua Gonçalves Lêdo, 53 lj	Artigos de couro
Mr Cat	Rua da Quitanda, 19 A	Artigos de couro
R C R Couros e Tecidos Ltda	Rua Gonçalves Lêdo, 26 lj	Artigos de couro
Tourinho Acessórios de Couro Ltda	Rua Sete de Setembro, 88 lj A	Artigos de couro
Yellow Bay Comércio Couros	Rua Gonçalves Dias, 18 lj D	Artigos de couro
Auto Mercantil	Rua dos Inválidos, 123	Automóveis
Besouro Veículos e Caminhões	Pç. da República, 69	Automóveis
Cipan Veículos	Rua do Senado, 329	Automóveis
Luiz Marcus Patrício Nejaim	Rua da Alfândega, 243 lj	Automóveis
Robert Davis Haas	Av. Henrique Valadares, 146 lj A	Automóveis
Soares Car	Rua da Alfândega, 80 s 4	Automóveis
Anvi Bazar	Rua da Carioca, 8	Bazares
Bazar 137 Utilidades	Rua Santana, 137 lj	Bazares
Bazar 282 Adiel	Rua Buenos Aires, 282	Bazares
Bazar Carola	Rua Senhor dos Passos, 220	Bazares
Bazar Carracelas	Rua do Riachuelo, 241 bx 1	Bazares
Bazar Chou	Rua Senhor dos Passos, 269	Bazares
Bazar das Flores	Rua Senhor dos Passos, 226	Bazares
Bazar do Povo Santo Ltda	Rua Luís Camões, 51 lj A	Bazares
Bazar dos Pratos Ltda	Rua Acre, 98	Bazares
Bazar e Mercearia Menezes Cortes	Rua São José, 35 lj I	Bazares
Bazar e Papelaria Rainha de Fátima	Rua Tadeu Kosciusko, 67 A	Bazares
Bazar Flor do Acre Ltda	Rua Acre, 65 lj	Bazares
Bazar Francisco	Lgo S Francisco Paula, 19 lj A	Bazares
Bazar JS	Rua Gonçalves Lêdo, 55 lj	Bazares
Bazar Long Ltda	Rua Senhor dos Passos, 163	Bazares
Bazar Melvin Ltda	Rua da Alfândega, 300 lj	Bazares
Bazar Neon Grafite	Rua André Cavalcanti, 7 lj	Bazares
Bazar Rio Xion Bin Ltda	Rua Senhor dos Passos, 199	Bazares
Bazar Se Ligue Ltda	Rua Buenos Aires, 126 lj	Bazares
Bazar Tia Marcelina	Rua da Alfândega, 341 lj	Bazares
Bazar Trovão Ltda	Rua Andradas, 22 lj	Bazares
Bazar Único do Passeio	Rua do Passeio, 70 lj 2	Bazares
Bazar Watch Mania Ltda	Rua Tadeu Kosciusko, 99 A	Bazares
Buscapé Artefatos de Couro	RuaVisc Gávea, 85 lj	Bazares
Casa Turuna Magazine Ltda	Rua Senhor dos Passos, 122	Bazares
Chan Tung Peng	Rua Senhor dos Passos, 166	Bazares
Chana Rio	Rua da Alfândega, 286 lj	Bazares
Chaveiro e Bazar Gorete	Rua Vinte de Abril, 8 lj B	Bazares
Compre Aqui Bazar Ltda	Av. Treze de Maio, 40 lj	Bazares
Dylan Bijoux Bazar Ltda ME	Rua Senhor dos Passos, 237	Bazares
Guidavan Emb e Art de Bazar	Rua Buenos Aires, 206	Bazares
Hang Har Yoe	Bc do Tesouro, 26 lj A	Bazares
Liang Bazar Ltda	Rua Senhor dos Passos, 62	Bazares

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Lívia Cláudia da Silva Alves	Rua Evaristo Veiga, 16	Bazares
Loucura Bazar e Papelaria Ltda	Rua Gonçalves Lêdo, 19 lj	Bazares
Maria Gorete	Rua Vinte de Abril, 8 lj B	Bazares
Mercuti Rio Bazar Ltda	Rua Uruguaiana, 210 lj	Bazares
New Jacque Bazar Ltda	Rua Senhor dos Passos, 202	Bazares
NJN Comércio e Bazar	Tv Belas Artes, 21 A	Bazares
Pet Zoyd	Rua André Cavalcanti, 30 lj	Bazares
Plus do Brasil Bazar	Rua Gonçalves Lêdo, 53	Bazares
Rainha Louças Ltda	Av. Mem de Sá, 137 lj S	Bazares
Sesta Rio Bazar Ltda	Rua Senhor dos Passos, 182	Bazares
Sidney Bias Furtado	Rua Uruguaiana, 10 lj 110	Bazares
Tcheou W Y ME	Rua Buenos Aires, 212 lj S	Bazares
Tsai Jin Long	Rua Senhor dos Passos, 131	Bazares
Vira Verão Bazar Ltda	Rua Gonçalves Lêdo, 20 lj	Bazares
Wanda Tereza Silva de Matos	Rua Sen Dantas, 75 s 2303	Bazares
Yin Xiang Cong	Rua Senhor dos Passos, 58 lj	Bazares
Zhou Jun Yong	Rua Senhor dos Passos, 135	Bazares
Actualite Bolsas	Rua Ramalho Ortigão, 9 lj 5	Bolsas
Atacadão Vitória	Rua da Alfândega, 375 Sl	Bolsas
ISW Artefatos de Couro	Rua da Alfândega, 194	Bolsas
Kamache Bolsas Ltda	Rua Luís Camões, 75 A	Bolsas
Marli Bolsas	Av. Rio Branco, 156 lj 17	Bolsas
Reginaldo F.dos Santos	Rua Uruguaiana, s/n bx 345	Bolsas
Targino	Rua Regente Feijó, 43	Bolsas
Tereza Cristina Bragança	Av. Mem de Sá, 124	Bolsas
B 5 Modas	Rua Gonçalves Dias, 5 lj B	Boutique
Camille Boutique Ltda	Rua Sete de Setembro, 40 lj	Boutique
Didey Comércio de Roupas	Av. Rio Branco, 126 lj A	Boutique
Gait	Rua Sen Dantas, 117 lj X	Boutique
Litage Boutique Ltda	Rua Gonçalves Dias, 28	Boutique
Mary Wana	Rua da Assembléia, 10 lj I	Boutique
Mary Wana	Rua Sete de Setembro, 92 lj101	Boutique
Nektar Boutique Ltda	Rua do Rosário, 113 lj A	Boutique
Pour Femme Modas	Rua Sen Dantas, 75 lj I	Boutique
Rabo de Saia	Rua Uruguaiana, 10 lj 5	Boutique
Shop 126	Rua Gonçalves Dias, 56 lj C	Boutique
Shop 126	Rua Sete de Setembro, 55 lj C	Boutique
Vicius Boutique Ltda	Av. Rio Branco, 135 lj 2	Boutique
World Map	Tv do Ouvidor, 50 lj A	Boutique
A Ciganinha	Rua Senhor dos Passos, 205 lj	Brinquedos
Angie Shop	Rua Senhor dos Passos, 202	Brinquedos
Armarinho Delmar Ltda	Rua Senhor dos Passos, 279	Brinquedos
Brink Center	Rua Alfândega, 193	Brinquedos
Brinq Festas	Rua da Alfândega, 250 lj	Brinquedos

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Carlos Alberto Teixeira	Av. Rio Branco, 100 an 21	Brinquedos
Distribuidora Brinquedos Fraga	Rua Gonçalves Lêdo, 72 lj	Brinquedos
Edil Murilo dos Santos Júnior	Rua da Alfândega, 316	Brinquedos
Fang Fiy	Rua Buenos Aires, 225 lj	Brinquedos
Henrique José Ferreira Martins	Rua da Alfândega, 369	Brinquedos
Ismário Fernandes da Silva	Rua Uruguaiana, s/n	Brinquedos
Mareg Comércio	Rua da Alfândega, 84 /86	Brinquedos
Smart Toys	Rua da Alfândega, 222 lj B	Brinquedos
Top Saara Brinquedos	Rua Senhor dos Passos, 202	Brinquedos
A Imperatriz Calçados	Pc Tiradentes, 14	Calçados
A Marechal	Av. Mal Floriano, 42	Calçados
Andaranna Boutique	Rua Sete de Setembro, 98	Calçados
Barrage Boutique	Rua Gonçalves Dias, 35	Calçados
Bianca	Pç. Tiradentes, 14	Calçados
Calçados Canaan	Av. Gomes Freire, 656 lj A	Calçados
Calçados Dominante Ltda	Rua Ramalho Ortigão, 9 LJ 1	Calçados
Calçados Gala	Rua do Resende, 21	Calçados
Calçados Maceira Ltda	Tv Belas Artes, 5	Calçados
Calçados Orquídeas Ltda	Rua Tadeu Kosciusko, 22	Calçados
César Pinheiro da Silva	Rua Ramalho Ortigão, 9 lj 12	Calçados
Cezanne	Rua Ramalho Ortigão, 9 lj 15	Calçados
Charme do Ouvidor	Rua do Ouvidor, 191 lj	Calçados
Charme do Pé	Rua Uruguaiana, 60 lj	Calçados
D C Lua Calçados	Tv Belas Artes, 5	Calçados
D Peres	Rua Sete de Setembro, 134	Calçados
Di Santinni	Av. Rio Branco, 37	Calçados
Di Santinni	Rua do Ouvidor, 131	Calçados
Dilma's Rios Calçados	Rua da Carioca, 30	Calçados
Fox Calçados	Av. Treze de Maio, 44 lj	Calçados
Gadal Calçados e Modas	Rua do Ouvidor, 129	Calçados
Gambier S/A Ind e Comércio	Rua Uruguaiana, 52 lj	Calçados
George Farah Awi	Rua Gonçalves Dias, 35	Calçados
Guilherme Azeredo da Silva	Rua Andradas, 11	Calçados
Haremagui	Av. Rio Branco, 20 lj A	Calçados
Irmãos Laba Ltda	Rua Senhor dos Passos, 155	Calçados
J H C M Calçados	Rua Sete de Setembro, 121	Calçados
JF Silva Calçados e Plásticos	Rua Buenos Aires, 307	Calçados
Kausseleve Calçados	Rua Sete de Setembro, 124	Calçados
Kausseleve Calçados	Rua Uruguaiana, 68 lj	Calçados
La Salette Modas	Rua do Rosário, 74 lj	Calçados
Londres Calçados	Rua Gonçalves Dias, 40 lj 31	Calçados
Lua Calçados	Tv Belas Artes, 5 Lj 01	Calçados
Luís Cláudio Pereira Telles	Rua Gonçalves Dias, 37	Calçados

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Magia dos Pés	Rua da Carioca, 34	Calçados
MB Ipanema	Rua Gonçalves Dias, 15	Calçados
Mendes de Freitas	Rua da Carioca, 66 lj	Calçados
Mendes de Freitas S/A	Rua Sete de Setembro, 141 lj	Calçados
Mercadão Passos Calçados	Av. Passos, 64	Calçados
Mr Cat	Av. Rio Branco, 133 lj C	Calçados
Nectar Calçados	Rua do Riachuelo, 239 B	Calçados
Paquetá Calçados	Av. Rio Branco, 120 lj B	Calçados
Pedro Paulo de Faria	Rua da Alfândega, 197	Calçados
Pedshopping	Rua Gonçalves Dias, 84 lj B	Calçados
Pkk Calçados	Av. Rio Branco, 135 lj C	Calçados
Pkk Calçados	Rua Uruguaiana, 31 J	Calçados
Ponta de Estoque	Rua do Riachuelo, 221 lj B	Calçados
Ponta de Estoque	Rua Senador Dantas, 7 lj A	Calçados
Reinisa	Av. Nilo Peçanha, 151 lj A	Calçados
Renovador Calçados Jato	Av. Mal Floriano, 46	Calçados
Rhamaqui	Rua México, 119 lj C	Calçados
Ribeira Lima	Rua Uruguaiana, 74 lj	Calçados
Rita de Cássia Bastos Simões	Rua Gonçalves Dias, 40 A	Calçados
Saillor Boutique Ltda	Rua Sete de Setembro, 96	Calçados
Sapataria Amigos	Rua Beneditinos, 10 lj B	Calçados
Sapataria Carneiro	Pç. Cristiano Ottoni, s/n lj 16	Calçados
Sapataria e Camisaria Lima	Rua Bento Ribeiro, 20	Calçados
Sapataria Fafense	Av. Mal Floriano, 42	Calçados
Sapataria Gambier	Rua Uruguaiana, 54	Calçados
Sapataria La Câmera	Rua Tadeu Kosciusko, 67 B	Calçados
Scap Comércio Calçados	Rua da Carioca, 54 lj A	Calçados
Sonho dos Pés	Rua Sete de Setembro, 121 lj	Calçados
Souza Pinho	Av. Mal Floriano, 121	Calçados
Tem Tênis	Rua Andradas, 59 qd 589	Calçados
Uaine Istrite	Rua do Ouvidor, 120	Calçados
Valdiney L.do Nascimento	Rua do Riachuelo, 190 lj A	Calçados
Veri Gud Calçados e Bolsas	Rua S José, 78 lj	Calçados
Viviane Teles Paltrinieri	Rua da Alfândega, 197 lj	Calçados
Zaba Calçados	Rua Gonçalves Dias, 28 lj	Calçados
Anderson Torres de Oliveira	Lgo S Francisco Paula, 16 lj A	Cama, mesa, banho
Carlindo Anizio Ribeiro	Rua Gonçalves Lêdo, 77	Cama, mesa, banho
Casas Fama	Rua da Alfândega, 327 lj	Cama, mesa, banho
Dália Comércio de Roupas	Rua da Alfândega, 336	Cama, mesa, banho
Dália Comércio de Roupas	Rua da Alfândega, 360	Cama, mesa, banho
Dália Comércio de Roupas	Rua Senhor dos Passos, 160	Cama, mesa, banho
Fernando José Feres Sauma	Rua da Alfândega, 253	Cama, mesa, banho
Geny Ida Nigri	Rua da Alfândega, 336 lj	Cama, mesa, banho

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Geny Ida Nigri	Rua da Alfândega, 336 lj	Cama, mesa, banho
Jair da Silva Braga	Rua da Alfândega, 358 lj	Cama, mesa, banho
José Augusto de Oliveira	Rua Senhor dos Passos, 252	Cama, mesa, banho
José Nunes de Oliveira	Rua Senhor dos Passos, 164	Cama, mesa, banho
Magazine Ana Preta	Rua da Alfândega, 352 lj	Cama, mesa, banho
Magazine Ana Preta	Rua da Alfândega, 358 an 1	Cama, mesa, banho
Márcio Pereira Ribeiro	Rua da Alfândega, 352 sb	Cama, mesa, banho
Mounir Slleiman Alam	Rua da Alfândega, 208 lj	Cama, mesa, banho
O Ribeiro Tecidos	Rua da Alfândega, 352 sb	Cama, mesa, banho
Salim Karam Ghazi	Rua da Alfândega, 227	Cama, mesa, banho
Têxtil Rossini do Brasil Ltda	Av. Nilo Peçanha, 155 lj B	Cama, mesa, banho
Vicente Hernandez e Irmão	Av. Tomé Sousa, 123	Cama, mesa, banho
A Radiante	Rua Sete de Setembro, 137	Chapéus
Chapelaria Alberto	Rua Buenos Aires, 73	Chapéus
Chapelaria Alberto	Rua Miguel Couto, 29	Chapéus
Chapelaria Esmeralda	Av. Mal Floriano, 32	Chapéus
Chapelaria Porto	Rua Sen Pompeu, 114 c 2	Chapéus
Colchões Presidente	Rua Santana, 192 lj	Colchões
Jaime Lustman	Rua Buenos Aires, 284 lj	Colchões
Ortobom Colchões	Rua Buenos Aires, 113	Colchões
Paradiso Colchões	Av. Mal Floriano, 122 lj 0	Colchões
Paradiso Colchões	Rua Buenos Aires, 113	Colchões
Adriana e Dias Antiguidade e Magias	Rua da Alfândega, 323	Conveniência
Almeida e Gaeta Produtos Naturais Ltda	Rua Carlos Sampaio, 246 lj B	Conveniência
Cristiane Pessoa Vieira	Rua da Alfândega, 201	Conveniência
Duarte e Pontes Ltda ME	Rua Vinte de Abril, 28 lj C	Conveniência
Hwang Ching Hua	Rua Buenos Aires, 290 lj	Conveniência
Hwang Ching Hua	Rua da Alfândega, 295	Conveniência
José Choquecallata Huarachi	Rua da Alfândega, 368 lj	Conveniência
Jump's Cat Modas	Rua do Ouvidor, 23	Conveniência
Loja Largo São Francisco	Lgo S Francisco Paula, 21	Conveniência
Marcos Antônio da Silva	Rua Uruguaiana, s/n qd D bx 191	Conveniência
Raimundo Heber Machado Ávila	Pç. Tiradentes, 32 lj 32	Conveniência
Arlequim CD's	Praça XV de Novembro, 48 loja B	Discos,cd’s e dvd’s
C B Centro Comércio	Rua da Quitanda, 3 loja B	Discos,cd’s e dvd’s
CD Centro Music	Rua São José, 35	Discos,cd’s e dvd’s
Cláudio de Almeida Alves	Rua do Rosário, 61	Discos,cd’s e dvd’s
Disconildo Instr Musicais	Rua da Constituição, 33 loja	Discos,cd’s e dvd’s
Loja de CD's Fogo Puro	Rua Senhor dos Passos, 11 qd C	Discos,cd’s e dvd’s
Mercado Popular	Av. Pres Vargas, s/n bx 353	Discos,cd’s e dvd’s
Musicland	Rua da Assembléia, 10 ss 115	Discos,cd’s e dvd’s
New Disc	Rua do Rosário, 154	Discos,cds, dvds
Passo Musical	Rua Senhor dos Passos, 232	Discos,cds, dvds
Pequeno Mundo dos CD's	Rua Sete de Setembro, 190 loja	Discos,cds, dvds

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Samba Entertainment Music	Rua Joaquim Silva, 67 / 2 andar	Discos,cds, dvds
Severino C.de Azevedo	Rua São José, 35 loja 105	Discos,cds, dvds
Szulim Vel Kós Trambuch	Rua Uruguaiana, 50	Discos,cds, dvds
Toc Discos Utilidades	Rua Uruguaiana, 18	Discos,cds, dvds
Tropicália Discos	Praça Olavo Bilac, 28 sl 203	Discos,cds, dvds
Zapapi CD's Som	Rua Uruguaiana, 30 sb	Discos,cds, dvds
Atec	Rua do Riachuelo, 162 lj B	Eletrodomésticos
Casa & Vídeo	Av. Mal Floriano, 106	Eletrodomésticos
Casa & Vídeo	Av. Mal Floriano, 106 sl 110	Eletrodomésticos
Conserra Comércio	Rua Sete de Setembro, 43	Eletrodomésticos
Conserra Comércio e Serv	Rua Sete de Setembro, 43	Eletrodomésticos
Dollar Dreams	Rua Sete de Setembro, 92 lj A	Eletrodomésticos
Duarte e Pontes Ltda	Rua 20 Abril, 28 lj C	Eletrodomésticos
Issei Okubo	Pç. da República, 13 lj 27	Eletrodomésticos
Lavradio de Rádios	Rua do Lavradio, 11 LJ	Eletrodomésticos
Lojas Arapuã S/A	Rua Uruguaiana, 118 lj A	Eletrodomésticos
Ponto Frio Bonzão	Rua Buenos Aires, 130	Eletrodomésticos
Ponto Frio Bonzão	Rua da Carioca, 2 cp 4	Eletrodomésticos
Ponto Frio Bonzão	Rua Uruguaiana, 1	Eletrodomésticos
Ponto Frio Bonzão	Rua Uruguaiana, 128	Eletrodomésticos
Ronaldo Guedes Franco	Rua Vinte de Abril, 28 lj C	Eletrodomésticos
Tegelar Aparelhos	Rua Acre, 66	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Buenos Aires, 294 lj	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua da Alfândega, 261	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua da Carioca, 12 lj	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Sen Dantas, 32 lj	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Sen Dantas, 34	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Uruguaiana, 110	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Uruguaiana, 116 lj	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Uruguaiana, 13	Eletrodomésticos
Tele Rio Eletro Domésticos	Rua Uruguaiana, 46	Eletrodomésticos
Terminal Eletro Doméstico	Rua da Quitanda, 3 lj B	Eletrodomésticos
Terminal Eletro Doméstico	Rua S José, 35	Eletrodomésticos
Casa Indiana Equipamentos Esportivos	Av. Mal Floriano, 100	Esportes
Casa Nair Artigos Esportivos Ltda	Av. Mal Floriano, 79	Esportes
Cia Brasileira de Equip Esportivos	Rua Acre, 92 lj	Esportes
Cláudio Elias Esportes Ltda	Av. Henrique Valadares, 59 lj	Esportes
Esporte Presente 43 Ltda	Rua da Conceição, 43	Esportes
Esporte Presente 43 Ltda	Rua da Conceição, 43	Esportes
G M B Roupas Ltda	Rua da Alfândega, 278 lj	Esportes
Galeria Esportiva Ltda	Av. Rio Branco, 120 lj 15	Esportes
Galeria Esportiva Menezes Cortes Ltda	Rua São José, 35 lj 106	Esportes
Gallo Sport's Indústria e Comércio	Rua Júlia Lopes Almeida, 18 LJ	Esportes
Goveense Ltda	Rua Uruguaiana, 162	Esportes

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Jacintho Sports Equip Esportivos Ltda	Av. Mal Floriano, 61 lj	Esportes
Mariu's Sport	Rua da Carioca, 19	Esportes
Monteiro Comércio Mat Esportivo	Rua Buenos Aires, 227 lj	Esportes
Nacif Esportes	Rua Buenos Aires, 331	Esportes
Nova Pet Lazer Comercial	Rua Buenos Aires, 170 lj	Esportes
Olimpicus Sport Roupas	Av. Passos, 65	Esportes
Ping Pong Equip Esportivos	Av. Mal Floriano, 67 lj	Esportes
R R Gravações Presentes	Rua da Conceição, 66 lj B	Esportes
Sport Presente Ltda	Rua da Conceição, 43	Esportes
Sports World Equip Esportivos	Av. Mal Floriano, 46 lj 2	Esportes
Sub & Sub Roupas Mergulho	Rua da Alfândega, 98 slj 1	Esportes
Super Bol	Rua Acre, 92 A	Esportes
Tacone Modas Ltda	Rua da Alfândega, 159	Esportes
Acap Nascimento Materiais	Rua Senado, 167	Fechaduras
Distribuidora de Fechaduras	Rua Frei Caneca, 60	Fechaduras
Lf Fechaduras	Rua Frei Caneca, 60 lj	Fechaduras
Anastácio Ribeiro	Rua Visc de Inhaúma, 48 lj	Ferragens
Aracaju Eletro Ferragens	Rua Uruguaiana, 149 lj	Ferragens
Artes Chaves	Rua da Conceição, 114 lj	Ferragens
Bazar Auto Douro	Rua Buenos Aires, 139 lj	Ferragens
Big Fer	Rua Frei Caneca, 25 lj	Ferragens
Carmine Bloise	Rua Sen Pompeu, 219/221	Ferragens
Casa Chaves Ferragens	Rua da Constituição, 15	Ferragens
Casa Homero	Rua Gonçalves Lêdo, 37	Ferragens
Casa Homero	Rua Senhor dos Passos, 97	Ferragens
Casa Triângulo	Rua Visc do Rio Branco, 21	Ferragens
Castelo de Paiva	Av. Mal Floriano, 89	Ferragens
Comboio	Rua Gonçalves Lêdo, 39 lj	Ferragens
Elemavic Ferragens	Av. Mal Floriano, 85 lj	Ferragens
Eletro Ferragens 2 Amigos	Rua da Constituição, 27	Ferragens
Feira Ferragens Eletricidade	Rua Andradas, 49 lj	Ferragens
Ferragem Serra Faria	Rua da Conceição, 113	Ferragens
Ferragens Brasil	Largo Sta Rita, 10 lj	Ferragens
Ferragens Buenos Aires	Rua Buenos Aires, 242	Ferragens
Ferragens Buenos Aires	Rua Buenos Aires, 244 lj	Ferragens
Ferragens Camerino	Rua Camerino, 28	Ferragens
Ferragens Garibaldi	Rua do Riachuelo, 325 lj A	Ferragens
Ferragens Hildebrando de Castro Mello	Rua do Senado, 82	Ferragens
Ferragens Isa	Rua Frei Caneca, 87 lj	Ferragens
Ferragens Kosciusko	Rua Tadeu Kosciusko, 22 lj B	Ferragens
Ferragens Leonardo	Rua Frei Caneca, 78	Ferragens
Ferragens Lindorio	Rua da Conceição, 107	Ferragens
Ferragens Mathielli	Rua Barão de São Félix, 22	Ferragens
Ferragens Monte Carlo	Rua Vinte de Abril, 8 A	Ferragens

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Ferragens Pinho	Rua do Senado, 86	Ferragens
Ferragens Procol	Rua do Riachuelo, 405 lj G	Ferragens
Ferragens São João	Rua Buenos Aires, 102	Ferragens
Ferragens Scalea	Rua Acre, 62	Ferragens
Ferragens Universal	Rua dos Inválidos, 23	Ferragens
Ferratex Comercial	Rua Buenos Aires, 179	Ferragens
Ind.e Com.Mendes de Freitas	Rua Andradas, 44 lj	Ferragens
Irmãos Papa Ferragens	Rua do Riachuelo, 221 A	Ferragens
Júlio Oliveira de Amorim	Rua do Senado, 86 sb	Ferragens
Klein Zeitune Ferragem	Av. Mem de Sá, 289 lj	Ferragens
Lagoa Quente Ferragens	Av. Henrique Valadares, 17	Ferragens
Martielos Ferragens	Av. Mem de Sá, 92 lj A	Ferragens
Mazalon	Rua Sen Pompeu, 79	Ferragens
Palácio das Ferramentas	Rua da Carioca, 46	Ferragens
Pompeu Com.de Ferragens	Rua Sen Pompeu, 130 t	Ferragens
Shopping das Ferragens	Rua Buenos Aires, 183 lj	Ferragens
Solange Rodrigues de Souza	Rua Gal Caldwell, 282 lj B	Ferragens
Tak Tak	Rua Barão de São Félix, 115	Ferragens
Tal House	Rua da Conceição, 34	Ferragens
Perlin e Cia Ltda	Rua Buenos Aires, 175 lj	Fios têxteis
A E B Santa Izabel	Rua dos Inválidos, 1	Iluminação
A E B Santa Izabel	Rua Visc do Rio Branco, 63	Iluminação
Álvaro Pp Rezende Filho	Rua República Líbano, 66	Iluminação
Aton Sete Utilidades	Av. Mal Floriano, 161	Iluminação
Bazar Propilhas	Rua Sen Dantas, 84 lj D/E	Iluminação
Bazar Sino da Paz	Rua do Carmo, 36	Iluminação
C N G Iluminação	Rua Buenos Aires, 149	Iluminação
Casa Cruzados	Pç. Tiradentes, 9 lj A	Iluminação
Casa Gallicchio	Pç. Tiradentes, 2 lj	Iluminação
Casa W Material Elétrico	Rua Andradas, 21	Iluminação
Castelo Galicchio Ltda	Rua Buenos Aires, 145 lj	Iluminação
D M P Resistências	Rua Leandro Martins, 11 lj	Iluminação
Dalgus Material Elétrico	Rua Sete de Setembro, 88	Iluminação
Décio Ferreira Júnior	Rua Leandro Martins, 11	Iluminação
DF Hiper Hidroelétrica	Rua Camerino, 62	Iluminação
Elemavic Ferragens	Av. Mal Floriano, 85 lj	Iluminação
Elétrica Arturo Ltda	Av. Mal Floriano, 58 lj	Iluminação
Elétrica Bloise Ltda	Av. Mal Floriano, 123	Iluminação
Elétrica Jurema Ltda	Av. Mal Floriano, 42 lj 2	Iluminação
Elétrica Léo Papa Ltda	Av. Mal Floriano, 125 lj	Iluminação
Elétrica Léo Papa Ltda	Av. Mal Floriano, 123	Iluminação
Elétrica San Marcel	Rua do Riachuelo, 32 lj C	Iluminação
Eletro Handan	Av. Mal Floriano, 123	Iluminação

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Eletrocam Equipamentos	Av. Mal Floriano, 161 LJ	Iluminação
Eletrofuso Comércio Ferragens Eletricidade	Rua Carlos Sampaio, 6 A	Iluminação
Eletromarte Equipamentos	Av. Gomes Freire, 753 A	Iluminação
Eletrosul Iluminação Ltda	Rua do Resende, 8	Iluminação
Feira dos Lustres Eletricidade Ltda	Rua Andradas, 22 lj	Iluminação
Ferpal Comércio e Representações Ltda	Rua Camerino, 132	Iluminação
Ferragens Couso Ltda	Pç. João Pessoa, 16 A	Iluminação
For Sistemas Iluminação	Rua Sete de Setembro, 188	Iluminação
Iluminação GL Ltda	Rua da Constituição, 4 lj	Iluminação
Jomel Material Elétrico Ltda	Av. Mal Floriano, 123	Iluminação
José Pinheiro dos Santos	Rua do Senado, 225	Iluminação
Kaeru Comercial Elétrica	Av. Henrique Valadares, 41	Iluminação
Lustres Wael Ltda	Rua dos Inválidos, 19	Iluminação
Manilson Comércio	Rua Teófilo Otoni, 204 lj	Iluminação
Maria da Conceição Moura	Rua Gal Caldwell, 204	Iluminação
Maria José de Lima	Rua do Resende, 8 sb	Iluminação
R Pinto Material Elétrico	Rua Gal Caldwell, 204	Iluminação
Relumi Material Elétrico	Rua Acre, 77 an 2	Iluminação
Sandra M.Andrade da Silva	Rua Carlos Sampaio, 21 lj	Iluminação
Seippel Comercial Ltda	Rua Sen Pompeu, 61 A	Iluminação
Serra Dimlux	Rua Acre, 70	Iluminação
Spectro Light	Av. Mal Floriano, 50 A	Iluminação
Stal Comercial Elétrica Ltda	Rua da Conceição, 146 lj 3	Iluminação
Taunus Eletro Equipamentos	Rua Sen Dantas, 117 s 720	Iluminação
Titanic Fios e Lâmpadas	Av. Mal Floriano, 102 lj	Iluminação
Top Stop Elétrica Ltda	Av. Mal Floriano, 131	Iluminação
Zezé Lustres Ltda	Rua da Conceição, 15 lj	Iluminação
24 Horas Informática	Rua Gonçalves Dias, 89 s 603	Informática
2m Inforio	Rua Teófilo Otoni, 122 pa Rte	Informática
315 In A Box Ltda	Av. Rio Branco, 156	Informática
3RD Eye	Av. Rio Branco, 156 slj 306 sd 11	Informática
Aban Tecnologia	Rua da Quitanda, 187 an 4	Informática
Abtech Informática Ltda	RuaVisc De Inhaúma, 58 s 909	Informática
Access Point	Pç. Tiradentes, 10 sl 2405	Informática
Acol Informática	Rua Sete de Setembro, 99	Informática
Adi Tecnologia Ltda	Av. Rio Branco, 25	Informática
ALCP Centro Suprimento de Informática Ltda	Rua Joaquim Silva, 56 an 6	Informática
Alecomp Center Com e Manut Computadores Ltda	Av. Pres Vargas, 633 sl 106	Informática
Alexandra L Defferrari	Av. Beira Mar, 406 S 1307	Informática
Alexandre Maia de Oliveira	Av. Rio Branco, 156 lj 201 sd 104	Informática
Alexandre Mickosz Spector	Rua doOuvidor, 130 lj K	Informática
Álvaro de Souza Rodrigues	Rua República Líbano, 25 lj B	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
AMC Informática Ltda	Av. Erasmo Braga, 277 sl 405	Informática
Ams Informática	Rua Visc de Inhaúma, 134 sl 1127	Informática
André Luiz de Queiroz Moreira	Av. Rio Branco, 156 s 247	Informática
André Luiz Lima de Souza	Av. Rio Branco, 156 bx 33	Informática
André Silva Marinho	Rua Marq Pombal, 172 sl 202	Informática
Anex Info	Av. Rio Branco, 156 pa 3 lj 303	Informática
Antônio Fernando Pereira Rodrigues	Av. Pres Vargas, 542 sl 1615	Informática
Anytech Manutenção Ltda	Av. Treze de Maio, 33 s 803	Informática
Apocalipse Soluções em Informática	Av. Rio Branco, 156 bx 10 lj 306	Informática
Art 4 Papelaria	Rua Andradas, 29 sl 604	Informática
Aspen Informática	Av. Rio Branco, 116 an 11	Informática
Assis e Conceição	Av. Pres Vargas, 962	Informática
Astec Informática	Rua Leandro Martins, 22 sl 716	Informática
ATM A Teixeira Máquinas	Rua Acre, 120 sl 1	Informática
Attack Informática Ltda	Av. Pres Vargas, 633 sl 106 slj	Informática
Aum Management Ltda	Av. Mal Câmara, 160 es 1635	Informática
Autoexec Consultoria e Treinamento Ltda	Rua da Assembléia, 34 ap 802	Informática
Automind Automação Ind Prod e Serv Técnicos Ltda	Tv Sta Luzia, 651 an 24	Informática
Avastec Comércio de Suprimentos de Informática	Rua Leandro Martins, 22 sl 615	Informática
Avva Informática	Rua Visc de Inhaúma, 38 an 12	Informática
Axis Informática	Av. Franklin Roosevelt, 194 sl 508	Informática
Babilak Papelaria e Informática	Rua Alcântara Machado, 40 sl 502	Informática
Backu	AvRio Branco, 156 s 309 sd 7	Informática
Beltech Informática e Distribuidora	Av. Rio Branco, 156 lj 317 an 3	Informática
Biosetup	Av. Rio Branco, 156 lj A	Informática
Birdtech	Rua Sen Dantas, 19 sl 511	Informática
Bitbyte	Rua Miguel Couto, 127 lj	Informática
BL Informática	Rua da Assembléia, 10 s 2808	Informática
Borgtec Informática	Av. Rio Branco, 156 gr 312	Informática
Broadway Sistemas de Informações	Rua da Assembléia, 10 s 4015	Informática
BTI	Rua da Lapa, 180 s 1207	Informática
C L M 2000	Rua Sta Luzia, 799 sl 1202	Informática
Cadastro Nacional	Av. Rio Branco, 245 an 4	Informática
Caetano Luiz Foroni	Rua da Quitanda, 68 sl 301	Informática
Cai Cai Informática	Av. Rio Branco, 156 bx 3 lj 26	Informática
Campfer Copiadora Ltda	Av. Pres Vargas, 633 sl 102	Informática
Carlos Henrique Velasco	Av. Mal Floriano, 113 bx 5	Informática
Carmem Jorge Lopes	Av. Rio Branco, 31 sl 1413	Informática
CAS 2000	Av. Rio Branco, 177 an 13ª	Informática
Catete Dam Informática	Rua do Ouvidor, 914 sl 918	Informática
Catune Sistemas e Comércio	Rua Sen Dantas, 117 sl 1504	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Chip Sete	Av. Mal Floriano, 38 sl 208	Informática
Chiptek Informática	Av. Mal Câmara, 186 an 2	Informática
Cíntia Saad	Av. Rio Branco, 156 lj 333	Informática
Clappy Computadores e Sistemas	Av. Rio Branco, 12 lj	Informática
Comax	Av. Rio Branco, 156 slj 210	Informática
Comércio de Computadores Rafmar América	Av. Rio Branco, 156 sl 306 sd 9	Informática
Comp Rio Informática	Rua da Assembléia, 10 lj 114	Informática
Compucom Informática Ltda	Rua Andradas, 29 sl 207	Informática
Compumicro	Av. Beira Mar, 216 s 501	Informática
Compunet	Av. Rio Branco, 156 lj	Informática
Compunet 2001	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 2	Informática
Compurio	Rua Teófilo Otoni, 22 an 2	Informática
Computech-Mar	Rua Luís Camões, 24 lj 35	Informática
Computime Informática	Rua da Lapa, 180 sl 204	Informática
Computing Soluções em Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156	Informática
Conect Store Com e Rep de Produtos de Informática	Rua Uruguaiana, 10 sl 806	Informática
Convemaq Máquinas Serviços	Rua Miguel Couto, 134 sl 404	Informática
Coopmasterrecycle Cooperativa Ltda	Pç. Olavo Bilac, 28 sl 207	Informática
Corrente Tecnológica Ltda	Rua Uruguaiana, 10 s 1106	Informática
CPM Comunicações	Rua S Bento, 8 an 15	Informática
Criptech Informática	Rua Visc de Inhaúma, 58 slj 909	Informática
CTIS Informática Ltda	Rua Morais e Vale, 111 an 1	Informática
Curso ADV Ltda	Av. Treze de Maio, 23 gr 6 an 8	Informática
Dacnet Tecnologia em Informática e Energia Ltda	Av. Pres Vargas, 534 slj 2110	Informática
Dantec Telecomunicações e Informática Ltda	Rua D Gerardo, 63 s 1710	Informática
Dário Moreira Júnior	Av. Passos, 91 s 810	Informática
Datatri Informática	Av. Rio Branco, 156 lj 346	Informática
Dcs Informática	Rua do Carmo, 11 sl 1201	Informática
De Best Solution	Rua Luís Camões, 16 sd 26	Informática
Debug Informática	Av. Treze de Maio, 13 1920 a 1922	Informática
Debug Rio Com e Serv	Av. Treze de Maio, 13 s 1922	Informática
Decatron Automação Tecnologia Informação	Rua Buenos Aires, 68 sl 1501	Informática
Declink Informática	Rua Sta Luzia, 735 an 10	Informática
Dedalus Comércio e Sistemas	Av. Nilo Peçanha, 50 sl 3107	Informática
Delmo Fernando Cardoso Gomes	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 15	Informática
Deltasys Tecnologia e Serviços	Av. Passos, 120 an 12	Informática
Denraqinfor Informática e Telecomunicação Ltda	Av. Rio Branco, 156 bx 5 lj 208	Informática
Detapp Informática e Escritório Ltda	Rua Ubaldino Amaral, 40 lj C	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Dedalus Comércio e Sistemas	Av. Nilo Peçanha, 50 sl 3107	Informática
Delmo Fernando Cardoso Gomes	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 15	Informática
Deltasys Tecnologia e Serviços	Av. Passos, 120 an 12	Informática
Denraqinfor Informática e Telecomunicação Ltda	Av. Rio Branco, 156 bx 5 lj 208	Informática
Detapp Informática e Escritório Ltda	Rua Ubaldino Amaral, 40 lj C	Informática
DF Hardware Com de Informática Ltda ME	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 16	Informática
DGA Informática Ltda	Rua Acre, 83 sl 1006	Informática
Di Laroce Comércio Ltda	Av. Calógeras, 6 SL 707	Informática
Digistore Informática	Av. Rio Branco, 156 lj 312	Informática
Dilem Informática	Rua Gonçalves Dias, 85 sb Lj	Informática
Diogo Augusto Moreira de Souza	Av. Rio Branco, 156 sl 201 sd 103	Informática
Disk Cartucho	Av. Rio Branco, 156 lj 228	Informática
Disk Head Informática	Av. Rio Branco, 133 lj E	Informática
DLL Informática Ltda ME	Av. Graça Aranha, 226 sl 1213	Informática
Doctor	Av. Rio Branco, 156 lj 226	Informática
Duteff Comércio e Rep	Av. Treze de Maio, 45 s 1805	Informática
DXM Tecnologia Ltda	Rua Candelária, 9 sl 612	Informática
Dynemac	Av. Mal Floriano, 143 s 202	Informática
Édio Gino da Silva Júnior	Av. Rio Branco, 156 an 3 anx 2	Informática
Eduardo Almeida de Faria Junior	Rua Teófilo Otoni, 52 sl 903	Informática
Emoção Virtual	Av. Rio Branco, 156 lj 339	Informática
Estokemak	Rua Luís Camões, 16 sd 7	Informática
Excel Canal Comercial Ltda	Rua Candelária, 86 an 9	Informática
F Tech Com e Representações	Rua Miguel Couto, 124 sl 3	Informática
Fabrizzio de Santis Carnevale	Av. Rio Branco, 185 s 316	Informática
Fátima de Jesus Melo	Av. Rio Branco, 156 bx 5960	Informática
Fercam Copiadora Serviços Reprográficos	Av. Pres Vargas, 633 S 102	Informática
Fernanda da Cunha Lavandeira de Souza	Av. Pres Vargas, 482 s 319	Informática
Fiex Informática Ltda	Rua Teófilo Otoni, 123 slj	Informática
Flávio Gomes	Av. Treze de Maio, 33 lj 119	Informática
Four Comércio	Av. Rio Branco, 156 lj 303	Informática
Four Informática	Av. Rio Branco, 156 lj 309	Informática
Fps Informática	Av. Pres Vargas, 583 sl 610	Informática
Fpw Telemática	Av. Pres Vargas, 583 sl 1714	Informática
FSD 800 Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156 lj 203 sd 217	Informática
FSG	Rua Camerino, 132 lj	Informática
G Plus Informática	Rua S Bento, 9 an 3	Informática
Gabriel de Bittencourt Fontoura	Rua Cde Lages, 44 sl 601	Informática
GCI Informática	Av. Treze de Maio, 41 gr 1301	Informática
GCI Informática	Rua Debret, 23 slj 101E 102	Informática
Global Vision	Av. Rio Branco, 12 an 19	Informática
GMA	Av. Rio Branco, 185 s 812	Informática
Gonbig Informática	Av. Rio Branco, 156 sl lj 245	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Grimar Suprimentos	Pç. Tiradentes, 10 sl 206	Informática
Hardware e Software Associatus	Av. Mal Floriano, 199 an 12 sl 1202	Informática
Haroldo Caser Lopes	Av. Henrique Valadares, 23 sl 701	Informática
High Time Informática	Av. Passos, 101 ap 709	Informática
Hot Machine Informática	Av. Rio Branco, 156 ap 201 sd 114	Informática
Humberto Mendes e Cia	Rua da Conceição, 28 slj 201	Informática
Iat Comércio e Informática	Av. Churchill, 60 Sl 1003	Informática
Ikasurinet	Av. Passos, 115 sl 1016	Informática
Impecas Informática	Av. Rio Branco, 156 lj 303 sd 306	Informática
In Corp Informática	Av. Mal Câmara, 160 an 6 gr 618	Informática
Infax	Rua Teotônio Regadas, 26 sl 202	Informática
Info Point	Rua Gonçalves Dias, 84 sl 306	Informática
Infobusiness	Av. Pres Vargas, 1310 sl 1310	Informática
Infocoop	Rua do Carmo, 65 sl 301	Informática
Infoluck	Av. Rio Branco, 185 sl 718	Informática
Infooliver	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 31	Informática
Infopad Comércio Informática Ltda	Av. Erasmo Braga, 255 sl 601	Informática
Inforever Soluções Digitais	Av. Rio Branco, 156 bx 52 lj A	Informática
Informaster Suprimentos	Av. Treze de Maio, 33 bl A lj 118 ss	Informática
Informática Handshake	Av. Gomes Freire, 256 A	Informática
Infortic Tele Informática	Rua da Assembléia, 10 sl 3310	Informática
Infostylus	Av. Rio Branco, 156 Sub Solo	Informática
Infotrade Tecnologia Ltda	Av. Rio Branco, 156 lj 301	Informática
Infoweb Tecnology Ltda	Rua da Conceição, 105 s 1608	Informática
Ink Brasil	Av. Pres Vargas, 962 sl 514	Informática
Inteldata NGF	Rua D Gerardo, 63 glp 509	Informática
Intellisystems	Rua Buenos Aires, 2 an 14 s 1406	Informática
Interface Carioca	Av. Beira Mar, 406 GR 703	Informática
Interfacenet	Av. Rio Branco, 251 sl 1704	Informática
Intermídia Informática Ltda	Av. Churchill, 129 s 201	Informática
Interweb	Av. Rio Branco, 185 lj 1	Informática
Irum Suprimentos	Pç. Olavo Bilac, 28 sl 1102	Informática
I-Tech Informática Ltda	Av. Mem de Sá, 94	Informática
JA Sofware Informática	Av. Rio Branco, 156 sl 1816	Informática
Jailson Freire dos Santos	Rua Luís Camões, 24 bx 32/25	Informática
JCSB Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156 sd 38	Informática
JCSB Informática Ltda	Av. Treze de Maio, 33 bl B sl 915	Informática
JE Vasconcellos Quintella	Rua Araújo Porto Alegre, 36,s 904	Informática
Jessi Papelaria e Informática	Rua Leandro Martins, 10 s 1102	Informática
Jomool Informática	Rua Acre, 51 sl 505	Informática
José M.Freitas Monteiro	Av. Treze de Maio, 33 lj 119	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
José W P Lima	Rua México, 70 SL 501	Informática
José W. Pereira de Lima	Av. Rio Branco, 277 s 810	Informática
Juliano Viana Coelho dos Santos Moreira	AvRio Branco, 31 sl 1414	Informática
K & N Comércio e Serv.	Lgo S Francisco Paula, 26 sl 1611	Informática
Kapx Comércio e Serviços	Rua Mayrink Veiga, 11 sl 405	Informática
Key Word Informática	Av. Rio Branco, 156 slj 222	Informática
KF 2000	Rua Imper Leopoldina, 8 gr 707	Informática
KGP2 Soluções em Informática	Av. Passos, 120 an 16	Informática
Knowledge Consultoria	Av. Alm Barroso, 91 sl 817	Informática
Kolding Informática	Rua México, 148 s 906	Informática
L R C Informática Ltda	Rua Buenos Aires, 327 an 2	Informática
Lavaquial Comércio e Representações	Av. Rio Branco, 156 sl 1334	Informática
LBP Informática Ltda	Av. Rio Branco, 245 s 1901	Informática
Le Compstore	Av. Rio Branco, 156 lj 201	Informática
Le Compstore Informática	Av. Treze de Maio, 33 sl 709	Informática
Léo Foto Som e Informática	Av. Rio Branco, 156 sb 13	Informática
Léo Foto Som e Informática	Av. Rio Branco, 156 sl 1231	Informática
Léo Service Ltda	Av. Rio Branco, 181 sl 3102	Informática
Línea Informática	Av. Henrique Valadares, 23 sl 304	Informática
Litcom	Av. Rio Branco, 181 s 2109	Informática
Load Max Informática	Rua Sete de Setembro, 92 l s 308	Informática
Logic e Biz	Av. Henrique Valadares, 23 s 1202	Informática
Logical System	Rua Candelária, 79 an 8	Informática
Long Nec Informática	Av. Treze de Maio, 47 sl 2610	Informática
Luart Serviços Informática	Av. Pres Vargas, 633 s 1916	Informática
Luiz Baptista Bello Dultra	Av. Rio Branco, 120	Informática
M & A 920 Tecnologia	Av. Rio Branco, 156 s 920	Informática
Maqpartes Com. e Serviços	Rua Evaristo Veiga, 49 sl 402	Informática
Marcelo Melo da Silva	Av. Passos, 122 s 1002	Informática
Marcla Mileniun Suprimentos para Informática	Pç. Tiradentes, 9 sl 609	Informática
Marcos Ribeiro Paixão	Av. Rio Branco, 156 lj A sl 201 sd 48	Informática
Maria da Glória Barros Cittadino	Av. Nilo Peçanha, 12 s 713	Informática
Maria Emília Diniz	Av. Rio Branco, 156 lj 306	Informática
Marizene da Rocha Ferreira	Av. Mal Floriano, 175 an 5	Informática
Markway Business e Informática	Av. Pres Wilson, 165 gr 1301	Informática
Marlene Lira Cavalcante de Lima	Av. Rio Branco, 156 bx 3 lj 214	Informática
Marqtotal Informática Ltda	Av. Pres Vargas, 542 s 1208	Informática
Marsegue Brasil Com e Serv Ltda	Av. Mal Floriano, 38 s 305	Informática
Marta Maria Camacho	Rua Sen Pompeu, 1	Informática
Master Print	Av. Pres Vargas, 633 s 72	Informática
Mateus Rangel Fernandes	Rua Luís Camões, 24 bx 13	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Mauro Barbosa de Oliveira	Rua México, 98 s 1208	Informática
MBA Networks Informática	Rua Manuel Carvalho, 16 an 6 sl 65	Informática
MC Câmara Com de Equip de Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156 sl 216	Informática
Medimex Comércio e Serv Ltda	Rua Sen Dantas, 75 s 1105	Informática
Mega Highend Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156 slj 301	Informática
Megadata Computações	Rua Uruguaiana, 174 an 21	Informática
Megatec Informática Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50 sb1311	Informática
Megatoner Informática	Av. Gomes Freire, 176 sl 201	Informática
Merkatextyl Representações Comerciais	Rua México, 168 sl 704	Informática
Mestra Informática	Av. Rio Branco, 125 ,17º	Informática
Micro & Etc Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156 sl 226	Informática
Microscience Informática	Rua Miguel Couto, 134 SL 906	Informática
MI-Montreal Informática Ltda	Rua São José, 90 an 7	Informática
Mini & Mouse Informática Ltda	Rua Acre, 77 s 102	Informática
Mix 214 Com de Artigos para Presente Ltda	Av. Rio Branco, 156 lj 214 sd 1	Informática
Modelo Informática Ltda	Rua Anfilófio Carvalho, 29 s 1117	Informática
Mouse Tech Com e Serviços	Av. Rio Branco, 177 an 2	Informática
MPM Rafa Tecnologia	Av. Rio Branco, 156 lj 201 sd 113	Informática
MR Pack Informática	Av. Rio Branco, 156 lj 25	Informática
Múcio Carlos Costa Ferreira	Av. Nilo Peçanha, 50 s 311	Informática
Multisuprimentos Suprim	Rua doLavradio, 13	Informática
MW Nogueira Informática	Av. Rio Branco, 156 lj A228 sd 207	Informática
MWM Engenharia e Informática Ltda	Rua Araújo Porto Alegre, 36 s 904	Informática
Nasajan Sistemas	Av. Rio Branco, 45 sl 1804	Informática
Nélio Sidnei Azevedo de Souza Júnior	Av. Rio Branco, 156 lj 26	Informática
Newtoner Informática	Pç. Mahatma Gandhi, 2 sl 304	Informática
Noteworthy Informática ME	Av. Rio Branco, 156	Informática
Nova Empresa de Informática Ltda	Rua Sen Dantas, 80 sl 606	Informática
Nsp Informática	Av. Pres Vargas, 962 gr 1401	Informática
Nv Informática	Rua da Lapa, 203	Informática
Office Dealer Comercial	Av. Rio Branco, 156 sl 1029	Informática
Office Otti Informática e Papelaria Ltda	Rua Andradas, 179	Informática
Office Otti Informática e Papelaria Ltda	Rua do Carmo, 52	Informática
On Line Store Mat de Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156 pa 3 lj 303	Informática
Open It Soluções Tecnológicas Ltda	Av. Rio Branco, 115,s 1303	Informática
Optilab Informática Ltda	Rua Buenos Aires, 57 an 4	Informática
Orial Informática Editora Ltda	Rua do Carmo, 7 an 15	Informática
Papelite Material e Informática	Av. Gomes Freire, 647 sl 206	Informática
PC Express	Av. Rio Branco, 156 sl 248	Informática
PC Systems Consultoria	Av. Henrique Valadares, 23 sl 204	Informática
Pç. Joys	Rua Gonçalves Dias, 89 s 703	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Pç. Joys	Rua Gonçalves Dias, 89 s 703	Informática
Pça Informática	Av. Henrique Valadares, 23 904	Informática
PCM Software	Rua México, 70 s 1209	Informática
Pegasus Informática	Rua São José, 90 sl 1013	Informática
Plug Now Informática	Rua Sen Dantas, 117 sl 1001	Informática
Point 156 Informática	Av. Rio Branco, 156 lj 301	Informática
Ponto Digital	Av. Rio Branco, 156 ss 101 bx 80	Informática
Ponto I Informática	Av. Rio Branco, 156 lj A sl 301 sd 217	Informática
Portal dos Cabos	Rua República Líbano, 66 lj 115	Informática
Prima 1506 Informática Ltda	Av. Rio Branco, 156	Informática
Print Sac Informática	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 25	Informática
Prisma Informática	Av. Rio Branco, 20 an 18	Informática
Pro Recyle Serviços e Comércio Ltda	Rua Gonçalves Dias, 30 A	Informática
Procomp Comércio	Pç. Barão de Ladário, s/n	Informática
Procomp Comércio e Serviços Ltda	Av. Rio Branco, 174	Informática
Procomp Comércio e Serviços Ltda	Lgo da Carioca, s/n	Informática
Prognum Informática S/A	Av. Nilo Peçanha, 175 an 19	Informática
Prolink	Rua da Quitanda, 199 slj 201	Informática
Pulso Soluções em Informática Ltda	Rua da Conceição, 105 sl 1911	Informática
Quantex Distribuidora Ltda	Av. Rio Branco, 277 s 810	Informática
Quantor Engenharia Eletrônica	Pç. Tiradentes, 10 an 32	Informática
R P Soluções	Av. Mal Floriano, 143 an 9 sl 906	Informática
Rafbrun Comércio de Computadores Ltda	Av. Rio Branco, 156 sl 208 sd 11	Informática
Rede Veterana Ltda	Av. Rio Branco, 156 bx 10 lj 208	Informática
Rednev Comércio e Informática Ltda	Rua Sete de Setembro, 88 slj 218	Informática
Rei dos Cartuchos	Av. Rio Branco, 156 s 1428	Informática
Rei dos Cartuchos	Rua Miguel Couto, 23 slj 101	Informática
Renovar 500	Av. Rio Branco, 156 an 3 s 309	Informática
Representações Mid Rio	Rua Sen Pompeu, 129 lj	Informática
Rio Craft Informática	Av. Rio Branco, 156 slj 201	Informática
Riomidia Informática	Rua da Assembléia, 98 an 18	Informática
Rippers	Av. Rio Branco, 156 bx 34 lj A	Informática
Rje Informática	Av. Rio Branco, 45 sl 413	Informática
Robo Líder Informática	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 5	Informática
Rosângela de Jesus Santos de Macedo	Rua Uruguaiana, 10 s 302	Informática
RTT Informática e Telecomunicações Ltda	Rua Teófilo Otoni, 82 an 12	Informática
S R R Silva Informática	Av. Rio Branco, 156 sd 8 slj 221	Informática
Saga Sistemas	Av. Rio Branco, 18 an 8	Informática
Saibercentro Com e Serv	Rua Marq. de Pombal, 172 s 202	Informática
Salvador Fernandes de Andrade	Pç. Tiradentes, 9 s 1208	Informática
Santiago Cruz dos Santos	Rua República Líbano, 22 ap 401	Informática
Saubert Informática Ltda	Av. Treze de Maio, 33 bl B s 916	Informática
Scansupre Equipamentos e Suprimentos	Av. Rio Branco, 151 s 207	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Sdram Comércio de Informática Ltda ME	Av. Rio Branco, 156 sl 221 sd 8	Informática
Seller Promoções e Marketing Ltda	Av. Rio Branco, 45 s 1804	Informática
Sérgio Henrique Ferreira	Av. Rio Branco, 156	Informática
Sérgio Lúcio Amaro	Rua Alcindo Guanabara, 25 s 1501	Informática
Sidney Pereira de Oliveira	Av. Rio Branco, 156 sl 226	Informática
Simpáticos Robos	Av. Rio Branco, 156 lj 309	Informática
Simpáticos Robos	Rua Washington Luís, 9 sl 304	Informática
Site Informática	Av. Henrique Valadares, 23 s 304	Informática
Skill Soluções	Av. Mal Câmara, 160 sl 803	Informática
SL Universal	Rua Acre, 51 s 104	Informática
SMR Vinte Cinco Informática	Av. Rio Branco, 156 lj A sd 25	Informática
SND Comércio e Serv Ltda	Pç. Floriano, 55 s 601	Informática
Solucionar Informática & Sistemas	Av. Pres Vargas, 509 an 4	Informática
SOS Comput. Com e Serv	Rua Teófilo Otoni, 82 an 9	Informática
Sound Station	Rua São José, 35 sl 220	Informática
Spe Data	Rua do Resende, 82	Informática
Spe Data Informática Ltda	Rua dos Inválidos, 212 sl 601	Informática
SST Comércio e Serv	Av. Treze de Maio, 13 sl 704	Informática
Star Mídia Rio	Rua Buenos Aires, 90 lj A	Informática
Star Works	Rua da Quitanda, 191 sl 401	Informática
Sun Microsystems	Av. Rio Branco, 1 s 702	Informática
Systemcom	Rua das Marrecas, 40 sl 814	Informática
TBA Informática Ltda	Av. Rio Branco, 1 sl 1603	Informática
Tec Blue Comércio	Pç. Monte Castelo, 18 Cb 2	Informática
Tec Reup Informática Ltda	Av. Passos, 115 s 202	Informática
Tecteam Informática Ltda	Av. Rio Branco, 108 an 24	Informática
Tectone Informática Moderna	Rua Sen Dantas, 24 Sl/ 411	Informática
Thiago e Matheus Next	Rua Luís Camões, 16 sd 43	Informática
Tnax Tecnologia Ltda	Rua do Carmo, 71	Informática
Top Down Sistemas	Rua da Assembléia, 10 s 3701	Informática
Tradefone Teleinformática	Rua da Constituição, 32 lj	Informática
Triade Informática	Av. Churchill, 97 sb 202 203	Informática
Trinet Informática	Rua da Lapa, 286 an 3	Informática
Tucum Informática	Av. Henrique Valadares, 23 sl 603	Informática
Tynex Comércio e Suporte para Informática	Rua Uruguaiana, 39 sl 1506	Informática
V3E Informática Ltda ME	Av. Rio Branco, 156 sl 301	Informática
Very 100 Informática	Av. Rio Branco, 156 sl 305	Informática
Vic Technologies	Rua Candelária, 9 sb	Informática
Wagner Caselli Montes	Av. Rio Branco, 156 lj A	Informática
Winco Ltda	Rua da Assembléia, 10 s 1820	Informática
Winslon Pereira de Oliveira	Av. Rio Branco, 156 lj 301	Informática
Wired Ltda	Rua São José, 90 s 514	Informática
Workers Informática	Rua do Carmo, 7 an 11	Informática

Estabelecimento	Endereço	Ramo
WR Toner Informática	Av. Rio Branco, 156 bx 3 lj 115b	Informática
Ykp Informática	Rua do Ouvidor, 97 an 3	Informática
A Guitarra de Prata	Rua da Carioca, 37	Inst. Musicais
Acústica Perfeita	Rua Regente Feijó, 46	Inst. Musicais
Adágio Instrumentos	Praça Tiradentes, 9 sl 308	Inst. Musicais
Ao Bandolim de Ouro	Av. Marechal Floriano, 52 an 1	Inst. Musicais
Casa Clarim e Som Ltda	Av. Gomes Freire, 176 loja A	Inst. Musicais
Casa Góes	Rua da Constituição, 19	Inst. Musicais
Casa Góes	Rua São José, 66 loja 2	Inst. Musicais
Casa Oliveira	Rua da Carioca, 70 loja	Inst. Musicais
Casa Sotelino	Rua Visc. de Rio Branco, 57	Inst. Musicais
Elara 2004	Rua Sete de Setembro, 163	Inst. Musicais
Eletrônica Musical	Rua da Constituição, 84 loja 1	Inst. Musicais
Eneide de Carvalho Góes	Rua da Constituição, 22	Inst. Musicais
Local de Música e Músico	Rua dos Inválidos, 18 loja A	Inst. Musicais
Lojas Nocar	Rua da Carioca, 24 loja	Inst. Musicais
Music Show	Rua da Carioca, 43	Inst. Musicais
Musical Carioca	Rua da Carioca, 89	Inst. Musicais
Musical Carioca	Rua Silva Jardim, 3 loja	Inst. Musicais
Musicware	Rua do Ouvidor, 130 loja 216 sl 2	Inst. Musicais
Ricardsom	Rua República do Líbano, 61 lj G	Inst. Musicais
Tribo do Som	Rua Sete de Setembro, 192	Inst. Musicais
A Cinta Moderna	Rua Da Constituição, 36 lj	Lingerie
Avelã Modas	Rua Gonçalves Dias, 19 lj B	Lingerie
José Ramos Santos	Rua da Alfândega, 372	Lingerie
Levy e Cia Ltda	Rua da Alfândega, 298	Lingerie
Malu Moda Íntima	Rua S José, 35 sl bx 31	Lingerie
Visual da Carioca Comércio Ltda	Lgo da Carioca, s/n (metrô)	Lingerie
205 Riachuelo Magazine e Bazar Ltda	Rua do Riachuelo, 205	Magasin
Axel Modas Ltda	Rua Senhor dos Passos 139 lj	Magasin
Bella Gabriela Moda Jovem Ltda	Rua Senhor dos Passos, 134 lj	Magasin
Casa Turuna Magazine Ltda	Rua Senhor dos Passos, 122	Magasin
Casa Turuna Magazine Ltda	Rua Senhor dos Passos, 125 lj	Magasin
Cíntia Modas S/A	Rua do Ouvidor 164	Magasin
Gaby Modas Ltda	Rua da Alfândega 315	Magasin
H N Modas	Rua da Alfândega, 279 lj	Magasin
Inove Store Magazim Ltda	Rua Uruguaiana, 55 A	Magasin
Irmãos Szkurnik Comércio Indústria	Rua Gonçalves Dias, 57/59	Magasin
Lojas Americanas S/A	Rua do Ouvidor, 175	Magasin
Lojas Fama	Rua Santana, 138	Magasin
Lojas Magal de Utilidades Ltda	Rua Uruguaiana, 39	Magasin
Mabin Modas Ltda	Rua da Alfândega, 329	Magasin
Magazine Carioca Rio	Rua da Alfândega 316	Magasin
Osher 306 Magazine Ltda Epp	Rua da Alfândega, 306	Magasin

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Puig Magazine Ltda	Rua Buenos Aires, 244 lj	Magasin
União de Lojas Leader Ltda	Rua Uruguaiana, 55 ss	Magasin
Zel Gros Magazine Ltda	Rua Senhor dos Passos 227	Magasin
A Mala Ingleza	Rua da Carioca, 43	Malas
A Mala Sport	Rua Gonçalves Lêdo, 101	Malas
Bagaggio	Rua São José, 35 Ljs A e F	Malas
Mala Amada Bolsas e Presentes	Rua da Carioca, 13	Malas
Mala Amada Bolsas e Presentes	Rua Miguel Couto, 27	Malas
Mala Moderna	Rua da Carioca, 5	Malas
Mala Moderna	Rua da Carioca, 9	Malas
Mala Sport	Rua Gonçalves Lêdo, 101 lj	Malas
Malas Farid	Rua Senhor dos Passos, 53	Malas
MCHM Comércio Malas	Rua da Carioca, 9	Malas
Rei das Malas	Rua Senhor dos Passos, 96	Malas
A C Tabach	Rua Senhor dos Passos, 251	Malharia
Abram Cytryn	Rua Senhor dos Passos, 278 Lj	Malharia
Beto Confecções Ltda	Rua Senhor dos Passos, 59 lj	Malharia
Casa Malhas	Rua Buenos Aires, 235 lj	Malharia
Casa Meninos Roupas	Rua Senhor dos Passos,220	Malharia
Malhas Prado	Rua da Alfândega, 379 A	Malharia
Malhas Tramas Confecções Com. Ind.	Rua Ubaldino Amaral, 80 lj E	Malharia
SOS Sobrado Malhas Ltda	Rua Buenos Aires, 327	Malharia
Boueri Meias e Malhas Ltda	Rua da Alfândega, 244 lj	Meias
Depósito de Meias Sebra	Rua Senhor dos Passos, 261 sb	Meias
João Alves e C Ltda	Rua Senhor dos Passos, 265	Meias
Sebra Depósito Meias	Rua da Alfândega, 181 sb	Meias
33 Comércio de Móveis Ltda	Rua do Senado, 87 lj	Móveis
Andréa Celestino Batista	Av. Mem de Sá, 27 lj A	Móveis
Ary Zonis	Av. Gal Justo, 335 lj B	Móveis
Bimper Decorações	Rua Frei Caneca, 135	Móveis
Businesshop	Av. Gomes Freire, 639	Móveis
Fábrica Imagens Santa Cruz	Rua do Lavradio, 168 lj	Móveis
Ferreira e Silva	Rua Carlos Carvalho, 60 lj B	Móveis
Formi Rei Móveis	Rua da Constituição, 13	Móveis
GSA Filhos Com de Móveis	Rua Dos Inválidos, 17 lj A	Móveis
IPC Comércio de Móveis	Rua Evaristo Veiga, 83 lj B	Móveis
Locaprint Comércio de	Rua Acre, 47 A	Móveis
Mário Rosa Filho	Av. Gomes Freire, 248	Móveis
Mercantil Mineira	Rua do Lavradio, 102 lj	Móveis
Móveis Bety	Av. Mal Floriano, 175 to	Móveis
Móveis e Decorações Moura	Rua dos Inválidos, 129	Móveis
Móveis e Decorações Roselle	Rua dos Inválidos, 59	Móveis
N Martino	Rua André Cavalcanti, 30 lj A	Móveis
Projeto 54	Av. Mal Floriano, 54 lt A	Móveis

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Promovel Móveis e Objetos	Av. Gal Justo, 335 lj B	Móveis
Recanto Móveis e Interiores	Rua do Riachuelo, 217 lj A	Móveis
Teimoso Comércio Móveis	Rua dos Inválidos, 12	Móveis
Glória Artigos para Noivas Ltda	Rua Gonçalves Dias, 78 sl	Noivas
Ivaldo Fontes Barbosa	Rua 7 Setembro, 92 lj B	Noivas
S Costa Frazão	Rua do Ouvidor, 130	Noivas
Centro Ótico	Av. NS Fátima, 56 A	Óticas
Centuri Produtos Ópticos	Rua do Rosário, 156	Óticas
Design Optik Ltda	Rua do Ouvidor, 160	Óticas
Eixo Ótico Comércio Ótica	Rua Carlos Sampaio, 351 lj D	Óticas
Evidence	Rua do Ouvidor, 130 lj H	Óticas
Fábrica de Óculos	Av. Rio Branco, 120 lj 24	Óticas
Fernando Araújo	Rua Cons Saraiva, 3 lj	Óticas
Gabriel Soares da Costa	Rua Buenos Aires, 182 lj 2	Óticas
Glass Center Óptica	Av. Calógeras, 30 lj F	Óticas
Janice Paulo Ferreira	Rua Buenos Aires, 182 lj	Óticas
Luiz Cláudio de Menezes Santos	Rua dos Andradas, 7 lj	Óticas
Lupalupa	Rua Sete de Setembro, 48 s 305	Óticas
Maison de Vue Ótica Ltda	Av. Rio Branco, 185 lj 6	Óticas
Maison de Vue Ótica Ltda	Rua Gonçalves Dias, 56	Óticas
Mini Ótica	Av. Rio Branco, 133	Óticas
Narciso Óculos	Rua Buenos Aires, 198 s 5	Óticas
Novótica Ltda	Rua Moncorvo Filho, 34	Óticas
OFL Ótica Ltda	Av. Rio Branco, 159	Óticas
Ótica Ahrens	Rua Buenos Aires, 82	Óticas
Ótica Amadeu Ltda	Rua Cons Saraiva, 3 lj 3	Óticas
Ótica Amado	Rua Andradas, 15	Óticas
Ótica Andradas	Rua Andradas, 17	Óticas
Ótica Brasília	Rua S José, 35 lj 5	Óticas
Ótica Carioca	Rua Sete de Setembro, 235	Óticas
Ótica Conceição Ltda	Rua da Conceição, 31 lj C	Óticas
Ótica Dalva	Rua Buenos Aires, 182 A	Óticas
Ótica Di Toscana	Rua Carlos Sampaio, 351	Óticas
Ótica G S Ltda	Rua Buenos Aires, 218	Óticas
Ótica Ideal	Rua Sete de Setembro, 98 lj G	Óticas
Ótica Ilana	Rua do Riachuelo, 239 lj F	Óticas
Ótica Imperador Ltda	Rua Buenos Aires, 229 lj	Óticas
Ótica Imperador Ltda	Rua do Riachuelo, 313 lj A	Óticas
Ótica Municipal	Rua Buenos Aires, 192	Óticas
Ótica Nacional	Rua Primeiro de Março, 131 B	Óticas
Ótica Ópera	Rua Sete de Setembro, 88	Óticas
Ótica Redentor	Av. Rio Branco, 156 slj 343	Óticas
Ótica Rei	Av. Rio Branco, 120 slj 10	Óticas
Ótica Rian	Av. Rio Branco, 156 lj 12	Óticas

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Ótica Rio	Av. Rio Branco, 120 lj 40	Óticas
Ótica Rosane	Rua Andradas, 31 lj D	Óticas
Ótica Royal	Av. Rio Branco, 120 lj 14	Óticas
Ótica Serrador	Rua Álvaro Alvim, 36 lj D	Óticas
Ótica Telex	Rua Visc de Inhaúma, 38	Óticas
Ótica Varonil	Rua Buenos Aires, 202 lj	Óticas
Ótica Vênus	Av. Passos, 111	Óticas
Óticas Dimensão	Rua do Rosário, 156	Óticas
Óticas do Povo Ltda	Rua Sen Dantas, 20 lj 159	Óticas
Óticas Fialho	Rua Debret, 23	Óticas
Óticas OM	Rua Buenos Aires, 180 lj	Óticas
Policlini Ótica	Av. Nilo Peçanha, 38 lj D	Óticas
Raviju Artigos Óticos Ltda	Rua Buenos Aires, 147	Óticas
Scala Ótica Ltda	Av. Rio Branco, 120 s 828	Óticas
Telles RS Comércio de Óculos Ltda	Rua da Alfândega, 170 qd D bx 12	Óticas
Trix Importação e Exportação Ltda	Av. Pres Vargas, 2000 anx B	Óticas
Visonex Ótica Ltda	Rua Moncorvo Filho, 1 lj B	Óticas
A Caneta Royal	Rua México, 158 loja C	Papelaria
Adrelucas	Rua Acre, 96 s 2	Papelaria
Alexis	Rua Júlia Lopes Almeida, 14	Papelaria
Amaro dos Santos Cova	Rua do Riachuelo, 69 loja B	Papelaria
An Papelaria	Rua Primeiro de Março, 159	Papelaria
Anbraz Papelaria	Rua do Riachuelo, 159 loja B	Papelaria
Ar Papelaria	Rua Primeiro de Março, 159	Papelaria
Arari Papelaria	Rua Imper Leopoldina, 8 sl 706	Papelaria
Avastec	Rua Leandro Martins, 22 s 615	Papelaria
Betapel Comércio de Papel	Rua Buenos Aires, 314 loja	Papelaria
Casa Branca	Rua Ubaldino Amaral, 40 loja C	Papelaria
Casa Cruz Papéis e Vidros	Rua Ramalho Ortigao, 26	Papelaria
Chu's Papelaria Ltda	Rua da Quitanda, 67 loja A	Papelaria
Comercial Lima Moreira	Rua da Alfândega, 325	Papelaria
Constituição 29 Papelaria	Rua da Constituição, 29 loja	Papelaria
Danielle Rio Papelaria	Rua da Alfândega, 71 loja	Papelaria
Eliza Alves Papelaria	Rua Visc. do Rio Branco, 37 lj D	Papelaria
Estrela Guia Papelaria	Rua do Riachuelo, 241 loja 29	Papelaria
Extra Pel	Rua da Conceição, 145	Papelaria
Fat Fiva Dist Ltda	Rua Acre, 26	Papelaria
Firminos Papelaria	Rua das Marrecas, 37	Papelaria
Foto Feitiço	Av. Treze de Maio, 33 loja 101	Papelaria
Grande Rio Papelaria	Av. Churchill, 129 loja B	Papelaria
H Ferreira Barcellos	Av. Nilo Peçanha, 31 A	Papelaria
H Pel Papelaria e Bazar	Rua Acre, 20 loja	Papelaria
H Pinto Papelaria Bazar	Rua Júlia Lopes Almeida, 10	Papelaria
Hercília Lopes da Silva	Rua Buenos Aires, 304 sl	Papelaria

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Hilton H Bastos Papelaria	Av. Franklin Roosevelt, 146 B	Papelaria
Imperial Artetécnica	Rua Senador Dantas, 75	Papelaria
Jânio Almeida de Carvalho	Rua do Resende, 119 loja C	Papelaria
Kipapel Papelaria Ltda	Av. Presidente Vargas, 482 loja B	Papelaria
Leões Papelaria	Rua Buenos Aires, 49	Papelaria
Lojas Papelaria Favo Mell	Rua Alcântara Machado, 37	Papelaria
Lusitânia Comércio	Rua da Assembléia, 10 loja 110	Papelaria
Mahatma Papelaria	Rua Cons. Saraiva, 10 sb	Papelaria
Maria José Rodrigues	Av. Marechal Floriano, 9 loja	Papelaria
Mira Rio Papelaria Ltda	Rua Júlia Lopes Almeida, 7 sb	Papelaria
Mug Papelaria	Rua Miguel Couto, 137 sb	Papelaria
Mzc Papelaria	Rua Andradas, 124 loja	Papelaria
New Pel Papelaria	Rua Vinte de Abril, 28 loja A	Papelaria
Papel Com	Rua do Rosário, 157	Papelaria
Papel Moderno Papelaria	Rua Primeiro de Março, 21 A	Papelaria
Papel Tropical Papelaria	Rua da Alfândega, 81 loja	Papelaria
Papelaria Adla	Rua da Quitanda, 97 loja	Papelaria
Papelaria Africana	Lgo Paço, 38	Papelaria
Papelaria Almeida Castro	Rua Pedro I, 7 c sl loja 7	Papelaria
Papelaria Apa	Rua Sen Dantas, 117	Papelaria
Papelaria Apollo	RuaTeófilo Otoni, 63 loja C	Papelaria
Papelaria As Torres	Rua do Riachuelo, 221	Papelaria
Papelaria Auditora	Rua da Alfândega, 97 loja	Papelaria
Papelaria Bea Lar Ltda	Rua do Riachuelo, 333 loja 7	Papelaria
Papelaria Bigpel	Rua Andradas, 124 loja	Papelaria
Papelaria Breda	Lgo Sta Rita, 6 sb	Papelaria
Papelaria Calógeras Ltda	Av. Calógeras, 12 A	Papelaria
Papelaria Cardoso	Rua Acre, 60	Papelaria
Papelaria Central do Brasil	Rua Barão de São Félix, 147 loja 5	Papelaria
Papelaria Colúmbia	Rua da Quitanda, 190	Papelaria
Papelaria da Cidade	Rua Sete de Setembro, 125 loja	Papelaria
Papelaria Danielle Rio	Rua da Alfândega, 71 loja	Papelaria
Papelaria Estrela do Oriente	Rua Alcindo Guanabara, 17 loja 1	Papelaria
Papelaria Estrela Guia	Rua do Riachuelo, 241 loja 29	Papelaria
Papelaria Loja do Contador	Av. Graça Aranha, 351 loja	Papelaria
Papelaria Loucura Bazar	Rua Gonçalves Lêdo, 19 loja	Papelaria
Papelaria Mercantil	Rua Visc. De Rio Branco, 27 loja	Papelaria
Papelaria México Rio	Rua México, 168 B	Papelaria
Papelaria Novo Horizonte	Rua Moncorvo Filho, 93 loja	Papelaria
Papelaria Princezinha Ltda	Rua do Rosário, 167 A	Papelaria
Papelaria Rainha de Fátima	Rua Tadeu Kosciusko, 67 A	Papelaria
Papelaria Santa Luzia Ltda	Rua Sta Luzia, 827 loja A	Papelaria
Papelaria Tras dos Montes	Praça da República, 13 loja A	Papelaria
Papelaria União Comércio	Rua do Ouvidor, 77	Papelaria

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Papelaria Verdial	Rua dos Inválidos, 98	Papelaria
Papelaria Zap	Rua Senador Pompeu, 124	Papelaria
Parco Papelaria	Rua da Alfândega, 325 loja	Papelaria
Pentel Papelaria	Rua São José, 35 loja J	Papelaria
Pil III	Lgo São Francisco Paula, 26 A	Papelaria
Pitypel	Rua Miguel Couto, 35	Papelaria
Procart Papelaria e Presentes	Rua Camerino, 30 loja Es	Papelaria
RB 185	Rua do Rosário, 157	Papelaria
Rejane Lúcia Sá de Almeida	Rua Luís Camões, 16	Papelaria
Renepel	Rua Senador Pompeu, 32 loja A	Papelaria
Revispel	Av. Passos, 111 loja 1	Papelaria
Riesenfeld	Rua México, 158 loja C	Papelaria
Rizzo Papelaria e Presentes	Rua Gonçalves Dias, 56	Papelaria
Rizzo Papelaria e Presentes	Rua Gonçalves Dias, 51	Papelaria
Tec Pel Papelaria & CD Ltda	Rua da Quitanda, 188	Papelaria
Total Jet Papelaria	Rua Senhor dos Passos, 55	Papelaria
Tras Dois Montes Papelaria	Praça da República, 13 loja A	Papelaria
Vinipel Comercial Ltda	Rua Júlia Lopes Almeida, 11 loja	Papelaria
Vip 3000 Com de Papéis	Rua México, 98	Papelaria
Walc Comércio	Rua Teófilo Otoni, 122 bx E lj 00	Papelaria
WCW	Rua das Marrecas, 19 A	Papelaria
Xerox Arte Mania	Rua Buenos Aires, 243 s 3	Papelaria
Fepar Comércio Parafusos	Rua Carlos Sampaio, 39	Parafusos
Fonte dos Parafusos Ltda	Rua Vinte de Abril, 28 Lj D	Parafusos
Palácio dos Parafusos	Rua Carlos Sampaio, 47 lj	Parafusos
Parafusos Mosca Branca	Rua Carlos Sampaio, 57 A	Parafusos
Parafusos Roscas Soberba	Rua Carlos Sampaio, 106 lj	Parafusos
Alícia Velasco Banzer	Rua André Cavalcanti, 13 lj A	Perfumarias
Carbel Perfumaria Ltda ME	Rua Sen Pompeu, 34 lj B	Perfumarias
Casa Essências Regente Ltda	Rua Andradas, 23	Perfumarias
Casa Essências Regente Ltda	Rua Buenos Aires, 184 lj	Perfumarias
Casa Essências Regente Ltda	Rua Reg Feijó, 34	Perfumarias
Expresso Show 2003 Perfumaria Ltda	Pç. Cristiano Ottoni, s/n st A lj 3	Perfumarias
Franjas e Tranças	Rua do Riachuelo, 221 Lj G	Perfumarias
Free Belle Perfumaria e Cosméticos	Rua do Rosário, 146 lj	Perfumarias
L'Acqua Di Fiori	Av. Passos, 61 lj	Perfumarias
O Boticário	Av. Alm Barroso, 22 lj B	Perfumarias
O Boticário	Av. Rio Branco, 120 lj 48	Perfumarias
O Boticário	Pç. Cristiano Ottoni,, s/n Quios	Perfumarias
O Boticário	Rua Buenos Aires, 220 lj Xxlj	Perfumarias
O Boticário	Rua S José, 90 lj 7c	Perfumarias
Perfumaria Curinga Ltda	Rua Camerino, 62	Perfumarias
Perfumaria Diamantino Ltda	Rua da Constituição, 6 lj	Perfumarias

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Perfumaria Reduto das Essências	Rua Senhor dos Passos, 54	Perfumarias
Perfumaria Tropic Ltda	Rua Senhor dos Passos, 52 lj	Perfumarias
Perfumarias Carneiro Ltda	Rua do Ouvidor, 116 an 1	Perfumarias
Perfumarias Carneiro Ltda	Rua do Ouvidor, 136 an 1	Perfumarias
Shampoo & Cia	Rua Gonçalves Dias, 29 lj	Perfumarias
Visuale Cosméticos	Av. Rio Branco, 120 lj 7	Perfumarias
Ivan das Persianas	Rua do Senado, 110 Sb	Persianas
Luís Garcia Rodeiro	Rua Gal Caldwell, 259	Persianas
Persianas Girassol	Rua Gal Caldwell, 239 lj	Persianas
Persianas Globo	Rua Vinte de Abril, 8 S 1	Persianas
Persianas Planalto	Rua do Riachuelo, 191	Persianas
Casa Beethoven de Pianos	Rua do Riachuelo, 390	Pianos
ADS Presentes	Rua Senhor dos Passos, 152 lj	Presentes
Alice Regina de Almeida Duarte	Av. Rio Branco, 120 lj 46	Presentes
Armazém dos Presentes	Rua Senhor dos Passos, 214 lj	Presentes
Ásia Artigos para Presentes	Rua do Ouvidor, 130	Presentes
Atacadão 87 Presentes	Rua Senhor dos Passos, 87	Presentes
B J Ventura Silva	Rua México, 74 s 203	Presentes
Cacá Presentes	Rua da Alfândega, 295	Presentes
Casa Jerusalém	Rua da Alfândega, 306	Presentes
Chanas Presentes	Rua Senhor dos Passos, 80	Presentes
Chang Wang Zhenlan	Rua Senhor dos Passos, 178 lj	Presentes
Chen Kuo Yen	Rua Senhor dos Passos, 87 lj	Presentes
Cláudia Pereira Telles	Rua do Rosário, 141 lj A	Presentes
Comercial 57 Presentes	Rua Gonçalves Lêdo, 57	Presentes
Downtown Presentes	Rua Gonçalves Dias, 56	Presentes
Estrela Oriental Presentes	Rua Gonçalves Lêdo, 66	Presentes
Ganpre Artigos para Presentes	Rua do Ouvidor, 120	Presentes
Geraldo Figueira Lisboa	Av. Rio Branco, 120 lj 16	Presentes
Gold Presentes	Rua Senhor dos Passos, 159 A	Presentes
Interprise Presentes	Rua Gonçalves Dias, 56 LJ U	Presentes
Ivonete Artigos para Presentes	Rua da Alfândega, 227 lj	Presentes
Ji Youyi	Rua Sete de Setembro, 139	Presentes
Joeri Atacadão Presentes	Tv Belas Artes, 21 lj	Presentes
Kuo Ton Hau	Rua do Rosário, 154 lj	Presentes
Leandro L Carvalho	Rua do Passeio, 2	Presentes
Lo Tong Seng Joseph	Rua da Alfândega, 213	Presentes
Loja Oriental Presentes	Av. Rio Branco, 156 lj 27	Presentes
Long Long Presentes Ltda	Rua Andradas, 31 lj C	Presentes
M G Presentes	Av. Rio Branco, 120 sl 42	Presentes
Magana Presentes	Pç. Tiradentes, 72	Presentes
Mário Artigos para Presente	Rua Andradas, 46 qd B	Presentes
Mavil Presentes	Rua do Ouvidor, 130 lj A	Presentes

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Me Lembra Você Presentes	Rua da Assembléia, 87 lj	Presentes
Mundo Oriental	Rua Reg. Feijó, 112	Presentes
Nova Wa Hong Presentes	Rua Reg. Feijó, 91 lj B	Presentes
Opzione Presentes	Rua México, 107 ljs D e G	Presentes
Oriente C Presentes	Rua Senhor dos Passos, 46	Presentes
Pak Presentes	Rua do Ouvidor, 130	Presentes
Pak Presentes	Rua Gonçalves Dias, 56 LJ F	Presentes
Papinha Canetas Presentes	Tv Do Ouvidor, 50 lj B	Presentes
Park Street Presentes	Rua Gonçalves Dias, 56	Presentes
Paty e Beta Comércios Presentes	Rua da Quitanda, 74	Presentes
Pedro Li Artigos de Presentes	Rua Gonçalves Lêdo, 24	Presentes
Perfumaria Importada Fina Pele	Rua México, 98 LJ C	Presentes
Procura Tem Presentes	Rua Luís Camões, 59 an 3	Presentes
Procura Tem Presentes	Pç. Tiradentes, 50	Presentes
Rachel Presentes	Rua Gonçalves Dias, 56 lj B	Presentes
Rio Amarelo Presentes	Rua Senhor dos Passos, 127	Presentes
Ronaldo Duarte Áreas	Av. Rio Branco, 120 lj 46	Presentes
Shanas Presentes	Rua Senhor dos Passos, 159 lj	Presentes
Sol Presentes	Rua Uruguaiana, 109 lj A	Presentes
Sunshine Artigos para Presentes	Av. Rio Branco, 120 lj 28	Presentes
UTI das Canetas	Rua São José, 35 lj 110	Presentes
Vega Presentes	Av. Rio Branco, 120 lj 46	Presentes
Veiga Presente	Rua Gonçalves Lêdo, 23	Presentes
Vivian Presentes	Rua Senhor dos Passos, 183	Presentes
Antônio Carlos de Moura	Av. Passos, 56	Prod. Nat.
Delírio Natural	Av. Rio Branco, 156 lj 104	Prod. Nat.
Douglas Produtos Naturais	Rua Luís Camões, 98	Prod. Nat.
Eduardo D'Egmont	Rua do Riachuelo, 121 lj B	Prod. Nat.
Farmácia Força da Natureza	Rua Uruguaiana, 11 lj C	Prod. Nat.
Flora Medicinal	Rua Sete de Setembro, 195	Prod. Nat.
Flora Nato Ltda	Rua Andradas, 9 lj	Prod. Nat.
Fonte Saúde	Rua Andradas, 36 lj A	Prod. Nat.
Força da Natureza	Rua Uruguaiana, 11 Lj C	Prod. Nat.
Força da Natureza	Rua Sete de Setembro, 178 lj	Prod. Nat.
Henrique Pitta Pinheiro Perini	Tv Do Ouvidor, 14 lj A	Prod. Nat.
Luciano Teixeira Pereira	Rua Miguel Couto, 30 lj A	Prod. Nat.
Márcia de Lima Nascimento	Rua da Alfândega, 170	Prod. Nat.
Maxi Saúde	Rua da Quitanda, 21	Prod. Nat.
Mundo Verde	Lgo Sta Rita, 12	Prod. Nat.
Mundo Verde	Rua Carlos Sampaio, 246 B	Prod. Nat.
Mundo Verde	Rua da Quitanda, 45 lj A	Prod. Nat.
Mundo Verde	Rua São José, 80	Prod. Nat.
Mundo Verde	Rua Sen Dantas, 75 lj B	Prod. Nat.

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Mundo Verde	Rua Senhor dos Passos, 271 lj	Prod. Nat.
Mundo Verde	Rua Uruguaiana, 82 lj B	Prod. Nat.
Natu's Health	Rua Leandro Martins, 54	Prod. Nat.
Rio GG7	Rua da Quitanda, 45 lj A	Prod. Nat.
Saúde e Força	Rua México, 11 lj 1	Prod. Nat.
Serra Dourada	Rua Buenos Aires, 217 lj 2	Prod. Nat.
Via Verde	Rua Buenos Aires, 111 to	Prod. Nat.
Lili Monde Femme	Rua Buenos Aires, 306	Roup. Profissional
London e Cia	Rua Cons Saraiva, 10	Roup. Profissional
Azul Limão Modas	Rua do Ouvidor, 150 lj	Roupa Feminina
Balisun Roupas e Acessórios	Rua da Alfândega, 289	Roupa Feminina
Balisun Roupas e Acessórios	Rua Senhor dos Passos, 186	Roupa Feminina
Botner Cia Ltda	Rua Senhor dos Passos, 192	Roupa Feminina
C & A Modas Ltda	Rua do Ouvidor, 186 A	Roupa Feminina
Centro Seis Comércio de Roupas	Rua da Quitanda, 50 lj B	Roupa Feminina
Chifon Modas Ltda	Rua do Ouvidor, 148	Roupa Feminina
Cláudia Simões Estilo Com.de Roupas	Rua Gonçalves Dias, 19 lj A	Roupa Feminina
Corpo e Alma	Rua do Ouvidor, 161 lj 102	Roupa Feminina
Corpo e Alma	Rua S José, 66 lj B	Roupa Feminina
Crova Modas	Rua Senhor dos Passos, 198	Roupa Feminina
David Cohen	Rua Uruguaiana, 54	Roupa Feminina
Dekim Modas Ltda	Rua da Alfândega, 296 lj	Roupa Feminina
Denise Vieira Canellas da Silva	Rua Senhor dos Passos, 226	Roupa Feminina
Donna Collection	Rua Gonçalves Dias, 39	Roupa Feminina
Eis Modas Ltda	Rua da Alfândega, 252 lj	Roupa Feminina
Elias Bines	Rua da Alfândega, 329	Roupa Feminina
Enjoy Modas Ltda	Rua da Quitanda, 47	Roupa Feminina
Enjoy Modas Ltda	Rua Gonçalves Dias, 45	Roupa Feminina
Florister Modas	Rua Regente Feijó, 97 lj	Roupa Feminina
Gaby Modas Ltda	Rua da Alfândega, 315	Roupa Feminina
Gallup's Modas	Rua Senhor dos Passos, 260	Roupa Feminina
Grinfeld Modas	Rua da Alfândega, 293 lj	Roupa Feminina
Harao Duek	Av. Rio Branco, 177 Slj	Roupa Feminina
IB Comércio e Indústria Ltda	Rua da Quitanda, 50 lj A	Roupa Feminina
In Comércio e Indústria S/A	Rua do Ouvidor, 142	Roupa Feminina
Innocence Modas Femininas	Rua do Ouvidor, 161 lj E	Roupa Feminina
Isoliste	Rua do Ouvidor, 138 lj	Roupa Feminina
Jae In Yoo	Rua Senhor dos Passos, 147 lj	Roupa Feminina
Kalua Bay Com de Roupas Ltda	Rua da Quitanda, 27	Roupa Feminina
Kuty Sac Com de Roupas Ltda	Rua da Quitanda, 50 lj C	Roupa Feminina
Lesvo Fashion	Rua da Alfândega, 229	Roupa Feminina
Lojas Citycol S/A	Rua República Líbano, 61	Roupa Feminina
Lojas Citycol S/A	Rua do Riachuelo, 221 lj C	Roupa Feminina
Lumina	Rua Sete de Setembro, 167	Roupa Feminina

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Mabin Modas Ltda	Rua Senhor dos Passos, 213 lj	Roupa Feminina
Mariana Toledano	Rua da Alfândega, 248	Roupa Feminina
Marisa Lojas Varejistas	Rua do Ouvidor, 135	Roupa Feminina
Maxmania 18 Com do Vestuário Ltda	Av. Rio Branco, 135 gr F	Roupa Feminina
Mayer Confecções	Rua Senhor dos Passos, 194 slj	Roupa Feminina
Md Tôo	Av. Alm Barroso, 139 A	Roupa Feminina
Mercatto	Rua Gonçalves Dias, 70	Roupa Feminina
Mercatto	Rua Uruguaiana, 54	Roupa Feminina
Modas Fain	Rua Senhor dos Passos, 229	Roupa Feminina
Modas Tutu	Rua da Alfândega, 272	Roupa Feminina
O Mundo das Gordinhas	Rua Regente Feijó, 99 lj	Roupa Feminina
Off Price Comércio de Roupas Ltda	Rua S José, 80	Roupa Feminina
Quadra I Boutique Ltda	Rua Gonçalves Dias, 5 lj C	Roupa Feminina
Roberto de Freitas Carneiro	Rua Gonçalves Dias, 39	Roupa Feminina
Roberto Floresta Góis	Rua do Riachuelo, 239 lj H	Roupa Feminina
Rosa Miranda	Rua da Quitanda, 50 lj H	Roupa Feminina
S P K Modas	Rua do Ouvidor, 155 lj	Roupa Feminina
Sabina Modas Comércio Ltda	Rua da Quitanda, 19 cb 3	Roupa Feminina
São João Batista Modas	Rua Gonçalves Dias, 59	Roupa Feminina
Sebastopol Boutique Ltda	Av. Rio Branco, 157	Roupa Feminina
Skander	Rua da Alfândega, 174 lj	Roupa Feminina
Solly	Rua Gonçalves Dias, 89 lj B	Roupa Feminina
Spirit Comércio de Roupas Ltda	Rua Gonçalves Dias, 49	Roupa Feminina
Sweet Loaf	Rua da Alfândega, 222 lj A	Roupa Feminina
Up and Up Com de Modas Ltda	Av. Alm Barroso, 139 A	Roupa Feminina
Variedade Modas	Rua do Ouvidor, 145 lj	Roupa Feminina
Verty	Rua do Ouvidor, 143	Roupa Feminina
Verty	Rua Gonçalves Dias, 17	Roupa Feminina
Zíper Viper	Rua do Ouvidor, 161	Roupa Feminina
Zipper Confecções	Rua do Ouvidor, 161 lj I	Roupa Feminina
219 Shop de Moda Infantil	Av. Tomé Sousa, 124 sb	Roupa Infantil
265 Modas	Rua Senhor dos Passos, 167	Roupa Infantil
320 Comercial Ltda	Rua da Alfândega, 320	Roupa Infantil
A Impecável Roupas Ltda	Av. Mal Floriano, 55 slj	Roupa Infantil
Aidan Roupa Infantil Ltda	Rua da Alfândega, 207	Roupa Infantil
Aidan Roupa Infantil Ltda	Rua da Alfândega, 333	Roupa Infantil
Ana In Sel Yu Chi Cho	Rua Sete de Setembro, 77 lj	Roupa Infantil
Antônio Clemente Diniz	Rua da Conceição, 60 lj 2	Roupa Infantil
Assad 187 Moda Infantil Ltda	Rua da Alfândega, 187 A	Roupa Infantil
Bedran's Modas e Bazar Ltda	Rua da Alfândega, 364 lj	Roupa Infantil
Bibinha Moda Infantil Ltda	Rua da Alfândega, 343 lj	Roupa Infantil
Camisaria Costanova	Av. Mal Floriano, 30 lj B	Roupa Infantil
Camisaria Novo Mundo	Av. Mal Floriano, 28	Roupa Infantil
Casas Criança Ltda	Rua Ramalho Ortigão, 8	Roupa Infantil

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Constantin Basile Georgakopoulos	Rua da Alfândega, 267	Roupa Infantil
Dedeco	Rua da Alfândega, 235	Roupa Infantil
Del-Rey Tamanhos Especiais	Rua da Alfândega, 206	Roupa Infantil
Eiran Modas Infantis Ltda	Rua Senhor dos Passos, 110 lj	Roupa Infantil
EL Cris Modas	Rua Senhor dos Passos, 185 lj	Roupa Infantil
Fares Georgos Dissouf El Assad	Rua da Alfândega, 270 lj	Roupa Infantil
Fred El Assad Hiche	Rua da Alfândega, 284	Roupa Infantil
Moda Infantil Aidan	Rua Senhor dos Passos, 191	Roupa Infantil
Modas Frankson Ltda	Rua da Alfândega, 295	Roupa Infantil
Nelson Jorge Riche	Rua Senhor dos Passos , 193 lj	Roupa Infantil
Otto Roupas	Av. Nilo Peçanha, 23 lj B	Roupa Infantil
Pelicano	Rua Gonçalves Lêdo, 83	Roupa Infantil
Rod III Com de Roupas	Rua da Alfândega, 267	Roupa Infantil
Rod Six 2004 Com de Roupas Ltda	Rua da Alfândega, 330 lj A	Roupa Infantil
Rodrigão Comércio de Roupas Ltda	Rua da Alfândega, 339	Roupa Infantil
Roupas Infantis em Geral	Rua Senhor dos Passos, 265 lj	Roupa Infantil
Space Man Com de Roupas	Rua Senhor dos Passos, 218	Roupa Infantil
Adecentro Modas Ltda	Rua da Quitanda, 30 lj F	Roupa Masculina
Ana In Sel Yu Chi Cho	Rua Sete de Setembro, 77 lj	Roupa Masculina
Bogart Moda Masculina	Av. Rio Branco, 92	Roupa Masculina
Borelli	Av. Rio Branco, 161 lj	Roupa Masculina
Camisaria Costanova	Av. Mal Floriano, 30 lj B	Roupa Masculina
Camisaria Ibis Ltda	Rua Uruguaiana, 222 lj	Roupa Masculina
Camisaria Novo Mundo	Av. Mal Floriano, 28	Roupa Masculina
Canter	Rua da Alfândega, 287	Roupa Masculina
Carvalho Vaz Roupas Ltda	Rua Gonçalves Dias, 56 lj	Roupa Masculina
Confecção Wella	Rua Senhor dos Passos 187	Roupa Masculina
Confecções Domitex	Rua da Alfândega, 178 lj	Roupa Masculina
Confecções Dyskant	Rua da Carioca, 20	Roupa Masculina
Confecções Oslec	Rua Camerino, 13 lj A	Roupa Masculina
Confecções Rubro Negro	Rua Gonçalves Dias, 33 lj	Roupa Masculina
Creações Opção	Av. Alm Barroso, 4 lj	Roupa Masculina
Del Caster Modas	Rua Senhor dos Passos, 204	Roupa Masculina
Dino Veratti Modas Ltda	Rua S José, 20 lj B	Roupa Masculina
Don José Modas	Rua Sen Dantas, 118 lj C	Roupa Masculina
Dys K	Rua da Carioca, 22 an 1	Roupa Masculina
Expander Roupas Ltda	Rua Sen Dantas, 56 A	Roupa Masculina
J Gerszenhut	Rua Camerino, 8 lj 2	Roupa Masculina
J M Fortuna Comércio de Roupas	Rua Miguel Couto, 9	Roupa Masculina
Jaqueta Ideal	Rua Camerino, 70	Roupa Masculina
Maria de Fátima Pereira Gonçalves	Rua Miguel Couto, 45	Roupa Masculina
Mr Fortune	Rua Miguel Couto, 9 lj	Roupa Masculina
Parkton Roupas	Rua México, 107 lj B	Roupa Masculina
Ponto Masculino	Rua da Carioca, 20 lj	Roupa Masculina

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Prue Men Com de Roupas Ltda	Rua da Quitanda, 19	Roupa Masculina
Richards	Rua Sete de Setembro, 43 lj	Roupa Masculina
Roberto Duek	Av. Rio Branco, 92 lj	Roupa Masculina
Scotsman Rio Moda	Av. Rio Branco, 135 lj 1	Roupa Masculina
Scotsman Rio Moda	Rua Sete de Setembro, 55 lj A	Roupa Masculina
A Ribeiro	Rua da Alfândega, 344 lj	Roupa Unissex
Acquamarine	Rua Uruguaiana, 43	Roupa Unissex
All Dance Wear	Rua do Rosário, 168	Roupa Unissex
American Denin	Rua da Alfândega, 225 lj	Roupa Unissex
Antônio Anizio Ribeiro	Rua da Alfândega, 263	Roupa Unissex
Antônio Anizio Ribeiro	Rua da Alfândega, 281 lj	Roupa Unissex
Aviator	Rua da Quitanda, 19 lj B	Roupa Unissex
Bazar 121 Ltda ME	Rua da Alfândega, 355	Roupa Unissex
Bedran's Modas e Bazar Ltda	Rua da Alfândega, 364 lj	Roupa Unissex
Bichão Comércio de Roupas Ltda	Rua da Alfândega, 349	Roupa Unissex
Blue Machine Comércio de Roupas	Rua Gonçalves Dias, 55 lj	Roupa Unissex
Brasil Roupas	Rua da Alfândega, 319 lj S	Roupa Unissex
Brufel Modas Ltda	Rua da Conceição, 60 lj 3	Roupa Unissex
C 15 Confecções	Rua da Alfândega, 271 lj	Roupa Unissex
C 17 Confecções	Rua da Alfândega, 246 lj	Roupa Unissex
Carlos M. da Silva C. de Mendonça	Rua Buenos Aires, 327 lj	Roupa Unissex
Casa Lenatex Roupas	Rua Sr dos Passos, 236 lj	Roupa Unissex
Central das Fábricas	Rua Senhor dos Passos, 246	Roupa Unissex
Cheade Magazine	Av. Tomé Sousa, 105	Roupa Unissex
Comércio de Roupas Erevan Ltda	Rua Senhor dos Passos, 257	Roupa Unissex
Comércio de Roupas Fofinho	Rua Senhor dos Passos 262	Roupa Unissex
Confecção Doumitex	Rua da Alfândega, 178 lj	Roupa Unissex
Confecções Mero	Rua Gonçalves Lêdo, 83 lj	Roupa Unissex
Cord Roupas	Rua da Alfândega, 338 /340	Roupa Unissex
Creações Opção	Rua da Quitanda, 38 to	Roupa Unissex
Cross Fire	Rua da Alfândega, 342 an 2	Roupa Unissex
Cross Fire	Rua Senhor dos Passos, 200 lj	Roupa Unissex
Cross Fire	Rua Senhor dos Passos,70	Roupa Unissex
De Falcom Modas Ltda	Rua Tadeu Kosciusko, 74 C	Roupa Unissex
Del Laba Moda Jovem Ltda	Rua da Alfândega, 342 lj	Roupa Unissex
Del Laba Moda Jovem Ltda	Rua Senhor dos Passos,134	Roupa Unissex
Eduardo Jorge Riche	Rua da Alfândega, 361	Roupa Unissex
Elle Et Lui	Rua da Assembléia, 77 lj B	Roupa Unissex
Estação	Rua da Alfândega, 255	Roupa Unissex
Estação da Moda	Pc Floriano, s/n lj 3	Roupa Unissex
Fucsia Modas	Rua da Alfândega 377	Roupa Unissex
G Haddad e Irmãos	Rua da Alfândega, 255	Roupa Unissex
G Haddad e Irmãos	Rua da Alfândega, 308	Roupa Unissex
Gallant Modas	Rua da Alfândega, 377	Roupa Unissex

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Gueto Comércio de Roupas	Rua do Ouvidor, 147	Roupa Unissex
HBS	Rua Uruguaiana, 86 lj J	Roupa Unissex
Irenekar Modas Ltda	Rua da Quitanda, 3 lj A	Roupa Unissex
J A M Fortuna Com de Roupas Ltda	Rua Evaristo Veiga, 21 lj A	Roupa Unissex
Kenutti Confecções e Com de Roupas	Rua Miguel Couto, 147	Roupa Unissex
Lamrk Roupas Ltda	Rua Senhor dos Passos, 246	Roupa Unissex
Logaritt Modas	Rua Reg Feijó, 105	Roupa Unissex
Loja de Roupas Nossa Senhora	Rua Gonçalves Dias, 31	Roupa Unissex
Loja Otto Centro	Av. Nilo Peçanha, 23 B	Roupa Unissex
Lojão das Promoções	Rua da Alfândega, 356/358	Roupa Unissex
Lojão das Promoções	Rua da Alfândega, 267	Roupa Unissex
Lojas Citycol S/A	Rua da Alfândega, 241	Roupa Unissex
Lojas Ima de Malhas	Rua da Alfândega, 178 A	Roupa Unissex
M N Comércio Roupas Ltda	Rua Gonçalves Dias, 16 lj C	Roupa Unissex
Magazine Bilu	Rua Senhor dos Passos, 123	Roupa Unissex
Manchester Roupas	Rua da Alfândega, 196 lj	Roupa Unissex
Manchester Roupas	Rua da Alfândega, 260,lj	Roupa Unissex
Marei Comércio Roupas Ltda	Rua Sen Dantas, 118 lj A	Roupa Unissex
Maurice Elias Haddad	Rua da Alfândega, 308	Roupa Unissex
Maxmania 18 Com do Vestuário Ltda	Rua do Ouvidor, 141	Roupa Unissex
Mero Atacadão	Rua da Alfândega, 245	Roupa Unissex
Moda Mix	Rua da Alfândega, 193	Roupa Unissex
Mr Coat	Rua André Cavalcanti, 42 lj A	Roupa Unissex
Mr Fortune	Av. Mal Floriano, 38 A	Roupa Unissex
Mr Fortune	Rua Evaristo Veiga, 21 lj A	Roupa Unissex
Mr Fortune	Rua Miguel Couto, 9 lj	Roupa Unissex
Mr Obay	Rua da Alfândega, 204	Roupa Unissex
Nahim Chamun	Rua Senhor dos Passos, 237 sb	Roupa Unissex
New Tony Confecções	Rua da Alfândega, 180	Roupa Unissex
Obsessão Arrazo	Rua do Ouvidor, 144	Roupa Unissex
Oliveto Carmelo Antônio e Cia	Rua Gonçalves Lêdo, 76	Roupa Unissex
Over Black	Rua da Alfândega, 234 lj	Roupa Unissex
Quebra Vento	Rua Uruguaiana, 82 lj A	Roupa Unissex
Ribeiro Filhos Comércio Roupas Ltda	Rua da Alfândega, 344	Roupa Unissex
Rock Jeans Confecções Ltda	Rua da Alfândega, 281	Roupa Unissex
Rodrigão Comércio de Roupas Ltda	Rua da Alfândega, 243	Roupa Unissex
São Bento Roupas	Rua D Gerardo, 46	Roupa Unissex
Sel Tony	Rua Senhor dos Passos, 170	Roupa Unissex
Sheik Estamparia	Pç. da República, 78	Roupa Unissex
Souad Modas	Rua da Conceição, 66	Roupa Unissex
Sport Del-Rey Comércio de Roupas	Rua da Alfândega, 206	Roupa Unissex
Strike Modas Ltda	Rua do Ouvidor, 155	Roupa Unissex
Suad Roupas	Rua da Alfândega, 175	Roupa Unissex
Taco Roupas	Av. Rio Branco, 57 lj B	Roupa Unissex

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Tecidos e Confecções Ghanem Ltda	Rua Senhor dos Passos,224	Roupa Unissex
Three Importação Comércio Indústria	Rua Senhor dos Passos, 286	Roupa Unissex
Tommy Roupas	Rua da Alfândega, 161	Roupa Unissex
Travel Roupas Ltda	Rua Sete de Setembro, 54	Roupa Unissex
Ula Ula Confecções Ltda	Rua da Alfândega, 263 lj	Roupa Unissex
Valdir Lopes da Silva	Rua da Alfândega, 187 lj 1	Roupa Unissex
Wilton Modas Ltda	Rua Sen Dantas, 42 lj	Roupa Unissex
Youssef Georges Chedid	Rua da Alfândega, 169	Roupa Unissex
Yvelise V Oliveira Confecções Ltda	Rua da Quitanda, 3	Roupa Unissex
ZIGT Comércio de Roupas	Rua do Ouvidor, 137	Roupa Unissex
Brasif Duty Free Shop Ltda	Rua da Assembléia, 51	Shopping
Info Largo São Francisco	Rua Luís Camões, 16	Shopping
2001	Rua Sen Pompeu, 148 lj A	Supermercado
ABC Barateiro	Rua Santana, 157 lj	Supermercado
Filemon	Av. Churchill, 112 Lj A	Supermercado
Intercontinental	Pç. Tiradentes, 40 lj	Supermercado
Mercado Fiel 2003	Av. Alfred Agache, 39	Supermercado
Mundial	Rua do Riachuelo, 194	Supermercado
News Premium	Pç. Cristiano Ottoni, s/n	Supermercado
Pague Menos	Rua Buenos Aires, 150 an 3	Supermercado
Pague Menos	Av. Mal Floriano, 154 lj	Supermercado
Pague Menos	Bc do Bragança, 11	Supermercado
PJ1 Alimentos	Rua Miguel Couto, 115 lj	Supermercado
Sendas Distribuidora	Rua do Resende, 159	Supermercado
Vera Lúcia Dias Mendes	Rua Carlos Sampaio, 351	Supermercado
Don Tabaco	Rua São José, 35	Tabacaria
G C Julidete	Rua Sen Pompeu, 229	Tabacaria
Gryphus Tabacaria	Pç. Olavo Bilac, 28 lj J	Tabacaria
Gulo Tabacaria	Av. Treze de Maio, 23 lj L	Tabacaria
Luís R.do Nascimento	Rua Uruguaiana, 75 qd C	Tabacaria
Tabacaria Africana	Pç. 15 Novembro, 38	Tabacaria
Tabacaria Linha de Ferro	Pç. Cristiano Ottoni, s/n lj 10	Tabacaria
Antônio Rodrigues da Silva	Rua Ten Possolo, 24 lj A	Tapeçaria
Casa dos Capachos	Rua Tem Possolo, 24 LJ A	Tapeçaria
JM Tapeçaria Ltda	Av. NS Fátima, 47 A	Tapeçaria
Márcio Pires Teixeira da Silva	Rua do Ouvidor, 139 bx 2a	Tapeçaria
Tapeçaria Buenos Aires Ltda	Rua Buenos Aires, 236	Tapeçaria
Tapeçaria Novo Horizonte Ltda	Rua da Constituição, 48 E 50	Tapeçaria
A A Koury	Pç. da República, 74	Tecidos
Casa Alberto	Av. Nilo Peçanha, 11	Tecidos
Casa Assuf	Rua do Ouvidor, 149	Tecidos
Casa do Linho	Rua Buenos Aires, 228	Tecidos
Casa José Pinheiro Tecidos	Rua Buenos Aires, 237 lj	Tecidos
Casa Pinto	Rua Buenos Aires, 224 lj	Tecidos

Estabelecimento	Endereço	Ramo
Casas Chamma S/A	Rua Uruguaiana, 23 an 3	Tecidos
Casas Franklin Tecidos	Av. Passos, 42	Tecidos
Casas Franklin Tecidos	Av. Passos, 55 lj	Tecidos
Casas Lealtex	Rua da Alfândega, 257	Tecidos
Casas Lealtex	Rua Senhor dos Passos, 98	Tecidos
Casas Lealtex	Rua Senhor dos Passos, 103	Tecidos
Econtex	Rua Buenos Aires, 93 lj A	Tecidos
Irmãos Sale	Rua Senhor dos Passos, 272	Tecidos
J Simão Tecidos S/A	Rua Buenos Aires, 261 lj	Tecidos
Pack Tec Tecidos e Plásticos	Rua Camerino, 30	Tecidos
Pink Decorações Ltda	Rua República Líbano, 20 lj	Tecidos
Roma Decorações	Rua Buenos Aires, 232 lj	Tecidos
Rosental e Cia	Rua República Líbano, 11 lj	Tecidos
Tecidos Cento e Vinte	Av. Tomé Sousa, 120	Tecidos
Tecidos Modernos	Av. Henrique Valadares, 142 sb	Tecidos
Tecidos Oliveira Netto S/A	Rua Senhor dos Passos, 98 lj	Tecidos
Tecidos São Januário Ltda	Rua Buenos Aires, 228 lj	Tecidos
Tecidos Sennatex	Rua Buenos Aires, 217 lj 3	Tecidos
Tecidos Teci S/A	Rua Camerino, 97	Tecidos
Tofic Nigri & Fihos Tecidos	Rua Alfândega, 100 LJ 102	Tecidos
Valadares Tecidos Ltda	Rua Luís Camões, 38	Tecidos
66 Tele-In	Rua Rep.do Líbano, 66 lj 108	Telefones
Celmit 19	Rua São José, 35	Telefones
Commcenter	Av. Rio Branco, 89 A	Telefones
Electronic do Brasil Comércio	Rua Buenos Aires, 79	Telefones
Eletrônica Map Ltda	Rua República Líbano, 24	Telefones
Jazon Meireles Ferreira	Rua Gonçalves Lêdo, 5	Telefones
Lindalva Galvão de Souza	Rua Uruguaiana, s/n qd B	Telefones
Optitel Eletrônica Comunicações	Av. Nilo Peçanha, 151 lj B	Telefones
Casa das Resinas	Rua Br São Félix, 143 lj	Tintas
Cyber Tintas do Centro	Rua Buenos Aires, 163	Tintas
Cyber Tintas do Centro	Rua Buenos Aires, 172	Tintas
João Barro Tintas Ltda	Rua Ten Possolo, 47 lj	Tintas
JR Instalações	Rua Frei Caneca, 95 lj A	Tintas
Lojas Amoreira de Tintas	Rua Buenos Aires, 84	Tintas
Macotintas	Rua Frei Caneca, 95 lj A	Tintas
Macotintas	Rua Gal Caldwell, 281 lj	Tintas
Marajá das Tintas	Av. Gomes Freire, 421 lj Ab	Tintas
Marajá das Tintas	Rua do Riachuelo, 427	Tintas
Maria de Fátima Ferreira Félix de Souza	Rua do Lavradio, 26	Tintas
Mem de Sá Tintas	Av. Mem de Sá, 132 A	Tintas
O João de Barro Tintas	Rua Ten Possolo, 47 lj	Tintas
Pinholar Tintas Ltda	Rua Sen Pompeu, 207 lj	Tintas
Poly do Centro Tintas	Rua Buenos Aires, 174 lj 174	Tintas

Estabelecimento	Endereço	Ramo
R P Durães Tintas	Rua Buenos Aires, 122	Tintas
Tintocar Tintas	Rua do Riachuelo, 384 A	Tintas
A Uso Diário Uniformes	Rua do Resende, 187 A	Uniformes
Albano da Rocha Ferreira	Rua Luís Camões, 84	Uniformes
Catila Comércio e Indústria de Roupas	Rua Luís Camões, 84 lj	Uniformes
Confecções Walfrex	Pç. da República, 78	Uniformes
SLA Confecções Ltda	Rua do Riachuelo, 161 lj 3	Uniformes
Unimil Uniformes Militares	Rua Primeiro de Março 139	Uniformes
B F Utilidades Domésticas	Rua Sete de Setembro, 162	Utilidades domésticas
Café Expresso Central Ltda	Pç. Cristiano Ottoni, s/n lj 14	Utilidades domésticas
Carvalho & Oliveira Comércio Ltda	Av. Gomes Freire, 248	Utilidades domésticas
Casa & Vídeo	Av. Mal Floriano, 106 sl 110	Utilidades domésticas
Casa & Vídeo	Pç. Floriano, 51 an 20	Utilidades domésticas
Casa & Vídeo	Rua da Alfândega, 101	Utilidades domésticas
Casa & Vídeo	Rua do Riachuelo, 243	Utilidades domésticas
Chame Com Atacadista	Rua República Líbano, 61 ld H	Utilidades domésticas
Fama 332	Rua da Alfândega, 332	Utilidades domésticas
Loja Simões	Rua da Alfândega, 240	Utilidades domésticas
Lojas Americanas S/A	Rua do Passeio, 42	Utilidades domésticas
Speciosa	Rua do Rosário, 144 s	Utilidades domésticas
Super San Bazar	Rua Primeiro de Março, 26	Utilidades domésticas
Tophaus Comércio Panelas	Av. Tomé Sousa, 124 lj C	Utilidades domésticas

Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com.br.
Consulta em: outubro de 2006.

Anexo nº 3: Listagem das indústrias onde há unidades imobiliárias cadastradas por utilização industrial e tipologia industrial IPTU

Endereço
Rua Alexandre Mackenzie, 50
Rua do Resende, 129
Rua João Álvares, 28
Rua Leôncio de Albuquerque, 41
Rua Leôncio de Albuquerque, 8
Rua Pedro Ernesto, 107
Rua Sacadura Cabral, 91
Rua do Livramento, 138
Rua Leôncio de Albuquerque, 33
Rua do Riachuelo, 191
Av. Venezuela, 265
Rua João Álvares, 18
Rua do Livramento, 174
Ladeira Madre de Deus, 13
Rua Sacadura Cabral, 262
Rua Leôncio de Albuquerque, 26
Travessa Dona Felicidade, 38
Rua Antônio Lage, 34
Rua do Livramento, 168
Rua Santana, 191
Rua da Conceição, 151
Rua do Resende, 7
Rua Joaquim Silva, 109
Rua do Riachuelo, 97
Rua João Álvares, 20

Endereço
Rua Marquês de Pombal, 75
Rua do Resende, 139
Rua Leandro Martins, 88
Rua do Riachuelo, 92
Rua Pedro Ernesto, 9
Rua João Álvares, 24
Rua Alexandre Mackenzie, 52
Rua Silvino Montenegro, 38
Rua Rego Barros, 37
Rua Sacadura Cabral, 150
Rua Costa Ferreira, 128
Rua João Álvares, 22
Rua Leôncio de Albuquerque, 62
Rua de Resende, 6
Rua João Álvares, 12
Rua do Senado, 48
Rua Paula Matos, 107
Rua do Resende, 88
Rua Washington Luiz, 117
Rua do Livramento, 184
Rua Frei Caneca, 117
Rua do Riachuelo, 21
Rua Antônio Lage, 30
Rua do Resende, 75

Fonte: IPTU / SMF/ PCRJ ano 2006; tabulação dos dados DIG / IPP

Observação: No que se refere à tipologia foram considerados galpões, indústrias e telheiros.

Anexo nº 4: Instituições e estabelecimentos bancários

Banco	Instalação	Endereço
American Express Bank	Agência	Av. Rio Branco, 134, 5º andar
America do Sul S/A	Agência	Rua Araújo Porto Alegre,36
Banco Alfa	Agência	Av. Rio Branco, 99, loja/sobreloja
BRB	Agência	Rua da Quitanda, 52 A
BankBoston	Agência	Av. Rio Branco, 26 A
BankBoston	Agência	Av. Rio Branco, 110
BankBoston	Agência	Rua Senador Dantas, 19 B
BankBoston	Agência	Rua Santa Luzia, 685 A
Banrisul	Agência	Av. Presidente Vargas, 463
BBM	Agência	Praça Pio X, 98
BMC	Agência	Av. Rio Branco, 89, 12º andar
BMG	Agência	Av. Almirante Barroso, 52, 6º andar
BNP Paribas	Agência	Av. Rio Branco, 1, 10º andar
Banco da Amazônia	Agência	Rua da Assembléia, 35
Bancred	Agência	Rua Pedro I, s 806
Baneb	Agência	Av. Almirante Barroso, 52, 30º andar
Banco do Nordeste	Agência	Rua do Rosário, 103, 12º andar
Banco Fator	Sede	Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 8º andar
Brascan	Sede	Av. Almirante Barroso, 52, 30º andar
Clássico	Sede	Av. Presidente Vargas, 463, 13º andar
Cacique	Agência	Rua Rodrigo Silva, 30
Citibank	Agência	Rua da Assembléia, 100
Citibank	Agência	Rua Araújo Porto Alegre, 56/64
Industrial e Comercial	Agência	Rua da Assembléia, 77, loja A
Indusval S/A	Filial Corret.	Rua do Carmo, 7, 12º andar
J Safra	Agência	Av. Rio Branco, 138
Nossa Caixa	Agência	Rua Candelária, 65A
Mercantil do Brasil	Agência	Av. Rio Branco, 89 B
Mercantil do Brasil	Agência	Rua Senador Dantas, 76 A
Mercantil do Brasil	Agência	Rua Sete de Setembro, 31
Mercantil do Brasil	Agência	Av. Franklin Roosevelt, 115 B
Mercantil do Brasil	Agência	Rua da Ajuda, 35 B
Mercantil do Brasil	Plataf. Emp	Rua Sete de Setembro, 31, sobreloja.
Opportunity	Sede	Av. Presidente Wilson, 231, 28º andar
PanAmericano	Agência	Rua da Quitanda, 56
Paulista	Esc Rio	Rua Nilo Peçanha, 50, sala 1101
Pine	Agência	Av. Rio Branco, 89, 27º andar
Prosper(BM)	Sede	Rua do Passeio, 70, 8º, 9º e 10º andares
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Graça Aranha, 296, loja A
BESC	Agência	Rua São José, 70, 8º andar
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Rio Branco, 1, loja E

Banco	Instalação	Endereço
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua do Ouvidor, 107, ss, loja, sobreloja, 2/13
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Marechal Câmara, 160, lojas E, F e G
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Passos, 115, lojas G, H, I e J
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Presidente Vargas, 446, loja A
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Rio Branco, 70, loja, sl, 2º, 3º,4º, 5º e 6º andares
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Rio Branco, 108, loja B
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua Primeiro de Março, 118, térreo
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua da Assembléia, 10, sobrelojas 2916 a 2919
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua da Assembléia, 115, loja C
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua Buenos Aires, 48, loja, sobreloja
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua Buenos Aires, 296/298
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua do Ouvidor, 63 A
ABN AMRO - REAL	Agência	Rua Senador Dantas, 13/15, loja, ss, jirau
ABN AMRO - REAL	Agência	Av. Graça Aranha, 57 e 81
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Av. Rio Branco, 174
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Rua da Alfândega, 214
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Rua Buenos Aires, 56 (bingo)
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Av. Treze de Maio, 23, ss (bingo)
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Rua da Quitanda, 185 (bingo)
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Rua Senador Dantas, 31 (bingo)
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Rua Santana 157, (Supermercado)
ABN AMRO - REAL	PA 24h	Rua Camerino 96, (Embratel)
ABN AMRO - REAL	CE	Praça Senador Salgado Filho, s/n
ABN AMRO - REAL	CE	Praça XV de Novembro, 21
SUDAMERIS	Agência	Av. Rio Branco, 103
SUDAMERIS	Agência	Rua Regente Feijó, 106
SUDAMERIS	Agência	Eua Debret, 1
SUDAMERIS	Agência	Av. Presidente Antonio Carlos, 40
SUDAMERIS	Agência	Av. Rio Branco, 257, loja C
SUDAMERIS	Agência	Praça Pio X, 78 A
SUDAMERIS	Agência	Rua da Quitanda, 70/72
SUDAMERIS	Agência	Av. Almirante Barroso, 2, loja 2
SUDAMERIS	Agência	Av. Presidente Vargas, 850
SUDAMERIS	PAB	Av. Rio Branco, 128, 6º andar
Banco do Brasil	Agência	Rua Senador Dantas, 105
Banco do Brasil	Agência	Av. Treze de Maio, 13
Banco do Brasil	Agência	Av. Franklin Roosevelt, 137, 8º andar
Banco do Brasil	Agência	Av. Graça Aranha, 1, loja A
Banco do Brasil	Agência	Av. Marechal Câmara, 370
Banco do Brasil	Agência	Av. Marechal Floriano, 114
Banco do Brasil	Agência	Av. Nossa Senhora de Fátima, 22
Banco do Brasil	Agência	Av. Presidente Vargas, 290 A

Banco	Instalação	Endereço
Banco do Brasil	Agência	Av. Presidente Vargas, 583, loja B
Banco do Brasil	Agência	Ilha das Cobras Edificio, 12, Rua dos Bancos
Banco do Brasil	Agência	Av. República do Chile, 65, 2º andar
Banco do Brasil	Agência	Av. República do Chile, 100, ss
Banco do Brasil	Agência	Av. Rio Branco, 142
Banco do Brasil	Agência	Rua Primeiro de Março, 66, CCBB
Banco do Brasil	Agência	Rua do Acre, 15
Banco do Brasil	Agência	Rua Buenos Aires, 264
Banco do Brasil	Agência	Rua Gonçalves Dias, 50
Banco do Brasil	Agência	Rua Pedro Lessa, 36
Banco do Brasil	Agência	Rua da Quitanda, 60
Banco do Brasil	Agência	Rua Rodrigo Silva, 26
Banco do Brasil	Agência	Av. Rodrigues Alves, 81
Banco do Brasil	Agência	Rua Graça Aranha, 170
Banco do Brasil	Agência	Av. Rio Branco, 243
Banco do Brasil	Agência	Av. Rodrigues Alves, 1, 2º andar
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Rodrigues Alves, 81
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Augusto Severo, 84, loja A
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Rio Branco, 142
Banco do Brasil	24 Horas	Av. República do Chile, 100, ss
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Presidente Vargas, 290
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Treze de Maio, 13, loja A
Banco do Brasil	24 Horas	Av. N S de Fátima, 22
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Graça Aranha, 1, loja A
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Gonçalves Dias, 50
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Graça Aranha, 170
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Franklin Roosevelt, 137 , 8 andar
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Marechal Câmara, 370
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Presidente Antonio Carlos, 375
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Pedro Lessa, 36
Banco do Brasil	24 Horas	Av. República do Chile, 65, 2º andar
Banco do Brasil	24 Horas	Rua do Acre, 15
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Presidente Antonio Carlos, 51
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Presidente Vargas, 583, loja B
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Primeiro de Março, 66, CCBB
Banco do Brasil	24 Horas	Rua da Quitanda, 60
Banco do Brasil	24 Horas	Av. Rodrigues Alves, 1, 2º andar
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Rodrigo Silva, 26
Banco do Brasil	24 Horas	Rua Buenos Aires, 264
Banco Itaú S/A	Personalité	Av. Rio Branco, 193, loja 2
Banco Itaú S/A	Personalité	Av. Presidente Vargas, 509
Banco Itaú S/A	Personalité	Av. Nilo Peçanha, 12 A
Banco Itaú S/A	Personalité	Av. República do Chile, 100, ss

Banco	Instalação	Endereço
Banco Itaú S/A	Personalité	Rua da Assembléia, 93, ss
Banco Itaú S/A	Agência	Av. República do Chile, 100
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Rio Branco, 18
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Rio Branco, 86 A
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Rio Branco, 109
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Rio Branco, 147
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Rio Branco, 161 A
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Rio Branco, 185 (Marques do Herval)
Banco Itaú S/A	Agência	Praça Senador Salgado Filho, s/n
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Sete de Setembro, 99 A
Banco Itaú S/A	Agência	Rua México, 45
Banco Itaú S/A	Agência	Rua da Quitanda, 80
Banco Itaú S/A	Agência	Rua do Riachuelo, 221
Banco Itaú S/A	Agência	Rua da Assembléia, 10
Banco Itaú S/A	Agência	Rua da Assembléia, 93
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Graça Aranha, 17 4
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Evaristo da Veiga, 35 A
Banco Itaú S/A	Agência	Rua de Santana, 200/202
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Barão de São Félix, 3 A e 5 A
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Gomes Freire, 788 E
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Marechal Floriano, 126/128
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Visconde de Inhaúma, 134 A
Banco Itaú S/A	Agência	Rua México, 45
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Visconde do Rio Branco, 30
Banco Itaú S/A	Agência	Praça Pio X, 99
Banco Itaú S/A	Agência	Rua dos Andradas, 27
Banco Itaú S/A	Agência	Rua do Carmo, 8
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Buenos Aires, 109 A
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Buenos Aires, 295
Banco Itaú S/A	Agência	Rua São José, 28
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Afonso Cavalcanti, 73
Banco Itaú S/A	Agência	Rua da Assembléia, 23
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Estácio de Sá, 155 A
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Nilo Peçanha, 12 A
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Nilo Peçanha, 175
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Senador Dantas, 74
Banco Itaú S/A	Agência	Praça Monte Castelo, 24/22
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Presidente Vargas, 670 (IPERJ)
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Mayrink Veiga, 34/36
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Visconde de Inhaúma, 37
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Buenos Aires, 318/320
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Sete de Setembro 32
Banco Itaú S/A	Agência	Av. Franklin Roosevelt, 87

Banco	Instalação	Endereço
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Debret, 80, ss
Banco Itaú S/A	Agência	Rua Treze de Maio, 38
Banco Itaú S/A	Agência	Rua da Gloria, 214
Banco Itaú S/A	P B	Rua São José, 18
Banco Itaú S/A	P B	Av. Almirante Barroso, 52, 2º andar
Banco Itaú S/A	C E	Av. República do Chile, 100
Banco Itaú S/A	C E	Rua do Riachuelo, 221
Banco Itaú S/A	C E	Av. Churchil, 94 A/B
Banco Itaú S/A	C E	Av. Rio Branco, 18
Banco Itaú S/A	C E	Av. Rio Branco, 86 A
Banco Itaú S/A	C E	Av. Rio Branco, 109 A
Banco Itaú S/A	C E	Av. Rio Branco, 147
Banco Itaú S/A	C E	Av. Rio Branco, 161
Banco Itaú S/A	C E	Av. Rio Branco, 185, loja 1
Banco Itaú S/A	C E	Rua Afonso Cavalcanti, 73
Banco Itaú S/A	C E	Rua dos Andradas, 27
Banco Itaú S/A	C E	Rua da Assembléia, 23
Banco Itaú S/A	C E	Av. Treze de Maio, 38
Banco Itaú S/A	C E	Rua Buenos Aires, 295/297
Banco Itaú S/A	C E	Praça Monte Castelo 22/24
Banco Itaú S/A	C E	Rua Senador Dantas, 74
Banco Itaú S/A	C E	Rua Sete de Setembro, 32
Banco Itaú S/A	C E	Rua Sete de Setembro, 99 A
Banco Itaú S/A	C E	Praça Senador Salgado Filho, s/n
Banco Itaú S/A	C E	Rua Visconde do Rio Branco, 49
Banco Itaú S/A	C E	Rua Regente Feijó, 7
Banco Itaú S/A	C E	Rua Camerino, 96
Banco Itaú S/A	C E	Estação Central do Brasil
Banco Itaú S/A	C E	Rua Luiz de Camões, 16
Banco Itaú S/A	C E	Rua do Ouvidor, 175
Banco Itaú S/A	C E	Rua do Passeio, 42/56, sobreloja
Banco Itaú S/A	C E	Rua Uruguaiana, 174, loja A
Banco Itaú S/A	C E	Av. Graça Aranha, 174
Banco Itaú S/A	C E	Rua Buenos Aires, 320
Banco Itaú S/A	C E	Praça Pio X, 99
Banco Itaú S/A	C E	Av. Nilo Peçanha, 12
Banco Itaú S/A	C E	Av. Nilo Peçanha, 175
Banco Itaú S/A	C E	Rua Evaristo da Veiga, 35 A
Banco Itaú S/A	C E	Rua da Assembléia, 10
Banco Itaú S/A	C E	Rua Debret, 80, ss
Banco Itaú S/A	C E	Rua Estácio de Sá, 155
Banco Itaú S/A	C E	Rua de Santana, 200/202
Banco Itaú S/A	C E	Rua Barão de São Félix, 3 A e 5 A

Banco	Instalação	Endereço
Banco Itaú S/A	C E	Rua Marechal Floriano, 126
Banco Itaú S/A	C E	Rua Gomes Freire, 788, lojas E e F
Banco Itaú S/A	C E	Rua Visconde de Inhaúma, 37
Banco Itaú S/A	C E	Rua Visconde de Inhaúma, 134 A
Banco Itaú S/A	C E	Rua Mayrink Veiga, 34/36
Banco Itaú S/A	C E	Rua México, 45 A
Banco Itaú S/A	C E	Rua Visconde do Rio Branco, 30/32
Banco Itaú S/A	C E	Rua Presidente Vargas, 670
Banco Itaú S/A	C E	Rua da Quitanda, 80
Banco Rural S/A	Sede	Av. Presidente Wilson, 165, 2º e 6º andar
Banco Rural S/A	Agência	Av. Calógeras 15, lojas A e B
Banco Safra S/A	Agência	Av. Erasmo Braga, 277
Banco Safra S/A	Agência	Av. Rio Branco, 80
Banco Safra S/A	Agência	Praça Pio X, 17, 11º andar
Bradesco S/A	Prime	Av. Graça Aranha, 226
Bradesco S/A	Prime	Rua Primeiro de Março, 45 e 47
Bradesco S/A	Prime	Rua Senador Dantas, 61
Bradesco S/A	Prime	Av. Rio Branco, 131
Bradesco S/A	Prime	Av. Rio Branco, 81, loja A
Bradesco S/A	Agência	Av. Franklin Roosevelt, 137
Bradesco S/A	Agência	Av. Mem de Sá, 107 e 109
Bradesco S/A	Agência	Av. Presidente Antonio Carlos, 615 e 641
Bradesco S/A	Agência	Av. Presidente Vargas, 583
Bradesco S/A	Agência	Av. Presidente Vargas, 1012, s 288
Bradesco S/A	Agência	Av. Presidente Wilson, 231, s 401
Bradesco S/A	Agência	Av. Rio Branco, 1, sala 1510
Bradesco S/A	Agência	Av. Rio Branco, 89, sala 701
Bradesco S/A	Agência	Av. Rio Branco, 116
Bradesco S/A	Agência	Av. Rio Branco,181
Bradesco S/A	Agência	Praça Pio X, 8 A, 8º andar (Plat. Coorp. Rio)
Bradesco S/A	Agência	Praça Pio X, 98 A
Bradesco S/A	Agência	Praça Senador Salgado Filho, 1
Bradesco S/A	Agência	Rua Sete de Setembro, 145,147 e 149
Bradesco S/A	Agência	Rua da Assembléia, 10, 14º andar
Bradesco S/A	Agência	Rua Gonçalves Dias, 74
Bradesco S/A	Agência	Rua Irineu Marinho, 35
Bradesco S/A	Agência	Rua da Lapa, 286, loja A
Bradesco S/A	Agência	Rua Tadeu Kociusko, 31
Bradesco S/A	Agência	Rua Visconde Inhaúma, 50
Bradesco S/A	Agência	Rua Visconde Inhaúma, 134, loja C
Bradesco S/A	Agência	Rua Rodrigo Silva, 12
Bradesco S/A	Agência	Rua Beneditinos, 28
Bradesco S/A	Agência	Rua México, 16

Banco	Instalação	Endereço
Bradesco S/A	Agência	Rua Carmo, 71, ss
Bradesco S/A	Agência	Rua Pinto de Azevedo, 105, loja A
Bradesco S/A	Agência	Rua Marques do Pombal, 172, lojas B e C
Bradesco S/A	Agência	Rua Buenos Aires, 286/286 A
Bradesco S/A	24HORAS	Av. Rio Branco, 174 (CEF)
Bradesco S/A	24HORAS	Rua da Alfândega, 214
Bradesco S/A	24HORAS	Rua Buenos Aires, 56 (Bingo Cidade)
Bradesco S/A	24HORAS	Av. Treze de Maio, 23, ss (Bingo Municipal)
Bradesco S/A	24HORAS	Rua da Quitanda, 185(Bingo Quitanda)
Bradesco S/A	24HORAS	Av. Rio Branco, 185(Bingo Rio Branco)
Bradesco S/A	24HORAS	Rua Senador Dantas, 31(Bingo Senador Dantas)
Bradesco S/A	24HORAS	Rua de Santana, 157 (Supermercado Compre Bem)
Bradesco S/A	24HORAS	Rua Camerino, 96
Bradesco S/A	24HORAS	Rua do Ouvidor, 175, 2º andar, Lojas Americanas
Bradesco S/A	24HORAS	Rua do Riachuelo, 192 (Supermercado Mundial)
Bradesco S/A	Banco Postal	Praça Mauá, 7
Bradesco S/A	Banco Postal	Av. Presidente Vargas, 3077
Bradesco S/A	Banco Postal	Rua da Alfândega, 91
Bradesco S/A	Banco Postal	Rua Almirante Barroso, 63, lojas B e C
Bradesco S/A	Banco Postal	Rua de Santana, 221
Bradesco S/A	Banco Postal	Av. Presidente Antonio Carlos, 251
Bradesco S/A	Banco Postal	Av. República do Chile, 65, ss
Bradesco S/A	Banco Postal	Praça Tiradentes, 9, lojas C, D e E
Bradesco S/A	Banco Postal	Rua Primeiro de Março, 64, térreo
CEF	Agência	Av. Erasmo Braga, 115, 4º andar
CEF	Agência	Av. General Justo, 307, 2º andar
CEF	Ag./penhor	Av. Marechal Câmara 160 A, sobreloja 210
CEF	Agência	Av. Presidente Antonio Carlos, 251, térreo
CEF	Agência	Av. Presidente Antonio Carlos, 375
CEF	Agência	Av. Presidente Vargas, 309 A
CEF	Ag./penhor	Av. República do Chile, 230
CEF	Agência	Praça Barão de Ladário, s/n
CEF	Agência	Praça Duque de Caxias, 25
CEF	Agência	Rua do Acre, 80, 2º andar
CEF	Agência	Rua da Alfândega, 115
CEF	Ag./penhor	Rua da Alfândega, 214
CEF	Ag./penhor	Rua do Riachuelo, 61
CEF	Ag./penhor	Av. Rio Branco, 1
CEF	Ag./penhor	Av. Rio Branco, 39
CEF	Ag./penhor	Av. Rio Branco, 125
CEF	Agência	Av. Rio Branco, 174 (sede)
CEF	Agência	Av. Rio Branco, 241/243
CEF	Ag./penhor	Rua do Rosário, 103

Banco	Instalação	Endereço
CEF	Agência	Rua Afonso Cavalcanti, 33
CEF	Agência	Av. Graça Aranha, 327/333
CEF	Agência	Av. Venezuela, 134, Fórum Criminal
CEF	Agência	Rua do Lavradio, 132, Justiça do Trabalho
CEF	Ag./penhor	Largo da Carioca, s/n
CEF	PAE	Praça XV de Novembro, s/n
CEF	PAE	Av. Erasmo Braga, 115, térreo
CEF	PAE	Av. Presidente Vargas, Central do Brasil
CEF	PAE	Av. Presidente Vargas, 1012, 2º andar
CEF	PAE	Rua Camerino, 96, térreo
CEF	PAE	Av. Rio Branco, 241,13º andar
CEF	PAE	Rua do Ouvidor, 175
CEF	PAE	Largo da Carioca S/N, Metro
CEF	PAE	Praça XV de Novembro, 21, Barcas
CEF	PAE	Av. República do Chile, 65
CEF	PAE	Rua Afonso Cavalcanti, 455
CEF	PAE	Praça da República, 70
CEF	PAE	Rua do Acre 80, 11º andar
CEF	24 horas	Praça Senador Salgado Filho, s/n
CEF	24 horas	Av. Almirante Barroso/Av. Rio Branco
CEF	24 horas	Av. Rio Branco, 241,13º andar
CEF	24 horas	Largo da Carioca s/n
CEF	24 horas	Rua da Alfândega, 214
CEF	24 horas	Av. Rio Branco, 123
CEF	24 horas	Av. Rio Branco, 37
CEF	24 horas	Rua Uruguaiana, 94
HSBC Bank Brasil S/A	Agência	Av. Rio Branco, 108
HSBC Bank Brasil S/A	Agência	Rua da Assembléia, 66
HSBC Bank Brasil S/A	Agência	Rua Gomes Freire, 788
HSBC Bank Brasil S/A	Agência	Praça Floriano 23, ss
HSBC Bank Brasil S/A	Agência	Rua Visconde de Inhaúma, 58
HSBC Bank Brasil S/A	Agência	Av. Franklin Roosevelt, 194
HSBC Bank Brasil S/A	C E	Av. Rio Branco, s/n, Metro Carioca
Santander Brasil S/A	Agência	Av. Rio Branco, 85, Corporate Rio
Santander Brasil S/A	Agência	Rua da Assembléia, 92
Santander Brasil S/A	Agência	Av. Rio Branco, 185
Santander Brasil S/A	Agência	Av. Rio Branco, 138
Sofisa	Agência	Av. Rio Branco, 34
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Treze Maio, 23, loja A
Unibanco S.A.	Agência	Av. Alm Barroso, 52, 27º andar
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Gomes Freire, 474 A
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Gomes Freire, 788
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Graça Aranha, 81 ,loja B e sobreloja

Banco	Instalação	Endereço
Unibanco S.A.	Agência	Av. Graça Aranha, 416 B
Unibanco S.A.	Agência	Av. Nilo Peçanha, 50
Unibanco S.A.	Agência	Av. Franklin Roosevelt 87, lojas B e C
Unibanco S.A.	Agência	Av. Pres Vargas, 642, loja A
Unibanco S.A.	Agência	Av. Pres Vargas, 417
Unibanco S.A.	Agência	Av. Pres Wilson, 210
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Rio Branco, 37
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Rio Branco, 102
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Rio Branco, 123
Unibanco S.A.	Uniclass	Av. Rio Branco, 156, loja 2
Unibanco S.A.	Uniclass	Praça XV de Novembro, 34 B
Unibanco S.A.	Uniclass	Praça Procópio Ferreira, 86, loja A
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Sete Setembro, 48
Unibanco S.A.	Agência	Rua Sete de Setembro, 111, loja A
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua da Alfândega, 275
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Buenos Aires, 108/110
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Carioca, 42
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Frei Caneca, 91/ 93
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Ouvidor, 91, sobreloja
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Uruguaiana, 94, sobreloja
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Senador Dantas, 19 A
Unibanco S.A.	Uniclass	Avenida Graça Aranha, 416
Unibanco S.A.	Uniclass	Avenida Sete de Setembro, 111
Unibanco S.A.	Uniclass	Av, Presidente Vargas, 417
Unibanco S.A.	Uniclass	Rua Sacadura Cabral, 49 /51
Unibanco S.A.	Uniclass	Avenida Franklin Roosevelt, 87 l B/C
Unibanco S.A.	30H	Praça Senador Salgado Filho, s/n
Unibanco S.A.	Private	Avenida Rio Branco, 123, 3º andar
Bonsucesso - BM	Escritório	Rua do Mercado, 11
Banco BRJ- BM	Sede	Rua Gonçalves Dias, 51
Banco BVA - BM	Sede	Avenida Almirante Barroso, 52, 19º andar
Banco Cedula- BM	Sede	Rua Gonçalves Dias, 65/67
Banco Cedula- BM	Agência	Rua Miguel Couto, 7
Banco Morada- inst cred.	Sede	Rua da Assembléia, 69
Banco Morada- inst cred.	Agência	Rua Gonçalves Dias, 84
BNDES- BD	Sede	Avenida República do Chile, 100

Fonte: www.febraban.org e consultas aos endereços eletrônicos de cada instituição. Acesso em: abril de 2006.

Anexo n° 5: Espaços Culturais localizados na área central

Nome	Endereço	Telefones
Centro Cultural do Banco do Brasil	Rua Primeiro de Março, 66	3808-2020
Casa França Brasil	Rua Visconde de Itaboraí,78	2516-0385
Centro Cultural dos Correios	Rua Visconde de Itaboraí, 20	2503-8770
Tribunal Regional Eleitoral	Rua Primeiro de Março, 42	Em projeto
Instituto de Artes Visuais Darcy Ribeiro	Rua da Alfândega, 5	2233-0224
Centro Cultural da Justiça	Avenida Rio Branco 241	2510-8848
Espaço Cultural da Marinha	Rua Alfredo Agache, s/nº	2533-6696
Espaço Cultural Constituição	Rua da Constituição 34	2242-3102
Espaço Cultural Cedim	Rua Camerino, 51	2299-2010
Academia Brasileira de Letras	Av. Presidente Wilson, 231	3974-2500
Centro Cultural BM&F	Praça XV de Novembro, 20	2514-1069
Centro Cultural Light	Rua Marechal Floriano, 168	2211-4878
Centro de Artes Funarte	Rua da Imprensa, 16	2279-8078
Centro de Artes Hélio Oiticica	Rua Luis de Camões, 68	2242-1012
Espaço Cultural BNDES	Av. Chile, 100, térreo	2251-5542
Condomínio Cultural	Rua Luís de Camões, 2	2242-9942
Espaço Cultural Castelo	Rua Santa Luzia, 760	2533-1878
Espaço Cultural Bernardo Monteverde	Rua Evaristo da Veiga, 55,5º andar	2533-2000
Espaço Cultural Ariano Suassuna	Rua do Lavradio, 20	3852-5516
Espaço Maison de France	Av.Presidente Antônio Carlos, 58	2210-1272
Espaço Paço Imperial	Praça XV de Novembro, 48	2533-4491
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Av. Augusto Severo 84 ,8º, 10º e 12º andares	2232-1312
Fundição Arte e Progresso	Rua dos Arcos, 24 / 50	2220-5070
Espaço Cultural Arco da Velha	Praça Cardeal Câmara, 132	2509-2101
Centro Cultural Calouste Gulbenkian	Rua Benedito Hipólito, 125	2232-1084
Centro Cultural da Saúde	Praça Marechal Âncora, s/nº - térreo	2240-5568
Centro Cultural José Bonifácio	Rua Pedro Ernesto, 80	2233-7754
Centro Cultural Memórias do Rio	Av. Gomes Freire, 289	2221-5441
Conjunto Cultural da Caixa	Av. República do Chile, 230	22628152
Real Gabinete Português de Leitura	Rua Luís de Camões, 30	2221-3138
Funarte - Centro de Documentação e Informação em Arte	Rua São José, 50, 2º andar	2533-8090 r.306
Centro Cultural Carioca	Rua do Teatro, 37	2252-6468
CC Movimento Escoteiro	Rua Primeiro de Março, 112	2283-8024
Espaço RB1 – arte Contemporânea	Av. Rio Branco, 1	2233-0772
Espaço Livre Aventuras	Endereço não encontrado	--
Casa do Arquiteto	Rua Imperatriz Leopoldina 1	2221-2235
Espaço Cultural Martin Lhuther King	Endereço não encontrado	--
Espaço Cultural do Clube Militar	Av. Rio Branco 251	2220-9226
Espaço Cultural da Petrobrás	Av. Chile 65	8002-5901
Esquina do Patrimônio Cultural	Av. Rio Branco 46	2203-3113

Nome	Endereço	Telefones
Mezzanino da Estação Carioca do Metrô	Metrô Carioca	--
Centro Cultural Candido Mendes	Rua da Assembléia,10, 6º andar	2531-2000
Espaço Cultural Vale do Rio Doce	Av. Graça Aranha, 26	3814-4477
Instituto Cultural Goethe Brasil Alemanha	Rua do Passeio 62, 1º e 2º andares	2533-4862
Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica	Rua das Marrecas, 31	2532-2763
Instituto Cultural Brasil Japão	Av. Franklin Roosevelt 39, s.1507/08	2220-7877
Fundação Cultural Brasil Portugal	Av. Rio Branco 181 sala 1701	2220-3552
Centro Cultural dos Arcos	Av. Mem de Sá 23	2252-8910
Espaço Cultural Maria Teresa Vieira	Rua da Carioca 85	--
Espaço Cultural CREA	Rua Buenos Aires 40/2º	2206-9662
Instituto Italiano de Cultura	Av. Pres. Antonio Carlos, 40/4ºandar	2220-8500
Caixa Cultural Rio	Av. Alm Barroso, 25	2285-7158

Anexo n° 5: Museus localizados na área central

Museus	Endereços	Telefone
Museu Paço Imperial	Praça XV de Novembro, 48	2533-6613
Museu Histórico Nacional	Praça Marechal Âncora, s/nº	2550-9255
Museu Histórico e Diplomático do Itamarati	Av Marechal Floriano, 196	2253-7691
Museu de Arte Sacra da Arquidiocese do Rio de Janeiro	Av. República do Chile, 245,subsolo	2240-2669
Museu Judaico	Rua México, 90 - 1º andar	2524-6451
Submarino-Museu Riachuelo	Avenida Alfredo Agache, s/n	2216-5325
Panteão Duque de Caxias	Praça Duque de Caxias 25	
Museu da Força Expedicionária Brasileira	Rua das Marrecas, 35	2262-3609
Museu do Corpo de Bombeiros	Praça da República, 45	2221-1234
Museu da Imagem e do Som	Praça Rui Barbosa, 1	2262-0309
Museu da Academia Nacional de Medicina	Av. General Justo, 365 - 9º andar	2524-2034
Museu de Farmácia da Santa Casa de Misericórdia	Rua Santa Luzia, 206	2297-6611
Museu da Fazenda Federal	Av. Presidente Antônio Carlos, 375A sl. 1003	3805-2003
Museu do Monumento aos Mortos da II Guerra.	Av Infante Dom Henrique, 75	2240-1283
Museu da Santa Cruz dos Militares	Rua Primeiro de Março, 36 – térreo	2221-1878
Museu Histórico e Geográfico	Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar	2252-4430
Museu Naval e Oceanográfico	Rua Dom Manoel, 15	2533-7626
Museu da Academia de Polícia	Rua Frei Caneca, 162	2224-1704
Museu da Escola Naval	Av. Almirante Sílvio de Noronha	2292-1252
Museu de Arte Moderna	Av Infante Dom Henrique, 85	2210-2188

Museus	Endereços	Telefone
Museu da Polícia Militar do RJ	Rua Marquês de Pombal, 128	2242 4059
Museu Histórico e Diplomático	Av Marechal Floriano, 196	2253-7691
Navio-Museu Bauru	Av Alfredo Agache, s/n	2253-9236
Museu da Eletricidade	Av. Marechal Floriano, 168	2211-4822
Museu da Justiça	Rua Dom Manuel, 29/3º	2588-3765
Museu Nacional de Belas Artes	Av Rio Branco, 199	2240-0068
Museu de Valores do Banco Central	Av. Rio Branco, 30	
Museu do Exército casa de Deodoro	Praça da República, 197	
Museu da II Guerra Mundial	Parque Brigadeiro Eduardo Gomes	2240-1283
Museu de Tecnologia Educacional - Instituto de Pesquisas em Educação e Eventos Educacionais	Av Presidente Vargas, 418, 21º e 22º andares	2516-0400
Sala Memória da Light	Av Marechal Floriano,168	2211-4420
Museu de Farmácia Antônio Lago da Associação Brasileira de Farmacêuticos	Rua dos Andradas, 96 sl. 1001	2263-0791
Museu do Carnaval	Praça da Apoteose	2293-9996
Museu Cartográfico do Serviço Geográfico do Exército	Rua Major Daemon, 81	2223-2177
Museu Carmen Miranda	Parque Brigadeiro Eduardo Gomes	2551-2597
Museu do Bonde	Av. República do Chile, 65A	
Museu do Negro	Rua Uruguaiana 77, 1º andar	
Museu da Gemologia	Av. Rio Branco, 15	
Museu do Banco do Brasil	Rua Primeiro de Março, 66/4º	3808-2353
Museu do Rádio Roberto Marinho	Rua da Constituição, 78	2232-6172
Espaço Cultural da Marinha	Av. Alfredo Agache, s/n	
Instrumental Delgado de Carvalho	Rua do Passeio, 98	
De General Osório	Rua do Riachuelo, 303	
Venerável Ordem III S Francisco da Penitência	Convento Santo Antônio, Largo da Carioca	

Fontes: www.telelistas.net; www.armazemdedados.rio.rj.gov; www.centrodacidade.com.br
Consultas em: 28 março 2004, 29 março 2004, 7 abril 2004, 10 maio 2004. Revisão em: 20 junho 2006.

Anexo nº 6: Bibliotecas localizadas na área central

Biblioteca	Endereço	Telefone
Nacional	Av. Rio Branco, 219	2262-8255
CCBB	Rua Primeiro de Março, 66	3808-2030
Biblioteca da Escola Magistratura do Estado do Rio de Janeiro	Rua D. Manuel, 29	2533-9129
Biblioteca Estadual Celso Kelly	Av. Pres Vargas, 1261, sl	2224-6184
Biblioteca Euclides da Cunha	Av. Rio Branco, 219, 4º andar	2220-1290
Biblioteca Euclides da Cunha	Rua Imprensa, 16, 4º andar	2220-8791
Biblioteca Araújo Porto Alegre (MNBA)	Av. Rio Branco, 199, 2º	2240 0068
Instituto Histórico Geográfico	Rua Augusto Severo, 84, 10º andar	2509-5107
Do Centro de Informações da ONU	Av. Marechal Floriano, 196	2253-2211
Histórica do Itamaraty	Av. Marechal Floriano, 196	2253-5730
Museu Histórico Nacional	Praça Marechal Ancora, s/nº	2250-9264
Divisão de Música e Arquivo Sonoro-DIMAS	Rua Imprensa, 16, 3º andar	2220-1539
Funarte	Rua São José, 50, 2º andar	2533-8090
Academia Brasileira de Letras (Petit Trianon)	Av. Pres Wilson, 203	2524-8230
Academia Brasileira de Letras (Biblioteca Rodolfo Garcia)	Av. Pres Wilson, 231, 2º andar	3974-2500
Arquivo Nacional	Rua Azeredo Coutinho, 77	3806-6133
Bastos Tigre (ABI)	Rua Araújo Porto Alegre, 71	2282-1292
Real Gabinete Português Leitura	Rua Luís Camões, 30	2242-8971
Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica	Praça Marechal Ancora, 15 A	2240-5104
Da Marinha	Rua Mayrink Veiga, 28	2516-8784
Do Exército	Praça Duque de Caxias, 25	2519-5726
Paulo Santos (IPHAN)	Praça XV de novembro, 48	2533-7762
Do Ibama	Praça XV de Novembro, 42, 4ºandar	2509-5303
Academia Brasileira de Ciências (Aristides Pacheco leão)	Rua Araújo Porto Alegre, 64, 5º andar	2533-6274
OAB	Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar	2220-3186
Centro de Pesquisas e Documentação (MAM)	Av. Infante Dom Henrique, 85	2210-2188
Pio X (UCAM)	Praça Pio X, 7, 12º andar	2233-9294
Associação Brasileira de Corrosão	Av. Venezuela, 27, salas 412/418	2516-1962
Marina S.P. de Vasconcelos - IFCS / UFRJ	Largo de São Francisco de Paula, 1	2221-0341
Goethe Instituto RJ	Av. Graça Aranha, 416, 9º andar	2533-4862
Memória Pedro II	Av. Marechal Floriano, 8	2253-7855
Mosteiro de São Bento	Rua Dom Geraldo, 68	2291-7122
Alfredo Nascimento (Academia Nacional de Medicina)	Av. General Justo, 365, 9º andar	2524-2034
Comissão de Valores Mobiliários	Rua Sete de Setembro, 111, 26º andar	2212-0290

Biblioteca	Endereço	Telefone
Consulado Geral Americano	Av. Presidente Wilson, 147	2292-7117
Consulado da França	Av. Pres.Antonio Carlos, 58, 11ºandar	2240-8679
Assembléia Legislativa D. Maria Portugal Costa	Rua Dom Manuel, s/n, sala 210	2588-1418
BNDES	Av. Chile 100, sala 201	2277-7214
Câmara Municipal RJ	Praça Floriano, s/n, sala 33A	3814-2202
Faculdade de Direito UFRJ	Rua Moncorvo Filho, 8, 2º andar	2224-8523
Instituto Nacional de Tecnologia	Av. Venezuela, 82	2253-3442
Academia Brasileira de Polícia	Rua Frei Caneca, 162	3399-3396
Procuradoria Geral do Estado	Av. Marechal Câmara, 370, 6º andar	2550-9087
Procuradoria Geral de Justiça	Rua Dom Manoel, 25	
Fazenda Nacional	Av.Pres Ant. Carlos, 375, sala 1238	3805-4276
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais	Av. Rio Branco, 108	2242-3253
Arquivo Público (provisoriamente na Praia de Botafogo 480)	Rua da Relação, 40	2579-3574
Arquivo Geral da Cidade	Rua Amoroso Lima, 15	2263-7832
Pública da Gamboa	Rua Pedro Ernesto, 80	2263-7832
Alberto Nepomucemo	Rua do Passeio, 98	2262-8742
Digital Multimídia Embratel	Virtual/ Parceria BN	
Infantil Manoel Lino da Costa	Rua Sacadura Cabral, 81	2263-7233
Edmundo Moniz (Fundação Alberto Pasqualini, PDT)	Rua do Teatro, 39	2232-1016

Fonte: www.telelistas.net; www.armazemdedados.rio.rj.gov.br e www.centrodacidade.com.br
Consulta em:12 maio 2004 e 28 maio 2004.
Revisão em: 19 outubro 2005.

Anexo nº 7: Listagem das livrarias localizadas na área central

Livrarias	Endereço
Livraria Forense	Av. Erasmo Braga, 227 B
Livraria Technical Books	Rua Gonçalves Dias, 89 s 205/206
Remar Comércio de Livros Ltda ME	Rua da Assembléia, 36 s 904
Amafe Comércio de Livros	Rua da Assembléia, 36 s 904
Livraria Francisco J. Laissue	Pç. Olavo Bilac, 28 s 201
Livraria e Editora Rúbio	Av. Churchill, 97 s 203
Livraria Leonardo da Vinci	Av. Rio Branco, 185 lj 2, 3, 4 e 9
Livraria Leonardo Marios	Rua da Constituição, 20
Paulinas Livraria	Rua Sete de Setembro, 81 A
A Estante Livraria Ltda	Rua da Constituição, 52
Aimée Gilbert Livraria	Rua Carioca, 38
Ciência e Cultura Livraria e Dist Ltda	Rua Sete de Setembro, 127 e 129
Disk Book Livraria	Rua Sen. Dantas, 118 s 409 A
Editora e Livraria Vozes	Rua México, 174 lj A
João R C Moderno	Rua Riachuelo, 303
Le Bouquiniste Livraria	Rua Visc Rio Branco, 28 lj
Livraria Camões	Rua Bittencourt da Silva, 12 C
Livraria Francisco Alves Editora S/A	Rua Uruguaiana, 94 13º and.
Livraria Galáxia Ltda	Rua México, 31 lj A
Livraria Império	Rua Reg Feijó, 30
Livraria Inconfidência Ltda	Av. Graça Aranha, 145 sl 403
Livraria Ler e Viver Ltda ME	Av. Rio Branco, 173 sl 303
Livraria Sudeste Ltda	Rua Primeiro de Março, 11
Papel Craft	Tv do Ouvidor, 21 lj A
Paulus Livraria	Rua México, 111 lj B
Wva Editora e Distribuidora Ltda	Av. Rio Branco, 185 sl 2103 e 2104
Zélio Bicalho Portugal & Cia Ltda	Av. Pres Vargas, 502 s. 1701
Livraria Francisco Alves Editora	Pç. Mahatma Gandhi, 2 s 1201
Agência Siciliano de Livros Jornais e Revistas Ltda	Av. Rio Branco, 156 lj 26
Amado Silva	Lgo SFranc.Paula,26,sl 1419
Antenna Edições Técnicas Ltda	Av. Mal Floriano, 151 an 1
Antiqualhas Brasileiras Livraria Ltda	Rua da Carioca, 10
BVZ Edições Comércio e Representações Ltda	Av. Mem Sá, 230 lj
Carlos Larica Neto	Av. Pres Wilson, 165 sl 323
Cecília Augusta Pepeo Rêgo	Rua Reg Feijó, 24 lj
Chama Violeta Com de Livros Ltda	Rua Moncorvo Filho, 8
Ciência e Cultura Livraria e Distribuição Ltda	Rua Sete Setembro, 127 lj
Dantes Livraria e Editora	Pç. Mahatma Gandhi, 2 gr 205
Disk Book Livraria Ltda	Rua Sen. Dantas, 118 sl 409
Edições Trabalhistas Ltda	Av. Alm Barroso, 90 gr 702

Livrarias	Endereço
Editora Betânia S/C	Rua Primeiro de Março, 125 sl
Editora Brasil Energia Ltda	Rua México, 3 13° and.
Editora Forense Universitária Ltda	Rua do Rosário, 100
Editora Lumen Juris	Rua da Assembléia, 36 2° and.
Edson Silvério Livreiro	Rua Reg Feijó, 12
Elizart Livros Ltda	Av. Mal Floriano, 63
Eudes de Souza Medrado	Rua Reg Feijó, 14 lj
Federação Espírita Brasileira	Av. Passos, 30 lj
Fernando Daniel Chomski	Av. Rio Branco, 185 lj 10
Folha Seca Livraria Ltda	Rua do Ouvidor, 37
Gamaliel Alves Santos	Rua da Constituição, 52 an 1
Godspel Livraria Ltda	Rua Primeiro de Março, 8 lj
Gracilianos do Ramo Ltda	Pç. XV de Novembro, 48 lj E
Gramma Livraria e Editora	Rua Beneditinos, 26 sl 503
Hunley Livros Discos e Acessórios Ltda	Rua Gonçalves Dias, 30
Imprensa Nacional Casa da Moeda- Livraria Camões	Rua Bittencourt Silva, 12
Ivo Alonso Nunes Comércio Livros Ltda	Rua das Marrecas, 11
Ivon Bernardo Morgado	Rua da Assembléia, 34 s 101
J D S Atualizações Odontológicas Ltda	Rua Evaristo Veiga, 35 s 1612
João Carvalho Silva	Av. Gomes Freire, 151 B
José Jailson Cruz	Rua da Assembléia, 36 s 904
José Raimundo Rúbio	Av. Churchill, 97 s 205
Júlio C Reis Livraria	Tv do Ouvidor, 36 gr 3
Le Bouquiniste Livraria Ltda	Rua Reg Feijó, 30
Le Bouquiniste Livraria Ltda	Rua Visc de Rio Branco, 28
Letra Viva Livraria Ltda	Rua Luís Camões, 10
Livraria 44 da Camões	Rua Luís Camões, 44 lj
Livraria Academia do Saber Ltda	Av. Passos, 25
Livraria Acadêmico do Rio Ltda	Rua da Carioca, 61 lj
Livraria Acumirim	Rua Marq Pombal, 150
Livraria Albuquerque Pereira	Av. 13 Maio, 33 lj 312
Livraria Amigo Editora Ltda	Av. Pres Vargas, 542 s. 309
Livraria Amorim	Pç. Tiradentes, 15
Livraria Antiquário Walter & Filho Ltda	Rua da Carioca, 10 lj
Livraria Antiquário Walter & Filho Ltda	Rua Sete Setembro, 207 sl
Livraria Brasileira Ltda	Av. Rio Branco, 156 sl 229
Livraria Cabral	Av. Gomes Freire, 151
Livraria Café do Wilsinho Ltda	Rua do Resende, 18
Livraria Carbeze Ltda	Rua República Líbano, 61 s. 706
Livraria Carioca Rio Antigo Ltda	Rua do Rosário, 155
Livraria Ciência e Paz Ltda	Rua Riachuelo, 381 lj
Livraria Ciência Moderna Ltda	Av. Rio Branco, 156 lj 126 ss
Livraria Cristã Masper Ltda	Rua do Ouvidor, 130 lj J

Livrarias	Endereço
Livraria Cultural da Guanabara Ltda	Rua da Assembléia, 10
Livraria Cultural da Guanabara Ltda	Rua da Assembléia, 36 gr 201
Livraria da Travessa Ltda	Tv. do Ouvidor, 17 lj A
Livraria da Travessa Ltda	Rua Primeiro de Março, 66
Livraria da Travessa Ltda	Av. Rio Branco, 44
Livraria e Editora Idéias e Palavras Ltda	Rua Riachuelo, 303
Livraria e Editora Renovar Ltda	Rua da Assembléia, 10 lj E
Livraria e Papelaria Camerino Ltda	Rua Camerino, 52
Livraria e Papelaria Saraiva S/A	Rua do Ouvidor, 98 A
Livraria e Papelaria Saraiva S/A	Rua Sete Setembro, 73 lj
Livraria e Papelaria Século XXI Ltda	Rua das Marrecas, 39 s 301
Livraria Esplanada Ltda	Pç. da República, 40
Livraria Evangélica Cristã Unida Ltda	Rua da Constituição, 14
Livraria Francisco J Laissue	Pç. Olavo Bilac, 28 sl 201
Livraria Galáxia Ltda	Rua México, 31 lj
Livraria Horus Ltda	Rua Sen. Dantas, 75
Livraria Imperial	Pç. XV de Novembro, 48
Livraria Interciência Ltda	Av. Pres Vargas, 435 18º and.
Livraria Ivo Alonso	Rua das Marrecas, 11
Livraria Juerp	Rua do Ouvidor, 130 s 216
Livraria Kosmos Editora S/A	Pç. Olavo Bilac, 28 slj 205
Livraria Kosmos Editora S/A	Rua do Rosário, 155
Livraria Leonardo da Vinci Ltda	Av. Rio Branco, 185 lj 2
Livraria Leonardo Marios Ltda	Rua da Constituição, 20
Livraria Ler e Viver Ltda ME	Av. Rio Branco, 173 gr 303
Livraria M & F	Av. Rio Branco, 185 3º and. s 313
Livraria Martins Fontes Editora Ltda	Av. Rio Branco, 122
Livraria Rúbio Ltda	Rua Sta Luzia, 206 t
Livraria Rúbio Ltda	Av. Churchill, 97 s 203
Livraria São José Ltda	Rua Primeiro de Março, 37 lj
Livraria Sodiler	Rua São José, 35
Livraria Sodiler	Pç. Sen Salgado Filho, s/n
Livraria Sonho e Fantasia	Rua Alcântara Machado, 36 sl 209
Livraria Sudeste Ltda	Rua Primeiro de Março, 11 lj
Livrarias Editoras Reunidas Ltda	Rua Sen. Dantas, 75 lj E
Livros Técnicos Vitória Comercial Ltda	Av. Mal Floriano, 151
LTR Editora Ltda	Rua Anfilófio Carvalho, 29 s 601
Magnus Dei Livraria e Papelaria Cristã Ltda	Rua do Ouvidor, 130 cb 216
Marca do Céu Livraria e Café Ltda	Av. Erasmo Braga, 278 bx 7
Maria da Conceição Fernandes Pereira	Rua Vinte de Abril, 7
Maria Esther Villela de Paiva	Av. Treze de Maio, 33 lj 301
MF Academic Book Service	Av. Rio Branco, 185 s 313
MP Mariano Com de Livros	Rua Primeiro Março, 9 1º and.
Mundo do Livro	Av. Mem Sá, 230 lj

Livrarias	Endereço
Padrão Livraria Editora Ltda	Rua Miguel Couto, 40 an 1
Papel Craft	Tv do Ouvidor, 17
Paulus Livraria	Rua México, 111 lj B
Sandra Meireles da Silva Pinto	Av. Pres Vargas, 502 s 1701
SBS- Special Book Services Livraria Ltda	Lgo São Francisco Paula, 34 an 3
Sebastião Augusto Gonçalves	Rua do Ouvidor, 130 s 216
Sociedade Bíblica do Brasil	Rua Buenos Aires, 135 A
Solario Distribuidora e Com de Livros Ltda	Rua da Carioca, 33 lj
Technical Books Livraria Ltda	Rua Gonçalves Dias, 89 an 2 s 207
Tecnobook Hardware Software Livros e Revistas	Av. Rio Branco, 156 sl lj 321
Vieira e Lent	Rua Sen. Dantas, 118 s 406
Worldwide's Books Comércio e Distribuidora de Livros	Rua Buenos Aires, 208 an 2 s 2
Yzef D Kermatim Livraria Ltda	Rua Pedro Lessa, 31
Livraria Cabral	Av. Gomes Freire 151
Edson Silvério Livreiro	Rua Reg Feijó s/n, lj 2
Livraria Antiquário Walker & Filho Ltda	Rua Sete de Setembro 207
Infoconsult Informática Ltda	Rua Acre, 28 gr 404
Livraria Ciência Moderna Ltda	Av. Rio Branco 156,lj 126 ss
A Casa das Letras Livraria e Associados	Rua Regente Feijó 14,lj

Fonte: www.telelistas.net e telemar.com.br consultados em 21/04/06.

Anexo nº 8: Listagem das editoras localizadas na área central

Editores	Endereço
3D Editoração Eletrônica Ltda	Rua da Conceição, 105 sl 405
A Tribuna de Santos Jornal e Editora Ltda	Av. Rio Branco, 14 ,1º andar
Adel Agência de Editoras Ltda	Rua da Quitanda, 199 s 305
Agência Keystone Serviços de Imprensa Ltda	Rua da Quitanda, 199 ,5 andar
Ao Livro Técnico Ind. e Com Ltda	Rua da Alfândega 90
Artpress Editoração Ltda ME	Rua do Carmo, 11 s 802
Ativo Rio Editora Ltda	Av. Rio Branco, 120 s 1116
Avenida Central Editora Ltda	Av. Alm Barroso, 90 sl 1114
Azougue Editorial	Pç Mahatma Gandhi, 2 s. 208-210
Barsa Planeta Internacional	Rua São José, 40 an 5
Becebe Editora Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 24 gr 805
Bookmark Editora Ltda	Rua D Gerardo, 63 s 1510
Capax Dei Editora Ltda	Rua México, 31 sl 202
Carlos A. Amigo	Av. Pres Vargas, 542 sl 309
Casa da Palavra Produção Editorial Ltda ME	Rua Joaquim Silva, 98 an 4
Casa Jorge Editora Ltda	Av. Beira Mar 406,s.804
Cia Editora Forense	Av. Erasmo Braga, 299 s 103
CEPA.Centro EditorPsicologia Aplicada Ltda	Rua Sen. Dantas, 118 sl 917
Cintia Ryter	Rua do Ouvidor 164, 6 andar
Clarita Gomes de Campos	Av. Mal. Câmara, 160 bl B s 1132
Companhia do Texto Ltda	Rua México, 21 s 1302
Contexto Agência Fotojornalismo Ltda	Rua Álvaro Alvim, 31 sl 1102
Cultural Rio Editora Ltda	Rua Moncorvo Filho, 66 an 2
Daniel Porto Carreiro Gonzaga do Nascimento	Av. Rio Branco, 156 s 3301
DB Press Assessoria e Publicações S/C Ltda	Av. Calógeras, 6 s 905
Denise C Saraiva de Castro	Rua Treze de Maio 23, s 433
Dia a Dia Publicações Médicas	Rua Sta. Luzia, 799 s 1303
Duplo K Emp Jorn Edit Ltda	Rua Rodrigo Silva 8 s. 903
Ebid Editora Páginas Amarelas Ltda	Rua São José, 90 an 3
Edge Editora	Rua Araújo Porto Alegre 36,s.1002
Edições Aduaneiras Ltda	Rua do Acre 92,cb1
Edições Galo Branco Ltda	Av. Pres Vargas, 482 s 716
Edições Marítimas Ltda	Rua da Candelária, 79 A
Edições Trabalhistas	Av. Alm Barroso, 90 gr 604
Editec Ltda	Av. Treze de Maio, 45 s 404
Editora 4 Edificações Ltda	Av. Churchill, 129 gr 703
Editora Abril S/A	Rua Buenos Aires, 68 an 33
Editora Betânia S/C	Rua Primeiro de Março, 125 sl
Editora Bossamidia Ltda	Rua Primeiro de Março, 23 sl 1105
Editora Brasil Energia Ltda	Rua México, 3 13º and.
Editora Brasiliana	Rua Lapa, 180 sl 1001

Editores	Endereço
Editora Campus Ltda	Rua Sete de Setembro, 111 16º and.
Editora Ciência e Paz ltda	Rua Riachuelo 381, loja J
Editora Degrau Cultural Ltda	Pç. Mahatma Gandhi, 2 s 203
Editora do Brasil	Rua do Rezende 96, loja
Editora do Brasil S/A	Rua do Rezende, 89 to
Editora Dp & A	Rua Joaquim Silva, 98 2º and
Editora e Arte Tempo Presente	Av. Pres Vargas, 962 s 1412
Editora Edições Ilustradas Ltda	Av. Treze de Maio, 23 s 433
Editora Ementário Forense Ltda	Rua da Lapa 180,s. 809
Editora Espaço Jurídico Ltda	Av. Pres Antônio Carlos, 615 s 304
Editora Expertbooks	Av. Pres Vargas, 583 sl 311
Editora Forense Universitária Ltda	Rua do Rosário, 100
Editora Guanabara Koogan S/A	Trv. do Ouvidor, 11 8º and.
Editora Império da Cultura	Rua do Rezende, 53 cb 3
Editora Jornalística do Est. RJ	Av. Marechal Floriano 38, s.808
Editora Luz Menescal	Rua Acre, 55 sl 507
Editora McGraw Hill Inter. Brasil Ltda	Rua da Assembléia, 10 s 2319
Editora McGraw Hill Inter. Brasil Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50 s 3003
Editora Menorah Ltda	Rua México, 119 s 1107
Editora Notrya Ltda	Rua Irineu Marinho, 30 sl
Editora Nova Triade do Brasil Ltda	Av. Henrique Valadares, 23 s 901
Editora O Dia S/A	Rua Riachuelo, 359 2º and.
Editora O Dia S/A	Rua Sete de Setembro, 98 lj I
Editora Referência Ltda	Av. Pres Vargas, 482 s 622
Editora Regional Ltda	Rua Gal. Caldwell, 283 A
Editora Revista dos Tribunais Ltda	Rua da Assembléia, 83
Editora Revista dos Tribunais Ltda	Rua da Assembléia, 83
Editora Rocco Ltda	Rua Rodrigo Silva, 26 5 º and.
Editora Sextante	Av. Nilo Peçanha, 155
Editora Três Ltda	Av. Alm. Barroso, 63 s 1509
Editora Vozes Ltda	Rua México, 174 lj A
Eduardo Lordello Rios	Av. Rio Branco, 45 s 2303
Elo Editora e Dist Ltda	Rua Evaristo Veiga, 35 s 1008
Elsevier Editora Ltda	Rua Sete de Setembro, 111 16 º and.
Empresa Editora A Tarde S/A	Rua da Alfândega, 91 s 205
Enciclopédia Britannica Brasil Publicação Ltda	Rua São José, 40 s 502
Evandro Mendonça Martins Fontes	Av. Beira Mar, 242 ap. 1301
Ferdinando Bastos de Souza	Rua da Candelária, 9 sl 204
Fundação Editora Unesp	Rua Frei Caneca, 111 2º an
Geraldo Siffert Junior	Rua Sta. Luzia, 799 s 1303
Gláucio Cunha Cruz Pereira	Rua da Candelária, 9 s 1010
GPG Edições Ltda	Av. Pres Vargas, 590 s 2215
H D Editorial Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 17

Editores	Endereço
Hermon Editora e Distribuidora de Papéis	Rua Sen. Pompeu, 129
Horizonal Editora e Consultoria Ltda	Rua da Lapa, 120 12º and.]
Hugo L Turovelzky Editora Ltda	Rua Leandro Martins, 42 an 1
Hyper Mídia Editora Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50 s 2817
Iacy Fernando Rodrigues	Av. Beira Mar, 406 s 906
IMF Editora Ltda	Av. Erasmo Braga, 227 gr 404
Imyra Bahia	Rua Br São Félix, 138 A
Inverta Cooperativa de Serviços Editoriais	Rua Regente Feijó, 49 2 ºandar
Ivon Bernardo Morgado	Rua da Assembléia, 34 s 101
JC Edições e Produções	Rua Visc de Inhaúma, 134 s 1324
João da Silva Lorosa Neto	Rua Riachuelo, 330 sl 206
João Gabriel de Mello Brandão	Rua do Carmo, 6 gr 309
Jorge Zahar Editora Ltda	Rua México, 31 sl
Jornal O Dia	Rua Riachuelo, 359 3º and.
Jornal Ombro A Ombro	Pç. da República, 13 sl 515
Jornal Tribuna da Imprensa	Rua do Lavradio, 98 sb
Jund Editora Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 25 gr 701
Junta Educação Relig Pub Convenção Batista Brasileira	Rua do Passeio, 70 sl 402
Lersch Traduções S/C Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50 gr 614
Letra Capital Editora Ltda	Av. Rio Branco, 257 s 401
Liney	Rua Sen. Dantas, 117 s 715
Litteris Editora	Av. Pres Vargas, 13 lj D
Litteris Editora Ltda	Av. Pres Vargas, 962 s 1411
LTC, Livros Técnicos e Científicos Edi. S/A	Trv. do Ouvidor, 11 6º and.
LTR Editora Ltda	Rua Anfilófio Carvalho, 29 s 601
Luiz Cláudio Aguiar	Av. Treze de Maio, 13 s 2010
Makron Books Brasil Editora Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50 s 3003
Maria da Conceição Botelho	Av. Rio Branco, 120 s
Maria de Fátima de Jesus Rodrigues	Rua Visc de Inhaúma, 58 s 407
Mauad Editora Ltda	Av. Treze de Maio, 13 s 507
Maurício Marcello Leite Barbosa Júnior	Rua do Mercado, 35
Mcb Assessoria Empresarial	Av. Rio Branco, 120 gr 901
MDI Administração Planejamento e Eventos Ltda	Av. Treze de Maio, 41 gr 801
Mergulhar Serviços Editoriais Ltda	Av. Nilo Peçanha, 151 sl 613
Messias Gomes Coelho	Rua da Conceição, 105 sl 405
Midiagendas Editora Ltda ME	Rua da Quitanda, 3 sl 612
Mondrian Editora e Comunicação Ltda	Rua Riachuelo, 109
O Mundo Português	Rua Alexandre Mackenzie, 111
Orial Informática Editora	Rua do Carmo, 7 ,15ºandar
Orientador Alfandegário Rio Editora Ltda	Rua Miguel Couto, 134 s 702
Panrotas Editora Ltda	Av. Rio Branco, 277 s 1602
Paulinas Editora Ltda	Rua Sete de Setembro, 81 A

Editores	Endereço
Paulo Editora Ltda	Rua Joaquim Silva, 98 an 2
Paulo T. Silva	Rua da Lapa, 180 sl 1202
Pier Empresa Jornalística Editora Ltda	Rua da Quitanda, 19 s 702
Pierre Cardoso Marins	Rua Sen. Dantas, 40 an 1
Quartet Editora & Comunicação Ltda	Rua da Candelária, 9 gr 1010
R T Rio Edições Ltda	Rua da Assembléia, 34 s 104
Rafael Costa Cassemiro	Pc Cristiano Ottoni, s/n lj 24
RBE Editorial Ltda	Rua da Assembléia, 15 6º and.
Roma Victor Editora Ltda	Rua Primeiro de Março, 11
RSC Editora e Produções Promocionais	Av. Rio Branco, 257 s 1801
Salamandra Consultoria Editorial Ltda	Rua Riachuelo, 359 an 2
Sílvia Helena Editora Ltda	Av. Pres Wilson, 113 s 1403
Sir Speedy®	Rua da Alfândega, 90 l B
Sistema RCC Editora Ltda	Av. Rio Branco, 156 sl 1301
Sociedade Bíblica do Brasil	Rua Buenos Aires, 135 A
Sociedade Editora Espírita F V Lorenz	Rua dos Inválidos, 34 gr 903
Starlin Alta Books do Brasil	Av. Nilo Peçanha, 155 sl 1101
Taba Cultural Editora	Rua Joaquim Silva, 56 s 701
TeleListas - Matriz	Rua Visc. de Inhaúma, 37 18º and.
Teresa Cristina Albuquerque da Fonseca	Rua Rodrigo Silva, 8 s 903
Thex Editora e Distribuidora Ltda	Rua da Lapa, 180 s 804
Topbooks Editora Dist Livros Ltda	Rua Visc. de Inhaúma, 58 s 413
Topbooks Editora e Distribuidora de Livros	Rua Visc. de Inhaúma, 58 s 203
Valet Editora Técnica e Comercial Ltda	Rua Sen. Dantas, 19 s 508
Vieira e Lent	Rua Sen. Dantas, 118 s 406
Vitrô Comunicação e Editora Ltda	Av. Rio Branco, 45 s 1310
Vittório Cupello	Rua da Candelária, 66
Z Valentin Gráfica e Editora Ltda	Rua Barão de São Félix, 138 A

Fontes: www.telelistas.net , www.telemar.com.br e Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Consultados em Abril de 2006.

Anexo nº 9: Instituições de Ensino Superior localizadas na área central

Instituição	Endereço	Telefone
Instituto de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas	Av. Beira Mar, 406 s. 504.	2262-6523
Associação Ensino Superior Rio Janeiro	Av. Gal Justo, 171 6° and.	2532-2437
Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing	Rua Rosário, 90 2° and.	2292-2000
Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing	Av. Rio Branco 53, 2º and.	
Associação Universitária Santa Úrsula	Rua Debret, 23 s 1114	2533-3981
Conservatório Brasileiro de Musica	Rua Graça Aranha 57/12º and.	2240-5431
Escola Naval	Rua Alm. Silvio de Noronha s/n	
Faculdade Bethencourt da Silva (FABES)	Rua Frederico Silva 86	2224-5814
Faculdade de Direito Evandro Lins E Silva	Rua Quitanda, 59 2º and.	3970-2333
Faculdades Moraes Júnior	Rua Regente Feijó, 63	2221-8386
Faculdades Moraes Júnior	Rua Buenos Aires 283	2221-8434
Fundação Educacional Severino Sombra	Av. Rio Branco, 277 gr 1002	2220-9061
Faculdade Senac - Centro de Informática e Telecomunicações	Rua Santa Luzia 735,5 º and.	2517-9229
IBMEC	Av. Rio Branco 108	2242-3253
IBMEC	Av. Beira Mar 118	nova sede
Instituto de Ensino Superior do RJ Ltda	Rua Quitanda, 59 2 º and.	3970-2334
Instituto de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas	Av. Beira Mar, 406 gr 504	2262-6523
Instituto de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas	Av. Mem Sá, 254	2232-7581
Sociedade Brasileira de Instrução	Pç 15 Novembro, 101 s 26	2533-4782
Sociedade Brasileira de Instrução	Pç Pio X, 7º , 9º e 10º andares	2518-8667
Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura - UESC	Pç República, 46 a 50	2509-1965
Sociedade Universitária Gama Filho	Av. Pres Vargas, 62 6 º and.	2518-2028
Pontifícia Universidade Católica	Av. Mal. Câmara 186,7º and.	0800 909556
UCAM-Universidade Cândido Mendes	Pç 15 Novembro, 101 an 1	2531-2371
UCAM-Universidade Cândido Mendes	Pç Pio X, 7 an 7	2518-3608
UCAM-Universidade Cândido Mendes	Rua Assembléia, 10 1 e 8º and.	2531-2000
UERJ-Escola Superior de Desenho Industrial	Rua Evaristo Veiga, 95	2240-1890
UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro-Escola de Música	Rua Passeio, 98	2262-8742
UFRJ-Instituto de Filosofia e Ciencias Socias/IFCS	Largo de S.Francisco de Paula 1	2221-0341
UFRJ- Pós Graduação (Clube de Engenharia)	Av. Rio Branco 124,18° and.	2562-7300
UFRJ- Faculdade Nacional de Direito	Rua Moncorvo Filho 8	2224-8503
UFRJ-Escola de Enfermagem Ana Nery	Rua Afonso Cavalcanti 275	2293-8098
UFRJ-Escola de Engenharia	Av. Rio Branco 124,18° andar	2562-7300
UFRJ - Instituto Ginecologia	Rua Moncorvo Filho, 90	2508-934
UFRRJ - Curso Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola	Av. Pres Vargas, 417 7º and.	2224-8577
Uni Rio-Universidade Rio Janeiro	Rua Frei Caneca, 94	2232-5332
Uni Rio-Universidade Rio Janeiro	Rua Frei Caneca, 94 2º and. bl 2	2232-2779
Universidade Castelo Branco FUNENSEG*	Rua Senador Dantas 74,2º	3132-1019

Instituição	Endereço	Telefone
Univercidade Unidade Aeroporto	Av. Gal Justo, 171 4º and.	2536 5000
Univercidade Sete de Setembro	Rua Sete de Setembro 66	2536 5000
Univercidade Carioca - Metro	Rua Bittencourt da Silva, s/n	
Univercidade	Praça Pio X,78,8º and.	
Univercidade Unidade Praça Onze	Av. Pres. Vargas 2700	2536 5000
Universidade Gama Filho, unidade Candelária	Av. Pres. Vargas 62	2518 2028
Universidade Estácio de Sá Arcos da Lapa	Rua do Riachuelo 27	3231 6000
Universidade Estácio de Sá Menezes Cortes	Rua São José 35, 15º	3231 1700
Universidade Estácio de Sá Pres. Vargas	Av. Pres. Vargas 642	22069772
Universidade Estácio de Sá Cidade Nova	Av. Pres. Vargas 2560	32131700
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro	Praça XV de Novembro 20	
SENAC - Centro de Administração e Desenvolvimento Empresarial	Av. Rio Branco 245, 32º and.	2292-4800
UCAM - Universidade Cândido Mendes	Rua Assembléia, 10 s. 3107	2531-1382

obs: O SENAC mantém curso de em tecnologias de WEB (TTW).
*Curso politécnico, Gestão em Seguros (Universidade Castelo Branco).

Fontes: www.telelistas.net e sites dos estabelecimentos de ensino. Acesso em: 10 maio 2004 e 3 set. 2005. Revisados em julho de 2006.

Tabela nº 10: Lista de Teatros localizados na área central

Teatros	Endereço	Telefone
Municipal	Pç. Floriano, s/n	2544-2900
Instituto Molière	Av. Pres Antônio Carlos, 58	2220-9747
Arcos	Av. Mem de Sá, 23	2252-8910
Sala Cecília Meirelles	Largo da Lapa, 47	2224-3913
CCBB	Rua Primeiro de Março, 66	3808-2020
CCLight Lamartine Babo	Av. Marechal Floriano, 168	2221-2921
Espaço Cultural dos Correios	Rua Visconde de Itaboraí, 20	2503-8770
Sesc Ginástico	Av. Graça Aranha, 187	2279-4027
Gonzaguinha	Rua Benedito Hipólito, 125	2221-7760
Justiça	Av. Rio Branco, 241	2510-8848
Nelson Rodrigues	Av. Chile, 230	2262-0942
Rival Petrobrás	Rua Álvaro Alvim, 33/37	2240-4469
SESI	Av. Graça Aranha, 1	2563-4163
Fundição Progresso	Rua dos Arcos, 20 a 54	2554-5281
Carlos Gomes	Pç. Tiradentes, s/n	2232-8701
Dulcina(em reforma)	Rua Alcindo Guanabara, 17	2240-4879
Belas Artes	Av. Rio Branco, 199	2262-6067
João Theotonio	Rua da Assembléia, 10, subsolo	2531-2000
Liceu de Artes e Ofícios	Rua Frederico Silva, 86	2224-5814
ABL R Magalhães Júnior	Av. Pres. Wilson, 231	3974-2526
Luiz Peixoto	Rua Vinte de Abril, 14	--
Brigite Blair	Rua Senador Dantas, 13	2220-5033
Sala Sidney Muller (Funarte)	Rua Araújo Porto Alegre, 80	2215-1668
Glauce Rocha	Av. Rio Branco, 179	2220-0259
João Caetano	Pç. Tiradentes, s/n	2221-1223
EMERJ	Av. Erasmo Braga 115, 4º andar	2588-3366
Caixa Cultural Rio	Av. Almirante Barroso, 25	2285-7158
Odisséia	Rua Mem de Sá, 66	2224-6367

Tabela nº 10: Lista de Cinemas localizados na área central

Cinema	Endereço	Telefone	Lugares
Estação Paço Imperial	Praça XV de Novembro, 48	2533-4491	64
Odeon BR	Praça Mahatma Gandhi, 2	2262-5089	600
Casa França Brasil	Rua Visconde de Itaboraí, 78	2253-5366	53
CCBB	Rua Primeiro de Março, 66	2216-0432	102
Cinemateca MAM	Infante Dom Henrique, 85	2210-2188	180
Caixa Cultural Rio	Av Almirante Barroso, 25	2285-7158	100/90
Palácio	Rua do Passeio, 40	2529-4848	738/282
Orly	Rua Alcindo Guanabara, 17	2533-3110	--

Fontes: www.armazemdedados.rio.gov.br, www.centrodacidade.com.br e www.telelistas.net consultados em 10 e 13/05/2004 e revisados em 28/06/2006.

Anexo nº11 :Atividades de diversão na Lapa e arredores

Nome	Endereço	Categoria
Teatro Odisséia	Av. Mem de Sá, 66	Casa Noturna
Taberna do Juca	Av. Mem de Sá, 65	Bar
Arco-íris	Av. Mem de Sá, 72	Bar
Estrela da Lapa	Av. Mem de Sá, 69	Casa Noturna
Encontros Cariocas	Av. Mem de Sá, 77 sl 201	Restaurante
Carioca da Gema	Av. Mem de Sá, 79	Casa Noturna
Café Cultural Sacrilégio	Av. Mem de Sá, 81	Casa Noturna
Noca Capela	Av. Mem de Sá, 96	Restaurante
Casarão Cultural dos Arcos	Av. Mem de Sá, 23	Casa Noturna
Fundição Progresso	Rua dos Arcos, 24	Casa Noturna
Brasil Mestiço	Av. Mem de Sá, 24	Casa Noturna
Bar Brasil	Av. Mem de Sá, 90	Bar
Circo Voador	Rua dos Arcos, s/n	Casa Noturna
Bar do Ernesto	Largo da Lapa, 41	Bar
Flor de Coimbra	Rua Teotônio Regadas, 34	Restaurante
Cosmopolita	Travessa do Mosqueira, 4	Restaurante
Negro Gato	Rua do Riachuelo, 20	Casa Noturna
Clube dos Democráticos	Rua do Riachuelo, 91	Casa Noturna
Dama da Noite	Av. Gomes Freire, 773	Casa Noturna
Manoel e Joaquim	Praça João Pessoa, 7	Restaurante
Céu Aberto	Rua do Lavradio, 170	Casa Noturna
Belmonte	Rua do Lavradio, 116	Bar
Movelaria L Cavalcanti	Rua do Lavradio, 34	Casa Noturna
Cachaçaria Mangue Seco	Rua do Lavradio, 23	Casa Noturna
Rio Scenarium	Rua do Lavradio, 20	Casa Noturna
Nova Estudantina	Praça Tiradentes, 79	Casa Noturna
Centro Cultural Carioca	Rua do Teatro, 37	Casa Noturna
Mistura Carioca	Av. Gomes Freire, 791	Casa Noturna
Memórias do Rio	Av. Gomes Freire, 289	Casa Noturna
Salsa & Cebolinha	Av. Gomes Freire, 517	Restaurante
Antiqua Sapore	Av. Gomes Freire, 217	Casa Noturna
Casa da Mãe Joana	Av. Gomes Freire, 547	Casa Noturna
Sinuca da Lapa	Rua do Riachuelo, 44	Bar
Cachaça Esporte Clube	Rua do Riachuelo, 49	Bar
Brechó do Lavradio	Rua do Lavradio, 185	Bar
Cabaré Casanova	Av. Mem de Sá, 25	Casa Noturna
Carlitos	Av. Mem de Sá, 45	Casa Noturna
Asa Branca	Av. Mem de Sá, 17	Casa Noturna
Lib da Expressão	Travessa do Mosqueira, 13	Casa Noturna
Punto Latino	Av. Mem de Sá, 35	Casa Noturna
Pizzaria Guanabara	Av. Mem de Sá, 17	Restaurante
Casa de Cultura Hombu	Av. Mem de Sá, 33	Casa Noturna

Nome	Endereço	Categoria
Casa Tá na Rua	Av. Mem de Sá, 35	Casa Noturna
Cantinho do Senado	Rua do Lavradio, 50	Restaurante
Royal Grill	Praça João Pessoa, 8	Restaurante
Tudo de Bom	Rua do Lavradio, 74	Restaurante
Rio em Cena	Rua Senador Dantas, 25	Restaurante
Odeon BR	Praça Floriano, 7	Casa Noturna
Amarelinho	Praça Floriano, 55	Bar
Bar Nova Esperança	Rua do Senado, 35	Bar
Beco do Rato	Rua Moraes e Vale, 5	Bar
Café Bom, Cachaça Boa	Rua da Carioca, 10	Bar
Bola Preta	Av. Treze de Maio, 13 3 an	Casa Noturna
Club Six	Rua das Marrecas, 38	Casa Noturna
Comuna do Semente	Rua Joaquim Silva, 138	Casa Noturna
Condomínio Cultural	Rua Luiz de Camões, 2	Casa Noturna
Gohan	Rua Joaquim Silva, 127	Restaurante

Fonte: Revista Veja Rio, 2 de Agosto de 2006;
sites: www.lanalapa.com.br e www.centrodorio.com.br acessados em maio de 2005 e agosto de 2006.

Anexo n°12: Listagem de empresas localizadas na área central segundo cadastro do Sistema FIRJAN, ano 2005-2006

Setor de atividade

0100-0-Agricultura, pecuária, serviços relacionados com esta atividade
1000-0-Extração de carvão mineral
1100-0-Extração de petróleo e gás natural
1300-0-Extração de minerais metálicos
1400-0-Extração de outros minerais
1500-0-Fabricação de produtos alimentares e bebidas
1600-0-Fabricação de produtos do fumo
1700-0-Fabricação de produtos têxteis
1800-0-Confecção de artigos do vestuário e acessórios
1900-0-Preparação de couros, fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem
2000-0-Fabricação de produtos de madeira
2100-0-Fabricação de pastas, papel e produtos de papel
2200-0-Edição, impressão e reprodução de gravuras
2300-0-Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis
2400-0-Fabricação de produtos químicos
2500-0-Fabricação de artigos de borracha e plástico
2600-0-Fabricação de produtos minerais não metálicos
2700-0-Metalúrgica básica
2800-0-Fabricação de produtos de metal –exclusive máquinas e equipamentos
2900-0-Fabricação de máquinas e equipamentos
3000-0-Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
3100-0-Fabricação de máquinas aparelhos e materiais elétricos
3200-0-Fabricação de material eletrônico, aparelhos e equip. de comunicações
3300-0-Fabricação de equipamento de instrumentação médico hospitalar, inclusive
3400-0-Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carroças
3500-0-Fabricação de outros equipamentos de transporte
3600-0-Fabricação de móveis e indústrias diversas
3700-0-Reciclagem
4000-0-Eletricidade, gás, água quente
4100-0-Captação, purificação e distribuição de água
4500-0-Construção
5000-0-Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
5100-0-Comércio por atacado, intermediários do comercio, exceto veículos
5200-0-Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos
6000-0-Transporte terrestre
6100-0-Transporte aquaviário
6400-0-Correio e Comunicações
7000-0-Atividades imobiliárias
7100-0-Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores
7200-0-Atividades de informática e conexas
7300-0-Pesquisa e desenvolvimento
8000-0-Educação
9200-0-Atividades recreativas, culturais e desportivas

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
1000	Copelmi Mineração Ltda	Praça Mahatma Gandhi, 2 /11º	3
1100	Petrobrás	Av. República do Chile, 65	5.600
1100	Chevron Overseas Petroleum	Av. República do Chile, 230	40
1100	Chevron Brasileira de Petroléo	Av. República do Chile, 230	40
1100	Stolt Offshore S/A	Rua México, 3, 11º andar	8
1100	Oceansapeg SA	Rua Santa Luzia, 651/ 1º andar	115
1300	Cia Vale do Rio Doce	Av. Graça Aranha, 26	21.444
1400	Pedreira Anhaguera S/A	Av. Beira Mar, 262, 9º andar	7
1500	Pad. e Conf. Gran. Rio Ltda	Av. Gomes Freire, 740, lj A	33
1500	Campari do Brasil Ltda	Av. Marechal Câmara, 160, sl.1	7
1500	Padaria e Confeitaria Carolona Ltda	Rua Buenos Aires, 124	20
1500	Confeitaria Nova Carioca	Rua da Carioca, 21/23	55
1500	Padaria e Confeitaria Portuense Ltda	Rua das Marrecas, 15	40
1500	Panificação Mandarino Ltda	Rua do Senado, 273-A	17
1500	Confeitaria Itajaí Ltda	Rua Gonçalves Dias, 8	57
1500	Panif., Conf, Lanchonete	Rua Miguel Couto, 113	21
1600	Souza Cruz S/A	Rua da Candelária, 66	6.000
1700	Camisaria Maliska	Av. Passos, 101, sl. 501/502	4
1800	Confecções Diamente Ltda	Av. Gomes Freire, 196, sl. 80	20
1800	Local Shorts Confeccoes e	Av. NS Fátima, 22, sl. 301	12
1800	Conf. Sol e Mar Ltda	Rua da Alfândega, 165, 1º andar	5
1800	J. Alberto Marques Alfaia	Rua da Quitanda 30, sl. 508	22
1800	Glória Artigos para Noivas	Rua Gonçalves Dias, 78	17
1800	Magalhães Sucupira Com.	Rua Primeiro de Março, 149	52
1800	Garra 167 Ind E Com de Ro	Rua Sete de Setembro, 167	17
1800	Ernest Rubens Confeitaria de Cha	Rua Vinte de Abril, 8 sl. 5	3
1800	Sylvia di Carlo Confeitaria Ltda	Rua Washington Luiz, 24	40
1900	ZH Confecções Ltda	Rua da Constituição, 37, 3º andar	20
1900	Indústria de Calçados Per.	Rua Julia Lopes de Almeida	18
2000	Fornecedora e Exportex S/A	Rua México, 3, 8º andar	28
2200	Edições Trabalhistas Ltda	Av. Alm. Barroso, 90, sl. 604/5	1
2200	Cia Editora Forense	Av. Erasmo Braga, 299/2º andar	142
2200	Duplicasom Ind. e Com. Ltda	Av. Gomes Freire, 345, 1º e 2º andar	3
2200	Iriarte Impressos de Arte	Av. Gomes Freire, 355 e 261	30
2200	Abstrato Digital Ltda	Av. Pres. Vargas, 583, 902/3	18
2200	Apeiro Casa Edit.Dist.Ser	Av. Pres. Vargas, 583, sl. 311	7
2200	Edit. Rocco Ltda	Av. Pres. Wilson, 231, 8º andar	100
2200	Edit. JB S/A	Av. Rio Branco, 110, 13º andar	250
2200	Coop. Edit. Brasil Rotari	Av. Rio Branco, 125, 18º andar	19
2200	Gráfica Marly Ltda	Ladeira Felipe Nery, 11/11A	10
2200	Mestre Artes Gráficas Ltda	Praça da República, 13, lj. 2	4
2200	Grafitti Artes Gráfica Ltda	Praça Mauá, 13, 10º andar	8
2200	Becebe Editora Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 24	2
2200	Graf. e Papelaria Estrela	Rua Alexandre Mackenzie, 127, lj	14

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
2200	Paul Nathan Artes Gráfica	Rua Alvaro Alvin, 33, sl. 101	19
2200	Editora Tipológica Comunicação	Rua André Cavalcanti, 78	15
2200	Deskgrafhic Computação Gr.	Rua da Alfandega, 80 sl. 501	22
2200	Quartet Editora e Comunicação	Rua da Candelária, 9 gr. 10	10
2200	C Montenegro da Silva Ser	Rua da Conceição, 105, sl. 19	7
2200	F. A Editora Tribuna da Imprensa	Rua do Lavradio, 98	120
2200	Gazeta Mercantil SA	Rua do Mercado, 11, 19º andar	s.i.
2200	Comarca Artes Gráficas Ltda	Rua do Resende, 129, lj 2	8
2200	Artes Gráficas Concord. Ltda	Rua do Resende, 36	14
2200	Editora Folha Dirigida Ltda	Rua do Riachuelo, 114	s.i.
2200	Editora O Dia S/A	Rua do Riachuelo, 359	750
2200	Rabaco Editora e Impressora	Rua do Riachuelo, 405, lj 3	12
2200	Editora Forense Universitária	Rua do Rosário, 100	14
2200	Benicio Biz Editores Assoc.	Rua do Rosário, 99, 7º andar	13
2200	Glicheria Garcia Ltda	Rua do Senado, 269	2
2200	Edit. Regional Ltda	Rua Gal. Caldwell, 283-A	6
2200	Infoglobo Comunicações Ltda	Rua Irineu Marinho, 35, 4º	2.400
2200	O Diário das Concorrência	Rua Leandro Martins, 20, 8º andar	8
2200	Monitor Mercantil S/A	Rua Marcelino Dias, 26	40
2200	Jorge Zahar Editor Ltda	Rua México, 31, sl. 203/204	31
2200	Conceito Comunicação Internacional	Rua República do Líbano, 61	8
2200	Editora Folha da Manha S/A	Rua Santa Luzia, 651, 19º andar	20
2200	Arpex Com. e Ind. Ltda	Rua Senador Pompeu, 122	10
2200	HB Color Graf e Editora Ltda	Rua Senador Pompeu, 122/3º andar	6
2200	Viemar Grafica Ltda	Rua Senador Pompeu, 14, ljs	18
2200	H G Artes Graf. e Fotolit.	Rua Senador Pompeu, 162	10
2200	Editora Campus	Rua Sete de Setembro, 111,1	85
2200	Editora Balcão	Rua Sete de Setembro, 99, 4º andar	63
2200	Oesp Midia Ltda	Rua Teixeira de Freitas, 31	100
2200	Jornal dos Sports S/A	Rua Tte. Possolo, 15 a 25	s.i.
2200	Editora Guanabara Koogan S/A	Tv. do Ouvidor, 11, 1º/8º andar	120
2200	LTC - Livros Técnicos e Científicos	Tv. do Ouvidor, 11, 6º andar	29
2400	Getec GB Química Ind. S/A	Av. Nilo Peçanha, 50, sl. 2413	4
2400	Chevron Ornite Brasil Ltda	Av. República do Chile, 230	10
2400	Texaco Brasil S/A	Av. República do Chile, 230	s.i.
2400	BP Brasil Ltda	Av. Rio Branco, 1, 10º andar	10
2400	Laborat. de Extratos Alergenic	Av. Rio Branco, 277, gr 1101	16
2400	Petrório Petroquímica	Av. Rio Branco, 80, 6º andar	7
2400	Unipar, União de Indústria Petroq.	Rua Araújo Porto Alegre, 36	162
2400	Rio Polimetros S/A	Rua Sete de Setembro, 54, 6º andar	372
2400	Coty Brasil Indústria e Comércio	Tv. do Comércio, 17	7
2500	Casa do Acrílico	Rua dos Inválidos, 139	79
2500	Carimboia Indústria e Comércio	Rua dos Inválidos, 94	5
2600	Conprem Concreto Premolda	Av. Beira Mar, 216, sl. 903	450

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
2600	Brasvit Granito e Mineração	Av. Rio Branco, 1, sl.1107	9
2600	Magnesita S/A	Praça Pio X, 98, 8º and	10
2600	Bernardino Pereira Estuca	Rua Frei Caneca, 23	7
2600	Delcio Ferreira e Cia Ltd	Rua Leandro Martins, 20, sb	6
2700	Intermesa Trading Ltda	Av. Pres. Vargas, 482, 17º andar	50
2700	Fernando La Croix & Cia Ltda	Praça Manhatma Gandhi, 2 / 1	3
2800	Persianas Presidente Ltda	Rua André Cavalcanti, 152	60
2800	Estrutural Jorge El Khour	Rua da Conceição, 66A	6
2800	A Original Ind e Com de P	Rua da Conceicao, 72 parte	50
2800	Cofre Forte Serviços Técnicos	Rua Gal. Cadwell, 206, cs 6	8
2800	Ind de Distintivos Randal	Rua Senador Dantas, 42, sl. 1	25
2900	Saipem do Brasil	Av. Rio Branco, 1, sl. 1401B	10
2900	Xerox Com e Ind Ltda	Av. Rodrigues Alves, 261	2.063
2900	Keppel Fels Setal S/A	Rua da Assembléia, 10, gr 20	25
2900	Vent-air equipamentos Ltda	Rua do Riachuelo, 21	12
2900	Elevadores Otis Ltda	Rua São José, 70	99
3000	Altus Sistemas de Informa	Av. Marechal Câmara, 160, sl.	3
3100	Electron Dalmar Ltda	Av. Pres. Vargas, 1146 sl. 1	18
3100	InfranAv. Ind e Com Ltda	Av. Pres. Wilson, 210, 3º andar	80
3200	Digitro Tecnologia Ltda	Av. Rio Branco, 109, sl. 1003	20
3200	Inovax Eng de Sistemas Ltda	Av. Rio Branco, 4 , 3º andar	29
3200	Quardel Indústria Eletrônica Ltda	Rua do Riachuelo, 148, sl 20	5
3200	Belga Marine Eletrônica	Rua Sacadura Cabral, 81, sl. 1	10
3200	Unisys Brasil Ltda	Rua Teixeira de Freitas, 31	292
3300	Lab. Vitaloy de Proteses	Rua Alcindo Guanabara, 17	9
3300	Superdentária Napoleão Ltda	Rua Gal. Caldwell, 161	6
3300	Oftalmo-Tec Com, Ind e Se	Rua México, 164, sl.117	s.i.
3500	Enaval, Eng Naval e Offsh	Av. Rio Branco, 45, sl. 12041	40
3500	Tridente Ind e Com de Eq.	Rua Visc. de Inhaúma, 134	4
3600	Art lev Design de Joias L	Av. Rio Branco, 120, sl. 1207	30
3600	Cindam Indústria e Comércio Ltda	Rua do Carmo, 57, 11º andar	11
3600	Gioconda Indústria e Com. de Enf.	Rua Leandro Martins, 64 e 6	12
3600	Anesio F da Silva	Rua Teófilo Otoni, 143, 1º	3
3600	Bonincenha Jóias Ltda	Rua Uruguaiana, 104, sl. 206	6
4000	Termorio S/A	Av. Alm. Barroso, 63, sl. 815	20
4000	Light, Serviço de Eletricidade	Av. Marechal Floriano, 168	4
4000	Cia Força e Luz Cataguases	Av. Pres. Vargas, 463, 4º andar	1.700
4000	SHV Gás Brasil Ltda	Av. Pres. Wilson, 231, 19º andar	2.200
4000	Eletronuclear Eletrobrás	Rua da Candelária, 65	1.717
4000	Soenergy - Sistema Internacional	Rua do Carmo 43, 12º andar	80
4500	Almeida franca Eng Ltda	Av. Alm. Barroso, 6, sl.1809/1	20
4500	EIT Emp Ind Tecnica S/A	Av. Alm. Barroso, 63, sl. 2209	1.300
4500	Concreto Redimix do Brasil	Av. Beira Mar, 262, 9º andar	150
4500	Phoenix Telecomunicações	Av. Beira Mar, 406, sl. 904	10

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
4500	Govel Eng. Ltda	Av. Beira Mar, 406, gr 1301	6
4500	Belfus Incorp e Const. Ltda	Av. Churchil, 94, 3º andar	20
4500	Machado de Santana Eng.	Av. Churchil, 94, 3º andar	18
4500	Ortos Engenharia Ltda	Av. Franklin Roosevelt, 115/6	10
4500	MAPA Construção Ltda	Av. Franklin Roosevelt, 194	70
4500	CAO Eng Ltda	Av. Franklin Roosevelt, 194	5
4500	Construtora Menezes Corte	Av. Graça Aranha, 145, sl. 704	1
4500	Construtora Sao Bento Ltda	Av. Graça Aranha, 19, gr 604	52
4500	APCosta Eng Ltda	Av. Graça Aranha, 81,sl. 1107	s.i.
4500	Via Emp Imob. S/A	Av. Marechal Câmara, 160 sl.1	120
4500	Abengoa Brasil Ltda	Av. Marechal Câmara, 160, sl.	28
4500	CABB Eng Ltda	Av. Marechal Câmara, 160, sl.1	4
4500	areas Eng Ltda	Av. Marechal Câmara, 160, sl. 71	5
4500	Guaianas Empreendimentos	Av. Nilo Peçanha, 50, sl. 2106	18
4500	MTD Eng Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50, gr 2601	2
4500	Arkan Empreed Imob Ltda	Av. Nilo Peçanha, 50, sl. 701	4
4500	Silo Eng Ltda	Av. Pres. Vargas, 1733 sl. 909	50
4500	Togashi Eng Ltda	Av. Pres. Vargas, 446, gr 14	22
4500	Aguamodelo Const e Eng. L	Av. Pres. Vargas, 542, sl.1901	4
4500	Ecovil Eng e Const Civil	Av. Pres. Vargas, 633, sl. 621	6
4500	Atlântica Residencial S/A	Av. Pres. Wilson, 231, 5º andar	s.i.
4500	Cymi do Brasil, proj e Se	Av. Pres. Wilson, 231, sl. 1704	25
4500	Erevan Eng. S/A	Av. Rio Branco, 109, 15º andar	4
4500	Construtora Sa Cavalcanti	Av. Rio Branco, 110, 36º andar	15
4500	Cima Empreed. Brasil Ltda	Av. Rio Branco, 110, 36º andar	14
4500	Inspector Engenharia Ltda	Av. Rio Branco, 114, sl. 1501	10
4500	C E Valente de Oliv.Emp e	Av. Rio Branco, 131, 13º andar	9
4500	Dolabella Junior Eng. Ltd	Av. Rio Branco, 135, gr. 1002	21
4500	Procoop Cooperativa	Av. Rio Branco, 151, 6º andar	670
4500	Bezon Eng. Ltda	Av. Rio Branco, 151, sl. 1803	16
4500	Cohani Const Haim Nigri	Av. Rio Branco, 156, sl. 3109	3
4500	EFFECT Eng Ltda	Av. Rio Branco, 156, sl. 1927	4
4500	Radar Engenharia e Construção	Av. Rio Branco, 156, sl.1625	19
4500	B. Rochlin Eng Ltda	Av. Rio Branco, 156, sl. 3219	35
4500	Civilport Eng Ltda	Av. Rio Branco, 173, sl. 702/0	150
4500	Bandeirantes Drag e Construções	Av. Rio Branco, 20, 12º andar	86
4500	Volume Construções e Part.	Av. Rio Branco, 25, 13º andar	120
4500	Contek Eng S/A	Av. Rio Branco, 257, 16º andar	14
4500	Construtora Zermatt Ltda	Av. Treze de Maio, 13, gr 200	10
4500	Premio Construtora Ltda	Av. Treze de Maio, 33 sl. 60	15
4500	Homo Empreendimentos	Av. Treze de Maio, 45 sl. 16	10
4500	Conil Constr. Internacional	Av. Venezuela, 3, sl. 409/12	14
4500	Avrun Eng e Arq Ltda	Largo de São Francisco de Paula	4
4500	SEGEO - Serv de Eng Geotec.	Praça Olavo Bilac, 28, sl. 312	25

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
4500	Construtora Celi Ltda	Praça Olavo Bilac, 28, sl. 301	3
4500	Terminal Engenharia Comercio e Indústria Ltda	Praça Tiradentes, 10, 30º andar	50
4500	D A S Engenharia Ltda	Praça Tiradentes, 10, sl. 1105	50
4500	CCS Const. e Incorp Ltda	Praça Tiradentes, 10, sl. 203	5
4500	NM Engenharia Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 24	30
4500	EACOP Const e Proj Ltda	Rua Alvaro Alvin, 48, sl. 1105	1
4500	Totum Eng Ltda	Rua Buenos Aires, 204, 6º andar	65
4500	Fama Eng e Arquitetura Ltda	Rua Buenos Aires, 23, 8º andar	6
4500	J F Brito Eng Ltda	Rua Carlos de Carvalho, 45	15
4500	Conten Eng Ltda	Rua Conde de Lages 4, sl. 304	10
4500	EMAG Eng. Ltda	Rua Conde de Lages 44, sl. 91	10
4500	Cehab	Rua da Ajuda 5, 17º e 19º andares	800
4500	Codin Cia de Des. Indústria	Rua da Ajuda 5, 20º e 21º andares	94
4500	ETE Eng. de Telecomunicações	Rua da Alfândega, 47	79
4500	Halliburton Serviços Ltda	Rua da Assembléia, 66, 2º andar	100
4500	Fraenge Adm. Construção e Ref.	Rua da Assembléia, 77, 11º andar	12
4500	Kei Engenharia Ltda	Rua da Assembléia, 93, sl. 1	16
4500	Sisal Eng. Ltda	Rua da Assembléia, 98, 20º andar	17
4500	Construtora Sendon Ltda	Rua da Lapa, 120, sl. 1103/05	35
4500	GS Eerv Especiais Ltda	Rua da Quitanda, 20, sl. 603	6
4500	Chemtech Serv. de Eng Sof	Rua da Quitanda, 50, sl. 20 e 21	180
4500	Construcon Construção Urbana	Rua do Acre, 47, gr. 601/604	91
4500	Portenge Engenharia e Serv. Ltda	Rua do Acre, 92, sl. 801	50
4500	Espectro Eng. Ltda	Rua do Mercado, 34, 15º andar	120
4500	Pires e Santos Construções	Rua do Ouvidor, 104, sl. 801	9
4500	Kreimer Engenharia Ltda	Rua do Rosário, 171, 3º andar	20
4500	Edil Eng. Ltda	Rua do Rosário, 173, 7º andar	30
4500	Natrontec, Estudos de Engenharia	Rua Dom Gerardo, 46, 10º andar	7
4500	Construtora Ravena Ltda	Rua Irineu Marinho, 30, sl. 8	60
4500	Stil Sociedade Tec. Instalações	Rua Luís de Camões, 71	40
4500	Prescon Proj Estruturais	Rua Manoel de Carvalho, 16	120
4500	Construtora Travassos Fer.	Rua México, 11, conj. 601	171
4500	Construtora Becman S/A	Rua México, 11, sl. 1702	5
4500	Sociedade Técnica de Revê.	Rua México, 11, gr 902	92
4500	BR4 Emp. e Part. Ltda	Rua México, 41, sl. 301	4
4500	Eng. Elétrica e Industria	Rua México, 45, 5º andar	230
4500	Comasa Cosnt Martins Alme	Rua México, 98 sl. 201	45
4500	Alpina Equip.Ind. Ltda	Rua México, 98 sl. 610	3
4500	Agenco Eng e Const. Ltda	Rua Rodrigo Silva, 26, 9 º andar	140
4500	PIGC Emp. Imobiliária S/A	Rua Santa Luzia, 651,14º andar	s.i.
4500	Nesic Brasil S/A	Rua Santa Luzia, 651, 24º andar	105
4500	Real Engenharia Construto	Rua São José, 70, 19 e 21º andar	23
4500	Arkhe Serviços de Eng. Ltda	Rua São José, 90 sl. 2101	7

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
4500	Engenew eng Ltda	Rua Senador Dantas, 117, sl. 15	12
4500	Cone Const Eng Ltda	Rua Senador Dantas, 7, 10º andar	80
4500	Conbras Eng Ltda	Rua Senador Dantas, 75, sl. 25	500
4500	Delta Eng. Ind e Com Ltda	Rua Senador Dantas, 75, sl. 1	15
4500	Engeplena Eng.Ltda	Rua Senador Dantas, 75, sl. 2007	s.i.
4500	Bauma Eng. e Planejamento Ltda	Rua Senador Dantas, 80, sl.10	15
4500	Spil Serv. Tecnológicos de Engenharia Ltda	Rua Senador Dantas, flata	71
4500	Chison Empr. Imob. Ltda	Rua Sete de Setembro, 88	90
4500	Mitra Eng e Montagens Ind.	Rua Teófilo Otoni, 52, sl. 408	15
4500	CR Almeida S/A Eng de Obras	Rua Teófilo Otoni, 63, 3º andar	1000
4500	BCM Eng. Ltda	Rua Teófilo Otoni, 82, sl.150	s.i.
4500	Rohr S/A Estruturas Tubulações	Tv. do Ouvidor, 5, 11º andar	100
5000	Bemerval Proença Mecânica	Rua Bento Ribeiro 82, lj. A/B	
5200	Dimas de Melo Pimenta Sis	Av. Pres. Vargas, 962,sl. 201	23
5200	Elevadores Sul América	Rua do Senado, 279	3
5200	ARPA Eletrônica Ltda	Rua Primeiro de Março, 125	4
6000	Transportes Terrestres Me	Av. Pres. Vargas, 2000	s.i.
7000	Fator Imóveis Ltda	Rua Anfilófilo de Carvalho	700
7200	DRV Desenv. e Repres.Virt	Av. Marechal Floriano, 199,	8
7200	Solucionar Informática	Av. Pres. Vargas, 509, 4º andar	25
7200	Atos Orig Serviços de Tecnologia	Av. Pres. Wilson, 231, sl.1302	200
7200	Equant Services Brasil Ltda	Av. Rio Branco, 1, 13º andar	200
7200	Engesoftware Tecnologia Ltda	Av. Rio Branco, 12, 19º andar	12
7200	CPM SA	Rua São Bento, 8, 15º andar	200
7200	Expert Informática Ltda	Rua Visc. de Inhauma, 134	30
7400	Cimento Mauá S/A	Av. Alm. Barroso, 52, 15º andar	s.i.
7400	Marítima Petróleo e Eng.	Av. Alm. Barroso, 52, gr 3402	150
7400	Projemar S/A e Proj.	Av. Alm. Barroso, 63, 29º and	310
7400	MTL Eng. Ltda	Av. Alm. Barroso, 68, sl. 27	7
7400	Schahin Eng Ltda	Av. Graça Aranha, 182, 12º andar	370
7400	Noronha Eng S/A	Av. Graça Aranha, 226, 3/4/9	176
7400	Interocean Eng & Ship Mane	Av. Marechal Câmara, 160	5
7400	Stron Eng Ltda	Av. Marechal Câmara, 160 sl. 8	15
7400	Consulnav-Rio Cons e Eng	Av. Marechal Câmara, 160, gr	25
7400	Guimar Eng. Ltda	Av. Marechal Câmara, 160, 9º andar	300
7400	Pefesa Brasil S/A	Av. Marechal Câmara, 160, sl. 18	12
7400	Ecotherm Gerenciamento e	Av. Marechal Câmara, 160, sl. 82	1
7400	Biodinamica Eng e Meio Am	Av. Marechal Câmara, 186, 4º andar	10
7400	Ambiental Eng e Cons Ltda	Av. Marechal Floriano, 22, 9	30
7400	Valec Eng. Const. e Ferrovias	Av. Marechal Floriano, 45, 3º andar	50
7400	BC Proj Ltda	Av. Marechal Floriano, 45, 1	103
7400	Tavares Prop Intelectual	Av. Marechal Floriano, 45, 6º andar	30
7400	Brasilco Power Equipament	Av. Nilo Peçanha, 50 gr 1210	s.i.

Ramo	Empresa	Endereço	Empregados
7400	Meta marketing e Eventos	Av. Nilo Peçanha, 50, gr 161	8
7400	Frank Mohn do Brasil Ltda	Av. Pres. Vargas, 463, 19º andar	7
7400	Agrar- Consultoria e Estudos	Av. Pres. Wilson, 164, sl. 411	10
7400	PCE Proj. e Cons. de Eng. Ltda	Av. Pres. Wilson, 165, gr 401	17
7400	AC Arq. e Cons. Ltda	Av. Pres. Wilson, 165, gr 814	4
7400	Icatu Assessoria Ltda	Av. Pres. Wilson, 231, 9º andar	s.i.
7400	Icatu Holding S/A	Av. Pres. Wilson, 231, 9º andar	100
7400	Alstom Brasil Ltda	Av. Pres. Wilson, 231, sl. 301	15
7400	Gerdau S/A	Av. Pres. Wilson, 231, sl. 140	1700
7400	Cooprol Coop dos Profissionais Liberais	Av. Rio Branco, 115, gr 903	150
7400	NCA - Núcleo Const. Assoc.	Av. Rio Branco, 115, gr 802	10
7400	Mek Eng e Cons Ltda	Av. Rio Branco, 131, 9º andar	6
7400	Newmarenergia Ltda	Av. Rio Branco, 14, 14º andar	7
7400	Consulpri Consultoria e P	Av. Rio Branco, 143, 11º andar	200
7400	Brasco Logística Offshore	Av. Rio Branco, 25, 17º andar	80
7400	Marte Eng. Ltda	Av. Rio Branco, 251, 14º andar	112
7400	Quorom Rio Const. e Proj. Ltda	Av. Rio Branco, 311, sl. 1302	10
7400	RG Proj Eng e Const. Ltda	Av. Treze de Maio, 23, gr 301	4
7400	Produtec Consultoria Emp.	Av. Treze de Maio, 33 sl. 61	2
7400	Cosnt Ferreira Guedes S/A	Praça Olavo Bilac, 28, 18º andar	6
7400	Enimont, Emp Nacional	Praça Olavo Bilac, gr 2005/12	49
7400	Geoprojetos Eng. Ltda	Praça Pio X, 78, 7º andar	18
7400	Coop. de Trabalho dos Prof.	Rua Alm. Barroso 91, sl. 317	4.000
7400	Transcex Transitária	Rua Beneditinos 10, 2º andar	20
7400	Hidrosfera Oceanografia	Rua Buenos Aires, 2, sl. 1601	10
7400	ETT First-RH-Asses Empres	Rua Buenos Aires, 68, 12º andar	30
7400	JP Manut. Industrial Ltda	Rua da Assembléia, 10, sl. 2504	500
7400	Gamex Asses. e Part. Ltda	Rua da Lapa, 286, 3º andar	s.i.
7400	Plato Cons e Proj S/C Ltda	Rua das Marrecas, 33, sl. 70	34
7400	Sanetech Srv de Eng Ltda	Rua do Acre 47, sl. 901/04	8
7400	Strike Eng e Ident Ltda	Rua do Acre 51, sl. 402	s.i.
7400	Di Blasi Parente Soerense	Rua do Ouvidor, 121, 12º andar	40
7400	Novelaza Cons. Ltda	Rua do Ouvidor, 61, 9º andar	s.i.
7400	Styllus proj & Serv Ltda	Rua Leandro Martins, 22, sl. 9	4
7400	Advisor proj e Cons Ltd	Rua São José, 40, 4º andar	s.i
7400	Salva terra Cons e Eng Lt	Rua Senador Dantas, 75, sl. 901	40
7400	Det Norske Veritas Ltda	Rua Sete de Setembro, 111, 1º and.	200
8000	Norsul Treinamento e Educ.	Av. Rio Branco, 80, 3º andar	36
9200	Filmes do Equador	Rua do Passeio, 70	15
9200	Prod. Cinematográficas LC	Rua do Passeio, 70	15

Fonte: Cadastro Sistema Firjan ano 2005-2006.

Anexo nº 13: Freqüências de escritórios por categorias profissionais pesquisadas

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Rio Branco, 156	331	40	168	27	39	57
Av. Rio Branco, 185	269	22	170	28	21	28
Rua Senador Dantas, 117	227	13	174	11	15	14
Av. Nilo Peçanha, 50	146	31	78	5	18	14
Rua da Assembléia, 10	142	29	90	3	14	6
Av. Treze de Maio, 23	142	27	67	9	11	28
Rua Uruguaiana, 10	138	12	70	14	12	30
Av. Treze de Maio, 47	132	18	81	20	3	10
Av. Pres Vargas, 633	131	26	70	19	12	4
Av. Mal Câmara, 160	131	28	56	6	28	13
Av. Alm Barroso, 63	120	16	79	5	16	4
Av. Pres Vargas, 590	97	28	49	5	8	7
Av. Franklin Roosevelt, 39	91	11	62	3	14	1
Av. Alm Barroso, 6	89	14	50	11	7	7
Rua México, 119	87	6	65	7	3	6
Rua Senador Dantas, 75	85	12	41	15	9	8
Rua Evaristo da Veiga, 35	84	10	56	9	4	5
Av. Pres Vargas, 583	84	27	35	8	9	5
Pç. Olavo Bilac, 28	83	16	44	7	7	9
Av. Treze de Maio, 33	78	14	37	6	11	10
Av. Treze de Maio, 13	77	6	58	5	6	2
Rua Alcindo Guanabara, 24	76	15	52	2	5	2
Av. Pres Vargas, 542	76	27	36	4	7	2
Rua Sete de Setembro, 92	75	4	38	15	4	14
Av. Pres Vargas, 482	71	14	47	1	5	4
Av. Rio Branco, 181	70	9	42	1	7	11
Rua Álvaro Alvim, 37	68	6	53	3	2	4
Rua México, 111	67	4	58	1	3	1
Av. Erasmo Braga, 227	65	8	56		1	
Tv. Paco, 23	64	6	55		2	1
Rua da Quitanda, 19	63	9	47		5	2
Rua México, 70	62	3	49	5	2	3
Rua Visc Inhaúma, 134	61	13	21	6	16	5
Av. Alm Barroso, 90	59	3	45		4	7
Av. Rio Branco, 277	57	8	35	2	4	8
Rua Anfilófio Carvalho, 29	56	6	45	2	3	
Rua Buenos Aires, 93	55	15	21	10	6	3
Pç. Mahatma Gandhi, 2	55	9	26	9	4	7
Av. Franklin Roosevelt, 23	54	3	47	1	3	
Rua D Gerardo, 63	50	15	30		5	
Rua Uruguaiana, 39	49	11	17	7	6	8
Av. Rio Branco, 257	49	10	22	5	7	5

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Alm Barroso, 91	48	2	42	1	2	1
Av. Rio Branco, 133	47	7	34	4		2
Rua da Quitanda, 30	46	3	36	4	3	
Av. Nilo Peçanha, 155	46	9	30		6	1
Av. Erasmo Braga, 277	46	4	41	1		
Rua da Assembléia, 93	45	3	30	10	1	1
Rua Debret, 23	44	1	36	1	3	3
Av. Rio Branco, 123	44	11	25	3	4	1
Rua Sete de Setembro, 55	43	9	30	2	1	1
Av. Passos, 115	43	16	15	1	10	1
Av. Rio Branco, 45	42	16	15	1	6	4
Av. Rio Branco, 120	41	5	21	3		12
Av. Graça Aranha, 145	41	4	32	1	4	
Rua Araújo Porto Alegre, 70	39	3	34			2
Av. Treze de Maio, 45	39	4	19	9	1	6
Av. Pres Antônio Carlos, 615	39	5	34			
Av. Erasmo Braga, 255	39	4	31		4	
Rua Sete de Setembro, 88	38	5	18	5	3	7
Av. Nilo Peçanha, 26	38	3	32		3	
Rua do Ouvidor, 130	37	10	24	2	1	
Av. Nilo Peçanha, 12	37	3	31		2	1
Rua México, 41	36	8	17		6	5
Rua da Conceição, 105	36	14	10	2	6	4
Av. Pres Vargas, 1146	36	12	17	4	3	
Av. Graça Aranha, 416	36	3	25	3		5
Av. Franklin Roosevelt, 194	35	6	24		5	
Rua Senador Dantas, 71	33	6	19	1	2	5
Rua Evaristo da Veiga, 16	33	7	12	3	6	5
Rua Alcindo Guanabara, 17	33	8	18	5	1	1
Av. Pres Vargas, 446	33	6	15	2	6	4
Rua México, 31	32	8	12	1	5	6
Rua da Quitanda, 3	32	2	15	10	5	
Rua Cde Lages, 44	32	10	3	4	13	2
Av. Rio Branco, 245	31	8	12		6	5
Av. Rio Branco, 151	31	9	19	2	1	
Av. Pres Vargas, 962	31	14	5		8	4
Rua Sete de Setembro, 98	30	5	11	5	3	6
Rua Buenos Aires, 2	30	7	19		3	1
Av. Rio Branco, 37	30	7	18	1	3	1
Av. Rio Branco, 135	30	8	19		2	1
Av. Passos, 101	30	10	14	2	3	1
Rua do Ouvidor, 60	29	5	18	2	2	2
Rua Ajuda, 35	29	3	17	2	4	3
Av. Beira Mar, 216	29	5	18	1	5	

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Evaristo da Veiga, 41	28	2	20		3	3
Av. Alm Barroso, 97	28	4	21			3
Rua Evaristo da Veiga, 55	27	10	8	3	5	1
Rua Álvaro Alvim, 33	27	3	20	2	1	1
Pç. Tiradentes, 10	27	8	7	1	8	3
Av. Franklin Roosevelt, 126	27	2	13		9	3
Rua Sta Luzia, 799	26	6	16		4	
Rua Primeiro de Março, 23	26	7	14		4	1
Rua México, 21	26	6	14		1	5
Rua México, 98	25	2	16		1	6
Rua México, 168	25	9	14		1	1
Rua México, 11	25	11	9		5	
Rua Francisco Serrador, 90	25	2	18	2	1	2
Rua Álvaro Alvim, 48	25	5	17		3	
Av. Mal Floriano, 38	25	10	6	1	7	1
Av. Graça Aranha, 81	25	2	20		2	1
Av. Churchill, 109	25	8	14		3	
Rua Senador Dantas, 118	24	2	17	3	2	
Rua São José, 90	24	3	19			2
Av. Churchill, 129	24	3	21			
Rua Senador Dantas, 80	23	8	6	2	5	2
Rua Senador Dantas, 20	23		15		5	3
Rua México, 90	23	3	20			
Rua México, 148	23	1	19		2	1
Rua da Quitanda, 194	23	6	11	2	4	
Rua Senador Dantas, 19	22	2	13	2		5
Rua Senador Dantas, 117	22	22				
Rua do Carmo, 6	22	3	16		3	
Av. Pres Vargas, 435	22	6	14		2	
Av. Alm Barroso, 22	22	6	12	1		3
Rua Senador Dantas, 76	21	2	10	4	3	2
Rua Pedro Lessa, 35	21	2	14	2	1	2
Rua do Ouvidor, 63	21	3	10	1	7	
Rua Debret, 79	21	2	18			1
Rua Álvaro Alvim, 24	21	4	15	1	1	
Pç. Tiradentes, 9	21	3	16		1	1
Av. Passos, 122	21	11	4	1	3	2
Av. Graça Aranha, 226	21	5	14		2	
Av. Alm Barroso, 72	21	2	19			
Rua Visc Inhaúma, 58	20	7	10		3	
Rua Uruguaiana, 55	20	6	12	1		1
Rua República Líbano, 61	20	9	7		3	1
Pç. Floriano, 55	20	1	11	5	1	2
Av. Rio Branco, 131	20	5	12		2	1

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Pres Wilson, 165	20	4	8	4	4	
Rua São José, 46	19	2	17			
Rua Leandro Martins, 22	19	10	5		4	
Rua Alcântara Machado, 36	19	9	10			
Rua Teófilo Otoni, 52	18	7	9		1	1
Rua Miguel Couto, 105	18	2	11	1	4	
Rua Joaquim Silva, 11	18	8	6		3	1
Rua do Rosário, 61	18	3	13		1	1
Rua do Ouvidor, 161	18	4	8	1	1	4
Rua da Assembléia, 92	18	3	11	2	2	
Rua Araújo Porto Alegre, 36	18	1	16		1	
Lgo. São Francisco de Paula, 26	18		18			
Av. Rio Branco, 173	18	8	8			2
Av. Rio Branco, 115	18	6	6	1	3	2
Av. Pres Antônio Carlos, 54	18	4	12		2	
Av. Beira Mar, 406	18	5	5		7	1
Rua Primeiro de Março, 7	17	3	13		1	
Rua Pedro I, 7	17	10	6		1	
Rua Gonçalves Dias, 89	17	3	10		3	1
Rua dos Andradas, 29	17	8	6	1	1	1
Rua da Lapa, 120	17	9	6		2	
Rua Álvaro Alvim, 27	17	5	9	1	1	1
Rua Acre, 47	17	8	7		2	
Av. Rio Branco, 25	17	6	6		3	2
Av. Pres Wilson, 231	17	5	10		1	1
Av. Pres Vargas, 418	17	5	6	3		3
Av. Nilo Peçanha, 151	17	5	9		1	2
Av. Graça Aranha, 206	17		15		1	1
Av. Erasmo Braga, 115	17		17			
Av. Alm Barroso, 2	17	4	12	1		
Rua das Marrecas, 40	16	5	9		2	
Rua da Quitanda, 62	16	1	13			2
Av. Rio Branco, 311	16	8	3	1	4	
Av. Pres Vargas, 1733	16	2	5	2	6	1
Av. Pres Antônio Carlos, 607	16	2	13		1	
Av. Passos, 91	16	4	9		2	1
Rua Senador Dantas, 24	15	1	8	2	2	2
Rua México, 74	15	3	12			
Rua Evaristo da Veiga, 45	15	1	14			
Rua da Lapa, 180	15	5	3		7	
Rua da Assembléia, 45	15	1	12		2	
Rua da Assembléia, 34	15	3	11		1	
Rua Álvaro Alvim, 31	15	5	7		2	1
Av. Mal Câmara, 350	15	4	9			2

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Graça Aranha, 326	15		10		5	
Av. Franklin Roosevelt, 84	15	1	6	2	4	2
Av. Erasmo Braga, 299	15	1	13		1	
Rua São José, 20	14	4	10			
Rua Miguel Couto, 23	14	3	7	1	1	2
Rua Miguel Couto, 134	14	4	10			
Rua Imper Leopoldina, 8	14	6	7		1	
Rua dos Andradas, 96	14	8	4		1	1
Rua do Carmo, 9	14	1	12	1		
Rua do Carmo, 11	14	3	9		2	
Rua da Candelária, 9	14	7	3	2	1	1
Av. Treze de Maio, 41	14	1	11			2
Av. Pres Vargas, 463	14	5	2	1	3	3
Av. Mal Floriano, 143	14	4	7	1	2	
Av. Mal Câmara, 271	14	2	9		3	
Rua Uruguaiana, 13	13	3	7	2		1
Rua Sta Luzia, 776	13		12	1		
Rua Sete de Setembro, 65	13	1	12			
Rua da Quitanda, 49	13	2	9	1	1	
Rua da Quitanda, 199	13	6	5		2	
Rua da Lapa, 200	13	9	2	1		1
Rua Alcindo Guanabara, 15	13		8		1	4
Rua Acre, 77	13	1	7	1	1	3
Lgo. São Francisco Paula, 26	13	11			2	
Av. Rio Branco, 57	13	5	7		1	
Av. Rio Branco, 143	13	1	9		2	1
Av. Rio Branco, 110	13	3	9		1	
Av. Mal Floriano, 199	13	7	3		3	
Av. Graça Aranha, 19	13	2	10		1	
Av. Alm Barroso, 139	13	2	11			
Rua México, 164	12	1	9		2	
Rua Evaristo da Veiga, 83	12	4	7	1		
Rua do Ouvidor, 183	12	2	3	7		
Rua da Quitanda, 68	12	3	6			3
Rua da Alfândega, 98	12	3	5		2	2
Rua da Alfândega, 25	12	3	8		1	
Rua Alcindo Guanabara, 25	12	1	7	1		3
Av. Rio Branco, 43	12	5	2	1	2	2
Av. Rio Branco, 31	12	5	5		2	
Av. Rio Branco, 109	12	4	6		1	1
Av. Pres Wilson, 164	12	5	6			1
Av. Churchill, 94	12	5	7			
Rua Sete de Setembro, 81	11		4	4		3
Rua Sete de Setembro, 111	11	2	7		1	1

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Primeiro de Março, 21	11		11			
Rua Evaristo da Veiga, 21	11	2	7	1		1
Rua das Marrecas, 33	11	3	7	1		
Rua da Quitanda, 11	11		8	3		
Rua da Alfândega, 91	11	4	5		1	1
Rua Acre, 55	11		11			
Pç. Monte Castelo, 18	11	2	5	1		3
Lgo. São Francisco de Paula, 26	11		9	2		
Av. Rio Branco, 124	11	1	2	3	5	
Av. Rio Branco, 108	11	2	8		1	
Av. Rio Branco, 103	11	1	10			
Av. Gomes Freire, 176	11	5	5		1	
Tv. Ouvidor, 21	10	1	9			
Rua Visc Inhaúma, 50	10	3	2	2	3	
Rua Teófilo Otoni, 15	10	4	4		2	
Rua Sete de Setembro, 67	10	3	6		1	
Rua do Carmo, 27	10	1	8		1	
Rua da Quitanda, 20	10	1	3	1	2	3
Rua da Assembléia, 61	10	1	9			
Rua Araújo Porto Alegre, 71	10		2	1		7
Rua Acre, 51	10	4	5		1	
Av. Rio Branco, 89	10	7	3			
Av. Rio Branco, 1	10	2	6		1	1
Av. Pres Vargas, 529	10	1	7			2
Av. Henrique Valadares, 23	10	5	2		3	
Av. Franklin Roosevelt, 71	10	1	7			2
Av. Calógeras, 6	10	1	6		3	
Rua Visc Inhaúma, 77	9	3	3		2	1
Rua México, 45	9	2	5	1	1	
Rua da Assembléia, 36	9		8		1	
Rua Álvaro Alvim, 21	9	1	6		1	1
Rua Acre, 83	9	5	4			
Pç. República, 13	9	2	7			
Av. Pres Wilson, 210	9	1	6		2	
Av. Franklin Roosevelt, 115	9	5	3		1	
Av. Churchill, 60	9	2	6		1	
Rua Washington Luís, 9	8	5	1	1		1
Rua Senad. Dantas, 7	8		3	1	2	2
Rua Senad. Dantas, 100	8		3			5
Rua Sen. Dantas, 75	8	8				
Rua Rodrigo Silva, 8	8		6		2	
Rua Rodrigo Silva, 18	8	1	6	1		
Rua Passeio, 70	8	3	1	2		2
Rua do Ouvidor, 104	8	1	6		1	

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua do Carmo, 17	8	2	5		1	
Rua das Marrecas, 36	8	2	5	1		
Rua das Marrecas, 25	8		3		5	
Rua da Assembléia, 41	8		8			
Rua da Alfândega, 80	8	2	2	1	1	2
Rua Acre, 28	8	3	4		1	
Pç. Floriano, 19	8	3	3		2	
Bc. Barbeiros, 6	8	1	6		1	
Av. Rio Branco, 99	8	1	4		2	1
Av. Mal Floriano, 45	8	1	4		3	
Av. Alm Barroso, 52	8	2	6			
Rua Sta Luzia, 651	7	3	3		1	
Rua Rodrigo Silva, 26	7		3		3	1
Rua Mayrink Veiga, 11	7		6		1	
Rua Gonçalves Dias, 30	7	1	4	1	1	
Rua do Ouvidor, 121	7	2	4		1	
Rua do Mercado, 34	7	3	1		1	2
Rua do Mercado, 11	7	3	4			
Rua do Carmo, 38	7	1	2		3	1
Rua das Marrecas, 29	7		7			
Rua da Quitanda, 47	7	1	4	1	1	
Rua da Assembléia, 77	7		6		1	
Rua da Assembléia, 11	7	1	6			
Av. Nilo Peçanha, 38	7			2		5
Av. Nilo Peçanha, 11	7	1	6			
Av. Graça Aranha, 57	7	2	4		1	
Av. Calógeras, 18	7	1	5		1	
Av. Beira Mar, 262	7	3	2		1	1
Tv. Ouvidor, 5	6	1	4		1	
Rua Sta Luzia, 583	6		5	1		
Rua Sete de Setembro, 99	6	1	5			
Rua Sete de Setembro, 48	6	3	2		1	
Rua Sete de Setembro, 43	6	1	3	1		1
Rua Sete de Setembro, 112	6		4	2		
Rua Sen. Dantas, 20	6	6				
Rua Sen. Dantas, 118	6	6				
Rua São José, 90	6				6	
Rua São José, 70	6	1	5			
Rua São José, 40	6	3	3			
Rua Primeiro de Março, 17	6	2	4			
Rua México, 3	6	1	4		1	
Rua Mayrink Veiga, 32	6	1	5			
Rua Leandro Martins, 20	6	3	1		1	1
Rua Irineu Marinho, 30	6	4			2	

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Evaristo da Veiga, 47	6	1	5			
Rua do Ouvidor, 97	6	2	4			
Rua do Ouvidor, 90	6	1	5			
Rua do Mercado, 17	6	2	4			
Rua das Marrecas, 48	6	3	3			
Rua da Quitanda, 60	6	3	3			
Rua da Alfândega, 115	6	1	2	1	2	
Rua Buenos Aires, 56	6	2	3		1	
Rua Buenos Aires, 271	6	2	1	1	1	1
Rua Buenos Aires, 23	6	2	2		1	1
Rua Beneditinos, 10	6	5	1			
Pç. XV de Novembro, 34	6	1	5			
Pç. Pio X, 78	6	1	5			
Pç. Ana Amélia, 9	6		5			1
Lgo. São Francisco de Paula, 26	6		2			4
Av. Treze de Maio, 44	6	1	1	1	3	
Av. Rio Branco, 18	6	2	1	1	2	
Av. Rio Branco, 177	6	1	5			
Av. Rio Branco, 147	6	2	3		1	
Av. Rio Branco, 122	6	2	3	1		
Av. Pres Vargas, 534	6	2	2	1		1
Av. Gomes Freire, 647	6	2	2		2	
Av. Churchill, 97	6	2	4			
Tv. Ouvidor, 36	5	2	3			
Rua Teófilo Otoni, 82	5	1	1		3	
Rua Teófilo Otoni, 135	5	3	2			
Rua Sete de Setembro, 54	5		5			
Rua Santa Luzia, 799	5					5
Rua Miguel Couto, 35	5		3	1	1	
Rua Mayrink Veiga, 6	5	3		1	1	
Rua Manuel Carvalho, 16	5	1	1		3	
Rua Gonçalves Dias, 82	5	3	2			
Rua Gonçalves Dias, 56	5	3	2			
Rua do Rosário, 99	5	2	3			
Rua do Rosário, 173	5	1	1		2	1
Rua do Mercado, 7	5	2	2		1	
Rua da Quitanda, 65	5	2			3	
Rua da Quitanda, 185	5	3	1			1
Rua da Assembléia, 40	5		4			1
Rua da Assembléia, 19	5		3		2	
Rua da Alfândega, 81	5	2	3			
Rua Buenos Aires, 68	5	2	1		1	1
Rua Alcindo Guanabara, 19	5		4	1		
Pç. Pio X, 55	5	2	2		1	

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Rio Branco, 85	5	2	3			
Av. Rio Branco, 4	5	2	1		1	1
Av. Rio Branco, 116	5		1	1	1	2
Av. Rio Branco, 114	5	1	4			
Av. Rio Branco, 100	5	3	2			
Av. Pres Wilson, 228	5	2	1		2	
Av. Pres Wilson, 113	5	1	3		1	
Av. Mal Floriano, 19	5	2			3	
Av. Franklin Roosevelt, 137	5		5			
Tv. Ouvidor, 7	4	2	1		1	
Tv. Ouvidor, 15	4		4			
Rua Uruguaiana, 94	4	1	1	1	1	
Rua Teotônio Regadas, 26	4	2	2			
Rua Sta Luzia, 685	4	2			2	
Rua Sete de Setembro, 63	4		4			
Rua Sete de Setembro, 124	4	2	1			1
Rua Sen. Dantas, 80	4	4				
Rua Santa Luzia, 583	4					4
Rua Ramalho Ortigão, 38	4		1	2		1
Rua Ramalho Ortigão, 12	4	2	2			
Rua Miguel Couto, 27	4		4			
Rua Gonçalves Dias, 55	4	3	1			
Rua Gonçalves Dias, 38	4	3		1		
Rua dos Inválidos, 212	4	1			2	1
Rua do Riachuelo, 148	4		1		3	
Rua do Ouvidor, 50	4	2	2			
Rua do Carmo, 57	4	1	3			
Rua do Acre, 28	4				4	
Rua da Relação, 39	4	1	3			
Rua da Quitanda, 191	4	2			1	1
Rua da Assembléia, 58	4		4			
Rua da Assembléia, 15	4	1	3			
Pç. XV de Novembro, 38	4	1	2		1	
Pç. Pio X, 99	4	1	3			
Pç. Pio X, 15	4		3		1	
Pç. Floriano, 51	4	2	1		1	
Av. Rio Branco, 134	4	1	2		1	
Av. Rio Branco, 128	4	1	3			
Av. Rio Branco, 125	4		3			1
Av. Pres Vargas, 290	4	2	2			
Av. Graça Aranha, 182	4	2	1		1	
Tv. Ouvidor, 8	3		3			
Rua Teófilo Otoni, 93	3		3			
Rua Tte. Possolo, 33	3		1	1		1

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Sr. dos Passos, 174	3			1		2
Rua Sete de Setembro, 71	3	2	1			
Rua Senador Dantas, 74	3		3			
Rua Senador Dantas, 41	3		3			
Rua Senador Dantas, 29	3	1	2			
Rua Senador Dantas, 23	3		3			
Rua Senador Dantas, 24	3	3				
Rua Rodrigo Silva, 34	3	1	2			
Rua Primeiro de Março, 125	3				3	
Rua Pedro I, 4	3	2	1			
Rua Passeio, 62	3	1			2	
Rua Miguel Couto, 124	3					3
Rua Júlia Lopes Almeida, 10	3		1	1		1
Rua Gonçalves Dias, 29	3		3			
Rua dos Andradas, 51	3			2		1
Rua do Rosário, 141	3		3			
Rua do Riachuelo, 330	3	1		1	1	
Rua do Riachuelo, 302	3					3
Rua do Riachuelo, 222	3			3		
Rua do Riachuelo, 221	3			1		2
Rua do Resende, 84	3		3			
Rua do Resende, 56	3		1		2	
Rua do Ouvidor, 86	3	1	2			
Rua do Ouvidor, 61	3	1				2
Rua do Ouvidor, 108	3		1			2
Rua das Marrecas, 39	3		2		1	
Rua da Quitanda, 67	3	1	2			
Rua da Quitanda, 187	3	2	1			
Rua da Candelária, 86	3	2			1	
Rua da Candelária, 65	3	1	1		1	
Rua da Assembléia, 69	3		3			
Rua da Alfândega, 47	3		2		1	
Rua D Gerardo, 64	3		3			
Rua D Gerardo, 46	3	1			2	
Rua Camerino, 128	3	1	2			
Rua Buenos Aires, 90	3	2	1			
Rua Buenos Aires, 57	3			1		2
Rua Buenos Aires, 48	3	2	1			
Rua Buenos Aires, 100	3	3				
Rua Beneditinos, 18	3	1	1		1	
Rua Acre, 92	3		1	2		
Av. Rio Branco, 50	3	3				
Av. Rio Branco, 39	3	2				1
Av. Rio Branco, 26	3	3				

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Pres Vargas, 817	3			1	2	
Av. Pres Vargas, 502	3		2	1		
Av. Pres Vargas, 417	3		3			
Av. Pres Antônio Carlos, 51	3		3			
Av. Mal Floriano, 175	3				3	
Av. Mal Floriano, 129	3	1			2	
Av. Henrique Valadares, 158	3					3
Av. Graça Aranha, 174	3	1	1			1
Av. Gomes Freire, 196	3	2	1			
Av. Beira Mar, 200	3	1		1		1
Rua Visc Inhaúma, 81	2		2			
Rua Uruguaiana, 118	2	1			1	
Rua Ubaldino Amaral, 90	2		2			
Rua Ubaldino Amaral, 44	2		2			
Rua Teófilo Otoni, 94	2	2				
Rua Teófilo Otoni, 44	2			1		1
Rua Teófilo Otoni, 123	2		2			
Rua Teixeira Freitas, 31	2		1		1	
Rua Sta Luzia, 798	2		1		1	
Rua Sta Luzia, 735	2		2			
Rua Sr. dos Passos, 135	2		2			
Rua Sr. dos Passos, 105	2	2				
Rua Sete de Setembro, 132	2	1	1			
Rua Senador Pompeu, 35	2				2	
Rua Senador Dantas, 84	2		2			
Rua Senador Dantas, 44	2		1		1	
Rua Senador Dantas, 42	2	1	1			
Rua Senador Dantas, 76	2	2				
Rua Senador Dantas, 71	2	2				
Rua Senador Dantas, 39	2	2				
Rua Senador Dantas, 19	2	2				
Rua São José, 46	2		2			
Rua São José, 20	2		1		1	
Rua São Bento, 8	2	1	1			
Rua República Líbano, 45	2				2	
Rua República Líbano, 38	2				2	
Rua República Líbano, 16	2	2				
Rua Reg Feijó, 95	2	1	1			
Rua Primeiro de Março, 9	2		2			
Rua Marcílio Dias, 20	2	1	1			
Rua Marcílio Dias, 16	2				2	
Rua Leandro Martins, 10	2	2				
Rua Gonçalves Dias, 84	2	1	1			
Rua Gal. Caldwell, 237	2					2

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Frei Caneca, 58	2		1		1	
Rua Frei Caneca, 148	2		1	1		
Rua Evaristo da Veiga, 49	2		1		1	
Rua dos Inválidos, 185	2		2			
Rua dos Arcos, 24	2	1			1	
Rua do Senado, 230	2		2			
Rua do Senado, 215	2		1		1	
Rua do Rosário, 171	2				1	1
Rua do Rosário, 151	2	1	1			
Rua do Rosário, 113	2	1			1	
Rua do Rosário, 103	2	1	1			
Rua do Riachuelo, 44	2	2				
Rua do Riachuelo, 43	2					2
Rua do Riachuelo, 333	2		1			1
Rua do Riachuelo, 241	2			1	1	
Rua do Riachuelo, 239	2	1		1		
Rua do Riachuelo, 148	2				2	
Rua do Resende, 127	2			1	1	
Rua do Passeio, 70	2					2
Rua do Ouvidor, 75	2			1		1
Rua do Carmo, 8	2	1				1
Rua do Carmo, 71	2		1			1
Rua do Carmo, 7	2		2			
Rua da Relação, 49	2			1	1	
Rua da Quitanda, 52	2	2				
Rua da Quitanda, 3	2			2		
Rua da Lapa, 40	2					2
Rua da Carioca, 6	2		1	1		
Rua da Carioca, 58	2		2			
Rua da Carioca, 36	2	2				
Rua da Candelária, 79	2		1		1	
Rua da Candelária, 60	2	2				
Rua da Candelária, 106	2	1	1			
Rua da Assembléia, 98	2				1	1
Rua da Assembléia, 61	2		2			
Rua da Assembléia, 36	2				2	
Rua da Alfândega, 90	2				2	
Rua D Gerardo, 35	2	1	1			
Rua cons Saraiva, 28	2	2				
Rua Carlos Sampaio, 351	2		1			1
Rua Carlos Carvalho, 34	2		1			1
Rua Camerino, 55	2	1			1	
Rua Camerino, 118	2				2	
Rua Buenos Aires, 85	2			1		1

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Buenos Aires, 79	2		1		1	
Rua Buenos Aires, 77	2	1	1			
Rua Buenos Aires, 41	2	1			1	
Rua Buenos Aires, 327	2	2				
Rua Buenos Aires, 228	2	1				1
Rua Beneditinos, 22	2	2				
Rua Beneditinos, 16	2	2				
Rua André CAvalcanti, 28	2		2			
Rua Alcindo Guanabara, 21	2		2			
Rua Alcântara Machado, 40	2	2				
Rua Acre, 90	2	1	1			
Rua Acre, 65	2	2				
Pç. XV de Novembro, 48	2				2	
Pç. Tiradentes, 60	2	2				
Pç. Mal Âncora, 15	2	1		1		
Pç. Mahatma Gandhi, 2	2		1			1
Pç. Cristiano Otoni, s/n	2			1		1
Av. Treze de Maio, 35	2		2			
Av. Treze de de Maio, 47	2		2			
Av. Rio Branco, 81	2	1				1
Av. Rio Branco, 251	2		1		1	
Av. Rio Branco, 20	2				2	
Av. Pres Vargas, 509	2	1	1			
Av. NS Fátima, 73	2			2		
Av. Mem Sá, 276	2					2
Av. Mal Floriano, 22	2	1			1	
Av. Gomes Freire, 663	2	1	1			
Av. Gomes Freire, 315	2	1	1			
Av. Gal. Justo, 335	2	1			1	
Av. Gal. Justo, 275	2				2	
Av. Calógeras, 15	2	2				
Av. Beira Mar, 454	2	1	1			
Tv. Paço, 14	1	1				
Tv. Ouvidor, 50	1		1			
Tv. Ouvidor, 17	1	1				
Tv. Ouvidor, 14	1	1				
Tv. Mosqueira, 4	1			1		
Tv. Comércio, 11	1	1				
Tv. Belas Artes, 5	1		1			
S. P. Lima	1		1			
S. Oliveira	1		1			
Rua Washington Luís, 51	1		1			
Rua Washington Luís, 50	1				1	
Rua Washington Luís, 45	1			1		

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Washington Luís, 13	1	1				
Rua Washington Luís, 11	1		1			
Rua Visc. do Rio Branco, 20	1				1	
Rua Visc. de Inhaúma, 134	1		1			
Rua Visc Rio Branco, 59	1		1			
Rua Visc Rio Branco, 20 so B	1				1	
Rua Visc Inhaúma, 55	1		1			
Rua Visc Inhaúma, 41	1				1	
Rua Visc Inhaúma, 38	1		1			
Rua Visc Inhaúma, 37	1	1				
Rua Visc Inhaúma, 134 an 14	1		1			
Rua Visc Gávea, 83	1				1	
Rua Visc do Rio Branco, 20	1				1	
Rua Vinte de Abril, 6	1			1		
Rua Vinte de Abril, 37	1		1			
Rua Vinte de Abril, 28	1	1				
Rua Uruguaiana, s/n	1	1				
Rua Uruguaiana, 42	1		1			
Rua Uruguaiana, 39 bl B	1				1	
Rua Uruguaiana, 22	1				1	
Rua Uruguaiana, 139	1	1				
Rua Uruguaiana, 12	1	1				
Rua Uruguaiana, 11	1		1			
Rua Uruguaiana, 104	1		1			
Rua Ubaldino Amaral, 70	1	1				
Rua Ubaldino Amaral, 57	1		1			
Rua Ubaldino Amaral, 41	1		1			
Rua Teófilo Otoni, 63	1		1			
Rua Teófilo Otoni, 154	1		1			
Rua Teixeira Freitas, 5	1		1			
Rua Sta Luzia, 710	1				1	
Rua Sta Luzia, 405	1		1			
Rua Sta Luzia, 352	1		1			
Rua Sta Luzia, 206	1		1			
Rua Sr. dos Passos, 90	1			1		
Rua Sr. dos Passos, 88	1	1				
Rua Sr. dos Passos, 59	1	1				
Rua Sr. dos Passos, 31	1		1			
Rua Sr. dos Passos, 244	1	1				
Rua Sr. dos Passos, 206	1	1				
Rua Sr. dos Passos, 199	1	1				
Rua Sr. dos Passos, 194	1				1	
Rua Sr. dos Passos, 177	1				1	
Rua Sr. dos Passos, 167	1		1			

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Sr. dos Passos, 150	1	1				
Rua Silva Cardoso, 147	1			1		
Rua Sete de Setembro, 98	1			1		
Rua Sete de Setembro, 96	1		1			
Rua Sete de Setembro, 43	1			1		
Rua Sete de Setembro, 40	1				1	
Rua Sete de Setembro, 211	1		1			
Rua Sete de Setembro, 179	1			1		
Rua Sete de Setembro, 178	1		1			
Rua Sete de Setembro, 155	1		1			
Rua Sete de Setembro, 138	1			1		
Rua Sete de Setembro, 124	1					1
Rua Sete de Setembro, 123	1		1			
Rua Sete de Setembro, 43	1					1
Rua Senador Pompeu, 76	1	1				
Rua Senador Pompeu, 62	1	1				
Rua Senador Pompeu, 187	1				1	
Rua Senador Pompeu, 183	1	1				
Rua Senador Pompeu, 17	1	1				
Rua Senador Pompeu, 144	1		1			
Rua Senador Pompeu, 138	1		1			
Rua Senador Dantas, 39	1		1			
Rua Senador Dantas, 24	1					1
Rua Senador Dantas, 19	1			1		
Rua Senador Dantas, 117 sl	1		1			
Rua Senador Dantas, 44	1	1				
Rua Senador Dantas, 100	1	1				
Rua São José, 82	1				1	
Rua São José, 70	1				1	
Rua São José, 54	1				1	
Rua São José, 40	1				1	
Rua São José, 35	1		1			
Rua São Félix, 76	1				1	
Rua São Félix, 145	1	1				
Rua São Félix, 13	1	1				
Rua São Bento, 9	1	1				
Rua São Bento, 13	1		1			
Rua Santana, 73 sl	1			1		
Rua Santana, 190	1	1				
Rua Santana, 150	1	1				
Rua Santana, 140	1			1		
Rua Santana, 138	1			1		
Rua Santana, 133	1	1				
Rua Santa Luzia, 776	1					1

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Santa Luzia, 405	1					1
Rua República Líbano, 62	1				1	
Rua República Líbano, 48	1				1	
Rua República Líbano, 38 sb	1				1	
Rua República Líbano, 24	1				1	
Rua República Líbano, 22	1				1	
Rua República Líbano, 20	1				1	
Rua República do Líbano, 38	1					1
Rua Reg. Feijó, 72 lt	1		1			
Rua Reg. Feijó, 41	1			1		
Rua Primeiro de Março, 149	1	1				
Rua Primeiro de Março, 117	1	1				
Rua Primeiro de Março, 11	1		1			
Rua Passeio, 90	1	1				
Rua Mto Felício Toledo, 500	1			1		
Rua Morais e Vale, 111	1	1				
Rua Moncorvo Filho, 97	1					1
Rua Moncorvo Filho, 70	1		1			
Rua Moncorvo Filho, 35	1				1	
Rua Moncorvo Filho, 3	1		1			
Rua Miguel Couto, 50	1		1			
Rua Miguel Couto, 35	1			1		
Rua Miguel Couto, 131	1	1				
Rua Miguel Couto, 115	1		1			
Rua México, 51	1	1				
Rua México, 164 an 10	1		1			
Rua Marq Pombal, 172	1	1				
Rua Marq Pombal, 125	1				1	
Rua Luís Camões, 91	1			1		
Rua Luís Camões, 71	1				1	
Rua Luís Camões, 51	1	1				
Rua Luís Camões, 108	1				1	
Rua Leandro Martins, 70	1		1			
Rua Leandro Martins, 58	1		1			
Rua Leandro Martins, 39	1		1			
Rua Júlia Lopes Almeida, 2	1	1				
Rua Júlia Lopes Almeida, 11	1		1			
Rua Joaquim Silva, 83	1	1				
Rua Joaquim Silva, 56	1				1	
Rua Joaquim Silva, 16	1				1	
Rua Guilherme Marconi, 74	1					1
Rua Gonçalves Lêdo, 49	1	1				
Rua Gonçalves Lêdo, 33	1	1				
Rua Gonçalves Lêdo, 17	1	1				

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Gonçalves Dias, 40	1	1				
Rua Gonçalves Dias, 27	1		1			
Rua Gal. Caldwell, 243	1		1			
Rua Gal. Caldwell, 241	1				1	
Rua Gal. Caldwell, 237	1					1
Rua Gal. Caldwell, 191	1		1			
Rua Gal. Caldwell, 161	1			1		
Rua Gal. Cadwell, 163	1				1	
Rua Frei Caneca, 99	1				1	
Rua Frei Caneca, 94	1					1
Rua Frei Caneca, 64 sb	1		1			
Rua Frei Caneca, 52	1				1	
Rua Frei Caneca, 3	1				1	
Rua Frei Caneca, 169	1		1			
Rua Frei Caneca, 162	1				1	
Rua Frei Caneca, 113	1				1	
Rua Frederico Silva, 89	1		1			
Ladeira Felipe Nery	1		1			
Rua Evaristo da Veiga, 95	1				1	
Rua Evaristo da Veiga, 78	1				1	
Rua Evaristo da Veiga, 55	1					1
Rua Evaristo da Veiga, 47	1				1	
Rua dos Inválidos, 49	1				1	
Rua dos Inválidos, 34	1		1			
Rua dos Inválidos, 144	1		1			
Rua dos Inválidos, 138 bl 1	1				1	
Rua dos Andradas, 51 lj	1					1
Rua dos Andradas, 25	1				1	
Rua dos Andradas, 179	1		1			
Rua dos Andradas, 159	1	1				
Rua dos Andradas, 157	1	1				
Rua dos Andradas, 132	1		1			
Rua dos Andradas 123	1	1				
Rua do Senado, 86 sb F	1				1	
Rua do Senado, 74	1				1	
Rua do Senado, 63	1				1	
Rua do Senado, 43	1				1	
Rua do Senado, 311	1		1			
Rua do Senado, 217	1				1	
Rua do Senado, 172	1				1	
Rua do Rosário, 90	1				1	
Rua do Rosário, 84	1	1				
Rua do Rosário, 78	1		1			
Rua do Rosário, 61	1	1				

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua do Rosário, 38	1		1			
Rua do Rosário, 172	1				1	
Rua do Rosário, 140	1				1	
Rua do Rosário, 111	1	1				
Rua do Rosário, 109	1	1				
Rua do Rosário, 108	1	1				
Rua do Rosário, 108	1	1				
Rua do Riachuelo, 87	1				1	
Rua do Riachuelo, 408	1				1	
Rua do Riachuelo, 402	1	1				
Rua do Riachuelo, 333 sl	1			1		
Rua do Riachuelo, 315	1		1			
Rua do Riachuelo, 251	1					1
Rua do Riachuelo, 247	1	1				
Rua do Riachuelo, 24	1		1			
Rua do Riachuelo, 220	1	1				
Rua do Riachuelo, 193	1			1		
Rua do Riachuelo, 176 sl	1			1		
Rua do Riachuelo, 176	1		1			
Rua do Riachuelo, 161	1			1		
Rua do Riachuelo, 161	1			1		
Rua do Resende, 99	1	1				
Rua do Resende, 96	1	1				
Rua do Resende, 80	1		1			
Rua do Resende, 56 sl	1		1			
Rua do Resende, 44	1				1	
Rua do Resende, 26	1	1				
Rua do Resende, 20 sb	1				1	
Rua do Resende, 20	1				1	
Rua do Resende, 192	1		1			
Rua do Resende, 185	1		1			
Rua do Resende, 119	1			1		
Rua do Resende, 10	1	1				
Rua do Passeio, 70	1			1		
Rua do Ouvidor, 7	1	1				
Rua do Ouvidor, 5	1	1				
Rua do Ouvidor, 24	1		1			
Rua do Ouvidor, 20	1		1			
Rua do Ouvidor, 18	1	1				
Rua do Ouvidor, 15	1		1			
Rua do Ouvidor, 124	1		1			
Rua do Ouvidor, 118	1				1	
Rua do Ouvidor 130	1			1		
Rua dos Mercadores, 10	1			1		

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua do Mercado, 11	1	1				
Rua do Lavradio, 98	1				1	
Rua do Lavradio, 186 sb	1				1	
Rua do Lavradio, 186	1				1	
Rua do Lavradio, 144	1				1	
Rua do Carmo, 71	1			1		
Rua do Carmo, 71	1					1
Rua do Carmo, 65	1	1				
Rua do Carmo, 63	1		1			
Rua do Carmo, 6	1		1			
Rua do Carmo, 43	1		1			
Rua do Carmo, 17	1	1				
Rua das Marrecas, 40	1		1			
Rua das Marrecas, 31	1	1				
Rua da Relação, 39	1	1				
Rua da Quitanda, 83	1		1			
Rua da Quitanda, 71	1		1			
Rua da Quitanda, 70	1	1				
Rua da Quitanda, 50	1	1				
Rua da Quitanda, 45	1		1			
Rua da Quitanda, 196	1				1	
Rua da Quitanda, 187	1					1
Rua da Quitanda, 159	1		1			
Rua da Quitanda, 11 5º and.	1		1			
Rua da Lapa, 65	1				1	
Rua da Lapa, 286	1	1				
Rua da Lapa, 28 lj	1		1			
Rua da Lapa, 28	1				1	
Rua da Lapa, 248 lj A	1		1			
Rua da Constituição, 57 l	1				1	
Rua da Conceição, 31	1				1	
Rua da Conceição, 28	1		1			
Rua da Conceição, 188	1			1		
Rua da Conceição, 165	1		1			
Rua da Conceição, 16	1		1			
Rua da Conceição, 154	1		1			
Rua da Conceição, 152	1				1	
Rua da Conceição, 150	1	1				
Rua da Conceição, 145	1		1			
Rua da Candelária, 87	1				1	
Rua da Candelária, 83	1				1	
Rua da Candelária, 80	1		1			
Rua da Assembléia, 67	1	1				
Rua da Assembléia, 45 sl	1		1			

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua da Assembléia, 35	1	1				
Rua da Assembléia, 10	1		1			
Rua da Alfândega, 80	1	1				
Rua da Alfândega, 65	1					1
Rua da Alfândega, 362 lj	1		1			
Rua da Alfândega, 323	1	1				
Rua da Alfândega, 308	1	1				
Rua da Alfândega, 288	1		1			
Rua da Alfândega, 225	1	1				
Rua da Alfândega, 22	1	1				
Rua da Alfândega, 163	1			1		
Rua da Alfândega, 108	1		1			
Rua da Alfândega, 100	1				1	
Rua da Alfândega 80	1	1				
Rua da Ajuda, 35	1		1			
Rua D Manuel, s/n	1		1			
Rua D Manuel, 29	1		1			
Rua Costa Ferreira, 19	1				1	
Rua Constituição, 8	1	1				
Rua Constituição, 35	1	1				
Rua Constituição, 24	1		1			
Rua Cons Saraiva, 13	1			1		
Rua Cde Lages, 68	1		1			
Rua Cde Lages, 54	1	1				
Rua Cde Lages, 44 cb 1305	1					1
Rua Carlos Sampaio, 6	1		1			
Rua Carlos Sampaio, 352 to	1				1	
Rua Carlos Sampaio, 352	1					1
Rua Carlos Sampaio, 319	1		1			
Rua Carlos Sampaio, 246	1				1	
Rua Camerino, 89	1	1				
Rua Camerino, 17	1	1				
Rua Camerino, 15	1		1			
Rua Camerino, 124 e 126	1				1	
Rua Buenos Aires, 70	1	1				
Rua Buenos Aires, 41 lj	1		1			
Rua Buenos Aires, 4	1	1				
Rua Buenos Aires, 320	1		1			
Rua Buenos Aires, 291	1	1				
Rua Buenos Aires, 272	1				1	
Rua Buenos Aires, 253	1				1	
Rua Buenos Aires, 241	1		1			
Rua Buenos Aires, 232	1				1	
Rua Buenos Aires, 231	1				1	

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Rua Buenos Aires, 23 sl	1		1			
Rua Buenos Aires, 185	1				1	
Rua Buenos Aires, 175	1			1		
Rua Buenos Aires, 169	1		1			
Rua Beneditinos, 26	1		1			
Rua Barão de São Félix, 126	1	1				
Rua Araújo Porto Alegre, 71 cb 606	1					1
Rua Araújo Porto Alegre, 70	1		1			
Rua Araújo Porto Alegre, 70	1		1			
Rua André CAvalcanti, 8	1		1			
Rua André CAvalcanti, 24	1					1
Rua Álvaro Alvim, 48	1		1			
Rua Álvaro Alvim, 37	1		1			
Rua Álvaro Alvim, 24	1				1	
Rua Álvaro Alvim, 21	1		1			
Rua Alexandre Mackenzie, 75	1				1	
Rua Alexandre Mackenzie, 42	1	1				
Rua Alexandre Mackenzie, 19	1				1	
Rua Alexandre Mackenzie, 112	1		1			
Rua Alcindo Guanabara, 17 e 21	1			1		
Rua Alcântara Machado, 36	1		1			
Rua Ajuda, 5	1	1				
Pç. XV de Novembro, 34	1		1			
Pç. XV de Novembro, 20	1		1			
Pç. XV de Novembro, 20	1		1			
Pç. Tiradentes, 73	1	1				
Pç. Pio X, 7	1	1				
Pç. Pio X, 17	1	1				
Pç. Pio X, 157	1		1			
Pç. Olavo Bilac, 38	1		1			
Pç. Monte Castelo, 25	1	1				
Pç. Monte Castelo, 12	1		1			
Pç. Mauá, s/n	1					1
Pç. Mauá, 7	1		1			
Pç. Mauá, 5	1					1
Pç. Mauá, 13	1				1	
Pç. João Pessoa, 9	1	1				
Pç. João Pessoa, 13	1		1			
Pç. Cruz Vermelha, 23	1				1	
Lgo. São Francisco Paula, 42	1	1				
Lgo. São Francisco Paula, 23	1	1				
Lgo. São Francisco de Paula, 34	1		1			
Lgo. São Francisco de Paula, 34	1			1		
Lgo. São Francisco de Paula, 1	1		1			

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Lgo. Santa Rita, 6	1		1			
Ilha das Cobras, s/n	1				1	
Bc. do Bragrança, 18	1				1	
Bc. do Bragança, 18	1				1	
Av. Treze de de Maio, 45	1		1			
Av. Rio Branco, 80	1	1				
Av. Rio Branco, 65	1				1	
Av. Rio Branco, 255	1	1				
Av. Rio Branco, 241	1		1			
Av. Rio Branco, 142	1		1			
Av. Rio Branco, 14	1		1			
Av. Rio Branco, 12	1	1				
Av. Rio Branco, 11	1				1	
Av. Rio Branco 181	1		1			
Av. Rio branco 173	1		1			
Av. Rio Branco 103	1		1			
Av. Pres Wilson, 231 And 23º	1		1			
Av. Pres Vargas, 844	1	1				
Av. Pres Vargas, 4461	1					1
Av. Pres Vargas, 409	1				1	
Av. Pres Vargas, 309	1	1				
Av. Pres Antônio Carlos, 615 an 11º	1		1			
Av. Pres Antônio Carlos, 58	1					1
Av. Pres Antônio Carlos, 501 lj 502	1		1			
Av. Pres Antônio Carlos, 501	1		1			
Av. Pres Antônio Carlos, 40 sl	1		1			
Av. Pres Antônio Carlos, 375	1	1				
Av. Pres Antônio Carlos, 25	1			1		
Av. Passos, 120	1	1				
Av. NS Fátima, 63	1					1
Av. NS Fátima, 50	1		1			
Av. NS Fátima, 47	1				1	
Av. Mem Sá, 94	1				1	
Av. Mem Sá, 33	1		1			
Av. Mem Sá, 180	1			1		
Av. Mem Sá, 171	1		1			
Av. Mem Sá, 157	1		1			
Av. Mem Sá, 130	1			1		
Av. Mem Sá, 118	1		1			
Av. Mal. Câmara, 271	1		1			
Av. Mal Floriano, 77	1		1			
Av. Mal Floriano, 195	1	1				
Av. Mal Floriano, 185	1	1				
Av. Mal Floriano, 168	1				1	

Endereço	Total	Administrador*	Advogado	Dentista	Engenheiro**	Médico
Av. Mal Floriano, 167	1			1		
Av. Mal Floriano, 161	1		1			
Av. Mal Floriano, 14	1	1				
Av. Mal Floriano, 139	1	1				
Av. Mal Floriano, 138	1				1	
Av. Mal Floriano, 130	1		1			
Av. Mal Floriano, 13	1		1			
Av. Mal Floriano, 11	1	1				
Av. Mal Câmara, 314	1		1			
Av. Mal Câmara, 210	1		1			
Av. Mal Câmara, 186	1		1			
Av. Mal Câmara, 150	1		1			
Av. Henrique Valadares, 69	1		1			
Av. Henrique Valadares, 57	1		1			
Av. Henrique Valadares, 41	1			1		
Av. Henrique Valadares, 35	1		1			
Av. Henrique Valadares, 151	1					1
Av. Henrique Valadares, 146	1				1	
Av. Henrique Valadares, 107	1					1
Av. Graça Aranha, 415	1		1			
Av. Graça Aranha, 1	1	1				
Av. Gomes Freire, 779	1	1				
Av. Gomes Freire, 745	1		1			
Av. Gomes Freire, 471	1	1				
Av. Gomes Freire, 213	1	1				
Av. Gomes Freire, 197	1	1				
Av. Gomes Freire, 169	1				1	
Av. Gomes Freire, 151	1		1			
Av. Gal. Justo, 307	1	1				
Av. Franklin Roosevelt, 126 sl	1		1			
Av. Erasmo Braga, 64	1		1			
Av. Erasmo Braga, 115 5º and.	1		1			
Av. Churchill, 109 8º and.	1		1			
Av. Churchil 97	1	1				
Av. Calógeras, 12	1				1	
Av. Beira-mar, 216	1		1			
Av. Beira Mar, 242	1				1	
Av. Araújo Porto Alegre, 71	1					1
Av. Alm Barroso, 6	1	1				
Av. Alm Barroso, 9	1		1			
Av. Alm Barroso, 4	1					1

Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com. Consultados em Maio, Junho, Julho e Agosto de 2004.
* Administrador, Economista, Atuário e Contador ** Engenheiro e Arquiteto

Anexo nº 14 : Hotéis localizados na área central

Categoria	Nome	Endereço	Telefone	Apt./Quarto
Hotel 3*	Aeroporto Othon	Av. Beira Mar, 280	2544-1231	74
Hotel 3*	Ambassador Ltda	Rua Sen. Dantas, 25 to	2220-4783	134
Hotel 2*	Bragança	Av. Mem de Sá, 115	2242-8116	130
Hotel 3*	Center	Av. Rio Branco, 33	2296-6677	147
Hotel 3*	Granada	Rua Gomes Freire 530	2224-6652	80
Hotel 3*	São Francisco	Rua Visc. de Inhaúma, 95	fechado	
Hotel 3*	Guanabara Palace	Av. Rio Branco, 52	2216-1313	485
Hotel 3*	Itajubá	Rua Álvaro Alvim, 23	2212-0011	109
Hotel	Marajó	Rua Joaquim Silva, 99 sb	2224-4134	
Hotel 2*	Marialva 2	Rua Gomes Freire, 430	fechado	
Hotel 3*	Pouso Real	Rua do Resende, 33/35	2242-3329	71
Hotel 3*	Rio's Nice 3	Rua do Riachuelo, 201	2297-1155	120
Hotel 3*	Rio's Presidente	Rua Pedro I, 19	2123-5900	210
	Globo Paulista	Rua do Riachuelo, 134		93
Flat	Bussiness Flat	Rua do Riachuelo, 54		99
	Mercure	Rua Silva Jardim, 32	Em obras	
	Bank of America	Rua Marechal Câmara, 160	Em obras	312
Hotel	Andorinha	Rua do Resende, 58	2221-6289	
Hotel	Araújo	Rua Marcílio Dias, 64 1°	2516-2302	
Hotel	Belas Artes	Rua Visc. de Rio Branco, 52	2252-6336	65
Hotel	Bicas	Tv. Belas Artes, 5 1º and.	2221-0451	
Hotel	Grille	Rua Frei Caneca, 68 1º and.	2224-0465	
Hospedagem	Casa Blanca	Rua do Lavradio, 68	22329734	
Hospedagem	Marvilha	Rua Frei Caneca, 171	2221-6013	
Hospedagem	Meio Dia	Av. Gomes Freire, 55 1º	2242-4409	
Hospedagem	Municipal	Rua da Constituição, 4 1º	2232-9833	
Hospedagem	Sul América	Rua da Lapa, 227	2252-8354	
Hospedagem	Vinte Abril	Rua Vinte de Abril, 12	2509-7007	
Hospedaria	Almeijeiras Ltda	Rua Sen. Pompeu, 188	2233-2535	
Hospedaria	Hostal Ltda	Av. Gomes Freire, 151	2242-4321	
Hospedaria	Lêdo Ltda	Rua Gonçalves Lêdo, 5 1º	2507-9783	
Hospedaria	My House Ltda	Rua das Marrecas, 23 sb	2240-6414	
Hospedaria	NF Ltda	Rua Bento Ribeiro, 13 sb	2518-1417	
Hospedaria	Rio Sampaio Ltda	Rua Carlos Sampaio, 21	2232-4867	
Hospedaria	Santana Ltda	Rua Santana, 131 sb	2224-9593	
Hotel	Alicante Ltda	Rua do Riachuelo, 103/105	2222-2953	
Hotel	Andradas Ltda	Rua dos Andradas, 25 1º	2221-0110	
Hotel	Aymoré Ltda	Rua dos Andradas, 25 1°	2232-1622	
Hotel	Barão Rio Branco Ltda	Rua Visc. de Rio Branco, 47	2221-4984	
Hotel	Brilhante Ltda	Rua São Félix, 129 1	2263-6696	
Hotel	Campos Ltda	Rua São Félix, 138 1	2263-7195	
Hotel	Castelo Ltda	Rua do Lavradio 62	2508-6234	
Hotel	Catedral Ltda	Rua das Marrecas, 13 1	2240-6791	
Hotel	Central Ltda	Rua Sen. Pompeu, 230	2233-7803	

Categoria	Nome	Endereço	Telefone	Apt./Quarto
Hotel	Concórdia Ltda	Rua Frei Caneca, 17 1º	2232-2010	
Hotel	Corumbá	Av. Mal. Floriano, 153 sb	2263-8181	
Hotel	Cruz Ouro Ltda	Rua Gal Caldwell, 297 1º	2507-0669	
Hotel	Pedro II Ltda	Rua Sen. Pompeu, 226 1º	2233-7745	
Hotel	Escala Ltda	Rua Sen. Pompeu, 234 sb	2263-4670	
Hotel	Esperança Ltda	Rua do Senado, 35 sb	2232-3464	
Hotel	Estação Ltda	Rua Sen. Pompeu, 232 1º	2233-1840	
Hotel	Estadual Ltda	Rua do Resende, 31	2252-1481	
Hotel	Estrada de Ferro Ltda	Rua Sen. Pompeu, 176	2233-2744	
Hotel	Floriano Peixoto Ltda	Av. Mal. Floriano, 193 1º and		
Hotel	Fluminense Ltda	Rua dos Inválidos, 176 lj	2221-5515	
Hotel	Ibéria Ltda	Rua Frei Caneca, 115 qt 1	2232-4565	
Hotel	Ibiza Ltda	Rua Carlos Carvalho, 6	2242-9514	
Hotel	Ibiza Ltda	Rua do Senado, 171 sb	2252-8635	
Hotel	Internacional Ltda	Rua Sen. Pompeu, 182 1º	2233-5090	
Hotel	Lips	Rua Sen. Dantas, 46	2210-3235	
Hotel	Love's House Ltda	Rua Joaquim Silva, 87 1º	2509-5655	
Hotel	Lucas Ltda	Rua Sen. Pompeu, 190 1°		
Hotel	Mar Azul Ltda	Rua Santana, 204 1º	2252-5867	
Hotel	Meu Cantinho Ltda	Rua da Constituição, 30	2242-3317	
Hotel	Monte Alegre Ltda	Rua do Riachuelo, 213 lj A	2224-8392	
Hotel	Mundo Novo Ltda	Av. Mem Sá, 85	2224-3805	
Hotel	Noroeste Ltda	Av. Mal. Floriano, 211 fd	2253-7644	
Hotel	Novo Rio Ltda	Av. Mem de Sá, 262 1º	2232-5969	
Hotel	Paraguai Ltda	Rua do Senado, 240 1º	2509-5473	
Hotel	Paris Ltda	Av. Passos, 7	2242-1856	
Hotel	Paris Ltda	Rua Luís Camões, 55	2224-4588	
Hotel	Passeio Ltda	Rua Morais e Vale, 45	2531-7654	
Hotel	Rio Europa Ltda	Rua Acre, 62 1º	2263-8587	
Hotel	Rio Grande Ltda	Rua Sen. Pompeu, 220	2233-3540	
Hotel	Santa Comba	Rua Ten Possolo, 49 1º	2252-2547	
Hotel	São Bento Ltda	Rua São Bento, 32	2233-1727	
Hotel	Sheik Ltda	Av. Gomes Freire, 55	2224-3063	
Hotel	Universo Ltda	Rua Visc. de Rio Branco, 63, 2 º and.	2232-7098	
Hotel	Vila Rica Ltda	Rua Joaquim Silva, 43	2232-2983	
Hotel	Midway	Rua do Senado, 64	2252-6562	
Hotel	Novo Hotel	Rua República do Líbano, 6	2252-5327	
Hotel	Parque	Av. Mem de Sá, 343	2232-4583	
Hotel	Primor	Av. Gomes Freire, 52	2252-3700	
Hotel	Rio	Rua Silva Jardim, 3	2282-1213	
Hotel	Paulistano	Rua Visc. de Rio Branco,38		
Hotel	Amazonas	Rua Alex. Mackenzie, 122		

Fontes: www.telelistas.net, www.telemar.com.br e www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.
Consultadas em: janeiro de 2006

Representações de hotéis localizadas na área central

Nome	**Endereço**	**Telefone**
Barra Beach Hotel Residência	Av. Rio Branco, 4 8º and.	2215-6602
Bela Vista Hotéis Club	Rua Miguel Couto, 131 5º and.	2223-3049
Bureau Hotéis Ltda	Av. Franklin Roosevelt, 39 s 1413	2240-1129
Central Nacional de Reservas	Av. Rio Branco, 135 s 706	2242-7874
Delphin Hoteleira Ltda	Av. Rio Branco, 181 s 207	2544-6570
Empreendimentos Turísticos Cidade das Rosas Ltda	Av. Treze de Maio, 47 s 2811	2220-5622
Hilton do Brasil Ltda	Rua Sete de Setembro, 55 s 1601	2252-2862
Hotéis Eldorado	Av. Mal. Câmara, 160 s 922	2533-1800
Hotéis Othon S/A	Rua Teófilo Otoni, 15 11º and.	2518-4559
Hotel E. Fazenda Rosa dos Ventos Ltda	Av. Alm Barroso, 63 s 2715	2532-1197
Hotel Fazenda Cascatinha	Rua Uruguaiana, 10 gr 2201	2221-1714
Hotel Fazenda Pedras Negras Ltda	Av. Alm Barroso, 63 s 1906	2240-2261
Hotel Fazenda Santa Bárbara Ltda	Rua Uruguaiana, 10 gr 406	2509-3188
Hotel Vilarejo	Av. Rio Branco, 156 s 2514	2215-3517
Hotel Vitória Minas Ltda	Rua Buenos Aires, 196 2º and.	2224-4718
Imperial Hotel Net	Av. Rio Branco, 181 s 909	2240-8710
Insula de Búzios Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos Ltda	Rua da Assembléia, 10 sl 2322	--
Promenade Administração Hoteleira S/C Ltda	Rua Teófilo Otoni, 15 4º and.	2283-3215
Sider Palace Hotel	Av. Treze de Maio, 13 s 1614	2240-8187
Sindicato Empregados do Com Hoteleiro Simil Mun do RJ	Rua Washington Luís, 50 ap 505	2232-9197
Associação dos Albergues da Juventude do RJ	Rua da Assembléia 10 s. 1616	--

Fonte: www.telelistas.net, www.telemar.com.br e www.armazemdedados.rio.rj.gov.br consultas realizadas em janeiro de 2006.

Anexo nº 15 - Listagem de restaurantes e lanchonetes localizados na área central

Restaurante	Endereço	Tipo
Central Kilo	Rua do Acre, 59	A Quilo
Obsessão do Kilo Ltda	Rua Alcântara Machado, 25	A Quilo
Restaurante Monchique Service	Rua Visc Inhaúma, 62 loja	A Quilo
A Gulosa	Rua Buenos Aires, 120	A Quilo
Aerogourmet	Av. Gal Justo, 171 loja 1	A Quilo
Aipo & Aipim-	Rua do Ouvidor, 108 sl loja E	A Quilo
Alfândega Grill	Rua da Alfândega, 67	A Quilo
Arco Imperial	Tv. do Comércio, 13	A Quilo
Bar do Elias	Rua Evaristo Veiga, 22	A Quilo
Bar e Pizzaria Imperator	Av. Henrique Valadares, 41 loja C	A Quilo
Bar e Restaurante A Comilança	Av. Alm Barroso, 97 A	A Quilo
Bar Elias	Rua Miguel Couto, 130 loja	A Quilo
Barão do Kilo	Rua do Lavradio, 78 A	A Quilo
Bay Side Café	Rua do Ouvidor, 86 loja	A Quilo
Belle Du Jour	Av. Pres Wilson, 165 loja B	A Quilo
Bico Doce	Rua Evaristo Veiga, 45 loja A	A Quilo
Bom Gosto	Rua Cde Lages, 44	A Quilo
Buffet da Cidade	Rua Miguel Couto, 141 loja	A Quilo
Café e Bar Brochado	Av. Mem Sá, 180	A Quilo
Casa Loanda	Pç. Pres Aguirre Cerda, 15 loja A	A Quilo
Casa Olana	Rua Sen Dantas, 46 A	A Quilo
Cazuela Grill	Rua Alcindo Guanabara, 20 loja	A Quilo
Central Grill	Rua Sen Pompeu, 164 loja	A Quilo
Central Kilo	Rua Acre, 58	A Quilo
Churrascaria Nova Rosário	Rua do Rosário, 159 loja	A Quilo
DC Grill Churrascaria	Av. Rio Branco, 124 ss	A Quilo
Dirty Mary	Rua Teófilo Otoni, 50 sl 202	A Quilo
Dito & Feito	Rua do Mercado, 19	A Quilo
Dom 29	Rua D Gerardo, 29 an 1 loja	A Quilo
Ekko's	Rua da Ajuda, 35	A Quilo
El Pasquale	Rua D Gerardo, 46 A	A Quilo
Emporio 53 Padaria e Restaurante	Rua Reg Feijó, 53 sb	A Quilo
Espaço Sabor	Rua Sen Dantas, 41 loja	A Quilo
Esplanada	Rua Sta Luzia, 583 loja A	A Quilo
Filet e Folhas	Rua do Rosário, 104	A Quilo
G & S Grill	Rua Teófilo Otoni, 103	A Quilo
Golosita	Av. Erasmo Braga, 115 an 4	A Quilo
Grill 22	Rua Primeiro Março, 22 loja	A Quilo
Gulozinho	Av. Nilo Peçanha, 11	A Quilo
Gustoni	Rua da Alfândega, 83	A Quilo
Guta s Bar e Restaurante	Rua das Marrecas, 23	A Quilo
Jambo	Av. Churchill, 109 loja B	A Quilo

Restaurante	Endereço	Tipo
Jurema Grill	Av. Mal Floriano, 138	A Quilo
Kilo Express	Rua Sta Luzia, 774 sb	A Quilo
Kiloucura	Rua Beneditinos, 18	A Quilo
La Fiora	Rua Pedro Lessa, 41	A Quilo
Linox Service	Rua Evaristo Veiga, 24	A Quilo
Mana S Restaurante	Rua México, 21	A Quilo
Manon	Rua do Ouvidor, 187 an 1	A Quilo
Mariam's Churrascaria	Rua do Rosário, 145	A Quilo
Max Acre Kilo Restaurante	Rua Acre, 33 loja	A Quilo
Max Grill	Rua Teófilo Otoni, 52 loja A	A Quilo
Maxi Grill	Rua Mayrink Veiga, 31 loja B	A Quilo
Mazella, Walter A	Rua Buenos Aires, 271 loja B	A Quilo
Menina das Flores	Rua Buenos Aires, 104	A Quilo
Motta, Amanda J	Av. Mem Sá, 82	A Quilo
Mr. Ôpi-Quitanda	Rua da Quitanda, 51 loja	A Quilo
Night and Day	Av. Rio Branco, 277 loja B	A Quilo
Nutriz Alimentacao Saudável	Rua México, 74 A	A Quilo
Nutriz-Rosário	Rua do Rosário, 102 loja	A Quilo
Papafina	Rua 7 Setembro, 161	A Quilo
Parangolé Restaurante	Rua Evaristo Veiga, 41 loja C	A Quilo
Pier 22	Rua Teófilo Otoni, 22	A Quilo
Pilão de Pedra	Rua Miguel Couto, 143 loja	A Quilo
Pitty'S	Rua da Lapa, 86	A Quilo
Ponto Jovem	Rua da Assembléia, 10 sl 3717	A Quilo
Pratas Grill	Tv. do Ouvidor, 12	A Quilo
Recanto Da Lapa Bar	Rua da Lapa, 8	A Quilo
Recanto da Quitanda	Rua da Quitanda, 186	A Quilo
Restaurante Algarves	Rua Buenos Aires, 21	A Quilo
Restaurante Ato	Trav. do Ouvidor, 7 loja	A Quilo
Restaurante Bandeirantes do Castelo	Av. Franklin Roosevelt, 194 loja I	A Quilo
Restaurante Bauru	Rua Candelária, 85	A Quilo
Restaurante Boi ao Quilo	Av. Graça Aranha, 206 A	A Quilo
Restaurante Crystal	Rua da Assembléia, 11	A Quilo
Restaurante Damasco	Av. Graça Aranha, 326	A Quilo
Restaurante Delight	Rua D Gerardo, 63 sl 301	A Quilo
Restaurante Dito e Feito	Rua Álvaro Alvim, 33 loja S	A Quilo
Restaurante do Paço Imperial	Rua Primeiro de Março, 19	A Quilo
Restaurante Lá em Casa	Av. Pres Vargas, 542 loja B	A Quilo
Restaurante Rosas	Rua Álvaro Alvim, 27	A Quilo
Restaurante Sobradinho da Sachet	Trav. do Ouvidor, 36 an 1	A Quilo
Royal Grill-	Pç. João Pessoa, 8	A Quilo
Saara Grill	Rua Buenos Aires, 271 loja F G H	A Quilo
Sabor Cidade	Trav. do Ouvidor, 7	A Quilo
Sabor Saara	Rua Sr dos Passos, 261	A Quilo

Restaurante	Endereço	Tipo
Sem Calorias	Av. Franklin Roosevelt, 126	A Quilo
Ss 229	Rua Sete de Setembro, 229 loja	A Quilo
Tempero Centro	Av. Calógeras, 7 A	A Quilo
Timpanas Alentejano	Rua S José, 76	A Quilo
Tribunal Rio Antigo Restaurante Ltda	Rua do Resende, 4 sb	A Quilo
Tutti Gusti	Av. Franklin Roosevelt, 194 loja B	A Quilo
Velho Sonho	Av. Mal Floriano, 165	A Quilo
Verdetown	Rua Teófilo Otoni, 123 loja	A Quilo
Vero Peso	Rua da Constituição, 80	A Quilo
Via Passos Restaurante	Rua Senhor dos Passos, 158 fd	A Quilo
Zazariiba I	Av. Rio Branco, 156 loja 205	A Quilo
Zazariiba II	Rua Araújo Porto Alegre, 70 B	A Quilo
Adega Flor de Coimbra	Rua Teotônio Regadas, 34 loja A	Adega
Bar e Restaurante Flor de Liz	Rua Sen Pompeu, 217	Adega
Adega e Bar Quinta das Videiras	Rua Miguel Couto, 137 lj A	Bares/Choperias
Agreste do Nordeste	Pç João Pessoa, 2	Bares/Choperias
Aspargus	Rua Sen Dantas, 74 an 17	Bares/Choperias
Bar 2005	Av. Rio Branco, 156 lj 136	Bares/Choperias
Bar Armamar	Rua Riachuelo, 402	Bares/Choperias
Bar Bico Doce	Rua do Rosário, 74 lj 3	Bares/Choperias
Bar Bitocas Ltda	Rua Sen Dantas, 117 lotm Já	Bares/Choperias
Bar Brasil	Av. Mem Sá, 90	Bares/Choperias
Bar Centro Cultural Lavradio 179	Av. Mem Sá, 71	Bares/Choperias
Bar do Ernesto	Lgo da Lapa, 41 sb	Bares/Choperias
Bar do Mar	Rua Alcindo Guanabara, 24 gr 1805	Bares/Choperias
Bar do Zé	Rua do Carmo, 38 A	Bares/Choperias
Bar dos Advogados	Av. Erasmo Braga, 227	Bares/Choperias
Bar e Bilhares 1980 Ltda	Rua Sen Pompeu, 227 an 2	Bares/Choperias
Bar e Lanchonete Araujolândia	Rua do Resende, 106	Bares/Choperias
Bar e Lanchonete Nsa Sra das Neves	Rua Sen Pompeu, 96 lj	Bares/Choperias
Bar E Lanchonete Queridinha	Av. Rio Branco, 156 lj 7	Bares/Choperias
Bar e Leiteria Santana Ltda	Rua Prof Clementino Fraga, 7 A	Bares/Choperias
Bar e Restaurante Cantinho Uruguaiana	Rua Uruguaiana, 36	Bares/Choperias
Bar e Restaurante Chamego do Rio	Rua Sete de Setembro, 36 sb	Bares/Choperias
Bar e Restaurante Topa Tudo	Av. Mal Floriano, 120 lj	Bares/Choperias
Bar e Restaurante Travessa Ltda	Bc dos Barbeiros, 12 lj C	Bares/Choperias
Bar e Restaurante Vairão	Pç Floriano, 7 sl lj E	Bares/Choperias
Bar Flora Ltda	Rua da Carioca, 16	Bares/Choperias
Bar Frota Carioca Ltda	Pç XVde Novembro, 21	Bares/Choperias
Bar Laranjada Acat Ltda	Rua Andradas, 36	Bares/Choperias
Bar Moaci Ltda ME	Rua Carlos Carvalho, 46 lj	Bares/Choperias
Bar Mocamedes Ltda	Av. Mem Sá, 175	Bares/Choperias
Bar Monteiro	Rua da Quitanda, 83	Bares/Choperias

Restaurante	Endereço	Tipo
Bar Mundo Ideal	Rua do Carmo 56	Barse/ Choperias
Bar Novo Horizonte	Av. NS Fátima, 86 B	Bares/Choperias
Bar O Garoto do Papai	Av. Henrique Valadares, 140	Bares/Choperias
Bar Ocidental Ltda	Rua Miguel Couto, 124 lj C	Bares/Choperias
Bar Siriguidum	Rua da Alfândega, 25 sl 602	Bares/Choperias
Bar Suqueiro	Av. Treze de Maio, 47 lj B	Bares/Choperias
Bar Ziriguidum Galeto Novo Rio	Rua Sen Dantas, 117	Bares/Choperias
Berlow Bar e Restaurante	Rua da Carioca, 31	Bares/Choperias
Brasserie Europa	Rua Sen Dantas, 117 lj I	Bares/Choperias
Buffet da Cidade	Rua Miguel Couto, 141 lj	Bares/Choperias
Café Ajax Ltda	Rua Sta Luzia, 336	Bares/Choperias
Café Bar E Lanchonete Dantas	Rua Sen Dantas, 117	Bares/Choperias
Café Bar e Restaurante Cabalito Branco	Rua do Rosário, 148	Bares/Choperias
Café Bar Sela	Rua Moncorvo Filho, 90	Bares/Choperias
Café Barbacena Ltda	Av. Erasmo Braga, 277 B	Bares/Choperias
Café Carmo Ltda	Rua Primeiro Março, 7	Bares/Choperias
Café Ceará	Rua Sta Luzia, 376	Bares/Choperias
Café Cohbe Lanches Ltda	Rua Sen Dantas, 24	Bares/Choperias
Café Com Pernas	Rua Buenos Aires, 93 lj B	Bares/Choperias
Café Comercial	Rua do Senado, 35	Bares/Choperias
Café e Bar 37 Ltda	Rua Cons Saraiva, 37	Bares/Choperias
Café e Bar 37 Ltda	Pç Olavo Bilac, 7	Bares/Choperias
Café E Bar Aeroporto Santos Dumont	Pç Sen Salgado Filho, s/n	Bares/Choperias
Café e Bar Alvo Campo Ltda	Pç da República, 79	Bares/Choperias
Café e Bar Bico Ouro Ltda	Rua Joaquim Silva, 3 A	Bares/Choperias
Café e Bar Bom Amigo	Av. Gomes Freire, 607 lj A	Bares/Choperias
Café e Bar Brochado	Av. Mem Sá, 180	Bares/Choperias
Café e Bar Carlitos Ltda	Rua Álvaro Alvim, 36	Bares/Choperias
Café e Bar Catedral Ltda	Pç 15 Novembro, 38 A	Bares/Choperias
Café e Bar Centenário	Av. Mal Floriano, 77	Bares/Choperias
Café e Bar Churchill	Av. Churchill, 60 lj B	Bares/Choperias
Café e Bar Copa do Mundo Ltda	Rua do Rosário, 132	Bares/Choperias
Café e Bar Filosofia	Av. Pres Antônio Carlos, 54 B	Bares/Choperias
Café e Bar Flor Sul Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 25 s 704	Bares/Choperias
Café e Bar Gandaia Ltda	Rua Carlos Carvalho, 34 lj C	Bares/Choperias
Café e Bar Grão Oriente Ltda	Rua do Lavradio, 122	Bares/Choperias
Café e Bar Íria Ltda	Av. Mal. Floriano, 1	Bares/Choperias
Café e Bar Londrina Ltda	Av. Franklin Roosevelt, 39 lj A	Bares/Choperias
Café e Bar Lucinete Ltda	Av. Gomes Freire, 315 ap 801	Bares/Choperias
Café e Bar Macieira	Rua Visc de Rio Branco, 45	Bares/Choperias
Café e Bar Massapê	Av. Gomes Freire, 387 A	Bares/Choperias
Café e Bar Minha Terra Ltda	Rua Gonçalves Dias, 89 s 208	Bares/Choperias

Restaurante	Endereço	Tipo
Café e Bar Monte Alegre Ltda	Rua Riachuelo, 209	Bares/Choperias
Café e Bar Nayskina	Rua do Resende, 133	Bares/Choperias
Café e Bar Neves Ltda	Pç da República, 1	Bares/Choperias
Café e Bar Nícola Ltda	Rua México, 111 A	Bares/Choperias
Café e Bar Ninense Ltda	Rua do Ouvidor, 41	Bares/Choperias
Café e Bar Nossa Senhora do Rosário	Rua Tadeu Kosciusko, 99	Bares/Choperias
Café e Bar Nova América Ltda	Rua Frei Caneca, 74	Bares/Choperias
Café e Bar Pacujá Ltda	Rua Sta Luzia, 799 lj 1	Bares/Choperias
Café e Bar Pasqualino Ltda	Av. Rio Branco, 25 lj C	Bares/Choperias
Café e Bar Pontinho	Rua Santana, 73 lj A	Bares/Choperias
Café e Bar Rainha Santa Isabel Ltda	Rua do Lavradio, 156	Bares/Choperias
Café e Bar Real Confiança Ltda	Av. Passos, 53	Bares/Choperias
Café e Bar Rezende Ltda	Rua Buenos Aires, 326 lj	Bares/Choperias
Café e Bar Rio Dantas Ltda	Rua Sen Dantas, 76 B	Bares/Choperias
Café e Bar Serrador Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 24 s 206	Bares/Choperias
Café e Bar Tezouro	Rua Miguel Couto, 124 A	Bares/Choperias
Café e Bar Tondela	Rua Gal Caldwell, 324	Bares/Choperias
Café E Bar Três Nações	Av. Alm Barroso, 72 A	Bares/Choperias
Café e Bar Victor Ltda	Rua Riachuelo, 30	Bares/Choperias
Café e Bar Vila de Tondela	Rua Leandro Martins, 19	Bares/Choperias
Café e Bar Vila Morena	Rua Riachuelo, 188 lj	Bares/Choperias
Café e Bar Vinte e Cinco Ltda	Rua Br São Félix, 25	Bares/Choperias
Café e Bilhares Feirense Ltda	Pç Tiradentes, 83	Bares/Choperias
Café Literário	Rua Camerino, 51	Bares/Choperias
Cafe Mercadores	Rua do Ouvidor, 21	Bares/Choperias
Café Thalia	Pç Tiradentes, 17	Bares/Choperias
Carioca da Gema	Av. Mem Sá, 79	Bares/Choperias
Casa da Mãe Joana	Av. Gomes Freire, 547 Sbd	Bares/Choperias
Casa Loanda	Pç Pres Aguirre Cerda, 15 lj A	Bares/Choperias
Castelinho	Pç Monte Castelo, 9	Bares/Choperias
Choperia do Papai	Rua S José, 16	Bares/Choperias
Choperia Vermelinho Miscelandia	Pç Floriano, 55 lj A	Bares/Choperias
Cia dos Galetos	Rua Álvaro Alvim, 12 A	Bares/Choperias
Colyseu	Rua Br São Félix, 108	Bares/Choperias
Confeitaria Flávia Ltda	Rua Francisco Serrador, 90	Bares/Choperias
Duna Grill Bar e Restaurante Ltda	Rua Evaristo Veiga, 24	Bares/Choperias
Ernesto	Rua do Rosário, 172 lj	Bares/Choperias
Espaço Debret	Rua Debret, 23 lj D	Bares/Choperias
Esplanada	Rua Sta Luzia, 583 lj A	Bares/Choperias
Floresta Bar Ltda	Rua Ten Possolo, 1 lj B	Bares/Choperias
Florida Bar	Pç Mauá, 9	Bares/Choperias
Galeto 183	Rua Santana, 183	Bares/Choperias
Grill One Bar e Restaurante Ltda	Av. Rio Branco, 1	Bares/Choperias

Restaurante	Endereço	Tipo
Gulozinho	Av. Nilo Peçanha, 11	Bares/Choperias
Lanches Galeria Cruzeiro	Rua Bittencourt Silva, 12	Bares/Choperias
Manoel & Juaquim	Pç João Pessoa, 7	Bares/Choperias
Miami Bar Ltda	Lgo S Francisco Paula, 26	Bares/Choperias
Monte Alegre	Rua Riachuelo, 209	Bares/Choperias
Nelson's Bar Ltda	Av. Treze Maio, 23 lj M	Bares/Choperias
Nova Capela	Av. Mem Sá, 96	Bares/Choperias
O Matos	Rua Sete de Setembro, 88 lj G	Bares/Choperias
Palmira Lanches	Rua Anfilófio Carvalho, 29 lj B	Bares/Choperias
Petro's Bar Ltda	Av. República Chile, 65	Bares/Choperias
Recanto da Lapa Bar	Rua da Lapa, 8	Bares/Choperias
Rei da Sardinha	Av. Mal Floriano, 4	Bares/Choperias
Rei dos Galetos	Rua Sen Dantas, 8 lj 5	Bares/Choperias
República Café e Bar	Rua República Líbano, 61 ap 108 sb	Bares/Choperias
Restaurante Al Kuwait	Av. Treze Maio, 23	Bares/Choperias
Rio Scenarium	Rua do Lavradio, 18 lj Lj	Bares/Choperias
Scandinavia Bar Ltda	Pç Mauá, 19 A	Bares/Choperias
Super-Bar	Pç Floriano, 55	Bares/Choperias
Suqueiro	Rua Da Assembléia, 45 A	Bares/Choperias
Toshio Sushi Bar	Av. Mem Sá, 214	Bares/Choperias
Tutti Gusti	Av. Franklin Roosevelt, 194 lj B	Bares/Choperias
Villar de Arca	PçTiradentes, 8	Bares/Choperias
Bistrô 117	Rua Miguel Couto 117, lj A	Bistrô
Bar e Restaurante Topa Tudo	Av. Mal Floriano, 120 lj	Buffets
Café Academia	Av. Pres Wilson, 203 sb 1	Buffets
Pilão de Pedra-Centro	Av. Passos, 111 sb	Buffets
Restaurante Primadonna	Av. Rio Branco, 1 gr 1	Buffets
Restaurante Vira e Volta	Rua da Alfândega, 99	Buffets
Sempre Fixe Buffet e Restaurante	Rua Candelária, 85	Buffets
Jockey Club Café 501	Av. Pres Ant.Carlos, 501 Lj A	Cafés/Cafeterias
Café Academia	Av. Pres Wilson, 203 sb 1	Cafés/Cafeterias
Café Com Pernas	Rua Buenos Aires, 93 lj B	Cafés/Cafeterias
Café Rodrigues	Tv do Ouvidor, 21 ss lj A	Cafés/Cafeterias
Cafeteria Framara Ltda	Av. Rio Branco, 1 lj A	Cafés/Cafeterias
Empório Sabor de Pecado	Av. Mal Câmara, 160 lj D	Cafés/Cafeterias
Gioconda Café	Av. Rio Branco, 185 Lj 8	Cafés/Cafeterias
Cantina do Castelo	Rua Sta Luzia, 405 sl 14	Cantinas
Cantina Vera Cruz	Rua da Quitanda, 30 lj B	Cantinas
Dalcol R Viana Com de Alimentos	Rua S José, 35 15º and.	Cantinas
Churrascaria Pampa Grill	Av. Alm Barroso, 90 Lj A	Churrascarias
Churrascaria Oásis	Rua Gonçalves Dias, 56 SLJ	Churrascarias

Restaurante	Endereço	Tipo
Klim Sucos	Rua Sta Luzia, 370 LJ	Churrascarias
Bar e Rest. Chamego do Rio	Rua Sete de Setembro, 36 sb	Churrascarias
Bar Elias	Rua Miguel Couto, 130 lj	Churrascarias
Casa Nevada	Pç Monte Castelo, 30	Churrascarias
Churrascaria Beira-Rio	Rua Evaristo Veiga, 55 B	Churrascarias
Churrascaria Biasibetti Grill	Rua do Rosário, 142	Churrascarias
Churrascaria Boi a Quilo	Av. Graça Aranha, 206 A	Churrascarias
Churrascaria Oásis-Centro	Rua Gonçalves Dias, 56 sl	Churrascarias
Churrascaria Pampa Grill	Av. Alm Barroso, 90 s 1217	Churrascarias
Dc 10	Av. Rio Branco, 120 an 3	Churrascarias
DC Grill	Av. Rio Branco, 124 ss	Churrascarias
Frango D' Oro	Rua do rosário 42	Churrascarias
La Croix	Av. Mem Sá, 249 lj A	Churrascarias
Mariam's Churrascaria	Rua do Rosário, 145	Churrascarias
Monchique-Centro	Rua da Alfândega, 53 lj	Churrascarias
Nova República	Rua Ubaldino do Amaral 41 lj	Churrascarias
Príncipe do Castello	Av. Mal Câmara, 271 lj	Churrascarias
Restaurante A Parreira do Vizeu	Rua Sr dos Passos, 73	Churrascarias
Restaurante Monchique Service	Rua Visc de Inhaúma, 62	Churrascarias
Sindicato do Churrasco	Rua Buenos Aires, 96	Churrascarias
Symbol	Av. Alm Barroso, 139	Churrascarias
Tempo Gaúcho Churrascaria	Rua Beneditinos, 22 slj	Churrascarias
Bar O Garoto do Papai	Av. Henrique Valadares, 140	Comida Caseira
Bar Ziriguidum Galeto Novo Rio	Rua Sen Dantas, 117	Comida Caseira
Broto de Feijão Restaurante e Alimentos Ltda	Rua Gonçalves Dias, 89 lj A	Comida Caseira
Café & Restaurante Magnus	Av. Beira Mar, 216 lj A	Comida Caseira
Cafe Mercadores	Rua do Ouvidor, 21	Comida Caseira
Cais dos Sabores	Av. Mem Sá, 201	Comida Caseira
Cantina do Castelo	Rua Sta Luzia, 405 sl 14	Comida Caseira
Day Trade	Rua do Ouvidor, 22	Comida Caseira
Delícia Caseira	Rua Cons Saraiva, 28 Lj A	Comida Caseira
Komamais Refeições Ltda	Rua do Mercado, 19	Comida Caseira
Kris Restaurante e Bar	Av. Graça Aranha, 19 lj A	Comida Caseira
Mana S Restaurante	Rua México, 21	Comida Caseira
MCBM Bar e Restaurante Ltda	Rua do Ouvidor, 43	Comida Caseira
Onde Canta O Sabiá Refeições	Rua Gonçalves Dias, 5	Comida Caseira
Pura Delícia	Rua Uruguaiana, 10 sl 210	Comida Caseira
Restaurante Cristiane	Rua Buenos Aires, 206 an 2e3	Comida Caseira
Restaurante Esquimó	Tv do Ouvidor, 36 lj	Comida Caseira
Restaurante Mineirinha	Av. Rio Branco, 156 lj 110 ss	Comida Caseira
Restaurante Popular	Rua Sen Pompeu, s/n	Comida Caseira
Ss 229	Rua Sete de Setembro, 229 lj	Comida Caseira

Restaurante	Endereço	Tipo
Amigos Grill	Rua do Rosário, 108 3°	Creperia
Astrodome	Rua Araújo Porto Alegre, 36 to	Culinária Alemã
Bar Brasil	Av. Mem de Sá, 90	Culinária Alemã
Bar do Ernesto	Lgo da Lapa, 41 sb	Culinária Alemã
Bar Luiz	Rua da Carioca, 39	Culinária Alemã
Ernesto	Rua do Rosário, 172 lj	Culinária Alemã
Ficha	Rua Teófilo Otoni, 126	Culinária Alemã
Restaurante Westfalia	Rua México, 70 sl 209	Culinária Alemã
Vestifalia	Rua México, 70 lj	Culinária Alemã
Al Khayam	Rua do Ouvidor, 16 lj	Culinária Árabe
Bar Elias	Rua Miguel Couto, 130 lj	Culinária Árabe
Beduíno	Av. Pres Wilson, 123 lj C	Culinária Árabe
Beirute Café	Rua Evaristo Veiga, 71	Culinária Árabe
Cais do Oriente	Rua Visc Itaboraí, 8	Culinária Árabe
Cedro do Líbano	Rua Sr dos Passos, 231	Culinária Árabe
El Gebal	Rua Buenos Aires, 328	Culinária Árabe
Mustafá	Rua S Bento, 19	Culinária Árabe
Restaurante Al Kuwait	Av. Treze de Maio, 23	Culinária Árabe
Restaurante Arábia Saudita	Rua Riachuelo, 221 lj H	Culinária Árabe
Restaurante Damasco	Rua do Rosário, 148	Culinária Árabe
Restaurante Sírio e Libanês	Rua Sr dos Passos, 217 lj	Culinária Árabe
Rio Jordão	Rua das Marrecas, 46	Culinária Árabe
Siri Mole & Cia	Av. Rio Branco, 1	Culinária Brasileira
Restaurante Bazzar Café	Av. Rio Branco, 1010	Culinária Brasileira
Aerogourmet	Av. Gal Justo, 171 lj 1	Culinária Brasileira
Água na Boca	Rua do Rosário, 80 1° and.	Culinária Brasileira
Al Amira	Rua Acre, 35 lj	Culinária Brasileira
Almoço	Rua Candelária, 85 sbl	Culinária Brasileira
Amarelinho da Saúde	Rua Br São Félix, 94	Culinária Brasileira
Amarelinho-Centro	Rua Alcindo Guanabara, 5 lj	Culinária Brasileira
Amigos Grill	Rua do Rosário, 108 3º and.	Culinária Brasileira
Arte na Mesa Bar e Restaurante	Rua Gonçalves Lêdo, 61	Culinária Brasileira
Arte Temperada	Rua Visc Itaboraí, 78	Culinária Brasileira
Asa Branca	Av. Mem Sá, 17	Culinária Brasileira
Aspargus	Rua Sen Dantas, 74 17° and.	Culinária Brasileira
Bandeirantes do Castelo	Av. Mal Câmara, 186 3ºand	Culinária Brasileira
Bar Bico Doce	Rua do Rosário, 74 lj 3	Culinária Brasileira
Bar do Ernesto	Lgo da Lapa, 41 sb	Culinária Brasileira
Bar dos Advogados	Av. Erasmo Braga, 227	Culinária Brasileira
Bar E Lanchonete Queridinha	Av. Rio Branco, 156 lj 7	Culinária Brasileira
Bar e Lanchonete Rainha	Rua Luís Camões, 4	Culinária Brasileira
Bar e Restaurante Flor de Liz	Rua Sen Pompeu, 217	Culinária Brasileira
Bar e Restaurante Taberna Minho	Rua Sen Pompeu, 43	Culinária Brasileira
Bar Mocamedes Ltda	Av. Mem Sá, 175	Culinária Brasileira

Restaurante	Endereço	Tipo
Bar Monteiro	Rua da Assembléia, 10 s 2320	Culinária Brasileira
Bar Mundo Ideal	Rua do Carmo, 56	Culinária Brasileira
Bar Novo Horizonte	Av. NS Fátima, 86 B	Culinária Brasileira
Bar Ziriguidum Galeto Novo Rio	Rua Sen Dantas, 117	Culinária Brasileira
Beco do Carmo	Rua do Carmo, 55 2º and.	Culinária Brasileira
Beirute Café	Rua Evaristo Veiga, 71	Culinária Brasileira
Bom Grill Restaurante	Rua Santana, 199	Culinária Brasileira
Bon Profit	Rua do Ouvidor, 60 lj B	Culinária Brasileira
Brasserie Europa	Rua Sen Dantas, 117 lj I	Culinária Brasileira
Cachaça do Teles	Tv do Comércio, 24	Culinária Brasileira
Café Bar E Lanchonete Dantas	Rua Sen Dantas, 117	Culinária Brasileira
Café Barrica	Pç da República, 93	Culinária Brasileira
Cafe e Bar ao Vivo	Rua S José, 14	Culinária Brasileira
Café e Bar Filosofia	Av. Pres Antônio Carlos, 54 B	Culinária Brasileira
Cafe e Bar Ibirapitanga	Rua Carlos Sampaio, 106	Culinária Brasileira
Café E Bar Três Nações	Av. Alm Barroso, 72 A	Culinária Brasileira
Café e Restaurante Magnus	Av. Beira Mar, 216 lj A	Culinária Brasileira
Cafe Mercadores	Rua do Ouvidor, 21	Culinária Brasileira
Café Rodrigues	Tv do Ouvidor, 21 ss lj A	Culinária Brasileira
Café Thalia	Pç Tiradentes, 17	Culinária Brasileira
Cala o Bico	Rua Uruguaiana, 200	Culinária Brasileira
Camarote Café	Av. República Chile, 230 2º and.	Culinária Brasileira
Cantina Gaúcha	Rua Alcântara Machado, 48 lj	Culinária Brasileira
Cantinho do Senado	Rua do Lavradio, 50	Culinária Brasileira
Carioca da Gema	Av. Mem Sá, 79	Culinária Brasileira
Casa Olana	Rua Sen Dantas, 46 A	Culinária Brasileira
Casa Velha	Rua Rodrigo Silva, 7	Culinária Brasileira
Casa Verde Restaurante Ltda	Rua Santana, 146 lj Lj	Culinária Brasileira
Casa Vieira Souto Refeições	Pç Cruz Vermelha, 9 lj 13	Culinária Brasileira
Choperia Carioca	Rua S José, 56	Culinária Brasileira
Churrascaria Xodó do Paço	Tv do Paco, 14	Culinária Brasileira
Clube do Empresário	Rua Candelária, 9 13° and.	Culinária Brasileira
Colyseu	Rua Br São Félix, 108	Culinária Brasileira
Confeitaria Colombo	Rua Gonçalves Dias, 32	Culinária Brasileira
Dan Cavalcanti	Rua Riachuelo, 184	Culinária Brasileira
Day Trade	Rua do Ouvidor, 22	Culinária Brasileira
Delight-Quitanda	Rua da Quitanda, 75	Culinária Brasileira
Delight-Rio Branco	Av. Rio Branco, 19 lj A	Culinária Brasileira
El Gebal	Rua Buenos Aires, 328	Culinária Brasileira
Emir Bar e Restaurante	Rua México, 148 A	Culinária Brasileira
Empório Sabor de Pecado	Av. Mal Câmara, 160 lj D	Culinária Brasileira
Esch Café-Centro	Rua do Rosário, 107	Culinária Brasileira
Escondidinho	Bc dos Barbeiros, s/n lj 12	Culinária Brasileira
Espadeiro	Rua México, 148 lj C	Culinária Brasileira

Restaurante	Endereço	Tipo
Filet e Folhas	Rua do Rosário, 104	Culinária Brasileira
Galeto Rio Timpanas	Av. Erasmo Braga, 278	Culinária Brasileira
Gioconda Café	Av. Rio Branco, 185 Lj 8	Culinária Brasileira
Giuseppe Grill	Rua da Quitanda, 49 lj A	Culinária Brasileira
Griff Delicias	Rua D Manuel, 18	Culinária Brasileira
Gula Gula Refeições	Rua Sen Dantas, 80 lj A	Culinária Brasileira
Gulachik	Rua Andradas, 25 lj	Culinária Brasileira
Guta s Bar e Restaurante	Rua das Marrecas, 23	Culinária Brasileira
Itahy-Centro	Rua Araújo Porto Alegre, 56 lj 2	Culinária Brasileira
Kasbec	Rua do Lavradio, 48	Culinária Brasileira
La Dorê	Rua Teófilo Otoni, 146	Culinária Brasileira
Manoel & Juaquim-Centro	Pç João Pessoa, 7 sl 101	Culinária Brasileira
Matelegal	Rua da Lapa, 135 lj	Culinária Brasileira
Memórias do Rio	Av. Gomes Freire, 289	Culinária Brasileira
Monchique	Rua da Alfândega, 53 lj	Culinária Brasileira
Monte Alegre	Rua Riachuelo, 209	Culinária Brasileira
Mr Chan-Centro	Rua Sen Dantas, 29 lj A	Culinária Brasileira
Nacional Café	Rua da Assembléia, 15 lj 5 sl 12	Culinária Brasileira
Nova Capela	Av. Mem Sá, 96	Culinária Brasileira
O Navegador	Av. Rio Branco, 180 an 6	Culinária Brasileira
Olimpus	Av. Nilo Peçanha, 38 lj	Culinária Brasileira
Palati	Rua Buenos Aires, 53	Culinária Brasileira
Panorama Mix	Rua da Assembléia, 76	Culinária Brasileira
Panorâmico 42	Rua da Assembléia, 10 an 42	Culinária Brasileira
Pilão de Pedra-Centro 2	Rua Miguel Couto, 143 lj	Culinária Brasileira
Pizzalândia Bar e Restaurante	Rua Sen Dantas, 23 A	Culinária Brasileira
Princesa da Lapa	Rua Joaquim Silva, 36 lj A	Culinária Brasileira
Princesa do Suco	Av. Mal Floriano, 148 lj	Culinária Brasileira
Rancho Inn	Rua do Rosário, 74 sb	Culinária Brasileira
República Café e Bar	Rua República Líbano, 61 ap 108	Culinária Brasileira
Restarante Galeto Castelo	Av. Franklin Roosevelt, 84 lj C	Culinária Brasileira
Restaurante Araponga Tiradentes	Rua Luís Camões, 77	Culinária Brasileira
Restaurante Colúmbia	Rua da Assembléia, 81	Culinária Brasileira
Restaurante Coração Maria	Rua Moncorvo Filho, 17 A	Culinária Brasileira
Restaurante Cosmopolita	Tv do Mosqueira, 4	Culinária Brasileira
Restaurante Douradinho	Rua Álvaro Alvim, 31 Lj A	Culinária Brasileira
Restaurante Family Prod Alimentícios	Av. Beira Mar, 406 lj D	Culinária Brasileira
Restaurante Italbar	Rua Sta Luzia, 776 A	Culinária Brasileira
Restaurante Jockey Café	Av. Pres Antônio Carlos, 501 sl	Culinária Brasileira
Restaurante Mister Kin	Rua Acre, 14	Culinária Brasileira
Restaurante Mosteiro	Rua S Bento, 13	Culinária Brasileira
Restaurante Pagé	Rua Teófilo Otoni, 190	Culinária Brasileira
Restaurante Raicoski	Av. Henrique Valadares, 148 lj	Culinária Brasileira

Restaurante	Endereço	Tipo
Restaurante Rosas	Rua Álvaro Alvim, 27	Culinária Brasileira
Restaurante Solar Tamega	Rua Sen Pompeu, 106	Culinária Brasileira
Restaurante Spinelli e Pimentel	Rua Visc de Inhaúma, 115	Culinária Brasileira
Restaurante Vinte e Oito	Rua Br São Félix, 28	Culinária Brasileira
Saara Grill	Rua Buenos Aires, 271 Lj F G H	Culinária Brasileira
Sabor e Saúde	Rua da Quitanda, 21	Culinária Brasileira
Sabor Saara	Rua Sr dos Passos, 261	Culinária Brasileira
Saladetto	Av. Rio Branco, 156 slj 322	Culinária Brasileira
Salsa & Cebolinha	Av. Gomes Freire, 517	Culinária Brasileira
Sinfonia Lanches e Sumos	Rua da Carioca, 36	Culinária Brasileira
Soft Fast	Rua Sete de Setembro, 217	Culinária Brasileira
Soft Grill	Rua da Ajuda, 35 lj D	Culinária Brasileira
Super-Bar	Pç Floriano, 55	Culinária Brasileira
Tarantino	Av. Pres Wilson, 188 lj 1	Culinária Brasileira
The Bakers-Centro	Rua do Ouvidor, 140	Culinária Brasileira
Toledo Grill	Av. Pres Wilson, 210 lj A	Culinária Brasileira
Verde Vício	Rua Buenos Aires, 22 lj	Culinária Brasileira
Via Sete	Rua Sete de Setembro, 43 Lj C	Culinária Brasileira
Yellow Submarine-1	Rua da Quitanda, 109	Culinária Brasileira
Zazariiba I	Av. Rio Branco, 156 lj 205	Culinária Brasileira
Zazariiba II	Rua Araújo Porto Alegre, 70 B	Culinária Brasileira
Estação Sushi	Rua México, 31 lj B	Culinária Chinesa
Grupo Chan	Av. Nilo Peçanha, 11 lj	Culinária Chinesa
Kotobuki-Rosário	Rua do Rosário, 102 1° and.	Culinária Chinesa
Mr Chan-Centro	Rua Sen Dantas, 29 lj A	Culinária Chinesa
Restaurante Talon	Rua Teófilo Otoni, 40 1° andar	Culinária Chinesa
Eça	Rua Sete de Setembro, 87	Culinária Contemporânea
La Sagrada Família	Rua do Rosário, 98 2° and.	Culinária Contemporânea
Pátio da Alegria Ltda	Rua Visc. Itaboraí, 8	Culinária Contemporânea
Restaurante e Bar Fim de Tarde	Rua Miguel Couto, 105 B	Culinária Espanhola
Restaurante Miron	Rua México, 41	Culinária Espanhola
Arte Temperada	Rua Visc Itaboraí, 78	Culinária Francesa
Aspargus	Rua Sen Dantas, 74 17° and.	Culinária Francesa
Astrodome	Rua Araújo Porto Alegre, 36 to	Culinária Francesa
Bistrô dos Correios	Rua Visc Itaboraí, 20	Culinária Francesa
Eça	Rua Sete de Setembro, 87	Culinária Francesa
Restaurante Spinelli e Pimentel	Rua Visc de Inhaúma, 115	Culinária Francesa
Aspargus Restaurante	Rua Sen Dantas, 74 an 17	Culinária Internacional
Atrium Del Rey Bar e Rest.	Pç XV de Novembro, 48 to	Culinária Internacional
Bar e Restaurante Nova Capela	Av. Mem Sá, 96	Culinária Internacional
Bistrô do Cais	Av. Rio Branco, 1	Culinária Internacional
Brasserie Europa	Rua Sen Dantas, 117 lj I	Culinária Internacional
Caroline Café-Centro	Rua da Assembléia, 13	Culinária Internacional

Restaurante	Endereço	Tipo
Churrascaria Galeto Bel Frango	Rua Miguel Couto, 105 lj C	Culinária Internacional
Dantas 56 Retaurante	Rua Senador Dantas, 56 lj C	Culinária Internacional
Dito & Feito-Cinelândia	Rua Álvaro Alvim, 37 gr 103	Culinária Internacional
Enoteca Uno	Av. Rio Branco, 1 pv 9	Culinária Internacional
Espaço Debret	Rua Debret, 23 lj D	Culinária Internacional
Gastrô Restaurant	Rua Buenos Aires, 100 sl 802	Culinária Internacional
Mocambo	Rua Teófilo Otoni, 24	Culinária Internacional
O Navegador	Av. Rio Branco, 180 6° and.	Culinária Internacional
Rancho Inn	Rua do Rosário, 74 sb	Culinária Internacional
Restaurante Mosteiro	Rua S Bento, 13	Culinária Internacional
Restaurante Urich	Rua S José, 50	Culinária Internacional
São Chico	Rua Visc de Inhaúma, 95 3° and.	Culinária Internacional
Sweepstake	Av. Pres Antônio Carlos, 501	Culinária Internacional
Império das Massas	Rua Acre, 94	Culinária Italiana
Aspargus	Rua Senador Dantas, 74 ,17°and	Culinária Italiana
Beirute Café	Rua Evaristo Veiga, 71	Culinária Italiana
Boca de Forno Bar e Pizzaria	Av. Alm Barroso, 91 A	Culinária Italiana
Buona Pasta Culinária Italiana	Rua Buenos Aires, 249	Culinária Italiana
Buona Pasta Restaurante Ltda	Av. Rio Branco, 1	Culinária Italiana
Café Laguiole	Rua Sete de Setembro, 63 A	Culinária Italiana
Chave de Ouro	Rua da Quitanda, 25	Culinária Italiana
Coliseu das Massas	Rua Sete de Setembro, 171	Culinária Italiana
Coliseu das Massas-Uruguaiana	Rua Uruguaiana, 141	Culinária Italiana
La Mole	Av. Graça Aranha, 182 lj A/B	Culinária Italiana
Margutta Centro	Av. Graça Aranha, 1 2ºand	Culinária Italiana
Mezzogiorno	Rua do Mercado, 51	Culinária Italiana
Osteria Dell'Angolo	Rua Teófilo Otoni, 63 lj A	Culinária Italiana
Padovano	Av. Rio Branco, 156 na 4	Culinária Italiana
Palazzotto	Rua da Alfândega, 19 lj	Culinária Italiana
Pilão de Pedra	Rua Evaristo Veiga, 19 to	Culinária Italiana
Prima Donna	Av. Rio Branco, 1 G 1508	Culinária Italiana
Restaurante do Paço Imperial	Rua Primeiro de Março, 19	Culinária Italiana
Restaurante Giuseppe	Rua Sete de Setembro, 63	Culinária Italiana
Spaghettilândia	Rua Álvaro Alvim, 21 Lj B	Culinária Italiana
Spoleto	Rua do Rosário, 140 Lj	Culinária Italiana
Spoleto-Pedro Lessa	Rua Pedro Lessa, 31 Lj A	Culinária Italiana
Spoleto-RB1	Av. Rio Branco, 1 sl 1601	Culinária Italiana
Spoleto-Saara Culinária Italiana	Rua Buenos Aires, 249 lj 1	Culinária Italiana
Tempranilho	Rua Teófilo Otoni, 147	Culinária Italiana
Trattoria Ritorna	Av. Rio Branco, 181 sl 3502	Culinária Italiana
Vulcão das Massas	Rua Evaristo Veiga, 20	Culinária Italiana
Espaço Sabor	Rua Sen. Dantas, 41 lj	Culinária Japonesa
Estação Sushi	Rua México, 31 lj B	Culinária Japonesa

Restaurante	Endereço	Tipo
Hakunsan Cater Comercio	Tv do Ouvidor, 25 lj S	Culinária Japonesa
Haruko	Rua Teófilo Otoni, 40	Culinária Japonesa
Kaiten Sushi Bar	Rua do Ouvidor, 77	Culinária Japonesa
Kotobuki-Rosário	Rua do Rosário, 102 1/ and.	Culinária Japonesa
Restaurante Ghon	Rua Joaquim Silva, 127	Culinária Japonesa
Restaurante Hakuba	Rua Buenos Aires, 45 lj	Culinária Japonesa
Restaurante Real Sushi	Rua do Rosário, 102 an 1	Culinária Japonesa
Tem Kai	Rua Sem. Dantas, 75	Culinária Japonesa
Toshio Sushi Bar	Av. Mem Sá, 214	Culinária Japonesa
Restaurante Cedro do Líbano	Rua Sr dos Passos, 231	Culinária Libanesa
Cais do Oriente	Rua Visc. Itaboraí, 8	Culinária Mediterrânea
Geraes	Rua Carlos Carvalho, 52 ap 406	Culinária Mineira
Mala e Cuia-Candelária	Rua Candelária, 92 to	Culinária Mineira
Mala e Cuia-Pres Wilson	Av. Pres Wilson, 123 lj C	Culinária Mineira
Restaurante Minas	Rua Teófilo Otoni, 127	Culinária Mineira
Trem Bom	Rua Alcântara Machado, 46 to	Culinária Mineira
Safran	Rua da Quitanda, 68 Lj B	Culinária persa
Adega Flor de Coimbra	Rua Teotônio Regadas, 34 lj A	Culinária Portuguesa
Astrodome	Rua Araújo Porto Alegre, 36 to	Culinária Portuguesa
Café e Bar Macieira	Rua Visc. de Rio Branco, 45	Culinária Portuguesa
Manoel & Juaquim	Pç João Pessoa, 7 sl 101	Culinária Portuguesa
Penafiel	Rua Sr. dos Passos, 121	Culinária Portuguesa
Quinta do Bacalhau	Rua do Teatro, 5	Culinária Portuguesa
Restaurante Caçarola	Rua do Rosário, 152	Culinária Portuguesa
Barroso INN	Av. Alm Barroso, 6 lj	Culinária Regional
Faria	Rua Teófilo Otoni, 121	Culinária Regional
Nova Constituinte	Av. Treze de Maio, 23 subsolo	Culinária Regional
República das Massas	Rua do Teatro, 3	Culinária Regional
João de Barro	Rua Visc. Inhaúma, 113	Frutos do Mar
Restaurante Rio Minho	Rua Ouvidor, 10	Frutos do Mar
Espaço Sabor	Rua Sen. Dantas, 41 lj	Frutos do Mar
Málaga	Rua Miguel Couto, 121	Frutos do Mar
Mangue Seco Bar e Restaurante	Rua do Lavradio, 23	Frutos do Mar
Margutta Centro	Av. Graça Aranha, 1 2ºand.	Frutos do Mar
Rei dos Frangos Marítimos Bar	Rua Miguel Couto, 139 A	Frutos do Mar
Restaurante Alba Mar	Pç Mal. Âncora, 184	Frutos do Mar
Restaurante Malaga	Rua Miguel Couto, 121 lj	Frutos do Mar
Restaurante Sentaí-Rei da Lagosta	Rua Br São Félix, 75	Frutos do Mar
Rio Minho	Rua do Ouvidor, 10	Frutos do Mar
Caprice Restaurante	Rua Gonçalves Lêdo, 81 lj	Galeterias
Churrasqueto Central	Av. Rio Branco, 156 lj 327 slj 2	Galeterias
Churrasqueto e Galeto Bicão	Rua Sen Dantas, 84 lj B	Galeterias
Churrasqueto Esplanada	Pç Ana Amélia, 9 B	Galeterias

Restaurante	Endereço	Tipo
Cia dos Galetos	Rua Álvaro Alvim, 12 A	Galeterias
Crack dos Galetos	Rua do Rosário, 130 lj	Galeterias
Galeteria na Aba da Lapa	Av. Gomes Freire, 589	Galeterias
Galeto 183	Rua Santana, 183	Galeterias
Galeto Avenida	Av. Pres Vargas, 962 lj B	Galeterias
Galeto Diplomata	Av. Graça Aranha, 57 lj A	Galeterias
Galeto Granfino	Rua Gonçalves Dias, 85 lj	Galeterias
Galeto Rio Timpanas	Av. Erasmo Braga, 278	Galeterias
Galeto São José	Rua S José, 54	Galeterias
Nova Ipanema	Rua S José, 54	Galeterias
Rei dos Galetos-Centro	Rua Rodrigo Silva, 36	Galeterias
Rei dos Galetos-Centro II	Rua Sen Dantas, 8 lj 5	Galeterias
Brasserie Europa	Rua Sen Dantas, 117 lj I	Grelhados
Brasserie Rosário	Rua do Rosário, 34	Grelhados
Café da Moda	Rua Gonçalves Dias, 49	Grelhados
Castelo Grelhados	Av. Franklin Roosevelt, 126 A	Grelhados
Gula Gula-Primeiro Março	Rua Primeiro de Março, 23 lj A	Grelhados
Gula Gula-Sen Dantas	Rua Sen Dantas, 80 A	Grelhados
Mercado 32	Rua do Mercado, 32	Grelhados
México Grill Restaurante	Rua México, 168 lj A	Grelhados
Tempranilho	Rua Teófilo Otoni, 147	Grelhados
Via Sete	Rua Sete de Setembro, 43lj C	Grelhados
1999 Sucos e Lanches Ltda	Rua Riachuelo, 333 lj B	Lanchonete
Ali Sucos Ltda	Av. Churchill, 97 lj A	Lanchonete
Alicentro Comestíveis Ltda	Rua Uruguaiana, 100 lj A	Lanchonete
All Sabor (Uruguaiana)	Rua Uruguaiana, 160	Lanchonete
Aquarius	Rua São José, 35 lj 130	Lanchonete
Aquárius	Rua São José, 35 lj 217	Lanchonete
Art Café	Rua Uruguaiana, 216	Lanchonete
Bagatelle Lanchonete Ltda	Rua da Conceição, 42 lj	Lanchonete
Bar dos Advogados	Av. Erasmo Braga, 227	Lanchonete
Bar e Lanches Taubaté Ltda	Rua Evaristo Veiga, 45 lj B	Lanchonete
Bar e Lanchonete 75 Ltda	Rua Sen Dantas, 75 lj D	Lanchonete
Bar e Lanchonete Queridinha	Av. Rio Branco, 156 lj 7	Lanchonete
Bar e Lanchonete Rainha	Rua Luís Camões, 4	Lanchonete
Bar e Lanchonete Safa Onça	Av. Passos, 115 lj C	Lanchonete
Bar Monteiro	Rua da Assembléia, 10 sl. 2320	Lanchonete
Bar Restaurante Grupo Chan	Rua Miguel Couto, 32 lj	Lanchonete
Barca Lanches	Pç XV de Novembro, s/n	Lanchonete
Biarritz Lanches	Pç Tiradentes, 20	Lanchonete
Bierburger	Tv do Ouvidor, 8 lj	Lanchonete
Bil Lanches Ltda	Pç Olavo Bilac, 28	Lanchonete
Bilu Lanches Ltda	Rua Miguel Couto, 35 lj A	Lanchonete

Restaurante	Endereço	Tipo
Blitz Bar Ltda	Av. Rio Branco, 185 lj 5	Lanchonete
Brotinho Centro	Rua da Conceição, 105	Lanchonete
Café Bar E Lanchonete Dantas	Rua Sen Dantas, 117	Lanchonete
Café e Bar Astorga Ltda	Pç da República, 84	Lanchonete
Café e Bar Filosofia Ltda	Av. Presidente Antônio Carlos, 54 B	Lanchonete
Café e Bar Geluda Ltda	Rua Reg Feijó, 96	Lanchonete
Café e Bar Rio Tur	Rua Santana, 150 lj	Lanchonete
Café Nobre Ltda	Rua Buenos Aires, 30	Lanchonete
Café Passos	Av. Passos, 122 lj A	Lanchonete
Café Rodrigues	Tv do Ouvidor, 21 ss lj A	Lanchonete
Cajá Mangaba	Rua Gonçalves Dias, 89	Lanchonete
Cantina Líder Ltda	Rua Debret, 7 A	Lanchonete
Capal Comércio Café Ltda	Av. Mal Floriano, 27	Lanchonete
Carmo Gallo Lanchonete Ltda ME	Av. Pres Vargas, 642 an 20	Lanchonete
Caroline Café-Centro	Rua da Assembléia, 13	Lanchonete
Cartan Lanches	Rua da Alfândega, 188 lj 4	Lanchonete
Casa da Empada-Ed. Garagem	Rua S José, 35 Qd 27	Lanchonete
Casa do Pão de Queijo	Rua Acre, 16	Lanchonete
Casa do Pão de Queijo	Rua da Quitanda, 194 lj B	Lanchonete
Casa Paladino	Rua Uruguaiana, 226	Lanchonete
Casa Sanduíches Ltda	Rua da Quitanda, 3 lj A	Lanchonete
Casa Silva Rio Lanches Ltda	Rua Uruguaiana, 56 an 4	Lanchonete
Casa Velha Lanches Ltda	Rua do Ouvidor, 52 lj	Lanchonete
Catolé Lanches Ltda	Rua Beneditinos, 10 lj A	Lanchonete
Central Rochas Lanches Ltda	Pç Cristiano Ottoni, s/n lt 24	Lanchonete
Chavantes Rio Lanches Ltda	Rua Sta Luzia, 827 lj B	Lanchonete
Chuá Lanches e Sorveteria Ltda	Rua Sete de Setembro, 88 lj C	Lanchonete
Chubby Lanchonete Ltda	Rua Buenos Aires, 324 lj 4	Lanchonete
Circuito 360 Café	Rua Riachuelo, 360 lj A	Lanchonete
Confeitaria e Lanchonete Flor Viena	Av. Mal Floriano, 13 lj	Lanchonete
Copa União Lanches Ltda	Rua Visc de Inhaúma, 84	Lanchonete
Costa, Maurício C A	Rua da Conceição, 57 lj	Lanchonete
Cote D'Azur Lanches Ltda	Rua México, 116	Lanchonete
Deli 43	Rua Gonçalves Dias, 43	Lanchonete
Diet Saúde	Rua Ramalho Ortigao, 9 lj 9	Lanchonete
Dona Empada X	Rua Uruguaiana, 10 lj B	Lanchonete
Dotes Naturais Produtos Alimentícios Ltda	Rua Sen Dantas, 117	Lanchonete
Elisem Bar e Lanchonete Ltda	RuaGal Caldwell, 276 gr 203	Lanchonete
Empada Brasil	Av. Passos, 115 lj B	Lanchonete
Escalada Lanchonete Ltda	Tv dDo Ouvidor, 9	Lanchonete
Esplanada	Rua Sta Luzia, 583 lj A	Lanchonete
Esquina X Lanches Ltda	RuaSete de Setembro, 138	Lanchonete
Estácio Lanches	Av. Pres Vargas, 642 an 16	Lanchonete

Restaurante	Endereço	Tipo
Fantástico Lanches Vida Ltda	Rua Br São Félix, 165 lj 1	Lanchonete
Farias, Maria R	Rua da Conceição, 179 to	Lanchonete
Figueiras Lanches Ltda	Pç João Pessoa, 3	Lanchonete
Florida Bar	Pç Mauá, 9	Lanchonete
Flower Lanches Ltda	Rua México, 74 lj B	Lanchonete
Fonseca, Sérgio P	Rua da Assembléia, 76 lj A	Lanchonete
Fruta Mate Suco Ltda	Rua Uruguaiana, 98 lj	Lanchonete
Galeto Diplomata	Av. Graça Aranha, 57 lj A	Lanchonete
Galeto Granfino	Rua Gonçalves Dias, 85 lj	Lanchonete
Galeto Piupiu Ltda	Tv do Ouvidor, 10	Lanchonete
Gran M R Ltda	Rua Santana, 156 lj A	Lanchonete
Grille, Márcia R C	Rua da Constituição, 66	Lanchonete
Gualberto, Dilson T	Pç Mal. Âncora, 77	Lanchonete
Heavens Saladas e Sanduíches	Rua Sta Luzia, 651	Lanchonete
Henriete Confeitaria Ltda	Lgo da Carioca, 2 lj C	Lanchonete
J V Lanches Ltda	Rua Riachuelo, 221 lj F	Lanchonete
Jockey Club Café 501 Ltda	Av. Pres Antônio Carlos, 501 lj A	Lanchonete
K W Lanches Ltda	Av. Passos, 21	Lanchonete
Kim, Dong H	Rua Primeiro Março, 10	Lanchonete
Kiskina Lanchonete	Rua Gonçalves Dias, 70 lj	Lanchonete
Lancharia Tall Ltda	Rua Primeiro Março, 18	Lanchonete
Lanches Chopin Ltda	Rua Mayrink Veiga, 4 A	Lanchonete
Lanches e Sorveteria Arcadia	Rua Sen Dantas, 84	Lanchonete
Lanches e Sucos Ponto Oito Ltda	Rua Beneditinos, 10 lj 5	Lanchonete
Lanches Galeria Cruzeiro	Rua Bittencourt Silva, 12	Lanchonete
Lanches Metrô Carioca Ltda	Rua Uruguaiana, 26 sl	Lanchonete
Lanches Planalto da Central Ltda	Pç Cristiano Ottoni, s/n lt 2	Lanchonete
Lanches Poli Tell Ltda	Rua da Assembléia, 34 lj	Lanchonete
Lanches Rossini Ltda	Rua Sete de Setembro, 136	Lanchonete
Lanches Wybs Ltda	Rua Sen. Dantas, 80	Lanchonete
Lanchonete Alvorada	Rua Miguel Couto, 30	Lanchonete
Lanchonete Aquarius Ltda	Rua S José, 35 lj 131	Lanchonete
Lanchonete Bariloche Ltda	Rua Alcindo Guanabara, 24	Lanchonete
Lanchonete Blue Ondas Ltda	Pç XV Novembro, 1	Lanchonete
Lanchonete Brasileira Dourada Ltda	Rua Miguel Couto, 105 lj A	Lanchonete
Lanchonete Bric a Brac	Av. Mal Floriano, 211	Lanchonete
Lanchonete Campeão dos Sucos	Rua Alexandre Mackenzie, 21 lj 2	Lanchonete
Lanchonete Canarias Ltda	Av. Rio Branco, 133	Lanchonete
Lanchonete e Bar Jovem Guarda	Av. Rio Branco, 156 ss 142	Lanchonete
Lanchonete e Bar Petisco do Sul	Rua Miguel Couto, 134 sl 304	Lanchonete
Lanchonete e Pastelaria Bonlanche Ltda	Rua Buenos Aires, 222 lj	Lanchonete
Lanchonete e Pastelaria China	Rua Riachuelo, 230	Lanchonete
Lanchonete e Pastelaria Festival	Rua da Alfândega, 69 lj	Lanchonete

Restaurante	Endereço	Tipo
Lanchonete e Restaurante Souza e Soares	Rua Sete de Setembro, 191	Lanchonete
Lanchonete Guloso	Rua Sem. Dantas, 80 lj B	Lanchonete
Lanchonete Hilma Bar Ltda	Av.Rio Branco, 156 lj 31	Lanchonete
Lanchonete Himan	Rua Gonçalves Lêdo, 75 lj	Lanchonete
Lanchonete Lisbolândia Ltda	Av. Pres Vargas, 590 lj	Lanchonete
Lanchonete Lúcia	Av. Gomes Freire, 176 lj C	Lanchonete
Lanchonete Manda Sucos	Rua Acre, 83 c Lj B	Lanchonete
Lanchonete Marlan	Rua Frei Caneca, 148 lj	Lanchonete
Lanchonete Natureza do Sabor	Rua Frei Caneca, 185	Lanchonete
Lanchonete Nilton King Ltda	Rua da Relação, 39 lj B	Lanchonete
Lanchonete Nimusa Ltda	Rua Carlos Sampaio, 319 lj C	Lanchonete
Lanchonete Padrão Ltda	Rua Camerino, 166	Lanchonete
Lanchonete Parque Royal Ltda	Lgo S Francisco Paula, 4	Lanchonete
Lanchonete Pontinho Ltda	Rua do Carmo, 38 lj C	Lanchonete
Lanchonete Riviera Ltda	Rua da Carioca, 11	Lanchonete
Laranjada Americana Ltda	Rua Buenos Aires, 2 lj C	Lanchonete
Laranjada Novo México Ltda	Av. Mal Floriano, 3 lj	Lanchonete
Liberta Lanchonete e Bar	Rua Teófilo Otoni, 58 A	Lanchonete
Limajac Lanches Ltda	Rua Gonçalves Dias, 84 lj A	Lanchonete
Lindorfo José e Cia Ltda	Rua Sr dos Passos, 55	Lanchonete
Lujomar Bar e Lanchonete Ltda	Rua Gal Caldwell, 241 pv 2	Lanchonete
Mange	Av. Rio Branco, 277	Lanchonete
Marisol Rio Lanches Ltda	Av. Rio Branco, 40	Lanchonete
Mate Expresso Uruguaiana Ltda	Rua Uruguaiana, 10 lj 24	Lanchonete
Max e Marques Lanches Ltda	Av. Treze Maio, 23	Lanchonete
Max e Mateus Lanches	Rua Uruguaiana, s/n bx 97a	Lanchonete
Mega Mate	Rua Miguel Couto, 23	Lanchonete
Mega Mate	Av. Rio Branco, 50 lj A	Lanchonete
Mello, Ercia V	Av. Mal Floriano, 37 lj	Lanchonete
Mister Forno	Rua S José, 35 lj 120	Lanchonete
Mister Sucos	Rua Sete de Setembro, 55 lj B	Lanchonete
Montreal Lanches Ltda	Rua Sen Dantas, 117 lj E	Lanchonete
Mr Blitz Lanches e Sucos Ltda	Av. Rio Branco, 185 ss lj S	Lanchonete
Mug Lândia Confeitaria e Lanches Ltda	Rua Sta Luzia, 799 A	Lanchonete
Neuza Vieira da Costa Soares Bar e Lanchonete	Rua Morais e Vale, 51	Lanchonete
Ocean Drive Lanchonete Ltda	Rua da Carioca, 27 lj A	Lanchonete
Oljur's Lanches	Av. Rio Branco, 120 lj 17	Lanchonete
Onde Canta O Sabiá Refeições	Rua Gonçalves Dias, 5	Lanchonete
Paiva, Francisco M	Rua Sta Luzia, 405 lj B	Lanchonete
Palmira Lanches	Rua Anfilófio Carvalho, 29 lj B	Lanchonete
Parador Café	Rua Uruguaiana, 55 qq 1	Lanchonete

Restaurante	Endereço	Tipo
Pinto Neto, Antônio A	Tv do Ouvidor, 16 lj	Lanchonete
Pioneiro Sucos	Av. Treze Maio, 23 lj B	Lanchonete
Pratas Grill	Tv do Ouvidor, 12	Lanchonete
Princesa da Lapa	Rua Joaquim Silva, 36 lj	Lanchonete
Princesa do Suco	Av. Mal Floriano, 148 lj	Lanchonete
Real Time Sucos Ltda ME	Av. Mal Floriano, 48 A	Lanchonete
Rebello, Cléber S	Rua do Rosário, 113 lj B	Lanchonete
Red Ríver Lanches Ltda	Av. Rio Branco, 40 lj 40	Lanchonete
Rei do Mate	Av. Mal Floriano, 37	Lanchonete
Rei do Mate	Rua do Rosário, 141 lj B	Lanchonete
Rei do Mate	Rua Sete de Setembro, 204	Lanchonete
Rei dos Sucos	Rua Alexandre Mackenzie, 54 lj	Lanchonete
Rei dos Sucos	Rua Sta Luzia, 342	Lanchonete
Rei dos Sucos	Rua Uruguaiana, 66	Lanchonete
Restaurante Mineirinha	Av. Rio Branco, 156 lj 110 ss	Lanchonete
Restpar Alimentos Ltda-Giraffas	Av. Rio Branco, 12 an 15	Lanchonete
Ricardo, Manuel	Rua Sr dos Passos, 67	Lanchonete
Rio 2006 Lanchonete Ltda ME	RuaVisc de Inhaúma, 84 lj C	Lanchonete
Rocha, Antônio R	Rua da Alfândega, 381	Lanchonete
Rocha, Antônio T	Rua Miguel Couto, 35 lj A	Lanchonete
Roma III Bar e Lanchonete Ltda	Av. Henrique Valadares, 3 lj C	Lanchonete
Sabor Perfeito	Rua Riachuelo, 221 lj F	Lanchonete
Salsa e Hortelã Comida Árabe	Av. Erasmo Braga, 278 lj A	Lanchonete
Salty and Sweet Ltda	Rua Sen. Dantas, 75 lj B	Lanchonete
Sindicato Kibe Sucos Lanches	Av. Mal Floriano, 39	Lanchonete
Sinfonia Lanches e Sumos	Rua da Carioca, 36	Lanchonete
Sucomania	Rua Visc. de Inhaúma, 81 lj A	Lanchonete
Sucomania	Av. Treze de Maio, 45 lj A	Lanchonete
Sucomania	Av. Mal Floriano, 13 A	Lanchonete
Sucos e Lanches Jeitosinha Ltda	Av. Pres Vargas, 633	Lanchonete
Super Sucos	Lgo da Carioca, 2 lj C	Lanchonete
Super Sucos	Av. Rio Branco, 156 ss lj 114	Lanchonete
Suqueiro	Rua da Assembléia, 45 A	Lanchonete
Televisão Ponto Azul Ltda	Rua do Passeio, 70 lj 1	Lanchonete
Top Light Lanchonetes Ltda	Rua Mayrink Veiga, 32 lj	Lanchonete
Tops Lanches Ltda	Pç Cristiano Ottoni, s/n lj 13 to	Lanchonete
Trem Bom	Rua Alcântara Machado, 46 to	Lanchonete
Tutti Fruti	Av. Rio Branco, 45	Lanchonete
Uno e Due	Rua Sen. Dantas, 117 lj E	Lanchonete
Vicader Lanchonete Ltda	Av. Erasmo Braga, 278 bx 1	Lanchonete
Vida Light	Av. Rio Branco, 100 an 6	Lanchonete
Viena Star Lanches Ltda	Av. Treze Maio, 23	Lanchonete
Vitória Lanches Ltda	Rua Gonçalves Dias, 16 B	Lanchonete
Wei, Chan L	Rua Uruguaiana, 160 lj 160	Lanchonete

Restaurante	Endereço	Tipo
Xuazão Confeitaria Sorveteria	Rua Sr dos Passos, 189	Lanchonete
Yellow Bar Lanchonete Ltda	Rua da Quitanda, 30	Lanchonete
Sabor Saúde	Rua da Quitanda, 21	Naturais
Associação Macrobiótica	Pç Mahatma Gandhi, 2 sl 104 slj	Naturais
Balanceado	Rua Buenos Aires, 27	Naturais
Cheio de Vida	Av. Treze Maio, 33 slj 416	Naturais
Gohan	Rua Joaquim Silva, 127	Naturais
Metamorfose	Rua Sta Luzia, 405 ap 207	Naturais
Natural Time	Av. Mal. Floriano, 137	Naturais
Verde Vício	Rua Buenos Aires 22 lj	Naturais
Sabor Saúde	Rua da Quitanda, 21	Naturais
Gula Brasileira Comércio de Alimentos	Rua do Teatro, 3	Pizzarias
Esconderijo da Pizza	Rua Conceição, 31 B	Pizzarias
Pizza Mille	Rua do Ouvidor, 161 , quiosque	Pizzarias
Arte das Massas	Rua da Quitanda, 95	Pizzarias
Bar do Ernesto	Lgo Da Lapa, 41 sb	Pizzarias
Boca de Forno Bar e Pizzaria	Av. Alm Barroso, 91 A	Pizzarias
Fattore Di Pizza	Rua do Rosário, 149	Pizzarias
Home Pizza	Rua Tadeu Kosciusko, 87 lj A	Pizzarias
Mister Pizza	Rua da Quitanda, 50 an 6	Pizzarias
Nova República	Rua Ubaldino Amaral, 41 lj	Pizzarias
Parmê-Rosário	Rua do Rosário, 149	Pizzarias
Pizza Mille-Centro	Rua do Ouvidor, 161 slj 105	Pizzarias
Pizza na Hora	Av. Erasmo Braga, 278-	Pizzarias
Pizza Parioli Ltda	Rua México, 107 lj G	Pizzarias
Pizza Vip	Rua Riachuelo, 176 lj C	Pizzarias
Pizzalândia Bar e Restaurante	Rua Sen. Dantas, 23 A	Pizzarias
Pizzaria Cinco Estações Ltda	Rua do Rosário, 149	Pizzarias
Pizzaria Odeon	Pç Mahatma Gandhi, 2 A	Pizzarias
Rick	Rua S José, 35	Pizzarias
Sabor Perfeito	Rua do Riachuelo, 221 Lj F	Pizzarias
Delírio Tropical	Rua Sta Luzia, 762	Saladas
Bistrô do Paço	Pç 15 Novembro, 48	Saladas
Brasserie Rosário	Rua do Rosário, 34	Saladas
Café da Moda	Rua Gonçalves Dias, 49	Saladas
Deli 43	Rua Gonçalves Dias, 43	Saladas
Delírio Tropical	Rua da Assembléia, 36 slj	Saladas
Delírio Tropical	Rua do Rosário, 135 sl 101	Saladas
Delírio Tropical	Rua Teófilo Otoni, 87 lj	Saladas
Delírio Tropical-Rosário	Rua do Rosário, 135 an 1	Saladas
Delírio Tropical-Sta Luzia	Rua Sta Luzia, 762	Saladas
Espaço Sabor	Rua Sen. Dantas, 41 lj	Saladas

Restaurante	Endereço	Tipo
Gula Gula-Primeiro Março	Rua Primeiro Março, 23 lj A	Saladas
Gula Gula-Sen Dantas	Rua Sen. Dantas, 80 A	Saladas
Mercado 32	Rua do Mercado, 32	Saladas
México Grill Restaurante	Rua México, 168 lj A	Saladas
Pilão de Pedra-Centro 1	Rua Evaristo Veiga, 19 to	Saladas
Salada In	Rua Acre, 83 lj A	Saladas
Saladetto	Av. Rio Branco, 156 slj 322	Saladas
Tempero Centro	Av. Calógeras, 7 A	Saladas
All Sabor	Rua México, 104	Saladas
Bar Restaurante Grupo Chan	Rua Miguel Couto, 32 lj	Saladas
Café e Bar Massapê	Av. Gomes Freire, 387 A	Saladas
Café e Bar Pasqualino	Av. Rio Branco, 25 lj C	Saladas
El Peso Restaurante Ltda	Rua Ten Possolo, 24 lj B	Saladas
Kasbec	Rua do Lavradio, 48	Saladas
Kilograma-Centro	Rua Riachuelo, 315 lj A	Saladas
La Croix	Av. Mem Sá, 249 lj A	Saladas
La Hocha Restaurante e Drinks	Rua do Resende, 103 lj B	Saladas
Mana Mineiro Restaurante	Rua Riachuelo, 405 lj H	Saladas
Mr. Ôpi-Alfândega	Rua da Alfândega, 91	Saladas
Natural Time	Av. Mal Floriano, 137	Saladas
Nespereira Bar e Restaurante	Rua Andradas, 127 lj A	Saladas
Pilão de Pedra	Av. Passos, 111 sb	Saladas
Restaurante Brasileirinho	Rua Evaristo Veiga, 16 lj De	Saladas
Restaurante Coqueiro Grill	Rua Alcântara Machado, 25	Saladas
Restaurante e Bar Ponto Nobre	Av. Mal Câmara, 271	Saladas
Restaurante e Lanchonete Baixo Glória	Rua Conde de Lages, 44 lj Ij	Saladas
Restaurante Gouvêa	Av. Rio Branco, 120 Slj 2	Saladas
Restaurante Italbar	Rua Sta Luzia, 776 A	Saladas
Restaurante Monchique	Rua da Alfândega, 53 lj	Saladas
Restaurante Monchique	Rua Visc. de Inhaúma, 62	Saladas
Restaurante Risado das 3 Marias	Rua Leandro Martins, 6	Saladas
Rio Sabores	Rua Primeiro Março, 17	Saladas
Sabor & Cia Restaurante e Pizzaria	Av. Mal Floriano, 48 sb	Saladas
Verdetown	Rua Teófilo Otoni, 123 lj	Saladas
Yellow Submarine	Rua Candelária, 85	Saladas
Cigar Club Bar Restaurante Ltda	Rua do Rosário, 107	Steak House
Steak House	Rua Buenos Aires, 20	Steak House
Green Restaurante	Rua do Carmo, 38 slj	Vegetarianos
Health"S Senador Dantas	Rua Sen Dantas, 84	Vegetarianos
Reino Vegetal	Rua Luís Camões, 98 sb	Vegetarianos
Restaurante Vegetariano Beterraba	Rua da Alfândega, 25 A	Vegetarianos
Restaurante Bardana's Ltda	Pç Ana Amélia, 9 sl 0	Vegetarianos
Restaurante Vegetariano Beterraba	Rua da Alfândega, 25 A	Vegetarianos

Restaurante	Endereço	Tipo
Bob’s	Rua Riachuelo, 195 lj A	Fast Food
Bob’s Rosário	Rua do Rosário, 99 lj	Fast Food
Bob’s-Centro 1	Rua Senador Dantas, 48 na 2	Fast Food
Bob’s-Centro 2	Rua Uruguaiana, 106 B	Fast Food
Bob’s-Centro 3	Av. Rio Branco, 143 lj A	Fast Food
Bob’s-Centro 4	Pç XV de Novembro, 21 pt	Fast Food
Bob’s-Visc Inhaúma	Rua Visc. de Inhaúma, 65 lj A	Fast Food
Habib’s	Av. Pres Vargas, 534	Fast Food
McDonald's	Pç Cristiano Ottoni, s/n qd B lt 28	Fast Food
McDonald's	Av. Pres Vargas, 395 lj S	Fast Food
McDonald's	Rua do Ouvidor, 5 lj	Fast Food
McDonald's	Tv do Ouvidor, 5 lj	Fast Food
McDonald's	Av. Rio Branco, 100 lj A	Fast Food
McDonald's	Rua S José, 70 lj B	Fast Food
McDonald's	Rua Sr dos Passos, 117	Fast Food
McDonald's	Rua Uruguaiana, 7	Fast Food
McDonald's	Pç Mahatma Gandhi, 14 lj A	Fast Food
Giraffa's	Rua Sen. Dantas, 117 lj U	Fast Food

Fonte: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br, www.telelistas.net, www.centrodacidade.com.br e www.guiadasemana.com.br. Acesso em Abril, Maio e Junho de 2006.

Anexo nº 16: Valor V0 territorial por logradouro para fins de Imposto Predial Territorial Urbano na área central

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Avenida Raul Soares	Toda	4.117,97
Beco da Fidalga	Toda	4.117,97
Beco do Guindaste	Toda	4.117,97
Beco do Moura	Toda	4.117,97
Beco Ferreiros	Toda	4.117,97
Beco Musica	Toda	4.117,97
Cais do Mercado	Toda	4.117,97
Cais Pharoux	Toda	4.117,97
Ilha Fiscal	Toda	4.117,97
Lad Itapemirim	Toda	4.117,97
Ladeira do Castelo	Toda	4.117,97
Ladeira do Castelo	Toda	4.117,97
Ladeira do Seminário	Toda	4.117,97
Largo do Moura	Toda	4.117,97
Largo são Domingos	Toda	4.117,97
Morro de Santo Antonio	Toda	4.117,97
Praça Castelo	Toda	4.117,97
Praça das Virtudes	Toda	4.117,97
Praça do Castelo	Toda	4.117,97
Praça Lopes Trovâo	Toda	4.117,97
Pss Coronel Américo Fontenelle	Toda	4.117,97
Pss Heckel Tavares	Toda	4.117,97
Rua Clap	Toda	4.117,97
Rua Didimo	Toda	4.117,97
Rua Guerra Junqueiro	Toda	4.117,97
Rua Leon Simon ou Central	Toda	4.117,97
Rua Marques de Carvalho	Toda	4.117,97
Rua Trem	Toda	4.117,97
Travessa Adélia	Toda	4.117,97
Travessa Bem Te Vi	Toda	4.117,97
Travessa Bom Jesus	Toda	4.117,97
Travessa Chiquita	Toda	4.117,97
Travessa Costa Velho	Toda	4.117,97
Travessa Dom Manoel	Toda	4.117,97
Travessa São Sebastião	Toda	4.117,97
Ilha da Cobras	Toda	8.235,90
Praça dos Estivadores	Toda	8.235,90
Rua Bento Ribeiro	2/32; 1/33	8.235,90
Rua Coronel Fulgêncio	Toda	8.235,90
Rua Costa Ferreira	2/34: 1/33	8.235,90

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Rua Gustavo de Lacerda	Toda	8.235,90
Rua Visconde da Gávea	Toda	8.235,90
Avenida Fenianos	Toda	12.353,88
Avenida Goethe	Toda	12.353,88
Beco dos Carmelitas	Toda	12.353,88
Beco Teatro	Toda	12.353,88
Beco Tesouro	Toda	12.353,88
Ilha de Villegaigon	Toda	12.353,88
Largo do Caco	Toda	12.353,88
Praça Almirante Jaceguai	Toda	12.353,88
Praça Cristiano Otoni	Toda	12.353,88
Praça General Santander	Toda	12.353,88
Praça Glauce Rocha	Toda	12.353,88
Praça Sérvulo Dourado	Toda	12.353,88
Pss Vicente Celestino	Toda	12.353,88
Rua Azeredo Coutinho	Toda	12.353,88
Rua Benedito Hipólito	2/36; 1/35	12.353,88
Rua Borja Castro	Toda	12.353,88
Rua Cais Pharoux	Toda	12.353,88
Rua Camerino	53/54 ao fim	12.353,88
Rua das Graças (Bairro de Fátima)	Toda	12.353,88
Rua do Castelo	Toda	12.353,88
Rua do Verde	Toda	12.353,88
Rua Frederico Silva	Toda	12.353,88
Rua Frei Caneca	2/l62; 1/l93	12.353,88
Rua Guilherme Marconi	Toda	12.353,88
Rua Gustavo Barroso	Toda	12.353,88
Rua Irineu Marinho	Toda	12.353,88
Rua Marcílio Dias	Toda	12.353,88
Rua Marques de Pombal	Toda	12.353,88
Rua Marques Rebelo	Toda	12.353,88
Rua Moraes e Vale	Toda	12.353,88
Rua Pereira Franco	Toda	12.353,88
Rua Professor Clementino Fraga	Toda	12.353,88
Rua São Pedro	Toda	12.353,88
Rua Tadeu Kosciusko	Toda	12.353,88
Rua Taylor	2/16; 1/29	12.353,88
Rua Tenente Possolo	Toda	12.353,88
Rua Teotônio Regadas	Toda	12.353,88
Rua Vinte de Abril	Toda	12.353,88
Travessa Tinoco	Toda	12.353,88
Travessa Tocantins	Toda	12.353,88
Travessa Trajano de Carvalho	Toda	12.353,88

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Rua André Cavalcanti	2/42; 1/41	13.496,27
Avenida Henrique Valadares	Toda	16.471,82
Avenida Mem de Sá	Toda	16.471,82
Avenida Nossa Senhora de Fátima	Toda	16.471,82
Largo Jorn. Evandro Carlos Andrade	Toda	16.471,82
Praça da Cruz Vermelha	Toda	16.471,82
Praça Dom Sebastião Leme	Toda	16.471,82
Praça Duque de Caxias	Toda	16.471,82
Praça Procópio Ferreira	Toda	16.471,82
Rua Alexandre |Mackenzie	2/116; 1/117	16.471,82
Rua Barão de São Felix	Toda	16.471,82
Rua Carlos de Carvalho	Toda	16.471,82
Rua Carlos Sampaio	Toda	16.471,82
Rua Conselheiro Josino	Toda	16.471,82
Rua da Relação	Toda	16.471,82
Rua dos Arcos	Toda	16.471,82
Rua dos Inválidos	Toda	16.471,82
Rua Leandro Martins	2/58; 1/57	16.471,82
Rua Senador Euzébio	Toda	16.471,82
Rua Senador Pompeu	Toda	16.471,82
Travessa Mosqueira	Toda	16.471,82
Travessa Poetas de Calçadas	Toda	16.471,82
Avenida Gomes Freire	Toda	20.589,79
Beco da Batalha	Toda	20.589,79
Beco das Cancelas	Toda	20.589,79
Largo dos Praçinhas	Toda	20.589,79
Largo dos Praçinhas	Toda	20.589,79
Praça Card. Câmara	Toda	20.589,79
Praça João Paulo II	Toda	20.589,79
Praça João Pessoa	Toda	20.589,79
Praça Pres. Aguirre Cerda	Toda	20.589,79
Rua Adherbal Madruga	Toda	20.589,79
Rua Alexandre Herculano	Toda	20.589,79
Rua da Conceição	116/119 ao fim	20.589,79
Rua do Rezende	Toda	20.589,79
Rua do Senado	Toda	20.589,79
Rua General Caldwell	Toda	20.589,79
Rua Lavradio	Toda	20.589,79
Rua Leandro Martins	60/59 ao fim	20.589,79
Rua Mal Aguinaldo Caiado Castro	Toda	20.589,79
Rua Moncorvo Filho	Toda	20.589,79
Rua Salvador de Sá	2	20.589,79

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Rua Ubaldino do Amaral	Toda	20.589,79
Rua Washington Luis	Toda	20.589,79
Beco do Bragança	Toda	30 884,70
Beco dos Barbeiros	Toda	30 884,70
Campo de Santana	Toda	30 884,70
Ladeira da Misericórdia	Toda	30 884,70
Largo dos Bancários	Toda	30 884,70
Praça Antenor Fagundes	Toda	30 884,70
Praça Onze de Junho	2/400; 1/401	30 884,70
Rua Alcântara Machado	Toda	30 884,70
Rua Armando Sales de Oliveira	Toda	30 884,70
Rua Conselheiro Saraiva	Toda	30 884,70
Rua da Misericórdia	Toda	30 884,70
Rua Embaixador Régis de Oliveira	Toda	30 884,70
Rua Jacob do Bandolim	Toda	30 884,70
Rua Júlia Lopes de Almeida	Toda	30 884,70
Rua Reitor Azevedo Amaral	Toda	30 884,70
Rua Riachuelo	Toda	30 884,70
Rua Silva Jardim	Toda	30 884,70
Rua Teixeira de Freitas	Toda	30 884,70
Rua Visconde de Maranguape	Toda	30 884,70
Travessa Belas Artes	Toda	30 884,70
Travessa São Domingos	Toda	30 884,70
Avenida Lauro Muller	Toda	41 179,58
Avenida Pres. Kubitschek	Toda	41 179,58
Largo da Misericórdia	Toda	41 179,58
Largo Miguel Seabra Fagundes	Toda	41 179,58
Praça da Republica	Toda	41 179,58
Praça do Mercado	Toda	41 179,58
Praça Mercado Municipal	Toda	41 179,58
Praça Vinte e Dois de Abril	Toda	41 179,58
Rua Conde das Lages	Toda	41 179,58
Rua da Conceição	2/114;1/105	41 179,58
Rua da Lapa	Toda	41 179,58
Rua dos Mercadores	Toda	41 179,58
Rua Imperatriz Leopoldina	Toda	41 179,58
Rua Joaquim Silva	Toda	41 179,58
Rua Luiz de Camões	Toda	41 179,58
Rua Mestre Valentim	Toda	41 179,58
Rua Pedro I	Toda	41 179,58
Rua Vieira Fazenda	Toda	41 179,58
Rua Visconde do Rio Branco	Toda	41 179,58
Jrd Des. Vicente Piragibe	Toda	51 474,49

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Ladeira Santo Antonio	Toda	51 474,49
Ladeira São Bento	Toda	51 474,49
Largo da Lapa	Toda	51 474,49
Praça ministro Eduardo Espínola	Toda	51 474,49
Praça Nelson Gonçalves	Toda	51 474,49
Rua Pedro I	Toda	41 179,58
Praça Poeta Manuel Bandeira	Toda	51 474,49
Rua Anfilófilo de Carvalho	Toda	51 474,49
Rua Ator Jayme Costa	Toda	51 474,49
Rua Beneditinos	Toda	51 474,49
Rua Cortines Laxe	Toda	51 474,49
Rua da Constituição	Toda	51 474,49
Rua da Imprensa	Toda	51 474,49
Rua Dom Manoel	Toda	51 474,49
Rua dos Andradas	Toda	51 474,49
Rua Mayrink Veiga	Toda	51 474,49
Rua Republica do Líbano	Toda	51 474,49
Rua Santo Antônio	Toda	51 474,49
Rua Visconde de Inhaúma	Toda	51 474,49
Travessa Natividade	Toda	51 474,49
Avenida Alm. Silvio de Noronha	Toda	61 769,37
Avenida Marechal Floriano	24/39 ao fim	61 769,37
Avenida Republica do Paraguai	Toda	61 769,37
Avenida Tomé de Souza	Toda	61 769,37
Beco do Rosário	Toda	61 769,37
Passeio Público	Toda	61 769,37
Praça Ana Amélia	Toda	61 769,37
Praça Itália	Toda	61 769,37
Praça Marechal Ancora	Toda	61 769,37
Praça Quatro de Julho	Toda	61 769,37
Praça Rui Barbosa	Toda	61 769,37
Praça Senador Salgado Filho	Toda	61 769,37
Praça Tiradentes	Toda	61 769,37
Praça Virgilio Mello Franco	Toda	61 769,37
Rua Alcindo Guanabara	Toda	61 769,37
Rua da Carioca	Toda	61 769,37
Rua das Marrecas	Toda	61 769,37
Rua dom Gerardo	Toda	61 769,37
Rua dos Andradas	2/98;1/123	61 769,37
Rua Gal Molina	Toda	61 769,37
Rua Gonçalves Ledo	Toda	61 769,37
Rua João Neves da Fontoura	Toda	61 769,37
Rua Lélio Gama	Toda	61 769,37

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Rua São Bento	Toda	61 769,37
Travessa do Comércio	Toda	61 769,37
Travessa do Paço	Toda	61 769,37
Travessa Santa Luzia	Toda	61 769,37
Rua Teófilo Otoni	166/159 ao fim	67 559,91
Avenida Alfredo Agache	Toda	72 064,22
Avenida Beira Mar	2/454	72 064,22
Avenida Calógeras	Toda	72 064,22
Avenida General Justo	Toda	72 064,22
Avenida Marechal Câmara	Toda	72 064,22
Avenida Marechal Floriano	31/37	72 064,22
Avenida Passos	Toda	72 064,22
Avenida Pres. Vargas	1316/2558	72 064,22
Avenida Pres. Vargas	1263/1841	72 064,22
Largo do Paço	Toda	72 064,22
Praça do Expedicionário	Toda	72 064,22
Praça Estados Unidos	Toda	72 064,22
Praça Faculdade Moraes Junior	Toda	72 064,22
Praça Henrique Lage	Toda	72 064,22
Praça Mons. Francisco Pinto	Toda	72 064,22
Praça Quinze de Novembro	Toda	72 064,22
Rua Acre	Toda	72 064,22
Rua Álvaro Alvin	Toda	72 064,22
Rua da Quitanda	112/113 ao fim	72 064,22
Rua Debret	1/2 ao fim	72 064,22
Rua Des. Viriato	Toda	72 064,22
Rua do Mercado	Toda	72 064,22
Rua do Teatro	Toda	72 064,22
Rua Evaristo da Veiga	Toda	72 064,22
Rua Heitor de Melo	Toda	72 064,22
Rua Manoel de Carvalho	Toda	72 064,22
Rua Miguel Couto	92 ao fim	72 064,22
Rua Miguel Couto	105 ao fim	72 064,22
Rua Ramalho Ortigão	Toda	72 064,22
Rua Santa Luzia	Até 376/405	72 064,22
Rua Teófilo Otoni	160/164;151/157	72 064,22
Rua Visc. de Itaboraí	Toda	72 064,22
Sem nome R F Roosevelt	Toda	72 064,22
Avenida Churchil	Toda	82 359,16
Largo Santa Rita	Toda	82 359,16
Rua Araújo Porto Alegre	Toda	82 359,16
Rua Regente Feijó	Toda	82 359,16
Rua Sete de Setembro	140/163 ao fim	82 359,16

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Rua Teófilo Otoni	2/158; 1/149	82 359,16
Praça Monte Castelo	Toda	91 099,83
Avenida Franklin Roosevelt	Toda	92 654,08
Avenida Luiz de Vasconcelos	Toda	92 654,08
Avenida Marechal Floriano	22 a 29	92 654,08
Avenida Pres. Vargas	592 a 1314	92 654,08
Avenida Pres. Vargas	585 a 1261	92 654,08
Rua Buenos Aires	58/61 ao fim	92 654,08
Rua Francisco Serrador	Toda	92 654,08
Rua Pedro Lessa	Toda	92 654,08
Rua Primeiro de Março	110/121 ao fim	92 654,08
Rua Uruguaiana	200 ao fim	92 654,08
Rua Uruguaiana	179 ao fim	92 654,08
Avenida Pres. Wilson	Toda	102 948,63
Praça Barão do Ladário	Toda	102 948,63
Praça do Monroe	Toda	102 948,63
Praça Mauá	Toda	102 948,63
Praça Olavo Bilac	Toda	102 948,63
Rua da Alfândega	121/124 ao fim	102 948,63
Rua da Candelária	68/71 ao fim	102 948,63
Rua da Quitanda	108/110	102 948,63
Rua do Passeio	2/62	102 948,63
Rua Gonçalves Dias	Toda	102 948,63
Rua México	Toda	102 948,63
Rua Miguel Couto	46/90; 55/103	102 948,63
Rua Primeiro de Março	68/108;115/119	102 948,63
Rua Santa Luzia	378/407 ao fim	102 948,63
Rua São José	2/6; 1/5	102 948,63
Rua Senhor dos Passos	Toda	102 948,63
Rua Sete de Setembro	130/138;129/161	102 948,63
Rua Uruguaiana	176/198;137/177	102 948,63
Avenida Nilo Peçanha	244; 1/31	123 538,60
Avenida Republica Chile	Toda	123 538,60
Largo São Francisco de Paula	Toda	123 538,60
Rua Buenos Aires	2/56;1/59	123 538,60
Rua Candelária	2;1/9	123 538,60
Rua da Quitanda	82/106;79/111	123 538,60
Rua do Ouvidor	112 ao fim	123 538,60
Rua do Ouvidor	109 ao fim	123 538,60
Rua do Passeio	64/68	123 538,60
Rua do Rosário	Toda	123 538,60
Rua Senador Dantas	Toda	123 538,60
Rua Uruguaiana	110/174; 57/135	123 538,60

Endereço	Numeração	Vo (R$)
Avenida Alm. Barroso	Toda	144 128,56
Avenida Pres. Vargas	2/330; 1/309	144 128,56
Avenida Pres. Vargas	482/590;463/583	144 128,56
Avenida Treze de Maio	Toda	144 128,56
Largo do Pequeno Jornaleiro	Toda	144 128,56
Praça Estado da Guanabara	Toda	144 128,56
Praça Mahatma Ganghi	Toda	144 128,56
Praça Melvin Jones	Toda	144 128,56
Rua Bitencourt da Silva	Toda	144 128,56
Rua da Candelária	4/66; 11/69	144 128,56
Rua da Quitanda	2/80; 1/77	144 128,56
Rua do Carmo	Toda	144 128,56
Rua do Ouvidor	2/110 ; 1/107	144 128,56
Rua do Passeio	70 ao fim	144 128,56
Rua do Rosário	42/ 43 ao fim	144 128,56
Rua Miguel Couto	2/44; 1/53	144 128,56
Rua Primeiro de Março	2/66 ; 1/113	144 128,56
Rua Rodrigo Silva	Toda	144 128,56
Rua Sete de Setembro	2/128;1/127	144 128,56
Rua Uruguaiana	2/108;1/55	144 128,56
Avenida Nilo Peçanha	46/33 ao fim	154 423,46
Avenida Pres. Vargas	332/480;311/461	154 423,46
Largo da Carioca	Toda	154 423,46
Praça Floriano	Toda	154 423,46
Praça Pio X	Toda	154 423,46
Rua da Ajuda	Toda	154 423,46
Rua da Alfândega	2/122; 1/119	154 423,46
Rua da Assembléia	Toda	154 423,46
Rua São José	7/8 ao fim	154 423,46
Avenida Rio Branco	2/40; 1/51	164 718,36
Avenida Rio Branco	42/52;53/65	164 718,36
Avenida Rio Branco	219 ao fim	164 718,36
Avenida Rio Branco	54/68; 67/79	185 308,15
Avenida Rio Branco	201 /217	185 308,15
Avenida Rio Branco	70/fim; 81/199	205 895,89

Fonte: Cadastro IPTU/SMF/PCRJ (dados de 2004).
Vo= unidade de 1m de frente por 36m de comprimento.

Anexo nº 17: Listagem de edificações de destaque na área central

Classe	Nome do Edifício	Endereço	Andares	Aprov. / Habite-se	Informações
AP1	Academia Brasileira de Letras	Av. Presidente Wilson, 231	29	1972/ 1978	112 vagas
AP2	Cândido Mendes	Rua da Assembléia, 10	45	1978/1981	sem vagas
AP3	Barão de Javary	Rua da Ajuda, 35	30	1968/1972	164 vagas
AP4	Bonfiglioli	Rua da Assembléia, 98	23	1981/1986	207 vagas
AP5	Frederico Bokel	Av. Rio Branco, 245	32	1964	164 vagas
AP6	Bolsa de Valores	Praça XV de Novembro, 20	13	1999	97 vagas
AP7	Candelária Corporate	Rua da Candelária, 65	22	habite-se 1996	174 vagas
AP8	Centro Empresarial Castelo Branco	Av. República do Chile, 230	30	1972	289 vagas
AP9	Centro Empresarial Cidade Nova	Av. Pres. Vargas, 3131	19	habite-se 8/6/95	500 vagas
AP10	Centro Empresarial RB1	Av. Rio Branco, 1	28	1990	739 vagas
AP11	Cidade do Carmo	Rua Sete de Setembro, 111	33	1980	384 vagas
AP12	Citibank	Rua da Assembléia, 100	29	1979/1983	sem vagas
AP13	Conde Pereira Carneiro	Av. Rio Branco, 110	42	1975	sem vagas
AP14	Presidente Wilson	Av. Pres. Antônio Carlos, 51	20	1976	sem vagas
AP15	Christian Barnard	Rua Senador Dantas, 75	30	1968	145 vagas
AP16	Generalli	Av. Rio Branco, 128	18	1935/1980	reforma
AP17	Herm Stoltz	Av. Pres Vargas, 409	22	1961	sem vagas
AP18	Jóquei Clube	Av. Nilo Peçanha, 11	14	1966	
AP19	Le Bourget / Orly	Av. Marechal Câmara, 160	19	1981	241 vagas
AP20	Lineu de Paula Machado	Av. Almirante Barroso, 52	34	1976/1980	14 elev, 1.040 m²/ pav. sem vagas
AP21	Madison Avenue Offices	Av. Graça Aranha, 182	15	1994	60 vagas
AP22	Mario Boering	Rua da Quitanda, 196	22	1995	145 vagas
AP23	Martinelli	Av. Rio Branco, 108	30	1975/1981	sem vagas
AP24	Santos Dumont	Rua Santa Luzia, 651	35	1971/1975	226 vagas
AP25	São Bento	Rua São Bento, 8	20	1979	200 vagas
AP26	Manhattan Tower	Av. Rio Branco, 89	26	1992	145 vagas
AP27	Rio Metropolitan	Av. Chile, 500	30	hab. 6/12/96	535 vagas
AP28	Roberto A C dos Santos	Av. Pres Vargas, 817	30	1980	sem vagas
AP29	Vital Brasil	Av. Marechal Floriano, 19	23		92 vagas
BP1	Centro Empresarial Passeio	Rua do Passeio, 62	11	1957	
BP2	Mirante da Cidade	Rua Primeiro de Março, 23	23	1972	
BP3	Nacional	Av. Pres Vargas, 850	22		
BP4	Paço da Alfândega	Rua da Alfândega, 91	17	1976	sem vagas
BP5	Paulino Ribeiro de Campos	Praça Floriano, 51	35	1977	
BP6	Provedor Monteiro de Queiroz	Rua da Quitanda, 50	23	1975	
BP7	Centro Empresarial Rio Branco	Praça Floriano, 19	32	1975/1985	
BP8	Rodrigo Silva 26	Rua Rodrigo Silva, 26	23	1980	

Classe	Nome do Edifício	Endereço	Andares	Aprov. / Habite-se	Informações
BP9	Seguradoras	Rua Senador Dantas, 74	18	1949	premiado
BP10	Segurasil	Rua do Ouvidor, 121	28	1954 / 2001	
BP11	Ed. Mirante do Rio	Rua Conde de Lages, 44	13	1979	Construt. Sta. Isabel
AU1	Ed. Avenida Central	Av. Rio Branco, 156	33	1959	198 lj. (1061 sls.)
AU2	Ed. Marques de Herval	Av. Rio Branco, 185		1953	30s/and.misto
AU3	Ed. Santos Vahlis	Rua Senador Dantas, 117	22	1955	Misto/sem vagas
AU4	Ed. De Paoli	Av. Nilo Peçanha, 50	34	1963/1975	
AU5	Ed. Darke	Rua Treze de Maio, 23	28	1942	
AU6	Ed. Empresarial Largo da Carioca	Rua Uruguaiana, 10	17	1974	Sergio Dourado
AU7	Ed. Itu	Rua Treze de Maio, 47	26		S=23.27m², misto
AU8	Ed. Pres.Kennedy	Av. Presidente Vargas, 633	23	5/2/1970	
AU9	ed Cidade do Rio de Janeiro	Rua Alm. Barroso, 63	30	1955	garagem 63A
AU10	Ed. Lisboa	Av. Pres. Vargas, 590	22	hab.17/7/63	sem vagas
AU11	Ed. Portugal	Av. Franklin Roosevelt, 39	15	1946	misto
AU12	Ed. Capital	Av. Alm. Barroso, 6	22	1944	misto
AU13	Ed. Nogales	Rua México, 119	21	hab. 27/12/57	
AU14	Ed. Corrfa	Av. Pres. Vargas, 583	22	1955	
AU15	Ed. Senador Dantas	Rua Evaristo da Veiga, 35	18	1944	misto
AU16	Ed. Patrimônio	Praça Olavo Bilac, 28	21	p.1968	c/ vagas JB Imóveis
AU17	Ed. Central Treze de Maio	Rua Treze de Maio, 33			
AU18	Ed. Municipal	Rua Treze de Maio, 13	29	1946	
AU19	Ed.IASA II	Av. Pres. Vargas, 542	22	1946	
AU20	Ed. Anglia	Rua Alcindo Guanabara, 24	18	1956	
AU21	Ed. Masson	Rua Sete de Setembro, 92	24	p.1975/hab.1980	G.A.Fernandes
AU22	Ed. Palácio Mercantil	Av. Pres. Vargas, 482	22	1946	Const S. Isabel
AU23	Ed. Século Frontin	Av. Rio Branco, 181	36	p.1973	
AU24	Ed. Rex	Rua Alvaro Alvin, 37		1932	
AU25	Ed. Tampico	Rua México, 111	21		8 salas/andar
AU26	Ed. Monte Castelo	Rua Erasmo Braga 227			
AU27	Ed. Erasmo Braga	Trav. Paço, 23			misto
AU28	Ed. Beton	Rua da Quitanda, 19	12 e sl.	hab.30/8/66	
AU29	Ed. Sisalmex	Rua México, 70	12		
AU30	Ed. Paraná	Rua Visc.de Inhaúma, 134	21	1943	
AU31	Ed. Alm. Barroso	Rua Alm Barroso, 90			
AU32	Ed. São Borja	Av. Rio Branco, 277	18	1943	Brasília Imobiliária
AU33	Ed. Antonio Severo	Rua Anfilófilo de Carvalho, 29	15	1957	
AU34	Edificio Odeon	Praça Manhatma Ghandi, 2		1926	
AU35	Ed. Buenos Aires	Rua Buenos Aires, 93	12	p.1977	
AU36	Ed. Lana	Av. Franklin Roosevelt, 23	15	1956	24 transf. resid/com
AU37	Ed Centro Rio	Rua Don Gerardo, 63	22	p.1968	

Classe	Nome do Edifício	Endereço	Andares	Aprov. / Habite-se	Informações
AU38	Ed. Rio Branco257	Av. Rio Branco, 257	20	p.1942/hab.1945	
AU39		Rua Uruguaiana, 39	24		LA S.A
AU40	Ed. Mayapan	Av. Alm.Barroso, 91	12	p.1938	
AU41	Ed. Rio Branco 133	Av. Rio Branco, 133	21	p.1957/1958	
AU42	Ed.L	Rua Nilo Peçanha, 155	11	1954	
AU43	Ed. Santo Ângelo	Rua da Quitanda, 30	13	p.1944	20 salas/andar
AU44	Ed.Intercap	Rua da Assembléia, 93	21		
AU45	Ed. Comércio e Indústria	Av. Rio Branco, 123	12	p.1954	
AU46	Ed. Rio Branco 45	Av. Rio Branco, 45	26	p.1976	
AU47	Ed. Maxime	Av. Passos, 115	16	p.1960/hab.1969	
AU48	Ed. Inconfidentes	Av. Graça Aranha, 19	12	hab.10/5/40	uso exclusivo
AU50	Santa Casa	Av. Rio Branco, 157	15	p.1939	11sl/andar
PP1	Marques do Lavradio – T.R.E.	Rua do Lavradio, 132	11	hab.2004	387 vagas
PP2	Petrobrás	Av. República do Chile, 65	25 e 2 ss.	1969	22+L+ss+SL
PP3	BNDES	Av. Rep. do Chile, 100	23	1974	
PP4	CEF	Av. Rio Branco, 174		Petição 7160/16	
PP5	BB	Rua Senador Dantas, 105	42	1981	360 vagas
PP6	Correios	Av. Pres. Vargas, 3077		hab.26/4/79	
PP7	Justiça Federal	Av. Rio Branco, 241	15		360 vagas
PP8	Fórum	Av. Erasmo Braga, 115			
PP9	IRB Instituto de Resseguros	Av. Marechal Câmara, 171			
PP10	Banco Central	Av. Presidente Vargas, 730	32	1976	
PP11	Ibama	Praça XV de Novembro, 42			
PE1	Souza Cruz	Rua da Candelária, 66	12	1960	
PE/AP2	Barão de Mauá	Av. Graça Aranha, 26	21	1983	50 vagas
PE3	White Martins	Rua Mayrink Veiga, 9	31	1975	
PE4	Firjan	Av. Graça Aranha, 1	13	1992/ 28/4/95	
N1	Torres Almirante	Av. Alm Barroso, 81	36	2004	
N2	Ventura Corporate Towers	Av. República do Chile, 330	36	2006	
N3	Hotel Mercure	Rua Silva Jardim, 32	15	concluindo	160 vagas
N4	Projeto Prédio	Av. Pres. Vargas, 2555	18 pav. e 5 ss	2001	612 vagas
N5	Projeto Hotel	Av. Marechal Câmara 280	10	2004	37 vagas
R1	Visconde de Itaboraí	Av. Rio Branco, 65	20	1954	sem vagas
R2	Centro Empres. Amadeus Mozart	Praça Floriano, 55	10	reforma 2000	sem vagas
R3	Centro Empresarial RB53	Av. Rio Branco, 53	22	/1958	200 vagas
R4	Cinema Palácio	Rua do Passeio, 38	2	1906/ 2005	
R5	Ed. Mesbla	Rua do Passeio, 42 a 46		1934	Mesbla
R6	Conselheiro Diogo Machado	Rua do Acre, 15	15		
R7	A Noite	Praça Mauá, 7	22	1928	sem vagas

Classe	Nome do Edifício	Endereço	Andares	Aprov. / Habite-se	Informações
R8	Edifício Francisco Serrador	Rua do Passeio, 14 a 16		1940	Hotel Serrador
R9	Maison Monroe	Praça Floriano, 57	10		Prentice
R10	Ed. Standard (Esso)	Av. Beira Mar, 118	12	1935	IBMEC por 15 anos
R11	Hotel Plaza	Rua do Passeio, 78	13	1934	São Marcos Eng.
R12	Ed. Rivoli (Cine Vitória)	Rua Senador Dantas, 45	12	1939	
R13	Ed. Cardeal Arcoverde	Rua São José, 90	22	1950	
R14	Hotel Othon	Av. Beira Mar, 280			
R15	Shopping Vertical	Rua Sete de Setembro, 48	12		
R16	Hotel Guanabara	Av. Pres. Vargas, 392	23	1945	
R17	Ed. Bozzano Simonsen	Av. Rio Branco, 138	22	1938/2003	sem vagas/retrofit
R18	Ed. Sulacap	Rua da Alfândega, 41			
E1	ESDI	Rua Evaristo da Veiga			
E2	Aeroporto	Pç Salgado Filho s/n			
E3	T R E	Rua Primeiro de Março, 23			
E4	MAM	Infante D Henrique s/n		1956	
E5	Garagem subterrânea	Pç. Virg. de Melo Franco	s/d.		240 vagas ou 1000
E6	Garagem subterrânea	Av. Pres. Antônio Carlos	2 ss.	2001	419 vagas
E7	Garagem subterrânea	Pç. Manhatma Gandhi	2 ss.	2002	1036 vagas
V1	F G V	Rua da Alfândega, 8			Em obras
V2	INSS /Ed. Plínio Catanhede	Av. Alm Barroso			
V3	Ed. Novo Mundo	Av. Pres. Wilson, 164			
V4	Ed. Confederal	Av. Pres. Vargas, 418	22	1944	
PI1	ABI	Rua Araújo P. Alegre, 71			MMRoberto
PI2	Banco Boavista	Pç Pio X, 118			Oscar Niemeyer
PI3	Maison de France	Av. Pres. Ant. Carlos, 58		1955	Jacques Pilon
PI4	MEC	Rua da Imprensa, 16			Marco arquitetura
PI5	Liga Bras. contra Tuberculose	Av. Alm. Barroso, 54			MMMRoberto
PI6	Ed. Edson Passos	Av. Rio Branco, 124	25	1947	Jacques Pilon
PI7	Banco Aliança	Praça Pio X, 99		1957/1962	Lúcio Costa
PI8	IPERJ	Av. Pres. Vargas, 670		1957	A. E. Riedy

Fonte: Consulta ao mercado imobiliário, anúncios e matérias de jornal e revistas, pesquisa realizada com respeito aos endereços de maior freqüência nas instalações profissionais. Elaboração própria.

Obs: A legenda consta do mapeamento realizado, distribuindo-se em: AP (Alto padrão); BP(Bom padrão); AU(Alto uso); PP(Prédio público); PE(Prédio exclusivo); N(Novo); R(Retrofit); E (Especial);V (Vazio); PI(Prédios importantes por arquitetura).

Anexo nº 18: Listagem das associações de caráter científico localizadas na área central

Associações Acadêmicas	Endereço	Telefone
Academia Brasileira Ciências	Av. Franklin Roosevelt, 84 sl. 901	2533-3479
Academia Brasileira Ciências	Rua Anfilófio Carvalho, 29	2533-3436
Academia Brasileira de Educação e Cultura Ltda-ABEC	Av. Treze de Maio, 23, 2º andar	2220-1916
Academia Brasileira de Educação e Cultura Ltda-ABEC	Av. Rio Branco, 277, 2º andar	2532-1175
Academia Brasileira de Educação e Cultura Ltda-ABEC	Rua Evaristo da Veiga, 16, s 504	2544-2045
Academia Brasileira de Letras	Av. Pres Wilson, 203 sl 101 e 231	2240-1217
Academia Brasileira de Medicina Militar	Rua Alcindo Guanabara, 25 gr 201	2240-2854
Academia Brasileira de Música	Rua da Lapa, 120, 12º andar	2292-5845
Academia Brasileira de Neurocirurgia	Rua da Quitanda, 159, 10º andar	2203-0847
Academia Brasileira de Odontologia Militar-ABOMI	Rua Alcindo Guanabara, 17, sl. 1003	2215-6302
Academia Nacional de Farmácia	Rua da Lapa, 120 sl. 606	2263-6441
Academia Nacional de Medicina	Av. Gal Justo, 365, 7º andar	2524-2034
Academia Nacional Música	Largo da Lapa, 51, 2º andar	2222-6944
Encontro do Ouvidor Fotografia	Rua da Quitanda, 79	3852-3675
Tecnoarte Instituto Cultural Tecnologia e Arte	Av. Mal Floriano, 38, s. 1009	2516-8550

Fonte: www.telelistas.net e www.telemar.com.br. Acesso em Junho de 2006.

Tabela nº 19: Associações profissionais localizadas na área central

Associações	Endereço
ASA - Associação de Servidores Ambientais	Av. Beira Mar, 406 s 1002
ASCOFERJ - Associação Com. Farmacêutico do Estado do Rio de Janeiro	Rua México, 3 an 14
Associação Agências Correios Franq. Rio de Janeiro	Rua Sen. Dantas, 117 s 1041
Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro	Av. Rio Branco, 81 an 19
Associação de Bancos do Estado Rio de Janeiro	Rua do Ouvidor, 50 an 12
Associação Bras Apoio ao Com. Integralização com o Mercosul	Rua Dom Gerardo, 46 s 804
Associação Brasileira de Inquilinos	Rua da Lapa, 120 s 609
Associação Brasileira de Vendedores Profissionais	Av. Pres Vargas, 1733 s 1203
Associação Brasileira Franchising	Rua da Candelária, 9 s 413
Associação Brasileira de Instituições Financeiras Desenvolvimento	Av. Nilo Peçanha, 50 an 11 cj 1109
Associação Casa do Artista Plástico Afro Brasileiro	Rua Joaquim Silva, 11 s 804
Associação Comercial do Rio de Janeiro	Rua da Candelária, 9
Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil	Rua Uruguaiana, 10 s 1705
Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing do RJ	Av. Rio Branco, 45 s 1304
Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 1ª Região	Av. Nilo Peçanha, 12 s 816
ASIBAMA RJ - Associação dos Servidores do Ibama do Rio de Janeiro	Pç. XV de Novembro, 42
Associação dos Trabalhadores Estaduais, Municipais e Federais	Av. Treze de Maio, 41 sb
Ateserj	Rua Sete de Setembro, 67 s 802
Cadeccon	Av. Rio Branco, 185 s 807
Câmara Comércio Indústria Brasil Alemanha	Av. Graça Aranha, 1 an 4
Câmara de Comércio Americana para o Brasil	Pç. Pio X, 15
Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria	Rua Visc. de Inhaúma, 50 s 702
Centro Comércio Café Rio de Janeiro	Rua da Quitanda, 191 an 8
Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	Rua da Lapa, 200 s 809
Confederação das Associações Com do Brasil	Rua da Candelária, 9 an 12
Conselho Regional dos Representantes do Comércio do Estado do Rio de Janeiro	Av. Graça Aranha, 416 an 4
Federação Ass. Com. Ind. Agropastoris do Estado do Rio de Janeiro	Rua do Carmo, 6 s 1206
Rede Inst. Vinc. Cap. Econ. Pol. Agr. Am. Lat. e Caribe	Av. Pres Vargas, 417 an 6
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Pç. Pio X, 119
SAARA - Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega	Av. Pres Vargas, 963 sb
SONAP Sociedade Nacional de Petróleo Ltda	Av. Beira Mar, s/n
The British Chamber Of Commerce In Brasil	Av. Graça Aranha, 1 an 4
ASDNER - Associação dos Servidores do DNER	Av. Pres Vargas, 542 S 510

Associações	Endereço
Associação de Paralisia Cerebral do Brasil	Rua Álvaro Alvim, 37 S 604
AMATRA - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro - 1ª Região	Av. Pres Wilson, 228 S 702
ASAPREVRJ Associação Aposentados e Pensionistas	Av. Rio Branco, 156 An 20º S 2021 a 2024
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina	Av. Churchill, 129 Gr 1003
Confederação Nacional do Comércio	Av. Gal. Justo, 307
ASAPREV RJ	Av. Rio Branco, 156 And 2º Sls 2021 a 2024
AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros	Av. Erasmo Braga, 115 An 4º Bl J
Fenavenpro Federação Nac Vend Propag Farmacêuticos	Rua Álvaro Alvim, 21 An 4º
ANPEF Associação Nacional Pens. Policia Federal	Av. Rodrigues Alves, 1 An 3º
ABEP Associação Brasileira Entidades Portuárias	Rua Rodrigo Silva, 8 s 401/402
Associação dos Procuradores Federais no Estado RJ	Rua Rodrigo Silva, 8 s 401/402
Associação dos Servidores da Justiça	Rua Rodrigo Silva, 8 s 401/402
Associação dos Servidores da Policia Federal	Rua Rodrigo Silva, 8 s 401/402
Associação dos Taifeiros da Armada	Rua do Acre, 55 An 5º
Caixa Assis Membros Assistência Judiciária do RJ	Rua do Carmo, 7 An 2º
Categoria Unida Sindicato Forte	Rua Sta. Luzia, 799 s 802 e 803
ANPREV Associação Nacional Procuradores	Rua Sta. Luzia, 799 s 802 e 803
Senalba Sindicato Empregados Entidades Culturais e Recreativas.	Rua Sta. Luzia, 799 s 802 e 803
Assoc. Movimento Cooperativados e Mutuários do RJ	Av. Henrique Valadares, 69 lj D
AFBNDES - Associação de Funcionários do Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social	Av. República do Chile, 100 Sl Mezanino
ASSINT - Assoc. Servidores Inst. Nacionais Tecnologia	Av. República do Chile, 100 Sl Mezanino
ABADI - Associação Brasileira Administradoras Imóveis	Rua do Carmo, 6 an 8
ABAMI - Associação Brasileira Advogados do Mercado Imobiliário	Av. Rio Branco, 135 s 504
ABEAM - Associação Brasileira Emp. Apoio Marítimo	Rua Visc. de Inhaúma, 134 s 1005
ABEP - Associação Brasileira Entidades Portuárias	Rua Rodrigo Silva, 8 an 4
ABERSAL - Associação Brasileira Extratores e Refinadores de Sal	Rua Visc. de Inhaúma, 77 an 8
ABIDIB	Av. Rio Branco, 156 s 1119
ABINEE - Associação Brasileira Indústria Elétrica Eletrônica	Av. Nilo Peçanha, 50 s 1616
ABIQUIS - Associação Brasileira Indústria Farmoquímica	Av. Calógeras, 15 an 10
ABISA - Associação Bras Indústrias Sabão em Barra	Av. Calógeras, 15 s 801
ABRACON - Associação Brasileira do Consumidor	Pç. Mahatma Gandhi, 2 s 1001
ABRADEE - Associação Bras. Distrib. Energia Elétrica	Rua da Assembléia, 10 s 3201
ABRASCA Associação Brasileira Companhias Abertas	Rua da Conceição, 105 s 1301
ABRATEC Associação Bras dos Terminais de Contêineres e Uso Público	Av. Rio Branco, 45 gr 246 l
ABRH RIO – Associação Brasileira Recursos Humanos	Av. Pres Vargas, 463 s 1101
Acbserj Ltda	Rua Sen. Dantas, 19 s 603

Associações	Endereço
ACOBAR - Associação Brasileira Constr. Barcos Seus Implementos	Av. Franklin Roosevelt, 194 s 608
Acolti - Associação Armaria Coleção Tiro	Rua do Senado, 258 an 2°
ADPERJ - Assoc. Defensores Públicos RJ	Rua do Carmo, 7 an 16°
AEPET - Associação Engenheiros Petrobrás	Av. Nilo Peçanha, 50 s 2409
AFAERJ - Associação dos Fiscais de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro	Av. Rio Branco, 277 s 610
AFAITERJ	Rua da Assembléia, 69 an 6°
AFCB - Associação Funcionários Banco Central	Av. Pres Vargas, 962 s 1105
Affercam - Associação dos Servidores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Rua Alcindo Guanabara, 24 s 512
AFIPERJ – Associação de Fiscais Contribuições Previdenciárias Estado do Rio de Janeiro	Rua da Quitanda, 30 an 12
AFISCO - Associação Fiscais Licenciamento Com. Ind. Profissionais do Município do Rio de Janeiro	Rua do Ouvidor, 108 an 1
AFISCO - Associação Fiscais Licenciamento Com. Ind. Profissionais do Município do Rio de Janeiro	Rua do Rezende, 48 sb
AFRETUR - Associação Empresas de Transporte, Fretamento, e Turismo Estado do Rio de Janeiro	Rua do Carmo, 38 an 3
Agência Reguladora Serviços Públicos Concedidos	Rua São Bento, 8 an 13
AMAR - Associação Músicos Arranjadores Regentes	Av. Rio Branco, 18 an 19
AMCOM-Associação Mov Cooperativados Mutuários RJ	Av. Henrique Valadares, 69 lj D
AMG - Associação Medicina Grupo Estado do RJ	Rua da Candelária, 79 s 401
AMURIO - Associação dos Mutuários da Cidade do RJ	Av. Pres Vargas, 463 an 18
ANBEP - Associação Nacional Beneficiários PreviBanerj	Av. Rio Branco, 156 s 2015
ANEOR - Associação Nacional Empresas Obras Rodoviárias	Av. Nilo Peçanha, 50 s 1501
ANPREV - Associação Nacional Procurad. Prev. Social	Rua Araújo Porto Alegre, 70
ANSIB - Associação Nacional Funcionários Sistema Integrado Banerj	Av. Rio Branco, 151 s 409
APAFERJ - Associação Procuradores Autarquias Federais do Estado do Rio de Janeiro	Rua Álvaro Alvim, 21 an 2°
APCEF - Associação Pessoal Caixa Econômica Federal	Av. Treze de Maio, 23 sl
APREMERJ - Associação de Prefeitos de Município RJ	Rua Alfândega, 25 s 901
APVAR - Associação dos Pilotos da Varig	Av. Franklin Roosevelt, 84 s 401
ARFOC - Associação Repórteres Fotográficos Cinematográficos RJ	Av. Treze de Maio, 23 s 2227
ASAPB - Associação Servidores da Administração Pública do Brasil	Rua Alfândega, 25 s 303
ASBRAC - Associação Brasileira Creches	Rua Conde Lages, 44 s 620
ASCB - Associação dos Servidores Civis do Brasil	Av. Rio Branco, 147 an 7°
ASDENER - Associação Servidores Departamento Nacional de Estradas Rodagem	Av. Pres Vargas, 542 gr 510
ASFEM - Associação Servidores Federais Estaduais Municipais	Rua Buenos Aires, 311 an 4°
ASPIM - Associação Nacional Servidores Pensionistas Inativos Militares	Rua do Ouvidor, 104 an 4°

Associações	Endereço
ASSERJ - Associação dos Servidores Estaduais do RJ	Rua Sen. Dantas, 71 s 1801
ASSERLUZ - Associação dos Servidores da RioLuz	Rua Frei Caneca, 148 s 203
ASSEX - Associação ExAlunos Iedê	Rua Moncorvo Filho, 90
Associação Agentes Fiscais Imp Renda Brasil	Rua Anfilófio Carvalho, 29 sl 1301
AFAITERJ - Associação Agentes de Inspeção do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro	Rua da Assembléia, 69 an 6°
Associação Antigos Alunos Politécnica	Lgo São Francisco de Paula, 1
Associação Antigos Funcionários do Banco do Brasil	Rua Araújo Porto Alegre, 64 an 7°
Associação Antigos Funcionários Sistema Integrado BANERJ	Rua Sta Luzia, 799 gr 1702
Associação Antigos Servidores BNH	Av. Pres Wilson, 164 s 607
Associação Aposentados Marinha Mercante	Rua Primeiro de Março, 39 gr 1
Associação Aposentados Participantes Eletros	Av. Pres Vargas, 962 cb 6
Associação Assistencial Brasileira Servidores Públicos	Av. Treze de Maio, 23
Associação Assistentes Jurídicos Estado do RJ	Tv do Ouvidor, 8 an 3
Associação Auditores Fiscais Tesouro Nacional	Rua Anfilófio Carvalho, 29 gr 1301
Associação Beneficente dos Subtenentes e Sargentos Bombeiros	Pç. Tiradentes, 10 s 403
ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Prev Privada.	Av. Erasmo Braga, 255 s 601
ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Prev Privada.	Rua Buenos Aires, 56 an 6 °
ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina B E Suas Esp.	Av. Churchill, 129
Associação Bras Emp Serv Informática	Av. Treze de Maio, 33 s 509
ABRAPLA - Associação Bras Ind Lam Plast Flexíveis	Av. Treze de Maio, 47 s 709
Associação Brasileira Agências Viagens Rio de Janeiro	Rua Sen. Dantas, 76 sl
ABAPI - Associação Brasileira Agentes Propriedade Industrial	Av. Franklin Roosevelt, 23 s 1305
Associação Brasileira Analistas Mercado Capitais	Av. Nilo Peçanha, 50 s 403
Associação Brasileira Analistas Mercado Capitais	Av. Rio Branco, 103 an 21°
CONAPB - Associação Brasileira Anistiados Petrobras	Av. Treze de Maio, 13 s 1515
ABAC - Associação Brasileira Armadores Cabotagem	Rua Visc Inhaúma, 134 s 1021
Associação Brasileira Armadores Navegação Interior	Rua da Quitanda, 194 sl 204
Associação Brasileira Cinematográfica	Rua México, 31
Associação Brasileira Colecionadores Armas	Av. Graça Aranha, 81 s 905
ABRASCA - Associação Brasileira Companhias Abertas	Rua da Conceição, 105 s 1301
ABIH - Associação Brasileira da Ind de Hotéis	Av. Nilo Peçanha, 12 gr 1005
Associação Brasileira das Empresas de Serviços	Av. Treze de Maio, 33 s 509
Associação Brasileira das Ind de Refrigerantes	Pç. Floriano, 19 s 2401
Associação Brasileira de Administração	Av. Treze de Maio, 44 an 3
ABM - Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais	Rua Araújo Porto Alegre, 36 s 901
Associação Brasileira de Militares de Saúde	Av. Graça Aranha, 81 s 1210
Associação Brasileira de Odontologia Seção do RJ	Rua Álvaro Alvim, 33 s 514
Associação Brasileira de Propaganda	Av. Rio Branco, 14 an 17 °

Associações	Endereço
ABDIB - Associação Brasileira Desenvolvimento Industria de Base	Av. Rio Branco, 156 s 1119
ABRACON - Associação Brasileira do Consumidor	Pç. Mahatma Gandhi, 2 s 1001
Associação Brasileira Emp Comerciais Exportadoras	Rua da Candelária, 9 s 1001
Associação Brasileira Emp Dist Asfaltos	Av. Rio Branco, 181 s 2003
Associação Brasileira Emp Software Serv Informática	Av. Treze de Maio, 33 bl A s 509
Associação Brasileira Emp Transporte Valores	Av. Rio Branco, 45 s 1407
Associação Brasileira Endodontia	Av. Rio Branco, 185 s 2006
Associação Brasileira Enfermagem	Av. Pres Vargas, 590 s 418
ABEMI - Associação Brasileira Engenharia Industrial	Av. Rio Branco, 124 an 13
ABES - Associação Brasileira Engenharia Sanitária Ambiental	Av. Beira Mar, 216 s 1103
Associação Brasileira Engenheiros Eletricistas	Av. Pres Vargas, 633 s 707
Associação Brasileira Engenheiros Rodoviários	Av. Pres Vargas, 583
Associação Brasileira Extratores Refinadores de Sal	Rua Visc Inhaúma, 77 an 8 °
Associação Brasileira Farmacêuticos	Rua dos Andradas, 96 an 10 °
Associação Brasileira Funcionários Previdência Social	Rua Álvaro Alvim, 27 an 3 s 32
Associação Brasileira Imprensa	Rua Araújo Porto Alegre, 71 an 11°
ABIC - Associação Brasileira Indústria Café	Rua Visc. de Inhaúma, 50 an 8°
Associação Brasileira Indústria Máquinas Equipamentos	Rua Sen. Dantas, 80 s 403
ABITRIGO - Associação Brasileira Indústria Trigo	Rua Sta Luzia, 651
ABITAM - Associação Brasileira Indústria Tubos Acessórios Metal	Av. Mal. Câmara, 160 s 632
Associação Brasileira Instituições Financeiras Desenvolvimento	Av. Nilo Peçanha, 50 gr 1109
Associação Brasileira Masters de Natação	Av. Treze de Maio, 23 s 739
ABOM - Associação Brasileira Ortopedia Maxilares	Rua Gal. Caldwell, 276 s 504
Associação Brasileira Perfuradores Petróleo ABRAPET	Av. Rio Branco 156,s. 1119
ABRAPA - Associação Brasileira Psicologia Aplicada	Rua Sem. Dantas, 118 s 907
Associação Brasileira Psiquiatria	Av. Pres Vargas, 435 s 1704
Associação Brasileira Química	Av. Pres Vargas, 633 s 2208
ABRASCE - Associação Brasileira Shopping Centers	Rua da Quitanda, 50 an 4°
ABTP - Associação Brasileira Terminais Portuários Privativos	Rua Sen. Dantas, 75 s 1714
Associação Brasileira Treinadores Futebol	Rua Visc. de Inhaúma, 134 s 1813
Associação Brasileira Veleiros Oceano	Rua Alcindo Guanabara, 15 s 902
Associação Controladores Arrecadação Município Rio de Janeiro	Rua Álvaro Alvim, 37
Associação Corretores Autônomos Automóveis RJ	Av. Franklin Roosevelt, 126 s 201
Associação Criadora de Gado Jersey Rio	Rua do Ouvidor, 130 s 713
Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro	Rua da Lapa, 37 sb
Associação Cronistas Esportivos Rio Janeiro	Rua da Quitanda, 45 an 4°
Associação Cronistas Turfe Rio Janeiro	Rua Evaristo da Veiga, 16 s 1603
Associação das Emissoras de Rádio televisão do Estado do Rio de Janeiro	Rua Sen. Dantas, 117 gr 1141

Associações	Endereço
Associação de Hospitais da Cidade do Rio de Janeiro	Av. Rio Branco, 257 gr 405
ADPERJ - Associação Defensores Públicos Estado do Rio de Janeiro	Rua do Carmo, 7 an 16°
Associação Defesa Ao Servidor Público	Av. Alm Barroso, 91 gr 513
ADEPOL - Associação Delegados Polícia Est Rio Janeiro	Av. Gomes Freire, 315 sl
Associação Dirigentes Entidades Públicas Estado do RJ	Av. Mal Câmara, 160 s 1006
ASABB - Associação dos Advogados do Banco do Brasil	Rua Sen. Dantas, 75 s 2601
Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central do Brasil	Av. Rio Branco, 114 an 8 °
Associação dos Aposentados e Pensionista Func Fund Publ E Fund Nacional	Av. Churchill, 109 s 404
RJAPACEF - Associação dos Aposentados e Pensionistas da CEF	Av. Alm Barroso, 6 gr 406
Associação dos Aposentados e Pensionistas Previdência Social do RJ	Av. Rio Branco, 156 gr 2021
Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado Rio Janeiro	Av. Gomes Freire, 315 s 202
Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado Rio Janeiro	Av. Gomes Freire, 315 s 308
APOSVALE - Associação dos Contribuintes Assistidos da Valia	Rua Sta Luzia, 685 an 10
Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	Av. Pres Antônio Carlos, 375 s 1201
Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	Av. Pres Vargas, 509 an 15
Associação dos Empregados do Serpro do Rio de Janeiro	Rua da Lapa, 86 s 605
Associação dos Empregados Caeeb	Av. Rio Branco, 135 s 1416
Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Vasp	Av. Franklin Roosevelt, 71 s 403
Associação dos Funcionários da Cruzeiro	Av. Franklin Roosevelt, 39 gr 1119
Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	Av. República Chile, 100 s 00
Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	Rua México, 31 s 1002
Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Habitação	Av. Treze de Maio, 23 sl
Associação dos Funcionários do IBGE	Rua Sen. Dantas, 117 s 1202
Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer	Rua Washington Luís, 9 s 1003
Associação dos Funcionários Fundação Roquette Pinto	Av. Gomes Freire, 647 s 401
AFIRB - Associação dos Funcionários Instituto Ressuguros Brasil	Av. Franklin Roosevelt, 137 an 10°
AFIRB - Associação dos Funcionários Instituto Ressuguros Brasil	Av. Mal Câmara, 160 s 402
Associação dos Funcionários Ipea	Av. Pres Antônio Carlos, 51 an 13 s 11
Associação dos Funcionários Públicos Civis	Rua Evaristo da Veiga, 16 s 1102
Associação dos Funcionários Sistema Integrado Credireal	Rua Uruguaiana, 39 an 10°

Associações	Endereço
Associação dos Funcionários Técnicos do Estado do RJ	Rua Evaristo da Veiga, 45 s 1007
Associação dos Funcionários Uni Rio Fed Uni Estado do RJ Unicred Rio Unic Central RJ	Rua do Ouvidor, 161 an 11°
Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho1ª Região	Rua México, 11 an 12°
Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho1ª Região	Av. Pres Wilson, 228 an 7
Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro	Av. Erasmo Braga, 115
Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro	Rua da Assembléia, 58 an 6
Associação dos Mot. Aut. de Táxi Q Op	Av. Alm Sílvio Noronha, 361
Associação dos Motoristas Táxi	Rua Uruguaiana, s/n
Associação dos Oficiais da Justiça e Avaliadores do Estado do Rio de Janeiro	Av. Erasmo Braga, 115
Associação dos Participantes da Fapes -BNDES	Av. República Chile, 100 sl 913
APPORTUS - Associação dos Participantes do Portus RJ	Av. Rio Branco, 37 s 404
Associação dos Peritos do Estado do RJ	Pç. Tiradentes, 9 cb 5
Associação dos Prest de Serv do Estado do Rio Grande do Sul	Rua Dom Gerardo, 64 an 6°
Associação dos Procuradores das Aut e Fund Fed do Estado do Rio de Janeiro	Rua Álvaro Alvim, 21 an 2°
Associação dos Professores Educação Física	Av. Franklin Roosevelt, 39 ap 1310
Associação dos Proprietários de Imóveis do Rio de Janeiro	Av. Graça Aranha, 226 an 2°
Associação dos Serv do Dep Nac de Estr de Rodagem	Av. Pres Vargas, 542 gr 305
Associação dos Serventuários da Justiça do RJ ASERJ	Av. Erasmo Braga, 115 s 306
ASIPERJ - Associação dos Servidores do Instit. Prev. Estado do RJ	Av. Rio Branco, 156 s 2114
Associação dos Servidores Administrativos do Brasil	Rua Sen. Dantas, 117 s 1837
Associação dos Servidores Administrativos Grande Rio	Rua da Quitanda, 47 s 303
Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Imprensa	Rua Sen. Dantas, 75 s 211
Associação dos Servidores Contratados Estado do RJ	Rua da Quitanda, 68 sl 505
ASALERJ - Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Pç. XV de Novembro, s/n s 106
Associação dos Servidores da Fundação Leão XIII	Av. Gal Justo, 275 an 4° s 411
Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho1ª Região	Av. Nilo Peçanha, 12 s 1816
Associação dos Servidores da União, do Estado e do Município	Av. Rio Branco, 173 s 301
Associação dos Servidores do Banco Central	Av. Pres Vargas, 730 an 11
Associação dos Servidores do Dner	Av. Pres Vargas, 542 gr 306
Associação dos Servidores do DnerRegional	Av. Pres Vargas, 542 s 305
Associação dos Servidores Federais Estaduais e Municipais	Rua Buenos Aires, 311 an 4°
Associação dos Servidores Funarte	Rua São José, 50 sl
Associação dos Servidores Fundação Biblioteca Nacional	Av. Rio Branco, 219 an 5°

Associações	Endereço
ASSIBAC - Associação dos Servidores Inst Brasileiro Arte Cultura	Rua São José, 50 sl
Associação dos Servidores Mun Estaduais Federais do RJ	Rua Sen. Dantas, 117 gr 316
Associação dos Servidores Púb Est e Autárquicos do RJ	Av. Treze de Maio, 33 sl 1715
Associação dos Servidores Públicos Brasileiros	Av. Pres Vargas, 309 an 9°
Associação dos Servidores Secretaria da Rec Federal	Av. Graça Aranha, 326 cj 41
ASSM - Associação dos Suboficiais E Sargentos da Marinha	Rua Dom Gerardo, 29
Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro	Rua Alcindo Guanabara, 24 s 1006
Associação dos Taifeiros da Armada	Rua Acre, 55 an 5°
Associação dos Taxistas do Largo da Carioca	Rua da Assembléia, 115
Associação dos Técnicos Em Processamento de Dados Brasil	Av. Pres Vargas, 418 gr 910
Associação dos Trabalhadores Ibge ASSIBGE	Av. Pres Wilson, 210
Associação dos Tripulantes Rio Sul	Av. Mal. Câmara, 160 s 408
Associação Empregados Cia Vale Rio Doce	Rua Sta Luzia, 405 an 2 sl 12
Associação Empregados Eletrobrás	Av. Pres Vargas, 583 s 1509
Associação Empregados Eletronuclear ASEN	Rua Teófilo Otoni, 52 s 1104
Associação Empregados Embratel RJ	Av. Pres Vargas, 962 s 610
Associação Empregados Light	Av. Mal Floriano, 199 s 904
Associação Empregados do Comércio do Rio Janeiro	Av. Rio Branco, 120 an 13
Associação Empresas Manutenção Estado do RJ	Rua México, 11 cj 601
Associação Empresas Prestadoras Serviço Estado do RJ	Rua da Candelária, 9 s 404
Associação Engenheiros Dnos	Rua da Conceição, 105 s 1806
Associação Engenheiros Ferroviários AENFER	Av. Pres Vargas, 1733 an 6°
Associação ExAlunos Cassalistas Rio Janeiro	Av. Passos, 101 s 1201
Associação ExCombatentes Brasil	Rua do Lavradio, 38
Associação Federal de Polícia	Rua Alcântara Machado, 36 s 1201
AFAERJ - Associação Fiscais Atividade Econômica Município RJ	Av. Rio Branco, 277 s 610
Associação Fiscais Rendas do Estado do Rio de Janeiro	Rua Sete de Setembro, 55 an 25°
Associação Fisioterapeutas Estado do RJ	Rua das Marrecas, 29 gr 203
Associação Geral Auxílios Mútuos Ferroviários Brasil	Av. Pres Vargas, 1733 s 209
Associação Hospitais Est Rio Janeiro	Rua dos Andradas, 96 an 13°
Associação Ind Panificação Similares Afins RJ	Pç. Tiradentes, 73 an 4 °
Associação Indústrias Trigo Estado do RJ, MG, ES, GO e MS	Rua Sta Luzia, 651 an 12°
Associação Inspetores Fiscais Municipais do Estado do Rio de Janeiro	Rua do Rezende, 48 sb
Associação Joalheiros Relojoeiros Est Rio de Janeiro	Av. Graça Aranha, 19 s 404
Associação Lojistas Foto Imagem Est Rio de Janeiro	Rua Alcindo Guanabara, 24 sl 913
Associação Lojistas Óptica	Av. Rio Branco, 135 gr 1017
Associação Magistrados Brasileiros AMB	Av. Erasmo Braga, 115 an 4 bl J
Associação Maquinistas Ferroviários AMAFER	Av. Pres Vargas, 1733 s 1109

Associações	Endereço
Associação Ministério Público do Estadoado do Rio de Janeiro	Rua Debret, 23 gr 513
Associação Nacional Anistiados Petrobras Conape	Av. Treze de Maio, 13 s 1517
Associação Nacional de Cidadania dos Serv Pens Inat E Milit	Rua do Ouvidor, 104 an 4°
Associação Nacional de Gerontologia - Seção Nacional	Av. Gal Justo, 275 s 515
Associação Nacional dos Ex-Empregados do BNH Part. Plan.	Av. Pres Wilson, 164 s 705
Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil	Rua Sen. Dantas, 75 s 2616
Associação Nacional Emp Obras Rodoviárias	Av. Nilo Peçanha, 50 s 1501
Associação Nacional Factoring	Rua Alcindo Guanabara, 24 s 710
ANDIMA - Associação Nacional Instituições Mercado Aberto	Av. República Chile, 230 an 12°
ANDIMA - Associação Nacional Instituições Mercado Aberto	Rua Uruguaiana, 10 an 24°
Associação Nacional Procuradores Previdência Social	Rua Araújo Porto Alegre, 70 s 918
Associação Nacional Representantes Comerciais do Brasil	Av. Rio Branco, 135 gr 910
Associação Nacional Servidores Previdência Social	Av. Pres Vargas, 529 s 1801
Associação Nacional Servidores Sunab	Rua México, 164 s 83
Associação Nacional Skal Brasil	Av. Alm Barroso, 63 s 2512
Assoc. Notários Registradores RJ ANOREG	Rua Ajuda, 35 an 4°
Associação Oficiais Máquinas Marinha Mercante	Av. Rio Branco, 45 s 1714
Associação Orquestra PróMúsica Rio Janeiro	Rua Joaquim Silva, 11 cb 2
Associação Ostomizados Rio Janeiro	Av. Gal Justo, 275 bl B s 318
Associação Ostomizados Rio Janeiro	Rua República Líbano, 35 an 1
Associação Para Comitês de Serviços	Rua São José, 90 s 2207
Associação Paralisia Cerebral Brasil	Rua Álvaro Alvim, 37 s 604
Associação Participantes da SistelApas	Av. Nilo Peçanha, 151 s 505
Associação Pensionistas Aposentados Caixa Econômica Federal	Av. Alm. Barroso, 6 s 403
Associação Peritos Judiciais Est Rio Janeiro	Rua México, 148 sl 705
APECEF - Associação Pessoal Caixa Econômica Federal Rio de Janeiro	Av. Treze de Maio, 23 s
APRESUL - Associação de Previdenciários e Servidores Públicos	Rua Sen. Dantas, 117 s 701
Associação PróSaúde dos Servidores da Justiça do Trabalho	Av. Nilo Peçanha, 12 s 816
Associação Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro	Rua Dom Manuel, 25 s 116 /117
Associação Professores Geólogos do Estado do Rio de Janeiro	Av. Rio Branco, 124 s Apg
Associação de Profissionais Executivos Indústria Químico Farmacêutico	Rua Gal Caldwell, 276 sl 201

Associações	Endereço
APLUB - Associação Profissionais Liberais Universitários do Brasil	Av. Rio Branco, 245 an 27 °
Associação de Profissionais Trad. Pub. Int. Cor. Jur. Estado do Rio de Janeiro	Rua da Assembléia, 93 s 2007
Associação Profissional Capitães Longo Curso Cabotagem Marinha Mercante	Av. Rio Branco, 45 s 507
Associação Profissional Chefes de Maq da Marinha Mercante	Av. Passos, 115 s 511
Associação Profissional dos Servidores IBPC	Av. Rio Branco, 46 an 5°
Associação Regional Fabricantes Papel Celulose Sudeste	Rua da Alfândega, 108 an 9°
Associação Repórteres Fotográficos Cinematográficos RJ	Av. Treze de Maio, 23 s 2227
AREERJ - Associação Representantes Editoras do Estado do Rio de Janeiro	Rua da Lapa, 180 s 1002
Associação Servidores Civis Marinha	Av. Passos, 115 s 1303
Associação Servidores Proderj	Av. Alm Barroso, 22 s 1104
SUSEP - Associação Servidores Superintendência Seguros Privados	Av. Passos, 91 s 408
Associação Social Saúde e Vida	Rua Alcindo Guanabara, 24 s 1513
Associação Turmas Of Alte Prado Maia	Av. Passos, 122 s 1101
ASTRIG - Associação Indústrias Trigo dos Estados do RJ, MG, ES, GO e MS	Rua Sta Luzia, 651
Avermes	Av. Treze de Maio, 33 s 2308
Bem Fam	Av. República do Chile, 230 an 17°
Blue Life Associação de Médicos de São Paulo	Av. Rio Branco, 181 s 2501
Caixa Assistência Procuradores Estado do RJ CAPERJ	Av. Erasmo Braga, 118 an 8°
Caixa Oficiais Corpo de Bombeiros Est Rio Janeiro	Av. Pres Vargas, 1733 s 908
CAPESESP - Caixa Pec. Assistência Prev. Serv. Fund. Serv. Saúde Pública	Av. Mal. Câmara, 160 s 735
Casa Previdenciário Serviços Anexos	Av. Nilo Peçanha, 50 gr 2113
CCR Cooperativa Trabalho Consultores e Técnicos Reunidos Ltda	Av. Mal. Câmara, 160 s 831
CUT - Central Única dos Trabalhadores	Av. Pres Vargas, 502 an 15 °
Centro Associações Criadores Estado do RJ	Av. Pres Vargas, 633
Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos	Av. Pres Antônio Carlos, 375 s 1104
Centro Capitães Marinha Mercante	Av. Rio Branco, 45 s 508
Centro Estudos Ação Em Atenção Infância Drogas	Rua da Lapa, 181 an 1°
Centronave	Rua Beneditinos, 16 an 7°
Círculo Olympio Marques	Rua da Lapa, 180 s 301
Coligação de Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro	Rua da Relação, 39 sl 201
Coligação de Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro	Rua do Senado, 65 pm 1
Conselho Federal dos Representantes Comerciais	Av. Graça Aranha, 416 s 401
CONAR - Conselho Nacional de Auto Regulamentação Publicitária	Av. Rio Branco, 14 an 17°
Conselho Nacional Associação Ex Combatentes Brasil	Pç. Dq Caxias, 25 an 3 °
Conselho Regional dos Representantes do Comércio do Estado do Rio de Janeiro	Av. Graça Aranha, 416 s 416

Associações	Endereço
Coopertransp - Cooperativa Trabalho Proprietários de Veículos de Transporte de Carga do Rio de Janeiro	Pç. Tiradentes, 10 s 804
Coopgandhi - Associação Conduções Passageiros	Pç. Mahatma Gandhi, 2
Federação Brasileira Associados Engenheiros	Av. Rio Branco, 124 an 20°
Federação Nacional Assoc. Serv. da Justiça do Trabalho	Rua México, 70 s 506
Federação Nacional Odontologistas	Av. Rio Branco, 20 an 19 °
Fundação de Seguridade Social Braslight	Av. Mal Floriano, 19 an 7 °
Grupo Assistencial dos Servidores Públicos	Rua Alcindo Guanabara, 15 cb 1001
Grupo União Irbiarios Aposentados Guia	Av. Franklin Roosevelt, 137 s 701
Instituto Brasileiro de Contadores	Av. Passos, 101 s 504
IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças	Av. Rio Branco, 156 an 4 ala C
Instituto Consuelo Pinheiro	Av. Gal Justo, 275 s 313
Instituto de Assistência Ao Futebol Brasileiro	Av. Rio Branco, 37 s 310
Instituto Panamericano Engenharia Naval	Rua Camerino, 118 an 2
Liga Amadores Brasileiros Rádio Emissão LABRE	Av. Treze de Maio, 13 s 2016
Liga Comércio Rio Janeiro	Av. Graça Aranha, 416 s 417
Liga Comércio Rio Janeiro	Rua da Alfândega, 108 lj
Livre Assistencial Securitária a Servidores Classes	Av. Pres Vargas, 583 s 1409
MODECON - Movimento em Defesa Economia Nacional	Rua Araújo Porto Alegre, 71 an 10°
Nucleopol - Núcleo Defesa dos Policiais Civis Rio de Janeiro	Av. Henrique Valadares, 3 s 201
Ordem de Jornalista do Brasil	Av. Nilo Peçanha, 12 s 1301
OSB - Ordem dos Síndicos do Brasil	Rua Riachuelo, 241 bx 35
Policlínica Militar Rio de Janeiro	Rua Moncorvo Filho, 34
SAPI - Sociedade Aposentados Participantes Fund. Itaipú	Av. Pres Vargas, 583 s 1713
SEBRAV-Sociedade Bras Assistência ao Com Varejista	Rua da Assembléia, 10 gr 2711
Sindicato Prof. Téc. Ind Nível Médio RJ	Rua da Lapa, 200 an 2 s 207
SOBRAPO - Sociedade Brasileira Pesquisa Operacional	Rua Mayrink Veiga, 32 s 601
Sociedade Brasileira de Acupuntura Médica	Rua Visc Inhaúma, 134 s 202
Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais	Av. Beira Mar, 406 s 1205
Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular	Pç. Floriano, 55 s 1201
Sociedade Brasileira de Colo Proctologia	Av. Mal Câmara, 160 gr 917
Sociedade Brasileira de Dermatologia	Rua México, 31 bl D s 204
Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia	Rua Moncorvo Filho, 90 an 2°
Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva	Rua da Lapa, 120 s 309
Sociedade Brasileira de Medicina Estética	Av. Gal Justo, 365 to
Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro	Av. Mem de Sá, 197
Sociedade de Medicina Veterinária do Estado RJ	Av. Pres Vargas, 446 s 1004
SIAS - Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade	Av. Beira Mar, 436 to
SICAM - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais	Pç. Mahatma Gandhi, 2 s 709
SICAM - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais	Rua Álvaro Alvim, 31 s 1802
Sociedade Marmífera Brasileira Ltda	Av. Graça Aranha, 206 s 503

Associações	Endereço
Sociedade Nacional de Agricultura	Av. Gal Justo, 171 an 7 °
Socinpro - Sociedade Brasileira Administração e Proteção de Direitos Intelectuais	Av. Beira Mar, 406 s 1205
SOMARJ - Sociedade de Médicos e Auditores do Rio de Janeiro	Av. Rio Branco, 116 an 5 /
SOPERJ - Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro	Rua da Assembléia, 10 s 1812
Sucesu Sociedade Usuários Informática e Telecomunicações RJ	Av. Rio Branco, 257 an 12 °
Unafisco Sindical Nasc. Aud. Fiscais da Receita Federal Delegacia Sindical RJ	Rua Debret, 23 s 403
UNASP - União Nacional Assistência Servidores Públicos	Av. Nilo Peçanha, 151
UNASTTEN - União Nacional dos Técnicos do Tesouro Nacional	Av. Treze de Maio, 47 s 1006
UNEI - União Nacional de Economiários Inativos	Av. Nilo Peçanha, 50 gr 409
UNEI - União Nacional de Economiários Inativos	Av. Rio Branco, 174 an 31°
União dos Aposentáveis e Inativos dos Correios e Telégrafos	Av. Pres Vargas, 435 s 406a
União dos Previdenciários do Brasil	Rua Imper Leopoldina, 8 s 1409
União dos Educadores	Rua dos Andradas, 29 s 808
UNAPPORTUS - União Nacional Assoc Part Portus	Av. Rio Branco, 37 an 17
União Nacional Associações Participantes Ent. Fechadas Prev. Privada Unidas	Rua Araújo Porto Alegre, 64 gr 1102
União Nacional Contribuintes Previdência Social	Rua Álvaro Alvim, 27
UNISERVI - União dos Servidores da Justiça	Rua Dom Manuel, 14
Venerável Arquiepiscopal Ordem Terceira N. S. do Terço	Rua Sr Passos, 140

Fontes: www.telelistas.com.br e telemar.com.br. Consulta em: 19 de Outubro de 2005.

Anexo nº 20: Listagem de antiquários e leiloeiros localizados na área central

Nome	Endereço	Telefone
Do Século Passado	Rua dos Inválidos, 13	9694-7319
Aglaise Antiguidades	Rua do Senado, 74	2232-5950
Antigo Lavradio	Rua do Lavradio, 20	2233-3239
Antiquário	Rua da Assembléia, 10 lj A	2531-3189
Antique Center Antiquários	Rua do Lavradio, 28 lj	2252-2669
Ao Faz Tudo Antiguidades e Consertos	Rua Visc. do Rio Branco, 17 lj	2508-7963
Arnaldo Danemberg Filho	Rua do Lavradio, 128 lj	2221-0501
Bela Holztreiger ME	Rua Reg. Feijó, 54 lj	2224-1745
Belos Tempos Móveis Decorações	Rua dos Inválidos, 55	2222-1858
Brasil Europa Móveis e Antiguidades	Av. Rio Branco, 123 s 1108	2252-3110
Cunha Antiguidades	Rua Inválidos, 41 lj A	2232-5010
De Vitas Rio Com de Antiguidades	Av. Gomes Freire, 289 lj 00	2222-7380
Delrey Móveis e Decorações	Rua do Senado, 45 lj A	2252-0039
Equinocial Antigüidades	Rua do Lavradio, 130	2232-3499
João Carvalho da Silva Neto	Rua do Lavradio, 126 lj	2508-8831
Kakareko Antiguidades	Rua Gal. Caldwell, 238	2221-2766
Lace Antiguidades	Av. Rio Branco, 156 s 1418	2262-5452
Lavradio 158 Antiguidades	Rua do Lavradio, 158 /161	2242-3342
Luiz Dantas da Silva	Rua Gonçalves Dias, 84 s 501	2221-6610
Luizandro Apolinário Guerreiro Rodrigues	Rua do Resende, 43	2232-3161
Omar Lascoski	Rua do Lavradio, 160 lj	2508-8836
Porto Velho Arte e Decoração	Rua Frederico Silva, 56 pd A	2242-5013
Brecho M Cohen Cia Ltda	Rua do Lavradio 12	22221683
Van Art Antiguidades	Rua do Senado, 35 lj B	2222-2315
Quinquilharia Brechó	Rua do Ouvidor 60, s.1214	2233-9134

Leiloeiros	Endereço	Telefone
Acir Joaquim da Costa	Av. Rio Branco, 31, 22º andar	2233-0696
Alexandre P Costa	Rua Sete de Setembro, 55 s 2601	2221-1897
Edgar de Carvalho Junior	Av. Treze de Maio, 47 s 912	2240-7858
Flavia Trota Ribeiro da Costa	Rua Sete de Setembro, 67 s 602	2221 2958
Geraldo Duarte Leiloeiro	Rua Acre, 28 s 703	2263-0751
José Kremnitzer Leiloeiro Público	Av. Churchill, 129	2262-2096
Leiloeiro de Paula	Av. Alm Barroso, 90 gr 1112	2220-7036
Leiloeiro Lemos	Av. Rio Branco, 185 s 1311	2220-1030
Leiloeiro Norma	Av. Erasmo Braga, 227 s 704	2533-7978
Lela Menaged	Av. Pres. Antônio Carlos, 607 an 3 fd	2253-3807
Luiz Tenório de Paula	Av. Alm Barroso, 90 gr 1112	2220-4217

Leiloeiros	Endereço	Telefone
Murilo Cardozo Chaves Leiloeiro	Av. Pres Antonio Carlos, 607 sl. 1002	2533-4430
Paulo Botelho	Rua Primeiro de Março, 21/5º	2509-2147
Paulo Brame	Tv. Paço, 23 s 1212	2533-4243
Roberto Schulmann	Av. Pres Antônio Carlos, 607	2532-2407
Rodrigo Lopes Portella	Av. Nilo Peçanha, 12 gr 504	2533 7248
Sandra Aor da Silva	Rua do Carmo, 6 s 1307	2532-9443
Sebastião Brigido de Lemos	Av. Rio Branco, 185 s 1311	2220-2830
Silvani das Graças Lopes Dias	Av. Treze de Maio, 13 glp 1801	2220-1461

Fonte: www.telelistas.net acessado em 29 de Abril de 2004.

Anexo n° 21: Lista de artigos de jornais e revistas pesquisados

Jornal O Globo:

1- 5/8/2001. Cerca eletrificada é a nova arma contra a violência.
2- 29/11/2001. Rio clandestino cresce 44% em 9 anos.
3- 27/12/2001. Um ianque no píer(proj. Guggenheim).
4- 10/4/2002. A linda lição da Lapa(artigo Elio Gaspari).
5- 17/4/2002. As três ameaças que caem de cima (120 imóveis em situação de risco no centro). Ver casos citados Frei Caneca 139 e Senado 46, antiga Casa Granado.
6- 5/5/2002. Jovens arquitetos mudam paisagem carioca.
7- 5/5/2002. Rua do Lavradio é inaugurada com canto lírico.
8- 23/5/2002.Prefeito cria grupo de trabalho para revitalizar o centro.
9- 1/6/2002. Atraso em programa faz ruas virarem mictórios (em 2 anos apenas 15 dos banheiros públicos foram instalados e 11 não funcionam).
10- 7/6/2002. Camelôs.
11- 21/7/2002. Prefeitura planeja obras para o ano que vem.
12- 4/8/2002.Um pacote de obras para revitalizar o centro.
13- 8/8/2002. Salas já podem virar apartamento.
14- 12/9/2002.Guggenheim começa a sair do papel.
15- 16/9/2002. Sabor da Lapa.
16- 27/9/2002. Sinal Vermelho (camelôs)
17- 13/10/2002. Débitos de IPTU serão parcelados em longo prazo para revitalizar o centro.
18- 16/10/2002. Centro histórico vai ganhar corredor iluminado.
19- 20/10/2002. Das pranchetas para o cais(Guggenheim).
20- 24/10/2002.Mudanças na zona portuária.
21- 3/11/2002. Agora é a vez dos vizinhos.
22- 4/11/2002. Caderno Prosa e Verso. Buy, buy Guggenheim, Afonso Romano de Sant' Anna.
23- 4/11/2002. Editorial. Guggenheim: perguntas. Antonio Luiz Messender.
24- 6/11/2002. Prefeitura anuncia contra-ataque a camelôs e não descarta uso da força.
25- 9/11/2002. Briga de camelôs e guardas deixam 5 feridos no centro.
26- 14/11/2002.A memória nacional tem novo endereço.
27- 21/11/2002. A miséria exposta nas ruas.
28- 29/11/2002. Guardas e camelôs voltam a se enfrentar no centro.
29- 1/12/2002. O mau cheiro que denuncia a falta de educação.
30- 7/12/2002. Camelôs usam pânico como tática.
31- 1/2/2003. Ajuda bem-vinda (Guggenheim)
32- 19/3/2003. Novidades na vida cultural no centro. Palácio Gustavo Capanema será revitalizado. Funarte retoma projetos e MNBA receberá simpósios.
33- 12/4/2003. Rio antigo entra em debate em junho.
34- 25/4/2003. Recreio é o bairro onde mais se constrói.
35- 23/5/2003. Ruas da zona portuária vão ser reurbanizadas.
36- 2/6/2003. Tolerância zero chegará ao centro.
37- 21/6/2003. César anuncia cronograma do Guggenheim
38- 21/6/2003. Parceria entre museu e prefeitura (MNBA e PCRJ).
39- 24/6/2003. Retomados os projetos da zona portuária.
40- 11/7/2003. Camelôs agora brigam entre si.

41- 12/7/2003. Segundo Caderno. O Rio é fundamental. Porque o Cristo Redentor dá as costas ao Guggenheim, sorri para as Olimpíadas e abençoa o festival de cinema. Artigo de Arnaldo Block.
42- 20/7/2003. Nova linha de credito poderá servir de estimulo à reforma de casarões.
43- 22/7/2003. Arrumando a casa (PAN e Transportes).
44- 28/7/2003. A obra da Presidente Vargas.
45- 4/8/2003. Praça Tiradentes ganhará dois hotéis dentro do programa de revitalização.
46- 6/8/2003. Projeto positivo. (Sobre o aproveitamento de terrenos da RFFSA).
47- 16/8/2003. Nova avenida ligará porto a zona portuária ao centro da cidade.
48- 20/8/2003. O Rio merece. (Guggenheim)
49- 19/9/2003. Guggenheim. Falta visão.
50- 20/9/2003. Opinião: Perto do colapso (camelôs).
51- 28/9/2003. Uma quase sessentona dribla a decadência.(Pres. Vargas)
52- 30/9/2003. Jabor, nossos dias melhores nunca virão? O ritmo urbano nos transforma em máquinas sem tempo.
53- 27/11/2003. A 48ª batalha do ano. Camelôs e agentes voltam a se enfrentar, carro da prefeitura é queimado e 3 pessoas saem feridas.
54- 13/12/2003. Enquanto guardas almoçam, camelôs aproveitam.
55- 20/12/2003. Êxodo rumo à Barra.
56- 20/12/2003. Coluna de Nerval Pereira IDH: Rio melhor que São Paulo.
57- 4/1/2004. As investigações do contrabando da cidade.
58- 7/1/2004. César da nova versão para o Circo Lennon (nome dado ao Circo Voador) decreto 23.895 de 30/12/2003.
59- 23/3/2004. Brasil e o mundo podem prejudicar sua saúde.
60- 4/4/2004. Um defensor do patrimônio carioca no BNDES.
61- 6/4/2004. Um mecenas para o Mosteiro de São Bento.
62- 20/4/2004. TRT vai ganhar prédio moderno e mais seguro.
63- 15/5/2004. Novo centro de convenções do Rio deve ficar pronto ate o fim do ano.
64- 18/5/2004. Outro cinema novamente em cartaz.
65- 9/6/2004. COB faz 90 anos e ganha prédio da prefeitura.
66- 10/6/2004. Uma santa ajuda para o Mosteiro de São Bento.
67- 25/6/2004. Dois sobrados da Lapa vão ser recuperados.
68- 27/7/2004. Empresas trocam o centro pela Barra.
69- 14/8/2004. Município promete fiscalizar fachadas.
70- 9/9/2004. Chuva de pedras no centro (acidente provocado por desprendimento de material de revestimento do prédio da Secretaria estadual de Fazenda na esquina das ruas da Quitanda e Rosário).
71- 10/9/2004.Construção de prédio no centro e atraso nas obras da zona portuária.
72- 18/9/2004. Menores detidos fogem em poucas horas.
73- 26/9/2004. Governos gastam e não tiram menores das ruas.
74- 19/10/2004.Com maior atenção na qualidade do serviço, Lapa ganha nova cara.
75- 28/10/2004. Vagas encolhem no Santos Dumont (de 1.100 para 600).
76- 31/10/2004. O centro de cara nova, mas de volta ao passado.
77- 11/11/2004. Prédio do Andorinha inaugurado.
78- 16/11/2004. Prédio ressurge das cinzas.
79- 26/11/2004. Artigo Maria Silvia Marques. Precisamos municipalizar o Teatro Municipal.

80- 13/2/ 2005. Um oásis espiritual no burburinho da cidade. Rio ganha, num prédio da Buenos Aires, o primeiro centro cultural dedicado à Bíblia.
81- 13/2/2005. Prédios tombados poderão ser leiloados no Rio.
82- 26/2/2005. Não basta dizer basta (artistas se reúnem para discutir o esvaziamento cultural do Rio e pensam soluções para erguer a economia da cidade e do estado).
83- 27/2/2005. Rio festeja com a Light um século de luz
84- 27/2/2005. Que venha a chuva. Rio incentiva prédio antigo a usar água pluvial. Para os novos, medida agora é obrigatória.
85- 1/3/2005. Bolo de aniversario do Rio chega a 4.40m.
86- 8/5/2005. Na contramão da Zona Sul.
87- 12/6/2005. Locomotivas da revitalização.
88- 19/06/2005. Zona portuária, a disputa por um teto (invasão na rua Equador).
89- 19/06/2005. Revitalização da Zona Portuária.
90- 4/7/2005. Demolição de imóvel no centro causa protesto.
91- 21/7/2005. A agonia carioca.
92- 30/7/2005. O tempero da arquitetura da cidade (imóveis restaurados para abrigar bares e restaurantes).
93- 31/7/2005. Diversificação dos meios de transportes.
94- 11/8/2005. Turistas apontam mendigos com principal problema.
95- 12/8/2005. Conservação no Rio
96- 12/8/2005. Falta de verba ameaça agora Santos Dumont.
97- 13/8/2005. Tombamento do prédio do Ministério da Fazenda.
98- 21/8/ 2005. De volta às origens (sobre o Cores da Lapa).
99- 21/8/2005. Prefeitura começa a recuperar três marcos históricos da praça XV.
100- 2/9/2005. Ruas do medo.
101- 27/9/2005. Mudança da Câmara para a Barra.
102- 16/10/2005. Projetos e promessas que ficaram no papel.Transportes no Rio.
103- 19/10/2005. Prefeito elogia limpeza que turistas não vêem.
104- 30/10/2005. Pólo boêmio cobra mais atenção.
105- 2/11/2005. Galpões e prédios vazios na mira dos sem teto.
106- 4/11/2005. Dia da cultura terá festa no centro da cidade.
107- 14/11/2005. Estudo identifica quase 900 conflitos urbanos.
108- 27/11/2005. Um novo eldorado imobiliário na cidade (Cores da Lapa).
109- 5/12/2005. Polícias detêm menores, mas assaltos continuam.
110- 23/12/2005. BNDES dá dinheiro para ao Rio, mas César não vai.
111- 30/12/2005. A vida no Centro.
112- 3/1/2006. Um prédio no meio do caminho (construção na rua General Câmara)
113- 4/1/2006. Mendigos, a pior imagem da cidade.
114- 14/1/2006. Concurso define projeto para revitalizar o porto.
115- 15/1/2006. Todas as fichas na revitalização.
116- 15/1/2006. Estado preserva um pedaço do Rio da época do prefeito Pereira Passos.
117- 19/1/2006. Protesto de motoristas de vans acaba em fogo.
118- 22/1/2006. Gamboa, o novo porto da alegria do Rio.
119- 22/1/2006. Tradição servida de bandeja no Centro Rio.
120- 21/2/2006. O botequim do intelectual (recuperação do Loide Bar, pelo Carlos Lessa).
121- 22/3/2006. Confusão entre dois grupos rivais tumultua o camelódromo.
122- 12/6/2006. Uma fábrica de sonhos às margens da baia.

123- 10/3/2006. Filmeata chama atenção no centro do Rio.
124- 21/3/2006. União, prefeitura e Docas vão assinar acordo para revitalizar Zona Portuária.
125- 24/3/2006. Acordo vai viabilizar revitalização do porto.
126- 24/3/2006. Avenida Brasil ganhará nova alça de acesso.
127- 1/4/2006. Petrobrás é a maior empresa da América Latina.
128- 2/4/2006. Caderno Morar bem: Caçada a terrenos na área central para novas construções.
129- 6/4/2006. Leilão iniciará revitalização da Presidente Vargas.
130- 26/4/2006.Problemas em 25% de 430 imóveis do centro (atuação preventiva da Defesa Civil).
131- 26/4/2006. Aprovado projeto que iguala aparts e hotéis.
132- 29/4/2006. Novas construções no centro (prédios novos).
133- 29/4/2006. Centro deve ganhar a primeira das torres gêmeas em 2008.
134- 17/6/2006.A nova cara da Enseada da Glória.
135- 30/6/2006. Programa FIRJAN para desenvolvimento da cidade.
136- 11/7/2006. O PIB da Barra.
137- 29/7/2006. Pedro II com pichações (análise da conservação do Colégio).
138- 13/8/2006. Reinvenção carioca (produção intelectual da cidade)

Revista Rio Show

139- 28/5/2004. Programas de graça no centro.
140- 29/8/2004. Sebos e livros no centro.
141- 29/8/2004. O Rio que ninguém viu (fotos de Malta)

Cadernos Especiais

142- 7/1/ 2001.Retratos do Rio. Como no passado.
143- 14/1/2001. Retratos do Rio. Mancha na paisagem.
144- 31/3/2001. Retratos do Rio. A capital dos idosos.
145- 24/3/2001. Retratos do Rio.a África é aqui. E a Europa também.
146- 28/4/2001. Retratos do Rio. Segurança à carioca.
147- 5/5/2001. Retratos do Rio. Transportes, velocidade de abelha.
148- 19/5/2001. Retratos do Rio. Tão rica e desigual.
149- 28/5/2001. Retratos do Rio.Orgulho e mágoa.
150- 9/9/2004. Propostas para o Rio enfrentar a crise.
151- 27/10/2004. Abençoado por Deus... bonito por natureza... mas na mão do homem.
152- 18/11/2004. Propostas para um Rio de tecnologia.
153- 13/3/2005. Rio de Janeiro a crise dos 30.
154- 31/8/2005. Violência, o problema n.1.
155- 5/11/2005. Passos que mudaram o Rio.

Jornal do Brasil

156- 13/3/1998. Mendigos nas calçadas.
157- 26/9/2000. Recuperação de prédios públicos.
158- 12/5/2001. Empresas a caminho da Barra.
159- 3/7/2001. Guggenheim terá novo contrato.
160- Editorial 29/7/2001. A alma do Rio, Marcelo Cerqueira(Apacs)
161- Editorial 29/7/2001. Prefeito Conde.
162- 8/11/2001. Terrenos da União para o porto do Rio.
163- 6/1/2002. Zona portuária ganhará cara nova.
164- 21/7/2002. Um Rio estressante em 2012(projeções valorizando oferta de serviços, transito, crimes).

165- 25/7/2002.A revitalização do centro.
166- 28/7/2002. Revitalização do centro (Jackson e planos do IPP).
167- 9/8/2002. Famílias poderão morar em salas comerciais do centro.
168- 9/8/2002. O Rio renasce.
169- 2/9/2002.Velha Lapa de cara nova.
170- 29/9/2002. Guerra anunciada no centro.
171- 6/10/ 2002. Risco para imóveis antigos.
172- 11/10/2002. Hora do renascimento.
173- 3/11/2002. No centro da desordem.
174- 5/11/2002. Ambulantes voltam a tumultuar centro da cidade.
175- 24/11/2002. Centro tem novo estacionamento.
176- 30/11/2002. Camelôs fecham o centro.
177- 14/12/2002.Prefeitura quer criar consorcio para o centro.
178- 22/12/2002.Luta por museu não está perdida.
179- 3/5/2003. A vingança de César: sem Guggenheim, nada de porto.
180- 9/6/2003. Guggenheim sim.
181- 14/6/2003. Convite ao Prefeito.
182- 23/06/2003. Tolerância zero chegará ao centro.
183- 6/7/2003. Santos Dumont será duplicado.
184- 9/8/2003. Camelôs organizam abaixo-assinado.
185- 14/8/2003. O MAM procura sua turma.
186- 24/8/2003. O crime ocupou o centro do Rio.
187- 6/9/2003. Camelôs espancam guarda no centro.
188- 30/9/2003. Gargalo a menos.(obra do Santos Dumont)
189- 8/11/2003. Recomeça a guerra no centro (camelôs).
190- 22/11/2003. Camelôs agridem guardas.
191- 27/11/2003. Camelôs endurecem guerra no centro.
192- 4/12/2003. Camelô assassina guarda no Rio.
193- 11/1/2004. Velhos assuntos para o ano novo.
194- 7/2/2004. Camelôs atacam guardas a pedradas.
195- 4/4/2004. A Avenida Rio Branco.
196- 20/4/2004. TRT vai ganhar um prédio moderno e mais seguro.
197- 28/5/2004. Testemunha histórica.
198- 21/6/2004. Militante do Rio, sempre e mais uma vez (LP Conde).
199- 15/7/2004. Espaço para novos investimentos (centro).
200- 25/7/2004. Conflitos na Avenida Rio Branco.
201- 8/8/2004. Os paraísos suspensos do Rio
202- 13/8/2004. SAARA com fachadas restauradas.
203- 14/8/2004. Patrimônio. Bom exemplo.
204- 14/9/2004. Camelôs e guardas fecham Ouvidor (18 confrontos no ano).
205- 20/10/2004. Mendigo é encontrado morto.
206- 12/11/2004. 4 anos de burocracia. (sobre as garagens subterrâneas). Previsão de conclusão seria para maio de 2006.
207- 21/12/2004. O Titanic não afunda.
208- 4/1/2006. O bairrismo são os outros, o inferno é aqui.
209- 20/2/2005. Um oásis de tranqüilidade há 350 anos (Morro da Conceição)
210- 27/2/2005. Parque do flamengo faz 40 anos.

211- 13/3/2005. Igreja guarda memória do Rio (Santa Cruz dos Militares).
212- 27/3/2005. Rio antigo em novas fachadas
213- 24/4/2005. Centro histórico renasce para vida.
214- 22/5/2005. Plano diretor contra nó no transito carioca.
215- 3/8/2005. Para matar a fome de cultura (revitalização do prédio da Ação da Cidadania no porto).
216- 16/8/2005. Quando o atraso custa caro.
217- 25/8/2005. Centro terá mais passeios no fim de semana.
218- 28/8/2005. Antiga catedral de cara nova (reforma da catedral).
219- 24/9/2005. Em meia hora Rio vira Lagoa.
220- 3/10/2005. Paulistas descobrem a face oculta do Rio.(3,5 milhões de visitantes ao ano, 40% são paulistas.)
221- 30/10/2005. Rua produz quase a metade do lixo carioca.
222- 5/11/2005. Rio perde espaço no PIB.
223- 9/11/2005. Evolução polêmica (cidade do samba).
224- 27/11/2005. Novos vizinhos de boêmia (Lapa e Côres da Lapa).
225- 16/12/2005. Tragédia anunciada.(desabamento na Saúde).
226- 6/1/2006. Estado vai retomar área do Píer Mauá.
227- 14/1/2006.Pier Mauá: acordo define futuro da área.
228- 14/2/2006. Turistas criticam instalações portuárias.
229- 2/4/2006. A Praça XV é nossa.
230- 21/4/2006. Degradação da Praça Tiradentes.
231- 11/8/2006. Favela vira atração turística.
232- 7/4/2002. Caderno Especial. O Rio que ficou para maiores de 111 anos.
233- 22/6/2001. JB Projetos Especiais. Rio cultural.

Revista de Domingo

234- 6/8/2000. Anos Dourados.
235- 3/8/2003. Fantasmas cariocas.
236- 15/2/2004. O centro do centro. No edifício Avenida Central tecnologia e tradição são vizinhas.
237- 29/2/2004. Rio em edição ampliada (Livraria Folha Seca).
238- 18/4/2004. Os últimos passos do Alferes (Tiradentes).
239- 27/2/2005. Mercado do tempo. Bons negócios e muitas curiosidades na feira do troca troca.
240- 20/3/2005. Beleza ameaçada (Centro sofre com descaso de proprietários e autoridades).

Revista Veja Rio

241- 9/9/1998. Vestígios do passado, comércio do centro que não viu o tempo passar
242- 23/12/1998. Praça Tiradentes renovada.
243- 26/5/1999. Senhores da cidade. As ordens religiosas são as grandes proprietárias de terra no Rio.
244- 27/1/2002. Com histórias para contar (reabertura do teatro Maison de France).
245- 25/1/2001. Espaço cultural Constituição (subprefeitura).
246- 13/11/2002. Arquivo Nacional reformado.
247- 13/11/2002. Semana de comemorações da Cinelandia.
248- 30/11/2002. Marina da Glória, *point* carioca.
249- 12/3/2003. História regada a chope. Pesquisadores resgatam memória do Bar Luiz.
250- 18/3/2003. Griffes em alta no centro.
251- 30/4/2003. Cenário de sucesso. Bar na Lavradio vira atração da noite carioca.

252- 11/6/2003. A questão Guggenheim.
253- 11/8/2003. A polemica levanta vôo. (Santos Dumont)
254- 10/9/2003. Jean Nouvel, Guggenheim
255- 8/10/2003. Brasil século XXI.
256- 12/11/2003. Morro da Conceição reformado.
257- 28/1/2004. O centro cultural que deu certo. CCBB.
258- 18/2/2004. Navios que chegam ao Rio (Queen Mary).
259- 14/4/2004. Reforma da Biblioteca Nacional.
260- 16/6/2004. Gala na Cinelândia.(sessão de cinema especial no Odeon).
261- 13/10/2004. Reforma do Museu de Belas Artes.
262- 24/11/2004, Endereços da SAARA.
263- 1/12/2004. Passado revisado reforma do Passeio Público.
264- 9/3/2005. Real gabinete português de leitura.
265- 9/3/2005. Caindo aos pedaços (conservação de prédios).
266- 13/4/2005. Restauração da Candelária.
267- 20/4/2005. Saudades do rio.
268- 25/5/2005. Edifícios mais valorizados do Rio (2 no centro, 2 Botafogo, 1 Leblon, 1 Barra).
269- 17/8/2005. Paralisação das obras da Praça Tiradentes.
270- 17/8/2005. A abertura do teatro Ginástico.
271- 13/2/2006. Cidade do Samba.
272- 15/3/2006. Cordão do Boitatá.
273- 29/3/2006. A cidade valorizada.
274- 2/4/2006. A Praça XV é nossa.
275- 26/4/2006. Tom Brasil, MAM.
276- 17/5/2006. Cariocas fazem a festa entre livros.
277- 2/7/20002. O palácio que virou memória(Monroe).
278- 2/8/2006. Lapa quente.

Jornal do Comércio

279- 28/10/2002. Rio antigo revigora comercio.
280- 14/122002. Revitalização, 300 mil vão morar no centro e na Zona Portuária.
281- 18/12/2002. Revitalização urbana(garagem Cinelândia).
282- 20/3/2003. Camelôs cercam e agridem guardas municipais no centro.
283- 26/3/2003. Prefeito recorrera ao supremo para construir museu.
284- 22/5/2003. Bairro da Gamboa será reurbanizado.
285- 25/5/2003. Bonde renascerá após quatro décadas.
286- 31/5/2003. Decreto condiciona obras na zona portuária.
287- 10/8/2003. Unidos pelo Patrimônio (preservação).
288- 29/10/2003. Revitalização do centro sairá do papel.
289- 31/10/2003. Renovação urbana(porto e centro)
290- 8/12/2003. Policiamento reforçado no fim de ano (130 PMs no centro).
291- 28/1/2004. Revitalização R$ 250 milhões para a zona portuária. (parceria francesa)
292- 28/11/2004. Passeio Público recuperado.
293- 12 e 13/12/2004. Velhos edifícios, novos projetos (retrofit).
294- 7/3/2004. Morando no centro decola.
295- 7/3/2004. Prédios completamente vazios.
296- 30/4/2004. Projeto para a zona portuária.
297- 19/12/2004. Revitalização literária do Centro.

298- 14/1/2005. Solicitação para construção de Lâmina 3(obra custará 57 milhões).
299- 15/4/2005.Sociedade revitalizará a zona portuária.
300- 24/4/2005. Quem dá mais pela memória da cidade?(compra de fotos pela prefeitura).
301- 12/6/2005. Prós e contras de se morar na Cidade Nova.
302- 23/6/2005. Centro histórico inicia processo de revitalização(trabalho da ACRJ).
303- 10/7/2005. Renasce uma jóia do Rio antigo(Confeitaria Manon)
304- 5/8/2005. Prefeitura tomba dois prédios no centro(PGE e Esso).
305- 30/9/2005. Começa revitalização da Praça Tiradentes.
306- 17/11/2005. Centro registra a maior parte dos conflitos (é o cenário principal para a maioria das manifestações políticas da cidade).
307- 16/1/2006. Patrimônio tomba 7 prédios na avenida Rio Branco.
308- 17/1/2006. Protocolo para recuperar o porto pode não ter valor.
309- 21/2/2006. Impulso na revitalização da Gamboa.
310- 14/4/2006. Aqui até o preço dança(teatro Ginástico).

Revista Época

311- 16/2/2001. SAARA recuperado.
312- 16/4/2001. A moderna face do antigo.

Estado de São Paulo

313- 21/11/2001. Rio pode ter filial do Guggenheim.
314- 27/11/2003. Camelôs tumultuam centro do Rio.
315- 21/9/2004. O centenário bulevar com sotaque carioca(Rio Branco).
316- 6/6/2005. Imagens renovadas do Rio antigo.
317- 17/9/2005. Rio abre as portas da Cidade do Samba.

Gazeta Mercantil

318- 27/2/2002. Cia Docas inicia desmonte do patrimônio no Rio.
319- 7/5/2002. Obras valorizam a Rua do Lavradio.
320- 26/9/2002. Sinduscon diz que risco é grande no bairro.
321- 5/12/2002. Caos vira uma rotina no centro do Rio.
322- 10/3/2004. Imóveis comerciais AA no Rio devem somar 8 mil m².
323- 17/2/2005. Dobra a procura por escritórios.

Tribuna da Imprensa

324- 31/1/2003. Protesto contra Maia será no estilo pastelão.
325- 5/5/2003. Protesto contra museu Guggenheim.
326- 5/6/2003. Para dançar na rua(evento no centro).
327- 17/6/2003. A fonte secou. Multas fecham o Semente, ponto de partida da revitalização da Lapa.

Jornal O Dia

328- 18/11/2001. Porto do Rio será municipalizado até janeiro.
329- 17/11/2002. Pontos em estado terminal(terminais da cidade).
330- 7/12/2002. Novas confusões entre camelôs e guardas.
331- 8/12/2002. Desde junho de 2002, 40 confrontos no centro.
332- 10/2/2003. Tradição e abandono (Saúde e Gamboa).
333- 22/10/2003. Imóveis vazios revitalizados.
334- 10/12/2003. PM preso ao copiar o Rei.
335- 11/12/2003. Rei também da parada pirata.
336- 30/4/2004. Rio e Paris unidos na zona portuária.
337- 15/12/2004. Passeio novo em folha.

338- 1/6/2005. GM s apreendem CDs piratas.
339- 1/7/2005. Ruas do Centro viram ringue.
340- 18/9/2005. Rio já tem sua fábrica de carnaval.
341- 25/9/2005. Noite com lei na Lapa.
342- 9/10/2005. Lapa, território livre das drogas.
343- 15/10/2005. Lapa: arrastão da ordem. Caça a traficantes e flanelinhas.
344- 21/10/2005. Centro e Lapa têm pólo cultural.
345- 21/11/2005.A SAARA do século XXI.
346- 7/1/2006. De táxi, bando assalta americanos no centro.
347- 4/2/2006. Um morto e três feridos em assalto ao lado da prefeitura.
348- 15/2/2006. Tensão ronda a prefeitura.
349- 17/4/2006. Bandidos assaltam prédio da prefeitura.
350- 19/5/2006. Vereador assaltado na Cinelândia.
351- 5/7/2006. PF vai elaborar plano de segurança para museus.
352- 6/7/2006. Editorial.Os donos do local. Situação de abandono do Souza Aguiar.
353- 6/7/2006. SOS: Souza Aguiar sitiado. Moradores de rua transformam pátio de ambulâncias em estacionamento, cobrando pela vaga, invadem sala de medicamentos para pegar remédios, e se apropriam de banheiros.
354- 8/7/2006. Quarentena do medo. A apatia da prefeitura do Rio diante dos acontecimentos no pátio do Souza Aguiar.
355- 9/7/2006. Hotel em pátio de hospital. Flanelinha cobrava R$ 10.00 de moradores de rua e pacientes que dormiam no Souza Aguiar
356- 21/7/2006. Editorial. Crise na segurança, 4% das lojas de rua estão fechadas (o setor está gastando 2,2,% do faturamento com segurança.
357- 3/8/2006. Confronto no centro. Pedestre baleada durante confronto entre PMs e assaltantes.

Jornal O Povo

358- 22/11/2002.Museu gera empregos.
359- 20/9/2003. O crime ocupou o centro do Rio.
360- 26/4/2005. Rio futura capital das seguradoras.
361- 26/5/2005. GMs apreendem 143 CDs de áudio e 106 DVDs piratas.
362- 7/6/2005. Campo de Santana na bela festa ambiental.
363- 25/8/2005. Preservação do centro do Rio.

Jornal Extra

364- 1/7/2005. GMs são atacados por pedras(camelôs).
365- 31/7/2005. PMs controlam pontos de táxi clandestinos.
366- 7/8/2005. A nova cara do centro.
367- 8/3/2006.Legalização que incomoda (ponto de vans).
368- 5/5/2006. Garis fazem passeata no centro.
369- 12/5/2006.Sujeira nas ruas.
370- 19/8/2006. Caindo aos pedaços (prédios do centro).

Tabulação das 370 fontes pesquisadas
Principais temas:
Projetos urbanos- 29
Revitalização do centro-28
Revitalização do porto-27
Recuperação de imóveis-23
Patrimônio, tombamento e preservação-23
Perdas para outras áreas-4
Camelôs e contrabando- 42
Segurança e assaltos- 21
Menores e população de rua- 9
Transportes-10
Conservação de ruas e prédios-18(9 de prédios)
Esvaziamento econômico e ações de enfrentamento-21
História urbana-16
Turismo e lazer-19
Legislação-14
Comemorações e manifestações populares-9
Museu Guggenheim-20
Detalhes e lugares-11
Prédios e projetos arquitetônicos-11
Invasão de imóveis- 2
Mercado imobiliário-11
Comércio-4
Mendigos –3
Personagens-1
Bairros-1(Cidade Nova)
Matérias gerais-11
Lugares: Cidade do Samba-6; Lapa-7; Lavradio-3; Saara-3; Morro da Conceição-3; Parque do Flamengo-2; edifício Avenida Central-1;Passeio Público-1, Praça XV-2.

Assuntos: Totalização de assuntos tratados 416.

Anexo nº 22: Jornais localizados na área central

Jornais	Endereço	Telefone
Jornal do Comércio	Rua do Livramento, 189, 5º and.	2223-8500
Jornal dos Sports	Rua Pereira de Almeida, 88 3º and	2563-0363
Administrativo e Redação Globo e Extra	Rua Irineu Marinho, 35 t.	
Diário Concorrências	Rua Leandro Martins, 20, s 802	2263-9495
Diário Oficial do Município	Av. Alm Barroso, 22 sl 201	2533-0044
Editora Gráfica Super Sports Ltda	Rua Tte. Possolo, 25	2507-7337
Editora O Dia S/A	Rua Sete de Setembro, 98	2507-1965
Editora Referencia Ltda	Rua Miguel Couto, 105 s 622	2263-6185
Empresa Jornalística Folha Dirigida Ltda	Rua do Riachuelo 114	2242-1968
Infoglobo Comunicações Ltda	Av. Rio Branco, 185 s 1813	2533-0202
Infoglobo Comunicações Ltda	Rua Irineu Marinho, 35	2242-6040
Infoglobo Comunicações Ltda	Rua Marques de Pombal, 75	2224-0270
Jornal Clubes Emp Jornalística Ltda	Av. Rio Branco, 120, s 920	2509 1419
Jornal dos Sports S/A	Rua Tenente Possolo, 15	2232-5646
Jornal Folha de São Paulo	Rua Santa Luzia, 651 19° and.	2292-3929
Jornal Monitor Mercantil S/A	Rua Marcílio Dias, 26	2233-6044
Jornal Mundo Português	Rua Alexandre Mackenzie, 111	2233-3598
Jornal O Estado de São Paulo S/A	Av. Alm. Barroso, 52	2508-3100
Jornal O Povo	Rua Washington Luís, 54	2509-2772
Jornal Valor Econômico	Rua Irineu Marinho, 35	2524-1787
LCM Comunicação Empresarial Ltda	Rua São José, 90, s 1310	2215-5124
M H F Editora Ltda	Av. Gomes Freire, 740, s 504	2232-8259
Mario da Cunha	Rua Visc. de Inhaúma, 134, s 524	2233-2725
O Dia S/A	Rua do Riachuelo, 359	2533-5000
Portugal Em Foco	Rua Evaristo Veiga, 47, s 1007	2220-1083
R J L Participações Ltda	Rua do Riachuelo 114	2232-6280
Tele Balcão	Rua Araújo Porto Alegre, 71, 2° and.	2210-2421
Tráfego Publicidade Marketing Jornais Interior	Av. Rio Branco, 18,5 s 1813	2532-1329
Tribuna Santos Jornal Editora Ltda	Rua Beneditinos, 18, s 704	2283-4454
Gazeta Mercantil	Rua do Mercado 11,19º andar	3981-2215

Fonte: www.telelistas.net consulta realizada em 27 de Abril de 2004.